

EDIÇÃO QUADRIMESTRAL,
ANO 24, Nº 61 SET/DEZ 2022
E ISSN 1807-0337

SOCIOLOGIAS 61

DOSSIÊ

Mulheres na teoria social



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

E-ISSN 1807-0337

SOCIOLOGIAS

www.seer.ufrgs.br/sociologias

revsoc@ufrgs.br

SOCIOLOGIAS

[SSN 1807-0337] Revista quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, destinada a promover intercâmbio entre cientistas sociais nacionais e internacionais.

Sociologias is a four-monthly journal published by the Graduate Program in Sociology - UFRGS, aiming to promote interaction between Brazilian and foreign social scientists
Ano 24, n. 61, set/dez. 2022, Porto Alegre, PPGS/UFRGS.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitor: Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitora: Patrícia Helena Lucas Pranke

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Hélio Ricardo do Couto Alves

Vice-Diretor: Alex Niche Teixeira

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenadora: Letícia Maria Schabbach

Coordenador-Substituto: Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

Editor

Alex Niche Teixeira

Editor Adjunto

Enio Passiani

Editora Emérita

Maíra Baumgarten

Editora Assistente

Cinara Lerrer Rosenfield

Editores Assessores

Adriano Premebida

Alexandre Almeida de Magalhães

Clarissa Eckert Baeta Neves

Jalcione Almeida

Marília Luz David

Priscilla Ribeiro dos Santos

Rochelle Fellini Fachinetto

Assessoria Editorial

Regina Vargas

Equipe Técnica

Projeto gráfico: Rodrigo Rosa

Editoração Eletrônica: Carolina Fernandes

Revisão e padronização: Liana Fernandes

Revisão técnica: Regina Vargas

Conselho Editorial

Alicia Itati Palermo, UNL (Argentina)

Alberto Riella, Universidad de la República (Uruguai)

Arnaud Sales, Université de Montréal (Canadá)

Carlos Benedito Martins, UnB (Brasil)

César Barreira, UFCE (Brasil)

Darío Salinas, Universidad Iberoamericana (México)

Elisa Reis, UFRJ (Brasil)

Fernanda Sobral, UnB (Brasil)

Francesco Ramella, University of Torino (Itália)

Ilse Scherer-Warren, UFSC (Brasil)

Jean Louis Laville, CNAM (França)

Julio Mejía Navarrete, UNMSM (Perú)

Li Peilin, Chinese Academy of Social Sciences (China)

Luis Suárez Salazar, ISRI (Cuba)

Margaret Abraham, Hofstra University (EUA)

Maria Lucia Maciel, UFRJ (Brasil)

Maria de Nazareth Wanderley, UFPE (Brasil)

Paulin J. Hountondji, Université Nationale du Bénin (Benin)

Paulo Henrique Martins, UFPE (Brasil)

Pedro Hespanha, Universidade de Coimbra (Portugal)

Sabelo J. Ndlovu-Gatsheni, University of South Africa (África do Sul)

Sergio Costa, Freie Universität Berlin (Alemanha)

Sujata Patel, Universidade de Hyderabad (Índia)

Revista eletrônica, de acesso aberto, disponível em: www.seer.ufrgs.br/sociologias e em suas bases indexadoras.

PPGS - IFCH/UFRGS

E-mail: revsoc@ufrgs.br

Publicação quadrimestral / *Triannual publication*

SOCIOLOGIAS61

ISSN 1807-0337 versão eletrônica

Edição quadrimestral, ano 24, nº 61, 2022



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Versão digital disponível em:

SciELO (Scientific Electronic Library Online): <http://www.scielo.br/soc>

Redalyc.org: <https://www.redalyc.org/revista.oa?id=868>

Portal de Periódicos da UFRGS: <http://www.periodicos.ufrgs.br/>

SEER UFRGS: <http://www.seer.ufrgs.br/sociologias>



Indexadores:

CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades

DOAJ - Directory of Open Access Journals

SocINDEX with Full Text - EBSCO

IRENIE. Base de datos sobre Educación - IISUE, UNAM

LAPTOC - Latin American Periodicals Tables of Contents

Latindex (Directorio)

IBICIT - Oasisbr

Periódicos CAPES

PKP Index

Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO

REDIB - Red Iberoamericana de innovación y conocimiento científico

SciELO Brasil

SEER - UFRGS

Web of Science - Scielo Citation Index

Bibliotecário: Maycke Young de Lima - CRB 10/1920

Sociologias / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. - v. 1, n. 1 (jan./jun. 1999)-. - Porto Alegre: UFRGS. IFCH, 2007. - Quadrimestral. Continua: Cadernos de Sociologia. - ISSN 1517-4522.

1. Sociologia. 2. Ciências sociais. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Programa de Pós-Graduação em Sociologia.*

SOCIOLOGIAS de PPGS/UFRGS está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Baseado no trabalho disponível em www.seer.ufrgs.br/sociologias.

Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em www.seer.ufrgs.br/sociologias.



2022, PPGS/UFRGS

Apoio:



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



SUMÁRIO

TABLE OF CONTENTS

9

EDITORIAL

EDITORIAL

DOSSIÊ

DOSSIER

Mulheres na Teoria Social

Women in Social Theory

Organizadoras: Veronica Toste Daflon e Mariana Miggiolaro Chaguri

16

Mulheres na Teoria Social: presente e passado para uma sociologia plural

Women in Social Theory: present and past towards a plural sociology

Veronica Toste Daflon e Mariana Miggiolaro Chaguri

26

Por uma sociologia polifônica: introduzindo vozes femininas no cânone sociológico

In defense of a polyphonic sociology: Introducing female voices into the sociological canon

Cynthia Hamlin, Raquel Weiss e Simone Brito

60

En femenino y plural: los inicios de la institucionalización de la sociología en Chile y Colombia

Feminine and plural: the beginnings of institutionalization of Sociology in Chile and Colombia

Luis Donatello e Verónica Giordano

86

Harriet Martineau: circulação e influência no debate público na primeira metade do século XIX

Harriet Martineau: circulation and influence on public debate in the first half of the 19th century

Luna Ribeiro Campos e Verônica Toste Daflon

116

Nazira Zeineddine: a jovem e os xeques

Nazira Zeineddine: The girl and the Shaykhs

miriam cooke

HOMENAGEM

TRIBUTE

142

Em favor das associações: uma homenagem à sociologia de Bruno Latour (1947-2022)

In favor of associations: a tribute to Bruno Latour's (1947-2022) sociology

Jalcione Almeida, Ângela Camana, Lorena Cândido Fleury, Marília Luz David, Camila Dellagnese Prates e Gabriel Bandeira Coelho

ARTIGOS

ARTICLES

170

Do político ao econômico: aportes da teoria dos sistemas a uma crítica do neoliberalismo

From political to economic: contributions of systems theory to a critique of neoliberalismo

Laurindo Dias Minhoto, Lucas Fucci Amato e Pedro de Almeida Pires Camargos

198

Dois casos na disputa paradigmática do trabalho de socioeducador

Two cases in the paradigmatic dispute of socio-educator work

Rosalvo Negreiros de Oliveira Junior e Marcílio Dantas Brandão

226

Justiça, gênero e famílias em *O direito da liberdade*, de Axel Honneth

Justice, gender and families in Axel Honneth's Freedom's Right: elements for a contribution to the Honnethian project

Stanley Souza Marques

260

Os efeitos sociais do processo de implementação das políticas de transferência de renda no México e no Brasil

The social effects of cash transfer policies' implementation in Mexico and Brazil

Breyner Ricardo Oliveira e Mani Tebet Marins

290

¿Por qué algunos estudiantes realizan movilidad internacional y otros no?

Why do some students carry out international mobility and others do not?

Magdalena Liliana Bustos-Aguirre

INTERFACES

INTERFACES

322

Naturaleza, materia y neoliberalismo: discutiendo la fractura metabólica en la producción del espacio urbano en Chile

Nature, matter and neoliberalism: discussing the metabolic rupture in producing the urban space in Chile

Rodrigo Hidalgo Dattwyler, Abraham Paulsen Bilbao, Carlos Vergara Constela, Voltaire Alvarado Peterson e Miguel González Rodríguez

350

**Interacciones violentas en la serie de ficción televisiva
"Club de Cuervos" de Netflix**

Violent interactions in the Netflix fiction TV series "Club de Cuervos"

Laura Nadhielii Alfaro-Beracoechea e Karla Alejandra Contreras Tinoco

RESENHAS

REVIEWS

382

**O novo espírito do assalariamento e os dispositivos de
remuneração do trabalho**

*The new spirit of salaried work and the mechanisms
of work remuneration*

BERNARD, Sophie. Le nouvel esprit du salariat. Paris: Presses
Universitaires de France, 2020.

Tiago Magaldi

394

**O racismo multidimensional de Jessé Souza e a leitura
unidimensional do Brasil**

*Jessé Souza's multidimensional racism and the one-dimensional
reading of Brazil*

SOUZA, Jessé. Como o racismo criou o Brasil. São Paulo: LeYa, 2021.

<http://doi.org/10.1590/18070337-129199>

A (urgente) reinvenção dos cânones

Alex Niche Teixeira* 

Enio Passiani* 

O presente número de Sociologias apresenta o Dossiê Mulheres na Teoria Social, que se tornará em breve, estamos seguros, uma referência imprescindível nas ciências sociais brasileiras.

O pensamento social de modo geral, e a sociologia em particular, embora constituam áreas relativamente jovens do conhecimento científico, tanto nos planos nacional como internacional, já produziram e acumularam um denso e consistente repertório teórico-metodológico e, como não poderia deixar de acontecer diante de tamanha quantidade e qualidade de tal produção, gerou igualmente o pensamento sobre si, por conseguinte, a formação de seus clássicos, de suas obras de referência incontornáveis, em suma, a fabricação de seus próprios cânones.

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

O Dossiê que ora apresentamos às leitoras e aos leitores serve para reavaliar esses nossos cânones, (re)pensar criticamente o seu processo de construção, que resulta quase sempre na exclusão de inúmeras(os) outras(os) autoras(es), temas e problemas de investigação, e convida para a ampliação de nossa prateleira de referências, sem necessária e obrigatoriamente condenar ao esquecimento aqueles clássicos já devidamente instalados em nossas bibliotecas e currículos. Ao contrário, a proposta é colocar todas essas obras, autoras e autores em diálogo permanente.

O Dossiê se revela audacioso porque articula de modo criativo as dimensões política e epistemológica, tratando-as como uma só e não separadamente, pois a “sociologia polifônica” (expressão utilizada num dos artigos) leva a uma ampliação e diversificação do cânone sociológico que torna o próprio núcleo da teoria sociológica permeável às inovações que o uso do gênero como categoria analítica pode acarretar.

O presente Dossiê nos ensina que o cânone muda porque suas(seus) leitoras(es) mudam; o cânone se transforma porque as sensibilidades cambiam: “As mudanças no cânone obviamente refletem mudanças em nós e em nossa cultura. Isso é um registro de como nossa autocompreensão se forma e muda” (Kermode, 2021, p. 57).

Neste número também oferecemos à leitura o artigo “Em favor das associações: uma homenagem à sociologia de Bruno Latour”, escrito e lapidado pelas várias mãos de um grupo de docentes e pesquisadores/as da UFRGS e que presta o devido tributo ao sociólogo falecido em nove de outubro de 2022. Mais do que homenagear, o artigo constitui uma espécie de guia de leitura para a obra de um autor cuja importância e influência teórica, metodológica e mesmo política ultrapassa os limites

da sociologia e alcança outras áreas, como a antropologia e a filosofia. O texto nos aproxima e familiariza a um cipoal complexo de conceitos e, de quebra, ainda discute como se deu parte da recepção de sua obra no contexto brasileiro.

A seção Artigos deste número abre com o texto “Do político ao econômico: aportes da teoria dos sistemas a uma crítica do neoliberalismo”, de Laurindo Dias Minhoto, Lucas Fucci Amato e Pedro de Almeida Pires Camargos. Os autores colocam em diálogo a teoria dos sistemas, na perspectiva de Niklas Luhmann, e os estudos sobre governamentalidade suscitados pelo curso “Nascimento da biopolítica” ministrado por Michel Foucault no Collège de France, buscando elementos para uma redescoberta e uma crítica do neoliberalismo.

Em seguida, em “Dois casos na disputa paradigmática do trabalho de socioeducador”, Rosalvo Negreiros de Oliveira Junior e Marcílio Dantas Brandão, a partir da percepção de que socioeducadores formam uma categoria profissional que ainda disputa a configuração de sua autoimagem, analisam as dinâmicas afetivas envolvidas na constituição do sistema socioeducativo do Ceará cotejando-o com a experiência de Antônio Carlos Gomes da Costa com a implementação do atendimento educacional de adolescentes em privação de liberdade, em Minas Gerais, em plena ditadura militar.

Em “Justiça, gênero e famílias em *O direito da liberdade*, de Axel Honneth”, Stanley Souza Marques, observando a persistência da separação entre o público e o privado no pensamento democrático de modo geral, em que as esferas da intimidade e das famílias são desconsideradas, mas reconhecendo em Axel Honneth uma exceção, mostra que o projeto normativo proposto por Honneth promove a reflexão sobre as conexões entre justiça e famílias e apresenta elementos

para uma reconstrução normativa da esfera das famílias no Brasil, apontando, contudo, limitações na abordagem honnethiana.

Breyner Ricardo de Oliveira e Mani Tebet Marins, apoiados em pesquisas de campo, analisam os impactos sociais de dois programas de transferência de renda no México e no Brasil, revelando que os múltiplos controles aplicados pelo Estado sobre as populações beneficiárias têm por efeito o agravamento das desigualdades sociais.

Magdalena Bustos-Aguirre questiona *¿Por qué algunos estudiantes realizan movilidad internacional y otros no?* A partir de um *survey* envolvendo 416 estudantes da Universidade de Guadalajara, no México, a autora busca identificar os fatores pessoais e institucionais que contribuem à mobilidade acadêmica universitária. Finaliza propondo três estratégias institucionais que podem incentivar essa mobilidade, simulando o impacto de cada uma com base nos resultados obtidos.

A seção Interfaces apresenta dois trabalhos neste número. Rodrigo Hidalgo Dattwyler, Abraham Paulsen Bilbao, Carlos Vergara Constela, Voltaire Alvarado Peterson e Miguel González Rodríguez exploram o conceito de fratura metabólica, proposto por John Bellamy Foster, que permite compreender a influência humana nos ciclos naturais e na mudança climática global.

Em “Interacciones violentas en la serie de ficción televisiva ‘Club de Cuervos’ de Netflix”, Laura Alfaro-Beracoechea e Karla Contreras Tinoco analisam as diferenças de gênero nas representações de diferentes tipos de violência exibidas em uma série televisiva, oferecendo ferramentas metodológicas que podem ser replicadas em análises similares.

Na seção Resenhas, Tiago Magaldi discute o livro de Sophie Bernard, *Le nouvel esprit du salariat* (Presses Universitaires de

France, 2020) destacando suas contribuições, mas também apontando fragilidades na abordagem da autora e as limitações de suas análises, especialmente quando considerado o contexto brasileiro.

Marcos Abraão Ribeiro resenha a obra de Jessé Souza, *Como o racismo criou o Brasil* (LeYa, 2021), descrevendo os argumentos do autor para a proposição de uma explicação teórica sobre o racismo, ao tempo em que aponta certa contradição entre o que propõe como método de abordagem e o que Souza oferece em sua abordagem teórica.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura!

Os Editores

Referência:

1. KERMODE, Frank. Prazer e mudança: a estética do cânone. São Paulo: Unesp, 2021.



DOSSIÊ

Mulheres na teoria social

Coordenado por
Veronica Toste Daflon &
Mariana Miggiolaro Chaguri



<http://doi.org/10.1590/18070337-129026>

Mulheres na Teoria Social: presente e passado para uma sociologia plural

Verônica Toste Daflon* 

Mariana Miggiolaro Chaguri** 

Resumo

Este texto introduz o dossiê “Mulheres na Teoria Social”, que convida a um olhar renovado sobre a própria teoria sociológica, suas categorias e conceitos e sugere um movimento teórico permanente, que interpele as descobertas, inovações teórico-metodológicas e reflexões que diferentes mulheres intelectuais produziram – e produzem – sobre o mundo social. Ao propor a discussão sobre as mulheres na teoria social, acreditamos que obras do passado podem trazer para a órbita da sociologia clássica temas e perspectivas para os quais o cânone da sociologia é, de modo geral, menos sensível. Longe de promover essencialismos ou estereótipos sobre o que seria – ou mesmo se existiria – uma escrita feminina, sugerimos o esforço de fazer emergir um novo mapa da teoria sociológica, apontando para a multiplicidade de temas, problemas e objetos que a compõem.

Palavras-chave: gênero, sociologia clássica, mulheres intelectuais, cânone sociológico, epistemologia social.

* Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

** Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Women in Social Theory: present and past towards a plural sociology

Abstract

In this essay we introduce the dossier “Women in Social Theory”, inviting to a renewed look at sociological theory, its categories and concepts, and suggesting a permanent theoretical movement that challenges discoveries, theoretical-methodological innovations and reflections that different intellectual women have produced – and still produce – on the social world. By proposing a discussion on women in social theory, we believe that works from the past can bring to the orbit of classical sociology themes and perspectives that the sociological canon has generally disregarded. Far from promoting essentialisms or stereotypes about what would be – or if there would even exist – a female writing, we suggest an effort to bring to light a new map of sociological theory, laying bare the multiplicity of themes, problems and objects that compose it.

Keywords: gender, classical sociology, female intellectuals, sociological canon.

Eu farei da escrita feminina: do que ela fará. [...] É preciso que a mulher se coloque no texto – como no mundo, e na história –, por seu próprio movimento.

Hélène Cixous. *O riso da medusa* (2022)

Na apresentação de Frédéric Regard à obra de Hélène Cixous, o crítico destaca como lição maior de *O riso da medusa* a assertiva de que a “escrita feminina é uma questão não de *ressurgidas*, mas de *recém-chegadas*” (Regard, 2022, p.20, grifo no original). O dossiê “Mulheres na Teoria Social” trata, justamente, de algumas dessas *recém-chegadas*, apontando para a dinâmica muitas vezes paradoxal das intersecções entre gênero e produção intelectual. Dialogando com a leitura de Regard sobre a obra de Cixous, o dossiê não se propõe a celebrar uma espécie de *ressurgimento* de ideias e autoras que estariam sendo redescobertas por pesquisadoras do presente, interessadas em recontar a história da Sociologia a partir do que hoje é compreendido como uma perspectiva de gênero.

Ao contrário, ao marcar – e dar boas-vindas – às ideias e autoras *recém-chegadas*, o dossiê procura não tratar autoras do passado a partir de um olhar cíclico, supondo que elas devem ressurgir para depois submergir novamente. Em vez disso, pretende que seu lugar se torne definitivo, convidando um olhar renovado sobre a própria teoria sociológica, suas categorias e conceitos e sugerindo um movimento teórico permanente, que interpele as descobertas, inovações teórico-metodológicas e reflexões que diferentes mulheres intelectuais produziram – e produzem – sobre o mundo social.

No artigo “Das margens ao centro? Refletindo sobre a teoria feminista e a sociologia acadêmica”, Miriam Adelman (2003) relatou a dificuldade de inclusão de gênero no currículo básico das ciências sociais. Naquele já distante ano de 2003, ela atribuía esse fato a um certo conservadorismo e resistência à novidade na academia brasileira. Contudo, ela também levantava como fator possível o problema das fronteiras disciplinares: para Adelman, o caráter transdisciplinar da teoria feminista – em que há prevalência de áreas como a crítica literária ou a filosofia – dificultava sua incorporação por sociólogas e sociólogos com investimentos mais fortes no campo disciplinar da sociologia. Embora nos últimos anos tenham ocorrido mudanças, gênero permanece sendo um conceito geralmente tratado à parte da “grande teoria” e confinado às disciplinas optativas dos cursos de graduação e pós-graduação. Os cursos específicos de sociologia das relações de gênero nas universidades brasileiras, por sua vez, têm a tendência de focar em achados de pesquisas empíricas ou discutir agendas de investigação, deixando pouco espaço para a discussão teórica. Com efeito, há uma forma já convencional de ensinar sobre gênero nas ciências sociais no Brasil: geralmente se inicia por uma breve discussão teórica sobre o conceito de gênero e, em seguida, fala-se de temas como divisão sexual do trabalho, masculinidades, interseccionalidade, raça e feminismo a partir de pesquisas empíricas.

O trabalho de transmitir avanços tão significativos em tais campos de pesquisa nas últimas décadas é importante e muito valioso. No entanto,

frequentemente os achados de pesquisa ou as agendas de investigação nesses cursos não costumam estar conectados às grandes tradições teóricas da sociologia. Por esse motivo, retomamos aqui as inquietações de Adelman e argumentamos que, sem engajamento com a sociologia clássica e com a teoria social, o núcleo teórico da sociologia permanecerá pouco permeável às inovações trazidas pelo uso de gênero como categoria analítica. O motivo é simples: como a teoria contemporânea remete continua e frequentemente aos clássicos, para que gênero adentre a grande teoria, é preciso que ele esteja presente na sociologia clássica e no currículo básico das ciências sociais.

No período clássico da sociologia, o século XIX, autoras como Harriet Martineau, Charlotte Perkins Gilman, Anna Julia Cooper, Marianne Weber e autores como John Stuart Mill e Friedrich Engels, entre outras e outros, produziram teorias sobre o que hoje entendemos como relações sociais de gênero. Autores clássicos – Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber, Georg Simmel, Norbert Elias e outros – também versaram, em maior ou menor grau, sobre o tema. Não havia silêncio sobre a “questão da mulher” ou a “questão sexual”, para usar os termos da época, mas houve uma exclusão de tais perspectivas teóricas *a posteriori*. Ao propor a discussão sobre as mulheres na teoria social, acreditamos que obras do passado podem trazer para a órbita da sociologia clássica temas e perspectivas para os quais o cânone da sociologia é, de modo geral, menos sensível.

Desse modo, longe de promover essencialismos ou estereótipos sobre o que seria – ou mesmo se existiria – uma escrita feminina, sugerimos o esforço de fazer emergir um novo mapa da teoria sociológica, apontando para a multiplicidade de temas, problemas e objetos que a compõem. Se os temas que sobressaem nos clássicos são capitalismo, religião, classes sociais, individualização, burocracia, entre outros, em autoras do século XIX constatamos a presença desses temas e de outras temáticas fundamentais para a compreensão das sociedades: casamento, cuidado, família, infância, violência, escravidão, sexualidade, raça, migrações, colonialismo etc. Por contraditório que pareça, uma atualização a partir do passado e de um emaranhado de espaços sociais, políticos e intelectuais pode permitir

construir no presente uma sociologia “polifônica”, como propõem Cynthia Hamlin, Raquel Weiss e Simone Brito, autoras do artigo “Por uma sociologia polifônica: introduzindo vozes femininas no cânone sociológico”, que integra este dossiê.

Os textos aqui reunidos percorrem produções teóricas e metodológicas que foram se tornando presença fugidia – às vezes marginalizadas, às vezes excluídas – nos balanços e avaliações críticas acerca do estatuto teórico e das inovações científicas da teoria social. Como apontam Hamlin, Weiss e Brito, o apagamento de mulheres se intensificou conforme se aprofundava o processo de institucionalização das Ciências Sociais. O artigo discute o processo social de construção do cânone sociológico, traçando a história da produção sociológica entre as décadas de 1890 e 1930 em Chicago e destacando a presença de mulheres em associações científicas, universidades e em redes nacionais e internacionais, com marcada tendência ao trabalho empírico e à análise estatística – um estilo de pesquisa que seria posteriormente associado aos homens. Desenvolvimentos internos e externos ao campo científico, que elas examinam com cuidado e atenção aos detalhes, acabariam por apagar a presença de mulheres da sociologia e sua atuação na construção desse campo disciplinar. As autoras concluem o texto advogando por um cânone “polifônico”, propondo diálogos e controvérsias entre autores estabelecidos e autoras como Flora Tristán e Marianne Weber, em um movimento que admite a centralidade do cânone nos processos formativos de estudantes de graduação e pós-graduação, mas evita o rechaço conservador à inclusão de novas vozes.

De maneira similar, em “En femenino y plural: los inicios de la institucionalización de la sociología en Chile y Colombia”, Luis Donatello e Verónica Giordano reconstituem processos de formação da área da sociologia que contaram com a presença de mulheres. Os autores analisam as trajetórias de María Cristina Salazar (Colômbia) y Betty Cabezas de González (Chile), destacando elementos geralmente pouco explorados na história do campo das ciências sociais na América Latina: a importância da socialização religiosa, os processos de “hibridização de disciplinas”,

assim como a forte vocação para a sociologia histórica, impulsionada pela crítica ao funcionalismo da sociologia do hemisfério Norte. O texto destaca as imbricações entre religião, política e gênero no percurso dessas acadêmicas, reconstituindo trajetórias que se confundem com a própria história da sociologia em seus respectivos países. Reconstruir tradições intelectuais ressaltando a heterogeneidade no lugar da homogeneidade é fundamental para fazer emergir as dissonâncias e compreender aquilo que foi – deliberadamente ou não – sendo abandonado, em um movimento que tem sempre um sentido inequívoco: a expulsão da diferença. Lidos em conjunto, os artigos deste dossiê ajudam a posicionar o debate sobre a diferença, tornando-o constitutivo da teoria sociológica, o que acaba por tensionar os horizontes normativos que ajudaram a dar forma à teoria. Trata-se, então, primeiramente de reconhecer que outros objetos foram recortados, que outras armações teórico-metodológicas foram construídas e que tudo isso integra e conforma modos de pensar teórica e metodologicamente sobre a sociedade a partir da Sociologia; e, também, de tomar como séria a interlocução com distintos modos de pensar, avaliando criticamente o estatuto teórico de obras e ideias.

Ao indicar que gênero permeia um amplo domínio da vida intelectual, ajudando a construir seus cânones e suas margens, o dossiê pergunta se outras histórias intelectuais da sociologia, bem como se outros temas, conceitos, categorias, repertórios teóricos e metodológicos emergiriam caso tomássemos como objeto de análise trajetórias, projetos e teses originais de um conjunto amplo de mulheres intelectuais. É isso o que procura fazer o artigo de Verônica Toste Daflon e Luna Campos, “Harriet Martineau: circulação e influência no debate público na primeira metade do século XIX”. Nele, as autoras contextualizam a produção das obras *How to observe morals and manners* (1838) e *Society in America* (1837) e caracterizam sua recepção a partir da análise de resenhas publicadas na imprensa britânica e norteamericana. Defensora da observação sistemática e disciplinada, Martineau advogou pioneiramente pelo desenvolvimento de regras específicas para a produção de conhecimento sociológico.

Embora tenha tido uma carreira bem-sucedida como escritora, jornalista e pesquisadora, Daflon e Campos mostram que seus resenhistas, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, ficaram divididos. Enquanto alguns ressaltaram a qualidade da sua pesquisa e de suas propostas de observação metódica, a maior parte resistiu à ideia de se construir e observar regras e critérios científicos de pesquisa e de promover a separação entre a observação casual e a observação sistemática. Além disso, seu trabalho foi assimilado às controvérsias políticas da época, sobretudo a respeito do *status* das mulheres, da democracia e da escravidão. Em um tempo em que não havia uma separação nítida entre ciência e literatura, assim como entre pesquisa e relato de viagem, Martineau não dispôs de uma comunidade ou de instituições que pudessem levar adiante, expandir e rotinizar sua proposta de uma “ciência da moral”.

Um acúmulo teórico emerge conforme leitores/as se engajam com múltiplas vozes e suas respectivas reflexões. Analiticamente, trata-se de reconhecer que contextos intelectuais¹ devem ser percebidos e reconstruídos por meio de suas controvérsias e disputas. Isso requer o esforço de compreender a multiplicidade de ideias, autores/as, disputas e lutas que conformam determinado contexto intelectual, evidenciando quão múltiplas são – e foram – as imaginações sociológicas. Se são leitores/as que criam cânones, cabe perguntar, então, como eles/as podem alargar – ou encolher – o escopo de temas, objetos, problemas e perguntas que compõem o centro da teoria sociológica. Nossas *recém-chegadas* tratam de temas caros ao mundo contemporâneo, enfrentando questões como a emancipação, o direito à diferença, os limites à liberdade, a definição da dignidade como projeto social e a exclusão. Esse é o caso de Nazira Zeineddine, autora libanesa e pioneira do feminismo islâmico, cujo trabalho é discutido por Miriam Cooke, no artigo “Nazira Zeineddine: the girl and the shaykhs”.

¹ De modo breve, definimos contexto intelectual como a teia formada pela interação dinâmica entre ações sociais – individuais, coletivas ou institucionais – produção das ideias (conceitos, categorias, produtos culturais etc.) e o processo social e histórico. Esse modo de circunscrever analiticamente o contexto guarda diálogo com as definições sugeridas em Skinner (2002), Williams (2013) e Anderson (2014).

O artigo enfrenta a difícil tarefa de reconstruir as ideias produzidas por integrantes de grupos subalternizados na dinâmica da vida intelectual. Cooke resiste à tentação de construir uma história de excepcionalidade dessa autora e de suas ideias e de retirá-la de seu tempo histórico, das polêmicas e debates que travou. Aos 19 anos, Zeineddine publicou *Unveiling and Veiling* (1928), uma crítica de quatrocentas páginas à prática de cobrir o rosto feminino no mundo árabe-muçulmano. A autora citava escrituras islâmicas, discursos de autoridades religiosas e seculares e fontes ocidentais, como John Stuart Mill, para defender a participação da mulher na vida pública, a razão e religiosidade femininas, a igualdade de homens e mulheres diante de Deus e a parceria no casamento. O véu, segundo Zeineddine, não era um “sinal” da inferioridade feminina, mas o próprio instrumento de produção do silêncio, da invisibilidade e da ignorância. O livro, de acordo com Cooke, redefiniu os termos do conflito entre elites religiosas e o movimento de mulheres no Líbano por décadas, caindo numa surpreendente obscuridade em seguida. Cooke investiga as causas de tal esquecimento, elucidando os capítulos seguintes da vida de Zeineddine.

Para além de uma necessária e importante política de representação que incorpore um conjunto mais amplo de vozes, tornar a “polifonia” constitutiva da teoria sociológica modifica o modo como percebemos, descrevemos e analisamos a própria sociologia, seus avanços e limites. De volta às *recém-chegadas*, inscrevê-las na teoria sociológica visa demonstrar que grupos sociais variados sempre estiveram discutindo, produzindo ideias e intervindo no debate, ou seja, que foram múltiplas as vozes que participaram das controvérsias teóricas de um tempo histórico e que, portanto, ajudaram a sistematizar e a configurar o conhecimento sociológico.

Mobilizar essas *recém-chegadas*, no entanto, não pode limitar-se à construção de uma política de presença de temas e de autoras, ainda que ela seja importante. Antes, trata-se de assumir a interlocução com esses modos de teorizar, construir objetos, temas e problemas de pesquisa, aderindo ou recusando, mas sobretudo as inserindo nas controvérsias teóricas, políticas e culturais, isto é, fazendo-as sincrônicas e, portanto, contemporâneas aos

seus respectivos tempos históricos. De volta à provocação de que leitores/as são parte fundamental da construção de um cânone, então, precisamos ler, falar, discutir e discordar, porque isso é fundamental para a construção do debate teórico da sociologia.

Verônica Toste Daflon é Doutora em Sociologia (IESP-UERJ), é professora adjunta do Departamento de Sociologia e Metodologia em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da mesma instituição.

✉ veronicatoste@id.uff.br

Mariana Miggiolaro Chaguri é Doutora em Sociologia (Unicamp), é professora do Departamento de Sociologia da Unicamp e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da mesma instituição.

✉ chaguri@unicamp.br

Referências

1. ADELMAN, Miriam. Das margens ao centro? Refletindo sobre a teoria feminista e a sociologia acadêmica. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n.1, p. 284-288, 2003.
2. ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras*. Anarquismo e imaginação anticolonial. Campinas, Fortaleza: Editora da Unicamp, Ed. UECE, 2014.
3. CIXOUS, Hélène. *O riso da medusa*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.
4. REGARD, Frédéric. Apresentação. In: CIXOUS, Hélène. *O riso da medusa*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.
5. SKINNER, Quentin. *Visions of politics: regarding method*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002.
6. WILLIAMS, Raymond. Palavras-chave. In: *A Política e as letras*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

Recebido: 20 dez. 2022.

Aceito: 22 dez. 2022.



<http://doi.org/10.1590/18070337-125407-EN>

In defense of a polyphonic sociology: Introducing female voices into the sociological canon

Cynthia Lins Hamlin* 

Raquel Andrade Weiss** 

Simone Magalhães Brito*** 

Abstract

Recent controversies surrounding the sociological canon have foregrounded the need to think about the process of erasing and silencing ‘non-Western’ and female contributions to the discipline. By emphasizing the androcentrism of the sociological canon, our goal is to contribute to the construction of a less biased and limited sociology through the inclusion of female voices previously excluded from its official history. We start by briefly describing the conditions that enabled this exclusion, taking the Chicago women sociologists as an example, along with the emergence of a particular conception of theory and research associated with the formation of the classical canon. Next, by questioning the use of terms such as ‘founders,’ ‘classics’ and ‘canon,’ we maintain that the existence of a canon, classical or otherwise, plays a central role in the identity of the discipline and of social theory itself. Finally, in order to productively include the contributions of sociology’s women pioneers, we propose substituting the literary metaphor of the canon with a musical one: a type of polyphony that emphasizes the contrast between different voices and simultaneously establishes how they can be combined in a common tradition that makes dialogue possible.¹

Keywords: Canon, classics, women pioneers, polyphony.

¹ We are grateful to maestro Wellington Diniz and Márcio Lins for their assistance regarding the concepts of canon and fugue in the musical context. We also thank the Grupo de Estudos em Teoria Social e Subjetividades (GETSS) for the debates on the topics discussed here. Finally, we thank David Rodgers for proofreading this translation.

* Federal University of Pernambuco, Recife, PE, Brazil

** Federal University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brazil.

*** Federal University of Paraíba, João Pessoa, PB, Brazil.

En defensa de una sociología polifónica: introduciendo las voces femeninas en el canon sociológico

Resumen

Controversias recientes acerca del canon sociológico han puesto de manifiesto la necesidad de pensar el proceso de borrado y silenciamiento de las aportaciones “no occidentales” y femeninas a la disciplina. Al enfatizar la dimensión androcéntrica del canon sociológico, nuestro objetivo es contribuir a la construcción de una sociología menos sesgada y limitada a partir de la inclusión de voces femeninas excluidas de la historia oficial de la disciplina. Inicialmente, hacemos una breve descripción de las condiciones que permitieron excluir esas voces, tomando como ejemplo a las sociólogas de Chicago, posibilitando el surgimiento de una particular concepción de la teoría y la investigación asociada a la formación del canon clásico. Luego, al enfatizar el uso de términos como “fundadores”, “clásicos” y “canon”, argumentamos que la existencia de un canon, sea clásico u otro, juega un rol central en la identidad de la disciplina y de la propia teoría social. Finalmente, para incluir productivamente los aportes de las pioneras de la sociología, proponemos sustituir la metáfora literaria del canon por una metáfora musical: una especie de polifonía que enfatiza el contraste entre diferentes voces y, al mismo tiempo, establece cómo esas pueden combinarse en una tradición común que hace posible el diálogo.

Palabras clave: canon, clásicos, pioneras de la sociología, polifonía.

Introduction

A retrospective survey of the major debates in sociology offers a glimpse of something that would not go unnoticed by a historian of science, an epistemologist or indeed any remotely attentive reader: we are always in the midst of different crises of legitimacy and identity, seeking to justify our existence as a necessary and minimally autonomous field of knowledge. Surprisingly, sociology itself does not seem to have taken very seriously the ways in which these crises have helped shape our identity, excluding from its official history the social, political and cultural processes involved in the construction of canonical texts and authors in search of legitimation.

A cursory examination of our course programs reveals highly unrealistic conceptions of the history of the discipline, suggesting to our students that sociology emerged almost entirely as the product of the genius of just a few individuals (all white men) intellectually capable of exploiting the conditions provided by the revolutions that characterized European modernity. As a consequence, academic training in sociology has been based on curricula whose relationship with theory is deeply attached to study of the classics, “a small canon of big books and foundational authors everyone should be familiar with” (Abrutyn; Lizardo, 2021, p. 1). This constitutes one of our most distinctive features as a discipline. What is often left out of our curricula is the antagonistic and exclusivist dimension of our discipline’s constitution, something that has been questioned in recent decades, especially from feminist and decolonial perspectives.

As has become increasingly evident, social theory bears the imprint of a Eurocentric and androcentric bias (Alatas; Sinha, 2017) that undermines its purported universality and objectivity. Reactions to this contemporary crisis are many and varied, but one aspect seems to be shared by them all: the need to rewrite the history of sociology and social theory in order to account for the innumerable voices erased and silenced from the ‘official’ history told in the canonical texts. What remains a matter of debate is whether this canon should be expanded or whether we should abandon any reference to it so as to make space for the plurality of voices and perspectives involved in the analysis of society and social relations.

Our focus here will be on the androcentrism of the canonical texts, a dimension whose critique seems to centre around five main approaches, distinguishable only in analytic terms. The first can be associated with the development of a feminist epistemology that constitutes the basis for a ‘deconstruction’ of classical texts that highlights how masculinity operates as a hidden but fundamental category in the understanding of domination (for example, Smith, 1974, 2007; Stanley; Wise, 1993; Collins, 1990). The second entails a type of immanent critique of canonical texts to identify the more or less implicit conceptions of women, femininity

and gender relations (Sydie, 1994; Felski, 1995; Marshall; Witz, 2004; Chaboud-Rychter *et al.*, 2014). The third set of approaches are linked to the sociology of knowledge, or an intellectual history, and emphasize the biographical and social dimensions of constructing theory, including the personal relationships of the canonical male theorists with women and other gender-related experiences (Gane, 1993; Ketler; Meja, 1993; Deegan, 1991; Cross, 2020; Harding, 2021). A fourth approach involves the dissemination and analysis of the thought of women authors who have been rendered invisible or erased from the history of sociological thought, with an emphasis on those who published between the 1830s and 1930s, such as Flora Tristán, Harriet Martineau, Jane Addams, Anna Julia Cooper, Beatrix Potter Webb, Marianne Weber, among others (for example, Lengermann; Niebrugge, 2007; Deegan, 1988b; Mata, 2014; Daflon; Sorj, 2021; Alcantara, 2021; Campos, 2021; Santana *et al.*, 2021; Zanon *et al.*, 2022). Finally, the fifth tendency identified by us calls into question the construction of the canon itself, emphasizing mechanisms of inclusion and exclusion of particular authors and themes (e.g., Stacey; Thorne, 1985; Platt, 1994; Sprague, 1997; Connell, 1997, 2020a; Deegan, 1988a; Outhwaite, 2009; Evans, 2009; Baehr, 2016).

Our discussion here will be based on this fifth approach. We aim to contribute to the construction of a less exclusionary and less biased sociology, but without imploding the disciplinary boundaries that constitute our identity as sociologists. To this end, we propose to make the sociological canon more 'polyphonic' by including a number of women's voices that have been erased from the history of the discipline. In this sense, investigating how the relationship between Social Theory and the classical sociological canon was established is important to point out some general mechanisms of women's exclusion in this process. It also allows us to propose the metaphor of the musical canon as a form of polyphony to suggest how different voices can be combined in a common tradition that ensures the possibility of dialogue between them.

Sociology's founding moment and the presence of women

Even though the so-called 'founding fathers' of sociology were European, pointing to a European intellectual hegemony, from an institutional point of view the history of sociology is rather more complex.² First coined by Auguste Comte, the term sociology spread to several countries from the 1850s on and the world's first departments and chairs of sociology emerged from the 1880s. Sociological practice and teaching during this period were not yet professionalized, however. In the United States, for example, the courses that made up sociological curricula were generally taught by people with no training in the field and included topics alien to our contemporary sensibilities such as 'anthropological geography,' 'history of English cities and towns,' 'modern socialism,' 'organized philanthropy' and 'private property rights' (Abbott, 1999). By the same token, when Albion Small, founder and first professor of Chicago's Department of Sociology, named the journal he edited between 1895 and 1926 the *American Journal of Sociology*, what he meant by the term sociology was 'neither an academic discipline nor a subject matter', but something rather more vague denoting that 'formal theories about society were relevant to practical social reform, a claim that went beyond cognitive assertion to invoke specific moral and religious values' (Abbott, 1999, p. 85). Sociological theories, for their part, only began to be classified and organized from the 1930s, when the process leading to the global hegemony of American sociology began, driven by the influx of intellectuals escaping the spread of fascism in Europe between 1930 and 1945, who helped build a philosophically sophisticated sociology that was less parochial in its interests (Steinmetz, 2007).

² It is worth noting that, from the perspective of national university systems, several countries in the Americas and Asia already had sociology departments or chairs by this period. The Sociology Department at the Imperial University of Tokyo dates from the early 1880s (although undergraduate sociology courses were only established in the mid-twentieth century), and the first chairs of sociology in Latin America were founded in Peru (1896), Argentina (1898) and Bolivia (1902) (Dufoix, 1921) – that is, well before Durkheim managed to transform the chair of Science of Education in Paris into the chair of Education and Sociology in 1913. In the United States, the first sociology departments were created in Chicago (1892) and Columbia (1893).

Although the sociology produced in the United States between the 1890s and 1930s was considered provincial and not yet professionalized, the history of sociological production in Chicago during this period is especially instructive since it illustrates three related issues: the kind of sociology practiced in the period, the relatively arbitrary nature of the establishment of the classical canon, and the erasure of women's production from the history of sociology. The founding of the Chicago Department of Sociology comes at a time when 'the university was replacing the college as the dynamic center of American higher education, [...] and becoming the chief institutional identification for the practitioners of the formal disciplines' (Cravens, 1971, p.7). As in other sciences, practitioners of sociology needed to engage in the construction of the discipline. In addition to the elaboration of a theoretical-methodological corpus, this required not only the establishment of associations and specialized publications, but also the legitimization of this knowledge as socially necessary. Understanding the place and subsequent erasure of women's voices in this process necessitates comprehending what was then practiced under the title of Sociology and, especially, how this differs from contemporary practices. This point needs to be emphasized because consideration of the Chicago School as a foundational moment of sociological research is still very much based on the idea that the work of men such as W. I. Thomas and Albion Small bears close comparison to our contemporary understanding of the meaning of sociological research.

The institutional development of sociology was marked by two important aspects related to industrial capital's interests in funding the US university system: first, the political environment that valued science demanded that sociology move away from Christian perspectives of reform and social work towards notions such as objectivity and scientism, which would also deter radical ideas and movements (Johnston, 2018). Second, it was important to strengthen an idea of 'public utility.' In this sense, sociology, like other social sciences, needed to strike the right balance in order to respond scientifically to the crises and problems caused by industrialization without abandoning 'American values' (Johnston, 2018, p. 98).

These processes unfolded over the final decades of the nineteenth century and the first two decades of the twentieth. The founding of Chicago's Department of Sociology in 1892 is seen through today's perspective as a scientific endeavour *par excellence*, but the truth is that the term 'sociology' was also fundamentally political and as much associated with the promotion of 'settlements' as it was with the university. The settlement movement emerged in England in 1884 with the founding of Toynbee Hall in London's East End, whose main idea was 'bridging class differences by having privileged class young men live among the working poor' (Lengermann; Niebrugge-Brantley, 2002, p. 6). Its best-known American experience was Hull-House in Chicago, founded by Jane Addams and Ellen Gates Starr in 1889. The settlement house was a mixture of hall, home, university, research centre, clinic, café, apartment complex, gymnasium and catalyst for hope and social change. Although Hull-House and the myriad other social settlements modelled after it³ were founded and run mostly by white, middle-class female sociologists, they followed their British counterparts in believing that people from different social classes could develop experiences of coexistence and find solutions to the problems afflicting the city, based on the observation of daily life and the application of scientific methods. In this way, the network of women formed by the first American sociologists conducted an empirically-oriented research, grounded in fieldwork and statistics and applied to minority and disadvantaged groups. Lengermann and Niebrugge-Brantley (2002, p. 7) present six characteristics of these settlements:

- (1) It is a movement across class lines;
- (2) it requires [...] that people from a relatively privileged class attempt to live with people who are from disempowered classes;
- (3) it asks that living be done in "a neighborly relation";
- (4) it expects that the privileged class persons will learn from their experiences;
- (5) it suggests that that learning may be both informal and systematic;
- (6) it

³ In 1910, there were some 413 organisations in 33 US states that identified themselves as settlements. The high female profile can be observed from the gender distribution of participation in these settlements during this period: 1007 women residents to 322 men; 5718 women volunteers to 1594 men (Lengermann; Niebrugge-Brantley, 2002, p. 6).

expects settlement residents to use what they learn to change society to effect a more just distribution of socially produced goods.

For Mary Jo Deegan (1988a), the gender division of American sociology was institutionally centred in Chicago: The Department of Sociology was the abode of male sociologists; Hull House, of women sociologists. In the construction of the American sociological canon, the work developed at Hull-House was erased. It is important to stress, however, that the separation between feminine and masculine spaces at the end of the nineteenth century did not imply the constitution of radically distinct sociologies, but rather the recognition of the place women could occupy in the nascent university system. Women were mostly employed by exclusively female schools or colleges where research was not emphasised. Just as the sociological work of women is misconstrued by its comparison with a contemporary model of research and professionalization, so too the work of men is overvalued by its description in terms of a theoretical logic that was in fact established much later.

In terms of the sociological aspect of the Hull-House women's work, it is interesting to note that many identified themselves as sociologists, participated as founding members of the ASA, presented papers at annual meetings, and held administrative positions (Deegan, 1988b, p. 142). In her survey, Deegan presents ten women authors who were active in sociological work at the time, publishing and participating in national and international networks: Jane Addams, Emily Balch, Charlotte Gilman, Florence Kelley, Julia Lathrop, Mary McDowell, Mary E. B. R. Smith, Anna G. Spencer, Marion Talbot and Ida B. Wells. Despite authoring only ten per cent of the *American Journal of Sociology's* publications from 1895 to 1940, women were a constant presence in the journal: in 45 years, only eight volumes had just one or no female author (Grant, Staple and Ward, 2002, p. 75). Even though research on the period highlights the difficulties women had in securing academic positions and the relative absence of theoretical publications, it is interesting to draw attention both to the continuity and consistency of female production and to the early use of a style that would

become valued and associated with men: the tendency towards empirical work and the use of statistics to understand social phenomena (Grant; Stalp; Ward, 2002, p. 77).

Nonetheless, this chapter of women's work in the history of American sociology has been replaced by the idea that women were closer to reform movements and the construction of welfare policies than they were to pursuing scientific goals. It is true that what Patricia Lengermann and Gillian Niebrugge-Brantley (2002) have called 'settlement sociology' developed in a tension between projects for social change and research, the latter characterized by strong normative aspects. It should be noted, however, that men also linked sociological research to reformist ideals, as was the case of both W.I. Thomas, who was directly influenced by Jane Addams and Hull-House, and George Herbert Mead, who believed in the importance of science for the improvement of social life (Deegan; Burger, 1981).

The path towards a disinterested sociology, radically distanced from reformist notions, only started to be emphasized at the beginning of the twentieth century. According to Andrew Johnston (2014, p. 171), 'as the state called increasingly upon social research to stand above partisan politics and to use these new frontiers of knowledge to provide a semblance of order to the national and international disruptions of the age, objectivity became an increasingly necessary fiction'. Amid the tensions surrounding the outbreak of the First World War, the political engagement and critique produced in the settlements began to be viewed in a bad light. With the entry of the United States into the war, these women and the idea of practices and experiments in promoting social change became targets of criticism from the public, colleagues and the government due to their alleged pacifist and feminist radicalism. Gradually, they were no longer identified as sociologists by their colleagues, but primarily as social workers. In a time and place when sociology as a whole was geared towards solving practical problems and had little inclination for theoretical reflection, their contributions were erased from the annals of Sociology. Across the period of the two world wars, the engagement of early female sociologists was replaced by a scientific model, especially one involving quantification logics. According

to Johnston: 'The point was to protect the field from radicals who might undermine the institutional status of academic sociologists in the eyes of the American public, radicals who might also lead the social sciences toward statist experiments like Bolshevism or fascism.' (Johnston, 2018, p. 110).

It becomes clear, therefore, that the two main criticisms used to justify the exclusion of the work of Chicago women from the sociological canon were mutually inconsistent. With its reformist aspect, the work of the women of Hull-House was an effort to produce a secularized version of the ideas of social reform shared by men too. In present-day critique, the notion of reformism is used to refer to religious and conservative movements, but the 'reformist' foundation of settlement sociology was linked to a progressive debate about American democracy that involved both men and women and was shared by most of the pragmatist tradition. In turn, the critique of the political engagement of early women sociologists reveals how assumptions of neutrality are marked by logics of power. The exclusion of pacifism and feminism guaranteed sociology a place among the sciences useful to the US State. William F. Ogburn, elected president of the American Sociological Society in 1929, went as far as to claim that 'sociology as a science is not interested in making the world a better place to live,' and 'it will be desirable to taboo ethics and values (except in choosing problems)' (quoted in Clark, 2013, p. 217). Thirty years earlier, this statement would not only have sounded surprising, but it would have excluded most men from the field of sociology (Johnston, 2014; Clark, 2013).

Although the male production linked to the University of Chicago shared many characteristics with the production of the women of Hull-House, sociological processes of disciplinarization and professionalization gradually became associated with the development of Social Theory, partially concealing the power mechanisms in question. If, in Turner's words (2009, p. 551), social theory now began to find a 'disciplinary home' in Sociology, this demanded theoretical writing of a specific kind: systematised and grounded in the history of canonical texts. Thus, while this helps explain why sociologists connected to the University of Chicago did not come to acquire the status of classic authors, it also highlights some

of the reasons why they were not excluded from the history of sociology – and to some extent from the sociological canon – as happened with the women linked to Hull-House.

As we mentioned earlier, the classification and organisation of formal theories of society gained momentum in the 1930s, especially after Talcott Parsons, laying the foundations for a project of internationalization of sociology based on US hegemony. The point here is not to reduce the history of sociology to such processes, but to highlight that the construction of this hegemony depended on the silencing of those voices that did not lend themselves to the construction of a ‘scientific’ sociology that combined the impulse towards the organised and hierarchical construction of concepts (of the kind Parsons, for example, took from his neo-Kantian colleagues) with the systematic revision of past theories (Turner, 2009). This culminated in a conception of theory as a deductive and conceptually precise general scheme, capable of presenting logical relationships between its analytic elements and the empirical facts to which the theory refers, constructed from a synthesis of the different theoretical systems classified earlier (Parsons, 2010; Holmwood, 1996).

From the perspective of empirical research, the relatively loose character of the methods and techniques adopted in Chicago’s research, or even those advocated by a Harriet Martineau or an Émile Durkheim, become more aggressively scientific with the development of Paul Lazarsfeld’s ‘instrumental positivism’⁴ between the 1930s and 1960s.

As is well known, the internationalization of sociology in the post-war period owed much not only to US sociology but to the US government, large

⁴ It ‘is instrumental insofar as it confines social research to only such questions as the limitation of current research instruments allow, and it is positivist insofar as this self-imposed constraint is indicative of a determination on the part of sociologists to submit to rigours comparable to those they attribute to natural sciences (Bryant, 1985, p. 133). In this sense, unlike Auguste Comte’s brand of positivism, fully compatible with theoretical and philosophical assumptions, Lazarsfeld’s kind was closer to the logical empiricism of the Vienna Circle, making theoretical work especially innocuous for empirical research. Nevertheless, Parsons’ conception of theory is not incompatible with the instrumental positivist principle in which a quantitative social science provides the instruments necessary for the application of a natural science model to Sociology (Hamlin, 2011).

foundations like Ford and Rockefeller, and international organisations such as UNESCO (Drouard, 1989). Motivated in part by the desire to provide an alternative to communism (Turner, 2009), these organisations made scholarships available to students and teachers and funded new or existing research and institutions worldwide, helping to spread a universalist-tinged conception of sociology that largely conceived sociological theory in Parsonian terms and empirical research in Lazarsfeldian terms (Hamlin, 2011).⁵

What is at stake is not just the production of knowledge, but its circulation and reception, which cannot be dissociated from broader cultural processes. The project of internationalization of sociology that replaced the development of national sociologies after the Second World War was especially important because it helped reconfigure the very definition of the discipline and the debates considered relevant, now restricted to 'social theories, the development of a culture of professionalization and an affirmation of universalization of its perspectives and practices' (Patel, 2010, p. 3). This hegemony began to be questioned with the emergence of the protest movements of the 1960s and 1970s across much of the world, reconfiguring post-war cultural assumptions. Among these, the most influential were the questioning of the canon (Wallerstein, 2007) and the universality of the US conception of sociology. The reconstitution of Marxist, feminist and environmentalist approaches, as well as new interventions in identity theories, led to a radical questioning of the relations between European and US social theory and the ruling elites. By the end of the 1980s, therefore, social theory had incorporated a multiplicity of perspectives with no consensus about the definition of social theory (Patel, 2010).

⁵ In Brazil, for instance, Florestan Fernandes and Roger Bastide were funded by UNESCO in the 1940s to develop their research on race relations. Organizations such as the Ford Foundation and USAID were also instrumental in the establishment of Brazil's postgraduate programs, such as the Master's Course in Anthropology at the National Museum in Rio de Janeiro and the Integrated Postgraduate Program in Economics and Sociology (PIMES) in Pernambuco. As Heraldo Souto-Maior's research shows, the justification for PIMES's creation provided in the fundraising project submitted to the Northeast Development Office (SUDENE), USAID and the Ford Foundation was based around the creation of applied research laboratories. These would address the "insufficient attention given to concrete problems of Brazilian reality, the absence of systematic empirical studies of this reality, and the persistence of ideological-dogmatic orientations" (Souto-Maior, 2005, p. 28).

When we turn to consider sociology's external boundaries, the issue becomes even more complex. Approaches such as cultural studies, postcolonial studies and gender studies have placed under suspicion a discipline whose main authors are members of a club largely restricted to dead white men from the Global North. By questioning sociology's eurocentrism and androcentrism, social theory itself has become the target of a reconfiguration that calls into question sociology's very relevance and identity. The search for a general theory based on a conception of the classics inspired by the ancient humanities is eschewed by the 'new humanities'⁶ in favour of a 'decolonized' and 'post-theoretical' world.⁷ Pushed to its limits, however, the implosion of disciplinary boundaries, the emphasis on the inclusion of marginalised or silenced voices and the refusal of grand historical narratives can generate a conception of social theory ample enough to include in the same register intellectuals as diverse

⁶ The concept of 'new humanities' has been used in reference 'not to a particular area of knowledge, but as the human dimension of all knowledge' (Miller; Spellmeyer, 2015, p. xxiii). It also corresponds to what Caillé and Vandenberghe (2021, p. 19) define, somewhat dismissively, as 'Studies': 'a heap of anti-disciplinary investigations, such as Cultural Studies, Media & Communication Studies, Governmentality, Women & Gender, Subaltern, Postcolonial, Critical Whiteness etc., which specialise in (a)systematic inquiry involving the power/discourse connection. [...] the *Studies* scrutinize and criticize discourses, texts, knowledges, representations, epistemes and ideologies, unveiling structures of political, patriarchal, and racial domination, among others, which are consciously or unconsciously sustained, reflected or reinforced by those discourses'.

⁷ Although the decolonial project involves a rather heterogeneous array of methodological approaches, normative concerns and political projects, two main elements can be emphasised: it takes colonialism, empire and racism as its object; and it seeks to establish alternative ways of thinking about the world and political praxis, based on the ideas of plurality, positionality and the impact that the inclusion of 'difference' can have on knowledge (Bhambra *et al.*, 2018). But whereas the concept of decoloniality has been widely incorporated by sociology, the concept of post-theory seems to have been more generally used by the 'new humanities' in favour of eclecticism and in opposition to a conception of theory based on grand narratives and as an end in itself (Valente, 2021). The idea of post-theory, though it cannot be understood as a straightforward opposition to theory, emphasizes theorization as a process of 'mutual contamination between theory and empiria' (Laclau, 1999, p. xii), takes into account the philosophical critique of some of the main concepts of the modern philosophical canon (subject, identity, truth and so on), and assumes a more pragmatic orientation towards the problems and particularities of 'real life' (Turnbull, 2003).

as Nina Simone, Mia Couto and Raewyn Connell.⁸ It is in this sense that discussions about the relevance of the sociological canon, including the classical canon, have acquired new contours.

Past and recent debates concerning the idea of the classic and its correlates

As the last of the social sciences to become institutionalized, sociology relied on a plethora of reflections on society produced by philosophers, economists, historians, psychologists, anthropologists and social reformers (Collins, 2009), along with the construction of metaphors and analogies related to the contents of other established sciences, especially biology. Faced with the absence of an exclusive class of phenomena, sociology's object and methods needed to be carefully constructed to justify its existence, often in opposition to the other social and human sciences. As we have seen, this construction involved a lengthy process of selection – that is, the erasure, forgetting, denial and emphasis – of what was already being produced by social thought and theory in the quest for a properly sociological theory. After all, 'social thought' and 'social theory' are broader than 'sociological theory.'⁹ Social theory, both the term and its object, precedes sociology,

⁸ See, for example, the webpage devoted to the thinkers of 'Global Social Theory' in Gurinder Bhambra's project for decolonising the university: <https://globalsocialtheory.org/category/thinkers/>

⁹ The difference between social thought and social theory concerns the degree of systematization and formalization of reflections on society. In broad terms, while social theory tends to be associated with science-driven forms of abstraction, social thought may include 'pre-scientific' reflections, common sense and, occasionally, be linked to social philosophy. This distinction is not absolute, however, and depends on the national tradition in question. Thus, while authors such as Julian Go (2016, p. 1) define social theory as "the abstract form of social science research" – a definition associated with British and US traditions – in Germany social theory is an activity routinely developed by philosophers (we can just think of the entire critical theory tradition, for example). In France, the idea of social theory as a special kind of activity in the social sciences makes little sense since theoretical activity is not conceived to be separate from empirical research. The conception of social theory as an interdisciplinary area of concern to the social sciences as a whole (including their philosophical assumptions) was popularised in the 1970s by Anthony Giddens (1971), who further established a distinction between social theory and sociological theory – the latter a particular type of social theory pertaining to modern, capitalist or industrial societies.

has been developed within and beyond the discipline, and only found a 'disciplinary home' in sociology in the early decades of the twentieth century (Turner, 2009, p. 551), along with processes of professionalisation, institutionalisation, internationalisation and canonisation. Much of what was produced as social thought and social theory never became part of sociology, only what could be incorporated as part of a political project of disciplinary institutionalization that occurred within national institutions of higher education, professional associations and national and international specialized journals (Heilbron, 2013).

What we today conceive as 'the classics of sociology,' particularly the works of the so-called 'founding fathers' (Marx, Durkheim and Weber), were only definitively established as such in the 1970s (Giddens, 1995). In this sense, this is a very recent foundation myth, which, as mentioned before, was gestated in the 1930s with the publication of *The Structure of Social Action* by Parsons, regarded by many as the 'inventor' of the sociological canon (Wallerstein, 2007; Calhoun, 2007; Connell, 1997; Giddens, 1995). But if the canon for Parsons was Durkheim, Weber, Pareto and Marshall, it was the introduction and dissemination of Marxist thought in the 1960s that helped replace the latter two authors with Marx himself.

The process of 'denaturalization' of the classics has direct implications for our disciplinary field, therefore, and should be considered against the backdrop of an old quarrel in Sociology that has acquired new contours in recent years. A review of the literature directly addressing this question allows us to identify five typical-ideal positions with numerous nuances that tend towards one or other pole of the debate: 1) the positivist rejection of the classics, 2) the structuralist rejection of the classics, 3) the political rejection of the classics and/or the canon, 4) the defence of the classics in a restricted canon, and 5) the defence of the classics in an expanded canon.

The first of these positions, the 'positivist rejection of the classics,' aims to bring sociology closer to the natural sciences, conceiving its development in terms of knowledge accumulation. Among the most notable exponents of this position are Robert Merton (1968), whose work engendered a

polemic concerning the importance of history for sociology, and Jonathan Turner, with his post-positivist proposal of an analytical sociology (1992). The construction of a 'structuralist rejection of the classics' (see How, 2016, p. 11) was based on authors diametrically opposed to positivism, like Roland Barthes (1977) and Michel Foucault (1969) who placed the idea of authorship under suspicion.

Still among those positions suggesting that sociology would be better off without reference to the classics, we recently find what can be called the 'political rejection of the classics' or, more precisely, a 'political rejection of the canon.' Although adherence to such a position may take diverse forms and justifications, its most exemplary formulation came from the pen of Raewyn Connell (1997, 2019), who not only undertook a critical and creative reading of canonized authors, revealing the connections between construction of the canon and the colonial enterprise (1997), but also argued that sociology would be better off without any canon (2019). While Connell's argument looks towards the construction of a more polyphonic sociology, which does not presuppose condemning the so-called classics to silence, she is often considered the spokesperson for various movements advocating the complete implosion of the canon, invalidating the reading and even the teaching of the texts of these 'dead white men.'

At the other end of the spectrum are those who extol the sociological relevance of authors from the past. Here we can identify at least two typical ideal positions. At one extreme, we encounter something like a 'defence of the classics in a restricted canon' – that is, the idea that the classics should be restricted to a small number of already established authors by virtue of their central role in conferring identity and disciplinary unity to sociology. Arguments of this kind are found exemplified among authors such as Talcott Parsons (1937), Jeffrey Alexander (1987) and Anthony Giddens (1971). Interestingly enough, many of the movements that challenge the Eurocentric and androcentric character of sociology also end up drawing on the centrality of the classics, the canon, or occasionally the founders in order to justify their confrontation of hegemonic theories and practices

in sociology. This position can be termed a 'defence of the classics in an expanded canon' (e.g., Adams; Sydie, 2001; Ritzer; Stepnisky, 2011; Outhwaite 2017).

Lastly, in discussions concerning the recuperation of texts and authors erased by the construction of an overly restrictive collective memory, the question of the past is posed in different terms. What is at stake here is not the refutation of concepts such as founder, classic or canon, but the questioning of who or what merits these titles. In this text we focus our attention on those works that denounce the overly restrictive character of this select group of authors and texts to which sociology usually attributes a privileged status. We start from the assumption that the existence of a group that enjoys these prerogatives continues to play an important role in sociology, but we also believe in the need for a critical review of the practices and theoretical horizons of the honorary members of this club.

So far, we have used expressions such as classic, canon, pioneer and founder somewhat loosely and interchangeably, reflecting how they are normally used in everyday academic life and in texts dedicated to the topic (see Baehr, 2016, p. 1; How, 2016, p. 232). However, any consideration of the place to be accorded to the forgotten contributions of early women sociologists requires us to specify the different meanings of these expressions.

This aim in mind, we can turn to the works of Alan How (2016) and Peter Baehr (2016), whose recent critical analyses of this topic constitute an interesting starting point for our argument. Although they pursue different paths, they share a preference for 'classic' over 'canon' and defend the existence and importance of 'classicality,' an inherent quality of certain works that makes them central to sociology. According to How (2016), one of the problems with conflating the idea of classic and the idea of canon is precisely the subsumption of the former into the latter. For the author, the term canon implies the intentional selection of a certain number of texts and authors, something that always supposes an ideological and institutional dimension, whereas the classics are invested with intrinsic characteristics that constitute their exceptionality. Mixing the two registers implies that the

notion of classicality is an arbitrary construction, thus depriving classical works of their inherent value. A purely internalist view of the classics, on the other hand, entails the equally mistaken view that they become canonical exclusively by their own virtues, removing the social and political dimensions implied in the very definition of a classic (How, 2016, p. 232-4). According to the author, these are distinct concepts that need to be treated as such: while a canon presupposes a collectivity and can be determined with precision – by institutional decree, by the proposition of authors in a collection, by the establishment of a curriculum, and so on – a classic is always assessed in terms of its singularity and has something indeterminate about it. Its value demands a much longer process of appreciation of the internal quality of the work by a community.

While How's argument helps us differentiate the terms in question and draw attention to the impossibility establishing a classic by decree, it fails to establish an important connection between canonicity and classicality. By defining classicality as something attributed in a rather indeterminate way, based on the critical reception of a community over many decades – about three generations, according to Collins (1997) – How fails to consider the conditions under which a work may be debated. In other words, he fails to consider that in order for its *internal* value to be recognised, it must first have a chance of being read and, secondly, it must find an audience capable of perceiving its virtues. The work must be understood. But even if there are no necessary relations between canonicity and classicality, a work can never become a classic if it is excluded from the canon.

While in How's work we find an already carefully nuanced discussion of the need to clarify the concepts in this debate, Peter Baehr's book, originally published in 2002 with a new edition in 2016, presents a discussion that is simultaneously broader and narrower. Broader because it adds the concept of 'founder' to those of 'classic' and 'canon.' Narrower because it performs a theoretical and etymological analysis that often lends a literal sense to a metaphorical jargon that is shared by a community and has little to do with its original meaning (Outhwaite, 2016). As a consequence, Baehr reasons,

only the notion of classic is worthy of serious consideration in sociology. While his reconstruction helps us render the terms and meanings of the debate more precise, we believe that a critical dialogue with his analyses can allow us to rehabilitate these concepts and reconfigure sociology's relations to its past as a precondition for establishing new parameters for its future, particularly regarding the presence of women in social theory.

Like How and several other authors (Susen; Turner, 2021; Alexander, 1987; O'Neill; Turner, 2001; Walby, 2021; Joas; Knöbl, 2017; Lukes, 2021), Baehr situates himself among those defending the existence of a 'classicality,' advocating that sociology continue to maintain an open dialogue with its classics. According to Baehr, one of the most important characteristics of the term 'classic' is that it refers to texts, not authors, insofar as it is this material legacy that can transform into something like the intellectual property of a community. Hence a classic must be a work whose reading is likely to inspire new works, not just because of the answers it provides, but also because of the questions it raises. Along the same lines, Baehr emphasizes that a classic text does not acquire this status simply by decree: it is a collective, open and long-term process.

Although he admits the importance of certain virtues intrinsic to the text, Baehr is highly attentive to the fact that the recognition of these characteristics always implies a work of hermeneutics. In order for a text to be taken as the focus of interpretative efforts, there must be a cultural resonance – that is, a cultural environment disposed to read it and be provoked by its words, which also guarantees the work's transmission to subsequent generations. It is through this process that texts acquiring the status of classics become part of the theoretical fabric of different generations across different territories, making the understanding of any subsequent work difficult without the reader sharing these references.

Some important points emerge from Baehr's argument concerning the classics. Although the discovery of the works of pioneering women is clearly insufficient by itself to turn them into classics, it is also evident that our tradition of social theory was developed in such a way that these works never

stood a chance of being included. The absence of a favourable environment – including within sociology itself – undermined the possibility of cultural resonance, preventing its transmission and critical reception. On the other hand, this concept of cultural resonance indicates that some of the works of pioneering women in sociology may acquire the status of classics given that their recovery has been mediated by a feminist engagement in academia that successfully works beyond the boundaries of areas such as gender studies.

This, however, is not an automatic process. Here we are faced with a complex issue concerning the justification of the importance of discovering the work of women who researched and wrote in sociology's early days. In other words, the pioneering character of a work is not enough to grant it the title of classic. Baehr presents a sophisticated discussion that allows us to see why the concept of founder – commonplace in our sociological vocabulary – is not useful for interpreting, defending or critiquing texts and authors belonging to the sociological tradition. Introductory courses and sociological textbooks often claim that Marx, Durkheim and Weber are the founding fathers of sociology and, for this reason, need to be studied. This same argument may be used to *not* study them: if they are only founders, their interest is merely historical. At the same time, if we discover women who were instrumental in founding sociology, why not study them?

One of the ways in which Baehr deals with this problem is to present two senses in which the concept of founder can be used: founder of a discourse and founder of an institution. The latter is easy to verify historically and can be attributed to specific people or institutions. Such is the case of the people mentioned above, when we referred to the establishment of the Chicago School, people like Albion Small. Still, Baehr argues, why should we deem it important for their work to be known by the entire sociological community? What can we learn from it? The former sense of 'founder' is, however, more problematic because a 'discourse' cannot be considered the product of an action but of an interaction. Hence, it cannot be founded. In this sense, Baehr also disallows any rapprochement between a classic and a 'discourse founder.'

Baehr also argues that the idea of founder has been widely mobilized in the field of the social sciences due to the supposed authority it confers: this, however, is the remnant of a religious logic in which the legitimacy of foundation comes from the existence of a powerful or exemplary ancestor who inaugurates a particular lineage. We could extend Baehr's argument by noting a conflation often made between founding a discipline (inaugurating, initiating) and establishing the fundamentals of a theory or a practice (establishing its bases).

For this reason, Baehr is critical of attempts made by authors such as Deegan, who justifies her defence of the work of pioneering women (often called 'founding sisters' or 'founding mothers') on ideological grounds rather than on the explanatory value of their production. What his critique seems to miss is the ethical dimension implied in political processes that lead to epistemic injustice¹⁰ and its many consequences, such as women's lack of access to positions that would allow more substantive theoretical developments or, more generally, their work's right to critical success. Although we follow Baehr in his diagnosis of the limited and even problematic nature of the idea of founder, we diverge by arguing for the importance of a critical historicization of the discipline.

Highlighting the idea of pioneering female figures can invite a deeper sociologically inquiry into the collective/social founding processes, bringing the historical perspective to the centre of the debate. Likewise, mobilising a historical perspective within the theoretical discussion allows us to think about the contingencies and biases that ended up causing certain authors to be read, and therefore appreciated, and others not. By refusing the heuristic value of the category of founder, Baehr ends up downplaying the importance of the historical dimension in the creation of sociology and the process of establishing the classic authors.

Something similar happens with the idea of the canon. Baehr approaches it in a narrow sense, as analogous to the theological and, by extension, the

¹⁰ For a discussion of how the concept of epistemic injustice has been used to justify the inclusion of more women in social theory, see Hamlin and Weiss (2021).

literary canon: a set of 'blessed' and sacralised texts that have the power to fix who should, can, or deserves to be read. By denying the importance of the notion of a canon, the author ends up attributing a minor importance to the definition of curricula, a factor that, in our view, plays a central role in the socialization of both undergraduate and postgraduate students, and has important consequences for research also. In other words, denouncing the religious character of the analogy sweeps the problem under the carpet rather than solving it since it fails to account for the relationships between the establishment of the canon and the institution of a classic. This point is particularly important when it comes to addressing the question that concerns us here, namely the non-existent or precarious participation of women in the sociological canon and its implications for the field of social theory. By refusing the pertinence of such a category, Baehr closes the door to the political and epistemic potential of such questioning, decreeing instead that, as "part of a wider dispute over the academic curriculum," the idea of the canon "has immersed itself in a polemic from which it can hardly be rescued" (Baehr, 2016, p. 2).

As we have already indicated, although both How and Baehr differentiate classic texts from canonical texts, we argue that there is a close connection between the two. Treating the discussion about the canon as something minor and subject to ethical and political contingencies ends up reifying the process by which a text attains a classical status – even if the two authors maintain otherwise. It also excises the ethical dimension from theoretical debates and renders the idea of situated knowledge meaningless. Ultimately, even if the presence of a text in the canon does not guarantee its classicality, its absence amounts to its erasure. While the canon is contingent and transient, it also operates as an invitation for other questions to be formulated, thus affecting the criteria used to determine classicality.

For the canon to attain this function, however, we need to move away from the theological-literary metaphor commonly used in sociology, whether by those who wish to see its implosion, or by those seeking to radically modify it, or by those keen to preserve its more or less traditional features.

Our final movement is not to propose a new canon with new texts. What we advocate here is to think about the canon¹¹ in terms of a musical metaphor that will allow us to consider how the introduction of new voices produces not a cacophony (Baehr, 2016, p. 143) but a polyphony.

Towards a more polyphonic canon

The concept of polyphony (or a plurality of voices) has been used as a metaphor in literature (Bakhtin), cultural studies (Edward Said) and postcolonial studies (Raewyn Connell). Connell (2021), in particular, seems to use this metaphor to contest the centrality of the canon in the social sciences. What she seems to forget, though, is that, in music, the canon is one of the main forms of polyphony, along with the fugue.

In Western music, polyphony refers to the simultaneous presence of two or more voices, sometimes called 'subject' and 'counter-subject,' which operate in contrasting fashion. Without contrast, which depends on the relative clarity of each voice and on their equilibrium, there is no polyphony. In fact, when two voices overlap, one tends to become dominant and the other becomes an accompaniment, causing an 'imbalance' to emerge between the two. The solution to this imbalance is to alternate the main theme or melody from one voice to the other, giving each an equal importance (Hamlin, 2016). The musical technique of combining two or more voices in contrasting ways is called counterpoint. In Said's (1993) 'translation' of this concept into more literary terms, counterpoint is the combination of an 'argument' and a 'counter-argument' by a subject and a countersubject.

The contrast that characterizes polyphony does not imply the complete independence of the voices participating in the counterpoint, therefore, neither is it a form of antagonism. The different voices need to be 'tuned' in the harmonic dimension, which relates to the possibilities for combining these voices according to certain rules (euphony and variety, consonance

¹¹ In his etymological reconstruction of the word 'canon,' How (2016, p. 248) identifies nine distinct meanings, all of which allude to the idea of certainty or precision. There is, however, no mention of the canon in its musical sense.

and dissonance, et cetera) that apply to a specific musical tradition (Groot, 2010). But while polyphony is not a form of antagonism, neither is it equivalent to something 'harmonious': dissonance is an important element in music, creating a sense of strangeness, tension or conflict that requires some kind of subsequent 'resolution.'

Polyphonic music can vary in terms of its musical form or structure. If all voices use the same melodic profiles, the outcome is homogeneous polyphony; if each of the voices uses a different melodic profile, then the result is heterogeneous polyphony (Groot, 2009). The pinnacle of homogeneous polyphony is the musical canon, something that involves the overlapping and unfolding of the same melody by different voices. In this sense, the canon is a form of imitation, but imitation is not the same as the reproduction of the identical. Some canons may involve only the input of the different voices at different tempos (a well-known example is the children's song *Frère Jacques*). Variation still exists because the voices may begin from different notes, sing at different tempos, in different timbres, and so on, but this is a fairly simple form of imitation. Other types of canon are more complex, for example when one of the voices plays the melody in an inverted or mirrored way, with distinct intervals between the voices, distinct tempos and the like. The combinations are endless, but the point to be emphasized here is that they are neither arbitrary nor devoid of logic. On the contrary, they are governed by rules that, like a grammar, allow for creativity and inventiveness. These rules (of counterpoint and harmony) are what ensures that polyphony does not turn into mere cacophony, a mishmash of sounds that are not so much dissonant as discordant, inhibiting the clarity of the distinct voices and, in this sense, any contrast and dialogue.

The fugue is another important form of polyphony. Unlike the canon, where the main theme is accompanied by itself (in imitation), the fugue introduces distinct themes to accompany the main theme. To ensure equal importance among the voices, the main theme is presented by all voices at different times – the name 'fugue' (Latin *fuga*, flee) derives from the fact that the theme 'escapes' from one voice to another (or from a subject to a countersubject). Most of the

time, fugues also feature contrasting themes that recur throughout the work, the so-called counter-themes. Even though the fugue presents greater contrast between voices (greater thematic diversity) than the canon, it is also governed by a common language regarding the rules of counterpoint.

Edward Said was a master of the use of polyphonic metaphors in his works in literary criticism and cultural criticism. In *Culture and Imperialism* (1993), for instance, he proposes a contrapuntal reading of certain works pertaining to the Western literary canon in order to account for the complex and complementary relations between metropolis and colony. According to Said (1993, p. 78), we undertake a counterpoint reading when 'we read from an understanding of what is involved when an author shows, for example, that a sugar cane plantation [in the Caribbean] is perceived as important for the maintenance of a particular way of life in England.' In more concrete terms, contrapuntal reading involves considering the simultaneity of themes, such as the lifestyle represented in the ritual of putting sugar in a cup of tea in England (the theme) and life on a sugar cane plantation in a Caribbean island (the counterpoint) in order to reveal what the canonical text both hides and presupposes.

By dislocating the metaphor of polyphony from literature to the social sciences, both social theory and sociological theory can be said to involve a plurality of voices. The difference is that while social theory presents a greater variety of themes and counter-themes, suggesting a fugue-like structure, sociological theory has assumed a canonical form, in the sense of something more homogeneous and, to a large extent, imitative. The canonical classics in particular, by performing a number of disciplinary functions, have set the standards and limits of what counts as sociology, including the themes considered central to the emergence of (Western) modernity: industrialization (economic dimension), rationalization (epistemological dimension), ideologization (political dimension), bureaucratization (organizational dimension), individualization (cultural dimension), and emancipation (philosophical dimension) (Susen, 2020, p. 99). It seems to us that the problem is not necessarily the limited number of themes that

the different voices of the classical sociological canon emphasize – although they can and should be expanded by social theory – but their Eurocentric and androcentric horizon.

It is important to consider that the addition or subtraction of voices to the classical sociological canon can change its overall configuration: just as the introduction of Simmel to the trio of Marx-Weber-Durkheim ‘radically reconfigures the place of culture’ (Outhwaite, 2016, p. 241), so too the introduction of female authors concerned with the ‘condition of women’ can reconfigure many issues, especially, though not exclusively, those tied to the androcentric bias of classic works. In particular, the counterpoint between erased female voices and canonized male voices can reveal alternative and contrasting perspectives of the same phenomenon. Consider the inclusion of two female authors, chosen somewhat randomly from our classroom experiences: Flora Tristán and Marianne Weber.

The dialogue between Flora Tristán, on one hand, and Marx and Engels, on the other, not only helps bring into focus the history of socialist thought and the labour movement, it can also be used to question the very definitions of labour and the working class (Campos 2021). Likewise, it can help problematize the idea of human emancipation, which, even in works like *Capital*, is taken as the exclusive initiative and responsibility of working-class men (Rubel, 2005).

For her part, the introduction of Marianne Weber as a counterpoint to Durkheim, Max Weber or Simmel allows us to understand some of the theoretical effects of the relative gender blindness of these authors. We can begin with Durkheim. While he perceived the conjugal family as one of the primary moral centres of the modern world (along with professional institutions), Marianne Weber argued that insofar as it does not guarantee ‘the coexistence of liberties in life as a couple’ (Mata, 2021, p. 70), marriage is nothing but an effect of the distortion of human life by patriarchy. Despite his diagnosis in *Suicide* (Durkheim, 2000) that marriage negatively affects male suicide rates and positively affects female rates (especially in the absence of divorce), Durkheim does not hesitate to condemn divorce and

the 'moral individualism' that underlies its advocacy by Marianne Weber. On one hand, this suggests a fundamentally masculine conception of moral collectivism (and thus of the social domain itself); on the other, it reveals the extent to which Durkheim's normative positions are not supported by a strictly sociological or rational diagnosis, but instead echo values that should be taken as pathological in the context of any complex and plural society.

In counterpoint to Max Weber (1982), who considers love and eroticism to be one of the last bastions of resistance to the rationalization and disenchantment of the world, Marianne Weber introduces an important tension by demonstrating how religious puritanism also contributed to the rationalization of marriage, sexuality and eroticism, softening some traces of the "patriarchal arbitrariness that goes in the opposite direction to the ethical content" of the marital bond (Weber, 2011a, p. 117). In this sense, this puritanism also made these traces compatible with the rationality of modern capitalism (Isaakson, 2020).

Read in counterpoint to Simmel, Marianne Weber's work allows us to relativize his tragic and bleak view of culture based on two distinct but interconnected arguments. Firstly, as explained by Lengermann and Niebrugge (2007, p. 211), Simmel's philosophical despair, grounded in a conception of money as something purely alienating, is denounced by Marianne Weber as a luxury of those who need not worry about it. In her view, for those to whom financial independence is denied, money is both a practical matter and a prerequisite for free moral action. Secondly, instead of a metaphysics of the sexes that opposes men and women as distinct and incommensurable beings, Marianne Weber avoids the Simmelian aporias concerning the possibility of a common humanity. For her, 'the concept and the idea of woman already contain the synthesis between her specific determination and destiny and those universal-humanities' (Weber, 2011b, p. 164). Even though she did not provide a precise formulation for this problem, she anticipates a contemporary argument about the relations between equality and difference, while avoiding a metaphysics that ends up denying the social and cultural dimension of human beings (particularly of women).

Concluding remarks

In suggesting the canon as a musical metaphor, our aim is to mobilize a theoretical construct that allows the creation of a space and, above all, a more polyphonic way of doing sociology that, while reiterating the importance and specificity of sociological practice, enables a more plural and less biased sociology. By proposing an expansion of the voices that participate in the discipline's canon, the idea is to ensure the contrast between different voices through the construction of counterarguments or distinct perspectives on the same phenomenon. As we have tried to show through our examples, it is not a matter of succumbing to a collecting impulse aimed at the uncritical addition of forgotten or obscure authors, but rather of including those voices that allow us to achieve a historical and systematic reconstruction of sociological theory. From a historical viewpoint, this presupposes understanding the social context that enabled the emergence of specific theoretical paradigms, offering a properly sociological treatment to the production of theories. From a systematic viewpoint, it implies the establishment of a dialogue between contrasting voices in order to show the limits and possibilities of the various theories. However, for these dialogues to be fruitful, these voices need to be minimally in tune, whether in terms of the sociological canon, with the introduction of divergent interpretations of similar phenomena, or in terms of social theory, with the introduction of new themes, questions and perspectives into sociological debates.

Cynthia Lins Hamlin holds a PhD in Political and Social Thought (Sociology) from the University of Sussex (UK) and is a professor at the Federal University of Pernambuco.

✉ cynthiahamlin@hotmail.com

Raquel Andrade Weiss holds a PhD in Philosophy from USP-FAPESP and is an associate professor in the Department of Sociology and in the Graduate Program in Sociology at the Federal University of Rio Grande do Sul.

✉ weiss.raquel@gmail.com

Simone Magalhães Brito holds a PhD in Sociology from Lancaster University (United Kingdom) and is an associate professor (III) in the Department of Social Sciences and Graduate Studies in Sociology at the Federal University of Paraíba.

✉ simonebritto@hotmail.com

References

1. ABBOTT, Andrew. *Department and discipline: Chicago Sociology at One Hundred*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.
2. ABRUTYN, Seth; LIZARDO, Omar. Introduction. In: ABRUTYN, S.; LIZARDO, O. (orgs.). *Handbook of Classical Sociological Theory*. Cham, Switzerland: Springer, 2021.
3. ADAMS, Bert N.; SYDIE, R.A. *Sociological Theory*. Boston: Sage, 2001.
4. ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. *Sociological theory beyond the canon*. London: Palgrave/Macmillan, 2017.
5. ALCÂNTARA, Fernanda Henrique C. Harriet Martineau (1802-1876): a analista social que inaugurou a *Sociologia*. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 47, n. 43, p. 1-17, 2021.
6. ALEXANDER, Jeffrey. The centrality of the classics. In: GIDDENS, A.; TURNER J. (orgs.) *Social theory today*. Oxford/Cambridge: Polity Press/Basil Blackwell, 1987.
7. BAEHR, Peter. *Founders, classics, canons: modern disputes over the origins and the appraisal of sociology's heritage*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2016.
8. BARTHES, Roland. *The death of the author: In image, music, text* (trad: S. Heath). London: Fontana, 1977.
9. BHAMBRA, Gurminder et al. Introduction: Decolonising the university?. In: BHAMBRA, G; GEBRIAL, D.; NIŞANCIOĞLU, K. (orgs) *Decolonising the university*. London: Pluto Press, 2018.
10. BRYANT, Christopher. *Positivism in social theory and research*. Hampshire: MacMillan, 1985.
11. CAILLÉ, Alain; VANDENBERGHE, Frédéric. *Por uma nova sociologia clássica: re-unindo teoria social, filosofia Moral e os studies*. Petrópolis: Vozes, 2021.
12. CALHOUN, Craig. *Sociology in America: An introduction*. In: CALHOUN, C. (org.), *Sociology in America: A history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.
13. CAMPOS, Luna R. Socialismo, gênero e trabalho: uma análise da União Operária, de Flora Tristán. *Plural, Revista de Ciências Sociais*, v. 28, n. 2, p.11-27, 2021.
14. CHABOUD-RYCHTER, Danielle et al. (orgs.). *O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. São Paulo/Brasília: Unesp/UnB, 2014.
15. CLARK, Terry N. *Prophets and patrons: The French University and the emergence of the social sciences*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2013.
16. COLLINS, Patricia H. *Black feminist thought: Knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. London: Harper Collins, 1990.
17. COLLINS, Randall. *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009.
18. COLLINS, Randall. A sociological guilt trip: Comment on Connell. *American Journal of Sociology*, v. 102, n. 6, p. 1558–1564, 1997.

19. CONNELL, Raewyn. Para uma sociologia mais ambiciosa, mais prática e de fato polifônica. In: CAILLÉ, A.; VANDENBERGHE, F. *Por uma nova sociologia clássica: re-unindo teoria social, filosofia Moral e os studies*. Petrópolis: Vozes, 2021.
20. CONNELL, Raewyn. Canons and colonies: The global trajectory of sociology. *Estudos Históricos*, v. 32, n. 67, p. 349-367, 2020.
21. CONNELL, Raewyn. Why is classical theory classical? *American Journal of Sociology*, v. 102, n. 6, p. 1511-1557, 1997.
22. CRAVENS, Hamilton. The Abandonment of evolutionary social theory in America: the impact of academic professionalization upon American sociological theory, 1890–1920. *American Studies*, v. 12, n. 2, p. 5–20, 1971.
23. CROSS, Máire F. *In the footsteps of Flora Tristan: a political biography*. Liverpool: Liverpool University Press, 2020.
24. DAFLON, Verônica T.; SORJ, Bila. *Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.
25. DEEGAN, Mary Jo (org.). *Women in Sociology: A bio-bibliographical sourcebook*. Westport: Greenwood Press, 1991.
26. DEEGAN, Mary Jo. *Jane Addams and the men of the Chicago School, 1892–1918*. Oxford: Routledge, 1988a.
27. DEEGAN, Mary Jo. Transcending a patriarchal past: Teaching the history of women in sociology. *Teaching Sociology*, v.16, n. 2, p. 141-150, 1988b.
28. DEEGAN, Mary Jo; BURGER, John. W. I. Thomas and social reform: His work and writings. *J. Hist. Behav. Sci.*, v. 17, n. 1, p. 114-125, 1981.
29. DEEGAN, Mary Jo; BURGER, John. George Herbert Mead and social reform: His work and writings. *J. Hist. Behav. Sci.*, v. 14, n. 4, p. 362-372, 1978.
30. DROUARD, Alain. The development of sociology in France after 1945. In: GENOV, N. (org.) *National traditions in Sociology*. London: Sage, 1989.
31. DUFOIX, Stéphane. For another world history of Sociology. *MAUSS International*, v.1, n. 1, p. 215-226, 2021.
32. DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
33. EVANS, Mary. Can women be intellectuals? In: FLECK, C; HESS, A; LYON, S. (orgs). *Intellectuals and their publics: perspectives from the social sciences*. Farnham: Ashgate e-books, 2009.
34. FELSKI, Rita. *The gender of modernity*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.
35. FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce qu'un auteur? *Bulletin de la Société Française de Philosophie* v. 63, n. 3, p. 73-104, 1969.

36. GANE, Mike. *Harmless lovers? Gender, theory and personal relationships*. London: Routledge, 1993.
37. GIDDENS, Anthony. *Politics, sociology and social theory: Encounters with classical and contemporary social thought*. Stanford: Stanford University Press, 1995.
38. GIDDENS, Anthony. *Capitalism and modern social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
39. GO, Julian. *Postcolonial thought and social theory*. New York: Oxford University Press, 2016.
40. GRANT, Linda; STALP, Marybeth C.; WARD, Kathryn B. Women's sociological research and writing in the *AJS* in the pre-World War II era. *The American Sociologist*, v. 33, n. 3, p. 69-91, 2002.
41. GROOT, Rokus de. Music at the limits: Edward Said's musical elaborations. In: OTTEN, W.; VANDERJAGT, A.; DE VRIES, H. *How the West was won: Essays on literary imagination, the canon and the Christian Middle Ages* for Burcht Pranger. Leiden: Brill, 2010. p. 127-145.
42. HAMLIN, Cynthia Lins. An Exchange between Gadamer and Glenn Gould on hermeneutics and music. *Theory, Culture & Society*, v. 33, n. 3, p. 103-122, 2016.
43. HAMLIN, Cynthia Lins. Breve metamedologia das Ciências Sociais. *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social*, v. 1, n. 1, p. 8-20, 2011.
44. HAMLIN, Cynthia Lins; WEISS, Raquel Andrade. A outra margem: quando o feminismo encontra a Teoria Social. *Revista Contraponto*, v. 8, p. 12-24, 2021.
45. HARDING, Sandra. Dreaming Marx, Engels, Durkheim, and Simmel. *Journal of Classical Sociology*, v. 21, n. 3-4, p. 280-282, 2021.
46. HEILBRON, Johan. The Social Sciences as an emerging global field. *Current Sociology*, v. 62, n. 5. p. 685-703, 2014.
47. HOLMWOOD, John. *Founding sociology? Talcott Parsons and the idea of General Theory*. London: Routledge, 1996.
48. HOW, Alan R. *Restoring the classic in sociology*. Traditions, texts and the canon. London: Palgrave Macmillan, 2016.
49. ISAAKSON, Anna. Classical sociology through the lens of gendered experiences. *Front. Sociol.*, v. 5, 532792, 2020.
50. JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang. *Teoria social: vinte lições introdutórias*. Petrópolis: Vozes, 2017.
51. JOHNSTON, Andrew. Despite Wars, scholars remain the great workers of the international: American sociologists and French sociology during the First World War. In: CHAGNON, M. E.; IRISH, T. (eds) *The academic world in the era of the Great War*. London: Palgrave Macmillan, 2018. p. 97-118.
52. JOHNSTON, Andrew. The disappearance of Emily G. Balch, social scientist. *The Journal of the Gilded Age and Progressive Era*, v.13, p. 166-199, 2014.

53. KETTLER, David; MEJA, Volker. Their “own peculiar way”: Karl Mannheim and the rise of women. *International Sociology*, v. 8, n. 1, p. 5-55, 1993.
54. LACLAU, Ernesto. Preface. In: MCQUILLAN, M.; MACDONALD, G; PURVES, THOMSON, S. (orgs), *Post theory: New directions in criticism*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
55. LUKES, Steven. Sociology’s inescapable past. *Journal of Classical Sociology*, v. 21, n. 3-4, p. 1-6, 2021.
56. LENGERMANN, Patricia; NIEBRUGGE, Gillian. *The Women Founders: sociology and social theory 1830-1930*. Long Grove: Waveland Press, 2007.
57. LENGERMANN, Patricia; NIEBRUGGE-BRANTLEY, Gillian. Back to the future: Settlement sociology, 1885–1930. *The American Sociologist*, v. 33, n. 3, p. 5–20, 2002.
58. MARSHALL, Barbara; WITZ, Anne. *Engendering the Social: feminist encounters with sociological theory*. Berkshire: Open University Press, 2004.
59. MATA, Giulle V. Dominação racional legal na sociologia do direito de Marianne Weber: apontamentos. In: ZANON, B. et al. (orgs), *A atualidade de Max Weber e a presença de Marianne Weber*. Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2021. Disponível em: <https://www.fundarfenix.com.br/>
60. MATA, Giulle V. Condição feminina e casamento a partir da obra de Marianne Weber. *Caderno Espaço Feminino*, v. 27, n. 2, p. 147-165, 2014.
61. MERTON, Robert K. On the history and systematics of sociological theory. In: MERTON, R. K. *Social theory and social structure* (enlarged edition). New York: Free Press, 1968.
62. MILLER, Richard E.; SPELLMEYER, Kurt. Reading and writing about the new humanities. In: MILLER, R.; SPELLMEYER, K. (eds), *The new humanities reader*. Stanford: Cengage Learning, 2015.
63. O’NEILL, John; TURNER, Jonathan. Introduction: The fragmentation of sociology. *Journal of Classical Sociology*, v. 1, n. 1, p. 5–12, 2001.
64. OUTHWAITE, William. *Teoria Social: um guia para entender a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
65. OUTHWAITE, William. Canons round again. In: BAEHR, P. *Founders, classics, canons: modern disputes over the origins and the appraisal of sociology’s heritage*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2016.
66. OUTHWAITE, William. Canon formation in late 20th Century British sociology. *Sociology*, v. 43, n. 6, p. 1029-1045, 2009.
67. PARSONS, Talcott. *A Estrutura da Ação Social*. 2 Vols. Petrópolis: Vozes, 2010.
68. PATEL, Sujata. Introduction: Diversities of sociological traditions. In: PATEL., S. (org.) *The ISA handbook of diverse sociological traditions*. London: Sage, 2010.
69. PLATT, Jennifer. The Chicago School and firsthand data. *History of the Human Sciences*, v. 7, n. 1, p. 57-80, 1994.

70. RITZER, George; STEPNIKY, Jeffrey. *Major social theorists*. Vol 1: Classical social theorists. Chichester: Wiley Blackwell, 2011.
71. RUBEL, Maximilien. The Emancipation of women in the works of Marx and Engels. In: FAURÉ, C. (ed), *Political and historical encyclopedia of women*. London: Routledge, 2005.
72. SAID, Edward. *Culture and Imperialism*. London: Chatto & Windus, 1993.
73. SANTANA, Selene Aldana et al. *Cuaderno de Trabajo: La participación femenina en la sociología clásica*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2021.
74. SMITH, Dorothy E. *Writing the social: Critique, theory, and investigations*. Toronto: University of Toronto Press, 2007.
75. SMITH, Dorothy E. Women's perspective as a radical critique of sociology. *Sociological Inquiry*, v. 44, n. 1, p. 7-13, 1974.
76. SOUTO-MAIOR, Herald. *Para uma história da sociologia em Pernambuco: a pós-graduação, 1963-2004*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.
77. SPRAGUE, Joey. Holy men and big guns: The can[n]on in social theory. *Gender & Society*, v. 11, n. 1, p. 88-107, 1997.
78. STACEY, Judith; THORNE, Barry. The Missing feminist revolution in sociology. *Social Problems*, v. 32, n. 4, p. 301-316, 1985.
79. STANLEY, Liz; WISE, Sue. *Breaking out again: Feminist ontology and epistemology*. London: Routledge, 1993.
80. STEINMETZ, George. American sociology before and after World War II: The (temporary) settling of a disciplinary field. In: CALHOUN, C. (org.), *Sociology in America: A history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.
81. SUSEN, Simon. *Sociology in the twenty-first century: key trends, debates, and challenges*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2020.
82. SUSEN Simon; TURNER, Bryan. Classics and classicality: JCS after 20 years. *Journal of Classical Sociology*. v. 21, no. 3-4, p. 227-244, 2021.
83. SYDIE, Rosalind A. *Natural women, cultured men: a feminist perspective on sociological theory*. Vancouver: UBC Press, 1994.
84. TURNBULL, Neil. Post-Theory: Theory and "the Folk". *New Formations*, n. 51, p. 99-112, 2003.
85. TURNER, Jonathan H. *Classical sociological theory: a positive perspective*. Belmont, CA: Wadsworth, 1993.
86. TURNER, Stephen. The future of social theory. In: TURNER, Bryan S. (org.), *The New Blackwell companion to social theory*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009. p. 551-566.

87. VALENTE, Luiz Fernando. Post-theory and beyond. *Rev. Bra. Lit. Comp.*, v. 23, n. 42, p. 21-37, 2021.
88. WALBY Sylvania. Sociology: Fragmentation or reinvigorated synthesis? *Journal of Classical Sociology*. v. 21, n. 3-4, p. 323-333, 2021.
89. WALLERSTEIN, Immanuel. The Culture of sociology in disarray: The impact of 1968 on U.S. sociologists. In: CALHOUN, C. (org.). *Sociology in America: A history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.
90. WEBER, Marianne. Authority and autonomy in marriage. Tradução e comentário introdutório de Craig R. Bermingham. *Sociological Theory*, v. 21, n. 2, p. 85-102, 2003.
91. WEBER, Marianne. Acerca de los principios de la ética sexual. In: IBARGÜEN, M. A. (ed.). *Marianne Weber: ensayos selectos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2011a. p. 111-125.
92. WEBER, Marianne. La mujer y la cultura objetiva. In: IBARGÜEN M. A. (ed.) *Marianne Weber: ensayos selectos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2011b. p. 127-164
93. WEBER, Max. Rejeições religiosas do mundo. In: GERTH, H.; MILLS, C.W. (eds) *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
94. ZANON, Breilla et al. (orgs). *A atualidade de Max Weber e a presença de Marianne Weber*. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2021. Disponível em: <https://www.fundarfenix.com.br>.

Received: Jun. 22, 2022.
Approved: Nov. 11, 2022

<http://doi.org/10.1590/18070337-125407-PT>

Por uma sociologia polifônica: introduzindo vozes femininas no cânone sociológico

Cynthia Lins Hamlin* 

Raquel Andrade Weiss** 

Simone Magalhães Brito*** 

Resumo

Controvérsias recentes em torno do cânone sociológico têm pontuado a necessidade de se pensar o processo de apagamento e silenciamento de contribuições “não-ocidentais” e femininas à disciplina. Ao enfatizar a dimensão androcêntrica do cânone sociológico, nosso objetivo é contribuir para a construção de uma sociologia menos viesada e limitada a partir da inclusão de vozes femininas excluídas da história oficial da disciplina. Inicialmente, efetuamos uma breve descrição das condições que possibilitaram a exclusão daquelas vozes, tomando como exemplo as sociólogas de Chicago, e a emergência de uma concepção particular de teoria e de pesquisa associada à formação do cânone clássico. Em seguida, ao tensionarmos o uso de termos como “fundadores”, “clássicos” e “cânone”, defendemos que a existência de um cânone, clássico ou não, desempenha papel central para a identidade da disciplina e da própria teoria social. Por fim, de forma a incluir de maneira produtiva as contribuições das pioneiras da sociologia, propomos substituir a metáfora literária do cânone por uma metáfora musical: um tipo de polifonia que enfatiza o contraste entre diferentes vozes e, ao mesmo tempo, estabelece como elas podem ser combinadas numa tradição comum que torna o diálogo possível.

Palavras-chave: cânone, clássicos, pioneiras da sociologia, polifonia.

* Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

*** Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

In defense of a polyphonic sociology: Introducing female voices into the sociological canon

Abstract

Recent controversies surrounding the sociological canon have foregrounded the need to think about the process of erasing and silencing 'non-Western' and female contributions to the discipline. By emphasizing the androcentrism of the sociological canon, our goal is to contribute to the construction of a less biased and limited sociology through the inclusion of female voices previously excluded from its official history. We start by briefly describing the conditions that enabled this exclusion, taking the Chicago women sociologists as an example, along with the emergence of a particular conception of theory and research associated with the formation of the classical canon. Next, by questioning the use of terms such as 'founders,' 'classics' and 'canon,' we maintain that the existence of a canon, classical or otherwise, plays a central role in the identity of the discipline and of social theory itself. Finally, in order to productively include the contributions of sociology's women pioneers, we propose substituting the literary metaphor of the canon with a musical one: a type of polyphony that emphasizes the contrast between different voices and simultaneously establishes how they can be combined in a common tradition that makes dialogue possible.

Keywords: Canon, classics, women pioneers, polyphony.

Introdução¹

Um olhar em retrospecto para os grandes debates da sociologia permite vislumbrar uma característica que não passaria despercebida a uma historiadora da ciência, a uma epistemóloga ou mesmo a qualquer leitora minimamente atenta: vivemos às voltas com crises de legitimidade e de identidade as mais diversas, buscando justificar nossa existência como campo de conhecimento necessário e minimamente autônomo. Curiosamente, a própria sociologia não parecia levar muito a sério as formas

¹ Agradecemos ao maestro Wellington Diniz e a Márcio Lins pela assessoria que nos ofereceram sobre os conceitos de cânone e fuga no contexto musical. Também agradecemos ao Grupo de Estudos em Teoria Social e Subjetividades (GETSS) pelos debates em torno do tema aqui discutido.

como essas crises têm ajudado a conformar nossa identidade, excluindo de sua história oficial os processos sociais, políticos e culturais envolvidos na construção dos textos e autores canônicos em busca de legitimação.

Um exame superficial em nossos programas de curso revela concepções muito pouco realistas da história da disciplina, sugerindo a nossos estudantes que a sociologia emergiu como mero produto da genialidade de uns poucos indivíduos (todos homens brancos) que souberam aproveitar as condições fornecidas pelas revoluções que caracterizaram a modernidade europeia. Como consequência, a formação em sociologia tem se baseado em currículos que deixam explícita uma relação com a teoria profundamente atrelada ao estudo dos clássicos, “um pequeno cânone de grandes livros e autores fundadores com os quais todos devem estar familiarizados”, constituindo uma de nossas características disciplinares mais distintivas (Abrutyn; Lizardo, 2021, p. 1). O que frequentemente fica de fora de nossos currículos é a dimensão antagônica e excludente de nossa constituição disciplinar, algo que vem sendo questionado nas últimas décadas, sobretudo, a partir de perspectivas feministas e decoloniais.

Como tem se tornado cada vez mais evidente, a teoria social carrega a marca de um viés eurocêntrico e androcêntrico (Alatas; Sinha, 2017) que coloca em questão sua pretensa universalidade e objetividade. As reações a essa crise contemporânea são as mais variadas, mas um elemento parece ser compartilhado por todas elas: a necessidade de reescrever a história da sociologia e da teoria social de forma a dar conta de um sem número de vozes apagadas e silenciadas da história “oficial” contada a partir dos textos canônicos. O que permanece em debate é se o cânone deve ser expandido ou se devemos abandonar qualquer referência a ele para dar conta da pluralidade de vozes e perspectivas envolvidas na análise da sociedade e das relações sociais.

Nosso foco aqui recairá sobre a dimensão androcêntrica dos textos canônicos, cuja crítica parece se concentrar em cinco abordagens principais, apenas distinguíveis em termos analíticos. A primeira pode ser associada ao desenvolvimento de uma epistemologia feminista que serve de base para uma espécie de “desconstrução” dos textos clássicos que evidencia como

a masculinidade opera como uma categoria oculta, mas fundamental, na construção da dominação (por ex., Smith, 1974, 2007; Stanley; Wise, 1993; Collins, 1990). A segunda diz respeito a uma espécie de crítica imanente dos textos canônicos a fim de identificar concepções mais ou menos implícitas sobre mulheres, feminilidade e relações de gênero (por ex. Sydie, 1994; Felski, 1995; Marshall; Witz, 2004; Chaboud-Rychter et al., 2014). Terceiro, abordagens ligadas à sociologia do conhecimento ou a uma história intelectual que enfatiza a dimensão biográfica e social da construção teórica, incluindo relações pessoais dos teóricos com as mulheres e outras experiências relativas a gênero (por ex., Gane, 1993; Ketler; Meja, 1993; Deegan, 1991; Cross, 2020; Harding, 2021). Uma quarta abordagem envolve a divulgação e análise do pensamento de autoras invisibilizadas ou apagadas da história do pensamento sociológico, com destaque para as que publicaram entre as décadas de 1830 e 1930, como é o caso de Flora Tristán, Harriet Martineau, Jane Addams, Anna Julia Cooper, Beatrix Potter Webb, Marianne Weber, dentre outras (por ex., Lengermann; Niebrugge, 2007; Deegan, 1988b; Mata, 2014; Daflon; Sorj, 2021; Alcântara, 2021; Campos, 2021; Santana et al. 2021; Zanon et al., 2022). Por fim, a quinta tendência identificada por nós diz respeito ao questionamento sobre o próprio processo de construção do cânone, enfatizando a compreensão dos mecanismos de inclusão e exclusão de determinados autores e temas (por ex., Stacey; Thorne, 1985; Platt, 1994; Sprague, 1997; Connell, 1997, 2020a; Deegan, 1988a; Outhwaite, 2009; Evans, 2009; Baehr, 2016).

É com base nessa última abordagem que desenvolveremos nossa discussão. Nosso objetivo é contribuir para a construção de uma sociologia menos excludente e viesada, mas sem implodir as fronteiras disciplinares que constituem nossa identidade enquanto sociólogas. Para isto, propomos tornar o cânone sociológico mais “polifônico” ao incluir uma série de vozes femininas apagadas da história da disciplina. Nesse sentido, importa investigar como se estabeleceu a relação entre a Teoria Social e o cânone sociológico clássico, apontar alguns mecanismos gerais de exclusão das mulheres nesse processo e propor a metáfora do cânone musical como uma forma de polifonia, de

modo a vislumbrar como diferentes vozes podem ser combinadas numa tradição comum que garanta a possibilidade de diálogo entre elas.

O momento fundacional da sociologia e a presença das mulheres

Embora os chamados “pais fundadores” fossem europeus, apontando para uma hegemonia intelectual europeia, de um ponto de vista institucional, a história da sociologia é bastante mais complexa. Não obstante o termo cunhado por Comte tenha sido difundido para diversos países desde a década de 1850 e os primeiros departamentos e cátedras de sociologia do mundo tenham surgido a partir da década de 1880,² a sociologia praticada e ensinada nesse período ainda não era profissionalizada. Nos Estados Unidos, por exemplo, as matérias que compunham os currículos dos cursos de sociologia eram geralmente ensinadas por pessoas sem formação na área e incluíam coisas estranhas à nossa sensibilidade contemporânea como “geografia antropológica”, “história das cidades e vilas inglesas”, “socialismo moderno”, “filantropia organizada” e “direitos de propriedade privada” (Abbott, 1999). Além disso, quando Albion Small, fundador e primeiro professor do Departamento de Sociologia de Chicago, batizou o periódico que editou entre 1895 e 1926, o *American Journal of Sociology*, o que ele entendia pelo termo sociologia “não era nem uma disciplina acadêmica nem uma área específica do conhecimento”, mas algo que denotava a afirmação bastante vaga de que “as teorias formais sobre a sociedade eram relevantes para a prática da reforma social, uma afirmação que ia além da dimensão cognitiva para invocar valores morais e religiosos específicos” (Abbott,

² Vale salientar que, do ponto de vista da inserção nos sistemas universitários nacionais, diversos países das Américas e da Ásia já dispunham de departamentos ou cátedras de sociologia nesse período. O Departamento de Sociologia da Universidade Imperial de Tóquio data do início da década de 1880 (ainda que os cursos de graduação em Sociologia só tenham se estabelecido na metade do século XX) e as primeiras cátedras de sociologia na América Latina foram fundadas no Peru (1896), na Argentina, (1898) e na Bolívia (1902) (Dufoux, 2021), ou seja, bem antes que Durkheim tenha conseguido transformar a cátedra de Ciência da Educação de Paris na cátedra de Educação e Sociologia, em 1913. Nos Estados Unidos, os primeiros departamentos de sociologia foram os de Chicago (1892) e de Colúmbia (1893).

1999, p. 85). As teorias, por seu turno, só começam a ser classificadas e organizadas a partir da década de 1930, quando tem início o processo de hegemonização da sociologia americana no mundo, impulsionado pelo influxo de intelectuais da Europa fascista entre os anos de 1930 e 1945, que ajudou na construção de uma sociologia filosoficamente sofisticada e menos provinciana em seus interesses (Steinmetz, 2007).

Embora a sociologia produzida nos Estados Unidos entre as décadas de 1890 e 1930 fosse ainda considerada provinciana e pouco profissionalizada, a história da produção sociológica nesse período em Chicago é especialmente instrutiva para ilustrar o tipo de sociologia praticado no período, o caráter relativamente arbitrário do estabelecimento do cânone clássico e o apagamento da produção das mulheres da história da sociologia. A fundação do Departamento de Sociologia de Chicago ocorre no momento em que as universidades estavam substituindo “os *colleges* como centro dinâmico do ensino superior americano e se tornando a principal forma de identificação institucional” (Cravens, 1971, p.7). Como em outras ciências, os praticantes da sociologia precisaram se engajar no processo de construção da disciplina, trabalho que, além da elaboração teórico-metodológica, exige a formação de associações, de publicações especializadas e, principalmente, da fundamentação desse conhecimento como socialmente necessário. Compreender o lugar e posterior apagamento das vozes femininas nesse processo requer entender o que então se praticava sob o título de sociologia e, principalmente, como essa prática difere de nossa compreensão contemporânea. Esse fato precisa ser ressaltado porque ainda existe, na justificação da Escola de Chicago como momento fundacional da pesquisa sociológica, a ideia de que nomes como W. I. Thomas e Albion Small tinham perfis muito próximos de nossa compreensão contemporânea do trabalho de pesquisa sociológica.

O desenvolvimento institucional da sociologia foi marcado por dois aspectos importantes e relacionados aos interesses do capital industrial no financiamento do sistema universitário estadunidense: primeiro, o ambiente político de valorização da ciência exigia que a sociologia se afastasse dos sentidos cristãos de reforma e trabalho social em direção a noções de

objetividade e cientificidade, o que, ao mesmo tempo, também deveria afastar as ideias e movimentos radicais (Johnston, 2018, p. 98). Segundo, era importante fortalecer uma ideia de “utilidade pública” e, nesse sentido, como outras ciências sociais, a sociologia precisava encontrar o equilíbrio adequado para lidar de maneira científica com as crises e os problemas causados pela industrialização, sem abandonar os “valores americanos” (p. 98).

Tais processos foram se desenvolvendo ao longo das últimas décadas do século XIX e duas primeiras do século XX. Com as lentes de hoje, a fundação do Departamento de Sociologia de Chicago em 1892 é vista como uma empreitada científica por excelência, mas a verdade é que o termo “sociologia” era também, fundamentalmente, político e estava tão associado à instituição universitária quanto aos assentamentos ou residências sociais (*settlements*). O movimento dos assentamentos surgiu na Inglaterra, em 1884, com o Toynbee Hall, que tinha a ideia de “superar as diferenças de classe por meio do convívio de jovens de classe privilegiada com trabalhadores pobres” (Lengermann; Niebrugge-Brantley, 2002, p. 6) e sua experiência americana mais conhecida foi a Hull-House em Chicago, fundada por Jane Addams e Ellen Gates Starr em 1889. A casa do assentamento era uma mistura de salão, casa, universidade, centro de pesquisa, clínica, café, complexo de apartamentos, ginásio e catalisador de esperança e mudança social. Embora a Hull-House e a miríade de outros assentamentos sociais modelados a partir dela³ fossem formados e liderados majoritariamente por sociólogas brancas e de classe média, como em sua origem inglesa, a ideia era que pessoas de classes sociais distintas pudessem desenvolver experiências de convivência e, a partir da observação do cotidiano e da aplicação de métodos científicos, encontrar soluções para os problemas que afligiam a cidade. Desse modo, essa rede de mulheres, as primeiras sociólogas americanas, faziam um tipo de pesquisa empiricamente orientada, focada em questões de grupos minoritários e desfavorecidos, baseada em

³ Em 1910, havia por volta de 413 organizações, em 33 estados americanos, que se identificavam como *settlements*. O perfil feminino pode ser percebido pelas proporções de participação nesse período: 1007 mulheres residentes para 322 homens; 5718 voluntárias para 1594 homens (Lengermann; Niebrugge-Brantley, 2002, p. 6)

trabalho de campo e estatísticas. Lengermann e Niebrugge-Brantley (2002, p. 7) apresentam seis características dos assentamentos:

(1) é um movimento que perpassa classes distintas; (2) requer que pessoas de uma classe privilegiada tentem conviver com pessoas de classes desempoderadas; (3) busca construir “uma relação de vizinhança”; (4) espera que a classe privilegiada aprenda com as novas experiências; (5) sugere o caráter informal da aprendizagem; (6) espera que os moradores dos assentamentos usem o que aprenderam para mudar a sociedade.

Para Mary Jo Deegan (1988a), a divisão de gênero da sociologia americana estava institucionalmente centrada em Chicago: o departamento de Sociologia era o ambiente dos sociólogos; a Hull-House, das sociólogas. Na construção do cânone sociológico americano, o trabalho da Hull-House foi apagado. Contudo, é importante perceber que, no final do século XIX, essa separação entre espaços femininos e masculinos não implicava a constituição de sociologias radicalmente distintas, mas a constatação do lugar que as mulheres podiam ocupar no sistema universitário em formação, uma vez que eram contratadas majoritariamente por escolas ou *colleges* exclusivamente femininos e que a pesquisa não era a ênfase destes espaços de educação para moças. Ao mesmo tempo em que se descaracteriza o trabalho sociológico das mulheres a partir da comparação com um modelo de pesquisa e profissionalização contemporâneo, há uma igual tendência a se “refinar” o trabalho dos homens, identificando-os a lógicas teóricas só estabelecidas tardiamente.

Em relação ao aspecto sociológico do trabalho das mulheres da Hull-House, é interessante destacar que muitas delas identificavam-se como sociólogas, participaram como membros fundadoras da ASA, apresentaram trabalhos nas reuniões anuais e ocuparam posições administrativas (Deegan, 1988b, p.142). Em seu levantamento, Deegan apresenta dez autoras que participavam ativamente no trabalho sociológico da época, publicando e participando de redes nacionais e internacionais: Jane Addams; Emily Balch; Charlotte Gilman; Florence Kelley; Julia Lathrop; Mary McDowell; Mary E. B. R. Smith; Anna G. Spencer; Marion Talbot; Ida B. Wells. Apesar

de responderem por apenas dez por cento das publicações do *American Journal of Sociology* de 1895 a 1940, as mulheres foram presença constante na revista: em quarenta em cinco anos, apenas oito volumes não tiveram participação de autoras ou tiveram de apenas uma autora (Grant; Stalp; Ward, 2002, p. 75). Mesmo que as pesquisas sobre a época destaquem as dificuldades das mulheres em garantir posições acadêmicas e a relativa ausência de publicações de cunho teórico, interessa aqui chamar a atenção para a continuidade e consistência dessa produção feminina e, especialmente, para o início de um estilo que mais tarde será valorizado e associado aos homens: a tendência ao trabalho empírico e ao uso de estatísticas para compreensão de fenômenos sociais (2002, p. 77).

Entretanto, esse capítulo do trabalho das mulheres na história da sociologia americana foi substituído pela ideia de que elas estariam mais próximas dos movimentos reformistas e da construção de políticas de bem-estar e, portanto, distantes de objetivos científicos. É verdade que aquilo que Patricia Lengermann e Gillian Niebrugge-Brantley (2002) chamaram de *settlement sociology* se desenvolveu numa tensão entre projetos de mudança social e pesquisa, adotando fortes aspectos normativos. Contudo, é preciso destacar que os homens também articulavam a pesquisa sociológica a ideais reformistas, como foi o caso de W.I. Thomas, diretamente influenciado por Jane Addams e pela Hull-House, e do próprio George Herbert Mead, que acreditava na necessidade da ciência para melhoria da vida social (Deegan; Burger, 1981).

O caminho para uma sociologia desinteressada e radicalmente distante dos ideais reformistas só começa a ser mais claramente delineado a partir do início do século XX. Segundo Andrew Johnston (2014, p. 171): “como o Estado começou a utilizar essas novas fronteiras do conhecimento para dar uma aparência de ordem às perturbações nacionais e internacionais da época, a objetividade tornou-se uma ficção cada vez mais necessária”. No contexto das tensões que embalarão a Primeira Guerra Mundial, o engajamento político e a crítica produzidos nos assentamentos começa a ser visto com maus olhos. Com a entrada dos Estados Unidos na Guerra, essas mulheres e a ideia de práticas e experimentos de mudança social transformaram-se em alvos de críticas por parte do público, de colegas de

profissão e do governo por conta de seu suposto radicalismo pacifista e feminista. Gradualmente, elas deixaram de ser identificadas como sociólogas por seus colegas e passaram a ser identificadas, sobretudo, como assistentes sociais. Suas contribuições, numa época e local em que a sociologia como um todo era voltada para a resolução de problemas práticos e pouco afeita à reflexão teórica, foram apagadas dos anais da sociologia. Durante as duas guerras, o engajamento das primeiras sociólogas é substituído por um modelo cientificista, especialmente aquele que envolve lógicas de quantificação. De acordo com Johnston (2018, p. 110), “[o] objetivo era proteger o campo dos radicais que poderiam minar o *status* institucional dos sociólogos acadêmicos aos olhos do público americano, radicais que também poderiam liderar as ciências para experimentos estatistas como o bolchevismo ou o fascismo.”

Desse modo, percebemos que as duas principais críticas ao trabalho das mulheres de Chicago, que justificariam sua exclusão do cânone sociológico, não são consistentes. Sobre seu aspecto reformista, o trabalho das mulheres da Hull-House é um esforço de produzir uma versão secularizada das ideias de reforma social e, principalmente, esforço esse que era compartilhado pelos homens. Na crítica corrente, a noção de reformismo é utilizada para se referir a movimentos religiosos e conservadores, mas a base “reformista” da *settlement sociology* estava ligada a um debate progressista sobre a democracia americana, que envolveu homens e mulheres, marcando grande parte da tradição pragmatista. Por sua vez, a crítica do engajamento político das primeiras sociólogas revela como os pressupostos de neutralidade são marcados por lógicas de poder. A exclusão do pacifismo e do feminismo garantia à sociologia um lugar entre as ciências úteis para o Estado, ao ponto em que William F. Ogburn, eleito presidente da American Sociological Society em 1929, chegou a afirmar que “a sociologia como ciência não está interessada em tornar o mundo um lugar melhor para se viver” e “será desejável criar um tabu contra a ética e os valores (exceto na escolha de problemas)” (citado em Clark, 2013, p. 217). Trinta anos antes, essa afirmação, além de surpreender, teria excluído a maioria dos homens do campo da sociologia (Johnston, 2014; Clark, 2013).

Ainda que a produção masculina ligada à Universidade de Chicago compartilhasse muitas características com a produção das mulheres da Hull-House, os processos de disciplinarização e profissionalização sociológica foram paulatinamente associados ao desenvolvimento da Teoria Social, o que serviu para ocultar parte dos mecanismos de poder em questão. É aqui que, nos termos de Turner (2009, p. 551), a Teoria Social começa a encontrar um “lar disciplinar” na sociologia que, por seu turno, passa a demandar uma escrita teórica de tipo específico: sistematizada e fundamentada na história de textos canônicos. Assim, se isso nos permite compreender por que os sociólogos ligados à Universidade de Chicago não chegaram a adquirir o *status* de clássicos, também sugere parte dos motivos pelos quais eles não foram excluídos da história da sociologia – e, em alguma medida, do cânone sociológico –, como foi o caso das mulheres ligadas à Hull-House.

Como dito anteriormente, a classificação e organização das teorias formais sobre a sociedade ganha impulso na década de 1930, sobretudo a partir de Parsons, ajudando a estabelecer as bases para um projeto de internacionalização da sociologia fundamentado na hegemonia estadunidense. Não se trata, nesse sentido, de reduzir a história da sociologia a tais processos, mas de apontar para o fato de que a construção dessa hegemonia está ligada ao silenciamento daquelas vozes que não se prestavam à construção de uma sociologia “científica” que combinava o impulso em direção à construção organizada e hierárquica de conceitos (como a que Parsons recupera de seus colegas neokantianos) com a revisão sistemática de teorias do passado (Turner, 2009). Isso culmina numa concepção de teoria em termos de um esquema geral dedutivo, conceitualmente preciso, capaz de apresentar relações lógicas entre seus elementos analíticos e os fatos empíricos a que a teoria se refere, construído a partir de uma síntese entre os diferentes sistemas teóricos classificados anteriormente (Parsons, 2010; Holmwood, 1996).

Do ponto de vista da pesquisa empírica, o caráter relativamente frouxo dos métodos e técnicas adotados nas pesquisas de Chicago, ou mesmo os preconizados por uma Harriet Martineau ou por um Durkheim, tornam-se mais agressivamente cientificistas a partir do desenvolvimento do “positivismo

instrumental”⁴ de Paul Lazarsfeld entre as décadas de 1930 e 1960. Como é bem conhecido, a internacionalização da sociologia deveu muito não apenas à sociologia estadunidense, mas ao governo dos EUA e a grandes fundações, como a Ford e a Rockefeller, além de organizações internacionais como a Unesco, particularmente no Pós-Guerra (Drouard, 1989). Motivados em parte pelo desejo de prover uma alternativa ao comunismo (Turner, 2009), esses organismos disponibilizaram bolsas de estudo para estudantes e professores e financiaram pesquisas e instituições novas ou já existentes no mundo inteiro, ajudando a disseminar uma concepção de sociologia de tom universalista que, em grande medida, concebia a teoria sociológica em termos parsonianos e a pesquisa empírica em termos lazarsfeldianos (Hamlin, 2011).⁵

O que está em jogo não é apenas a produção de conhecimento, mas sua circulação e recepção, que não pode ser dissociada de processos culturais mais amplos. O projeto de internacionalização da sociologia que substituiu o desenvolvimento das sociologias nacionais no pós-Segunda Guerra Mundial foi especialmente importante porque ajudou a reconfigurar a própria definição de sociologia e dos debates considerados relevantes, restritos “às

⁴ “É instrumental na medida em que restringe a pesquisa social apenas àquelas questões que os limites dos instrumentos de pesquisa permitem e é positivista na medida em que essa restrição autoimposta é indicativa de uma determinação, por parte dos sociólogos, de se submeter a rigores comparáveis àqueles atribuídos às ciências naturais” (Bryant, 1985, p. 133). Nesse sentido, diferentemente de um “positivismo” mais afeito àquele de Augusto Comte, plenamente compatível com pressupostos teóricos e filosóficos, o positivismo de Lazarsfeld estava mais próximo ao empirismo lógico do Círculo de Viena, tornando o trabalho teórico especialmente inócuo para as pesquisas empíricas. Apesar disso, a concepção de teoria de Parsons não é incompatível com o princípio do positivismo instrumental de que uma ciência social quantitativa provê o instrumental necessário à aplicação de um modelo de ciência natural à sociologia (Hamlin, 2011).

⁵ No Brasil, por exemplo, Florestan Fernandes e Roger Bastide foram financiados pela Unesco para desenvolver suas pesquisas sobre relações raciais na década de 1940. Organizações como a Fundação Ford e a USAID também foram instrumentais para o estabelecimento dos nossos Programas de Pós-Graduação, a exemplo do Mestrado em Antropologia do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, e do Programa Integrado de Pós-Graduação em Economia e Sociologia (PIMES) em Pernambuco. Como mostra a pesquisa desenvolvida por Heraldo Souto Maior, a justificativa fornecida no projeto de captação de recursos junto à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), USAID e Fundação Ford para a criação do PIMES foi fortemente atrelada à criação de laboratórios de pesquisa aplicada devido à “pouca atenção dada aos problemas concretos da realidade brasileira, ausência de estudo empírico sistemático dessa realidade e a persistência de orientações ideológico-dogmáticas” (Souto-Maior, 2005, p. 28).

teorias sociais, ao desenvolvimento de uma cultura da profissionalização e a uma defesa da universalização de suas perspectivas e práticas” (Patel, 2010, p. 3). Tal hegemonia começa a ser questionada com a emergência dos movimentos de protesto da década de 1960 e 1970 em boa parte do mundo, reconfigurando os pressupostos culturais do Pós-Guerra, cujos resultados mais impactantes em termos intelectuais foram o questionamento do cânone (Wallerstein, 2007) e da universalidade daquela concepção de sociologia. A reconfiguração das abordagens marxistas, as perspectivas feministas, ambientalistas e baseadas nas novas teorias das identidades levaram a um questionamento radical das relações da teoria social europeia e estadunidense com as elites no poder. Com isso, ao final da década de 1980, a teoria social já incorporava uma multiplicidade e diversidade de perspectivas bastante grande, sem que um consenso de tipo parsoniano pudesse ser estabelecido em torno da definição de teoria social (Patel, 2010).

Ao considerarmos as fronteiras externas à sociologia propriamente dita, a questão se torna ainda mais complexa. Abordagens como os estudos culturais, pós-coloniais e de gênero têm colocado sob suspeita uma disciplina cujos principais autores são membros de um clube que, em larga medida, tem ficado restrito a *homens brancos mortos* do norte global. Ao questionar o eurocentrismo e o androcentrismo da sociologia, a própria teoria social tem se tornado alvo de uma reconfiguração que coloca sob suspeita a relevância e a identidade da sociologia. À busca por uma teoria geral baseada numa concepção de clássico inspirado pelas antigas humanidades contrapõe-se o chamado das “novas humanidades”⁶ em direção a um

⁶ O conceito de “novas humanidades” tem sido usado em referência “não a uma área particular de conhecimento, mas como a dimensão humana de todo conhecimento” (Miller; Spellmeyer, 2015, p. xxiii). Corresponde ainda àquilo que Caillé e Vandenberghe (2021, p. 19) definem, de maneira um tanto mal-humorada, como *Studies*: “um amontoado de investigações antidisciplinares, como Estudos Culturais, Estudos de Mídia & Comunicação, Governamentalidade, Mulheres & Gênero, Subalternos, Pós-coloniais, Branquitude crítica etc., os quais se especializaram na investigação (as)sistemática envolvendo a conexão poder/discurso. [...] os *Studies* escrutinizam e criticam discursos, textos, saberes, representações, epistemes e ideologias, desvelando estruturas de dominação política, patriarcal, racial, entre outras, que são consciente ou inconscientemente sustentadas, refletidas ou reforçadas por aqueles discursos.”.

mundo “decolonizado” e “pós-teórico”⁷. A questão é que, levadas ao seu limite, a implosão das fronteiras disciplinares, a ênfase na inclusão de vozes marginalizadas ou silenciadas e a recusa das grandes narrativas históricas podem gerar uma concepção tão alargada de teoria social a ponto de incluir em um mesmo registro intelectuais com campos de atuação tão díspares quanto Nina Simone, Mia Couto e Raewyn Connell.⁸ É nesse sentido que discussões acerca da relevância do cânone sociológico, incluindo o cânone clássico, têm assumido novos contornos.

Sobre o antigo e novo debate acerca da ideia de clássico e seus correlatos

Última das ciências sociais a se institucionalizar, a sociologia apoiou-se em uma infinidade de reflexões sobre a sociedade produzidas por filósofos, economistas, historiadores, psicólogos, antropólogos, reformadores sociais (Collins, 2009), assim como na construção de metáforas e analogias relativas a conteúdos de outras ciências já estabelecidas, sobretudo da biologia. Diante da falta de uma classe de fenômenos exclusiva, seu objeto e seus métodos precisaram ser cuidadosamente construídos, com frequência

⁷ Embora o projeto decolonial diga respeito a abordagens metodológicas, preocupações normativas e projetos políticos bastante heterogêneos, dois elementos principais podem ser enfatizados: tem como objeto o colonialismo, o império e o racismo; busca estabelecer formas alternativas de se pensar o mundo e de práxis política a partir das ideias de pluralidade, posicionalidade e do impacto que a inclusão da “diferença” pode ter sobre o conhecimento (Bhambra et al, 2018). Mas enquanto o conceito de decolonialidade tem sido amplamente incorporado pela sociologia, o de pós-teoria parece ter sido mais utilizado pelas “novas humanidades” em oposição a uma concepção de teoria baseada em grandes narrativas e como um fim em si mesma, em direção a um ecletismo informado por uma virada em direção às novas humanidades (Valente, 2021). A ideia de pós-teoria, embora não possa ser entendida como uma oposição pura e simples à teoria, enfatiza a teorização como um processo de “mútua contaminação entre teoria e empiria” (Laclau, 1999, p. xii), considera a crítica filosófica a alguns dos principais conceitos do cânone filosófico moderno (sujeito, identidade, verdade etc.) e assume uma orientação mais pragmática para os problemas e particularidades da “vida real” (Turnbull, 2003).

⁸ Ver, por exemplo, a página dedicada aos pensadores da “Teoria Social Global” organizada por Gurminder Bhambra, atual presidenta da Associação Sociológica Britânica, em seu projeto de decolonização da universidade: <https://globalsocialtheory.org/category/thinkers/>

em oposição às outras ciências sociais e humanas, a fim de justificar sua existência. Como vimos, essa construção envolveu um longo processo de seleção – leia-se, o apagamento, o esquecimento, a negação e a ênfase em determinados aspectos – daquilo que já vinha sendo produzido pelo pensamento e pela teoria social, de modo a traçar os contornos de uma teoria sociológica propriamente dita. Afinal, “pensamento social” e “teoria social” são mais amplos do que a “teoria sociológica”.⁹ A teoria social, tanto o termo quanto seu objeto, precede a sociologia, vem sendo desenvolvida dentro e fora dela e só encontrou um “lar disciplinar” na sociologia nas primeiras décadas do século XX (Turner, 2009, p. 551), quando os processos de profissionalização, institucionalização, internacionalização e canonização se confundem e se misturam na sociologia. Muito do que foi produzido como pensamento social e como teoria social nunca se tornou parte da sociologia, mas apenas aquilo que pôde ser incorporado como parte de um projeto político de institucionalização disciplinar que ocorreu a partir das instituições nacionais de ensino superior, das associações profissionais e dos periódicos especializados, nacionais e internacionais (Heilbron, 2014).

O que conhecemos hoje como “os clássicos da sociologia”, particularmente os chamados “pais fundadores” (Marx, Durkheim e Weber), só foi definitivamente estabelecido como tais na década de 1970 (Giddens, 1995). Trata-se, nesse sentido, de um mito de fundação muito recente,

⁹ A diferença entre o pensamento social e a teoria social diz respeito ao grau de sistematização e formalização das reflexões sobre a sociedade. De maneira bastante geral, enquanto a teoria social tende a ser associada a formas de abstração orientadas pela ciência, o pensamento social pode incluir reflexões “pré-científicas”, do senso comum ou, ocasionalmente, ligadas à filosofia social. Essa distinção não é, no entanto, absoluta, e depende da tradição nacional em questão. Assim, embora autores como Julian Go (2016, p. 1) definam a teoria social como “a forma abstrata da pesquisa das ciências sociais” – uma definição associada à tradição britânica e estadunidense, na Alemanha a teoria social é uma atividade corriqueiramente desenvolvida por filósofos (basta pensarmos em toda a tradição da teoria crítica, por ex.). Na França, por seu turno, a ideia de teoria social como um tipo de atividade especial nas ciências sociais não faz muito sentido, dado que não se concebe a atividade teórica como separada das pesquisas empíricas. A concepção de teoria social como área interdisciplinar relativa ao conjunto das ciências sociais (incluindo seus pressupostos filosóficos) foi popularizada na década de 1970 por Anthony Giddens (1971), que estabelece ainda uma distinção entre teoria social e teoria sociológica, concebida como um tipo particular de teoria social relativa à sociedade moderna, capitalista ou industrial.

mas que, como vimos, começou a ser gestado na década de 1930, com a publicação de *A Estrutura da Ação Social*, de Talcott Parsons, considerado por muitos como o “inventor” do cânone sociológico (Wallerstein, 2007; Calhoun, 2007; Connell, 1997; Giddens, 1995). Mas, se o cânone para Parsons era composto por Durkheim, Weber, Pareto e Marshall, foi sobretudo a introdução e divulgação do pensamento marxista na década de 1960 que ajudou a substituir os dois últimos por Marx.

O processo de “desnaturalização” dos clássicos tem, portanto, implicações diretas para nosso campo disciplinar e deve ser tomado contra o pano de fundo mais geral de uma querela antiga na sociologia, que, como já indicamos, vem ganhando novos contornos nos últimos anos. Ao percorrer a literatura que enfrenta diretamente tal questão, é possível identificar cinco posições típico-ideais, com numerosos matizes que fazem com que se aproximem de um ou outro polo do debate: 1) a recusa positivista aos clássicos, 2) a recusa estruturalista aos clássicos, 3) a recusa política aos clássicos e/ou ao cânone, 4) a defesa dos clássicos em um cânone restrito e 5) a defesa dos clássicos em um cânone ampliado.

A primeira dessas posições, a “recusa positivista aos clássicos”, está vinculada a uma concepção que visa aproximar a sociologia das ciências naturais, pensando seu desenvolvimento em termos de acúmulo de conhecimento. Dentre os mais notáveis expoentes dessa posição estão Robert Merton (1968), cujo trabalho engendrou uma polêmica acerca da importância da história para a sociologia, e Jonathan Turner (1992), com a proposta pós-positivista de uma sociologia analítica. A construção de uma “recusa estruturalista aos clássicos” (How, 2016, p. 11) se deu justamente por antípodas do positivismo, como Roland Barthes (1977) e Michel Foucault (1969), que colocam em suspeição a ideia de autoria.

Ainda entre as posições que sugerem que a sociologia estaria muito melhor sem a referência a clássicos, encontramos mais recentemente o que podemos nomear de “recusa política aos clássicos” ou, em termos mais precisos, uma “recusa política ao cânone”. Embora a adesão a tal posição possa se dar em diferentes termos e a partir de múltiplas justificativas, a formulação mais exemplar se deu pela pena de Raewyn Connell (1997, 2019),

que não apenas apontou a conexão do processo de construção do cânone com a empresa colonial (1997), mas defendeu que a sociologia estaria muito melhor sem qualquer cânone, possibilitando uma leitura crítica e criativa dos próprios autores atualmente canonizados (2019). Conquanto o argumento de Connell seja na direção da construção de uma sociologia mais polifônica, que não supõe condenar os chamados clássicos ao silêncio, não raro a autora é tomada como porta-voz de diversos movimentos que caminham na direção da completa implosão do cânone, com intuito de invalidar a leitura e mesmo o ensino dos textos desses homens brancos mortos.

Do outro lado do espectro, entre aqueles que consideram a pertinência sociológica da centralidade de autores de seu passado, podemos identificar ao menos duas posições típico-ideais. Em um extremo, temos algo como uma “defesa dos clássicos em um cânone restrito”, isto é, a ideia de que os clássicos devem se restringir a um número pequeno de autores já consagrados, em virtude de seu papel central para conferir identidade e alguma unidade disciplinar. Argumentos desse tipo são encontrados de forma exemplar em autores como Talcott Parsons (1937), Jeffrey Alexander (1987) e Anthony Giddens (1971). Curiosamente, muitos dos diversos movimentos que desafiam o caráter eurocêntrico e androcêntrico da sociologia também acabam se valendo da ideia de clássico, de cânone ou ocasionalmente de fundador para sustentar suas estratégias de enfrentamento às teorias e práticas hegemônicas na sociologia. Trata-se, portanto, de uma “defesa dos clássicos em um cânone ampliado” (por ex, Adams; Sydie, 2001; Ritzer; Stepnisky, 2011; Outhwaite 2017).

Nas discussões que acompanham os trabalhos de recuperação de textos e autoras apagadas pelo processo de construção de uma memória coletiva demasiado restritiva, essa questão quanto ao passado ocupa lugar central. Nesse contexto, o argumento de ampliação do cânone vem acompanhado de uma reflexão crítica sobre quem tem direito a títulos como os de fundador, clássico ou de membro do cânone.

Até o momento, utilizamos as expressões como clássico, cânone, pioneira e fundador de forma algo solta e até intercambiável, refletindo a forma como tais expressões costumam ser usadas no cotidiano acadêmico e

mesmo em textos dedicados ao tema (Baehr, 2016. p. 1 ss; How, 2016, p. 232). Porém, como essa é uma questão central dos trabalhos que estamos examinando, é fundamental precisar os vários sentidos nela implicados, para que seja possível pensar qual o lugar da obra de mulheres pioneiras para a sociologia contemporânea.

Para tanto, tomamos como referência os trabalhos de Alan How (2016) e, sobretudo, de Peter Baehr (2016), autores que produziram uma análise crítica recente da questão, constituindo um ponto de partida interessante para o desenvolvimento de nosso argumento. Embora esses autores percorram caminhos diversos, ambos deixam manifesta sua preferência pela ideia de clássico em detrimento daquela de cânone, compondo o quadro geral da linha de frente de quem defende a existência e a importância da “classicalidade”, qualidade inerente a certas obras que as tornam centrais para a sociologia. Um dos problemas da confluência entre a ideia de clássico e a ideia de cânone, segundo How, seria justamente a subsunção do primeiro ao segundo. O problema para o autor refere-se ao fato de que o cânone implica a ideia de um recorte intencional de certo número de textos e autores, algo que sempre supõe uma dimensão ideológica e institucional, ao passo que os clássicos são investidos de características intrínsecas que constituem sua excepcionalidade. Isto é, misturar os dois registros implicaria pensar na classicalidade como uma construção arbitrária, esvaziando as obras clássicas de seu valor *interno*. Por outro lado, uma concepção internalista sobre os clássicos implicaria a visão – igualmente equivocada – de que estes foram alçados ao cânone apenas por suas próprias virtudes, retirando a dimensão social e política implicada na própria definição de um clássico (How, 2016, p. 232-4). Trata-se, segundo o autor, de características diferentes que precisam ser tratadas como tal: enquanto um cânone supõe uma coletividade e pode ser determinado com precisão – por decreto institucional, na proposição de autores ou autoras em uma coletânea, no estabelecimento de um currículo etc. –, um clássico é sempre avaliado em sua singularidade e tem algo de indeterminado, pois demanda um processo mais longo de apreciação de seu valor por uma comunidade, supondo sempre uma qualidade interna à obra.

Se de, um lado, o argumento de How nos ajuda a discernir os termos da questão, chamando atenção para a impossibilidade de apenas imputar o título de “clássica” a uma obra, por outro lado, o autor deixa de pontuar uma conexão importante entre o cânone e a possível classicalidade de uma obra. Ao definir que a classicalidade é atribuída de forma algo indeterminada, a partir da recepção crítica de uma comunidade ao longo de muitas décadas – segundo Collins (1997), algo que requer cerca de três gerações – How deixa de considerar as condições mediante as quais uma obra pode vir a ser debatida por uma comunidade intelectual. Em outros termos, para que seu valor interno possa ser reconhecido, é preciso, primeiro, que ela tenha chance de ser lida e, em segundo lugar, é necessária uma recepção capaz de perceber suas virtudes; é preciso que a obra seja compreendida. Se não há uma relação necessária entre a inclusão no cânone e a classicalidade de uma obra, a sua exclusão do cânone é um obstáculo importante para suas chances de obter uma fortuna crítica, sem a qual seu estatuto clássico jamais poderá emergir.

No livro de Peter Baehr, originalmente publicado em 2002 e apresentado em nova edição ao público em 2016, encontramos uma discussão a um só tempo mais ampla e mais restritiva. Mais ampla, na medida em que, além de examinar criticamente os conceitos de clássico e cânone, passa em revista também aquele de “fundador”. Mais restritiva, porque perfaz uma análise teórica e etimológica dos termos que, muitas vezes, leva muito adiante a literalidade de expressões cujo uso é metafórico ou, ainda, em um sentido com contornos próprios à comunidade, como jargões descolados de seu contexto de origem (Outhwaite, 2016). Justamente por isso, no fim das contas, é apenas a noção de “clássico” que, a seu juízo, vale ser utilizada seriamente na sociologia. Nesse diálogo crítico com sua análise esperamos encontrar brechas teóricas para reabilitar esses conceitos e reconfigurar os nexos relacionais da sociologia com seu passado, com vistas a tecer novos parâmetros para seu futuro, sobretudo no que tange à presença de mulheres na teoria social.

Assim como How e diversos outros autores (Susen; Turner, 2021; Alexander, 1987; O’Neill; Turner, 2001; Walby, 2021; Joas; Knöbl, 2017; Lukes, 2021), Baehr marca sua posição entre aqueles que defendem a

existência de uma “classicalidade”, sustentando que a sociologia continue a manter um diálogo aberto com seus clássicos. Dentre as características pontuadas pelo autor, uma das mais importantes é a de que tal expressão deve se referir sempre a textos e não a seus autores, na medida em que é esse legado material que pode se tornar algo como uma propriedade intelectual de uma comunidade. Trata-se de um trabalho cuja leitura pode inspirar novos trabalhos, não apenas pelas respostas que oferece, mas pelas perguntas que suscita. Nesse sentido, o autor chama a atenção para o fato de que um texto clássico não passa a adquirir tal estatuto apenas pelo decreto de alguém: trata-se de um processo coletivo, aberto e de longo prazo.

Embora admita a importância de certas virtudes intrínsecas ao texto, Baehr é bastante atento ao fato de que o reconhecimento de tais características supõe sempre a mediação de um trabalho hermenêutico. Para que possa ser tomado como foco dos esforços interpretativos, supõe encontrar uma ressonância cultural, isto é, um ambiente cultural disposto a lê-lo e a ser provocado por suas palavras, garantindo, ainda, a transmissão a gerações posteriores. É por meio desse processo que os textos que adquirem o estatuto de clássicos passam a compor a tessitura teórica de diferentes gerações e por diversos territórios, como parte de um repertório de referências compartilhadas.

Alguns pontos importantes emergem a partir desse argumento. Se admitimos que a descoberta do trabalho das mulheres pioneiras não é suficiente para torná-las clássicas, percebe-se que nossa tradição de teoria social, já bastante sedimentada, foi desenvolvida sem que tais obras tivessem chance de serem incluídas no cânone. A ausência de um ambiente favorável – inclusive no interior da própria sociologia – minou a possibilidade de ressonância cultural, impedindo sua transmissão e sua recepção crítica. Por outro lado, tal conceito de ressonância cultural indica que algumas das obras das mulheres pioneiras da sociologia podem vir a adquirir o estatuto de clássicas, na medida em que a recuperação de suas obras tem se dado pela mediação de um engajamento feminista no meio acadêmico que logra ultrapassar as fronteiras mais circunscritas de áreas como os estudos de gênero.

Todavia, esse não é, nem pode ser, um processo automático. Aqui, estamos diante de uma complexa questão, que diz respeito à justificativa

da importância da descoberta da obra das mulheres que pesquisaram e escreveram no momento inicial da sociologia. Em outros termos, o caráter pioneiro de um trabalho não é suficiente para lhe garantir o título de clássico. Baehr apresenta uma sofisticada discussão que nos permite perceber por quais razões o conceito de fundador – lugar comum em nosso vocabulário sociológico, não serve ao propósito de interpretar, defender ou atacar textos e autores da tradição sociológica. Não raro, ouvimos em cursos de introdução ou em manuais de sociologia que Marx, Durkheim e Weber são os pais fundadores da sociologia e, por isso, precisam ser estudados. Esse mesmo argumento pode servir para não os estudar: se são apenas fundadores, seu interesse seria apenas histórico. Ao mesmo tempo, se descobrimos que também havia mulheres fundando a sociologia, por que não as estudar?

Uma das formas encontradas por Baehr para tratar desse imbróglio é apresentar os dois sentidos implicados na ideia de fundador (*founder*): fundador de um discurso e fundador de uma instituição. O segundo sentido é de fácil verificação histórica e pode ser atribuído a pessoas ou instituições específicas, como no caso das figuras que apresentamos mais acima, centrais para a construção da Escola de Chicago, ou mesmo alguém como Albion Small, fundador do primeiro departamento de sociologia dos Estados Unidos. Mas, argumenta Baehr, por que considerariamos a obra de um autor como esse como importante de ser conhecida por toda a comunidade sociológica? O que podemos aprender com ela? Por outro lado, se a ideia de “fundador de discurso” nos levaria a pensar em uma aproximação com a ideia de clássico, Baehr desautoriza tal movimento, na medida em que um “discurso” não pode ser considerado produto de uma ação, mas de uma interação, por isso mesmo, não pode ser fundado (Baehr, 2016, p. 24).

Ainda segundo o autor, a ideia de fundador tem sido amplamente mobilizada no campo das ciências sociais em virtude do suposto caráter de autoridade que tal ideia confere; contudo, isso seria ainda um resquício de uma lógica religiosa na qual o fundamento – enquanto legitimidade – estaria na existência de um antepassado poderoso ou exemplar que inaugurou certa linhagem. Há, podemos acrescentar, uma confluência entre fundar uma disciplina (inaugurar, dar início) e fundamentar uma teoria ou um modo de fazer (estabelecer suas bases).

Por essa razão, Baehr é crítico a tentativas como as de Deegan, por supostamente centrar seu argumento em uma justificativa de ordem ideológica – a serviço de uma causa – em detrimento da sustentação do valor explicativo da obra das mulheres pioneiras (chamadas, muitas vezes, de *founding sisters* ou *founding mothers*). Não obstante, em sua crítica a esses trabalhos, Baehr não considera a dimensão ética implicada em processos políticos que produziram injustiça epistêmica.¹⁰ Tais processos produzem consequências diversas, impedindo o acesso de mulheres a certas posições que permitissem desenvolvimentos teóricos mais substantivos ou, ainda, que suas obras tivessem direito a uma recepção qualificada. Embora acompanhem Baehr em seu diagnóstico quanto ao caráter limitado da ideia de fundador ou fundadora, tomamos distância em relação ao autor ao defender a importância dos trabalhos que permitem uma historicização crítica da disciplina.

Fazer emergir a ideia de figuras pioneiras pode convocar um olhar sociologicamente alentado para os processos coletivos/sociais de fundação, trazendo a perspectiva *histórica* para o centro do debate. Mobilizar uma perspectiva histórica no interior da discussão *teórica* permite pensar contingências e vieses dos próprios conceitos, categorias analíticas e argumentos do campo teórico. Ao recusar o valor heurístico da categoria de fundador, Baehr acaba por retirar a importância da dimensão histórica da criação da sociologia e do processo de decantação dos autores clássicos.

Algo semelhante acontece com a ideia de cânone – Baehr a toma em um sentido fechado, enquanto analogia ao cânone teológico e, por extensão, literário, isto é, como um conjunto de textos “abençoados” e sacralizados, que têm o poder de fixar quem deve, pode ou merece ser lido. Quando recusa a ideia de cânone, o autor atribui um caráter menor aos processos de definição curricular que, segundo entendemos, tem incidência central sobre os processos formativos de estudantes de graduação e pós-graduação, com consequências importantes também para a pesquisa. Ou seja, denunciar o caráter religioso da analogia varre o problema para debaixo do tapete, em vez de resolvê-lo, deixando em aberto a relação entre o estabelecimento do cânone e a instituição dos clássicos. Esse ponto

¹⁰ Para uma discussão sobre a forma como o conceito de injustiça epistêmica tem sido utilizado para justificar a inclusão de mais mulheres à teoria social, ver Hamlin e Weiss (2021).

é particularmente importante para a questão que nos concerne, qual seja, a participação inexistente ou precária de mulheres no cânone sociológico e suas implicações para o campo da teoria social. Ao recusar a pertinência de tal categoria, Baehr fecha as portas para o potencial político e mesmo epistêmico de tal questão, ao decretar que, enquanto “parte de uma disputa mais ampla pelo currículo acadêmico” a ideia de cânone “imiscuiu-se em uma polêmica da qual dificilmente poderá ser resgatada” (Baehr, 2016, p. 2).

Conforme já indicamos, embora tanto How quanto Baehr sublinhem a diferença entre um texto clássico e um texto canônico, nosso argumento ressalta a conexão entre ambos. Situar a questão do cânone como algo menor e sujeito a *contingências* éticas e políticas tem por efeito reificar o processo de decantação de um texto como clássico, anulando a importância da dimensão ética para o debate teórico, bem como a própria ideia de conhecimento situado. Afinal, se a presença de um texto no cânone não garante sua classicidade, sua ausência é quase uma condenação ao degredo. Do mesmo modo, o cânone, conquanto contingente e até passageiro, pode operar como um convite para que outras questões sejam formuladas, incidindo, portanto, sobre os critérios de classicidade.

Para que o cânone possa ter essa função é preciso, contudo, afastarmos da metáfora teológico-literária comumente associada ao seu uso na sociologia. Nosso movimento final não consiste em propor um novo cânone com novos textos. Trata-se, antes, de propor outra concepção de cânone,¹¹ tomando-o como metáfora musical, para pensar as condições de possibilidade de que a emergência de novas vozes não produza cacofonia (Baehr, 2016, p. 143), mas polifonia.

Em direção a um cânone mais polifônico

O conceito de polifonia (ou pluralidade de vozes) tem sido usado como metáfora na literatura (Bakhtin), nos estudos culturais (Edward Said) e nos estudos pós-coloniais (Raewyn Connell). Connell (2021), em particular,

¹¹ Em sua reconstrução etimológica da palavra “cânone”, How (2016, p. 248) identifica nove acepções distintas, todas elas alusivas à ideia de certeza ou precisão. Não há, contudo, nenhuma menção ao cânone em seu sentido musical.

parece se utilizar dessa metáfora para contestar a centralidade do *cânone* nas ciências sociais, esquecendo que, na música, o *cânone* é uma das principais formas de polifonia, juntamente com a *fuga*.

Na música ocidental, a polifonia diz respeito à presença simultânea de duas ou mais vozes, às vezes chamadas de “sujeito” e “contrassujeito”, que estabelecem um “contraste” entre si. Sem contraste – o que depende da clareza relativa de cada voz e do equilíbrio entre elas – não há polifonia possível. Ocorre que, quando duas vozes são sobrepostas, uma tende a se tornar dominante e a outra a se tornar um acompanhamento, de forma que um “desequilíbrio” emerge entre as duas. A solução para este desequilíbrio é alternar o tema ou melodia principal de uma voz para outra, conferindo a todas igual importância (Hamlin, 2016). A técnica musical de combinação entre duas ou mais vozes de forma contrastante chama-se contraponto – na “tradução” de Said (1993) para termos mais literários, o contraponto diz respeito à combinação de um “argumento” e um “contra-argumento” por um sujeito e um contrassujeito.

Importa considerar que o contraste que caracteriza a polifonia não implica nem a independência completa das vozes que participam do contraponto nem uma forma de antagonismo. As diferentes vozes precisam estar “sintonizadas” na dimensão harmônica, que diz respeito às possibilidades de combinação dessas vozes a partir de determinadas regras (eufonia e variedade, consonância e dissonância etc.) que se aplicam a uma tradição musical específica (Groot, 2010). Mas se a polifonia não é uma forma de antagonismo, ela também não equivale a algo “harmonioso”: a dissonância é um elemento importante na música, sendo responsável pela sensação de estranhamento, tensão ou conflito, exigindo algum tipo de “resolução”.

A música polifônica pode variar em termos de sua forma ou estrutura musical. Se todas as vozes usam os mesmos perfis melódicos, fala-se de polifonia homogênea; se cada uma das vozes usa um perfil melódico diferente, fala-se de polifonia heterogênea (Groot 2010). O ápice da polifonia homogênea é o *cânone musical*, isto é, a sobreposição e o desdobramento da mesma melodia pelas diferentes vozes. O *cânone musical* é, nesse sentido, uma forma de imitação, mas imitação não é a mesma coisa que reprodução idêntica. Alguns tipos de *cânone* podem envolver apenas a entrada das diferentes vozes em tempos distintos (um

exemplo conhecido é a canção infantil Frère Jaques). Ainda há variação porque as vozes podem começar em notas diferentes e porque cantam em tempos distintos, com timbres de voz diferentes etc., mas trata-se de uma forma de imitação bastante simples. Outros tipos de cânone são mais complexos, onde uma das vozes pode tocar a melodia de forma invertida ou espelhada, envolver intervalos distintos entre as vozes, tempos distintos etc. As combinações são praticamente infinitas, mas o ponto a ser enfatizado aqui é que elas não são nem aleatórias nem desprovidas de lógica; pelo contrário, são regidas por regras que, assim como uma gramática, garantem a criatividade e a inventividade. São essas regras (de contraponto e de harmonia) que garantem que a polifonia não se transforme em mera cacofonia, uma mixórdia de sons que não são propriamente dissonantes, mas discordantes, impedindo a clareza das diferentes vozes e, portanto, o contraste e o diálogo.

A fuga é outra forma musical importante de polifonia. Diferentemente do cânone, onde o tema principal é acompanhado por si mesmo (na imitação), a fuga introduz temas distintos para acompanhar o tema principal. Para assegurar a igualdade de importância entre as vozes, o tema principal é apresentado por todas elas em momentos distintos – é essa ideia que está na origem do nome “fuga”, pois o tema “foge” de uma voz para outra (ou de um sujeito para um contrassujeito). Na maioria das vezes, as fugas também apresentam temas contrastantes recorrentes ao longo da obra, os chamados contratemas. Assim como no caso do cânone, embora apresente maior contraste entre as vozes (ou seja, maior diversidade temática), a fuga também é regida por uma linguagem comum relativa às regras do contraponto.

Edward Said foi um mestre do uso das metáforas polifônicas em seus trabalhos de crítica literária e de crítica cultural. Em *Culture and Imperialism* (1993), por exemplo, ele propõe um método de leitura, a leitura contrapontística de determinadas obras do cânone literário ocidental a fim de dar conta das relações complexas e complementares entre metrópole e colônia. De acordo com Said (1993, p. 78), efetuamos uma leitura contrapontística quando “lemos a partir da compreensão do que está envolvido quando um autor mostra, por exemplo, que uma plantação de cana-de-açúcar [no Caribe] é percebida como importante para a manutenção

de um estilo de vida particular na Inglaterra.” Em termos mais concretos, a leitura contrapontística envolve considerar a simultaneidade dos temas, como estilo de vida representado no ritual de colocar açúcar numa xícara de chá na Inglaterra (o tema) e a vida em uma plantação de cana-de-açúcar em uma ilha do Caribe (o contraponto), de forma a revelar aquilo que o texto canônico ao mesmo tempo esconde e pressupõe.

Ao deslocarmos a metáfora da polifonia da literatura para as ciências sociais, é possível afirmar que tanto a teoria social quanto a teoria sociológica envolvem uma pluralidade de vozes. A diferença é que, enquanto a teoria social apresenta uma maior variedade de temas e contratemas, sugerindo uma estrutura em forma de fuga, a teoria sociológica assumiu uma forma canônica, no sentido de algo mais homogêneo e, em grande medida, imitativo. Os clássicos canônicos, em particular, ao desempenharem uma série de funções disciplinares, estabeleceram os padrões e os limites daquilo que conta como sociologia, incluindo os temas considerados centrais à emergência da modernidade (ocidental) a partir de suas diferentes esferas ou dimensões: industrialização (dimensão econômica), racionalização (dimensão epistemológica), ideologização (dimensão política), burocratização (dimensão organizacional), individualização (dimensão cultural) e emancipação (dimensão filosófica) (Susen, 2020, p. 99). O problema, nos parece, não diz respeito necessariamente aos temas que as diferentes vozes do cânone sociológico clássico enfatizam – ainda que eles possam e devam ser ampliados pela teoria social –, mas ao fato de serem especialmente limitados por um horizonte eurocêntrico e androcêntrico.

O que importa considerar é que a adição ou subtração de vozes ao cânone sociológico clássico pode mudar sua configuração geral: da mesma forma que a introdução de Simmel ao trio Marx-Weber-Durkheim “reconfigura radicalmente o lugar da cultura” (Outhwaite, 2016, p. 241), a introdução de autoras preocupadas com a chamada “condição das mulheres” pode reconfigurar questões diversas, especialmente, ainda que não exclusivamente, aquelas atreladas ao viés androcêntrico das obras clássicas. Em particular, o contraponto entre vozes femininas apagadas e vozes masculinas canonizadas pode revelar perspectivas alternativas e contrastantes para um mesmo fenômeno. Consideremos a inclusão de duas

autoras, escolhidas de forma relativamente ao acaso, a partir de nossas experiências em sala de aula: Flora Tristán e Marianne Weber.

O diálogo entre Flora Tristán, por um lado, e Marx e Engels, por outro, pode incidir não apenas sobre a história do pensamento socialista e do movimento operário, mas pode ser usada para questionar as definições de trabalho e de classe operária (Campos, 2021), assim como dos sujeitos históricos da emancipação humana que, mesmo em obras como *O Capital*, é tida como iniciativa e responsabilidade exclusiva dos homens da classe trabalhadora (Rubel, 2005).

A introdução de Marianne Weber como contraponto a autores como Durkheim, Max Weber ou Simmel, por seu turno, nos permite compreender alguns dos efeitos teóricos da relativa cegueira de gênero desses autores. Começemos por Durkheim. Enquanto este percebe a família conjugal como um dos principais centros morais na modernidade (junto com as instituições profissionais), para Marianne Weber, enquanto não garantir “a coexistência das liberdades na vida a dois” (Mata, 2021, p. 70), o casamento não passa de um efeito da distorção da vida humana pelo patriarcado. Durkheim não hesita em condenar o divórcio e o “individualismo egoísta” que fundamenta sua defesa por Marianne Weber, apesar de seu diagnóstico, em *O Suicídio* (Durkheim, 2000), de que o casamento afeta negativamente as taxas de suicídio masculinas e positivamente as femininas (sobretudo na ausência do divórcio). Isso, por um lado, deixa evidente uma concepção fundamentalmente masculina de seu coletivismo moral (portanto do próprio domínio do social); por outro, revela o quanto suas posições normativas não se sustentam em um diagnóstico estritamente sociológico ou racional, mas ecoam valores que deveriam ser tomados como patológicos no contexto de uma sociedade complexa e plural.

Em contraponto a Max Weber (1982), que considera o amor e o erotismo como um dos últimos bastiões de resistência à racionalização e desencantamento do mundo, a autora introduz uma tensão importante ao demonstrar como o puritanismo religioso também contribuiu para a racionalização do casamento, da sexualidade e do erotismo, amenizando alguns traços da “arbitrariedade patriarcal que vai em direção oposta ao conteúdo ético” do vínculo conjugal (Weber, 2011a, p. 117). Nesse sentido,

também tornava o amor e o erotismo compatíveis com a racionalidade do capitalismo moderno (Isaakson, 2020).

Lida em contraponto a Simmel, ela permite relativizar sua perspectiva trágica e desesperançada da cultura com base em dois argumentos distintos, mas interconectados. Primeiro, como explicitado por Lengermann e Niebrugge (2007, p. 211), o desespero filosófico de Simmel, fundamentado em uma concepção de dinheiro como algo puramente alienante, é denunciado por Marianne Weber como um luxo daqueles que não precisam se preocupar com ele. Em sua perspectiva, para quem a independência financeira é negada, o dinheiro é tanto uma questão de ordem prática quanto um prerequisite para a ação moral livre. Segundo, em lugar de uma metafísica dos sexos que opõe homens e mulheres como “princípios distintos” e incomensuráveis, Marianne Weber evita as aporias simmelianas relativas à possibilidade de uma humanidade comum. Para ela, “o conceito e a ideia de mulher já contêm a síntese entre sua determinação e destino específicos e aqueles universal-humanos” (Weber, 2011b, p. 164). Ainda que lhe falte uma formulação precisa, ela antecipa um argumento contemporâneo acerca das relações entre igualdade e diferença, evitando o recurso a uma metafísica que acaba por negar a dimensão social e cultural dos seres humanos (em particular, das mulheres).

Considerações finais

Com a proposição do cânone enquanto metáfora musical, esperamos operar uma construção teórica que permita criar um espaço e, sobretudo, um modo de fazer sociologia efetivamente mais polifônico que, ao mesmo tempo que reitera a importância e a especificidade do fazer sociológico, possibilita uma sociologia mais plural e menos viesada. Ao propormos uma ampliação das vozes que participam do cânone, a ideia é garantir o contraste entre as vozes por meio da construção de contra-argumentos ou de perspectivas distintas de um mesmo fenômeno. Como procuramos explicitar com os exemplos acima, não se trata de sucumbir a um impulso colecionador voltado para a mera adição acrítica de autoras esquecidas ou obscuras, mas da inclusão daquelas vozes que nos permitam uma reconstrução histórica e sistemática da teoria sociológica. Do ponto de vista histórico, isso implica a compreensão

do contexto social que possibilitou a emergência de paradigmas teóricos específicos, oferecendo um tratamento propriamente sociológico à produção das teorias; de um ponto de vista sistemático, implica o estabelecimento de um diálogo entre vozes contrastantes mediante o qual os limites e possibilidades das diversas teorias sejam estabelecidos. Para que esses diálogos sejam frutíferos, é necessário, contudo, garantir as condições de possibilidade para que essas vozes estejam minimamente em sintonia, seja do ponto de vista do cânone sociológico, ao introduzir interpretações divergentes sobre fenômenos semelhantes, seja do ponto de vista da teoria social, ao introduzir novos temas, questões e perspectivas nos debates sociológicos.

Cynthia Lins Hamlin é Doutora em Pensamento Político e Social (Sociologia) pela Universidade de Sussex (Reino Unido) e professora titular da Universidade Federal de Pernambuco. ✉ cynthiahmlin@hotmail.com

Raquel Weiss é Doutora em Filosofia pela USP-FAPESP e professora associada do departamento de Sociologia e do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ✉ weiss.raquel@gmail.com

Simone Magalhães Brito é PhD em Sociologia pela Lancaster University (Reino Unido) e professora associada (III) do Departamento de Ciências Sociais e da Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. ✉ simonebritto@hotmail.com.

Referências

1. ABBOTT, Andrew. *Department and discipline: Chicago Sociology at One Hundred*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.
2. ABRUTYN, Seth; LIZARDO, Omar. Introduction. In: ABRUTYN, S.; LIZARDO, O. (orgs.). *Handbook of Classical Sociological Theory*. Cham, Suíça: Springer, 2021.
3. ADAMS, Bert N.; SYDIE, R.A. *Sociological Theory*. Boston: Sage, 2001.
4. ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. *Sociological theory beyond the canon*. Londres: Palgrave/Macmillan, 2017.
5. ALCÂNTARA, Fernanda Henrique C. Harriet Martineau (1802-1876): a analista social que inaugurou a Sociologia. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 47, n. 43, p. 1-17, 2021.
6. ALEXANDER, Jeffrey. The centrality of the classics. In: GIDDENS, A.; TURNER J. (orgs.) *Social theory today*. Oxford/Cambridge: Polity Press/Basil Blackwell, 1987.

7. BAEHR, Peter. *Founders, classics, canons: modern disputes over the origins and the appraisal of sociology's heritage*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2016.
8. BARTHES, Roland. *The death of the author: In image, music, text* (trad: S. Heath). Londres: Fontana, 1977.
9. BHAMBRA, Gurinder et al. Introduction: *Decolonising the university? In: BHAMBRA, G; GEBRIAL, D.; NIŞANCIOĞLU, K. (orgs) Decolonising the university*. Londres: Pluto Press, 2018.
10. BRYANT, Christopher. *Positivism in social theory and research*. Hampshire: MacMillan, 1985.
11. CAILLÉ, Alain; VANDENBERGHE, Frédéric. *Por uma nova sociologia clássica: re-unindo teoria social, filosofia Moral e os studies*. Petrópolis: Vozes, 2021.
12. CALHOUN, Craig. *Sociology in America: An introduction. In: CALHOUN, C. (org.)*, *Sociology in America: A history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.
13. CAMPOS, Luna R. Socialismo, gênero e trabalho: uma análise da União Operária, de Flora Tristan. *Plural, Revista de Ciências Sociais*, v. 28, n. 2, p.11-27, 2021.
14. CHABOUD-RYCHTER, Danielle et al. (orgs.). *O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. São Paulo e Brasília: Unesp e UnB, 2014.
15. CLARK, Terry N. *Prophets and patrons: The French University and the emergence of the social sciences*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2013.
16. COLLINS, Patricia H. *Black feminist thought: Knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. Londres: Harper Collins, 1990.
17. COLLINS, Randall. *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009.
18. COLLINS, Randall. A sociological guilt trip: Comment on Connell. *American Journal of Sociology*, v. 102, n. 6, p. 1558–1564, 1997.
19. CONNELL, Raewyn. Para uma sociologia mais ambiciosa, mais prática e de fato polifônica. In: CAILLÉ, A.; VANDENBERGHE, F. *Por uma nova sociologia clássica: re-unindo teoria social, filosofia Moral e os studies*. Petrópolis: Vozes, 2021.
20. CONNELL, Raewyn. Canons and colonies: The global trajectory of sociology. *Estudos Históricos*, v. 32, n. 67, p. 349-367, 2020.
21. CONNELL, Raewyn. Why is classical theory classical? *American Journal of Sociology*, v. 102, n. 6, p. 1511-1557, 1997.
22. CRAVENS, Hamilton. The Abandonment of evolutionary social theory in America: the impact of academic professionalization upon American sociological theory, 1890–1920. *American Studies*, v. 12, n. 2, p. 5–20, 1971.
23. CROSS, Máire F. *In the footsteps of Flora Tristan: a political biography*. Liverpool: Liverpool University Press, 2020.
24. DAFLON, Verônica T.; SORJ, Bila. *Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.
25. DEEGAN, Mary Jo (org.). *Women in Sociology: A bio-bibliographical sourcebook*. Westport: Greenwood Press, 1991.

26. DEEGAN, Mary Jo. *Jane Addams and the men of the Chicago School, 1892–1918*. Oxford: Routledge, 1988a.
27. DEEGAN, Mary Jo. Transcending a patriarchal past: Teaching the history of women in sociology. *Teaching Sociology*, v.16, n. 2, p. 141-150, 1988b.
28. DEEGAN, Mary Jo; BURGER, John. W. I. Thomas and social reform: His work and writings. *J. Hist. Behav. Sci.*, v. 17, n. 1, p. 114-125, 1981.
29. DEEGAN, Mary Jo; BURGER, John. George Herbert Mead and social reform: His work and writings. *J. Hist. Behav. Sci.*, v. 14, n. 4, p. 362-372, 1978.
30. DROUARD, Alain. The development of sociology in France after 1945. In: GENOV, N. (org.) *National traditions in Sociology*. Londres: Sage, 1989.
31. DUFOIX, Stéphane. For another world history of Sociology. *MAUSS International*, v.1, n. 1, p. 215-226, 2021.
32. DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
33. EVANS, Mary. Can women be intellectuals? In: FLECK, C; HESS, A; LYON, S. (orgs). *Intellectuals and their publics: perspectives from the social sciences*. Farnham: Ashgate e-books, 2009.
34. FELSKI, Rita. *The gender of modernity*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.
35. FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce qu'un auteur? *Bulletin de la Société Française de Philosophie* v. 63, n. 3, p. 73-104, 1969.
36. GANE, Mike. *Harmless lovers? Gender, theory and personal relationships*. Londres: Routledge, 1993.
37. GIDDENS, Anthony. *Politics, sociology and social theory: Encounters with classical and contemporary social thought*. Stanford: Stanford University Press, 1995.
38. GIDDENS, Anthony. *Capitalism and modern social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
39. GO, Julian. *Postcolonial thought and social theory*. Nova York: Oxford University Press, 2016.
40. GRANT, Linda; STALP, Marybeth C.; WARD, Kathryn B. Women's sociological research and writing in the *AJS* in the pre-World War II era. *The American Sociologist*, v. 33, n. 3, p. 69-91, 2002.
41. GROOT, Rokus de. Music at the limits: Edward Said's musical elaborations. In: OTTEN, W.; VANDERJAGT, A.; DE VRIES, H. *How the West was won: Essays on literary imagination, the canon and the Christian Middle Ages* for Burcht Pranger. Leiden, Holanda: Brill, 2010. p. 127-145.
42. HAMLIN, Cynthia Lins. An Exchange between Gadamer and Glenn Gould on hermeneutics and music. *Theory, Culture & Society*, v. 33, n. 3, p. 103–122, 2016.
43. HAMLIN, Cynthia Lins. Breve metamedodologia das Ciências Sociais. *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social*, v. 1, n. 1, p. 8-20, 2011.

44. HAMLIN, Cynthia Lins; WEISS, Raquel Andrade. A outra margem: quando o feminismo encontra a Teoria Social. *Revista Contraponto*, v. 8, p. 12-24, 2021.
45. HARDING, Sandra. Dreaming Marx, Engels, Durkheim, and Simmel. *Journal of Classical Sociology*, v. 21, n. 3-4, p. 280-282, 2021.
46. HEILBRON, Johan. The Social Sciences as an emerging global field. *Current Sociology*, v. 62, n. 5. p. 685-703, 2014.
47. HOLMWOOD, John. *Founding sociology? Talcott Parsons and the idea of General Theory*. Londres: Routledge, 1996.
48. HOW, Alan R. *Restoring the classic in sociology*. Traditions, texts and the canon. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.
49. ISAAKSON, Anna. Classical sociology through the lens of gendered experiences. *Front. Sociol.*, v. 5, 532792, 2020.
50. JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang. *Teoria social: vinte lições introdutórias*. Petrópolis: Vozes, 2017.
51. JOHNSTON, Andrew. Despite Wars, scholars remain the great workers of the international: American sociologists and French sociology during the First World War. In: CHAGNON, M. E.; IRISH, T. (eds) *The academic world in the era of the Great War*. Londres: Palgrave Macmillan, 2018. p. 97-118.
52. JOHNSTON, Andrew. The disappearance of Emily G. Balch, social scientist. *The Journal of the Gilded Age and Progressive Era*, v.13, p. 166-199, 2014.
53. KETTLER, David; MEJA, Volker. Their “own peculiar way”: Karl Mannheim and the rise of women. *International Sociology*, v. 8, n. 1, p. 5-55, 1993.
54. LACLAU, Ernesto. Preface. In: MCQUILLAN, M.; MACDONALD, G; PURVES, THOMSON, S. (orgs), *Post theory: New directions in criticism*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.
55. LUKES, Steven. Sociology’s inescapable past. *Journal of Classical Sociology*, v. 21, n. 3-4, p. 1-6, 2021.
56. LENGERMANN, Patricia; NIEBRUGGE, Gillian. *The Women Founders: sociology and social theory 1830-1930*. Long Grove: Waveland Press, 2007.
57. LENGERMANN, Patricia; NIEBRUGGE-BRANTLEY, Gillian. Back to the future: Settlement sociology, 1885-1930. *The American Sociologist*, v. 33, n. 3, p. 5-20, 2002.
58. MARSHALL, Barbara; WITZ, Anne. *Engendering the Social: feminist encounters with sociological theory*. Berkshire: Open University Press, 2004.
59. MATA, Giulle V. Dominação racional legal na sociologia do direito de Marianne Weber: apontamentos. In: ZANON, B. et al. (orgs), *A atualidade de Max Weber e a presença de Marianne Weber*. Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2021. Disponível em: <https://www.fundarfenix.com.br/>
60. MATA, Giulle V. Condição feminina e casamento a partir da obra de Marianne Weber. *Caderno Espaço Feminino*, v. 27, n. 2, p. 147-165, 2014.

61. MERTON, Robert K. On the history and systematics of sociological theory. In: MERTON, R. K. *Social theory and social structure* (enlarged edition). Nova York: Free Press, 1968.
62. MILLER, Richard E.; SPELLMEYER, Kurt. Reading and writing about the new humanities. In: MILLER, R.; SPELLMEYER, K. (eds), *The new humanities reader*. Stamford: Cengage Learning, 2015.
63. O'NEILL, John; TURNER, Jonathan. Introduction: The fragmentation of sociology. *Journal of Classical Sociology*, v. 1, n. 1, p. 5-12, 2001.
64. OUTHWAITE, William. *Teoria Social: um guia para entender a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
65. OUTHWAITE, William. Canons round again. In: BAEHR, P. *Founders, classics, canons: modern disputes over the origins and the appraisal of sociology's heritage*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2016.
66. OUTHWAITE, William. Canon formation in late 20th Century British sociology. *Sociology*, v. 43, n. 6, p. 1029-1045, 2009.
67. PARSONS, Talcott. *A Estrutura da Ação Social*. 2 Vols. Petrópolis: Vozes, 2010.
68. PATEL, Sujata. Introduction: Diversities of sociological traditions. In: PATEL., S. (org.) *The ISA handbook of diverse sociological traditions*. Londres: Sage, 2010.
69. PLATT, Jennifer. The Chicago School and firsthand data. *History of the Human Sciences*, v. 7, n. 1, p. 57-80, 1994.
70. RITZER, George; STEPNIISKY, Jeffrey. *Major social theorists*. Vol 1: Classical social theorists. Chichester: Wiley Blackwell, 2011.
71. RUBEL, Maxjmilien. The Emancipation of women in the works of Marx and Engels. In: FAURÉ, C. (ed), *Political and historical encyclopedia of women*. Londres: Routledge, 2005.
72. SAID, Edward. *Culture and Imperialism*. Londres: Chatto & Windus, 1993.
73. SANTANA, Selene Aldana et al. *Cuaderno de Trabajo: La participación femenina en la sociología clásica*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2021.
74. SMITH, Dorothy E. *Writing the social: Critique, theory, and investigations*. Toronto: University of Toronto Press, 2007.
75. SMITH, Dorothy E. Women's perspective as a radical critique of sociology. *Sociological Inquiry*, v. 44, n. 1, p. 7-13, 1974.
76. SOUTO-MAIOR, Herald. *Para uma história da sociologia em Pernambuco: a pós-graduação, 1963-2004*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.
77. SPRAGUE, Joey. Holy men and big guns: The can[n]on in social theory. *Gender & Society*, v. 11, n. 1, p. 88-107, 1997.
78. STACEY, Judith; THORNE, Barry. The Missing feminist revolution in sociology. *Social Problems*, v. 32, n. 4, p. 301-316, 1985.
79. STANLEY, Liz; WISE, Sue. *Breaking out again: Feminist ontology and epistemology*. Londres: Routledge, 1993.

80. STEINMETZ, George. American sociology before and after World War II: The (temporary) settling of a disciplinary field. In: CALHOUN, C. (org.), *Sociology in America: A history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.
81. SUSEN, Simon. *Sociology in the twenty-first century: key trends, debates, and challenges*. Cham, Suíça: Palgrave Macmillan, 2020.
82. SUSEN Simon; TURNER, Bryan. Classics and classicity: JCS after 20 years. *Journal of Classical Sociology*. v. 21, no. 3-4, p. 227-244, 2021.
83. SYDIE, Rosalind A. *Natural women, cultured men: a feminist perspective on sociological theory*. Vancouver: UBC Press, 1994.
84. TURNBULL, Neil. Post-Theory: Theory and “the Folk”. *New Formations*, n. 51, p. 99-112, 2003.
85. TURNER, Jonathan H. *Classical sociological theory: a positive perspective*. Belmont, CA, EUA: Wadsworth, 1993.
86. TURNER, Stephen. The future of social theory. In: TURNER, Bryan S. (org.), *The New Blackwell companion to social theory*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009. p. 551-566.
87. VALENTE, Luiz Fernando. Post-theory and beyond. *Rev. Bra. Lit. Comp.*, v. 23, n. 42, p. 21-37, 2021.
88. WALBY Sylvia. Sociology: Fragmentation or reinvigorated synthesis? *Journal of Classical Sociology*. v. 21, n. 3-4, p. 323-333, 2021.
89. WALLERSTEIN, Immanuel. The Culture of sociology in disarray: The impact of 1968 on U.S. sociologists. In: CALHOUN, C. (org.). *Sociology in America: A history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.
90. WEBER, Marianne. Authority and autonomy in marriage. Tradução e comentário introdutório de Craig R. Bermingham. *Sociological Theory*, v. 21, n. 2, p. 85-102, 2003.
91. WEBER, Marianne. Acerca de los principios de la ética sexual. In: IBARGÜEN, M. A. (ed.). *Marianne Weber: ensayos selectos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2011a. p. 111-125.
92. WEBER, Marianne. La mujer y la cultura objetiva. In: IBARGÜEN M. A. (ed.) *Marianne Weber: ensayos selectos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2011b. p. 127-164
93. WEBER, Max. Rejeições religiosas do mundo. In: GERTH, H.; MILLS, C.W. (eds) *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
94. ZANON, Breilla et al. (orgs). *A atualidade de Max Weber e a presença de Marianne Weber*. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2021. Disponível em: <https://www.fundarfenix.com.br>.

Recebido: 22 jun. 2022

Aceito: 11 nov. 2022

En femenino y plural: los inicios de la institucionalización de la sociología en Chile y Colombia

Luis Donatello* 

Verónica Giordano* 

Resumen

Este artículo propone abordar el proceso de institucionalización de la sociología en América Latina en los años sesenta desde una perspectiva de género. Se afirma la existencia de una sociología histórica de y para América Latina y en este marco se analiza las trayectorias de dos mujeres: María Cristina Salazar (Colombia) y Betty Cabezas de González (Chile). A partir del recurso a la reconstrucción de trayectorias y redes, se propone poner de relieve el entramado entre mundo católico y sociología en el proceso de institucionalización de la sociología latinoamericana en los años sesenta y la visibilización de la agencia de las mujeres académicas en ese proceso. El artículo está estructurado en dos partes. En la primera, se abordan algunos aspectos de la institucionalización de la sociología en América Latina y se afirma la vocación de sociología histórica de la sociología latinoamericana. En la segunda, se abordan hechos y experiencias de la biografía de las dos mujeres antes mencionadas en el proceso en cuestión. En las conclusiones, se recuperan las líneas argumentativas más fuertes del texto mostrando la relevancia del vínculo entre religión y sociología y la agencia de las mujeres en el proceso de institucionalización del campo.

Palabras clave: sociología, sociología histórica, sociología latinoamericana, género, religión, Betty Cabezas, María Cristina Salazar.

* Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, CABA, Argentina.

Feminine and plural: the beginnings of institutionalization of Sociology in Chile and Colombia

Abstract

This article approaches the process of institutionalization of Sociology in Latin America in the sixties from a gender perspective. It argues that there is a historical sociology from and for Latin America and in this framework, the trajectories of two women are analyzed: María Cristina Salazar (Colombia) and Betty Cabezas de González (Chile). Based on the biographical network method, the article proposes to highlight the entanglement between Roman Catholic sphere and Sociology in the process of institutionalization of Latin American sociology in the sixties, and the visibility of academic women's agency in that process. The article is structured in two parts. In the first, some aspects of the institutionalization of sociology in Latin America are addressed and its vocation towards historical sociology is affirmed. In the second, facts and experiences of the biography of the two women mentioned above are addressed regarding the process in question. In the conclusions, the strongest argumentative lines of the text are summarized, showing the relevance of the link between religion and sociology and the agency of women in the process of institutionalization of the field.

Keywords: Sociology, historical sociology, Latin American sociology, Gender, Religion, Betty Cabezas, María Cristina Salazar.

Introducción

Este artículo propone contribuir al conocimiento del proceso de institucionalización de la Sociología en América Latina en los años sesenta. Para ello, nos centraremos en el cruce entre dos dimensiones no siempre tenidas en cuenta al respecto. De hecho, desde una mirada superficial se ha considerado este fenómeno en términos antitéticos: factor religioso y perspectiva de género.

Algunas publicaciones recientes inspiran la iniciativa. En primer lugar, en Estados Unidos el remarcable trabajo de Patricia Madoo Lengermann y Jill Niebrugge-Brantley (2006) en *The Women Founders* abrió un camino de investigación imitado en otras latitudes, comprometido con relevar y

visibilizar el aporte de las mujeres sociólogas a la fundación de la sociología como disciplina. Allí aparece no sólo la agencia de las mujeres sino también el papel de la socialización religiosa (sobre todo el protestantismo), aunque no en el foco en cuestión. En segundo lugar, en la carrera de Sociología de la Universidad de Buenos Aires (Argentina) desde 2018 se ha estado trabajando en distintas formas de transversalización de la perspectiva de género en los contenidos curriculares. En este marco, en 2019 las sociólogas Evangelina Caravaca, Ana Belén Blanco y María Soledad Sánchez dieron a conocer los primeros resultados de su proyecto *Pioneras - Mujeres de la Sociología*,¹ abocado a visibilizar las trayectorias y aportes de mujeres sociólogas del país. En 2020, se publicó el dossier “La voz de las mujeres en la sociología clásica” (Acta Sociológica, 2020), donde se avanza en una interpretación feminista de las ciencias sociales.

Estos elementos fueron un gran estímulo para pensar la sociología latinoamericana en femenino y en plural. Sin embargo, creemos que la dimensión sociorreligiosa ha sido escasamente explorada con relación a las ciencias sociales de América Latina desde una perspectiva de género. En este sentido, ha resultado valioso para los objetivos de este texto el trabajo de Fernanda Beigel (2011), quien, teniendo en cuenta ambos elementos en un estudio de más amplio espectro, indagó sobre los aportes de Betty Cabezas de González, sentando los precedentes de la propuesta que realizamos aquí.

En este texto, partimos de la idea de que la sociología latinoamericana se construyó como sociología histórica a partir de un proceso de “hibridación de disciplinas”. El concepto hibridación está tomado de la propuesta de Mattei Dogan y Robert Pahre en su libro *Las nuevas Ciencias Sociales. La marginalidad creadora* (Dogan; Pahre 1993), donde los autores proponen que el tránsito entre los márgenes de las disciplinas constituye una punta de lanza para la innovación y el desarrollo institucional de las ciencias. Es precisamente en los márgenes de los campos disciplinarios instituidos

¹ Puede verse el proyecto en curso en <https://www.rumbosur.org/pioneras/proyecto/> Consultado por última vez el 1 de junio de 2022.

donde la recombinación de fragmentos de diversas disciplinas puede generar espacios de intersección susceptibles de institucionalizarse como una nueva disciplina autónoma o como campo híbrido. Como veremos más adelante, la “recombinación de fragmentos” de disciplinas en los casos aquí estudiados habilitó la institución de la sociología en la región.

Algunos trabajos de Verónica Giordano se centraron en mostrar los acercamientos e intercambios que hubo entre sociología e historia y entre estas y otras ciencias sociales en los inicios de los procesos de institucionalización de la sociología en América Latina (Giordano, 2007, 2011, 2014, 2017). La existencia de una sociología histórica no es privativa del hemisferio norte, Estados Unidos e Inglaterra en particular. También en América Latina se ha institucionalizado un tipo de sociología que puede denominarse sociología histórica y que le ha dado una fisonomía de “ciencia propia” (Fals Borda, 1970). De hecho, en América Latina la institucionalización de la sociología como disciplina científica coincidió con el surgimiento de la sociología histórica como crítica a la sociología funcionalista en el hemisferio norte. En América Latina, la propia voluntad de adecuación al canon científico exigió explicar el “desvío” de la trayectoria de la región. Para esto fue fundamental explicar el origen colonial de nuestras sociedades y cómo esto afectó a la institucionalización de la disciplina. En definitiva, la sociología latinoamericana debió apelar a la historia para explicar su particular adecuación al canon. Además, no debe perderse de vista algunos intercambios y convergencias como, por ejemplo, en 1959, el famoso seminario organizado por Luiz de Aguiar Costa Pinto en el Centro Latinoamericano de Investigaciones en Ciencias Sociales (CLAPCS), donde participó Charles Wright Mills, lo cual incita a pensar que la influencia de su pensamiento fue contemporánea a su producción (Botelho, 2009).²

El texto que sigue está estructurado en dos partes. En la primera, se abordan algunos aspectos de la institucionalización de la sociología en

² Es más, la socióloga argentina Elizabeth Jelin en una entrevista relata la influencia de Wright Mills en su producción en los orígenes de la Sociología.

Ver: <https://www.rumbosur.org/pioneras/jelin/>

América Latina y se caracteriza la vocación de sociología histórica de la sociología latinoamericana. En la segunda, se abordan hechos y experiencias de la biografía de dos mujeres en el proceso en cuestión: María Cristina Salazar y Betty Cabezas de González. En las conclusiones, se muestra la relevancia de la socialización religiosa y el rol de las mujeres en el proceso estudiado y se recuperan las líneas argumentativas más fuertes del texto. En ese sentido, nos interrogamos sobre qué elementos condujeron a nuestras protagonistas por dichos derroteros y de qué manera estos casos son significativos para formular hipótesis más generales.

El proceso de institucionalización de la sociología como sociología histórica en América Latina

La sociología histórica es un “híbrido” (Dogan; Pahre, 1993) que comenzó a institucionalizarse con ese nombre en Estados Unidos hacia fines de los años cincuenta, adquiriendo clara fisonomía en las dos décadas siguientes (Adams *et al.*, 2005; Skocpol, 1991). Los estudios propios de la sociología histórica se caracterizan por plantear preguntas sobre las transformaciones sociales, políticas y económicas a través de la historia, teniendo por objeto predilecto el estudio del cambio social. En Estados Unidos, la institucionalización de una sociología que se autoproclamaba histórica fue una suerte de “movimiento intelectual”, una reacción al ahistoricismo estructural-funcionalista Calhoun (1996, p. 306). Un referente de esta crítica fue eminentemente Charles Wright Mills y su libro *The Sociological Imagination* (1959). En esta línea, otra de las características propias de la sociología histórica es la articulación entre agencia y condicionamientos estructurales.

Ya en Ansaldi y Giordano (2012) se ha brindado un cuadro sucinto de qué es la sociología histórica y su aplicación en el campo de los estudios sociales latinoamericanos. Aquí, nos gustaría resaltar que, en América Latina, simultáneamente con las transformaciones en el campo disciplinario de la sociología en el hemisferio norte señaladas más arriba, comenzaba

a institucionalizarse la sociología “científica” (Blanco, 2006). Una de las evidencias más cabales de esta coincidencia está expresada en el prólogo a la primera edición en español del citado libro de Wright Mills, *La imaginación sociológica*. Ese prólogo fue escrito por Gino Germani, considerado “padre fundador” de la sociología científica en Argentina y con proyección en América Latina. Al mismo tiempo que introducía el pensamiento de Mills, Germani aprovechaba la ocasión para sentar las bases de la sociología como ciencia profesionalizada. Como se ha sostenido en otro lado (Giordano, 2012), por el carácter dependiente de las sociedades latinoamericanas, en los inicios de su institucionalización la sociología se abocó a la búsqueda de un pensamiento propio que pudiera dar cuenta de esa particularidad histórica al mismo tiempo que erigirse como “científica”.

A poco de andar, en el ámbito de la sociología recientemente institucionalizada (en departamentos, carreras o facultades), comenzaron a surgir preocupaciones por los avatares del desarrollo y el rumbo del cambio social en América Latina. Es el caso de María Cristina Salazar, en la ponencia presentada en 1965 en nombre de la Facultad de Sociología de la Universidad Nacional de Colombia, titulada “El proceso de profesionalización del trabajo social”. Allí, la socióloga colombiana se preguntaba sobre los efectos del “acelerado” cambio social en América Latina y Colombia, y acercaba una reflexión sobre las funciones y complementariedades del trabajo social y la sociología para afrontar esos cambios en las sociedades “en vías de desarrollo”. En su ponencia, afirmaba: “una sociología ‘pura’, desinteresada del cambio social, no parece factible dentro de las estructuras de un país subdesarrollado” (Salazar, 2006, p. 28)

En esta referencia encontramos que la frontera, como fuente de innovación creadora, al decir de Dogan y Pahre (1993), es doble: como margen que separa las disciplinas unas de otras y como margen que distingue el aparato conceptual y el enfoque metodológico provenientes de Estados Unidos y Europa y el necesario para afrontar las condiciones sociohistóricas propias. Ese aparato conceptual y ese enfoque estaban siendo creados en aquel momento, conforme se avanzaba en el proceso de institucionalización

de las ciencias sociales. Como veremos en el siguiente apartado, Salazar practicó una sociología que hizo un uso imaginativo de las fuentes disponibles sin dar las espaldas a las condiciones históricas y sin resignar la pretensión de cambio social, según la línea teórico-metodológica trazada por Wright Mills.

En esos años, específicamente en 1964, se celebró en Buenos Aires la “Conferencia Internacional sobre Investigación Social Comparativa en países en Desarrollo: discontinuidades internas en el proceso de desarrollo económico y social de América Latina”, organizada conjuntamente por el Consejo Internacional de Ciencias Sociales (en inglés: ISSC, International Social Sciences Council) y el Centro de Sociología del Instituto Torcuato di Tella, con los auspicios de la Comisión Nacional Argentina para la UNESCO y de la Universidad de Buenos Aires (UBA). En esta conferencia, el sociólogo norteamericano Kingsley Davis presentó la ponencia “La comparación internacional en las ciencias sociales: problemas y soluciones”. Davis ya era por entonces un notable académico especializado en la investigación demográfica, con sede en la Universidad de California (Berkeley), Estados Unidos. En su intervención, llamó la atención sobre un problema que sería recurrente en los debates sobre la validez de la comparación en las ciencias sociales: la cantidad de casos. Entendía que la cantidad de naciones que había en el mundo no alcanzaba para proveer de unidades suficientes para un análisis estadístico y por lo tanto la comparación *cross-national* tenía que basarse en criterios diferentes de la comparación estadística, ya aceptada y validada por la comunidad científica.

En su trabajo, Davis señalaba, además, otros obstáculos tales como las definiciones de los conceptos, que varían de país en país, las diferencias del tamaño de la población y del territorio, las diferencias culturales dentro de un mismo territorio nacional y por lo tanto sus niveles de integración. Todos estos obstáculos eran los que la naciente sociología científica en América Latina encontraba a la hora de hacer “ciencia”. Este fue, en parte, el asunto abordado por Betty Cabezas de González en el libro *América Latina: una y múltiple*, publicado en 1968 en Santiago de Chile. ¿Era posible considerar a América Latina una unidad? Esta pregunta merodeaba

el ambiente intelectual de aquellos años. Sin ir más lejos, en 1966-1967, los sociólogos Fernando H. Cardoso y Enzo Faletto llevaron adelante un trabajo emblemático de sociología histórica comparativa, trabajando en el seno del Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES) en la ciudad de Santiago de Chile. En su informe “*Dependencia y Desarrollo en América Latina*”, los autores incursionaron en la comparación histórica tomando como unidades de análisis a las naciones-Estados.³ Tanto el texto de Cabezas (1968) como el de Cardoso y Faletto (1990) aportan un elemento característico del proceso de institucionalización de la sociología en los años sesenta: la pregunta por la unidad de América Latina y el análisis tipológico de cuño weberiano como modo de abordar un pensamiento propio y propiamente latinoamericano. Como veremos más adelante, la perspectiva teórica e ideológica de Cabezas, sumada a su condición de género, imprimieron a su contribución en esos años un carácter subordinado a otros factores.

En el proceso de institucionalización que venimos analizando, un hito para pensar a América Latina como unidad fue la creación del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), fundado en 1967 con sede en Buenos Aires, Argentina. El impulso inicial provino de la Conferencia Internacional de 1964 mencionada más arriba, que como se ha dicho fue realizada en Buenos Aires, entre el 8 y el 16 de septiembre de 1964 (Morales Martín, 2013). En aquel entonces, la comparación estaba atravesando un momento de innovación. En 1963 se había puesto en marcha un programa de estudios comparativos internacionales en el ISSC, denominado *comparative cross-national studies*, bajo la dirección de Stein Rokkan, secretario general de la citada institución. En esos años, la comparación era una práctica ceñida a los métodos cuantitativos: los *comparative surveys* y el agregado de estadísticas nacionales y su potencial

³ La utilización del método comparativo también fue una gran contribución de estos autores al campo de la sociología latinoamericana. En *Dependencia y Desarrollo* los autores utilizan la forma “sincrónica” de “comparación integrada”. Según McMichael (1992, p. 384-385), esta “entraña la comparación a través del espacio dentro de una única coyuntura histórica mundial”.

uso era en análisis correlacionales. Rokkan incursionó en el campo de la comparación cualitativa. Trabajando en los márgenes del *mainstream* de los análisis comparativos, tuvo intercambios con especialistas del área de los estudios transculturales (*cross-cultural studies*). Cabe señalar que los estudios transculturales estaban ya situados en el campo de la antropología y se orientaban a la comparación entre sociedades para poner a prueba hipótesis sobre el comportamiento humano. En el contexto en el que Rokkan se aproximó a la disciplina, el concepto *cross-national* era nuevo. Se trataba de comparar tomando a las naciones (los estados-nación) como unidades. Tal como afirman H.C. J. Duijker y Stein Rokkan (1954, p. 8),

[e]l término estudio transnacional es relativamente nuevo en el vocabulario de las ciencias sociales. Ha ganado aceptación como un término conveniente para investigaciones comparativas que toman naciones, poblaciones nacionales o sectores equivalentes de poblaciones nacionales como unidades de comparación. El término “transnacional” parece haber sido acuñado por analogía con “transcultural”, adjetivo predilecto en el discurso antropológico desde los años treinta.⁴

Los mismos autores añaden: “Presumiblemente, transnacional ha sido introducido también para reducir algunas de las ambigüedades del término ‘internacional’ en su uso para describir investigaciones.”⁵ (Duijker; Rokkan, 1954, p. 8). En efecto, se buscaba practicar la comparación como método explicativo y no meramente descriptivo, esto es: al servicio de la identificación de las causas de los fenómenos sociales. Esta filiación entre sociología y comparación analítica es una marca de origen de la sociología histórica, ya presente en la sociología de Marx, Weber y Durkheim. Sin renegar de estos elementos, la sociología latinoamericana buscó un derrotero

⁴ “*Cross-national* research is a relative newcomer in the vocabulary of social science. It is gaining acceptance as a convenient term for comparative inquiries taking nations, national populations, or equivalent sections of national populations as their units of comparison. The term “cross national” seems to have been coined by analogy with “cross cultural”, a favourite adjective in anthropological discourse since the thirties.”

⁵ “Cross national was presumably also introduced to reduce some of the ambiguities of the term ‘international’ as used in describing research.”

propio, donde la explicación no estaba reñida de los factores históricos y donde la comparación era una vía de acceso para pensar a América Latina más allá de las singularidades nacionales y locales.

María Cristina Salazar y Betty Cabezas de González en la institucionalización de la sociología académica

En 1959, en el seno de la Facultad de Economía de la Universidad Nacional de Colombia, se creó el Departamento de Sociología, acogido por el abogado y empresario Luis Ospina Vásquez, por entonces decano de la Facultad de Economía (y considerado mentor de la historia económica en su país). Como en otras experiencias, la marca del surgimiento de la sociología académica en Colombia se dio a través de la hibridación de disciplinas. De hecho, uno de los protagonistas de ese proceso, el sociólogo Orlando Fals Borda, recuerda a Ospina como un “gran historiador, [que] se metía de cabeza en los archivos y no le tenía miedo como hoy los economistas” (Herrera Farfán; López Guzmán, 2014, p. 31). Fals es considerado el “padre fundador” de la Sociología. Fue nombrado director del Departamento por Ospina, pero no estuvo solo en la tarea: trabajó codo a codo con el sacerdote Camilo Torres Restrepo, quien en aquel entonces llegaba de cursar estudios de sociología en la Universidad Católica de Lovaina en Bélgica. Recordemos que Fals también era sociólogo, pues había realizado estudios de posgrado en la Universidad de Florida en Estados Unidos donde se doctoró en Sociología Latinoamericana en 1955 gracias a una red de sociabilidad en la Iglesia presbiteriana que le abrió las puertas a la universidad. En poco tiempo, Fals y Torres lograron convocar a un puñado de profesores y unos veinte estudiantes que le dieron vida a la iniciativa. En 1961, el Departamento pasó a tener estatus de Facultad y Fals asumió como decano. Fue entonces cuando se sumó la socióloga María Cristina Salazar (Herrera Farfán; López Guzmán, 2014, p. 31-32). En un clima local e internacional marcado por la teología de la liberación como fenómeno vinculado a la renovación

católica propia del Concilio Vaticano II en América Latina, el rol de las mujeres emergía como un tópico central (Bidegain, 2003).

María Cristina Salazar Camacho nació el 3 de septiembre de 1931 en Bogotá, en el seno de una familia tradicional socialmente y poderosa económicamente. Salazar era nieta de dos figuras relevantes de la historia política colombiana: Félix María Salazar, conservador, y Salvador Camacho Roldán, liberal. Estos dos hombres tuvieron una carrera política destacada en el país, llegando a participar como candidatos a la presidencia. Tras haber hecho estudios de grado en Filosofía y Letras en la Universidad Javeriana, María Cristina Salazar se doctoró en Sociología en 1957 por la Universidad Católica de América, sita en Washington D.C Estados Unidos. En 1959, regresó a Colombia y se revinculó como profesora con la Javeriana, como es sabido una institución enraizada en el mundo jesuita. En 1960, en esa misma universidad contribuyó a crear la Facultad de Sociología, enseguida absorbida por la Facultad de Ciencias Sociales y Económicas, después de que la echaran por razones fundamentalmente ideológicas (Cendales *et al.*, 2005).

Por coincidencias biográficas María Cristina, conoció desde su infancia a Camilo Torres.⁶ Ambos provenían de familias encumbradas, y compartían las sociabilidades católicas propias de las élites bogotanas (Gutiérrez de Pineda, 1968, p. 129-220). A través de él, Salazar había entrado en contacto con Fals Borda. Según declaraciones de éste, Salazar fue expulsada de la Universidad Javeriana (momento en que, como se dijo más arriba, la Facultad de Sociología fundada por ella era absorbida por la Facultad de Ciencias Sociales y Económicas), en razón de ser considerada “subversiva”

⁶ Jorge Camilo Torres Restrepo (1929-1966) fue un sacerdote católico colombiano. Considerado uno de los antecesores de la teología de la liberación, también fue fundador de la sociología colombiana. Formado en el clero diocesano, estudió Derecho en la Universidad Nacional y luego se doctoró en sociología en la Universidad de Lovaina. A partir del diálogo entre católicos y marxistas que se venía desarrollando a nivel internacional, tomó contacto con el Partido Comunista Colombiano y fundó una fuerza política que enfrentó al Frente Nacional hegemónico en esos años: el Frente Unido del Pueblo. Luego, y ante la creciente represión estatal, decidió incorporarse al Ejército de Liberación Nacional-ELN y a la consecuente alternativa de la guerrilla rural. En dicho marco, murió en su primera operación militar (Sánchez Lopera, 2006).

por sus vínculos con Camilo Torres, quien ya estaba trabajando en pos del fortalecimiento de las comunidades de base en los barrios populares de Bogotá (Cendales *et al.*, 2005). De hecho, más tarde Salazar fue parte del movimiento “Frente Unido” de oposición al Frente Nacional fundado por Torres en 1965.⁷

Por su parte, Fals también era cercano a esa corriente de pensamiento y acción política. Nacido en Barranquilla, frecuentó la Primera Iglesia Presbiteriana de dicha localidad cuando su pastor era Richard Shaull, quien más tarde sería uno de los impulsores de la teología de la liberación. Gracias a su vínculo con la Iglesia presbiteriana, consiguió una beca para estudiar el grado en la Universidad de Dubuque en Iowa, Estados Unidos. Allí fue donde obtuvo su título en Letras, con especialización en Música. Esta experiencia le abrió las puertas para sus estudios de posgrado en Minnesota y Florida, donde finalmente obtuvo las credenciales de sociólogo. Más tarde, su vínculo con la Iglesia protestante fue un aspecto clave en la compleja trama de elementos que llevaron a Fals a alejarse de la universidad, comprometerse más directamente con las luchas por el cambio social en el mundo campesino, y despuntar la metodología de la Investigación Acción Participativa (IAP) que signó su carrera desde 1969 en adelante (Díaz Arévalo, 2022).⁸

Salazar fue parte de este giro. A fines de la década de 1960, ella y Orlando Fals Borda se casaron. El matrimonio se celebró tanto bajo el canon de la Iglesia Católica como el de la Presbiteriana. A partir de 1968, cuando Fals imprimió un nuevo rumbo a su carrera, María Cristina continuó practicando la sociología a partir de su vinculación con la Fundación La Rosca creada por su esposo, una organización orientada a la investigación

⁷ El Frente Nacional fue un pacto político entre las cúpulas del Partido Conservador y el Partido Liberal para la instauración de un régimen de democracia controlada, con alternancia entre estos dos partidos y exclusión de terceros partidos. Esta experiencia histórica se enmarca en los lineamientos de la Doctrina de Seguridad Nacional para América Latina (Ansaldi; Giordano, 2012).

⁸ La IAP plantea una perspectiva de investigación alternativa a la tradicional sujeto-objeto, y concibe la relación sujeto-sujeto con fines emancipatorios y de cambio social.

de la realidad desde un enfoque que aunaba el campo intelectual y el político. La Rosca fue financiada principalmente con apoyos de la Iglesia Presbiteriana de Estados Unidos, a través de una Comisión denominada Autodesarrollo de los Pueblos de la Iglesia Presbiteriana, y del gobierno de Holanda a través de su Ministerio de Desarrollo Económico (Celdales *et al.*, 2005). Es significativo mencionar que, desde dicha organización, se desarrollaron puentes con lo que empezaba a conocerse como la teología de la liberación. Si bien en el caso de Fals Borda podemos encontrar el costado protestante de dicho fenómeno, Salazar provenía del mundo católico, y a través de la IAP como praxis liberadora ambos expresan un diálogo ecuménico entre mundo religioso y sociología propiciado por los acontecimientos a nivel continental, cuando en 1968 se estaba celebrando la Conferencia de Medellín (Poggi, 2015).

El periodista y sociólogo Alfredo Molano Bravo, quien fuera estudiante de María Cristina Salazar en la Facultad de la Universidad Nacional en aquellos primeros años de institucionalización de la sociología en Colombia, recuerda que, influidos por el clima ideológico de la Revolución Cubana, los estudiantes leían “La segunda declaración de La Habana” y creían “que todo lo que fuera traducido del inglés era imperialista”. Molano sostiene que Salazar supo entender el radicalismo estudiantil de la época y los “invitó a leer una de las primeras defensas a ultranza de la revolución cubana, Escucha Yankee, de C. Wright Mills” (Molano Bravo, 2006, p. 189).

De aquellos primeros años en la vida académica de María Cristina Salazar queremos citar dos trabajos. En primer lugar, *A socio-religious survey of the parish of Cristo Rey, Manizales, Colombia*, su tesis publicada en 1957, donde se despliega un elemento metodológico sustantivo y clave para la fundación de la sociología en Colombia: la experiencia en la creación de datos a partir de fuentes locales, en este caso la Parroquia Cristo Rey de la ciudad colombiana de Manizales, en el Departamento de Caldas. En segundo lugar, la ponencia “El proceso de profesionalización en el Trabajo Social”, presentada en el Tercer Congreso Nacional de Servicio Social, celebrado en Cali, del 17 al 22 de julio de 1965. De este segundo texto

nos interesa subrayar el trabajo en las fronteras entre disciplinas y una visión estratégica para la institucionalización de las ciencias sociales colombianas. En 1966, a instancias de Salazar, se creó la carrera de Trabajo Social en la Universidad Nacional de Colombia.

En cuanto al posicionamiento de Salazar respecto de las relaciones de género, en una entrevista sostenida a fines de la década del noventa, declara:

[s]iempre he dicho que soy feminista, porque defiendiendo los derechos de la mujer, creo que las mujeres en cierto sentido somos feministas y debemos defender los derechos de las mujeres. Lo que pasa con los feminismos, porque son varios los que existen en el mundo de hoy, y uno se identifica más con unos que con otros, entonces, mientras haya ese énfasis, que luchamos por los derechos que nos corresponden como personas, que somos iguales como personas a cualquier otro del sexo masculino, pues eso es lo que tenemos que defender, pero yo no he sido una activista de movimientos de mujeres en Colombia, como que no me quedó tiempo (Triana Ramírez *et al.*, 2002, p. 168).

En rigor, el interés de Salazar por la igualdad de género se expresó más en su involucramiento en la defensa de los derechos humanos que en un activismo en las filas de los feminismos. Un punto de inflexión en su vida fue en 1979. En enero de ese año, Salazar y Fals fueron enviados a la cárcel cuando se descubrió el robo de 5.000 fusiles del Ejército al Cantón Norte de Bogotá a manos de la organización guerrillera M-19. Parte del motín fue hallado en una propiedad de Salazar y por eso ella y su esposo fueron llevados presos. Fals fue puesto en libertad al cabo de dos semanas, pero Salazar continuó detenida durante más de un año. A partir de esta experiencia, Salazar se volcó al activismo en derechos humanos. Era el año también de la Declaración de los Derechos del Niño por la ONU, y el tema del trabajo infantil y los derechos en la infancia comenzó a impregnar en los trabajos de Salazar. Así, una característica de la trayectoria de Salazar es la constancia en su compromiso militante por transformar la realidad. Falleció el 10 de julio de 2006.

Una trayectoria distinta, aunque con algunas aristas similares, es la de Betty Cabezas de González, en Chile.

Entre los expositores en la Conferencia Internacional de 1964 sobre investigación social y comparación que mencionamos más arriba encontramos como única presencia femenina a Betty Cabezas de González. El coordinador científico de la Conferencia fue Gino Germani y los participantes latinoamericanos fueron: Fernando H. Cardoso, del ILPES y de CEPAL de Santiago de Chile; Darío Cantón, del Centro de Sociología Comparada del ITDT de Buenos Aires; Adolfo Critto, de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional de Córdoba; Manuel Diegues Junior, director del Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais de Río de Janeiro; Guido Di Tella, director del Instituto de Investigaciones Económicas de la UBA; Torcuato Di Tella, del Instituto de Sociología de la UBA; Orlando Fals Borda, de la Universidad Nacional de Colombia; Jorge García-Bouza, del Centro de Sociología Comparada del ITDT; Pablo González Casanova, de la UNAM; Jorge Graciarena, de la UBA; Peter Heintz, de la FLACSO de Santiago de Chile; Henry Landsberger, de la Universidad de Chile; Miguel Murmis, de la UBA; Leopoldo Portnoy, de la UBA; Luis Ratinoff, del ILPES de Santiago de Chile; José Luis Romero, de la UBA; Aldo Solari, de la Universidad de la República, de Montevideo; Francisco Suárez de la Universidad Católica Argentina; Javier Villanueva, de la Universidad Católica Argentina y Frederick B. Waisanen, del Programa Interamericano de Información Popular de San José de Costa Rica (Germani, 1965, p. 171-172).

Es claro que la presencia de Betty Cabezas de González en esa Conferencia internacional era una singularidad. En 1964, Betty Cabezas era secretaria general del Centro para el Desarrollo Económico y Social de América Latina (CESAL) de Santiago de Chile. A diferencia de María Cristina Salazar, cuya trayectoria académica es más fácilmente identificable en las referencias bibliográficas y en archivos, Betty Cabezas está sumida en un elocuente silencio y profundos vacíos rodean su figura. En su hoja de vida o Curriculum Vitae (CV), la propia autora consigna algunos datos, los únicos que por el momento se han podido hallar.⁹

⁹ Queremos agradecer especialmente a Fernanda Beigel, quien muy generosamente nos ha provisto de la hoja de vida de Betty Cabezas de González. Beigel accedió a esta fuente en el proceso de investigación para su libro *Misión Santiago*, que citamos en este artículo. La hoja de vida le fue provista por la hija de Betty Cabezas. Por medio de Beigel, agradecemos a ella también este generoso gesto.

El nombre completo de Betty Cabezas es María Berta Cabezas Nanjarí. En su hoja de vida, ella misma consigna que estudió la carrera de Ingeniería Comercial en la Universidad de Chile, entre 1955 y 1959. Esto nos permite conjeturar que nació alrededor del año 1935, y muy probablemente en Chile. En términos temporales, Salazar y Cabezas pertenecen a la misma generación de mujeres universitarias. Solo que, en el caso de Cabezas, el título de grado que obtuvo fue “Ingeniero Comercial con mención en Economía y Administración de Empresas”, es decir, no tuvo formación universitaria (ni de grado ni de posgrado) en sociología e incursionó en la disciplina desde los “márgenes”. En 1958, cuando todavía le quedaba un año para graduarse, Cabezas había comenzado a trabajar como investigadora asistente en el Instituto de Investigaciones Económicas de la misma universidad. La hibridación de disciplinas es una característica saliente en Betty Cabezas, de la ingeniería a la economía (y de allí, como veremos enseguida, a la sociología), del mismo modo que reconocemos este trazo en la trayectoria de Salazar y su vocación por saltar las fronteras de la sociología hacia el campo del trabajo social.

Como en el caso de la socióloga colombiana, Cabezas tuvo una estrecha relación con las instituciones de la Iglesia, en este caso estrictamente la Iglesia católica. Entre 1960 y 1962, se desempeñó en el Centro de Acción Social Bellarmino, fundado por el Padre Hurtado¹⁰ en 1951. En los años sesenta, este Centro fue reconvertido en usina de pensamiento sobre la situación del catolicismo con relación a los problemas demográficos, sociales y culturales de los países de América Latina, considerados países en proceso de cambio. El Padre Renato Poblete¹¹ tuvo un rol destacado en el centro Bellarmino en esta fase.

¹⁰ Alberto Hurtado Cruchet Cruchaga (1901-1952) fue un sacerdote jesuita chileno y beato de la Iglesia católica. A partir de su vinculación a las corrientes antiliberales, nacionalistas y anticomunistas chilenas, se volcó al activismo tanto en el medio obrero como en los sectores populares en general. En ese sentido, estuvo presente en diversas organizaciones como el mencionado Centro Bellarmino o la Acción Sindical y Económica Chilena ASICH y el Hogar de Cristo) (Castillo, 1992).

¹¹ Renato Poblete (1924-2010) también fue un sacerdote jesuita. Formado en teología y sociología en la Universidad de Fordham, retomó la obra de Hurtado tanto en el terreno académico como en los Hogares de Cristo. Dicha institución se expandió durante su gestión como capellán durante los años ochenta del siglo XX, implicando diferentes reconocimientos. Posteriormente a su muerte, hace pocos años, fue denunciado por abusos sexuales a menores y condenado por la propia Compañía de Jesús (Córdova, 2021).

En 1962, según consigna en su CV, Cabezas creó la Fundación Ayuda y Esperanza (luego reconvertida a Banco Esperanza), orientada a “otorgar a los más desposeídos una herramienta de trabajo que le permitiera ganarse la vida dignamente, siendo sujeto y no objeto de su destino”. Según declara en el mismo documento, 125 personas se beneficiaron de esta iniciativa. Betty Cabezas dice haber creado esta fundación junto a Ramón Venegas Carrasco y Roger Vekemans.

Venegas fue un arquitecto chileno ligado al mundo jesuita. En 1945 participó de la Fundación de Beneficencia Hogar de Cristo, creada por Alberto Hurtado un año antes, asumiendo el cargo de presidente – laico – de su primer Consejo (Caiceo Escudero, 2008, p. 204). En el plano intelectual, fue profesor titular de la Facultad de Arquitectura de la Pontificia Universidad Católica y director del Instituto de Investigaciones Económico-Sociales de esa casa de estudios. Su trayectoria nos interesa aquí porque fue director del Departamento de Promoción y Desarrollo del Centro para el Desarrollo Económico y Social para América Latina (Desal), al cual nos referiremos a continuación.

Por su parte, Vekemans (cuyo nombre completo es Roger Vekemans Van Cauwelaert) nació en Bruselas en 1921 y llegó a Chile en 1957, siguiendo el circuito habilitado por la Compañía de Jesús a fin de promover la difusión del cristianismo social. Vekemans era un sacerdote jesuita formado en la Escuela de Sociología de la Universidad Católica de Lovaina. Tenía, además, estudios en teología y filosofía y manejaba varios idiomas. El Padre Hurtado había fallecido en 1952 y Vekemans llegaba a Santiago de Chile para retomar la senda inaugurada por él. Así, en los años siguientes Vekemans fundó la carrera de Sociología en la Universidad Católica de Chile (de la cual fue su primer director). Por fuera de los circuitos universitarios, Vekemans también fue el responsable de la denominada “Misión Santiago” (Beigel, 2011). La década de 1960 fue prolífica en la producción de centros académicos privados, la mayoría bajo el alero “de la cultura católica y varios de ellos ligados a la corriente demócrata cristiana” (Brunner, 1985, p. 3). Dentro de ese influjo, la Compañía de Jesús fue la más descollante

con sus centros de “primera generación”, como señala Brunner, a saber, el Centro Latinoamericano de Población y Familia (CELAP) y el Centro para el Desarrollo Económico y Social de América Latina (DESAL). Ambas iniciativas creadas por el mismo hombre: Roger Vekemans.

Respecto de DESAL, su afán era crear una institución “a imagen y semejanza” de la CEPAL (Beigel, 2011, p. 93), con el financiamiento de agencias de cooperación vinculadas a la Iglesia Católica y el Vaticano, el gobierno de Bélgica y algunas otras redes establecidas en Estados Unidos. Fernanda Beigel afirma que “Vekemans sabía perfectamente que CEPAL estaba a la cabeza de la nueva política panamericana de manera tal que DESAL debía elaborar una estrategia para intervenir activamente y captar parte de esos fondos para los proyectos de promoción popular” (Beigel, 2011, p. 97).¹² En efecto, era la coyuntura de la estrategia de Alianza para el Progreso del gobierno de John Kennedy para América Latina y se comenzaban a dirimir nociones de desarrollo alternativas. La de “promoción popular” era una categoría acuñada para pensar la “integración” de los marginados (Hornes, 2021), según la perspectiva dominante de integración al desarrollo tal como se lo concebía desde Estados Unidos.

Fue en el marco del DESAL que Betty Cabezas de González tuvo la oportunidad de despliegue profesional de más largo aliento, habiendo estado vinculada a esta organización desde su creación hasta su ocaso. DESAL había comenzado a funcionar en 1961, con un consejo directivo conformado por representantes de Chile, Colombia, Ecuador, Venezuela y Bolivia. Su objetivo era “promover la integración del sector popular de América Latina al proceso de desarrollo económico y social”. Entre 1963 y 1970, el lugar de Betty Cabezas en la organización, según consigna ella misma en su CV, fue en el cargo de secretaria general, integrante de la junta directiva y representante legal, junto a Vekemans y Venegas.

¹² Cabe notar que a través de estas redes transnacionales de cooperación sociorreligiosa llegaron a la región algunos jóvenes intelectuales europeos que pronto se convertirían en conspicuas referencias del pensamiento crítico latinoamericano, como Norbert Lechner y Franz Hinkelammert. Nos interesa señalar esta circunstancia porque expresa la complejidad de la trama de la cooperación académica en términos de orientaciones ideológicas.

En este marco, Cabezas trabajó en un proyecto de gran envergadura, del cual resultó su libro *América Latina, una y diversa* (1968). El libro sistematiza los fundamentos teórico-metodológicos de la institución con relación a la cuestión del desarrollo. Para su realización, Cabezas contó con el asesoramiento del propio Vekemans y la colaboración de la Unidad de Tipología de DESAL. Los objetivos eran tres, según hace constar Cabezas en su hoja de vida,

la clarificación de principios teóricos y enfoques metodológicos adecuados al estudio de la realidad latinoamericana; la investigación sobre la situación de desarrollo regional; la preocupación por aplicar los resultados de estas investigaciones al diseño de una política de acción concreta para estimular el desarrollo.

El prólogo al libro está escrito por José Medina Echavarría, una destacada figura en los inicios de la institucionalización de la sociología en América Latina, autor de *Consideraciones sociológicas del desarrollo económico* (Medina Echavarría, 1964). La contribución más resonante del libro de Cabezas, en aquel momento y aún hoy, es concebir a América Latina como unidad, lo cual a su vez se deriva de la perspectiva regional sobre el desarrollo que sostenía el DESAL (igual que la CEPAL). En el prólogo, Medina Echavarría afirma que la práctica y visión de la sociología se aleja del “fetichismo sobre las técnicas de investigación social”. En este sentido, tanto Salazar con la noción de praxis liberadora, como aquí Betty Cabezas con su esquema multicausal, se alejaron del canon científico de la sociología en su época y aportaron a la innovación de los enfoques metodológicos. Asimismo, al concebir al desarrollo como un fenómeno resultante de factores sociales, políticos y culturales, y no solamente económicos, Cabezas buscó sortear el punto álgido que había marcado durante décadas la tensión entre la economía (en particular la microeconomía) y la sociología: “la distancia entre el modelo y su realización”, al decir de José Medina Echavarría.

Conclusiones

Desde una perspectiva de género, se observa en la producción de *América Latina, una y múltiple* una clara condición de subordinación de Cabezas en el ejercicio de la disciplina. El libro fue resultado de un proyecto de más largo aliento que había comenzado a tomar forma en los inicios de los años sesenta de la mano de Vekemans. En un texto presentado por Vekemans y el sacerdote jesuita de Uruguay José Luis Segundo ante la UNESCO en 1960, se afirma que tenían por objetivo “construir una tipología en base a las variables independientes más significativas y reconocer las heterogeneidades existentes entre grupos de países entre cada Estado (Vekemans; Segundo, 1962, p. 74). Al observar este texto inicial y el libro publicado en 1968 se observan evidentes coincidencias. Este hecho da una clara pauta de diferenciación entre la trayectoria y experiencia de María Cristina Salazar y Betty Cabezas de González. Mientras la primera tuvo una agencia marcada por cierta autonomía relativa, promoviendo la institucionalización de disciplinas vecinas como Trabajo Social, Betty Cabezas transitó toda la década de 1960 bajo el liderazgo y el carisma de Roger Vekemans. Recordemos que si bien Salazar trabajó cerca de Fals en la Universidad Nacional solo contrajo matrimonio con él al final de la década del sesenta y aún después de esa década tuvo un derrotero propio. Incluso, hay en Salazar una conciencia de género, presentándose como feminista.

En contraste, Betty Cabezas tuvo evidentemente un matrimonio (por eso el nombre “de González”) pero nada sabemos acerca de este vínculo. En cambio, su trayectoria está marcada por su apego al devenir político-intelectual de Vekemans: durante toda la década del sesenta vinculada a la DESAL con sede en Santiago de Chile. Cuánto hubo de subordinación o de convergencia es difícil de determinar. Sí podemos constatar que la producción de Betty Cabezas es escasa, y como única autora es casi nula. Más allá de la década del sesenta, Cabezas siguió vinculada al devenir institucional trazado por Vekemans. En 1970, con el cambio de gobierno en Chile (de la “revolución en libertad” de Eduardo Frei y el Partido de la Democracia

Cristiana a la “vía chilena al socialismo” de Salvador Allende), Vekemans se fue del país en medio de una situación de fuerte polarización ideológica y en la cual era acusado de colaborar con la CIA (Central Intelligence Agency) de Estados Unidos (Magasich, 2017). Vekemans se radicó en Colombia. Según relata la propia Betty Cabezas, ese mismo año ella también se radicó en Colombia y allí creó junto a Vekemans el CEDIAL, Centro de Estudios para el Desarrollo e Integración de América Latina, una institución similar al DESAL. En 1990, ambos regresaron a Chile y cuando DESAL cerró sus puertas en 1996, por razones económico-financieras, Betty Cabezas se retiró del campo de la investigación social.

Retomando el interrogante formulado en el inicio, nos parece significativo señalar que ambos derroteros ejemplifican dos modalidades de institucionalización de la sociología, en las cuales se imbrican al mismo tiempo la dimensión sociorreligiosa y el abordaje de género.

Centrándonos en los aspectos socio religiosos, tales modalidades pueden ser caracterizadas como desarrollista y revolucionaria, respectivamente. O bien como corporativa-integradora y clasista liberadora (Beigel, 2011; Fauré Polloni, 2021). Con la intención de dialogar y complementar dichas caracterizaciones, podemos recurrir a trabajos propios en los cuáles se abordó el vínculo entre el mundo católico y la guerrilla urbana en Argentina (Donatello, 2010). Allí vimos como una matriz común renovadora dentro del catolicismo fue la base social de una variedad de proyectos a veces contrapuestos y otras solidarios. En ese sentido, lo que se presenta como antagónico, muchas veces, puede implicar un continuo en el cual habitan más de dos opciones. En el caso de los activistas católicos que optaron por la guerrilla en Argentina en los años setenta del siglo XX, estos expresaban una variante extrema y, en la otra punta del abanico encontramos a quienes haciendo una lectura sumamente diferente se vincularon a la renovación carismática. Ambas posturas, provenían de distintas lecturas teológicas, y entre ambos polos mediaban quienes buscaban transformar el mundo a través de los partidos políticos, los sindicatos o – sin agotar las posibilidades –, configurando círculos intelectuales. Al mismo tiempo, una persona podía pasar por diferentes experiencias dentro de esta variedad.

Volviendo a nuestro terreno, sabiendo que no es objeto de este artículo abordar la dimensión estrictamente teológica, podemos pensar en algo análogo. La trayectoria de María Cristina Salazar estuvo marcada por la confrontación con las instituciones religiosas y políticas existentes. En ese sentido, el camino de institucionalización de la sociología, en el cual religión, política y género se imbrican, suponía la acción por fuera de las instituciones y – retomando la clásica formulación de Castoriadis (2003) – la búsqueda de una praxis *instituyente*. Por el contrario, el camino seguido por Betty Cabezas nos muestra un alto grado de *enraizamiento en las instituciones*. Si bien esto no la preservó de la ruptura llegado el momento. Ambas contribuyeron o directamente crearon espacios de profesionalización de la investigación. Y más allá de las diferencias en su vinculación con el tejido preexistente, las dos expresaron lógicas de construcción bastante solidarias. Con esto puede abonarse una noción más compleja de aquella que surge en una primera aproximación: el carácter claudicante o integracionista de una (Cabezas) frente a la clara vinculación con espacios contestatarios de la otra (Salazar).

¿Puede extenderse esta caracterización a otros casos? Está claro que la respuesta a esta pregunta depende de qué trayectorias se reconstruyan, las condiciones sociohistóricas y los hechos y experiencias que componen cada biografía. En este sentido, se debe señalar que los estudios enfocados en las trayectorias de mujeres en la sociología todavía son escasos. Para Brasil, cabe señalar el trabajo de Pinheiro (2016) y de Spirandelli (2014). También cabe señalar para Argentina el trabajo de *Pioneras de la Sociología*, que se puede visitar en la web¹³ – un trabajo en curso que recupera las trayectorias de las primeras graduadas de sociología de la Universidad de Buenos Aires. Es interesante enmarcar estas dinámicas en una lógica más vasta que atraviesa la construcción de corrientes sociológicas a nivel subcontinental. En este artículo, cabe destacar la singularidad de las trayectorias de las dos mujeres consideradas con relación a los factores socio religiosos.

Desde el punto de vista de un análisis de género, diremos que reponer las trayectorias y agencias de las mujeres en la institucionalización de una

¹³ Ver (<https://www.rumbosur.org/pioneras/>).

disciplina permite reponer “las diversas mujeres” (Maffía, 2007, p. 98). Jugando con las analogías, el continuo que va de la acción *enraizada en las instituciones* (religiosas, académicas, internacionalizadas, o todas ellas al mismo tiempo) hacia aquel que se plantea en una *lógica instituyente* nos puede servir como herramienta analítica para comprender o, incluso, explicar los derroteros de las sociologías históricas continentales.

Luis Miguel Donatello es Doctor en Ciencias Sociales (UBA/EHESS Francia) y profesor adjunto en la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires (UBA).

✉ ldonatello@ceil-conicet.gov.ar

Verónica Giordano es Doctora en Ciencias Sociales (UBA), profesora de Sociología Histórica Latinoamericana en la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires (UBA).

✉ veronicaxgiordano@gmail.com

Referencias

1. ACTA SOCIOLÓGICA. *La voz de las mujeres en la sociología clásica*. Ciudad de México: UNAM, n. 81, 2020. <https://doi.org/10.22201/fcpsy.24484938e.2020.81>
2. ADAMS, Julia; CLEMENS, Elizabeth; ORLOFF, Ann Shola. Social theory, modernity and the three waves of historical sociology. In: ADAMS, J.; CLEMENS, E.; ORLOFF, A. S. (ed.) *Remaking modernity: politics and processes in historical sociology*. Durham: Duke University Press, 2005.
3. ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. *América Latina*. La construcción del orden. Buenos Aires: Ariel, 2012.
4. BEIGEL, Fernanda. *Misión Santiago*. El mundo académico jesuita y los inicios de la cooperación internacional católica. Santiago de Chile: Lom Ediciones, 2011.
5. BIDEGAIN, Ana María. *Vida religiosa femenina en América Latina y el Caribe: memoria histórica 1959-1999*. Lima: Confederación Latinoamericana de Religiosos, 2003. 3 vol.
6. BLANCO, Alejandro. *Razón y modernidad*. Gino Germani y la sociología en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.
7. BOTELHO, André. Passagens para o Estado-nação: a tese de Costa Pinto. *Lua Nova*, n. 77, p. 147-177, 2009.

8. BRUNNER, Joaquín. *La participación de los centros académicos privados. Intervención en el seminario Futuro de la Universidad Chilena: el papel en la formación superior*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Públicos, 1985.
9. CABEZAS DE GONZÁLEZ, Betty. *América Latina: una y múltiple*. Santiago de Chile: DESAL, 1968.
10. CAICEO ESCUDERO, Jaime. Los orígenes del Hogar de Cristo en Chile. *Série-Estudos, Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*, n. 25, p. 193-205, 2008. Disponible en: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/articulo/view/307/160>
11. CALHOUN, Craig. The rise and domestication of historical sociology. In: McDONALD, Terence J. (ed.). *The historic turn in the human sciences*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1996. p. 305-336.
12. CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1990/1969.
13. CASTILLO, Gabriel. Alberto Hurtado: Educador. *Mensaje*, v. 41, n.411, p. 339-341, 1992.
14. CASTORIADIS, Cornelius. *La institución imaginaria de la sociedad*. Barcelona: Tusquets, 2003/1975.
15. CENDALES, Lola; TORRES, Alfonso; TORRES, Fernando. 'One sows the seed, but it has its own dynamics': An interview with Orlando Fals Borda. *International Journal of Action Research*, v. 1, n. 1, p. 9-42, 2005. Disponible en: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-356785>
16. CÓRDOVA, Eduardo. Compañía de Jesús y la U de Chile retiran premio bicentenario al cura Poblete, *La Nación*, 22 de enero de 2021. Disponible en: <https://www.lanacion.cl/compania-de-jesus-y-la-u-de-chile-retiran-premio-bicentenario-al-cura-poblete/>
17. DÍAZ ARÉVALO, Juan Mario. Re-thinking the role of religion in Orlando Fals Borda's ideas of social change, 1948-1970. *Latin American Perspectives*, v. 49, n. 4, p. 172-190, 2022.
18. DOGAN, Mattei; PAHRE, Robert. *Las nuevas ciencias sociales. La marginalidad creadora*. México, DF: Grijalbo, 1993.
19. DONATELLO, Luis Miguel. *Catolicismo y Montoneros. Religión, política y desencanto*. Buenos Aires: Manantial, 2010.
20. DUIJKER, Hubrecht C.J.; ROKKAN, Stein. Organizational aspects of cross-national social research. *Journal of Social Issues*, v. 10, n. 4, p. 8-24, 1954.
21. FALS BORDA, Orlando. *Ciencia propia y colonialismo intelectual*. México, DF: Nuestro Tiempo, 1970.
22. FAURÉ POLLONI, Daniel Esteban. "No son nadie, no hacen más que estar, poblar un pequeño pedazo de tierra, que es tierra de nadie". Teoría de la marginalidad, promoción popular y sectores urbano-populares durante el gobierno de Eduardo Frei Montalva (Chile, 1964-1970). *Cuaderno de Trabajo Social*, n. 16, 2021.

23. GERMANI, Gino. International Conference on Comparative Social Research in Developing Countries: intra-country discontinuities in the process of economic and social development in Latin America. Buenos Aires, September 8-16, 1964, General Report. *Social Science Information*, v. 4, n. 2, p. 156-172, 1965.
24. GIORDANO, Verónica. La crítica como proyecto intelectual. Hilvanes continuistas del pensamiento social latinoamericano. *Temas Sociológicos*, n. 21, p. 27-53, 2017.
25. GIORDANO, Verónica. La sociología histórica y la sociología latinoamericana. La comparación en nuestras ciencias sociales. *Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea (RIHALC)*, n. 1, p. 14-29, 2014.
26. GIORDANO, Verónica. Revisitando la sociología latinoamericana desde la sociología histórica. Contribuciones y trayectoria personal de Orlando Fals Borda. *e-I@tina. Revista electrónica de estudios latinoamericanos*, v. 10, n. 38, p. 35-50. 2012.
27. GIORDANO, Verónica. Alegato a favor de una sociología histórica comparativa de América Latina. *Trabajo y Sociedad*, v. 15, n. 17, p. 41-48, 2011.
28. GIORDANO, Verónica. Las 'tres olas de sociología histórica'. Sobre la hibridación de disciplinas y la posibilidad de plantear nuevas preguntas. Los derechos civiles de las mujeres en la historia reciente de los países del Cono Sur. *Revista de Historia Actual*, n. 5, p. 175-188, 2007.
29. GUTIÉRREZ DE PINEDA, Virginia. *Familia y cultura en Colombia*. Tipologías, funciones y dinámica de la familia. Manifestaciones múltiples a través del mosaico cultural y sus estructuras sociales. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Tercer Mundo, 1968.
30. HERRERA FARFÁN, Nicolás Armando; LÓPEZ GUZMÁN, Lorena (comp.). *Ciencia, compromiso y cambio social, Orlando Fals Borda* (antología). Buenos Aires: El Colectivo-Lanzas y Letras-Extensión libros, 2014.
31. HORNES, Martín. Teoría del desarrollo de la comunidad: tecnocracia e intervención social. In: HORNES, Martín; NASCONE, Javier (comp.) *Trabajo Social*. Lecturas históricas y apuntes para la reflexión. Buenos Aires: EDUNPAZ, 2021. p. 95-112.
32. LENGERMANN, Patricia M.; NIEBRUGGE-BRANTLEY, Jill. *The Women Founders*. Sociology and Social Theory 1830-1930. Long Grove: Waveland Press, 2006.
33. MAFFÍA, Diana. Epistemología feminista: la subversión semiótica de las mujeres en la ciencia, *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, v. 12, n. 28, p.63-98, 2007.
34. MAGASICH, Jorge. Notas para la historia: la influencia de Roger Vekemans en la DC. *Clarín*, 2 nov. de 2017. Disponible en: <https://elclarin.cl/archivo/2017/11/02/notas-para-la-historia-la-influencia-de-roger-vekemans-en-la-dc/>
35. MCMICHAEL, Philip. Repensar el análisis comparado en un contexto posdesarrollista. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, n. 133, p. 375-390, 1992.

36. MEDINA ECHAVARRÍA, José. *Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico de América Latina*. Buenos Aires: Solar, 1964.
37. MOLANO BRAVO, Alfredo. María Cristina Salazar- In memoriam. *Revista Colombiana de Sociología*, n. 27, p. 289-290, 2006.
38. MORALES MARTÍN, Juan Jesús. Entrecruzamientos en el Instituto de Sociología de la Universidad de Buenos Aires (1955-1965) y sus derivaciones. Movilidad académica y Latin American Studies. In: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA, I, 2013, Mendoza. *Anales [...]*. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2013. Disponible en: <http://bdigital.uncu.edu.ar/4881>
39. PINHEIRO, Dimitri. Jogo de damas: trajetórias de mulheres nas ciências sociais paulistas (1934-1969). *Cadernos Pagu*, n. 46, p. 165-196, 2016.
40. POGGI, Alfredo. De lo etnográfico a lo teológico-político: investigación-acción comunitaria de La Rosca en comunidades protestantes de Córdoba, Colombia. *Tabula Rasa*, n. 23, p. 59-77, 2015.
41. SALAZAR, María Cristina. El proceso de profesionalización del Trabajo Social. *Revista Trabajo Social*, n. 8, p. 27-36, 2006.
42. SÁNCHEZ LOPERA, Alejandro. Ciencia, revolución y creencia en Camilo Torres: ¿una Colombia secular? *Nómadas*, n. 25, p. 241-258, 2006.
43. SKOCPOL, Theda (ed.). *Vision and method in historical sociology*. Nueva York: Cambridge University Press, 1991.
44. SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. Professoras, cátedras e o ensino de sociologia na USP: anos 1940-1960. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 2, n. 3, p. 153-180, 2014. <https://doi.org/10.20336/rbs.67>
45. TAHAR CHAOUCH, Malik. La teología de la liberación en América Latina: una relectura sociológica. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 69, n. 3, p.427-456, 2007.
46. TRIANA RAMÍREZ, Alba Nidia; MARTÍNEZ SALAS, Gloria Evelyn; GUERRERO BARÓN, Javier. Entrevista a María Cristina Salazar. Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, Bogotá. p. 162-173, 2002.
47. VEKEMANS, Roger; SEGUNDO, José Luis. Ensayo de tipología socioeconómica de los países latinoamericanos. In: VRIES, E.; MÉDINA ECHAVARRÍA, J. (org.). *Aspectos sociales del desarrollo económico en América Latina*. México: UNESCO, 1962. p. 72-100.
48. WRIGHT MILLS, Charles. *The sociological imagination*. New York: Oxford University Press, 1959.

Recibido: 28 jun. 2022
Aprobado: 11 nov. 2022

Harriet Martineau: circulação e influência no debate público na primeira metade do século XIX

Luna Ribeiro Campos* 

Verônica Toste Daflon** 

Resumo

Este artigo tem o objetivo de explorar a presença de Harriet Martineau na imprensa da primeira metade do século XIX. A autora inglesa viveu da escrita, transitando por diversos gêneros – livros didáticos, escrita de viagem, ficção, jornalismo, romance, autobiografia, análise social etc. – e explorando temas de cunho social, político e econômico caros ao campo contemporâneo da Sociologia. O artigo apresenta a autora, destacando elementos de uma carreira duradoura como escritora profissional e pioneira da sociologia. Em seguida, contextualiza a produção das obras *How to observe morals and manners* e *Society in America* e caracteriza a sua recepção a partir da análise de resenhas publicadas na imprensa britânica e norte-americana.

Palavras-chave: teoria sociológica, sociologia clássica, história da sociologia, Harriet Martineau, gênero.

* Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

** Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

Harriet Martineau: circulation and influence on public debate in the first half of the 19th century

Abstract

This article aims to explore the presence of Harriet Martineau in the written press of the first half of the 19th century. The British author earned her living from writing, practising different genres – textbooks, travel writing, fiction, journalism, romance, autobiography, social analysis etc – and exploring social, political and economic topics related to the contemporary field of Sociology. The article introduces the author, highlighting elements of an enduring career as a professional writer and a pioneer in Sociology. Finally, it contextualises the production of the works *How to observe morals and manners* and *Society in America* and characterises their reception based on the analysis of reviews published in the British and North American presses.

Keywords: sociological theory, classical sociology, history of sociology, Harriet Martineau, gender.

Introdução

Escrever nunca foi para mim uma questão de escolha. Não o fiz por diversão ou dinheiro, ou pela fama, ou por qualquer outro motivo, mas porque não pude evitá-lo. Havia coisas que precisavam ser ditas, e havia indícios de que eu era a pessoa a dizê-las (Martineau, *Autobiography*, 1877).

A despeito das expectativas médicas em torno de sua frágil saúde, Harriet Martineau teve uma vida longa. Em seus setenta e quatro anos de vida, a autora inglesa tornou-se uma voz respeitada no meio literário, jornalístico e intelectual britânico. Ainda que o escopo deste artigo se limite à primeira metade do século XIX, a produção escrita e a inserção no debate público de Martineau se estendem até o final de sua jornada, em 1876. O corte temporal aqui delimitado se concentra no período de consolidação da mulher autora (*authoress*) e escritora na cena literária e política britânica, assim como no contexto de circulação e recepção de algumas de suas primeiras obras.

Martineau foi uma escritora prolífica. Ao todo, publicou mais de 1.500 artigos na imprensa britânica e norte-americana (Hill, 1991, 2001; McDonald, 1998; Hoecker-Drysdale, 2003), tanto em jornais de grande circulação para os parâmetros da época como em revistas acadêmicas, além de dezenas de livros que versavam sobre os mais variados temas – muitos dos quais em dois ou mais volumes. Para citar apenas alguns dos livros publicados até 1850, temos: a série de *tales* reunida em *Illustrations of Political Economy* (1832-1834), 25 volumes; *Society in America* (1837), três volumes; *How to observe morals and manners* (1838); *Retrospect of Western Travel* (1838), três volumes; *Deerbroke* (1839); *The Hour and the Man: An Historical Romance* (1839); *The Playfellow* (1841); *Life in the Sickroom* (1844); *The Billow and the Rock* (1846); *Household Education* (1848); *Eastern Life. Present and Past* (1848), três volumes; *The History of the Thirty Years' Peace, A.D. 1816–1846* (1849).

Além disso, Martineau escreveu histórias infantis, relatos de viagem, uma autobiografia em três volumes e fez a tradução sintética do livro *Curso de Filosofia Positiva* de Auguste Comte para o inglês (1853); promoveu a agenda abolicionista e a favor de direitos iguais para as mulheres; trabalhou para popularizar princípios sanitários e de medicina preventiva ao lado de Florence Nightingale, refletiu sobre a situação das empregadas domésticas e sobre a pobreza na Inglaterra; publicou textos defendendo a preservação da natureza e contra a matança de pássaros (cujas penas eram usadas na fabricação de chapéus femininos) e escreveu, ainda, sobre a situação política, econômica e comercial na Índia e Irlanda.

O círculo intelectual de Martineau incluiu pessoas como Charles Babbage, Thomas Carlyle, George Eliot, Charles Dickens, Thomas Malthus, William Wordsworth, Charlotte Brontë, Charles Lyell e Charles Darwin. Alguns sociólogos contemporâneos de Martineau afirmaram ter sido influenciados por sua obra, a exemplo de Herbert Spencer, William Summer e Lester Ward (Hill, 1991). Contudo, diferentemente do que ocorreu com autores que se tornariam canônicos na Sociologia como Marx, Weber e Durkheim, Martineau não contou com uma instituição científica, comunidade intelectual ou movimento

político que transmitisse seu legado às gerações seguintes e levasse sua agenda de pesquisa adiante. A profissionalização e institucionalização da Sociologia na virada do século XIX ao XX caminharam de mãos dadas com a exclusão das mulheres, produzindo uma cultura acadêmica androcêntrica em que a autoridade intelectual passou a ser associada aos homens, o que contribuiu ainda mais para que sua obra caísse em esquecimento (Lengermann; Niebrugge-Brantley, 1998).

Na década de 1930, Talcott Parsons iniciou seu projeto de compilação do cânone e imprimiu uma leitura muito particular à história da disciplina. Parsons sugeriu que a Sociologia seria um esforço conjunto, ainda que inconsciente, da construção de uma teoria geral da ação que teria como principais pilares os autores Marshall, Pareto, Durkheim e Weber (Seoane, 2006). Autoras que tiveram indisputável importância e influência no contexto norte-americano e europeu quando vivas – como Charlotte Perkins Gilman, Marianne Weber e a própria Harriet Martineau – foram postas de lado.

Em meados de 1960, quando o cânone sociológico já se consolidara, o sociólogo norte-americano Seymour Martin Lipset lamentou a exclusão de Martineau do rol dos clássicos e produziu uma versão sintética da obra *Sociedade na América* para difusão entre um novo público leitor. Sua iniciativa individual, contudo, não surtiu efeito. Michael Hill (1991) compilou as citações e referências a Martineau ao longo das décadas seguintes, mostrando que os eventuais encontros de cientistas sociais com sua obra geralmente despertavam duas reações opostas: enquanto alguns apressavam-se em minimizar suas contribuições à sociologia, outros mostravam encantamento com seu trabalho e indignação com sua ausência nos cursos e manuais de ciências sociais.

Nas últimas décadas, os esforços de recuperação de autoras mulheres na Sociologia e revisão do cânone sociológico têm ganhado força. Nessa bibliografia emergente, Martineau desponta como uma referência incontornável (McDonald, 1998; Lengermann; Niebrugge-Brantley, 1998; Reed, 2006; Alatas; Sinha, 2017; Garcia; Martins, 2019). No Brasil, além dos nossos próprios esforços (Daflon; Campos, 2020, 2022; Daflon; Sorj,

2021), outras iniciativas têm contribuído para esse resgate (Castro, 2022; Alcântara, 2021; Miguel, 2017).

Este artigo se soma a esses esforços, explorando, de maneira introdutória, uma pequena cota da participação de Martineau no debate público britânico das primeiras décadas do século XIX, a partir da análise de algumas críticas feitas na imprensa britânica a dois livros que compõem os *American books*, a saber, *Society in America* e *How to observe morals and manners*. Além desses, também faz parte da trilogia o *Retrospect of Western Travel*. Ainda que essas obras não tenham sido concebidas *a priori* como uma trilogia, elas foram publicadas em sequência, e as três estão conectadas pela experiência que lhes deu origem: a viagem de Martineau aos Estados Unidos da América entre 1834-1836.

Para tal, nos apoiaremos nos periódicos disponíveis na base de dados do *British Newspaper Archive*,¹ além de outras revistas encontradas em acervos digitais. Nossos critérios de seleção das resenhas jornalísticas se basearam na busca através das palavras-chave contendo o nome da autora e o título dos livros, dentro do período compreendido entre 1830 e 1850: “Harriet Martineau”; “Miss Martineau”; “Harriet Martineau’s books”; “How to observe morals and manners”; “Society in America”.² É importante ressaltar que, por se tratar de uma base que abriga fontes muito antigas, é possível que a busca automática do site não corresponda à totalidade das referências existentes nos jornais disponíveis no arquivo devido à dificuldade de leitura dos caracteres impressos. Sendo assim, nossa seleção constitui um recorte, dentro do marco temporal apontado, de três resenhas de cada livro, selecionadas levando em consideração sua extensão e o alcance dos jornais onde foram publicadas.

A escolha por esse recorte e fontes primárias se justifica, ainda, pela relação de complementaridade entre os livros no que diz respeito aos

¹ Disponível em: <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/>.

² A maior parte dos resultados encontrados a partir dessas palavras-chave foi excluída de nossa seleção por constituir pequenas entradas que se referem à propaganda, divulgação de lançamento e venda dos livros.

objetivos, à forma e ao conteúdo de cada um. Não obstante as contribuições sociológicas de Martineau possam ser encontradas em diversos outros escritos, essas obras juntas abrangem pilares importantes da pesquisa em ciências sociais nos dias de hoje. Enquanto *How to observe* pode ser caracterizado como “o primeiro livro sobre a metodologia da pesquisa social” (Lipset *apud* McDonald, 1998, p. 139), *Society in America* se apresenta como o resultado prático da observação científica levada a cabo com um método pré-definido, com a intenção explícita de tornar a mente “o mais livre possível de preconceitos” (Martineau, 1837, p. xi). Devido aos limites do artigo e ao fato de que *Retrospect of Western Travel* constitui uma narrativa mais subjetiva da autora enquanto viajante, resolvemos deixá-lo de fora de nossa análise para focar nos outros volumes.

Nesse sentido, nosso objetivo aqui não é realizar uma análise interna dos argumentos dos livros. Partiremos de sua recepção na imprensa para tentar compreender como Harriet Martineau construiu seu espaço na cena intelectual e literária vitoriana como uma escritora profissional, que navegava para além dos temas ditos “femininos”, em uma época em que não havia uma separação nítida entre “o modo de produção da obra literária e o da obra científica” (Lepenies, 1996, p. 12). Martineau foi uma mulher que viveu de seu trabalho e teve uma participação ativa como jornalista e analista política na imprensa de sua época.

Como sublinham Lengermann e Niebrugge-Brantley (1998) e Michael Hill (2001), o trabalho de Martineau tem relevância substantiva para as ciências sociais. Além disso, suas teorias foram feitas nos mesmos lugares e no mesmo tempo histórico que os “pais fundadores” da Sociologia. É para a recepção de seus primeiros textos sociológicos que este artigo pretende olhar. Inicialmente abordaremos a dimensão de escritora profissional e intelectual pública alcançado por Martineau; posteriormente, apresentaremos os principais argumentos dos *american books* e a forma como foram recebidos pela imprensa da época; finalmente, teceremos algumas considerações sobre as particularidades da perspectiva sociológica desenvolvida por Martineau e a atualidade de suas propostas metodológicas para o campo das ciências sociais.

Entre agulhas e canetas ou os itinerários da mulher que escreve

Contrariando a alegação de que o seu intelecto era masculino, Harriet Martineau enfatizou repetidamente seu “amor completamente feminino pelo bordado” (Logan, 2015, p. 208).

Com apenas dois anos de escolaridade formal, Harriet Martineau foi educada em casa por seus irmãos e familiares. A infância, assim como posteriormente toda a vida adulta, foi atravessada por questões graves de saúde, além do desenvolvimento de uma severa deficiência auditiva no final da adolescência. Por tal razão, ela passou muito tempo restrita ao ambiente doméstico, encontrando refúgio de suas limitações físicas nos livros e nas ideias (Martineau, 1877; Hoecker-Drysdale, 2003).

Leitora e estudiosa ávida, seu interesse, inicialmente voltado para assuntos religiosos, foi paulatinamente abrangendo temas como matemática, música, literatura, política, história, línguas, entre outros. Segundo Deborah Logan (2015, p. 206), os princípios da ideologia do unitarismo, religião à qual a família Martineau estava ligada, facilitaram o acesso de mulheres à educação, ainda que de maneira informal. Foi em um periódico unitarista, *Monthly Repository*, que a jovem autora publicou seus primeiros textos.

Com o desenvolvimento da imprensa a partir dos anos 1830, novos espaços foram se abrindo para a participação literária feminina para além dos romances (Peterson, 2009, 2015). Harriet Martineau, que no início da década de 1830 já havia publicado alguns textos anônimos, conquistou distinção e êxito financeiro com o sucesso alcançado pela publicação dos contos da série *Illustrations of Political Economy*, entre 1832 e 1834.

A série, publicada mensalmente, totalizou 25 volumes e buscava popularizar princípios de economia política para o público e funcionou como uma forma de consolidar a reputação de Martineau como intelectual pública e escritora de sucesso (Seiz, 2018). Segundo Linda Peterson (2009, p. 30), Martineau se destacava por “se desviar do modelo dominante de

autoria feminina ao escrever sobre temas tradicionalmente proibidos”, isto é, sobre a arena da política, usualmente dominada por homens.

É nesse sentido que o sucesso de crítica e venda³ de *Illustrations* pavimentou o caminho que fez de Harriet Martineau uma das principais escritoras britânicas do século XIX. Junto a outras mulheres de sua geração, Martineau trabalhou intensamente para alcançar grandes audiências, participar dos debates públicos e influenciar a opinião pública (Seiz, 2018). Para Peterson (2009, p. 1), essas mulheres “eram profissionais em um sentido moderno: mostravam interesse em ganhar dinheiro, lidar com editoras de maneira comercial, perseguindo ativamente uma carreira literária e alcançando lucro e popularidade no mercado literário”.

No entanto, ser uma escritora profissional não significava o mesmo para homens e mulheres, mesmo lidando com a definição básica de que escritor(a) é aquela que é remunerada pelo seu trabalho. No Reino Unido, até o final do século XIX, mulheres casadas que eram escritoras profissionais não tinham o direito legal a seus ganhos (Johnston; Fraser, 2001, p. 234). Nesse contexto, Martineau foi uma exceção. Por não ter se casado, pôde manejar e usufruir de seu patrimônio de maneira independente, conseguindo equilibrar o uso da agulha e da caneta, isto é, a paixão “feminina” pelo bordado e a urgência “masculina” expressa na atividade de escrita.

Os percalços enfrentados para se tornar uma escritora profissional são narrados longamente na autobiografia que Martineau escreveu em 1855, quando estava muito doente acreditando que não sobreviveria, mas que só seria publicada após sua morte, em 1877. Como mostrou Joanne Shattock (2001, p. 9), Martineau não estava sozinha em seu desejo de evitar biografias não autorizadas e de prevenir publicações póstumas. Muitas

³ Segundo Susan Hoecker-Drysdale, os contos de *Illustrations of Political Economy* venderam, em média, mais de dez mil cópias por mês. No mesmo período, John Stuart Mill vendeu em torno de 3 mil cópias em quatro anos e foi considerado um sucesso editorial. “A popularidade dos contos é atestada pelas vendas extremamente altas [...] e pelo fato de que, mesmo com moderadas taxas de remuneração pelos direitos autorais, Martineau garantiu não apenas sua independência financeira, mas sua reputação como educadora pública e intérprete de doutrinas científicas” (Hoecker-Drysdale, 2003, p. 56, tradução livre).

escritoras do período destruíram materiais privados, como cartas e diários, e registraram por escrito a proibição da publicação de suas cartas e outros materiais não editados em vida. Martineau chegou a deixar escrito o próprio obituário, escolhendo quais fatos de sua trajetória salientar e quais omitir.⁴ Essas medidas eram tomadas como forma de tentar controlar as narrativas possíveis sobre suas vidas e de separar a vida íntima da vida profissional, que tendiam a ser misturadas pelos críticos no caso das escritoras mulheres (Shattock, 2001).

O senso de independência e a noção de profissionalismo manifestada por Martineau aparece em várias partes de sua autobiografia e também costuma ser um aspecto ressaltado pelos críticos. Um episódio particularmente interessante para compreender a forma como ela era percebida na imprensa enquanto escritora diz respeito à sua recusa em aceitar uma pensão governamental de 150 libras anuais que lhe foi oferecida no início dos anos 1840. A surpresa com a recusa aparece noticiada em pelo menos quatro jornais,⁵ acompanhada dos elogios à autora por ter negado o auxílio em nome de sua liberdade de expressão:

Ela se opôs a receber as pensões oferecidas por vários motivos; um deles era que o ministro não tinha o direito de apropriar-se do dinheiro do povo; e outro, que um presente implica obrigação futura, e que, conseqüentemente, se ela o recebesse nesse sentido, sua “liberdade de expressão, senão de pensamento”, teria que ser sacrificada (*London Evening Standard*, 25 out.1842).⁶

A recusa da pensão por Martineau expressa um pouco do seu posicionamento frente ao mercado literário e também sua relação com a notoriedade. A autora fomentava em seu trabalho o compromisso público com a escrita e com a produção de conhecimento, prezando por sua independência:

⁴ O obituário escrito por Martineau, em terceira pessoa, foi publicado em 29 de junho de 1876 no jornal *Daily News*, periódico fundado por Charles Dickens onde trabalhou como jornalista durante muitos anos.

⁵ Foi possível localizar notícias referentes à recusa da pensão em: *London Evening Standard*, terça-feira, 25 out. 1842; *Leeds Times*, sábado, 29 out. 1842; *Kerry Evening Post*, 9 nov. 1842; *Warder and Dublin Weekly Mail*, sábado, 5 nov. 1842.

⁶ Todos os trechos de jornais aqui citados foram traduzidos livremente.

“Miss Martineau é um daqueles poucos [espíritos] nobres que preferem uma condição de pobreza honesta e laboriosa a uma condição de riqueza mimada à custa da honra e da integridade” (*Leeds Times*, 29 out.1842).

Essa atitude de negar um pagamento pelo reconhecimento de seu trabalho, que pode parecer beirar o sacerdócio, somada ao fato de Martineau ter permanecido solteira durante toda a vida, parece ter contribuído para solidificar a imagem de escritora séria e comprometida com o trabalho. Em sua autobiografia, a autora comenta sobre sua intensa rotina de trabalho e as poucas horas destinadas ao descanso. No entanto, fazia questão de salientar a satisfação que o trabalho lhe trazia. Na passagem abaixo, a autora condensa sua percepção sobre a forma como encarou a relação entre vida e trabalho:

Quanto mais envelheço, mais graves e irremediáveis me parecem os males e as desvantagens da vida conjugal, tal como existe entre nós neste momento: e estou provida com o que causa a ruína da vida de solteiro em casos comuns, — o querer uma ocupação substancial, laboriosa e séria. Meu negócio na vida tem sido pensar e aprender, e falar com absoluta liberdade o que pensei e aprendi. A liberdade é em si um positivo e infalível prazer para mim, depois do cativo da minha infância. Meu trabalho e eu nos adaptamos um ao outro, como prova o sucesso do meu trabalho e minha própria felicidade nele [...] e há muito cheguei à conclusão de que, sem me meter no caso das esposas e mães, eu sou provavelmente a mulher solteira mais feliz da Inglaterra (Martineau, 1877, p. 67-68, tradução livre).

A viagem à América

Após a publicação de *Illustrations*, um dos “grandes sucessos editoriais do século” (Lepenies, 1996, p. 154), Martineau partiu, em 1834, em uma viagem pelos Estados Unidos da América. A escolha desse destino não era incomum à época. Martineau fez parte de um fluxo de europeus “notáveis” que visitaram os Estados Unidos a partir dos anos 1820/1830, entre os quais estão Frances Wright, Alexis de Tocqueville, Gustave de Beaumont e Charles Darwin. Para essas e esses viajantes,

os Estados Unidos ainda eram um lugar estranho e exótico – um novo mundo em formação, afastado de todas as sociedades conhecidas do passado e do presente [...] que se ancorava em ideias que na década de 1830 ainda eram, no sentido mais literal, revolucionárias – ideias que a maioria dos americanos esperava, e alguns europeus temiam, que logo se espalhariam pelo mundo (Feller, 2000, p. ix, tradução livre).

Além da “grande curiosidade em testemunhar o funcionamento real das instituições republicanas” e da “forte disposição para admirá-las” (Martineau, 1837, p. v), a língua compartilhada facilitava o processo de pesquisa de Martineau, que tinha uma grave deficiência auditiva. Em decorrência disso, ela contou com o auxílio de Louisa Jeffrey, sua assistente e companheira de viagem, para gravar e relatar as partes das conversas que ela não conseguia entender.⁷ A autora usava, ainda, uma corneta acústica. Martineau afirma que transformou essa barreira em vantagem, fazendo de sua deficiência e do uso da corneta, que exigia a aproximação do interlocutor, uma forma de “quebrar o gelo com estranhos e permitir uma conversa privada em uma sala lotada” (Feller, 2000, p. xiii).

A investigação sociológica levada a cabo por Martineau nos anos 1830 na América compreende seu trabalho mais significativo tanto em termos de pesquisa empírica quanto de análise teórica (Hoecker-Drysdale, 2003, p. 46). O estudo foi feito na mesma década que aquele realizado por Tocqueville (*Democracia na América*) e, segundo alguns intérpretes de sua obra (Hill, 2001; Hoecker-Drysdale, 2003), mais bem ancorado do que este último em fatos empíricos, método e ordenação teórica.

A sociologia feita por Martineau se baseava em observações empíricas, diferentemente de outros teóricos e pensadores contemporâneos, que buscavam construir suas teorias com base em leis universais e pela articulação de ideias e conceitos abstratos, a exemplo de Comte. Martineau se interessava

⁷ Além de ser companheira de viagem, Louisa Jeffrey também atuou como assistente de pesquisa, ajudando a organizar a turnê e a buscar as informações que Martineau desejava aprender. Apesar disso, ela não aparece nem em *Society in America*, nem em *How to observe*. Encontramos registro dessa parceria apenas na autobiografia de Martineau, onde Jeffrey aparece como “Miss J.”.

em observar em primeira mão e em desenvolver teorias específicas para as diversas instituições sociais. Em um trecho de *How to Observe*, afirmou que a pesquisa da moral e dos costumes deveria começar pelo “estudo das COISAS”, isto é, as formas objetivadas do social – registros públicos, leis, taxas de natalidade, mortalidade, suicídios, arquitetura, cemitérios, epitáfios, cerimônias e atividades coletivas em geral, canções populares, ritos religiosos, mercado etc. – para só então se passar à coleta e análise dos discursos. O livro evidencia preocupações com as possibilidades de generalização, sobretudo diante do caráter anedótico dos relatos de viajantes, tão comuns à época.

A observação sistemática que Martineau acreditava ser imprescindível para a análise social necessitava de um método próprio para ser levada a cabo. Como o campo das ciências sociais ainda estava em vias de desenvolver-se, a autora teve que criar uma metodologia para realizar sua observação e a pesquisa daí derivada. Para Martineau, estudos na área da ciência da moral deveriam ser baseados em “observação disciplinada, imparcialidade, uma estrutura teórica e métodos de pesquisa sistemática usados de forma consistente e autoconsciente” (Hoecker-Drysdale, 2003, p. 44).

Suas primeiras reflexões nesse sentido aparecem nas notas tomadas durante a travessia rumo à América, que dariam origem ao livro *How to observe morals and manners*, uma espécie de guia com instruções precisas para a/o viajante que pretendesse estudar outras sociedades de forma científica. Ao todo, ao atravessar os Estados Unidos por dois anos, Martineau pôde visitar inúmeras instituições, regiões e lugares e conversar com pessoas de distintas origens, raças, gêneros, classes, faixas etárias e orientações políticas. Ao fazê-lo, a autora forjou sua própria perspectiva sociológica, que se consolidou, nos anos posteriores à viagem, nos livros sobre a América. Nas seções seguintes apresentaremos um pouco desses livros para, logo depois, analisar a maneira com que foram recebidos na imprensa da época.

How to observe morals and manners

How to observe moral and manners (em tradução livre, “Como observar a moral e os costumes”) foi publicado em 1838 visando um público leigo. Nesse livro, a autora retoma o impulso, cristalizado em *Illustrations*, de tornar princípios de entendimento da sociedade acessíveis a todos/as. Segundo Goodwin e Scimecca (2006, p. 54), a relação entre a moral e os costumes é, para Martineau, o objeto, o assunto da sociologia. Sua proposta era observar a relação entre as ideias coletivas a respeito do comportamento prescrito e proscrito (a “moral”) e os padrões de ação e associação (o “costume”). Embora visse moral e costume como dimensões imbricadas e inseparáveis, Martineau desejava investigar as contradições entre ambos. Para ela, a mudança social ocorria como fruto da tensão entre os entendimentos compartilhados e as práticas, padrões e instituições que os seres humanos criavam.

Em *How to observe*, a autora ressalta as especificidades da “ciência da sociedade” face às ciências naturais, assumindo uma epistemologia antinaturalista. Para Martineau, o sociólogo era diferente do físico ou do geólogo porque seus pesquisados eram dotados de um universo moral e simbólico. O “estudo da moral” exigia do pesquisador a reflexividade, objetividade e “empatia”, isto é, a capacidade de intercambiar posições com os pesquisados e de desenvolver uma escuta paciente e livre de julgamentos. Dessa maneira, a autora defendeu pioneiramente a necessidade de desenvolvimento de regras específicas para a produção de conhecimento sociológico.

No mesmo livro, Martineau propôs também um entendimento ontológico da sociedade. Isso porque afirmou que o fio que conectava todas as sociedades humanas era a necessidade de alimentação e abrigo, a experiência da morte e da reprodução, as relações intergeracionais e “domésticas” (uma forma de nomear o que hoje entendemos como relações de gênero), assim como as capacidades humanas de simbolizar, gerar acordos e produzir a própria vida social. Finalmente, a autora

conectou suas proposições teóricas e epistemológicas a instruções e orientações de pesquisa, isto é, a uma metodologia. Martineau sugeriu a combinação da análise de documentos, relatórios, atas e outros artefatos físicos e arquitetônicos com a observação dos atores sociais, suas atividades, reuniões, discursos e interações em campo.

A autora afirma que no estudo de uma sociedade particular é preciso levar em consideração a totalidade da sociedade, incluindo suas bases econômicas, demográficas e geográficas; o “grau de civilização”, isto é, o grau de liberdade e igualdade entre seus membros, especialmente as mulheres; as estruturas de classe e os sistemas de valores e costumes, além do olhar para a cultura, a religião e suas consequências (Hoecker-Drysdale, 2003). Sua indicação metodológica é começar a pesquisa traçando as características mais gerais da vida coletiva, como subsistência, nascimento, mortalidade e ideias gerais. O próprio sumário do livro mostra como ela operacionaliza essa diretiva, indicando o *que* observar para acessar a religião, as noções morais gerais, a situação doméstica, as ideias de liberdade, o progresso e o discurso.

A título de ilustração, Martineau recomenda que a experiência social da morte seja investigada através das taxas de mortalidade e suicídios, bem como pela observação dos funerais, cemitérios e epitáfios. Esses indicadores são considerados significativos porque permitem acessar as divisões de classes numa sociedade, mostrar quais comportamentos são considerados bons, como a perda de uma pessoa é interpretada e, finalmente, como os sujeitos definem sua própria comunidade.

Como já apontado anteriormente, o sucesso editorial que Martineau conquistou após *Illustrations of Political Economy* fez com que a publicação de seus próximos livros fosse difundida pela imprensa britânica. Na base de periódicos *British Newspaper*, a maior parte das entradas existentes quando buscamos o título do livro se referem ao anúncio de sua publicação e venda. Alguns jornais, no entanto, se dedicaram a publicar comentários, críticas, resenhas ou apenas trechos da nova publicação.

The Weekly True Sun, *Carlisle Journal* e *Exeter and Plymouth Gazette* e *Perthshire Advertiser*, por exemplo, limitaram-se a publicar pequenos excertos do livro, muitas vezes sem nenhum comentário adicional. O trecho sobre as vantagens de viajar a pé⁸ parece ter sido um dos preferidos (aparece no *The Examiner* e no *Weekly True Sun*). O *Exeter and Plymouth Gazette*, de 25 de agosto de 1838, veicula um trecho sobre a observação no cemitério a despeito de afirmar que desaprova as opiniões políticas de Martineau: “achamos que ela se afasta de sua esfera ao ‘escrever’ doutrinas malthusianas; mas admitimos prontamente seu talento e, em outros assuntos, encontramos muito de belo e instrutivo em seus escritos”.

Intitulado “as indelicadezas de uma filósofa moderna”, o *Coventry Standard*, de 21 de setembro de 1838, seleciona dois pequenos trechos em que a autora faz observações sobre religião, especificamente sobre castidade, para alertar as senhoras, os leitores e os pais de família sobre a repugnância de algumas passagens e os perigos que a visão da autora representa para a “pureza de pensamento e delicadeza de expressão das mulheres inglesas”. Segundo o jornal, ao tratar a virtude da castidade como uma superstição antiga e ao abordar criticamente o celibato do clero, Martineau “viola completamente a reserva e o decoro que deve resguardar toda a conduta de uma mulher”.

O foco colocado na conduta feminina corrobora o que chamamos a atenção anteriormente sobre os percalços enfrentados pelas mulheres autoras que escapavam, de alguma forma, às expectativas de gênero vigentes com os temas abordados em sua escrita. A crítica do conteúdo próprio do livro, de sua qualidade e da competência da autora vão receber menos atenção e espaço nos jornais. No caso de Martineau, ela enfrentou ainda o uso de sua deficiência como forma de difamação e desqualificação de seu trabalho.

No início do período vitoriano, havia revistas importantes que publicavam de maneira trimestral. Os dois principais trimestrais eram alinhados com os dois principais partidos políticos britânicos: a *Edinburgh*

⁸ Esse trecho encontra-se no capítulo III de *How to observe morals and manners*, “Mechanical Requisites”. Ver: Martineau, 1838, páginas 53-54.

Review com os *Whigs*, e a *Quarterly Review* com os *Tories* (Shattock, 1980). Harriet Martineau pode ser localizada mais próxima dos *Whigs*, devido às suas posições liberais e ao Unitarianismo. Isso pode ter contribuído para tornar a autora um alvo dos revisores da *Quarterly*.

Na primeira edição de 1839, o *Quarterly* dedicou algumas páginas à resenha de *How to observe*. No entanto, o texto perde a chance de realizar uma crítica séria das ideias da autora para atacá-la de maneira irônica, maldosa e preconceituosa. O autor, anônimo, inicia seu texto ironizando a própria proposta do livro de ensinar “como observar” ao dizer que o próximo volume seria sobre “como mamar” (*how to suck*) e “como falar” (*how to talk*), dando a entender que a faculdade de observar, assim como a de sugar o leite materno ou falar, seria algo intrínseco do ser humano e não teria por que ser ensinado. O autor, ainda no primeiro parágrafo da resenha, ridiculariza a surdez da autora ao dizer que o volume de *how to talk* teria que ser escrito por um autor surdo e mudo para conseguir se comunicar com Martineau.

O baixo nível assumido pelo revisor perpassa toda a resenha, e é como se o que estivesse em análise fosse a capacidade intelectual de uma escritora com deficiência. O tom do artigo ironiza e desqualifica as propostas de disciplinar a observação feitas por Martineau. Isto é, inviabiliza a delimitação do objeto da ciência social/ciência da moral que a autora se esforça em construir e rejeita a vida social como objeto de estudo científico, isto é, que necessita de profissionais treinados, que controlem seus preconceitos, vieses e se afastem do senso comum.

Curiosamente, a própria autora adverte contra essa tendência, do senso comum, de se acreditar que o conhecimento é um dado da natureza unicamente fornecido pelos sentidos, um conhecimento supostamente direto, espontâneo e não mediado. Martineau insistiu que o observador deveria estar bem-preparado intelectualmente, munido de princípios, perguntas e procedimentos para que suas proposições tivessem alguma validade. Daí advém sua recomendação dos pré-requisitos para tal.

Quando ele era criança [o observador], provavelmente foi ensinado que olhos, ouvidos e entendimento eram suficientes para obter tanto conhecimento quanto ele poderia adquirir [...]. Não é suficiente para um viajante ter uma compreensão ativa ou uma percepção acurada dos fatos individuais em si; ele também deve possuir princípios que sirvam de ponto de convergência para suas observações, sem os quais ele não pode determinar seus rumos, ou estar seguro de dar-lhes uma interpretação correta. Um viajante se sairia melhor sem olhos ou ouvidos do que sem tais princípios (Martineau, 1838, p. 14-15).

O autor desconhecido do *Quarterly* descontextualiza essa última frase da citação para afirmar que na “nova ciência da observação” proposta por Martineau há uma “superioridade dos cegos e dos surdos” em relação ao viajante não filosófico/despreparado. Damos destaque a essa resenha porque ela foi publicada por um veículo de imprensa muito central no debate intelectual da época. O artigo é encerrado quando entra no assunto religião. Assim como a crítica já citada do *Coventry Standard*, o comentarista rejeita atribuir qualquer mérito à obra. Além de advertir ao público contra as supostas “imposturas estúpidas e insolentes” da autora, propõe jogar fora o “álbum de recortes da Senhora Martineau”, “a mais tola e pouco feminina mistura que já encontramos de anedotas apócrifas, fatos promíscuos e ideias confusas - colhidos ao acaso [...] da *Penny Magazine*⁹ e de repositórios semelhantes”.

O interessante de pesquisar os diálogos que acontecem na imprensa em torno das ideias é poder vislumbrar as disputas políticas e ideológicas que acompanham cada livro e cada resenha publicada sobre ele. A resenha do *Quarterly Review* não passou despercebida da oposição. No dia 6 de janeiro de 1839, o jornal *The Weekly Dispatch* publicou uma resposta à resenha discutindo “a moral e as maneiras” da revista. O autor (ou a autora) anônimo considera a crítica injusta com o trabalho de uma mulher cujos talentos e conquistas estavam sendo reconhecidos, com o interesse geral pelo assunto e com o desejo da autora em ser útil.

⁹ Revista ilustrada voltada para as classes populares. Era editada por Charles Knight, o mesmo editor que dirigia a série *How to observe*, em que Martineau publicou o volume sobre *Morals and Manners*.

O revisor da *Quarterly* é descrito como “um mercenário, que escreve para a porção vulgar da aristocracia”, que, para a crítica do *The Weekly*, tem uma tendência a degradar a mulher. O conservadorismo (*toryism*) “só tolera as mulheres como servas da aristocracia, transmissoras de seus títulos e instrumento de seu prazer. Daí a exclusão aristocrática das mulheres da política e de toda literatura, exceto a mais leve”.

O artigo continua apontando a desonestidade intelectual com a qual o livro de Martineau foi analisado e salienta a crueldade com que a deficiência auditiva da autora foi tratada. Conclui, assim, que a resenha da *Quarterly Review* não pode ser confundida com uma crítica real, uma vez que “o artigo é marcado por insinuações indecentes e ofensivas. Somos continuamente lembrados de que a autora é uma mulher e que o revisor é uma besta”.

A batalha das ideias que se desenrola nos jornais e revistas nos auxilia a ter uma dimensão do clima intelectual de uma época, ainda que o debate sobre o conteúdo próprio dos livros perca força. Encontramos uma resenha mais generosa em 1º de setembro de 1838 no jornal *Court Gazette and Fashionable Guide*, que inicia o texto destacando que “ensinar à humanidade ‘como observar’ é transmitir a ela uma faculdade muito valiosa”, que se potencializa com as viagens, que tendem a “remover gradualmente os preconceitos que tendemos a ter contra todos os costumes, maneiras e hábitos que diferem materialmente daqueles a que estamos acostumados em casa”.

Também publicado anonimamente, o texto se dedica a ressaltar as qualidades da autora e da obra, destacando trechos em que Martineau fala sobre casamento. Talvez esse recorte se explique pelo público leitor do periódico, referido como “nossas leitoras, a quem nos dedicamos principalmente, [e que estão] suficientemente familiarizadas com as obras de Miss Martineau”. O casamento é abordado por Martineau no capítulo três de *How to observe* ao tratar do tópico “estado doméstico”. Para a autora, diferentes métodos de casamento existem em toda parte e devem ser estudados pelo observador da moral, uma vez que, através deles, é possível atestar o grau de degradação da mulher e verificar o estado da moral doméstica em qualquer país (Martineau, 1838, p. 172-174). A análise

da condição feminina via moral doméstica constitui um dos muitos temas que a obra traz, mas nos interessa particularmente por lançar luz sobre a importância de olhar para o espaço doméstico para compreender as dinâmicas da vida social.

Nas críticas feitas pelo *The Examiner* e pelo *The Atlas*, a originalidade do livro é ressaltada e a autora é elogiada por sua reputação e competência. Ainda que o revisor do *Examiner* considere o livro um “empreendimento ousado”, admite que a autora “certamente conseguiu produzir uma contribuição útil para a filosofia da sociedade”. Além disso, apesar das críticas a alguns pontos colocados por Martineau, o artigo afirma que “a autora fixa os princípios da ciência da moral”.

Como é possível entrever no artigo da *Quarterly Review*, assim como no do *Examiner* e do *Atlas*, entre as críticas que partem do princípio da qualidade e utilidade do livro, assim como da competência da autora, os revisores salientam o alto grau de exigência que Martineau demanda dos viajantes que desejam saber como observar a moral e os costumes.

Agora, falando sério, é impossível evitar uma expressão de surpresa que uma pessoa tão perspicaz e razoável como a senhorita Martineau exigisse primeiro do viajante um grau de excelência tão extraordinário, e que, tendo-o vestido com uma combinação tão requintada de poderes, com uma percepção clara do que ele “quer saber”, e com princípios justos, abrangentes e liberais, ela achasse necessário propor a uma pessoa tão talentosa um código de instruções sobre as coisas que ela deve observar (*The Atlas*, 4 ago.1838).

Talvez as críticas ao livro sejam mais facilmente compreendidas se entendermos que, naquele contexto, a área das ciências sociais não existia como campo consolidado ou institucionalizado do conhecimento. Nesse sentido, o livro de Martineau era tido como um “livro de dicas” (*The Atlas*), ou um livro de viagem (*The Examiner*, *The Weekly*), que buscava ensinar a “arte da observação”. Portanto, se a proposta do livro era ensinar a observar, não estaria a autora exigindo demais do viajante e investigador? O revisor do *The Atlas* conclui sua crítica dizendo: “Martineau pode até estar certa, mas nós gostaríamos de deixar que cada um pense por si mesmo”.

É justamente neste ponto que incidem os desafios de uma proposta inovadora no campo da ciência da moral, como chamava Martineau. O objetivo da autora estava mais próximo de desenvolver uma ciência da observação do que aprimorar uma “arte da observação” diletante. Daí sua preocupação com tantos pré-requisitos (morais, filosóficos e mecânicos), no intuito de auxiliar o/a investigador/a a controlar suas premissas, seus preconceitos e o senso comum – princípios que se tornarão, décadas depois, bases da disciplina da Sociologia. Várias das propostas de Martineau são próximas, por exemplo, do que propôs Émile Durkheim em “As regras do método sociológico”, em 1895.

Ler as sugestões metodológicas de Martineau hoje em dia deixa evidente o seu pioneirismo no traçado de uma nova ciência do social. Da mesma forma, a recepção de suas obras na imprensa nos auxilia a dimensionar as disputas e embates que configuram a emergência de novos campos do conhecimento – especialmente quando propostos por mulheres. Apesar de ter sido publicado em 1838, *How to observe* serviu de esquema para um livro publicado um ano antes, *Society in America*, no qual a autora empregou efetivamente os princípios defendidos para uma observação adequada da moral e dos costumes de uma sociedade. Vejamos a seguir como este livro foi recebido pela crítica.

Society in America

Antes mesmo de Martineau partir para os Estados Unidos, diversas editoras britânicas já disputavam os direitos de publicação do seu *American Book*. Embora tenha planejado viajar a fim de relaxar e tenha recusado ofertas de publicação, ainda durante a travessia pelo Atlântico, Martineau produziu um longo esboço de orientações metodológicas para a pesquisa no país, posteriormente publicado na forma do manual *How to observe morals and manners*. A viagem pelos Estados Unidos começou em 1834 e durou dois anos. Martineau foi recebida como uma escritora aclamada e utilizou uma densa rede de contatos com membros do governo (incluindo o próprio

presidente), abolicionistas, escravocratas, assim como pessoas de diversas classes e orientações políticas para acessar diferentes aspectos da sociedade norte-americana. Seu trajeto se assemelha de forma impressionante àquele seguido por Alexis de Tocqueville, embora ele tenha permanecido em solo americano por menos tempo (Hill, 2001).

Radicais europeus do início do século XIX viam os Estados Unidos como uma espécie de utopia e produziram relatos entusiasmados sobre o experimento democrático no país. Era também comum a suposição de que os Estados Unidos eram uma sociedade igualitária, sem classes sociais (Scholl, 2009; Lipset, 1981). Antes mesmo de viajar, Martineau leu extensamente as publicações já existentes sobre os Estados Unidos. Uma vez em rota para o país, resolveu construir parâmetros próprios para evitar o que ela via como generalizações apressadas e parciais sobre um outro povo.

Além de descrever procedimentos de pesquisa e coleta de dados, ela buscou formas de controlar o próprio viés cultural e preconceito nacional, procurando estabelecer padrões de julgamento “independentes”, “justos” e “imparciais” sobre a realidade estudada. Preocupou-se sobretudo em não julgar a sociedade norte-americana a partir dos parâmetros da sua sociedade de origem e, para isso, desenvolveu uma estratégia: em vez de utilizar um padrão arbitrário e implícito, resolveu identificar os princípios professados pela própria sociedade estudada e verificar sua capacidade de realizá-los na prática (Lengermann; Niebrugge-Brantley, 1998).

Ao buscar por métodos pelos quais eu poderia comunicar o que observei em minhas viagens, sem nenhuma pretensão de ensinar os ingleses, ou julgar os americanos, dois expedientes me ocorreram e adotei ambos. Um é comparar o atual estado da sociedade na América com os princípios em que ela é declaradamente fundada; portanto, testar as instituições, morais e costumes por um critério indisputável, no lugar de um critério arbitrário, e garantir a mim mesma o mesmo ponto de vista com meus leitores de ambas as nações (Martineau, *Society in America*, 1837, s/p).

Os temas abordados nos capítulos do livro incluem instituições de governo, política, imprensa, cidadania, *status* das pessoas de cor, mulheres,

crianças, prisioneiros e imigrantes, economia, agricultura, escravidão, ideias sobre honra, *status*, propriedade e religião (Martineau, 1837). O foco na mudança social e nas contradições entre “moral” e “costume” apontou o olhar para as tensões entre os princípios proclamados na Declaração de Independência e na Constituição norte-americanas e as práticas da escravidão, da sujeição das mulheres, de preconceito contra os imigrantes, assim como as desigualdades de riqueza. Ao colocar os temas da escravidão e da subordinação das mulheres no centro da análise, apontou clivagens entre os princípios e a experiência vivida. Ao mesmo tempo, via tais tensões entre os princípios e práticas como um motor para mudanças sociais e, portanto, para a futura melhora das condições desses mesmos grupos sociais.

A subdivisão das partes [...] permite que a autora abarque todas as variedades de assuntos e organize os resultados da observação pessoal e da experiência da maneira mais ordenada e metódica possível. A obra, portanto, não pode se gabar da atração comum do interesse pessoal e da aventura; mas pode reivindicar um modo mais filosófico e abrangente de tratar os assuntos que abrange do que geralmente ocorre em livros da mesma classe. Torna-se assim mais exata e instrutiva, embora não mais divertida ou atraente. A autora adotou um expediente engenhoso para evitar comparações nacionais ofensivas. O estado existente da sociedade na América, suas instituições, moral e costumes, são avaliados não pelo padrão arbitrário das opiniões europeias, mas pelos princípios democráticos admitidos que constituem a base da sociedade na América (*The Morning Post*, 14 jun. 1837).

Society in America foi publicado simultaneamente na Inglaterra e Estados Unidos. De modo geral, gerou controvérsia e reações em ambos os países (Scholl, 2009; Lipset, 1981). Entre os temas polêmicos, podemos destacar seu tratamento da questão feminina, da escravidão e da discriminação racial no Norte do país. Martineau irritou a opinião pública norte-americana ao narrar uma relação de apatia e indiferença dos cidadãos com relação à política, uma constante pressão à conformidade à opinião majoritária, bem como uma crescente concentração de riqueza, que produziria abismos sociais. Ao mesmo tempo, incomodou a imprensa britânica conservadora, que encarou o livro como uma apologia do sistema democrático norte-americano.

Ainda assim, a repercussão de *Society in America* foi diferente em cada lado do Atlântico. No Reino Unido, o livro teve uma recepção mista. O periódico britânico *The Monthly Review* teceu comentários elogiosos à obra, destacando sua organização, métodos de observação e, principalmente, a análise do escravismo do Sul, “cujos efeitos ela escrutina e expõe da forma mais magistral já vista” (*The Monthly Review*, 1837, p. 288). A publicação, especializada em resenhas mensais, deu destaque também às descrições de Martineau da existência de uma tirania majoritária em questões de opinião e aos seus apontamentos a respeito dos vieses, parcialidade e omissões da imprensa. Nota-se ainda um encantamento do resenhista com as descrições vívidas de diálogos, costumes e reações dos norte-americanos. As principais objeções à autora foram quanto ao tratamento conferido à condição política das mulheres: dado o impedimento da sua participação na formulação das leis que regiam a sua vida, Martineau proclamou que elas não deviam obediência a elas. Tais observações foram consideradas pelo *Monthly Review* “extravagantes”, “ilógicas”, “pretensiosas”, ainda que suas intenções fossem “admiráveis”.

O jornal britânico conservador *Fraser’s Magazine*, por outro lado, publicou sob o título “Practical reasoning versus impractical theories” uma longa crítica ao suposto viés democrata da autora. Segundo o autor, sob uma fachada de objetividade, Martineau teria utilizado os Estados Unidos como fonte de crítica para a Inglaterra, lançando mão de “especulações morais” para falsificar os resultados do “autogoverno do povo”, sustentar a ficção da igualdade entre os homens e defender seu igual direito e aptidão ao sufrágio. Entre as “teorias impraticáveis” de Martineau estaria também a sua defesa dos direitos das mulheres. A resenha refere-se a tais direitos como o “hobby favorito” da autora, acusando-a de pregar o fim do casamento, da religião e de opor-se às próprias leis naturais da desigualdade entre os sexos.

Tanto as resenhas publicadas na imprensa britânica quanto na norte-americana criticaram sua análise da posição das mulheres (Scholl, 2019). Contudo, o livro parece ter causado mais furor nos Estados Unidos. O *The North American Review*, uma das primeiras revistas literárias

norte-americanas, acusa a autora de “confusão”, “erro, “inexatidão” e “ingenuidade”, descrevendo o livro como “dois volumes de miscelâneas” compostos por “julgamentos duros e inúteis”. Em tom paternalista e irônico, a publicação critica sobretudo sua descrição e avaliação das instituições norte-americanas e da imprensa, assim como da opinião pública.

Ela não vê dificuldade, por um lado, em recomendar a nós, que há muito tempo já tivemos algumas lições sólidas na escola de uma liberdade regulamentada e benéfica, um sistema político que há quarenta anos foi totalmente testado e considerado deficiente na França, fazendo daquele belo país por um tempo um covil de selvagens; enquanto isso, por outro lado, ela entra em declarações elaboradas, em benefício dos amigos do regime hereditário e militar, mostrando que a experiência de instituições livres, que os bons e sábios do mundo têm acompanhado com intensa esperança, conosco falhou vergonhosa e desesperadamente (*The North American Review*, 1837, p. 460).

A pesquisadora Lesa Scholl (2019) fez um extenso levantamento das resenhas de *Society in America* nos jornais e revistas britânicos e norte-americanos. Sua pesquisa aponta que, de modo geral, a imprensa britânica – conservadora ou não – encarou o livro como uma celebração e idealização dos Estados Unidos. Curiosamente, parte significativa dos resenhistas norte-americanos acusaram-na justamente do contrário, isto é, de criticar os Estados Unidos em excesso. Scholl (2019) conclui que tais reações deveram-se ao fato de que as proposições de Martineau representavam uma ameaça às estruturas sociais e políticas de ambos os países. Essas objeções, contudo, parecem não ter impedido o sucesso de *Society in America*. Na introdução à edição condensada publicada em 1981, o sociólogo Seymour Martin Lipset aponta que, não obstante a polêmica, o livro foi altamente influente e elogiado.

Fonte de muita controvérsia tanto na Grã-Bretanha como na América, [o livro] desempenhou um papel importante na formação da opinião inglesa, particularmente entre a esquerda liberal de sua época. Charles Dickens, embora não estivesse nesta categoria, descreveu-o como o melhor livro escrito sobre os Estados Unidos. Baseado em uma estadia de dois anos de 1834-1836, está repleto de descrições vívidas da vida na época, análises de várias instituições e padrões de comportamento, e uma quantidade considerável

do que até mesmo para seus contemporâneos era uma irritante moralização sobre diversos assuntos. Uma leitura cuidadosa de *Society in America* revela um retrato analítico relativamente integrado da América da época de Andrew Jackson, oferecendo muito aos interessados nos fatores subjacentes ao dito caráter nacional americano (Lipset, 1981, p. 10).

Em sua autobiografia, Martineau relata que a recepção do livro não a surpreendeu. A prática de comparar Estados Unidos e Europa era tão firmemente estabelecida que ela “tinha pouca esperança de ser compreendida por mais do que um punhado de pessoas” (Martineau, 1877, vol I, p. 248-249). O próprio público norte-americano, disse ela, estava tão habituado às idealizações e comparações dos viajantes europeus que seria difícil aceitar as conclusões do livro, que analisava a democracia na teoria e na prática. “Entre as tantas resenhas dos meus livros sobre a América e o Egito, não houve, até onde eu saiba, nenhuma que não tenha demonstrado ignorância sobre os respectivos países” (Martineau, 1877, vol I, p. 248-249).

Considerações finais

Society in America feriu sensibilidades políticas na Inglaterra e Estados Unidos e sua recepção foi marcada por controvérsia. A leitura conjunta das resenhas dessa obra com as resenhas de *How to observe morals and manners* revela o quadro mais amplo de dificuldades enfrentadas pela autora. Na falta de uma disciplina sociológica institucionalizada, cujos parâmetros fossem conhecidos, compartilhados e legitimados por uma comunidade e suas instituições, Martineau precisou persuadir jornalistas, intelectuais e críticos da própria pertinência de construir e observar regras e critérios científicos de pesquisa e de promover a separação entre a observação casual e a observação metódica.

Se alguns resenhistas receberam *How to observe morals and manners* com ceticismo, no caso de *Society in America* as dificuldades foram ainda maiores. Martineau documentou e reportou aos leitores seus meios de observação e apoiou seu trabalho em métodos e parâmetros explícitos. Para

tentar controlar seu viés cultural, adotou como estratégia a comparação entre a “moral” e o “costume” da própria sociedade estudada. Finalmente, convidou os leitores a examinar a lógica e fundamentos empíricos das suas conclusões, proporcionando dados, transcrições de diálogos e descrições etnográficas para sustentar afirmações.

Ainda assim, ao tratar de temas de alta voltagem política em um momento em que não havia uma separação nítida entre ciência, política, literatura, viagem e pesquisa, seu livro foi rapidamente assimilado às controvérsias políticas do momento. As resenhas da obra mostram que seus autores presumiram que o texto deveria necessariamente servir a algo ou alguém e, por esse motivo, lidaram com dificuldade com as descobertas desconcertantes de uma pesquisa realizada com independência e controle de viés.

Em *How to observe morals and manners*, Martineau oferece várias descrições dos objetivos de uma nascente ciência da sociedade: “iluminar a visão”, “retificar a compreensão”, “promover o entendimento”, cultivar o “espírito da imparcialidade”, bem como buscar o “respeito”, o “amor” e a “compreensão mútua” entre os povos. Tais ideias ainda possuíam muitos obstáculos a transpor na primeira metade do século XIX, quando a Sociologia ainda não havia se institucionalizado e, portanto, não havia ganhado relativa autonomia face às pressões políticas e sociais.

Martineau foi inúmeras vezes aconselhada por amigos e editores a fazer um trabalho mais “moderado e popular”. Em suas cartas privadas, no entanto, insistia que o público precisava aprender a partir de suas experiências e referia-se à eventual impopularidade como “ossos do ofício” (Scholl, 2009). Ao revisitar essa época em sua autobiografia, afirmou: “eu nunca me arrependi do tom ousado do discurso [de *Society in America*]. [...] nada faria valer a pena sacrificar a liberdade de pensamento e expressão” (Martineau, 1877, v. 1, p. 250).

Luna Ribeiro Campos, Mestra em Sociologia (UFRJ), é doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professora de Sociologia do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ).

✉ lunaribeirocampos@gmail.com

Verônica Toste Daflon, Doutora em Sociologia (IESP-UERJ), é professora adjunta do Departamento de Sociologia e Metodologia em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da mesma instituição.

✉ veronicatoste@id.uff.br

Referências

1. ALATAS, Syed; SINHA, Vineeta. *Sociological theory beyond the canon*. Londres: Palgrave MacMillan, 2017.
2. ALCÂNTARA, Fernanda. Harriet Martineau (1802-1876): A analista social que inaugurou a Sociologia. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 47, n. 3, p. 1-17, 2021.
3. CASTRO, Celso. *Além do cânone: para ampliar e diversificar as ciências sociais*. Rio de Janeiro: FVG Editora, 2022.
4. CRAWFORD, Iain. *Contested liberalism: Martineau, Dickens and the Victorian Press*. Edinburgh University Press, 2020.
5. DAFLON, Verônica T.; CAMPOS, Luna R. (org.). *Pioneiras da sociologia: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX*. Niterói: EdUFF, 2022.
6. DAFLON, Verônica T.; CAMPOS, Luna R. Gênero e conhecimento: um diálogo entre o pensamento de Flora Tristan e Harriet Martineau. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 33, n. 70, p. 424-443, 2020.
7. DAFLON, Verônica T.; SORJ, Bila. *Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIV*. Rio de Janeiro: Record, 2021.
8. FELLER, Daniel. Introduction. In: MARTINEAU, H. *Retrospect of Western Travel*. Nova York: M. E. Sharp, 2000.
9. FREEDGOOD, Elaine. Banishing panic: Harriet Martineau and the popularization of Political Economy. *Victorian Studies*, v. 39, n. 1, p. 33-53, 1995.
10. GARCIA, José Luís; MARTINS, Hermínio. (org.). *Lições de Sociologia Clássica*. Lisboa: Edições 70, 2019.
11. GOODWIN, Glenn A.; SCIMECCA, Joseph A. *Classical sociological theory: rediscovering the promise of sociology*. Belmont: Thomson/Wadsworth, 2006.

12. HILL, Michael. Harriet Martineau (1802-1876). In: DEEGAN, M. J. (ed.). *Women in Sociology: A Bio-Bibliographical Sourcebook*. Nova York: Greenwood Press, 1991. p. 289-297.
13. HILL, Michael. A methodological comparison of Harriet Martineau's "Society in America" (1837) and Alexis de Tocqueville's "Democracy in America" (1835-1840). In: HILL, M. R.; HOECKER-DRYSDALE, S. (org.). *Harriet Martineau: theoretical and methodological perspectives*. Nova York: Routledge, 2001. p. 59-74.
14. HOECKER-DRYSDALE, Susan. Harriet Martineau. In: RITZER, G. (org.). *The Blackwell companion to major classical social theorists*. Londres: Blackwell Publishing, 2003.
15. JOHNSTON, Judith; FRASER, Hilary. The professionalisation of women's writing: extending the canon. In: SHATTOCK, J. (ed.). *Women and Literature in Britain, 1800-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 231-250.
16. LENGERMANN, Patricia M.; NIEBRUGGE-BRANTLEY, Jill. *The Women Founders: Sociology and Social Theory, 1830-1930*. Long Groove: Waveland Press, 1998.
17. LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: EDUSP, 1996.
18. LIPSET, Seymour M. Harriet Martineau's America. In: MARTINEAU, H. *Society in America*. Edição e introdução de Seymour Martin Lipset. Nova York: Routledge, 1981. p. 5-42
19. LOGAN, Deborah A. History writing. In: PETERSON, L. *The Cambridge companion to Victorian women's writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 206-220.
20. MARTINEAU, Harriet. *Harriet Martineau's Autobiography*. CHAPMAN, M. W., Ed. Boston: James R. Osgood & Co, 1877. 2 Vol.
21. MARTINEAU, Harriet. *How to observe morals and manners*. Londres: Charles Knight and Co., 1838.
22. MARTINEAU, Harriet. *Society in America*. Nova York: Sunders and Otley, 1837. 2 Vol.
23. McDONALD, Lynn. *Women theorists on society and politics*. Canada: Wilfrid Laurier University Press, 1998.
24. MIGUEL, Lorena. Harriet Martineau: a contribuição esquecida da primeira socióloga. *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, v. 6, n. 11, p. 16-29, 2017.
25. PETERSON, Linda H. *The Cambridge Companion to Victorian Women's Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
26. PETERSON, Linda H. *Becoming a woman of letters: myths of authorship and facts of the Victorian market*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
27. REED, Kate. *New directions in Social Theory. Race, gender and the canon*. Londres: Sage Publications, 2006.

28. RITZER, George (org.). *The Blackwell companion to major classical social theorists*. Londres: Blackwell Publishing Ltd, 2003.
29. SCHOLL, Lesa. Mediation and expansion: Harriet Martineau's travels in America. *Women's History Review*, v. 18, n. 5, p. 819-833, 2009.
30. SEIZ, Janet. British women on the British Empire. In: MADDEN, K.; DIMAND, R. W. *The Routledge handbook of the history of women's economic thought*. Londres: Routledge Handbooks Online, 2018. <https://doi.org/10.4324/9781315723570-4>
31. SEOANE, Javier. La disputa del canon clásico en la sociología. *Espacio Abierto*, v. 15, n. 4, p. 705-724, 2006.
32. SHATTOCK, Joanne. The construction of the woman writer. In: SHATTOCK, J. (ed.). *Women and Literature in Britain, 1800-1900*. Cambridge University Press, 2001, pp. 8-34.
33. SHATTOCK, Joanne. Spheres of Influence: The Quarterlies and Their Readers. *The Yearbook of English Studies*, v. 10, Literature and its Audience, n. esp. 1, p. 95-104, 1980.

Jornais e periódicos consultados

Carlisle Journal, 8 dez. 1838

Court Gazette and Fashionable Guide, 1 set.1838

Coventry Standard, 21 set. 1838

Exeter and Plymouth Gazette, 25 ago.1838

Fraser's Magazine, v. XIX, jan./jun. 1839

Perthshire Advertiser, 30 ago.1838

The Atlas, 4 ago. 1838

The Daily News, 29 jun. 1876

The Examiner, 26 ago.1838

The Edinburgh Review, v. LXVII, abr. 1838

The Globe, 13 jan. 1842

The London Quarterly Review, v. LXIII, jan./abr. 1839

The Morning Post, 14 jun. 1837

The North American Review, v. XLV, 1837

The Weekly Dispatch, 6 jan. 1839

The Weekly True Sun, 5 ago. 1838

Recebido: 22 jun. 2022.

Aceito: 11 nov. 2022.

<http://doi.org/10.1590/18070337-125405>

Nazira Zeineddine: the girl and the shaykhs

miriam cooke* 

Abstract

For over forty years discussion and debate about the *hijab* had raged around the Muslim Arab world, and pitted conservatives against reformists within a political context shaped by European colonialism. In 1927 Syrian shaykhs announced that women must cover their faces. Women took to the streets, and a nineteen-year-old Druze woman from the Beirut bourgeoisie took to her desk. Quoting Islamic scriptures and contemporary religious and secular authorities on almost every page, Nazira Zeineddine wrote four hundred pages about the harm to society of covering women's faces. Within a few months she published *Unveiling and Veiling*. The book, the first by a woman to detail women's rights in Islam, was an attack on shaykhs who presumed to order women to cover their faces, and who manipulated interpretations of the Qur'an and *hadiths* with the sole goal of empowering men. In this essay, I will provide an overview of Nazira's hermeneutics and my hypotheses for why she and her writings remained virtually unknown until the end of the 20th century.

Keywords: Arab feminism, Islam, *hijab*, Muslim women, women's rights.

* Duke University, Durham, NC, United States.

Nazira Zeineddine: a jovem e os xeiques

Resumo

Por mais de quatro décadas os debates sobre o *hijab* se alastravam pelo mundo árabe muçulmano, opondo conservadores e reformistas em um contexto político conformado pelo colonialismo europeu. Em 1927, os xeiques sírios decretaram que as mulheres deveriam cobrir o rosto. As mulheres saíram às ruas e uma jovem drusa de dezenove anos, Nazira Zeineddine, pertencente à burguesia de Beirute, sentou-se à escrivaninha. Escreveu quatrocentas páginas sobre os prejuízos para a sociedade do ato de cobrir o rosto das mulheres, citando as escrituras islâmicas e autoridades religiosas e seculares contemporâneas em quase todas as páginas. Poucos meses depois, ela publicava *Unveiling and Veiling*. O livro, o primeiro escrito por uma mulher a tratar dos direitos das mulheres no Islã, foi um ataque aos xeiques que se atreveram a ordenar que as mulheres cobrissem seus rostos e que manipulavam as interpretações do Alcorão e dos *hadiths* com o único objetivo de assegurar poder aos homens. Neste ensaio, apresento uma síntese da hermenêutica de Nazira e minhas hipóteses sobre por que ela e seus escritos permaneceram praticamente desconhecidos até o final do século XX.

Palavras-chave: feminismo árabe, islamismo, *hijab*, mulheres muçulmanas, direitos das mulheres.

It was in Damascus during the hot summer of 1927 that the recently discarded *hijab* returned. For over forty years discussion and debate about the *hijab* – in the late 19th and early 20th centuries it referred to both hair and face covering¹ – had raged around the Muslim Arab world, and pitted conservatives against reformists within a political context shaped by European colonialism. For the French and British colonizers, the *hijab* symbolized the backwardness of communities they wished to control. Distinguishing barbaric men from civilizable women, these seemed to believe that unveiling women would bring salvation to benighted societies (Spivak, 1993, p. 93). The *hijab* became the emblem of what was wrong with Muslim culture.

¹ More recently, a distinction has been made so that face covering is called *niqab*.

Although many Muslim Arabs mistrusted the European obsession with the *hijab*, some male reformists, including the modernist scholar Muhammad Abduh (1849-1905), the judge Qasim Amin (1863-1908), the poet Ahmad Shawqi (1869-1932) as well as the founder of the Turkish Republic Mustafa Kemal Ataturk (1881-1938), also deemed the *hijab* an obstacle to women's ability to adapt to the conditions of modernity.

In his controversial 1899 *Tahrir al-mar'a* (The Liberation of Women), Qasim Amin argued that true Islam, having lost its moorings, was shrouded in misogynist innovations. The removal of the *hijab*, he argued, was the sine qua non for Muslim women to be educated, to choose life partners and to achieve a measure of equality. Feminists have subsequently revealed the patriarchal assumptions at the core of Amin's reform discourse, criticizing him for infantilizing women and mimicking Westernized cultural norms. Male dominance was never in question, Leila Ahmed argues, especially for "men of the classes assimilating to European ways and smarting under the humiliation of being described as uncivilized because 'their' women are veiled" (Ahmed, 1992, p. 163, 165). These male reformists were not the only people concerned about Arab Muslim women's rights.

Some educated Arab women of the late 19th and early 20th centuries were also demanding reforms. Writers like the Egyptians Aisha Taymuriya (1840-1902) and Malak Hifni Nasif aka Bahithat al-Badiya (1886-1918) as well as the Lebanese Zaynab Fawwaz (1860-1914), Labiba Hashim (1882-1947) and Mayy Ziyada (1886-1941) challenged laws that discriminated against women (Badran; cooke, 1990, p. xv-xlvi). They campaigned for women's rights to education, suffrage, health, and labor. They founded magazines and wrote for progressive newspapers about the value to society of educated women, mothers of the next generation of male leaders. Aware of the controversy they would incite, they justified their claims in the language of Islamic reformers. They "did not anticipate that the gender anxiety and conservative backlash produced by war and French occupation would prompt others to employ different interpretations of religious law to block their attainment of these rights" (Thompson, 1999,

p. 117). Because of the European mobilization of feminist ideas to advance colonial agendas, social and political actions on behalf of women were stigmatized as western-inspired and unpatriotic, a severe charge during a period of heightened nationalism.

Despite opposition to women's public assertiveness, a feminist revolution was under way. In 1923, the aristocratic Huda Shaarawi founded the Egyptian Feminist Union and took some of its members to Rome for an international feminist meeting. Upon their return to Cairo, Huda and two of her companions uncovered their faces to a stunned crowd. Some of the people come to greet the women were shocked, but most were thrilled. In no time, the news had spread throughout Muslim majority societies, and many women unveiled. In 1973, on the fiftieth anniversary of this revolutionary event, Egyptian journalist Amina Said celebrated the courage of Shaarawi, Saiza Nabarawi and Nabawiya Musa and narrated how they had

represented Egypt for the first time in an international feminist conference in Rome. Conference members who came from throughout the advanced world were greatly surprised to see the three Egyptian women ... The image of the Arab woman in the minds of the western woman was of a backward woman living behind the walls of the harem, ignorant, veiled and crippled in effort and movement... [T]hrough their political speeches they commanded admiration... After her experience at the Rome conference Shaarawi saw that the veil was the biggest obstacle in the way of progress of the Muslim Arab woman... with her colleagues she decided to be the first to unveil. Upon their arrival by train at the station in the capital, they met those gathered there to receive them with their faces unveiled. When signs of disapproval became apparent in the crowd, women immediately supported the unveiled women by also removing the veils from their faces and throwing them on the ground. Hence, the greatest victory in the history of the Arab woman (Said, 1990, p. 359-360).

The feminist revolution was underwritten by a widespread attack on corrupt religious scholars, the shaykhs. In 1929, the blind Egyptian scholar Taha Husayn caused an outcry with *Al-ayyam* (The Days), his autobiography that detailed the corruption pervading the religious and educational establishments. He was harshest on the Azhar Mosque scholars

who represented the highest Islamic authorities at the time. Shaykhs around the world were outraged at such an assault on the central institution of Islamic education. Consequently, signs of modernity and westernization were stigmatized as heretical.

It is in this maelstrom that Syrian shaykhs in 1927 announced that women must cover their faces. Women took to the streets, and a nineteen-year-old Druze woman from the Beirut bourgeoisie took to her desk. What were these shaykhs thinking? Quoting Islamic scriptures and contemporary religious and secular authorities on almost every page,² Nazira Zeineddine (1908-1976) wrote four hundred pages about the harm to society of covering women's faces. Within a few months she was done and in April 1928 she published *Unveiling and Veiling* (Zeineddine, 1998b [F&S], p. 11).³ So hot were the issues raised in this book that, two months later, it went into a second printing.

The book, the first by a woman to detail women's rights in Islam, was an attack on shaykhs who presumed to order women to cover their faces, and who manipulated interpretations of the Qur'an and *hadiths* with the sole goal of empowering men. *Hadiths* – also referred to as Prophetic Traditions – are reports of the 7th century Prophet Muhammad's actions seen and statements heard that were recorded and repeated by one of his Companions. Subsequently, each repetition of a *hadith* had to be authenticated through a reliable chain of authorities. If over the centuries, this chain omitted an authority or added one, the *hadith* would be invalidated. Nothing angered Nazira more than the *hadith* misogynist Islamic authorities liked to cite concerning women's lack of reason and religion. She would deconstruct this *hadith* and show its implausibility through careful comparison with Qur'anic verses about women's intelligence (see below).

² She cites, for example, the poet Ahmad Shawqi: "Egypt is renewing its glory through its women" and in a 16-line poem he had referred to veiled women as "mummies" (Zeineddine, 1998a [S&H], p. 148-149).

³ In this essay, references to *Unveiling and Veiling* will be made in text as S&H from the Arabic *Al-sufur wa al-hijab*. Page references from her second book *The Girl and the Shaykhs* (Zeineddine, 1998b) will be made in text as F&S from the Arabic *Al-fatat wa al-shuyukh*.

Before publishing the book, Nazira had asked her father, an Ottoman judge who was considered Sunni Muslim because of his Istanbul legal training, to check with his Muslim associates, some highly placed in Islamic institutions, that her argumentation was correct, and she had not made any factual errors. He did and was satisfied as was she that the book was ready.

Almost immediately, however, objections were aired, including ad feminam assaults on the author. She did not know the Qur'an, and she had no right to question *hadiths* from the Prophet Muhammad that centuries of authorities had declared sound and thus not subject to question. Nazira quickly collected these reactions and her rebuttals in *The Girl and the Shaykhs*. This second book came out in 1929 when she was twenty. Despite the uproar that pitted opponents against proponents and the fame immediately surrounded this daring, brilliant young woman, she soon disappeared. In what follows, I will provide an overview of Nazira's hermeneutics and my hypotheses for why she and her writings remained virtually unknown until the end of the 20th century.

Women are not lacking in religion and reason

Unveiling and Veiling argued from the Qur'an and Sunna, the two sources for Islamic doctrine and faith, that for over a millennium, men had perverted Islam with their misogynistic interpretations of the sacred texts. Their insistence on the *hijab* as an Islamic mandate had for centuries deprived women of their rights to education, equality, freedom of expression and dignity.

Nazira made two powerful, connected points about how misogynist Islamic authorities had demeaned women in defiance of God and Muhammad. First, she argued that the *hijab* was not an Islamic mandate, and it did not originally refer to a piece of cloth. Rather, the word *hijab* meant a barrier. In the Qur'an, *hijab* designated the division of space between the wives of the Prophet Muhammad and his visitors.

Second, she deconstructed the *hadith* about women's lack in religion and reason.

Assuming that men had invented this *hadith*, Nazira looked for its justification. She found it in

Qur'anic verses that grant women half a man's right to inheritance and consider women's witness worth half of a man's witness. Polygyny and *talaq* also play their part. These officially sanctioned privileges and rights for men have led some religious authorities to conclude that women lack in reason and religion (S&H, p. 96).

Nazira contended to the contrary that these verses reveal God's understanding of men's weakness: "had God wanted slavery, polygyny and inequality between men and women, He would not have enjoined expenses for her, like dower, and *nafaqa*, or the provision of all her needs and those of her children. Indeed, all of these costs amount to more than the value of half of an inheritance." (S&H, p. 97, 100). Moreover, those expenses are on-going throughout the life of a woman whereas the inheritance is a one-time sum. As for *talaq*, or male-instigated divorce, she wrote "God hates *talaq* because it is a denial of grace and a destruction of homes," and she added this statement from the twelfth century scholar al-Ghazali "*talaq* is only permitted if there is no unnecessary harm. However, *talaq* entails harm" (S&H, p. 220).

Nazira had no doubt that in God's eyes men and women were equal. Citing countless Qur'anic verses, often together for emphasis, she urged her readers to act in accordance with revelation and reason. To cite one example,

girls are said to mature at age nine and boys only at twelve, the age when they are subject to the laws of the Sharia. Does this not mean that women's reason is complete earlier than the men's? Here are my proofs concerning the perfection of women's reason and religion, so bring on your proofs about their lack (S&H, p. 102-105).

The notion of women's lack of religion and reason did not come from the Qur'an and, quoting the Prophet Muhammad, she insisted that any *hadith* that contradicts the Qur'an is false. Since it is false and invented, the *hadith* must come from another source: women's invisibility that the *hijab* enabled. It allowed men to say what they liked about women without attending to their responses. Without seeing women's faces, they could not register women's reactions to their words. A voice muffled by cloth was inconsequential, easy to silence. The *hijab* paralyzes half the population, and this paralyzed half can be despised and forgotten (S&H, p. 62).

However, Nazira wrote, it had not always been thus. In the past, women had held powerful positions in Muslim societies. In the eleventh century

Shaykha Shahda, aka Fakhr al-Nisa, lectured to elites in Baghdad mosques and schools about literature, history, and theology, and she is still highly respected. Like her also were Umm al-Khair and Umm Ibrahim who gave lessons to students in Baghdad, and Umm Sa`d bint `Isam al-Sa`duna who taught the science of Traditions and theology in the Cordoba madrasa.

Ibn Khallikan and Ibn Mas`ab wrote about Muhammad's beautiful granddaughter Sukayna whose "home became the Ka`ba for people who came from all over the Muslim region to hear her lectures." Sukayna was no exception to the norm of elite women wielding power. Nazira mentions Ibn Athir, Ibn Jubayr, al-Mas`udi, al-Suyuti, al-Isfahani and most recently Zaynab Fawwaz mention Queen Khayzuran who encouraged her husband al-Mahdi to build academies, and she received scholars and poets and rulers in the palace. Zubayda, the wife of the great caliph of Baghdad Harun al-Rashid, and his sister al-Abbasa lectured scholars and intellectuals. Qatar al-Nada, the wife of Caliph al-Mutadid and mother of al-Muqtadir, attended all official gatherings. Nazira mentions Ibn Battuta whose famous travels had introduced him to Tatar women who summoned scholars and intellectuals whenever they wanted. Nazira claims that it is well known that Nafisa, the granddaughter of Ali, the cousin and son-in-law of the Prophet Muhammad and the fourth Caliph, had instructed Imam al-Shafii one of the founding

fathers of Islamic law. “And these names are only a few of many, a fact that demonstrates that Muslim women used to rival men in visibility” (S&H, p. 160-161).⁴ None of these women were veiled.

The *hijab* is not the sign of lack and inferiority, Nazira announces, it is its instrument: “Some of us in this East have endured four kinds of darkness: face covering, ignorance, hypocrisy, and stagnation” (S&H, p. 50). Instead of seeing that this piece of cloth caused the ignorance, hypocrisy, and stagnation, these men claimed that the ignorance, hypocrisy, and stagnation were inherent in women. In other words, they claimed that women exemplified what the cloth produced. To the contrary, Nazira argued, women are not lacking in reason and religion *before* covering their faces, only *afterwards*:

Gentlemen, you accuse us of lack of religion and reason. Why? Because you have blocked the paths of the intellect and you have cast us into an ocean of humiliation and ignorance... How can there be religion where there is ignorance? The ignorant can only take from the surface of religion, and of what use is religion without its core? (S&H, p. 136).

Women, Nazira argued, are by nature rational and pious, and never more so than when they uncover their faces: “Any Muslim woman who removes the cover from her eyes and vision will see the flood of freedom God has granted her” (p. 39). Stunting their intellectual capacities, this piece of cloth prevents women from entering fully into the life of the community and contributing to it. If it is the cloth that dehumanizes women, and it is men who impose it, then it is men who have caused women’s deficiency in reason and religion. How could it be that these shaykhs’ misogyny had not been refuted? She decided that she should be the one to do it: “I gave my reason full liberty and I received from the Qur’an and the Sunna the intensity of the lights of guidance about freedom and women’s rights that would shame the sun when it rises” (S&H, p. 76).

⁴ John Stuart Mill, whom Nazira often cites, also wrote about powerful women regents in India about whom he learned during his posting in the sub-continent (Mill, 1869, p. 41).

Women's invisibility harms not only them but also their society. A veiled society lags behind those that include women in public space. Her argument reflects the position of John Stuart Mill whose works she often cites. In the introductory remarks to his 1869 *The subjection of Women*, Mill writes

the principle which regulates the existing social relations between the two sexes—the legal subordination of one sex to the other is wrong itself, and now one of the chief hindrances to human improvement; and that it ought to be replaced by a principle of perfect equality, admitting no power or privilege on the one side, nor disability on the other (Mill, 1869, p. 1).

The key was a strong intellectual partnership in marriage: “The moral regeneration of mankind will only really commence when the most fundamental of the social relations is placed under the rule of equal justice” (Mill, 1869, p. 31, 50). Nazira cites at some length Mill's dedication in his 1859 *On Liberty* to the soul that inspired his best thoughts:

my friend and wife whose passion for truth and justice was my greatest support and whose approval of my work was my most cherished achievement. Her share in this book is no less than mine... If it were possible for my pen to express half of the noble thoughts and lofty sentiment buried with her, scholars would gain greater benefit than from anything I write from my own thought and feelings without the counsel of her unique mind (S&H, p. 85).

Nazira exhorts the shaykhs to listen to Mill and to “give back to your wife her stolen rights, the most basic of which is the acknowledgment of her fullness of mind and religion.” Men have no right to denigrate women's minds and religion because they are not available to them to judge, should they do so they are contradicting God (S&H, p. 85). She particularly approved of Mill's view that men's antipathy to women's equality and freedom was based on their fear that their wives would outshine them.

The Riposte

Unveiling and Veiling created a furor around the world. Some loved it;⁵ some hated it. For many contemporary women, the book and its author were revolutionary. On 15 October 1928 while attending the steering committee meeting of the International Feminist Organization in Berlin, Huda Shaarawi wrote to Nazira: "I have received your lovely gift of *Unveiling and Veiling* and I thank you for this passionate cry for the liberation of women ... Our sex is honored and made proud by the likes of you." Many other women wrote her letters of congratulations (F&S, p. 165-169).

But many religious scholars responded negatively, so many, in fact, that within a year Nazira had collected enough reviews to be able to compile a sizzling sequel. By then, however, she had become too hot to handle. Quzma Press had published her first book, yet it turned this one down and no other publisher would touch *The Girl and the Shaykhs* (1929). She brought out at her own expense a volume that included the wide publicity she had received, the shaykhs' invectives, and her fearless rebuttals. She dedicated this book to women in general, saying how happy she had been while writing *Unveiling and Veiling* because she had thought she was doing Muslims a service. Concerned to show what was positive in Islam, she had been disappointed to learn that "my Umma is not pleased with its girl." Always tongue in cheek, she added, "and yet I took the Qur'an and Sunna (code for Muhammad) as my guide so perhaps the Umma is not pleased with them" (F&S, p. 11-12). In a 2015 chapter, I wrote that Nazira

was especially angry with those whose views on women and gender she had commended in her book but who had attacked her. She addresses the shaykhs in the second person plural, often calling them "Gentlemen" and sometimes, when angry at their insults, "Shaikhly Opponents" or "Slingers of Arrows". These shaykhs held moral sway in the eastern Mediterranean and few dared to question their authority (cooke 2015, p. 120).

⁵ For an image of a congratulatory letter Syrian prime minister Taj al-Din al-Hasani sent to Nazira on 25 April 1928 see cooke (2010, p. 61).

Guessing that they were attempting to distance themselves from the controversy, she mocked their hypocrisy: were they not aware of the damage they were doing to their society? Nazira admonished them to re-examine their biological notions of gender and exhorted them to make room for the determining influences of history, culture, and society.

She saved her harshest critique for Shaykh Mustafa al-Ghalayini (1886-1944), president of the Lebanese court of justice for the Muslim minority and a professor at the Islamic College of Beirut. Nazira called him the “Leader of the Opponents” and the one who had instigated much of the negative critique. Within months of receiving a copy of the book, he had written a 194-page rebuttal entitled *Views on the Book Unveiling and Veiling attributed to Miss Nazira Zeineddine* (F&S, p. 251). He claimed that colleagues had asked him to speak out about the problems in the book, and he had agreed. In a Friday sermon in the Majidiya mosque in Beirut, he scolded Nazira for her claim to know more than scholars like him. How could she ask “the French to intervene in Muslims’ private matters”? Unlike him, she was not authorized to speak on Muslim women’s behalf (Al-Ghalayini, 1928, p. 3, 24, 29, 33). He defends a 1908 book of his that Nazira had mocked for its contradictions. When addressing the English Controller General in Egypt Lord Cromer, she wrote, he had boasted about the rights Arab women had enjoyed after Islam forbade injustices like the burying of girls alive, men marrying dozens of women and inheriting women upon the death of their husbands. He claimed that the *hijab* was not Islamic, and that women’s covered faces draw more attention than uncovered faces. When addressing Muslim women, however, he called for modesty and the *hijab*. Peeved at Nazira’s disparagement of his 1908 book, he asserted self-servingly that the “research on Muslim women in our book was of the highest caliber. Indeed, it was reprinted in Egypt in 1926” (al-Ghalayini, 1928, p. 24, 25). Apparently, he had admitted privately that had she not criticized that book he would not have opposed her (cooke, 2010, p. 77).

Riled by the word *attributed*, in other words the presumption that it was not she but rather nine ignorant people who had written the book,

Nazira retorted at length. She was proud of his insult that a mere girl like her, “a graduate of secular and convent schools, is unable to write such a work, to encompass the Sunna and to comprehend the Qur’anic verses. And he turned to me and said: Nazira Zeineddine, they are the ones who wrote your book and embellished it” (F&S, p. 16, see cooke, 2010, p. 39-44, p. 69-73).

She took on other critics, recommending that before criticizing her, the shaykhs should read the Qur’an that, as she had argued, affirms throughout the intelligence and rights of women. She is fierce in her sarcasm: “Gentlemen and Shaykhly Opponents, you should read more widely before you write your books and letters in which you oppose the Girl’s behavior so that you would know what our Master Ali, the Leader of the Faithful, said and do not have to rely on the missionaries” (F&S, p. 41). No, she did not consult with missionaries, but she is sure that her opponents did. Here was a twenty-year-old woman without formal Islamic credentials pouring contempt on known and respected shaykhs expected to have memorized the Qur’an as she had.

She chided them for accepting without question and then citing some *hadiths* about women that had to be challenged. The Prophet could not have said that women are lacking in religion and reason because of the high esteem he had for women. Had he not said that Paradise lies under the feet of mothers and that what he loved most were perfume, prayer, and women? Most importantly, however, religious scholars should know that when a *hadith* contradicts the Qur’an, it is wrong. God’s unmediated word trumps anything, including a reported action or a statement of the Prophet, a mere, if perfect mortal.

Again and again, she cites parts of her work that the shaykhs have misquoted or inappropriately used or interpreted. Unlike the earlier wealth of quotations from the Qur’an and *hadiths* that have no references, when she mentions scholars’ and shaykhs’ reactions to her book she points to specific pages in their writings, and she provides chains of authorities to prove the reliability of certain *hadiths* germane to a point she is trying to make.

The arrogance glimpsed in the first book has become more pronounced. She has included dozens of pages of positive citations of *Unveiling and Veiling*. Describing a meeting with what she calls “enlightened Muslim women,” she cites an unnamed woman who is given four pages in which to produce verbatim quotations of her book. She mocks al-Ghalayini, writing “Poor Shaykh, he could not restrain his angry soul from vengeance. He could find nothing in your book except what accorded with religion and reason and the welfare of the Muslims, so he made things up.” What was Shaykh Salim Hamdan thinking when he claimed that the *hijab* is Islamic? He turned his opinion into law, even though he knew that women of other religions are veiled (F&S, p. 256-260).

In a spirit of openness, she challenged her opponents to bring Qur’anic proof that faces should be covered. She would consider their evidence, but only if they had not derived it from the verse about modesty and averting eyes from the opposite sex. Since the verse addressed both men and women, they would then have to demand of men that they also cover their faces. If men refuse to cover their faces and still want to impose it on women “then I beg you to acknowledge that the justice and respect for religion that you profess were but a trick to allow you to oppress your mother, your sister, your wife and to be unjust to them” (F&S, p. 182-183).

She cited several *hadiths* concerning unveiled Muslim women around Muhammad and then asked: “Gentlemen, have you read in the Book or a *hadith* a command against unveiling? Surely not! So, if you have not found such a command then have you found one concerning covering the face? Again, surely not! So why do you disobey God’s command and that of the Prophet? When a man covers the face of a woman, Gentlemen, he is committing a certain injustice” (F&S, p. 186-189).

She is clearly delighted at the accusation that it was impossible for the Girl to have written it. They could not imagine that a girl who was, after all, lacking in religion and reason could write such a tome and so they assumed that it was the work of many men. These stupid accusations confirmed to her “that it is the men who have no reason and that Miss Nazira Zeineddine

is the most knowledgeable of scholars in the past and today and that she alone can sit on the throne of knowledge and understanding. She was able to understand God's verses and to interpret those connected with the veil" (F&S, p. 15). Remarkable hubris but justified!

Looking for Nazira and her books

How is it that a book that "redefined the terms of conflict between religious elites and the women's movement for at least a decade to come" (Thompson, 1999, p. 127) fell out of circulation?⁶ How did this reckless Girl disappear and with her the oft reiterated call for freedom of religions, of knowledge, of will and of the liberation of women that will lead to the renewal of society?

Historian Elizabeth Thompson believes that scholars like al-Ghalayini "dismissed the book's broader social and political argument by focusing upon narrow legal debates about whether or not Islamic scripture enjoined the veil. In effect, by constructing the veil issue as a legal one, Zayn al-Din [aka Zeineddine] had played right into the hands of conservative Muslim scholars, and put herself – and all other women – at a disastrous disadvantage" (Thompson, 1999, p. 135, 136). Conservative vigilantes intimidated women by throwing acid on those who were walking unveiled in the streets. By the mid-1930s many shaykhs in Syria and Lebanon had reduced the *hijab* question to a simple binary: those who supported it were good Muslims; those who opposed were collaborators with the French.

How is it that the first woman to publish a book about women's rights in Islam was forgotten? The name was known in Islamic feminist circles

⁶ It is not unusual for an explosive work to disappear, for its ideas to be plagiarized and for the author to wait to be discovered centuries later, if ever. Consider Ernst von Lasaulx (1805-1861), one of the formulators of the idea of the axial age along with Weber, who has disappeared while they were lionized. His 1856 *A New Attempt at an Old Philosophy of History based on the Truth of Facts* dropped out of history until Hans Joas resuscitated him in a 2012 book that he co-edited with Robert Bellah entitled *The Axial Age and its consequences*, demonstrating that von Lasaulx had developed the idea a century earlier than Karl Jaspers who is considered to have pioneered the term in his 1949 *On the Origin and Goal of History* (Joas, 2012).

of the late 20th and early 21st centuries, but in 2007 when I began my research, few knew or as far as I could tell cared who she was and what had happened to her after her two books had incensed the Muslim authorities of 1920s and 1930s Lebanon and Syria.

When Oneworld publishers invited me to write a biography for their Makers of the Muslim World series, I chose Nazira Zeineddine. I believed that focused research would reveal the whereabouts of the author and her works. But the project was much harder than I had imagined. Nowhere could I find mention of where she had lived in Lebanon or what she had done after her two books *Unveiling and Veiling* and *The Girl and the Shaykhs* had created a firestorm. I knew that her father, Said Bey Zeineddine, was an Ottoman judge trained in Istanbul and thus considered at the time to be a Sunni Muslim. He had practiced law in various places in Turkey, Syria, and Palestine and ended up in Beirut. A research trip to the region stumbled at first but soon began to answer these questions. While Said Bey Zeineddine had left no trace in Turkey, he had in Lebanon. In 2008 I heard that a Druze town in Mount Lebanon called Baaqlin was celebrating the centenary of Nazira's birth. While the rest of Lebanese society had forgotten about her, a Druze high school teacher from Baaqlin, Nabil Abu Matar had been writing a book about Nazira since the early 1980s. When he died in 1995 before finishing the book, his wife Hayat took up where he had left off and published the book in time for the August colloquium (Abu Matar, 2008).

I flew to Beirut where I met people who knew her through her writings or in person. One was Aida al-Jawhari, a scholar who had written the previous year the first book about Nazira and her writings (al-Jawhari, 2007). Three others were members of her family: two sons who had emigrated to Italy when they were in their teens, and a nephew named Said Zeineddine in honor of his uncle, Nazira's father. I interviewed all of them and even went with the scholar and the nephew to Ayn Qani.

I learned that in 1938, Nazira married Shafiq al-Halabi. He was a Druze notable from Baaqlin who had served as governor of Beirut during World War II. With this marriage her already faltering intellectual career

ground to a halt. When interviewing her sons, I began to visualize life in the al-Halabi home. Nazira's youngest son Arij remembered that whenever he came home from school, the house was "full of important people," and his mother sat with up to 300 people a day:

People came to my father to resolve disputes, especially between Druzes and Christians. It was not a comfortable atmosphere for children, so we would escape the house to play with friends or to go hunting. I remember that Alfred Naqqash, President of Lebanon, played with me and let me ride on his back. Father was harsh. He didn't play or tell jokes. He did not want his sons to enter politics. Father was very strict about meal times: lunch at 12 sharp and dinner at 7. There was very little conversation at the dining table. Father wasn't interested in us because we were so young. He didn't help with our homework although my mother did. After dinner he would retire to his bedroom that also served as his study. And he closed the door.⁷

Arij's brother Nabil expressed the same kind of alienation from their parents. He had heard that his mother did good works with Red Cross and women's organizations. However, he knew so little about his mother's feminist past that when a passage from *Unveiling and Veiling* was assigned to his high school class, he was astonished to learn that his mother had once had a life outside the walls of their childhood home. He was embarrassed to tell me that he could not understand the passage, his mother's classical Arabic was well beyond his high school Arabic.

While the sons' memories of their mother were vague, her nephew Said had taken it upon himself to collect everything to do with his aunt, including a large cache of letters from all over the world. Interviews with these three men filled in the gap yawning between the publication of her two books and her death in 1976. I began to piece together the puzzle of the woman, the writings, and the time.

Nazira was the eldest of four children from a notable Druze family. Born in Istanbul and educated in French schools in Beirut,⁸ she learned

⁷ Interview, August 10, 2008.

⁸ Arij told me that his mother was the first Lebanese girl to earn the French Baccalaureate (Interview August 10, 2008)

about Islam from her father and his circle of eminent literary and religious acquaintances. Said Bey Zeineddine convened a regular open house in their ancestral home in Ayn Qani, a Druze village in the Chouf mountains above Beirut. At a time when girls were expected to stay home and excel in the domestic arts, Nazira attended her father's salon. In her late teens, she lectured in Beirut venues on women's rights in Islam.

In 1923 when she was fifteen, she heard of feminist activists in Egypt, and she corresponded with Huda Shaarawi. When in 1927 the Sunni shaykhs in Damascus issued a fatwa against unveiling, Nazira mounted her argument against the fatwa. She was not alone in her fight against the religious authorities and their claims to know best what the Qur'an and the Sunna demanded of Muslims. While building on the work of Egyptian male and female feminists, she was surrounded by Lebanese feminists who were demanding their rights as women and full citizens of their country.

Why was she so quickly forgotten even in her native land? In her 1961 *Adibat lubnaniyat* (Lebanese women writers), Emily Fares Ibrahim provides biographies of women she considered to be the sixteen most important feminist writers living between 1838 and 1960, including Zaynab Fawwaz (1850-1914), Labiba Hashim (1882-1952) and Mayy Ziyada (1886-1941). She praises their achievements and demands for equality in what she calls "our feminist literature" (Ibrahim, 1961, p. 140). Remarkably, she never mentions Nazira, this prominent Lebanese intellectual and pioneer of Islamic feminism whom she may have met since they were both living in Beirut at the same time. In a 2014 documentary, Aida al-Jawhari⁹ suggests that a possible reason was that she stopped writing after the publication of *The Girl and the Shaykhs*. But there are many writers who publish nothing after a notable book, and they are not forgotten.

There are other reasons for the repression of Nazira's memory. As the daughter of an Ottoman judge, Nazira had claimed a Sunni Muslim authority that would allow her to arbitrate what was Islamic and what was

⁹ "Nazira Zeineddine" documentary by Aida Jawhari see https://www.youtube.com/watch?v=SVpQGB_IARw

not. Ironically, however, when she argued that the *hijab* was not Islamic, she turned the *hijab* polemic into a civil matter that the French could adjudicate and from whom she could ask for support. The French became the third element between the proponents and opponents of the *hijab*. They were secularists whose commitment to neutrality in matters of religion, she thought at the time, made them allies in the fight against the *hijab*.

Not only did Nazira appeal to the French colonizers to intervene, but she was also not afraid to hold up models of ideal womanhood that were neither Muslim nor Arab. She referred to unveiled Western women who are respected and allowed to play important roles in their society. Drawing on her experience at the convent school she wrote about nuns who do not cover their faces and yet Muslim men do not call them lacking in reason and religion, and parents send their children to the nuns' schools (S&H, p. 134, 138). If those schools were considered the best, they should be emulated:

The best way to build the best schools for Arabs and Islam is to copy the best foreign schools and universities like Oxford, the Sorbonne, Columbia, Princeton and Harvard where minds are freed to soar into the open sky enlightened by new knowledge and attentive to the illuminating forces God gave them, purified of the germs of stagnating diseases or worn-out customs that are a disaster for the East (F&S, p. 40).

These foreign schools could inspire cultural, social, and political autonomy, the path of true nationalism, a commitment to a nation that gives women their rights to cultivate their minds. Although Nazira thought she could work within both the French and the Islamic systems, she finally failed. Few Islamic scholars were persuaded that her demands for changed gender norms and values were based in a thorough understanding of Islam rather than emulating European models. Some called her a traitor and, as mentioned above, Shaykh al-Ghalayini led the charge that the book was not hers. She had lent her name to a book that missionaries had penned.

But *Unveiling and Veiling* is no missionary work. It lacks the central project of colonialism: a denigration of the society to be penetrated and possessed. The European ploy was to use the oppression of women as a

gauge of the intellectual caliber of the society and the spiritual value of its religion. A society in which men are sanctioned to discriminate against their women can only be saved for universal civilization through the mediation of an outside, civilized agent, i.e., the colonizer.

Nazira did not make the point that men were uncivilized or that there was something wrong with Muslim society. It was the shaykhs who were the problem. It was the shaykhs who had not understood that the family and the nation can only improve through women's elevation and preparation to be fully human. Women should be considered sisters and partners (S&H, p. 52, 59, 85, 113). Taking her cue from the Qur'an, Muhammad but also from John Stuart Mill, she was making a case for women's intellectual and spiritual equality with men and their right to participate in running the affairs of home and society. Anticipating the arguments of late twentieth century feminists, she declared that nurture not nature was responsible for any lack in women.

In *Nazira Zeineddine: A Pioneer of Islamic Feminism*, I added another reason for Nazira's erasure from history: a radical change in Lebanese politics (Cooke, 2010, p. 104-105). Following the chaotic collapse and breakup of the Ottoman Empire in 1922 and the post-World War I French appropriation of Syria and Lebanon as mandate, confessional affiliation became a political football. The Druzes who until then had power in Lebanon were displaced by the Maronites as the result of a 1932 French-instigated census. It was held to determine national political positions in terms of the comparative size of the country's seventeen different religious communities. It was the first and last such census ever taken and from the beginning it was contested. The French announced the results of the census: their proteges, the Maronites, were the most numerous, and they should therefore be appointed to the highest offices in the country's political system. The next most numerous were the Sunnis followed by the Shiites and only then by the Druzes. The census accorded the Druzes limited national power and influence. More importantly, it fixed Druze identity as heterodox. Druzes could no longer speak in the name of Sunni Islam as the Zeineddine father and daughter

had done. Nazira had referred to herself as a Muslim girl in both of her texts and had done so to prove her authority and right to argue for women's rights in Islam and against men's claims that a good Muslim woman must cover her face and shut up. Three years after the publication of *The Girl and the Shaykhs* in which she had scoffed at the critique of her most powerful opponent Shaykh al-Ghalayini, her newly fixed religious identity overwrote her claim to be Muslim. The religious authorities who had attacked her ideological position if not the soundness of her argument could forget about this thorn in their side and her supporters remained silent.

Nazira's fate as a forgotten intellectual may be compared with the disappearance of the German psychoanalyst and sociologist Erich Fromm. Neil McLaughlin writes that the "social construction of intellectual reputations can be understood in variants of four models: (1) climate of times; (2) geography/ national traditions; (3) institutional prestige, and (4) personal characteristics" (McLaughlin, 2017, p. 217). Each variant accounts differentially for an intellectual's rise to fame and subsequent fall into oblivion. Like Fromm, Nazira's ultimate decline was due to "the importance of intense hostility" and the lack of an intellectual community emotionally committed to promote and develop her "challenge to orthodoxies" (239-240). It would not be until the 1990s that her outrage at the misogyny of so-called Islamic authorities would be picked up by Islamic feminists who, however, almost universally failed to acknowledge her ground-breaking work.

On 18 January 1974, two years before Nazira died, she gave an interview to Saad Sami Ramadan that indicated how she had changed over those forty-four years. Her first question was: "What reminded you of me? I live far from the lights and any activity worth mentioning. But thanks for the visit that revives from the distant past images of my efforts to liberate Arab women." She reminded him of the many leading Arab intellectuals who had commended her book, including the Iraqi poet al-Rusafi who wrote lyrically about how she had smashed the customs undergirding a "loathsome prison for women." Why, Ramadan asked, had she decided to write? She replied that she had wanted to help her society. Her dream had been to

be a doctor who could help the epidemic of childbirth fatalities, but no medical school in the 1920s was accepting women so her only choice was to write. However, she could not write after marriage because a woman's role was at home. She conceded that women without domestic obligations could work. Women should participate in politics by voting but they should not become politically active because "political parties corrupt women." Answering the concluding question about who had impressed her as the most eloquent proponent of women's rights to freedom, she said Ataturk, the founder of the Turkish Republic because he had credited his victories over his enemies to his soldiers and to "tearing the veil off women's faces" (Ramadan, 1974, p. 16-17). Although she did mention Arab feminists, including Huda Shaarawi, in her books and in this interview, she chose to extol a man as the most ardent defender of women's rights because he was so proud of having opposed the *hijab* and thus bringing modernity to his fledgling republic.

When she died during the second year of the Lebanese civil war (1975-1990), there was no big funeral. The Girl who had compelled serious attention to misogynist readings of Islamic scriptures, had infuriated the shaykhs in the late 1920s and driven a wedge into her society had fallen into the dark space between the lines of history.

miriam cooke is Braxton Craven Professor of Arab Cultures at Duke University. She has been a visiting professor in Tunisia, Romania, Indonesia, Qatar and Alliance of Civilizations Institute in Istanbul.

✉ mcw@duke.edu

References

1. ABU MATAR, Nabil; ABU MATAR, Hayat. *Nazira Zayn al-Din ra'ida fi al-taharrur al-niswi* (Nazira Zeineddine: Pioneer of Women's Liberation). Beirut: Dar al-Taqaddumiya, 2008.
2. AHMED, Leila. *Women and gender in Islam: Historical roots of a modern debate*. New Haven: Yale University Press, 1992.
3. AL-GHALAYINI, Mustafa. *Nazarat fi kitab al-sufur wa al-hijab al-mansub ila al-anisa Nazira Zeineddine* (Views on the Book *Unveiling and Veiling* attributed to Miss Nazira Zeineddine) Beirut: Quzma, 1928.
4. AL-GHALAYINI, Mustafa. *Al-Islam ruh al-madaniya aw al-din al-islami wa al-Lurd Krumer* (Islam Spirit of Civilization or the Islamic Religion and Lord Cromer) Beirut: Quzma, 1908.
5. AL-JAWHARI, Aida. *Ramziyat al-hijab: mafahim wa dalalat* (The Symbolism of the *hijab*: Concepts and Meanings). Beirut: Markaz Dirasat al-Wahda al-Arabiya, 2007.
6. BADRAN, Margot; COOKE, Miriam. *Opening the gates: a century of Arab feminist writing*. London: Virago, 1990.
7. COOKE, miriam. *Nazira Zeineddine: pioneer of Islamic feminism*. In: BRUCE, S.; SMITS, K. (ed.). *Feminist moments: reading feminist texts*. London: Bloomsbury, 2015. p. 115-122.
8. COOKE, miriam. *Nazira Zeineddine: a pioneer of Islamic feminism*. Oxford: Oneworld, 2010.
9. HUSAYN, Taha. 1929 *Al-ayyam* (The Days, vol.1) Cairo: [S. ed.], 1929.
10. IBRAHIM, Emily F. *Adibat lubnaniyat* (Lebanese women writers). Beirut: Dar al-Rihani, 1961.
11. JOAS, Hans. The Axial Age debate as religious discourse. In: BELLAH, Robert N.; JOAS, Hans (eds.). *The Axial Age and its consequences*. Cambridge: Belknap Press, 2012. p. 9-29.
12. MCLAUGHLIN, Neil. How to become a forgotten intellectual? Intellectual movements and the rise and fall of Erich Fromm. *Sociological Forum*, v. 13, n. 2, p. 215-246, 1998.
13. MILL, John Stuart. *The Subjection of Women*. London: Longman, Green, Reader, and Dyer, 1869.
14. RAMADAN, Saad Sami. *Nazira Zeineddine: political parties corrupt women*. *Al-Hasna'*, n. 645, 1974.
15. SAID, Amina. *Feast of Unveiling*. In: BADRAN, M.; COOKE, m. *Opening the gates: a century of Arab feminist writing*. London: Virago, 1990/1973.
16. SPIVAK, Gayatri C. Can the subaltern speak? In: WILLIAMS, P.; HEMEL, L. C. (ed.). *Colonial discourse and Post-Colonial Theory: a reader*. Hempstead: Harvester, 1993.

17. THOMPSON, Elizabeth. *Colonial citizens: republican rights, paternal privilege, and gender in French Syria and Lebanon*. New York: Columbia University Press, 1999.

18. ZEINEDDINE, Nazira. *Al-sufur wa al-hijab*. Muhadarat wa nazarat fi tahrir al-mar'a wa al-tajaddud al-ijtima'i fi al-'alam al-islami (Unveiling and Veiling. Lectures and Views concerning the Liberation of Women and Social Renewal in the Islamic World). Damascus: Dar al-Mada, 1998a/1928.

19. ZEINEDDINE, Nazira. *Al-fatat wa al-shuyukh*: Nazarat wa munazarat fi al-sufur wa al-hijab wa tahrir al-'aql wa tahrir al-mar'a wa al-tajaddud al-ijtima'i fi al-'alam al-islami (The Girl and the Shaykhs. Views and Debates about 'Unveiling and Veiling' and the Liberation of the Intellect and the Liberation of Women and Social Renewal in the Islamic World). Damascus: Dar al-Mada, 1998b/1929.

Received: Jun. 18, 2022.
Accepted: Dec. 14, 2022.

<http://doi.org/10.1590/18070337-125405PT>

Nazira Zeineddine: a jovem e os xeiques

miriam cooke* 

Resumo

Por mais de quatro décadas os debates sobre o *hijab* se alastravam pelo mundo árabe muçulmano, opondo conservadores e reformistas em um contexto político conformado pelo colonialismo europeu. Em 1927, os xeiques sírios decretaram que as mulheres deveriam cobrir o rosto. As mulheres saíram às ruas e uma jovem drusa de dezenove anos, Nazira Zeineddine, pertencente à burguesia de Beirute, sentou-se à escrivania. Escreveu quatrocentas páginas sobre os prejuízos para a sociedade gerados pelo ato de cobrir o rosto das mulheres, citando as escrituras islâmicas e autoridades religiosas e seculares contemporâneas em quase todas as páginas. Poucos meses depois, ela publicaria *Unveiling and Veiling*. O livro, o primeiro escrito por uma mulher a tratar dos direitos das mulheres no Islã, foi um ataque aos xeiques que se atreveram a ordenar que as mulheres cobrissem seus rostos e que manipulavam as interpretações do Alcorão e dos *hadiths* com o único objetivo de assegurar poder aos homens. Neste ensaio, apresento uma síntese da hermenêutica de Nazira e minhas hipóteses sobre por que ela e seus escritos permaneceram praticamente desconhecidos até o final do século 20.[◇]

Palavras-chave: feminismo árabe, islamismo, *hijab*, mulheres muçulmanas, direitos das mulheres.

* Duke University, Durham, NC, United States.

◇ Artigo traduzido do inglês por Regina Vargas.

Nazira Zeineddine: la joven y los jeques

Resumen

A lo largo de más de cuatro décadas los debates sobre el hiyab se extendieron por todo el mundo árabe musulmán, confrontando a conservadores y reformistas en un contexto político moldeado por el colonialismo europeo. En 1927, los jeques sirios decretaron que las mujeres debían cubrirse el rostro. Las mujeres salieron a la calle y al escritorio se sentó una chica drusa de diecinueve años, Nazira Zeineddine, perteneciente a la burguesía de Beirut. Escribió cuatrocientas páginas sobre el daño a la sociedad de cubrir los rostros de las mujeres, citando escrituras islámicas y autoridades religiosas y seculares contemporáneas en casi todas las páginas. Unos meses más tarde, publicó *Desvelando y velando*. El libro, el primero escrito por una mujer que aborda los derechos de la mujer en el Islam, fue un ataque a los jeques que se atrevieron a ordenar a las mujeres que se cubrieran el rostro y que manipularon las interpretaciones del Corán y los hadices con el único objetivo de garantizar el poder a los hombres. En este ensayo, presento una síntesis de la hermenéutica de Nazira y mis hipótesis acerca de por qué ella y sus escritos permanecieron prácticamente desconocidos hasta fines del siglo XX.

Palabras clave: feminismo árabe, islam, hiyab, mujeres musulmanas, derechos de la mujer.

Foi em Damasco, durante o tórrido verão de 1927, que o recém descartado *hijab* voltou. Por mais de quatro décadas, debates em torno do *hijab* – no final do século 19 e início do século 20, o termo se referia tanto à cobertura do cabelo quanto do rosto¹ – alastraram-se pelo mundo árabe muçulmano, opondo conservadores e reformistas em um contexto político conformado pelo colonialismo europeu. Para os colonizadores franceses e britânicos, o *hijab* simbolizava o atraso das comunidades que eles queriam controlar. Fazendo uma distinção entre homens bárbaros e mulheres civilizáveis, eles pareciam crer que, livrando as mulheres do véu, estariam salvando sociedades incultas (Spivak, 1993, p. 93). O *hijab* tornou-se um emblema do que havia de errado com a cultura muçulmana.

Embora muitos árabes muçulmanos suspeitassem da obsessão europeia com o *hijab*, alguns homens reformistas, como o acadêmico modernista

¹ Mais recentemente, foi feita uma distinção para que a cobertura facial seja chamada de *niqab*.

Muhammad Abduh (1849-1905), o juiz Qasim Amin (1863-1908), o poeta Ahmad Shawqi (1869-1932) e o fundador da República Turca, Mustafa Kemal Atatürk (1881-1938), também consideravam o *hijab* um obstáculo à capacidade das mulheres de se adaptarem às condições da modernidade.

Em seu controverso *Tahrir al-mar'a* (A libertação das mulheres), de 1899, Qasim Amin argumentava que o verdadeiro Islã, tendo perdido suas amarras, encontrava-se envolto em inovações misóginas. A abolição do *hijab*, ele afirmava, era condição *sine qua non* para que as mulheres muçulmanas tivessem acesso à educação, a escolher seus parceiros para a vida e a alcançar igualdade em alguma medida. Mais tarde, feministas expuseram os pressupostos patriarcais que jaziam no cerne do discurso reformista de Amin, criticando-o por infantilizar as mulheres e reproduzir normas culturais ocidentalizadas. A dominação masculina nunca foi questionada, afirma Leila Ahmed, especialmente pelos “homens das classes assimiladas aos costumes europeus, ofendidos pela humilhação de serem descritos como incivilizados porque ‘suas’ mulheres usam véus” (Ahmed, 1991, p. 163, 165). Esses homens reformistas não eram as únicas pessoas preocupadas com os direitos das mulheres árabes muçulmanas.

Algumas mulheres árabes educadas, de finais do século 19 e início do século 20, também exigiam reformas. Escritoras como as egípcias Aisha Taymuriya (1840-1902) e Malak Hifni Nasif, também conhecida como Bahitat al-Badiya (1886-1918), assim como as libanesas Zaynab Fawwaz (1860-1914), Labiba Hashim (1882-1947) e Mayy Ziyada (1886 -1941) contestavam as leis que discriminavam as mulheres (Badran; Cooke, 1990, p. xv-xliv). Elas fizeram campanhas pelo direito das mulheres à educação, ao voto, à saúde e ao trabalho. Criaram revistas e escreveram para jornais progressistas sobre o valor para a sociedade de mulheres instruídas, mães da próxima geração de homens líderes. Cientes da polêmica que incitariam, elas defendiam suas reivindicações usando a linguagem dos reformadores islâmicos. Elas “não previram que a inquietação de gênero e a reação conservadora produzida pela guerra e pela ocupação francesa levariam outros a empregar diferentes interpretações dos preceitos religiosos para

impedir que elas alcançassem esses direitos” (Thompson, 1999, p. 117). Por causa da mobilização europeia em torno de ideias feministas para promover agendas coloniais, as ações sociais e políticas em defesa das mulheres foram estigmatizadas como ocidentalizadas e antipatrióticas, uma dura acusação em um período de nacionalismo exacerbado.

Apesar da oposição à expressão pública das mulheres, uma revolução feminista estava em curso. Em 1923, a aristocrata Huda Shaarawi fundou a União Feminista Egípcia e levou alguns de seus membros a Roma para um encontro feminista internacional. Ao retornarem ao Cairo, Huda e duas de suas companheiras descobriram seus rostos diante de uma multidão estupefata. Enquanto algumas das pessoas que as vieram saudar tenham ficado chocadas, a maior parte delas entusiasmou-se. Em pouco tempo, a notícia se espalhou pelas sociedades de maioria muçulmana, e muitas mulheres tiraram o véu. Em 1973, no quinquagésimo aniversário desse evento revolucionário, a jornalista egípcia Amina Said celebrou a coragem de Shaarawi, Saiza Nabarawi e Nabawiya Musa, narrando como elas haviam

representado o Egito pela primeira vez em uma conferência feminista internacional em Roma. Participantes da conferência vindas de todo o mundo avançado ficaram imensamente surpresas ao ver as três mulheres egípcias ... A imagem da mulher árabe na mente das ocidentais era de uma mulher atrasada vivendo detrás das paredes do harém, ignorante, velada e tolhidas em seus intentos e movimentos [...] (C)om seus discursos politizados elas atraíram admiração [...] Após sua experiência na conferência de Roma, Shaarawi percebeu que o véu era o maior obstáculo ao avanço da mulher árabe muçulmana [...] com suas colegas, ela decidiu ser a primeira a tirar o véu. Ao chegarem de trem à estação da capital, as que ali estavam reunidas para recebê-las tinham todas o rosto descoberto. Quando emergiram sinais de desaprovação na multidão, as mulheres imediatamente apoiaram as que não usavam o véu, removendo também os seus e jogando-os ao chão. Portanto, a maior vitória na história da mulher árabe (Said, 1990, p. 359-360).

A revolução feminista foi respaldada por uma crítica generalizada a eruditos religiosos corruptos, os xeiques. Em 1929, o escritor egípcio cego, Taha Husayn, provocou clamor com a publicação de *Al-ayyam* (Os dias), sua

autobiografia detalhando a corrupção que permeava as instituições religiosas e educacionais. Sua crítica foi especialmente dura em relação aos eruditos da Mesquita de Azhar, que representavam as mais altas autoridades islâmicas da época. Xeiques de todo o mundo ficaram indignados com tal ataque à instituição central da educação islâmica. Em decorrência disso, signos de modernidade e ocidentalização foram estigmatizados como heréticos.

Foi nesse contexto turbulento que os xeiques sírios decretaram, em 1927, que as mulheres deveriam cobrir seus rostos. As mulheres tomaram as ruas e uma jovem drusa de dezenove anos, pertencente à burguesia de Beirute, sentou-se à escrivaninha. O que esses xeiques estavam pensando? Citando escrituras islâmicas e autoridades religiosas e seculares contemporâneas em quase todas as páginas,² Nazira Zeineddine (1908-1976) escreveu quatrocentas páginas sobre os prejuízos impostos à sociedade pelo ato de cobrir o rosto das mulheres. Em poucos meses ela concluiu e, em abril de 1928, publicou *Al-sufur wa al-hijab (Desvelar e velar)* (Zeineddine, 1998b [F&S], p. 11).³ Tão candentes foram as questões levantadas no livro que, dois meses depois, ele ganhou uma segunda tiragem.

O livro, o primeiro escrito por uma mulher a tratar sobre os direitos das mulheres no Islã, foi um ataque aos xeiques que ousaram ordenar que as mulheres cobrissem seus rostos e que manipulavam as interpretações do Alcorão e dos *hadiths* com o único objetivo de assegurar poder os homens. *Hadiths* – também referidos como “tradições proféticas” – são relatos do século VII dos ditos e feitos do Profeta Maomé, registrados e repetidos por um de seus companheiros. Posteriormente, cada reprodução de um *hadith* deve ser autenticada por meio de uma cadeia de autoridades confiável. Se, ao longo dos séculos, essa cadeia omitisse ou acrescentasse uma autoridade, o *hadith* seria invalidado. Nada deixava Nazira mais irritada do que o *hadith*

² Ela cita, por exemplo, o poeta Ahmad Shawqi: “O Egito está renovando sua glória por meio de suas mulheres” e em um poema de 16 versos, ele se referiu às mulheres com véu como “múmias” (Zeineddine, 1998a [S&H], p. 148- 149).

³ Neste ensaio, as referências a Desvelar e velar serão feitas no texto como S&H, do árabe *Al-sufur wa al-hijab*. As referências de página de seu segundo livro, *A jovem e os xeiques*, serão feitas no texto como F&S do árabe *Al-fatat wa al-shuyukh*.

misógino que os líderes islâmicos gostavam de citar sobre a falta de razão e religião das mulheres. Ela viria a desconstruir esse *hadith*, mostrando sua implausibilidade por meio de uma comparação cuidadosa com os versículos do Alcorão sobre a inteligência das mulheres (ver adiante).

Antes de publicar o livro, Nazira pedira a seu pai, um juiz otomano considerado muçulmano sunita por sua formação jurídica em Istambul, que verificasse com seus associados muçulmanos, alguns de alto escalão em instituições islâmicas, se a argumentação que ela utilizara estava correta e se ela não havia cometido algum erro factual. Ele o fez e ficou satisfeito, assim como ela, com o livro pronto.

No entanto, revides difundiram-se quase de imediato, inclusive com ataques sexistas contra a autora. Alegavam que ela não conhecia o Alcorão e não tinha o direito de questionar os *hadiths* do Profeta Maomé que séculos de doutos declararam válidos e, portanto, não passíveis de questionamentos. Nazira rapidamente coletou essas reações e suas refutações em *A jovem e os xeiques*. Este segundo livro foi publicado em 1929, quando ela tinha vinte anos. Apesar do alvoroço que contrapôs oponentes e proponentes, e da fama que instantaneamente cercou essa jovem ousada e brilhante, em pouco tempo ela desapareceu. A seguir, apresentarei uma síntese da hermenêutica de Nazira, seguida de minhas hipóteses sobre por que ela e seus escritos permaneceram praticamente desconhecidos até o final do século 20.

As mulheres não são pouco dotadas de religião e razão

Desvelar e velar afirma – com base no Alcorão e na Sunna, as duas fontes da doutrina e da fé islâmica – que por mais de um milênio os homens perverteram o Islã com suas interpretações misóginas dos textos sagrados. Sua insistência no *hijab* como um mandato islâmico, durante séculos, privou as mulheres de seu direito à educação, igualdade, liberdade de expressão e dignidade.

Nazira apresentou dois argumentos robustos e interconectados sobre como os líderes islâmicos misóginos degradaram as mulheres contrariando

Deus e Maomé. Ela argumentou, primeiro, que o *hijab* não era um mandato islâmico e originalmente não se referia a um pedaço de pano. Em vez disso, a palavra *hijab* significava uma barreira. No Alcorão, o *hijab* designava a divisão do espaço entre as esposas do Profeta Maomé e seus visitantes.

Em segundo lugar, ela desconstruiu o *hadith* sobre a deficiência de religião e razão das mulheres.

Supondo que os homens haviam inventado esse *hadith*, Nazira foi em busca de sua justificativa, a qual ela encontrou em

versículos do Alcorão que concedem às mulheres metade do direito de um homem à herança e consideram o testemunho de uma mulher valendo metade do testemunho de um homem. A poligínia e o *talaq*⁴ também têm influência. Esses privilégios e direitos oficialmente sancionados para os homens levaram algumas autoridades religiosas a concluir que as mulheres carecem de razão e religião (S&H, p. 96).

Nazira argumentou, ao contrário, que esses versículos revelam o entendimento de Deus da fraqueza do homem: “se Deus quisesse a escravidão, a poligínia e a desigualdade entre homens e mulheres, Ele não teria ordenado gastos para ela, como dote e *nafaqa*, ou a provisão de todas as suas necessidades e as de seus filhos. Na verdade, todos esses custos representam mais do que metade de uma herança.” (S&H, p. 97, 100) Além disso, esses gastos continuam ao longo da vida de uma mulher, enquanto a herança é uma soma única. Quanto ao *talaq*, ou divórcio por iniciativa do homem, ela escreveu: “Deus odeia *talaq* porque é uma negação da graça e uma destruição de lares”, acrescentando esta declaração de al-Ghazali, erudito do século XII, “*talaq* só é permitido se não houver dano desnecessário. No entanto, *talaq* acarreta dano” (S&H, p. 220).

Nazira não tinha dúvidas de que, aos olhos de Deus, homens e mulheres eram iguais. Citando inúmeros versículos do Alcorão, muitas vezes juntos para dar ênfase, ela exortou seus leitores a agir de acordo com a revelação e a razão. Para citar um exemplo,

⁴ Forma de divórcio na lei islâmica que concede ao homem o direito de repudiar o casamento ao pronunciar três vezes a palavra *talaq*. (NT-nota da tradutora).

diz-se que as meninas amadurecem aos nove anos e os meninos apenas aos doze, idade em que estão sujeitos às leis da Sharia. Isso não significa que a razão das mulheres está completa antes da dos homens? Essas são as minhas provas sobre a perfeição da razão e religião das mulheres, então, tragam as suas provas sobre a falta delas (S&H, p. 102-105).

A noção da deficiência de religião e razão das mulheres não veio do Alcorão e, citando o Profeta Maomé, ela insistia em que qualquer *hadith* que contradiga o Alcorão é falso. Por ser falso e inventado, o *hadith* deve vir de outra fonte: a invisibilidade das mulheres que o *hijab* produzia. Permitia aos homens dizer do que gostavam nas mulheres sem prestar atenção às suas respostas. Sem ver os rostos das mulheres, eles não podiam registrar as reações delas às suas palavras. Uma voz abafada pelo tecido era inconsequente, fácil de silenciar. O *hijab* paralisa metade da população, e essa metade paralisada pode ser desprezada e esquecida (S&H, p. 62).

No entanto, escreveu Nazira, nem sempre foi assim. No passado, as mulheres tiveram posições de poder nas sociedades muçulmanas. No século XI,

Shaykha Shahda, também conhecida como Fakhr al-Nisa, fazia palestras para as elites nas mesquitas e escolas de Bagdá sobre literatura, história e teologia, e ela ainda é muito respeitada. Como ela, também Umm al-Khair e Umm Ibrahim davam aulas para estudantes em Bagdá, e Umm Sa`d bint `Isam al-Sa`duna ensinava ciência das tradições e teologia na madrasa de Córdoba.

Ibn Khallikan e Ibn Mas`ab escreveram sobre a bela neta de Maomé, Sukayna, cuja “casa se tornou a Caaba para as pessoas que vinham de toda a região muçulmana para ouvir suas palestras”. Sukayna não era uma exceção; muitas mulheres de elite exerciam poder. Nazira menciona Ibn Athir, Ibn Jubayr, al-Mas`udi, al-Suyuti, al-Isfahani e, mais recentemente, Zaynab Fawwaz menciona a rainha Khayzuran, que incentivou seu marido al-Mahdi a construir academias, e que recebia acadêmicos, poetas e governantes no palácio. Zubayda, esposa do grande califa de Bagdá Harun al-Rashid, e sua irmã al-Abbasa palestravam para acadêmicos e intelectuais. Qatar al-Nada, esposa do califa al-Mutadid e mãe de al-Muqtadir, comparecia

a todas as reuniões oficiais. Nazira menciona Ibn Battuta, cujas famosas viagens o levaram a conhecer mulheres tártaras que convocavam acadêmicos e intelectuais sempre que lhes aprouvesse. Nazira afirma ser bem sabido que Nafisa, neta de Ali – primo e genro, respectivamente, do profeta Maomé e do quarto califa –, foi instrutora do Imam al-Shafii, um dos pais fundadores da lei islâmica. “E esses nomes são apenas alguns entre muitos, demonstrando que as muçulmanas costumavam competir com os homens em visibilidade” (S&H, p. 160-161).⁵ Nenhuma dessas mulheres usava véu.

O *hijab* não é sinal de carência e inferioridade, declara Nazira, é seu instrumento: “algumas de nós neste Oriente temos padecido de quatro tipos de obscuridade: velo facial, ignorância, hipocrisia e estagnação” (S&H, p. 50). Em lugar de ver que essa peça de pano é o que causa ignorância, hipocrisia e estagnação, esses homens afirmaram que a ignorância, a hipocrisia e a estagnação seriam inerentes às mulheres. Em outras palavras, eles afirmaram que as mulheres exemplificavam o que o tecido produzia. Ao contrário, argumenta Nazira, não faltavam às mulheres razão e religião *antes* de cobrir o rosto, *só depois*:

Senhores, vocês nos acusam de carência de religião e razão. Por quê? Porque vocês nos bloquearam os caminhos do intelecto e nos jogaram em um mar de humilhação e ignorância... Como pode haver religião onde há ignorância? O ignorante só se pode valer da superfície da religião, e de que serve a religião sem sua essência? (S&H, p. 136).

As mulheres, Nazira argumentou, são por natureza racionais e piedosas, sobretudo quando descobrem seus rostos: “qualquer muçulmana que descobrir seu rosto e visão verá o fluxo de liberdade que Deus lhe concedeu” (p. 39). Por atrofiar sua capacidade intelectual, esta peça de pano impede as mulheres de entrar plenamente na vida da comunidade e contribuir para esta. Se é o véu o que desumaniza as mulheres, e são os homens que o impõem, então os homens é que produzem a deficiência de razão e religião nas mulheres.

⁵John Stuart Mill, frequentemente citado por Nazira, também escreveu sobre poderosas regentes na Índia, das quais teve conhecimento durante seu posto no subcontinente (Mill, 1869, p. 41).

Como é possível que a misoginia desses xeiques não tenha sido refutada? Ela decidiu ser aquela que o faria: “dei à minha razão total liberdade e recebi do Alcorão e da Sunna uma tal luz de ensinamentos sobre a liberdade e os direitos das mulheres que acanharia o sol ao nascer.” (S&H, p. 76).

A invisibilidade das mulheres prejudica não só elas mesmas, mas também sua sociedade. Uma sociedade velada fica atrasada em relação àquelas que incluem mulheres no espaço público. O argumento de Nazira reflete a posição de John Stuart Mill, cujas obras ela cita com frequência. Nas observações introdutórias de seu *The subjection of women*, de 1869, Mill escreve

o princípio que regula as relações sociais existentes entre os dois sexos – a subordinação legal de um sexo ao outro – é um erro em si e é hoje um dos principais obstáculos ao aperfeiçoamento humano; e que deveria ser substituído por um princípio de igualdade perfeita, que não admitisse poder ou privilégio para um lado, nem desvantagem para o outro (Mill, 1869, p. 1).

A chave seria uma forte parceria intelectual no casamento: “a regeneração moral da humanidade só terá lugar de fato quando a mais fundamental das relações sociais estiver submetida à justiça equitativa” (Mill, 1869, p. 31, 50). Nazira cita longamente a dedicatória de Mill em seu livro de 1859, *On Liberty*, à alma que inspirou suas melhores ideias:

minha amiga e esposa, cuja paixão pela verdade e pela justiça foi meu maior baluarte e cujo apoio ao meu trabalho foi minha mais preciosa conquista. Sua parte neste livro não é menor do que a minha... Se fosse possível à minha pena expressar metade dos nobres pensamentos e sublimes sentimentos sepultados com ela, os catedráticos tirariam mais proveito do que de qualquer coisa que eu escreva por minhas próprias ideias e percepções sem o conselho de sua mente ímpar (S&H, p. 85).

Nazira exorta cada xeique a ouvir Mill e “devolver à sua esposa os direitos roubados, dos quais o mais elementar é o reconhecimento de sua plenitude de razão e religião”. Os homens não têm o direito de menosprezar a mente e a religião das mulheres porque não lhes cabe julgá-las; em o fazendo se estarão contrapondo a Deus (S&H, p. 85). Ela

apoiava, particularmente, a visão de Mill de que a aversão dos homens pela igualdade e liberdade das mulheres tinha origem no temor de serem ofuscados por suas esposas.

O contra-ataque

Desvelar e velar criou furor ao redor do mundo. Adorado por alguns; odiado por outros.⁶ Para muitas mulheres contemporâneas, o livro e sua autora foram revolucionários. Em 15 de outubro de 1928, ao participar da reunião do conselho diretor da Organização Feminista Internacional em Berlim, Huda Shaarawi escreveu a Nazira: “recebi seu adorável presente, *Desvelar e velar*, e agradeço por este grito apaixonado pela libertação das mulheres... Nosso sexo fica honrado e orgulhoso por pessoas como você.” Muitas outras mulheres lhe escreveram parabenizando-a (F&S, p. 165-169).

Mas muitos eruditos religiosos reagiram negativamente; tantos, na verdade, que em um ano Nazira coletara críticas suficientes para compilar uma provocativa continuação. A essa altura, no entanto, ela havia se tornado um problema. A editora Quzma publicara seu primeiro livro, mas recusou este segundo e nenhuma outra editora viria a aceitar *A jovem e os xeiques* (1929). Ela publicou um volume de forma independente, relatando a ampla publicidade que recebera, as invectivas dos xeiques e suas próprias impávidas respostas. Ela dedicou este livro às mulheres em geral, contando como se sentira feliz ao escrever *Desvelar e velar*, porque acreditava estar prestando um serviço à comunidade muçulmana. Preocupada em mostrar o que havia de positivo no Islã, ela ficou desapontada ao saber que “minha *Umma*⁷ não está satisfeita com sua garota”. Sempre irônica, ela acrescentou, “e, ainda assim, tomei o Alcorão e a Sunna (código para

⁶Para um exemplo de uma carta de felicitações enviada pelo primeiro-ministro sírio Taj al-Din al-Hasani a Nazira, em 25 de abril de 1928, ver cooke (2010, p. 61).

⁷*Umma* – palavra árabe que pode ser traduzida como comunidade islâmica. (NT).

Maomé) como meus guias; então, talvez a *Umma* não esteja satisfeita com eles” (F&S, p. 11-12). Em um texto de 2015, escrevi que Nazira

estava especialmente irritada com aqueles cujas opiniões sobre mulheres e gênero ela elogiara em seu livro, e que a atacaram. Ela se dirige aos xeiques na segunda pessoa do plural, muitas vezes tratando-os por “Senhores” e, às vezes, quando irritada com seus insultos, de “xeiques oponentes” ou “lançadores de flechas”. Esses xeiques detinham influência moral no Mediterrâneo oriental e poucas pessoas ousavam questionar sua autoridade (cooke, 2015, p. 120).

Percebendo que eles tentavam se distanciar da polêmica, ela zombava de sua hipocrisia: não estariam eles cientes do dano que estavam causando à sua sociedade? Nazira os aconselhava a reexaminar suas noções biológicas de gênero e os advertia a abrir espaço para as influências determinantes da história, da cultura e da sociedade.

Suas críticas mais duras foram reservadas para o Xeique Mustafa al-Ghalayini (1886-1944), presidente do tribunal libanês de justiça para a minoria muçulmana e professor do Colégio Islâmico de Beirute. Nazira o chamou de “líder dos oponentes” por ser aquele que teria instigado grande parte das críticas negativas. Meses depois de receber uma cópia do livro, ele escrevera uma réplica de 194 páginas intitulada *Parecer sobre o livro “Desvelar e velar” atribuído à Senhorita Nazira. Zeineddine* (F&S, p. 251). Ele alegava que colegas lhe haviam solicitado que apontasse os problemas do livro e ele concordara. Em um sermão de sexta-feira, na mesquita Majidiya, em Beirute, ele repreendeu Nazira por ela afirmar saber mais do que estudiosos como ele. Como era possível que ela pedisse “aos franceses para intervir em assuntos privados dos muçulmanos?” Ao contrário dele, ela não estava autorizada a falar em nome das mulheres muçulmanas (Al-Ghalayini, 1928, p. 3, 24, 29, 33). Ele faz a defesa de um livro seu de 1908, criticado por Nazira por suas contradições. Ela escreveu que, ao se dirigir ao Controlador Geral inglês no Egito, Lord Cromer, ele se gabara dos direitos desfrutados pelas mulheres árabes depois que o Islã proibiu injunções como o enterro de meninas vivas, os direitos de homens se casarem

com dezenas de mulheres e de herdarem mulheres após a morte de seus maridos. Ele alegara que o *hijab* não era islâmico e que os rostos cobertos das mulheres chamam mais atenção do que quando descobertos. Ao se dirigir às mulheres muçulmanas, no entanto, ele pedira modéstia e o uso do *hijab*. Melindrado com a depreciação de seu livro de 1908 por Nazira, ele afirmou imodestamente que “a pesquisa sobre mulheres muçulmanas em nosso livro era do mais alto calibre. De fato, foi reimpresso no Egito em 1926” (al-Ghalayini, 1928, p. 24-25). Alega-se que ele teria admitido privadamente que, caso ela não tivesse criticado aquele livro, ele não o teria refutado (cooke, 2010, p. 77).

Incomodada com a palavra *atribuído*, ou seja, com a presunção de que não fora ela, mas nove pessoas indoutas que teriam escrito o livro, Nazira retrucou longamente. Ela se envaidecia do insulto de que uma simples jovem como ela, “formada em escolas seculares e conventuais, seria incapaz de escrever tal obra, de abranger a *Sunna* e de compreender os versos do Alcorão. E ele se dirigiu a mim e disse: Nazira Zeineddine, essas são as pessoas que escreveram teu livro e o adornaram” (F&S, p. 16; ver cooke, 2010, p. 39-44, p. 69-73).

Ela enfrentou outros críticos, recomendando que, antes de criticá-la, os xeiques deveriam ler o Alcorão que, como ela havia argumentado, do princípio ao fim afirma a inteligência e os direitos das mulheres. Ela é mordaz em seu sarcasmo: “Senhores e xeiques oponentes, vocês deveriam ler mais antes de escrever seus livros e cartas repreendendo o comportamento da Jovem, para saber o que disse nosso Mestre Ali, o Líder dos Fiéis, sem precisar depender dos missionários” (F&S, p. 41). Não, ela não consultara os missionários, mas tem certeza de que seus oponentes o fizeram. Ali estava uma mulher de 20 anos, sem credenciais islâmicas formais, derramando desdém sobre conhecidos e respeitados xeiques que, como ela o fez, deveriam ter memorizado o Alcorão.

Ela os repreendeu por aceitarem sem questionar e citarem alguns *hadiths* sobre mulheres que deviam ser questionados. O Profeta jamais poderia ter dito que as mulheres carecem de religião e razão, pois nutria alta estima

pelas mulheres. Não havia ele afirmado que o Paraíso repousa sob os pés das mãos e que o que ele mais amava eram perfumes, orações e as mulheres? O mais importante, no entanto, é que os religiosos eruditos deveriam saber que quando um *hadith* contradiz o Alcorão, ele está errado. A palavra não mediada de Deus supera qualquer coisa, inclusive um feito ou uma declaração do Profeta relatada por um simples, ainda que ilibado, mortal.

Repetidas vezes ela destaca trechos de seu trabalho que os xeiques citaram erroneamente ou usaram ou interpretaram de forma inadequada. Ao contrário da riqueza anterior de citações do Alcorão e de *hadiths*, que não são referenciadas especificamente, ao mencionar as reações de catedráticos e de xeiques ao seu livro, ela aponta páginas específicas em seus escritos e fornece cadeias de autoridades para provar a confiabilidade de certos *hadiths* relacionados a um argumento que ela está sustentando.

A arrogância vislumbrada no primeiro livro tornou-se mais pronunciada. Ela incluiu dezenas de páginas de citações positivas de *Desvelar e velar*. Ao descrever um encontro seu com um grupo que ela chama de “mulheres muçulmanas ilustradas”, Nazira cita uma mulher não identificada que recebe quatro páginas para produzir citações literais do livro. Ela zomba de al-Ghalayini, escrevendo “pobre Xeique, ele não conseguiu refrear sua alma raivosa de buscar vingança. Nada encontrando em seu livro, exceto o que está concorde com a religião, a razão e o bem-estar dos muçulmanos, ele inventou coisas.” O que Xeique Salim Hamdan estava pensando quando afirmou que o *hijab* é islâmico? Ele transformou sua opinião em lei, mesmo sabendo que mulheres de outras religiões usam véu (F&S, p. 256-260).

Em um espírito de abertura ao diálogo, ela desafiou seus oponentes a trazer provas do Alcorão de que os rostos deveriam ser cobertos. Ela consideraria essas provas, mas apenas se elas não fossem fundadas no verso sobre modéstia e sobre desviar o olhar do sexo oposto. Como o versículo se dirigia tanto a homens quanto a mulheres, eles teriam que exigir também dos homens que cobrissem seus rostos. Se os homens se recusarem a cobrir o rosto e ainda assim o querem impor às mulheres, “então rogo a vocês que reconheçam que a justiça e o respeito pela religião que vocês professam

nada mais eram que um ardil para permitir que oprimissem sua mãe, sua irmã, sua esposa e agissem injustamente com elas” (F&S, p. 182-183).

Ela citou vários *hadiths* sobre mulheres muçulmanas sem véu em torno de Maomé e então perguntou: “Senhores, vocês leram no Livro ou em um *hadith* alguma prescrição contra tirar o véu? Certamente não! Então, se não encontraram tal prescrição, encontraram alguma sobre cobrir o rosto? Mais uma vez, certamente não! Então, por que desobedecem ao mandamento de Deus e do Profeta? Quando um homem cobre o rosto de uma mulher, senhores, ele comete uma forma de injustiça” (F&S, p. 186-189).

Ela se mostra evidentemente encantada com a acusação de que seria impossível a uma Jovem ter escrito o livro. Era inconcebível, para eles, que uma jovem que seria, afinal, carente de religião e razão, pudesse escrever tal tomo; portanto, assumiram ser obra de muitos homens. Para ela, tais acusações ridículas confirmavam “que são os homens os que carecem de razão e que a senhorita Nazira Zeineddine é a mais erudita entre os eruditos do passado e do presente e só ela pode ocupar o trono do conhecimento e da compreensão. Ela foi capaz de entender os versículos de Deus e interpretar aqueles relacionados com o véu” (F&S, p. 15). Notável soberba, mas justificada!

A busca por Nazira e seus livros

Como pôde um livro que “redefiniu os termos do conflito entre as elites religiosas e o movimento de mulheres por pelo menos uma década” (Thompson, 1999, p. 127) ter saído de circulação?⁸ Como pode ter desaparecido esta Jovem audaciosa e com ela o apelo tantas vezes reiterado

⁸ Não é incomum uma obra explosiva desaparecer, ter suas ideias plagiadas, e sua autora ou autor esperar séculos para ser descoberta, se o for. Veja-se, por exemplo, Ernst von Lasaulx (1805-1861), um dos idealizadores do conceito de era axial junto com Weber, que desapareceu enquanto estes eram celebrados. Seu livro *Neuer Versuch einer alten auf die Wahrheit der Thatsachen gegründeten Philosophie der Geschichte* (Nova tentativa de uma velha filosofia da história baseada na verdade dos fatos), de 1856, sumiu da história, até que Hans Joas o ressuscitou em um livro de 2012 coeditado com Robert Bellah, intitulado *The Axial Age and its Consequences* (Harvard, 2012), mostrando que von Lasaulx havia desenvolvido a ideia um século antes de Karl Jaspers, considerado o pioneiro do termo em seu livro de 1949, *On the Origin and Goal of History* (Joas, 2012).

à liberdade de religião, de conhecimento, de arbítrio e à libertação das mulheres, que levará à renovação da sociedade?

A historiadora Elizabeth Thompson acredita que catedráticos como al-Ghalayini desconsideraram o argumento social e político mais amplo do livro, ao destacar debates prescritivos sobre se as escrituras islâmicas impunham ou não o véu. Com efeito, ao construir a questão do véu como uma questão prescritiva, Zayn al-Din [também conhecida como Zeineddine] entrou diretamente no jogo dos eruditos muçulmanos conservadores e se colocou – e a todas as demais mulheres – em uma desastrosa desvantagem (Thompson, 1999, p. 135, 136).

Vigilantes conservadores intimidavam as mulheres jogando ácido nas que caminhavam sem véu nas ruas. Em meados da década de 1930, muitos xeiques na Síria e no Líbano haviam reduzido a questão do *hijab* a um simples binário: aqueles que o apoiavam eram bons muçulmanos; os que se opunham eram colaboradores dos franceses.

Como pôde a primeira mulher a publicar um livro sobre os direitos das mulheres no Islã ter sido esquecida? Seu nome era conhecido nos círculos feministas islâmicos do final do século 20 e início do século 21, mas em 2007, quando comecei minha pesquisa, poucas pessoas sabiam ou, ao que pude apurar, importavam-se em saber quem ela era e o lhe acontecera depois de seus dois livros terem enfurecido as autoridades muçulmanas do Líbano e da Síria nas décadas de 1920 e 1930.

Quando os editores da Oneworld me convidaram para escrever uma biografia para a série *Makers of the Muslim World*, escolhi Nazira Zeineddine. Eu acreditava que uma pesquisa focada revelaria o paradeiro da autora e de suas obras. Mas o projeto foi muito mais difícil do que eu imaginava. Em nenhum lugar encontrei menção de onde ela morou no Líbano ou do que ela fez depois que seus dois livros *Desvelar e velar* e *A jovem e os xeiques* criaram alvoroço. Eu sabia que seu pai, Said Bey Zeineddine, era um juiz otomano formado em Istambul e, portanto, considerado na época muçulmano sunita. Ele exercera a advocacia em vários lugares na Turquia, Síria e Palestina e acabara em Beirute. Uma pesquisa de campo na região emperrou no início, mas logo começou a responder a essas perguntas. Embora Said Bey

Zeineddine não tenha deixado rastros na Turquia, ele o fez no Líbano. Em 2008, eu soube que uma cidade drusa no Monte Líbano chamada Baaqlin estava comemorando o centenário do nascimento de Nazira. Embora o resto da sociedade libanesa se havia esquecido dela, um professor druso do ensino médio de Baaqlin, Nabil Abu Matar estivera escrevendo um livro sobre Nazira desde o início dos anos 1980. Quando ele morreu, em 1995, antes de terminar o livro, sua esposa Hayat retomou de onde ele havia parado e publicou o livro a tempo para o colóquio de agosto (Abu Matar, 2008).

Voei a Beirute, onde conheci pessoas que a conheciam por seus escritos ou pessoalmente. Uma delas era Aida al-Jawhari, uma acadêmica que, no ano anterior havia publicado o primeiro livro sobre Nazira e seus escritos (al-Jawhari, 2007). Três outras pessoas eram membros de sua família: dois filhos que emigraram para a Itália quando adolescentes e um sobrinho chamado Said Zeineddine em homenagem ao tio, pai de Nazira. Entrevistei todas essas pessoas e até acompanhei a acadêmica e o sobrinho a Ayn Qani.

Soube que, em 1938, Nazira se casou com Shafiq al-Halabi, renomado druso de Baaqlin, que fora governador de Beirute durante a Segunda Guerra Mundial. Com o casamento, sua já vacilante carreira intelectual foi interrompida. Ao entrevistar seus filhos, comecei a perceber a vida na família al-Halabi. O filho mais novo de Nazira, Arij, lembrou que, ao voltar da escola, sempre encontrava a casa “cheia de gente importante”, e que sua mãe se reunia com até 300 pessoas por dia.

As pessoas procuravam meu pai para resolver disputas, principalmente entre drusos e cristãos. Não era um ambiente confortável para as crianças, então escapávamos para brincar com os amigos ou para caçar. Lembro que Alfred Naqqash, presidente do Líbano, brincava comigo e me deixava montar em suas costas. Nosso pai era severo. Não brincava nem contava piadas. Não queria que seus filhos entrassem na política. Nosso pai era muito rigoroso com os horários das refeições: almoço às 12h em ponto e jantar às 7h. Conversava-se muito pouco à mesa. Nosso pai não estava interessado em nós porque éramos muito pequenos. Não ajudava com o dever de casa, nossa mãe ajudava. Depois do jantar, ele se retirava para seu quarto, que também servia de escritório, e fechava a porta.⁹

⁹ Entrevista, 10 de agosto de 2008.

O irmão de Arij, Nabil, expressou o mesmo tipo de distanciamento de seus pais. Ele ouvira falar que sua mãe prestara bons trabalhos para a Cruz Vermelha e organizações de mulheres. No entanto, ele sabia tão pouco sobre o passado feminista de sua mãe que, quando uma passagem de *Desvelar* e *velar* foi trabalhada em sua turma do ensino médio, ficou surpreso em saber que sua mãe já tivera uma vida exterior à sua casa de infância. Ele ficou constrangido ao admitir que não conseguia entender a passagem – o árabe clássico de sua mãe estava muito além do árabe do ensino médio.

Embora os filhos tivessem apenas lembranças vagas sobre a mãe, o sobrinho, Said, assumiu a tarefa de coletar tudo a ver com sua tia, inclusive um grande maço de cartas de todo o mundo. As entrevistas com esses três homens preencheram a lacuna existente entre a publicação dos dois livros de Nazira e sua morte, em 1976. Comecei a juntar as peças do quebra-cabeça da história, dos escritos e da época dessa mulher.

Nazira era a mais velha de quatro filhos de uma célebre família drusa. Nascida em Istambul e educada em escolas francesas em Beirute,¹⁰ ela aprendeu sobre o Islã com seu pai e seu círculo de eminentes conhecidos homens de letras e religiosos. Said Bey Zeineddine promovia regularmente encontros de portas abertas em sua casa ancestral em Ayn Qani, uma aldeia drusa nas montanhas Chouf acima de Beirute. Numa época em que as meninas eram educadas para ficar em casa e aprimorar-se nas artes domésticas, Nazira frequentava o salão do pai. No final da adolescência, ela dava palestras em Beirute sobre os direitos das mulheres no Islã.

Em 1923, quando tinha quinze anos, ela ouviu falar de ativistas feministas no Egito e se correspondeu com Huda Shaarawi. Quando, em 1927, os xeiques sunitas em Damasco emitiram uma *fatwa* contra a retirada do véu, Nazira organizou seus argumentos contra a *fatwa*. Ela não estava só na luta contra as autoridades religiosas e sua pretensão de saber melhor o que o Alcorão e a Sunna exigiam dos muçulmanos. Enquanto desenvolvia

¹⁰ Arij disse-me que sua mãe foi a primeira menina libanesa a obter o bacharelado francês (entrevista em 10 de agosto de 2008).

seu trabalho apoiada no de mulheres e homens feministas egípcios, ela estava cercada por feministas libanesas que exigiam seus direitos como mulheres e cidadãs plenas de seu país.

Por que ela foi tão rapidamente esquecida mesmo em sua terra natal? Emily Fares Ibrahim, em seu *Adibat lubnaniyat* (Escritoras libanesas), de 1961, fornece biografias de mulheres que ela considerava as dezesseis mais importantes escritoras feministas que viveram entre 1838 e 1960, incluindo Zaynab Fawwaz (1850-1914), Labiba Hashim (1882-1952) e Mayy Ziyada (1886-1941). Ela elogia suas conquistas e demandas por igualdade no que chama “nossa literatura feminista” (Ibrahim, 1961, p. 140). Surpreendentemente, ela jamais menciona Nazira, essa proeminente intelectual libanesa e pioneira do feminismo islâmico, quem ela pode ter conhecido, já que ambas moravam em Beirute na mesma época. Em um documentário de 2014, Aida al-Jawhari¹¹ sugere que um possível motivo foi que ela ter deixado de escrever após a publicação de *A jovem e os xeiques*. Mas há muitos escritores que não publicam nada depois de um livro notável e nem por isso são esquecidos.

Há outras razões para a repressão da memória de Nazira. Como filha de um juiz otomano, Nazira reivindicara uma autoridade muçulmana sunita que lhe permitiria arbitrar o que era islâmico e o que não era. Ironicamente, porém, ao afirmar que o *hijab* não era islâmico, ela transformou a polêmica do *hijab* em uma questão civil que poderia ser julgada pelos franceses, aos quais ela poderia pedir apoio. Os franceses tornaram-se o terceiro elemento entre proponentes e opositores do *hijab*. Eles eram secularistas cujo compromisso com a neutralidade em questões religiosas, ela pensou na época, os tornaria aliados na luta contra o *hijab*.

Nazira não apenas apelou para a intervenção dos colonizadores franceses, como também não temeu apresentar modelos de feminilidade ideal que não fossem muçulmanos nem árabes. Ela fez referência a mulheres ocidentais que não usam véu e são respeitadas, podendo desempenhar papéis importantes em sua sociedade. Com base em sua experiência na escola do convento, ela

¹¹ *Nazira Zeineddine* documentário de Aida al-Jawhari. (Em árabe). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SVpQGB_IARw

escreveu sobre freiras que, apesar de não cobrirem o rosto, não são tratadas pelos homens muçulmanos carentes de razão e religião e os pais enviam seus filhos para as escolas das freiras (S&H, p. 134, 138). Se essas escolas eram consideradas as melhores, então deveriam ser emuladas:

A melhor maneira de construir as melhores escolas para árabes e islâmicos é copiar as melhores escolas e universidades estrangeiras como Oxford, Sorbonne, Columbia, Princeton e Harvard, onde as mentes são livres para elevar-se aos céus, iluminadas por novos conhecimentos e atentas às forças iluminadoras que Deus lhes deu, purificadas dos germes de moléstias estagnantes ou costumes antiquados que são um desastre para o Oriente (F&S, p. 40).

Essas escolas estrangeiras poderiam inspirar autonomia cultural, social e política, o caminho do verdadeiro nacionalismo, um compromisso com uma nação que dá às mulheres o direito de cultivar suas mentes. Embora Nazira pensasse que poderia trabalhar tanto no sistema francês quanto no islâmico, ela acabou fracassando. Poucos catedráticos islâmicos se convenceram de que suas demandas por mudança nas normas e valores de gênero eram baseadas em uma plena compreensão do Islã, e não na emulação de modelos europeus. Alguns a tacharam de traidora e, como já mencionado, Xeique al-Chalayini liderou a acusação de que o livro não seria dela – ela teria emprestado seu nome a um livro escrito pelos missionários.

Mas *Desvelar e velar* não é um trabalho missionário. Falta-lhe o projeto central do colonialismo: menosprezar a sociedade a ser penetrada e possuída. O estratagema europeu era usar a opressão das mulheres como medida do calibre intelectual da sociedade e do valor espiritual de sua religião. Uma sociedade na qual os homens são autorizados a discriminar suas mulheres só pode ser salva para a civilização universal por meio da mediação de um agente externo e civilizado, ou seja, o colonizador.

Nazira não afirmou que os homens eram incivilizados ou que havia algo de errado com a sociedade muçulmana. O problema residia nos xeiques. Esses é que não entendiam que a família e a nação só podem melhorar elevando e preparando suas mulheres para serem plenamente humanas. As mulheres devem ser consideradas irmãs e parceiras (S&H, p. 52, 59, 85, 113).

Espelhando-se no Alcorão, em Maomé, mas também em John Stuart Mill, ela defendia a igualdade intelectual e espiritual entre mulheres e homens e o direito daquelas de participar dos assuntos domésticos e da sociedade. Antecipando os argumentos das feministas do final do século 20 ela declarou que a criação, e não a natureza, era responsável por qualquer carência nas mulheres.

Em *Nazira Zeineddine: pioneira do feminismo islâmico*, acrescentei outro motivo para o apagamento de Nazira da história: uma mudança radical na política libanesa (cooke, 2010, p. 104-105). Após o colapso caótico e a dissolução do Império Otomano, em 1922, e a apropriação da Síria e do Líbano como territórios da França, após a Primeira Guerra Mundial, a afiliação confessional tornou-se um jogo político. Os drusos, que até então tinham poder no Líbano, foram desbancados pelos maronitas como resultado de um censo de 1932 instigado pela França. O censo buscou determinar as posições políticas nacionais em termos do tamanho comparativo das dezessete diferentes comunidades religiosas do país. Foi o primeiro e último censo desse tipo realizado e desde o início foi contestado. Os franceses anunciaram os resultados do censo: seus protegidos, os maronitas, eram os mais numerosos e, portanto, deveriam ser nomeados para os mais altos cargos do sistema político do país. Os próximos mais numerosos foram os sunitas, seguidos pelos xiitas e só depois pelos drusos. O censo concedeu aos drusos poderes e influência nacional limitados e, sobretudo, fixou a identidade drusa como heterodoxa. Os drusos já não podiam falar em nome do Islã sunita, como pai e filha Zeineddine haviam feito. Nazira referia-se a si mesma como uma jovem muçulmana em ambos os textos e o fazia para provar sua autoridade e direito de defender os direitos das mulheres no Islã, contra as reivindicações dos homens de que uma boa muçulmana deve cobrir o rosto e calar a boca. Três anos após a publicação de *A jovem e os xeiques*, no qual ela zombou da crítica de seu oponente mais poderoso, o Xeique al-Ghalayini, sua identidade religiosa recém fixada suplantou sua afirmação de ser muçulmana. As autoridades religiosas que atacaram sua posição ideológica, senão a solidez de seu argumento, podiam esquecer essa pedra em seu sapato e os apoiadores dela permaneceram em silêncio.

O destino de Nazira como intelectual esquecida pode ser comparado ao desaparecimento do psicanalista e sociólogo alemão Erich Fromm. Neil McLaughlin escreve que a “construção social de reputações intelectuais pode ser compreendida segundo variantes de quatro modelos: (1) clima da época; (2) geografia/tradições nacionais; (3) prestígio institucional e (4) características pessoais” (McLaughlin, 2017, p. 217). Cada variante responde de forma diferenciada pela ascensão de um intelectual à fama e seu subsequente mergulho no esquecimento. Como Fromm, o declínio final de Nazira deveu-se ao “peso da intensa hostilidade” e à falta de uma comunidade intelectual emotivamente engajada em promover e desenvolver o “desafio às ortodoxias” lançado por ela (p. 239-240). Não seria antes da década de 1990 que sua indignação com a misoginia das chamadas autoridades islâmicas seria captada por feministas islâmicas, quase todas as quais, no entanto, deixaram de reconhecer seu trabalho inovador.

Em 18 de janeiro de 1974, dois anos antes de sua morte, Nazira deu uma entrevista a Saad Sami Ramadan que indicava o quanto ela havia mudado ao longo desses quarenta e quatro anos. Sua primeira pergunta foi: “O que te fez lembrar de mim? Vivo longe das luzes e de qualquer atividade que valha a pena mencionar. Mas obrigada pela visita que ressuscita do passado distante as imagens dos meus esforços para libertar as mulheres árabes.” Ela o lembrou dos muitos intelectuais árabes importantes que elogiaram seu livro, incluindo o poeta iraquiano al-Rusafi, que escreveu liricamente sobre como ela havia golpeado os costumes que sustentavam uma “prisão repugnante para as mulheres”. Por que – perguntou Ramadan – ela decidira escrever? Ela respondeu que queria ajudar sua sociedade. Seu sonho era ser uma médica que pudesse ajudar na epidemia de mortes no parto, mas nenhuma faculdade de medicina na década de 1920 aceitava mulheres; então, sua única alternativa era escrever. No entanto, depois do casamento ela não podia escrever, porque o papel da mulher era em casa. Ela admitiu que as mulheres sem obrigações domésticas poderiam trabalhar. As mulheres devem participar da política votando, mas não devem se tornar politicamente ativas porque “os partidos políticos corrompem as

mulheres”. Respondendo à pergunta final sobre quem a impressionou como a mais eloquente voz em defesa dos direitos das mulheres à liberdade, ela mencionou Atatürk, o fundador da República Turca, porque ele creditou suas vitórias sobre os inimigos a seus soldados e a “arrancar o véu dos rostos das mulheres” (Ramadan, 1974, p. 16-17). Embora tenha mencionado as feministas árabes, incluindo Huda Shaarawi, em seus livros e nesta entrevista, ela escolheu exaltar um homem como o mais ardoroso defensor dos direitos das mulheres porque este se orgulhava de ter se oposto ao *hijab* e, assim, trazer modernidade para sua incipiente república.

Quando Nazira morreu, durante o segundo ano da guerra civil libanesa (1975-1990), não houve grande funeral. A jovem que atraía grande atenção para as interpretações misóginas das escrituras islâmicas, que enfureceu os xeiques no final da década de 1920 e abriu uma brecha em sua sociedade, caía no espaço escuro entre as linhas da história.

miriam cooke é professora emérita de Cultura Árabe na Duke University, EUA. Foi professora visitante na Tunísia, Romênia, Indonésia, Qatar e Turquia.

✉ mcw@duke.edu

Referências

1. ABU MATAR, Nabil; ABU MATAR, Hayat. *Nazira Zayn al-Din ra'ida fi al-taharrur al-niswi* (Nazira Zeineddine: pioneira da liberação das mulheres). Beirut: Dar al-Taqaddumiya, 2008.
2. AHMED, Leila. *Women and gender in Islam: Historical roots of a modern debate*. New Haven: Yale University Press, 1992.
3. AL-GHALAYINI, Mustafa. *Nazarat fi kitab al-sufur wa al-hijab al-mansub ila al-anisa Nazira Zeineddine* (Parecer sobre o livro 'Desvelar e velar' atribuído à Srta. Nazira Zeineddine). Beirut: Quzma, 1928.
4. AL-GHALAYINI, Mustafa. *Al-Islam ruh al-madaniya aw al-din al-islami wa al-Lurd Krumer* (O Espírito de Civilização do Islã ou a Religião Islâmica e Lord Cromer) Beirut: Quzma, 1908.
5. AL-JAWHARI, Aida. *Ramziyat al-hijab: mafahim wa dalalat* (O simbolismo do *hijab*: conceitos e significados). Beirut: Markaz Dirasat al-Wahda al-Arabiya, 2007.

6. BADRAN, Margot; COOKE, Miriam. *Opening the gates: a century of Arab feminist writing*. Londres: Virago, 1990.
7. COOKE, miriam. *Nazira Zeineddine: pioneer of Islamic feminism*. In: BRUCE, S.; SMITS, K. (ed.). *Feminist moments: reading feminist texts*. Londres: Bloomsbury, 2015. p. 115-122.
8. COOKE, miriam. *Nazira Zeineddine: a pioneer of Islamic feminism*. Oxford: Oneworld, 2010.
9. HUSAYN, Taha. 1929 *Al-ayyam* (Os dias, vol.1) Cairo: [S. ed.], 1929.
10. IBRAHIM, Emily F. *Adibat lubnaniyat* (Escritoras libanesas). Beirut: Dar al-Rihani, 1961.
11. JOAS, Hans. The Axial Age debate as religious discourse. In: BELLAH, R. N.; JOAS, H. (eds.). *The Axial Age and its consequences*. Cambridge: Belknap Press, 2012. p. 9-29.
12. MCLAUGHLIN, Neil. How to become a forgotten intellectual? Intellectual movements and the rise and fall of Erich Fromm. *Sociological Forum*, v. 13, n. 2, p. 215-246, 1998.
13. MILL, John Stuart. *The Subjection of women*. Londres: Longman, Green, Reader, and Dyer, 1869.
14. RAMADAN, Saad Sami. *Nazira Zeineddine: political parties corrupt women*. *Al-Hasna'*, n. 645, 1974.
15. SAID, Amina. Feast of Unveiling. In: BADRAN, M.; COOKE, m. *Opening the gates: a century of Arab feminist writing*. Londres: Virago, 1990/1973.
16. SPIVAK, Gayatri C. Can the subaltern speak? In: WILLIAMS, P.; HEMEL, L. C. (ed.). *Colonial discourse and Post-Colonial Theory: a reader*. Hempstead: Harvester, 1993.
17. THOMPSON, Elizabeth. *Colonial citizens: republican rights, paternal privilege, and gender in French Syria and Lebanon*. Nova York: Columbia University Press, 1999.
18. ZEINEDDINE, Nazira. *Al-sufur wa al-hijab*. Muhadarat wa nazarat fi tahrir al-mar'a wa al-tajaddud al-ijtima`i fi al-`alam al-islami (Desvelar e velar. Lições e perspectivas sobre a liberação das mulheres e a renovação social no mundo islâmico). Damasco: Dar al-Mada, 1998a/1928.
19. ZEINEDDINE, Nazira. *Al-fatat wa al-shuyukh*: Nazarat wa munazarat fi al-sufur wa al-hijab wa tahrir al-`aql wa tahrir al-mar'a wa al-tajaddud al-ijtima`i fi al-`alam al-islami (A jovem e os xeiques. Perspectivas e debates sobre 'Desvelar e velar' e a liberação do intelecto, a liberação das mulheres e a renovação social no mundo islâmico). Damasco: Dar al-Mada, 1998b/1929.

Recebido: 28 jun. 2022.

Aceito: 14 dez. 2022.





Homenagem
Artigos
Interfaces
Resenhas

Em favor das associações: uma homenagem à sociologia de Bruno Latour (1947-2022)

Jalcione Almeida* 

Ângela Camana** 

Lorena Cândido Fleury* 

Marília Luz David* 

Camila Dellagnese Prates*** 

Gabriel Bandeira Coelho*[‡] 

Resumo

Bruno Latour é parte de uma geração de pesquisadoras e pesquisadores que se propuseram a transformar por completo a maneira como as Ciências Sociais investigam e analisam a produção de ciências e tecnologias. A hesitação diante de verdades monolíticas e a reverência ao trabalho de campo nos parecem marcas importantes da heterogênea obra latouriana e se fazem ver de forma explícita nos seus estudos em laboratórios científicos, quando o autor passa a se dedicar às ciências e às técnicas, temáticas então efervescentes. O empreendimento intelectual

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

** Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

*** Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil.

[‡] Pesquisadoras e pesquisadores do grupo de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade – Temas (www.ufrgs.br/temas). Este grupo está vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e em Desenvolvimento Rural (PGDR), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

latouriano, a despeito de (ou, justamente, em função de) seu caráter heterogêneo e interdisciplinar, sublinha a importância da dúvida e da hesitação diante do que se apresenta como fato. Se esse tensionamento é colocado nos estudos de laboratório e na fabricação de verdades científicas, há que se registrar que as Ciências Sociais não passam incólumes a essa crítica: o gesto interpretativo de Bruno Latour estremece a sociologia dominante estabelecida. Ao fazermos, aqui, uma homenagem a esse importante autor, interessa-nos realizar um sobrevoo na sua vasta vida intelectual. Essa tarefa, contudo, exige cautela. Não pretendemos expor toda sua obra, mas compilá-la em movimentos que julgamos relevantes para animar novas perguntas às pesquisas sociológicas contemporâneas.

Palavras-chave: Bruno Latour, Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia, giro ontológico, Teoria Ator-Rede, atores humanos e não humanos.

In favor of associations: a tribute to Bruno Latour's (1947-2022) sociology

Abstract

Bruno Latour is part of a generation of researchers who intended to completely change the way Social Sciences investigate and analyze the production of science and technology. The hesitation before monolithic truths and the reverence for fieldwork constitute key features of Latourian's heterogeneous work, which are explicit in his studies within scientific laboratories, when the author starts to focus on science and techniques, then hot topics. The Latourian intellectual enterprise, despite (or precisely because of) its heterogeneous and interdisciplinary character, underlines the importance of doubt and hesitation before what is presented as a fact. If such tension is placed in laboratory studies and in the fabrication of scientific truths, Social Sciences do not pass this criticism unscathed: Bruno Latour's interpretive move shakes the established dominant sociology. As we pay homage to this important author here, our interest is looking over his vast intellectual life. Such a task, however, requires caution. Without intending to expose all of his work, we aim to compile it through movements that we deem relevant to animate new questions for contemporary sociological research.

Keywords: Bruno Latour, Studies on Science, Technology and Society, ontological turn, Actor-Network Theory, human and non-human actors.

O despertar do domingo, dia nove de outubro de 2022, foi intempestivo. Mensagens começaram a romper o silêncio da manhã, no horário oficial do Brasil. Como o impacto de toda má notícia leva um tempo a ser assimilado, com essa não foi diferente: falecia Bruno Latour, filósofo, antropólogo, sociólogo, epistemólogo, etnólogo e ecologista político, um verdadeiro “passador de fronteiras” acadêmicas e disciplinares.

Ao fazermos uma homenagem a esse importante autor, neste texto, interessa-nos realizar um sobrevoo na sua vasta vida intelectual. Essa tarefa, contudo, exige cautela. Não pretendemos expor toda sua obra, mas a compilamos em movimentos que julgamos relevantes para animar novas perguntas às pesquisas sociológicas contemporâneas. Nesse sentido, o texto é dividido em cinco partes, além dessa breve introdução. Na primeira, demonstramos a relevância da abordagem socioantropológica latouriana no contexto de formação dos Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT); na segunda, elucidamos a tese mais expressiva do autor, “jamais fomos modernos”, e seu posto no respectivo movimento do giro ontológico; na terceira parte estão seus diálogos com o antropoceno; na quarta, realizamos a exposição de como algumas pesquisas oriundas do grupo Temas/UFRGS têm mobilizado diálogos com o autor. O texto é finalizado indicando algumas inspirações latourianas à Sociologia brasileira.

A reinvenção dos estudos sobre ciência e tecnologia

Bruno Latour é parte de uma geração de pesquisadoras e pesquisadores que se propuseram a transformar por completo a maneira como as Ciências Sociais investigam e analisam a produção de ciências e tecnologias. É em Dijon – na província, portanto – que Latour realiza sua formação inicial em Filosofia, em um curso tradicional e com destacado apelo aos clássicos. Em 1973, a realização do serviço militar em Abidjan, na Costa do Marfim, o impele às Ciências Sociais: ao buscar, em uma pesquisa inicial, compreender as dinâmicas que envolviam empregados marfinenses e empresários franceses, o trabalho de investigação em campo produziu novos

caminhos metodológicos e interpretativos. Esse primeiro trabalho de pesquisa permitiu a Latour ver as “relações assimétricas de poder” incrustadas nas gestões capitalistas supostamente neutras da França pós-colonial (Howles, 2022). Em seu retorno à França, em 1975, Latour defende sua tese de doutorado, cujo tema versa sobre a exegese no Evangelho, questionando a noção de verdade religiosa (Dosse, 2018).

A hesitação diante de verdades monolíticas e a reverência ao trabalho de campo nos parecem marcas importantes da heterogênea obra latouriana e se fazem ver de forma explícita nos seus estudos subsequentes em laboratórios científicos, quando o autor passa a se dedicar às ciências e às técnicas, temáticas então efervescentes. Entre o final dos anos de 1970 e início da década de 1980 foram publicados os pioneiros “estudos de laboratório”, etnografias que, pela primeira vez, tornaram laboratórios *locus* de investigação sociológica (Latour; Woolgar, 1997; Collins, 2009; Knorr Cetina, 2005; Lynch, 1985; Traweek, 1988). Esses trabalhos compartilham, em especial, as críticas à possibilidade de um conhecimento desinteressado e absolutamente neutro e a proposta de abordar o laboratório como espaço privilegiado para a observação direta da produção de conhecimento. A partir de um olhar etnográfico, tal abordagem privilegia a análise da ciência enquanto ela é feita – a “ciência em ação”, expressão eternizada em título de livro em 1997 – como um conjunto de práticas material e culturalmente situadas (Haraway, 1992).

Tais estudos foram precedidos pelos trabalhos de Karl Mannheim (1972) e Ludwig Fleck (2010), reconhecidos como precursores do campo no início do século 20, assim como por contribuições posteriores de Thomas Kuhn (2010) e Robert Merton (2013), que redirecionaram o enfoque do conteúdo teórico e a coerência do conhecimento científico para os fatores sociais de sua produção. No início dos anos de 1970, o Programa Forte de David Bloor (2009) e suas críticas à Sociologia do Conhecimento foram fundamentais para a emergência dos primeiros estudos de laboratório, pois redefiniram as fronteiras desse campo ao propor que não somente o conhecimento considerado falso, mas também o verdadeiro – inclusive o científico –

deveria ser explicado sociologicamente. Nessa perspectiva, forçoso seria considerar as condições sociais de produção do conhecimento e recorrer aos mesmos fatores explicativos – e.g. cultura, valores, contexto político – que, até então, eram utilizados para explicar apenas o conhecimento considerado falso ou errôneo.

Nesse contexto, a obra *Vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos*, publicada em inglês, em 1979, por Bruno Latour e Steve Woolgar, resulta de uma etnografia realizada no laboratório de neuroendocrinologia do Instituto Salk, na Califórnia (EUA). Como uma primeira geração dos “estudos de laboratório”, ela compõe a literatura fundadora do campo que viria a ser conhecido como os Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT) ou *Science and Technology Studies* (STS), em inglês. Desde suas primeiras formulações, Latour e seus colaboradores contemporâneos foram fortemente criticados por cientistas de outros campos, notadamente das ciências “duras”, por afirmarem que, assim como as relações de trabalho, os mercados, obras artísticas, culturas e representações simbólicas, Ciência – a letra maiúscula importa aqui – são socialmente construídos. Tais críticas partiam do pressuposto de que afirmar que o conhecimento científico era socialmente construído implicaria um relativismo absoluto e, em última instância, questionaria a autoridade da ciência em afirmar o que é a verdade. Para Latour, a verdade é aquela coproduzida pelos atores (actantes em sua terminologia), em diferentes contextos sociais e naturais. Essa discussão ressurgiu mais recentemente sob acusação de que os ESCT contribuíram para a era da pós-verdade. No entanto, cabe registrar, como indica Sismondo (2017), que longe de desmerecer o trabalho de cientistas, as obras de Latour e de outros autores dos ESCT valorizam e destacam o complexo empreendimento – a infraestrutura, recursos, tempo, negociações, empenho – necessário para tornar uma mera alegação em fato ou para a elaboração de uma tecnologia com pleno funcionamento.

Essas formulações iniciais foram posteriormente desenvolvidas em colaboração com autores como Michel Callon, John Law, Madeleine Akrich, entre outros, e produziram, em um campo interdisciplinar, a literatura

conhecida como Teoria Ator-Rede (TAR) ou, no inglês, *Actor-Network Theory* (ANT). Entre as obras que amadureceram as reflexões sobre como estudar a produção de conhecimento a partir da perspectiva da TAR, destacam-se o livro *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora* (Latour, 2000), publicado originalmente em 1989 (no Brasil, em 1997), e *A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos* (Latour, 2001), publicado originalmente em 1999. Um desdobramento importante foi o entendimento de que o laboratório é parte de um dispositivo mais amplo, de maneira que é necessário abranger os atores e práticas considerados parte da produção de conhecimento. Usuários de tecnologias, empresas, fontes de financiamento, agentes políticos, decisões judiciais, processos regulatórios e de definição de normas são exemplos de atores e processos, convencionalmente considerados externos à Ciência, que foram incorporados às descrições sobre como ocorre a produção de conhecimento.

Em contraponto a uma visão purificada de Ciência como algo que ocorre estritamente em laboratórios e centros de pesquisa, Latour e a abordagem da teoria ator-rede contribuíram para produzir uma visão mais complexa – e “impura” – da ciência. Em diálogo com essa abordagem, a agenda de pesquisas dos ESCT também foi direcionada para outros espaços e práticas (Jasanoff, 1990; 2004; Epstein, 1996; Bowker; Star, 2000), evidenciando que questões técnicas são, simultaneamente, questões sociais. Tais reflexões abriram espaço para reivindicações por maior participação pública na tomada de decisão técnica (Wynne, 2001) e levantaram questionamentos sobre o lugar da *expertise* em regimes democráticos (Collins; Evans, 2002).

É na esteira dos ESCT que se dá um movimento de ruptura importante com o cânone sociológico quando da publicação, em 1991, em francês, de sua célebre e amplamente conhecida obra *Jamais fomos modernos*¹, na qual problematiza a ordenação ontológica da modernidade, notadamente a separação entre natureza(s) e sociedade(s). Nessa obra, a tese defendida é a

¹ Este é o trabalho mais conhecido de Latour nos países de língua inglesa, onde foi traduzido em 1993. No Brasil, também é uma obra muito referenciada, tendo sido traduzido em 1994 pela Editora 34.

de que a modernidade é caracterizada por dois processos interdependentes: o da tradução, no qual se misturam elementos heterogêneos, humanos e não humanos, e o da purificação, por meio do qual a heterogeneidade do mundo é separada em duas zonas ontológicas distintas e com fronteiras estáveis, natureza e sociedade. A partir da historiografia da ciência (Shapin; Schaffer, 1985), Latour mostra que a ordenação ontológica instituída pela modernidade permitiu a construção de uma forma de vida comum na qual ciência e política devem estar dissociadas. Dessa maneira, estabelece-se uma divisão entre Ciência e questões epistemológicas – como espaço da produção de conhecimento desinteressado e de representações objetivas da natureza e seus mecanismos – e a Política – como espaço das disputas de poder, valores e interesses. Contudo, a crítica latouriana desestabiliza essa ordem primordial a partir dos aprendizados acumulados por suas pesquisas e pela literatura dos ESCT.

Em contrapartida, Latour aponta para a heterogeneidade de elementos necessários para a produção de conhecimento e composição de um mundo comum – ou seja, apesar do desejo moderno de separação, elementos e dinâmicas naturais e sociais se misturam a todo o momento –, para o caráter histórico e negociado das fronteiras que separam natureza e cultura e para a interdependência entre produção de conhecimento e formas de vida coletiva. Questões epistemológicas e políticas, portanto, são indissociáveis, pois escolhas sobre como conhecer o mundo e definir a sua composição são, simultaneamente, escolhas que produzem a realidade na qual vivemos. Interessa a Latour, com isso, problematizar as repercussões do projeto moderno, argumentando que este não é capaz de produzir respostas adequadas aos riscos e desafios contemporâneos que continuamente misturam natureza(s) e sociedade(s), ciência e política. Assim, é preciso pensar em outras formas de produzir conhecimento e compor um mundo em comum, reconhecendo a relação entre práticas científicas e formas de vida que elas criam e incluindo a participação de atores/actantes – humanos e não humanos – tradicionalmente excluídos das decisões políticas.

As reflexões oriundas daqueles primeiros estudos de laboratório sistematicamente conduzem Bruno Latour a um projeto intelectual crítico da ciência e da própria modernidade. Em suma, a obra latouriana propõe novos direcionamentos tanto sobre o que é a sociedade, quanto sobre a ciência que dela se ocupa. Esse tensionamento de supostas verdades universais, presentes nas ciências sociais de então, leva-nos a considerar primordialmente a relação que temos com as coisas que nos circundam, contribuição teórica e metodológica que ressoa ao longo das produções do autor.

Latour e a imaginação sociológica contemporânea

O empreendimento intelectual latouriano, a despeito de (ou, justamente, em função de) seu caráter heterogêneo e interdisciplinar, sublinha a importância da dúvida e da hesitação diante do que se apresenta como fato. Se, como identifica a seção anterior, esse tensionamento é colocado nos estudos de laboratório e na fabricação de verdades científicas, há que se registrar que as Ciências Sociais não passam incólumes a essa crítica: o gesto interpretativo de Bruno Latour estremece a sociologia dominante estabelecida.

A partir do debate nos estudos sobre ciência, Latour (2012) propõe reformulações importantes à teoria sociológica, mostrando quão problemáticas são as concepções de “construção” e de “social” habitualmente utilizadas. Com isso, a perspectiva construtivista elaborada por ele e seus colaboradores passa a incluir a participação ativa de elementos não humanos, como máquinas, materiais de laboratório, produtos químicos, planos e projetos, sistemas de vigilância e outros seres vivos que tradicionalmente não estavam inclusos em perspectivas construtivistas da Sociologia. Assim, passou-se a argumentar que era preciso reformular a concepção sociológica de construção social, de quem participa da ação e, conseqüentemente, o que constitui a ordem social (Latour, 2012).

Se, em David Bloor, a simetria ocorre na dimensão metodológica, para Latour, já em *Vida de laboratório*, a simetria passa a ser um princípio epistemológico. No limite, a simetria generalizada funda-se na crítica às análises

socioantropológicas de matriz antropocêntrica, que tendem a invisibilizar elementos outros que não os humanos quando da produção de saberes. Para Latour, não se trata de postular que artefatos ou a natureza sejam entes volitivos por si, mas sim de acreditar na capacidade dos *actantes* (nos termos de Latour), quando associados, de produzirem diferenças no mundo.

É em *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*, publicado originalmente em inglês, em 2005, e, em português, em 2012, que Latour generosamente nos conduz à proposição por ele empreendida ao longo das décadas anteriores. Mais que um tratado teórico-metodológico com vistas a encerrar a teoria em “caixas-pretas”, nessa obra Latour explora justamente os desvios e as críticas sofridas pela TAR, em uma demonstração madura de que as controvérsias não lhe são apenas uma categoria analítica. Ao sistematizar seu projeto, argumentando que a Sociologia enquanto campo do conhecimento se debruça apenas sobre o que é do domínio do social, observando-o em tudo – e, ao fazê-lo, acaba por esvaziar o próprio social –, Latour reivindica uma Sociologia que se detenha sobre as associações de atores heterogêneos (*actantes*), isto é, humanos, natureza(s), artefatos. Dessa maneira, a Sociologia daria conta de reagregar o social diluído e reassociá-lo a elementos outros cujas capacidades de coproduzir a “realidade” até então foram ignoradas.

É, pois, a uma *associologia* que nos convoca Latour: um fazer pautado pela busca de entrelaçamentos, sempre provisórios, a serem descritos e interpretados. Aqui se torna explícito o caráter indissociável de teoria, metodologia e ética no projeto latouriano: ao defender essa *sociologia das associações*, sopesar o que pode ou não ser descrito, bem como os modos pelos quais as relações são instauradas, ele impõe aos pesquisadores e pesquisadoras uma postura ciente de si e da provisoriabilidade de seu fazer. Em última instância, o que está em jogo no programa epistemológico latouriano é um tensionamento do mundo comum até então pressuposto pela sociologia – e, de forma geral, pelo projeto moderno. Essa crítica às partições fundantes da modernidade ocidental – sujeito x objeto, natureza x sociedade, ciência x política – que é justamente o cerne do célebre *Jamais*

fomos modernos, é radicalizada por Latour quando nos instiga a hesitar diante da habitabilidade do mundo.

“Como existimos?” e, especialmente, “podemos viver juntos?” são questões a serem encaradas. O debate sobre as possibilidades de composição do mundo a partir da grande divisão moderna é uma das maiores contribuições de Bruno Latour às Ciências Sociais: o giro ontológico por ele composto acrescenta novos e inescapáveis ingredientes à imaginação e ao fazer sociológico. Tal virada, que emerge como contraponto ao giro linguístico que enfatiza as representações, exige novas formas de apreensão e descrição dos vínculos, transbordando, assim, a depuração incitada pelo projeto moderno. Soma-se a Latour, nessa empreitada voltada a estremecer o já-lá, um conjunto de autores e abordagens: há os que repensam a noção de agência e colocam em xeque o “mundo comum”, como Philippe Descola (2017, 2005) e Isabelle Stengers (2018, 2005), os que enfatizam os aspectos políticos e as disputas que a pluralidade ontológica traz consigo, como Marisol de la Cadena e Mario Blaser (2018) e Arturo Escobar (2008), e os que argumentam a partir do multinaturalismo e do perspectivismo, como Eduardo Viveiros de Castro (2004). Para além da dimensão conflitiva, o giro ontológico convida a uma postura ética e política de reconhecimento e valorização do direito dos diferentes povos à autodeterminação, algo enfatizado sobremaneira por meio das contribuições oriundas do Sul global.

Ainda que longe de qualquer síntese, visto que não constituem um *corpus* único e homogêneo (dos Santos; Tola, 2016), destacamos que as grandes contribuições do giro ontológico para as ciências sociais são a necessária ampliação da potência de agir e a defesa radical de que o “ser” está sempre em devir. Se Latour inaugura o debate desde as ciências e as técnicas, é evidente que os desafios contemporâneos o transbordam: cabe observar que as proposições dedicadas à virada ontológica postulam reações frente ao Antropoceno e aos vínculos do fim do mundo. Para Howles (2022), com o conceito de Gaia, Latour nos traz “um novo frescor ao pensamento sobre as interações humanos-natureza [...], uma forma de descrever as complexas, delicadas e interconectadas relações que existem

entre as entidades vivas e os ambientes físicos em que elas habitam". Sem ceder à urgência e ao universalismo que costumam pautar a discussão ecológica, Bruno Latour assume as contradições do presente, dando fim à natureza e, por conseguinte, à modernidade. Ao reconhecer Gaia coletiva, compósita e em fluxos, sua obra dá novos contornos aos que se dedicam a interpretar o desafio ambiental.

*Diante de Gaia, o Antropoceno:
quando Latour nos convoca a "fazer fazer"*

Se, ao menos desde *Políticas da natureza: como associar as ciências à democracia* (publicado originalmente em inglês, em 2004), a obra de Latour já incidia sobre a relação entre ecologia e política, demonstrando o lugar central de tais questões para se compreender a contemporaneidade – de forma coerente com seu projeto epistemológico/ontológico de tratar o ordenamento social e natural como imiscuídos –, esses temas tornam-se mais proeminentes a partir da primeira década dos anos 2000, quando ele passa a se dedicar ao debate sobre o Antropoceno.

Segundo Bruno Latour, o Antropoceno é o conceito filosófico, religioso, antropológico e político mais decisivo já produzido como uma alternativa ao ideal de modernidade. Apresentado em 2000 pelo químico da atmosfera e Prêmio Nobel, Paul Crutzen, em uma conferência do *International Geosphere Biosphere Programme*, esse conceito foi criado para designar uma nova época geológica, a presente, colocando fim ao Holoceno, iniciado há 11.500 anos. Em artigo de 2002, na revista *Nature*, Crutzen afirmou ser apropriado denominar o presente como Antropoceno para demarcar a época geológica atual, de muitas maneiras dominada pela humanidade. Latour identificou no conceito a potente reagregação de conhecimentos, campos disciplinares, sensibilidades políticas e actantes, capaz de "fazer fazer", isto é, a grande potencialidade em conduzir diversos atores a fazerem algo.

Em diálogo crítico com a hipótese Gaia, proposta por James Lovelock na década de 1970, e examinando-a à luz dos *Science Studies*, em especial

na interlocução com a filósofa das ciências Isabelle Stengers, em seus livros mais recentes Latour reconceitualiza Gaia como conceito chave para superar a instabilidade do “conceito” de natureza, assim ressignificando, também, cultura, agência, humanos e não humanos. A convocação filosófica, política e epistemológica que Latour realiza em suas obras mais recentes (*Diante de Gaia: oito conferências sobre o novo regime climático*, publicado originalmente em 2015; *Onde aterrar: como se orientar politicamente no Antropoceno*, em 2017; e *Onde estou: lições do confinamento para uso dos terrestres*, em 2021) é a de (re)definirmos nossa relação com o mundo, diante das mudanças climáticas que já se apresentam. Trata-se, para Latour, de uma mutação de fato, um ponto de torção e não retorno, muito mais decisivo do que a ideia de crise (que traz em si o pressuposto de sua efemeridade) poderia manifestar. Quando se soma ao debate climático a existência da pandemia do novo coronavírus, o autor amplifica ainda mais sua convocação.

É o que aparece, por exemplo, no prefácio à edição brasileira da obra *Diante de Gaia*, assinada por Latour em 25 de maio de 2020, em que afirma o quão aterrorizante foi publicar o livro “em meio a uma crise moral, política, sanitária, ecológica e religiosa de tamanha proporção” (Latour, 2020a, p. 5). Ele ainda salienta que sua obra chega ao Brasil no momento da “tempestade perfeita”, ou seja, quando se tem todas as crises sobrepostas, ocorrendo ao mesmo tempo. Latour vai mais fundo ao afirmar que o Brasil de hoje se encontra inteiramente conduzido para negar a crise ecológica e sanitária, evitando, portanto, seu enfrentamento, sobretudo pelo contexto político no qual estamos inseridos. Ainda na linha desse argumento, contudo não destacando o Brasil em especial, mas o mundo como um todo, e evidenciando a centralidade da relação humanos-não humanos, Latour (2020b) afirma que:

[...] desta vez, o agente patogênico, cuja terrível virulência modificou as condições de existência de todos os habitantes do planeta, não é o vírus, mas são os humanos! E não todos os humanos, mas alguns, que fazem a guerra sem declará-la. Para essa guerra, o Estado nacional está tão mal preparado, tão mal

calibrado, tão mal projetado quanto possível, porque as frentes são múltiplas e atravessam cada um de nós. É nesse sentido que a ‘mobilização geral’ contra o vírus não prova, em hipótese alguma, que estaremos prontos para a próxima. Não são apenas os militares que estão sempre atrasados para uma guerra.

Nesse sentido, é importante destacar o papel das mudanças climáticas nesse complexo cenário apontado por Latour. O 6º Relatório do Painel Intergovernamental de Avaliação sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021) é enfático ao afirmar que a ação humana tem impactado, cada vez mais, o sistema climático, sendo inequívoca a influência humana no aquecimento da atmosfera, dos oceanos e da superfície terrestre, especialmente a partir da queima de combustíveis fósseis e do desmatamento. Conforme explica Latour (2014, p. 12), “somos forçados a trazer nosso olhar de volta à Gaia sublunar, tão ativamente modificada pela ação humana que ingressou em um novo período, que os geólogos-feitos-filósofos propõem chamar de Antropoceno”. Dessa forma,

Latour afirma que o Antropoceno não significa uma extensão imoderada do antropocentrismo. Os humanos não se tornaram super atores da arena geológica, mas são copartícipes de uma rede formada por muitos outros agentes, dotados de interesses contraditórios, em luta para chegar a uma redistribuição dos actantes da geo-história (Junges, 2021, p. 736).

Diante do Novo Regime Climático, Latour (2020a) afirma que todas as nações estariam expostas a uma escolha existencial, a saber: conservar a modernização apesar de suas inúmeras consequências; tomar o rumo em direção à mudança ecológica, por mais dolorosa que seja; ou renegar a situação, fugindo num escapismo descabido. Ainda segundo Latour (2020a), essa fuga em relação ao contexto de crise ecológica inicia-se mediante o ceticismo climático a partir da década de 1990. Tal negação das condições futuras se difundiu rapidamente, espalhando-se e transformando-se em uma “negação de todo o conhecimento empírico e, depois, de absurdo em absurdo, em um abandono progressivo de qualquer regra de bom governo” (Latour, 2020a, p. 6).

De posse dos argumentos elencados até aqui, é indubitável que a obra latouriana transcende a lógica de produção do conhecimento baseado na lógica cartesiana monodisciplinar, até porque seria incoerente com seus pressupostos se o autor se mantivesse restrito a um campo específico do saber. Muito ao contrário. Seus objetos de análise durante sua frutífera vida pública demonstram o caráter complexo e interdisciplinar de sua teoria, com importantes contribuições às ciências humanas e sociais, em especial aos Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia e à sociologia da questão ambiental. Escritos sobre religião, etnografias de laboratórios científicos, além de sua grande contribuição epistemológica com a “virada ontológica” e, recentemente, suas provocações sobre as consequências do que ele denomina de “Novo Regime Climático” a partir do conceito de “Antropoceno” e a “Hipótese Gaia”, no âmbito de uma “ecologia política”, sublinham sua complexidade e singularidade teórica no que diz respeito aos seus esforços de compreensão e interpretação do tecido social contemporâneo.

Diálogos com Latour nas pesquisas do grupo Temas/UFRGS²

O conjunto da importante obra de Bruno Latour, como já destacado, provoca a pensar que existe um duplo movimento operado pela modernidade e com determinantes influências na ciência moderna: que suas purificações produzem seres híbridos de natureza e cultura e que existe uma tendência a negar essa hibridização, reforçando as purificações modernas. O projeto pragmático latouriano desacomoda-nos ao demonstrar como a ambivalência opera dentro da ciência que fazemos, convocando-nos a pensar como lidar com essas novas formas de existir. A resposta para essa questão implica pensar como dar conta desses “novos” coletivos, ou seja, direciona-nos a pensar sobre as possibilidades democráticas que urge ampliar em cada contexto estudado.

² O Temas/Ufrgs é um dos inúmeros grupos de pesquisa no Brasil que se dedicam a pesquisas na abordagem latouriana. Nesta seção, o que é relatado se refere a parte ilustrativa de pesquisas desenvolvidas no grupo com esta abordagem (outras também são adotadas no grupo).

A questão também pode ser colocada de outra forma: como é possível, em um país ainda submetido a formas colonizadas de desenvolvimento, pensar novos direcionamentos a partir de suas próprias experiências? Como as ciências sociais podem se posicionar em favor dessa tarefa?

Algumas pistas para responder a essas questões provocativas podem ser encontradas em trabalhos desenvolvidos sob a égide do grupo de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (Temas/UFRGS).³ Ao longo de seus mais de 25 anos de existência, o grupo tem aglutinado uma série de pesquisas acadêmicas, em níveis de mestrado, doutorado, pós-doutorado e de professores visitantes nacionais e estrangeiros, que dialogam sob diferentes perspectivas teóricas – estruturalistas, pós-estruturalistas e da teoria da crítica – tendo a “questão ambiental” como foco. Contudo, ao longo da década passada, a socioantropologia latouriana ganhou destaque como inspiração e reflexão em parte significativa dos trabalhos realizados no grupo (Fleury, 2014; Prates, 2016; David, 2016; Vargas, 2017; Camana, 2020; Leeuwen, 2021; Coutinho, 2022; Blanco, 2022, entre outros).

Ao olhar em retrospectiva, como sugere a própria metodologia latouriana, é possível perceber que essas pesquisas podem ser separadas em duas categorias interligadas: i) estudos de *inspiração metodológica* que buscam “seguir a construção de redes” a fim de mapear as diferentes conexões híbridas que dão vida ao social, considerando as múltiplas existências em diferentes contextos de pesquisa; e ii) investigações geradas em torno de categorias teórico-metodológicas que dialogam com a TAR como *conflito ambiental* e *controvérsias tecnocientíficas*.

No primeiro grupo, das pesquisas *com inspiração metodológica*, merecem destaque as investigações realizadas em torno do “desastre da Samarco”, ou seja, sobre os efeitos do rompimento da barragem do Fundão, localizada no município de Mariana, Minas Gerais, em 2015 (Leeuwen, 2021;

³ O grupo opera com cinco eixos temáticos que acolhem suas pesquisas: 1) diversidade e dinâmicas das relações sociedade-natureza em contextos sociais específicos; 2) conflitos ambientais em torno de megaprojetos e empreendimentos civis; 3) controvérsias a respeito de inovações tecnológicas; 4) mudanças climáticas e os estudos sociais em ciência e tecnologia; e 5) práticas alimentares e tecnociência.

Coutinho, 2022). De um lado, as transformações da paisagem, produzidas pelo modelo de exploração mineral, captadas pelas associações de diversos atores humanos e não humanos afetados pela lama tóxica. Por meio dos relatos de histórias de afetações é possível demonstrar os movimentos de perturbação e disrupção da paisagem e de contaminação das conexões da vida (Coutinho, 2022). Por outro lado, a Fundação Renova, por meio de cientistas, técnicos e analistas, opera na reparação dos danos gerados pelo desastre da Samarco, e Leeuwen (2021) discute o alcance dos paradigmas que envolvem essa reparação, problematizando as necessidades, materiais e simbólicas, inerentes aos modos de existência de comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores, comunidades tradicionais e indígenas atingidas pelo rompimento da barragem, que não são sanadas pelo conhecimento científico que opera na reparação. Realiza, ainda, um alerta importante ao identificar a existência entre parte dos técnicos (e, institucionalmente, por parte da Fundação Renova) de um imaginário equivocado de que a Ciência – com “C” maiúsculo (Latour, 2017) – pode refazer modos de vida que existiam anteriormente ao rompimento da barragem (Leeuwen, 2021).

Inspirada na metodologia latouriana, Camana (2020) se debruça sobre as composições e fricções entre as mudanças ambientais geradas em nome do desenvolvimento, realizando uma cartografia do conflito instaurado pela tentativa de implementação do Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSavana), entre Brasil, Japão e Moçambique. O lugar escolhido para receber o projeto é o corredor de Nacala, no norte moçambicano, tradicionalmente ocupado por grupos etnolinguísticos matrilineares *emakhuwa*, cujos saberes e práticas agrícolas escapam àqueles fomentados no âmbito da cooperação Sul-Sul. A partir da metodologia da TAR, por meio da descrição do acontecimento ProSavana, conclui que o desenvolvimento produz fricções entre distintos modos de identificação, dos quais decorrem diferentes mundos; também considera que a experiência moçambicana matiza as proposições teóricas acerca dos conflitos ambientais ao informar que sujeitos, terra e tempo se constituem mutuamente (Camana, 2020).

No segundo grupo de pesquisas estão aquelas que são construídas em torno de categorias teórico-metodológicas baseadas na TAR. Essas realizam uma tentativa de construção e mobilização de categorias de análise social, como as de conflitos ambientais e controvérsias tecnocientíficas, voltadas a interpretar diferentes aspectos no interior da “questão ambiental” no país. As linhas que seguem delineiam algumas contribuições de Latour tanto para a construção de diálogos por meio de uma plataforma epistêmica para pensar o papel das ciências quanto para pensar a abertura para o direito de diferentes coletivos nos contextos empíricos brevemente descritos a seguir.

No Brasil, a categoria de conflitos ambientais recebe um importante direcionamento ontológico e epistemológico, por meio do diálogo com a socioantropologia latouriana, no trabalho de pesquisa (tese de doutoramento) de Lorena Fleury (2013), com reflexões sobre o conflito ambiental, para além de suas perspectivas simbólicas, no âmbito do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Nessa perspectiva, um questionamento essencial é feito para pensar a categoria de conflito ambiental: “[...] e se os grupos em conflito não estiverem de acordo sobre as medidas que definem as unidades territoriais, isto é, que separam o que é material e o que é simbólico, o que é natureza do que é sociedade?” (Fleury *et al.*, 2014, p. 74; Fleury, 2013). A alternativa foi pensar o conflito ambiental como uma categoria híbrida de sociedade e natureza, cujos arranjos coletivos possuem uma carga cosmopolítica (Stengers, 2003). Logo, trata-se de um conceito formulado nos momentos de interação entre humanos e não humanos, articulados durante o conflito, captando os movimentos de coprodução enquanto estes ocorrem. Como efeito, o conflito ambiental é compreendido nos termos de um conflito ontológico e cosmopolítico, sendo um espaço em que é possível mapear o “equivoco controlado” (Viveiros de Castro, 2009; De la Cadena, 2010) sobre as perspectivas em disputa, “sabendo-se que as traduções/traições não apenas são inerentes à comunicação, mas está nelas a possibilidade de coexistência sem síntese, sem que um mundo anule o outro” (Fleury *et al.*, 2014, p. 75).

Na prática, isso implica mapear os grupos em conflito, suas argumentações vinculadas às suas vivências no ambiente disputado. Para a Sociologia, o efeito é mais amplo, porque se espera que ela esteja apta ao diálogo com outros saberes, incluindo disciplinas das “ciências naturais”, colocando-a em um lugar de reflexão e reelaboração dos termos mais adequados para dar conta da complexidade das questões em disputa.

Um importante desdobramento do conceito de conflito ambiental foi trabalhado por Meira e Almeida (2016), vinculando-o aos termos relacionados à categoria de (in)justiça ambiental, os diferentes sentimentos de justiça/injustiça que estão na base da crítica em relação à construção de um complexo industrial portuário no litoral do estado do Espírito Santo. Esses sentimentos emergem no contraponto entre diferentes cosmovisões, considerando-se a crítica como formas (contestadoras) enraizadas no contexto social, no qual os agentes são capazes de organizar seus interesses. Além disso, os sentimentos de justiça/injustiça que mobilizam os diferentes agentes sociais em situações de conflitos ambientais são construídos a partir da (e na) relação sociedade-natureza. Logo, o conflito ambiental emerge a partir das críticas aos grandes projetos de desenvolvimento e é analisado sob a perspectiva de sua carga cosmopolítica. Por isso, verifica-se a irredutibilidade ao “bem comum” ou a uma única ordem social como forma de atingir a justiça nesses casos (Meira; Almeida, 2016; Meira, 2016).

Já as pesquisas relacionadas à categoria de controvérsia tecnocientífica convergem no entendimento de que a ciência é mobilizada em contextos em que há disputas pela construção de diagnósticos que direcionem realidades, dividindo-se em dois subgrupos. O primeiro, para questionar os projetos “desenvolvimentistas” em relação aos efeitos ambientais que geram, dialogando com as ferramentas estatais que têm legitimado o subdimensionamento desses “impactos”. Assim, a crítica se dá em torno de como a ciência é mobilizada para realizar diagnósticos socioeconômicos e biofísicos que atestam a viabilidade de projetos transformadores do ambiente.

Os estudos do grupo Temas envolvendo a temática das controvérsias se debruçam sobre os dissensos que ocorrem no contexto de disputas sobre

a viabilidade de projetos de geração de energia, como a Usina Hidrelétrica Belo Monte (Prates, 2016; Prates; Almeida, 2022), ou as que envolvem a mineração de nióbio (Blanco, 2022). No primeiro caso, as controvérsias foram analisadas no sentido de expor como a viabilidade ambiental da usina foi estabilizada, a despeito da existência de inúmeras controvérsias que revelam a falta de peixes no rio Xingu, efeitos da redução do volume de água para a Volta Grande do Xingu, e, por fim, que a usina não gera energia limpa. Essas controvérsias são sustentadas por arranjos coletivos que estão à margem dos procedimentos burocráticos do licenciamento ambiental, demonstrando as engrenagens e os recursos necessários para estabilizar a (in)viabilidade da obra (Prates, 2016; Prates; Almeida, 2022).

Já Blanco (2022) se debruça sobre a descrição e análise da controvérsia tecnocientífica envolvendo a presença de bário nas águas da Estância Hidromineral do Barreiro, em Araxá (MG). Essa controvérsia se refere aos efeitos das atividades de mineração de nióbio e fosfato na região. Interessante notar que a controvérsia sobre o bário encontrado nas águas ocorre no âmbito das distinções entre natureza – sendo defendido que o “bário é natural” daquele ambiente – e sociedade, direcionando o “bário antrópico” produzido como um efeito nocivo da mineração. A análise da controvérsia faz emergir um conjunto amplo e complexo de vinculações entre humanos e não humanos ameaçados pela mineração. Por meio do mapeamento da disputa judicial, o estudo apurou que o sistema judiciário considerou improcedentes as reivindicações dos moradores, promovendo uma redução ontológica dos elementos que se encontravam em disputa (Blanco, 2021).

Em comum, esses trabalhos discutem a aproximação e o afastamento das experiências localizadas que se relacionam diretamente com os respectivos eventos transformadores (Prates, 2016; Prates; Almeida, 2022; Blanco, 2022) na construção dos diagnósticos científicos. Nesse sentido, quanto mais as ciências se empenham em analisar os efeitos dos eventos fora das distinções pré-moldadas entre sociedade e natureza, mais seus estudos conseguem dar conta das complexidades experienciadas, que geralmente

são veladas. Como efeito sociopolítico, demonstra-se o estrangulamento dos espaços em que o diálogo e a abertura de controvérsias poderiam acontecer, como nas audiências públicas, por exemplo. Logo, tensiona-se o próprio modelo de participação existente, que se torna insuficiente para abranger os arranjos ontológicos em disputa, além de desconsiderar demandas e reivindicações coletivas, promovendo um engessamento ontológico moderno (Prates, 2016; Prates; Almeida, 2022; Blanco, 2022).

Esse segundo subgrupo de pesquisas sob a categoria de controvérsias dialoga com as construções criadas em espaços de produção como os laboratórios que operam na construção de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), como a soja (Vargas, 2017), e também em certificações capazes de atestar a qualidade dos alimentos que comemos (David, 2016). Por meio de uma etnografia realizada em dois laboratórios de biotecnologia, Vargas (2017) entende o laboratório como local onde se constitui a cena experimental que engendra as possibilidades de produção do “social” mediante seu próprio olhar cientificamente orientado. O estudo problematiza como o OGM (a soja transgênica) deixa a cena experimental que lhe dá origem e direciona a maneira como se faz agricultura, em quem se confia e quais leis de proteção ambiental são necessárias, isto é, como se faz política e como se faz sociedade. Logo, trata-se de perceber que junto ao OGM está a invenção de novas práticas de apropriação daquilo que pode vir a ser a agricultura, daquilo que pode vir a ser a proteção do ambiente (Vargas, 2017).

A interface entre ciência e mercado é explorada por David (2016) a partir do diálogo com a TAR, estudando as práticas de certificação de alimentos pela Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) como uma prática científica que configura e constitui a qualidade do saudável como real. Logo, argumenta e defende que investigar práticas de certificação permite fugir da dicotomia entre uma qualidade a-histórica, que está dada previamente na natureza dos alimentos, e uma qualidade como construção humana (David, 2016). O diagnóstico implica perceber como as políticas de avaliação estão

envoltas em valores privilegiados no mercado e direciona, por meio das certificações de produtos “saudáveis”, ordenamentos sociais.

Vem de Marília David a formação de uma nova frente de pesquisas sobre práticas alimentares no grupo a partir de perspectivas tributárias a Latour e à virada ontológica. Nessa frente, são realizados estudos sobre controvérsias relacionadas à saúde e alimentação, processos de avaliação e certificação de alimentos, definição de normas e métricas públicas e privadas para produtos e sobre a governança agroambiental em cadeias de *commodities*, como a soja e a carne (David, 2016; David; Guivant, 2018; 2020). Dialoga-se, assim, com a literatura sobre práticas alimentares, cujos modos de teorização do social incluem a participação de não humanos, privilegiam as negociações e disputas entre atores heterogêneos e o peso ontológico de modos de avaliação, normas e métricas instituídas (Busch, 2011; Forney *et al.*, 2018; Mansfield, 2003). Dessa maneira, investiga-se as disputas e alianças entre os distintos atores a compor cadeias agroalimentares. Problematiza-se, ainda, os arranjos responsáveis por governar formas contemporâneas de produção e consumo alimentar, sobretudo processos de qualificação e avaliação de produtos, suas normas e métricas. Com isso, observa-se que concepções de qualidade (e.g. alimento “saudável”; soja/carne “sustentável”) resultam de políticas ontológicas instituídas por esses dispositivos.

Esses breves apontamentos sobre os estudos desenvolvidos no grupo Temas/Ufrgs sob a influência do que poderíamos considerar como “abordagens latourianas” objetivam buscar saídas para as “armadilhas modernas” encontradas no matrimônio entre economia e Estado por meio da transformação social e natural na construção de projetos de engenharia, como barragens, portos e projetos de mineração e por meio da coconstrução do mundo a partir da ciência. Também reforçam o coro da crítica latouriana de que o projeto moderno prende as experiências nas garras da legitimidade da Ciência e constrói civilizações a partir daí. Ainda, mostram que, longe de gerar uma liberdade irrestrita às experiências e tampouco de construir um “vale tudo” social (Marras, 2020), a contribuição de Bruno Latour proporciona construir

e mobilizar críticas ao projeto civilizador da modernidade, ao mesmo tempo em que fornece reconciliações entre as ciências e as experiências sociais para pensar outros futuros possíveis.

Finalizando...

Quais inspirações as Ciências Sociais – e particularmente a Sociologia – brasileiras podem encontrar nas importantes obras latourianas? Acreditamos que a reflexão de Bruno Latour contribuiu decisivamente para as Ciências Sociais das últimas décadas, avançando em relação às formas de abordar (e, quiçá, superar) as dicotomias perenes dessas disciplinas acadêmicas, como as que ocorrem entre sociedade(s) e natureza(s), construtivismo e realismo, ação e estrutura. Latour desenvolveu reflexões importantes sobre como investigar as disputas a respeito de como viver no mundo e os laços que nos unem enquanto coletivos a partir de uma descrição mais rica da sua composição. Produzir relatos sociológicos, na sua perspectiva, é uma tarefa inevitavelmente política, por meio da qual podemos rastrear as nossas conexões (os actantes, os processos de tradução e inscrição) e reconhecer o que nos une. Assim, é impossível assumir uma postura desinteressada, pois o fazer sociológico é parte das práticas que compõem e estabilizam a realidade na qual vivemos.

No âmbito sociopolítico mais geral, a obra de Latour, em seu conjunto – e principalmente sua reflexão mais recente no campo da ecologia política –, incita-nos a renovar a atenção às delicadas e contingentes interconexões que unem os seres humanos e a natureza. É urgente e fundamental tentar produzir respostas sobre como construir modos de vida em comum que incluam o respeito a outras entidades para além dos humanos e as múltiplas formas de *estar* no mundo, que tipicamente não são reconhecidas por ontologias e instituições modernas.

Foi-se o autor, permanece sua frutífera e alentadora obra no contexto das Ciências Sociais e sua contribuição para pensarmos um mundo melhor.

Jalcione Almeida é Doutor em Sociologia, professor titular aposentado da UFRGS e coordenador do grupo de pesquisa Temas/UFRGS.

✉ jal@ufrgs.br

Ângela Camana é Doutora em Sociologia, professora-substituta no Departamento de Sociologia da UFPR e pesquisadora do Temas/UFRGS e do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental.

✉ angela.camana@hotmail.com

Lorena Cândido Fleury é Doutora em Sociologia, professora dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Desenvolvimento Rural da UFRGS e coordenadora adjunta do Temas/UFRGS.

✉ lorena.fleury@ufrgs.br

Marília Luz David é Doutora em Sociologia Política, professora do Departamento de Sociologia da UFRGS e pesquisadora associada do Temas/UFRGS.

✉ marilia.david@ufrgs.br

Camila Dellagnese Prates é Doutora em Sociologia, Professora visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e pesquisadora do Temas/UFRGS.

✉ camilapratescs@gmail.com

Gabriel Bandeira Coelho é Doutor em Sociologia, Professor Adjunto do Departamento de Sociologia da UFRGS e pesquisador associado do Temas/UFRGS.

✉ gabrielbandeiracoelho@yahoo.com.br

Referências

1. BLANCO, Gabriela D. Da tradução de uma controvérsia tecnocientífica a uma disputa judicial: o caso da contaminação das águas do Barreiro, Araxá (MG). In: LEMES de SOUZA, A. P. et al. (orgs.). *Direito e ciência*. Belo Horizonte: Editora Expert, 2022. p. 42-75.
2. BLOOR, David. *Conhecimento e imaginário social*. São Paulo: Unesp, 2009.
3. BOWKER, Geoffrey; STAR, Susan. *Sorting things out: classification and its consequences*. Cambridge: MIT Press, 2000.
4. BUSCH, Lawrence. *Standards: recipes for reality*. Cambridge: MIT Press, 2011.
5. CAMANA, Ângela. *“Moçambique é um Mato Grosso no meio da África”*: o desenvolvimento e suas fricções em torno ao acontecimento ProSavana. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
6. COLLINS, Harry. *Cambiar el orden: replicación e inducción en la práctica científica*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2009.
7. COLLINS, Harry; EVANS, Robert. The third wave of science studies: studies of expertise and experience. *Social Studies of Science*, v. 32, n. 2, p. 235-296, 2002. <https://doi.org/10.1177/0306312702032002003>
8. COUTINHO, Elenice. *A produção de desastres da mineração em Minas Gerais: a barragem de fundão e a contaminação de paisagens*. 2022. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.
9. DE LA CADENA, Marisol. Indigenous cosmopolitics in the Andes: conceptual reflections beyond “politics”. *Cultural Anthropology*, v. 25, n. 2, p. 334-370, 2010.
10. DE LA CADENA, Marisol; BLASER, Mario (orgs.). *A world of many worlds*. Durham: Duke University Press, 2018.
11. DAVID, Marília L. Certificação de alimentos e práticas científicas: o caso da Sociedade Brasileira de Cardiologia. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
12. DAVID, Marília L.; GUIVANT, Julia S. Os padrões de identidade e qualidade dos alimentos: uma análise de suas transformações no Brasil. *Mediações*, v. 25, n. 1, p. 247-264, 2020. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2020v25n1p247>
13. DAVID, Marília L.; GUIVANT, Julia S. Uma abordagem sociológica das certificações: o caso do selo de aprovação SBC. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 98, p. 1-21, 2018. <https://doi.org/10.1590/339812/2018>
14. DESCOLA, Philippe. *La composition des mondes*. Entretiens avec Pierre Charbonnier. Paris: Flammarion, 2017.
15. DESCOLA, Philippe. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2005.

16. DOS SANTOS, Antonela; TOLA, Florencia. ¿Ontologías como modelo, método o política? Debates contemporáneos en antropología. *Avá. Revista de Antropología*, n. 29, p.71-98, 2016.
17. DOSSE, François. *O império do sentido: a humanização das ciências humanas*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
18. EPSTEIN, Steven. *Impure science: Aids, activism, and the politics of knowledge*. Berkeley: University of California Press, 1996.
19. ESCOBAR, Arturo. *Territories of difference: place, movements, life, redes*. Durham: Duke University Press, 2008.
20. FLECK, Ludwig. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
21. FLEURY, Lorena C. *Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte em perspectiva*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
22. FLEURY, Lorena C.; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. *Sociologias*, v. 16, n. 35, p. 34-82, 2014. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222014000100003>
23. FORNEY, Jérémie; ROSIN, Chris; CAMPBELL, Hugh (ed.). *Agri-Environmental governance as an assemblage: multiplicity, power, and transformation*. Londres: Routledge, 2018.
24. HOWLES, Tim. Bruno Latour (1947-2022). *Blog do LABEMUS*, 9 out, 2022. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2022/10/09/bruno-latour-1947-2022-por-tim-howles/>
25. IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. *Mudança no clima 2021: sumário para formuladores de políticas públicas*. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/IPCC_mudanca2.pdf
26. JUNGES, José R. O novo regime climático do Antropoceno e de Gaia. *Revista Bioética*, v. 29, n. 4, p. 734-742, 2021.
27. KNORR CETINA, Karin. *La fabricación del conocimiento: un ensayo sobre el carácter constructivista y contextual de la ciencia*. Bernal: Ed. Universidad Nacional de Quilmes, 2005.
28. KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.
29. HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. In: HARAWAY, Donna. *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature*. Nova York: Routledge, 1992.
30. JASANOFF, Sheila. *States of knowledge*. The co-production of science and social order. Londres: Routledge, 2004.

31. JASANOFF, Sheila. *The fifth branch: science advisers as policymakers*. Cambridge: MIT Press, 1990.
32. LATOUR, Bruno. *Diante de Gaia*. São Paulo: Ubu Editora, 2020a.
33. LATOUR, Bruno. A crise sanitária incita a nos preparar para as mudanças climáticas. *Revista IHU online*, 27 mar. 2020b. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/597499-a-crise-sanitaria-incita-a-nos-preparar-para-as-mudancas-climaticas-artigo-de-bruno-latour>
34. LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista de Antropologia*, v. 57, n. 1, p. 11-31, 2014. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2014.87702>
35. LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba/Edusc, 2012.
36. LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: Edusc, 2001.
37. LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Unesp, 2000.
38. LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A Vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
39. LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
40. LEEUVEN, Leonardo Van. *“Redesenhando margens para que a água limpa comece a chegar”*: imaginários sociotécnicos e o processo de reparação ambiental da bacia do rio Doce. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
41. LYNCH, Michael. *Art and artifact in laboratory science: a study of shop work and shop talk in a research laboratory*. London: Routledge and Kegan Paul, 1985.
42. MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
43. MANSFIELD, Becky. Fish, factory trawlers, and imitation crab: the nature of quality in the seafood industry. *Journal of Rural Studies*, v. 19, n. 1, p. 9-21, 2003.
44. MARRAS, Stélio. O vozerio da pós-verdade e suas ameaças civilizacionais. In: OLIVEIRA, Joana C. et al. (orgs.). *Vozes vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta*. São Paulo: Ubu Editora, 2020. p. 37-56.
45. MEIRA, Ana Claudia H. *“Ó!! você vai construir por cima de mim!!”*: desenvolvimento, conflito ambiental e disputas por justiça no litoral sul do Espírito Santo, Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
46. MEIRA, Ana Claudia H.; ALMEIDA, Jalcione. Mar de quem? Crítica, sentimentos de (in)justiça e justificações em um conflito ambiental: empreendimentos portuários versus pesca artesanal no litoral sul do Espírito Santo, Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 39, p. 59-76, 2016. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v39i0.46570>

47. MERTON, Robert. *Ensaio de sociologia da ciência*. São Paulo: Editora 34, 2013.
48. PRATES, Camila. *Desestabilizando caixas-pretas: o licenciamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte em disputa*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
49. PRATES, Camila; ALMEIDA, Jalcione. Como Belo Monte se tornou sustentável? Ponderações baseadas no estudo da controvérsia da pesca na região de Altamira/PA. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 57, p. 383-403, 2021. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v58i0.74746>
50. SHAPIN, Steven; SCHAFFER, Simon. *Leviathan and the air pump: Hobbes, Boyle and the experimental life*. Princeton: Princeton University Press, 1985.
51. SISMONDO, Sergio. Editorial: Post-Truth? *Social Studies of Science*, v. 47, n. 1, p. 3-6, 2017.
52. STENGERS, Isabelle. *Cosmopolitiques I*. Paris: Éditions la Découverte, 2003 (1997).
53. STENGERS, Isabelle. The cosmopolitical proposal. In: LATOUR, Bruno; WEIBEL, Peter (eds.). *Making things public: atmospheres of democracy*. Cambridge: MIT Press, 2005. p. 994-1003.
54. STENGERS, Isabelle. The challenge of ontological politics. In: DE LA CADENA, Marisol; BLASER, Mario (eds.). *A world of many worlds*. Durham and London: Duke University Press, 2018. p. 83-111.
55. TRAWEEK, Sharon. *Beamtimes and lifetimes: the world of high energy physicists*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.
56. VARGAS, Felipe; ALMEIDA, Jalcione. Controvérsias em biotecnologias transgênicas: o laboratório em rede. *Norus - Novos Rumos Sociológicos*, v. 5, n. 8, p. 1-30, 2017. <https://doi.org/10.15210/norus.v5i8.12275>
57. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Métaphysiques cannibales*. Paris: PUF, 2009.
58. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectival anthropology and the method of controlled equivocation. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, v. 2, n. 1, p. 3-21, 2004.
59. WYNNE, Brian. Expert discourses of risk and ethics on GMOs: creating public alienation. *Science as Culture*, v. 10, p. 445-481, 2001. <https://doi.org/10.1080/09505430120093586>

Recebido: 18 out. 2022.

Aceito: 30 out.2022.



Do político ao econômico: aportes da teoria dos sistemas a uma crítica do neoliberalismo

Laurindo Dias Minhoto* 

Lucas Fucci Amato* 

Pedro de Almeida Pires Camargos* 

Resumo

Este artigo propõe uma leitura cruzada entre a teoria dos sistemas de Niklas Luhmann e os estudos sobre governamentalidade neoliberal inspirados por Michel Foucault. Em vez de sugerir um déficit na autopoiese dos sistemas, o texto avança a hipótese de que o neoliberalismo se expressa na forma de uma colonização dos mecanismos operacionais dos sistemas funcionais: o direito e a política, especialmente, são tomados de uma racionalidade econômica específica que passa a reger suas formas de autorreferência (reflexividade e reflexão) e heterorreferência (observação de segundo grau, sobretudo pela ciência). Por essa específica colonização da autopoiese dos sistemas funcionais, a racionalidade neoliberal paradoxalmente mantém a diferenciação funcional mas restringe seus pressupostos: um grau de inclusão social e desintegração sistêmica que permita manter a distinção entre os códigos e programas econômicos, políticos e jurídicos.

Palavras-chave: teoria dos sistemas, autopoiese, governamentalidade, neoliberalismo, colonização sistêmica.

* Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

From political to economic: contributions of systems theory to a critique of neoliberalism

Abstract

This paper proposes a cross-reading between Niklas Luhmann's systems theory and the studies on neoliberal governmentality inspired by Michel Foucault. Instead of suggesting a deficit in the autopoiesis of systems, the text advances the hypothesis that neoliberalism is expressed in the form of a colonization of the operational mechanisms of functional systems: law and politics, especially, are taken by a specific economic rationality that governs their forms of self-reference (reflexivity and reflection) and hetero-reference (second-order observation, mainly by science). Due to this specific colonization of the autopoiesis of functional systems, neoliberal rationality paradoxically maintains functional differentiation but restricts its assumptions: a degree of social inclusion and systemic disintegration that allows maintaining the distinction between economic, political and legal codes and programs.

Keywords: systems theory, autopoiesis, governmentality, neoliberalism, systemic colonization.

Introdução

Este artigo tem como objetivo principal apresentar, a partir de alguns conceitos elaborados pelo sociólogo alemão Niklas Luhmann, elementos para a redescrição e a crítica do neoliberalismo. Para tanto, o trabalho propõe um diálogo da teoria dos sistemas com os estudos sobre a governamentalidade, os quais, como se sabe, se desenvolveram na esteira do curso que Michel Foucault (2010) ministrou no *Collège de France* em 1979 sob o título *Nascimento da biopolítica*.

O texto mobiliza e problematiza aspectos da caracterização teórica do neoliberalismo como "arte de governar" dotada de racionalidade específica. Em linhas gerais, o neoliberalismo é concebido por esses estudos como uma racionalidade política de governo de condutas pela qual uma grade de inteligibilidade econômica, que tem no centro a forma-empresa e o princípio da concorrência que lhe é próprio, é estendida a diferentes

esferas da vida social, levando a uma erosão crescente das fronteiras entre economia e sociedade (Lemke, 2012), a novas formas de constituição da subjetividade (Dardot; Laval, 2016a, 2016b) e ao esvaziamento semântico da democracia (Brown, 2015).

Partindo de conceitos desenvolvidos pela vertente luhmanianna da teoria dos sistemas, propõe-se uma redescritção do neoliberalismo como racionalidade eminentemente econômica voltada à instituição social do primado do subsistema da economia pelo espraiamento de seu código, seus programas e suas descrições para outras esferas da sociedade, como a política e o direito, com potencial para gerar efeitos desdiferenciadores ou bloqueadores do processo de diferenciação funcional (Minhoto; Gonçalves, 2015; Minhoto, 2014), o qual pressupõe certo grau de desintegração entre os sistemas.

Ao acionar mecanismos jurídicos e políticos de instituição social da norma da concorrência e da forma-empresa, a arte neoliberal de governar parece ter que ver menos com o fato de que direito e política são acionados para a instituição dessa norma, do que com a extensão de uma racionalidade econômica que refaz, por dentro, o modo de operação destes mesmos sistemas sociais. De um lado, diferentes sistemas tendem a incorporar uma racionalidade econômica externa a seus padrões de funcionamento; de outro, essa incorporação restringe possibilidades de fazer valer suas racionalidades internas específicas.

Dito de outra maneira, se o neoliberalismo supõe um mínimo de intervenção econômica e um máximo de intervenção político-jurídica, tal como sugerido por Foucault (2010), é a natureza mesma dessa intervenção que parece indicar a ativação de uma racionalidade econômica que vai redefinindo e restringindo, em situações concretas, o campo do juridicamente e do politicamente possível. Trata-se, a rigor, de um padrão de intervenção pelo qual a racionalização neoliberal de direito e política constitui uma espécie de *a priori* para o seu acionamento. Nos modos de acionamento dessas intervenções, as racionalidades jurídica e política são

tensionadas e, no limite, crescentemente esvaziadas pelo predomínio da racionalidade econômica.

Tal rotação do político ao econômico na análise do neoliberalismo permitiria compreender e desenvolver, com novos instrumentos analíticos, um dos principais efeitos sublinhados pelos estudos sobre a governamentalidade neoliberal, a saber, o de que o novo primado do econômico não se restringe aos conhecidos processos de mercantilização, monetarização e privatização de esferas ou organizações sociais, configurando, antes, uma colonização dos seus próprios modos de funcionamento.

Distanciando-se parcialmente das formulações originais de Luhmann sobre o primado da diferenciação funcional, que já teria se realizado plenamente na modernidade, esta perspectiva concebe as distintas esferas sociais como campos de força em que se apresentam tanto tendências de autonomia quanto de colonização intersistêmica (Minhoto, 2017). Note-se que, ao conceber as esferas sociais como campos de força ou locais de disputas, o trabalho não pretende resolver aqui a intrincada questão de saber, de uma vez por todas, se a “auto-observação (ou a capacidade de manejar distinções e de processar informações) é ou não um pré-requisito de sistemas autopoieticos” (Luhmann, 1990a, p. 82).¹ Portanto, não se trata de retomar o conhecido debate sobre o déficit de autonomia dos subsistemas parciais, em especial do direito e da política, na chamada modernidade periférica, em que se configurariam situações de alopoiese sistêmica, ou seja, de “(re)produção do sistema por critérios, programas e códigos de seu ambiente” (Neves, 2007, p. 142). Em princípio, o comprometimento da autonomia de sistemas sociais parece compreender um gradiente de múltiplas possibilidades empíricas, variando em situações concretas desde formas de autonomia fraca até a “alopoiese” propriamente dita. Este trabalho sugere que o decisivo é mostrar como tendências de colonização podem afetar mecanismos internos da própria reprodução dos sistemas sociais, comprometendo, no todo ou em parte, essa reprodução.

¹ Todas as traduções de textos publicados em outras línguas foram realizadas pelos autores.

É por esse mesmo motivo que o presente artigo também não se volta para casos de corrupção sistêmica explícita, com evidente sobreposição de códigos, como em situações de compra de sentenças ou de votos. Antes, pretende-se indicar possibilidades analíticas para a compreensão de tendências mais sutis de economização de esferas sociais, precisamente aquelas que possibilitam caracterizar o neoliberalismo como uma “revolução furtiva” (Brown, 2015); para tanto, propomos o acionamento dos conceitos teórico-sistêmicos de reflexão, reflexividade e observação de segunda ordem.

Na medida em que indica limites à plausibilidade empírica de alguns conceitos propostos por Luhmann, este artigo se insere no âmbito dos debates atuais sobre possibilidades de apreensão crítica da obra do autor (Amato; Barros, 2018). Nesse sentido, a leitura cruzada aqui proposta entre teoria dos sistemas e estudos sobre governamentalidade poderia contribuir para a identificação de alguns pontos cegos recíprocos entre essas distintas vertentes da teoria social contemporânea. De um lado, se é certo que a descrição sistêmica da sociedade moderna como uma sociedade policontextual, formada por esferas autônomas, ao mesmo tempo fechadas e abertas, parece crescentemente confrontada por “formas múltiplas e historicamente situadas de entrelaçamento, interpenetração ou *indiferenciação*” (Silva, 2018, p. 19, grifo no original), associadas à emergência do neoliberalismo, de outro, são os próprios conceitos luhmannianos que poderiam nos oferecer instrumentos analíticos mais finos para avançar na compreensão dessas tendências em diversas situações concretas. Dessa perspectiva, argumenta-se que a teoria dos sistemas, ao se debruçar sobre as operações internas dos subsistemas sociais – em especial, do direito e da política – poderia funcionar em negativo como bússola e mapa de processos de neoliberalização.

A hipótese deste trabalho é de que a semântica neoliberal, ao promover uma “reengenharia” das observações de segunda ordem dos sistemas sociais, entrincheirando critérios econômicos em suas formas de reflexividade e reflexão, carrega um potencial de esvaziamento e erosão da autonomia sistêmica – isto é, de integração e concentração social, corroendo tanto o

fechamento operacional quanto a abertura cognitiva dos demais subsistemas parciais em proveito de uma saturação econômica de sentido na sociedade.

Para desenvolver e verificar essa hipótese, o texto percorre dois passos. Em primeiro lugar, serão apresentados o conceito de forma-sistema e as figuras da autorreferencialidade, bem como os problemas da desintegração social e da inclusão/exclusão na perspectiva da teoria dos sistemas de Luhmann; a partir dessa moldura conceitual, é possível redescrever o conceito de racionalidade neoliberal proposto por Foucault (2010), caracterizando assim a tendência de expansão da forma, da linguagem e do código do sistema econômico para as demais esferas da sociedade. No segundo passo, com base em uma leitura cruzada das teorias, propõe-se uma análise os modos específicos como a racionalidade neoliberal afeta distintos subsistemas sociais, com ênfase na política e no direito.

Alguns conceitos da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann

Neste tópico apresentamos aspectos do delineamento conceitual básico da teoria dos sistemas de Luhmann, incluindo sua concepção de sistemas autorreferentes, de modalidades de autorreferência (autorreferência basal, reflexividade e reflexão) e heterorreferência (associada à observação de segunda ordem) e da inclusão social como requisito para a desintegração sistêmica e a diferenciação funcional da sociedade.

Forma-sistema e autorreferência

O ponto de partida da teoria luhmanniana é a diferença entre sistema e ambiente (Luhmann, 1996). A partir dessa “forma” de dois lados, “o sistema estabelece sua identidade à medida que se diferencia do ambiente” (Minhoto; Gonçalves, 2015, p. 25). A diferenciação entre sistema e ambiente não é construída pelas próprias operações comunicativas: na medida em que a comunicação utilize determinado veículo simbolicamente generalizado – como poder, validade, verdade ou dinheiro –, ela coloca em ação uma distinção (Luhmann, 2012): entre poder e não poder (ou governo e oposição),

entre licitude e ilicitude (ou validade e invalidade jurídica), entre verdade e falsidade (de hipóteses científicas), entre ter ou não ter (propriedade). Essas distinções apenas fazem sentido enquanto códigos (no sentido cibernético) de um sistema. Assim codificadas, as comunicações tornam-se elementos autorreferentes que constituem determinado sistema social. Esses códigos, por sua vez, podem ser programados pelos respectivos sistemas: na forma de leis e medidas administrativas (na política), de contratos e sentenças (no direito), de programas de investimento e mecanismos de dívida (na economia).

Para Luhmann (2013), a sociedade moderna é uma sociedade mundial marcada por alto grau de complexidade, de contingência e pela diferenciação funcional. Os subsistemas sociais funcionais – a economia, a política, o direito, a arte, a ciência etc. –, como sistemas de sentido, produzem seus próprios elementos e se reproduzem, continuamente, a partir desses elementos, em um movimento reflexivo. Constituem, dessa forma, sistemas autorreferenciais e autopoieticos. Os sistemas são autorreferenciais na medida em que se referem a si próprios a cada operação. O conceito de autorreferência (Luhmann, 1995) dos sistemas sociais permite descrever tais sistemas como simultaneamente fechados, no nível operacional, e abertos, no nível cognitivo, e conceber padrões de interação sistêmica sem perda de autonomia, isto é, com preservação de sua diferença em relação ao ambiente.

Como descreve Luhmann (1995), a autorreferência dos sistemas de sentido é composta por três formas principais. A simples produção e reprodução do sistema pelos próprios elementos configura a primeira forma, definida como autorreferência basal. Além desse momento inicial, a figura da autorreferência se desdobra, ainda, nos mecanismos reflexivos e de auto-observação: a reflexividade e a reflexão.

Reflexividade pode ser compreendida como autorreferência processual, uma vez que “implica que o processo referente e o processo referido são estruturados pelo mesmo código binário e que, em conexão com isso, os critérios e programas do primeiro aparecem no segundo” (Neves, 2007, p. 132). Reflexividade diz respeito a “comunicação em um processo

comunicativo (comunicação sobre comunicação)” (Luhmann, 1995, p. 443): procedimentos e princípios que guiam a produção e interpretação de regras jurídicas; transações nos mercados financeiros lastreadas em ativos e pagamentos da economia real; voto em representantes que votam na definição das políticas públicas (representação política).

Reflexão, por sua vez, pode ser definida como a elaboração conceitual – interna ao sistema e a partir de seus próprios elementos – da sua identidade em contraposição ao ambiente. Nas palavras de Luhmann (1995, p. 444), trata-se da “operação pela qual o sistema indica a si mesmo em contraste com seu ambiente”. Elaborações teóricas definem a unidade de sentido do sistema.

Esses mecanismos de reflexividade e reflexão são tipos de autorreferência; como mostra Luhmann (1995), conferem aos sistemas a capacidade de realizar operações de redução de complexidade desestruturada (em relação ao ambiente) e simultaneamente operações de aumento de complexidade estruturada (interna). Verifica-se, assim, o paradoxo de uma redução de complexidade voltada ao enriquecimento de sentidos específicos (Luhmann, 2004).

Além desses mecanismos internos, como tipos de autorreferência sistêmica, Luhmann elabora conceitos no nível da interação entre os subsistemas. O primeiro conceito fundamental para a compreensão das relações entre os subsistemas é o de acoplamento estrutural (Luhmann, 2012). São formas de dois lados que permitem a “irritação” concentrada e seletiva de um sistema por outro. É o caso daqueles acoplamentos estruturais entre direito e política (constituição), entre política e economia (tributação), entre direito e economia (propriedade e contrato), entre economia e educação (diploma), ou entre ciência e educação (universidade). Os acoplamentos estruturais possibilitam que os sistemas permaneçam sensíveis ao seu ambiente, sem que essa heterorreferência elida sua autopoiese (Luhmann, 1996).

O segundo conceito pertinente à interação entre sistemas é o de observação de segunda ordem. Como indicado anteriormente, a reflexão,

como tipo de autorreferência, envolve uma auto-observação do sistema, ou seja, a elaboração, pelo sistema, de sua distinção com o ambiente, a partir de seus próprios elementos. Como toda observação, apresenta um limite ou ponto cego, uma vez que, por partir de uma distinção, não a pode aplicar a si mesma durante o processo de observação. Luhmann (2004) sublinha que essa não é a única forma possível de observação sistêmica, uma vez que os sistemas parciais podem observar, também, uns aos outros. Porém, por estarem no ambiente, os sistemas observadores não têm acesso direto aos sistemas observados; antes, realizam uma “observação de observações” (Luhmann, 1996, p. 126). Por essa razão, o autor (Luhmann, 2004, p. 59) propõe a possibilidade do que define como “observação de segunda ordem”, ou seja, uma descrição externa, mas que só seria adequada se levasse em consideração as próprias formas pelas quais os sistemas se autodescrevem. Essa descrição, portanto, “não poderia perder de vista seu objeto”, mas teria a vantagem de não estar presa às “normas, convenções e premissas da compreensão do objeto” (p. 60). Em outras palavras, essa observação tem potencial para iluminar pontos cegos e desnaturalizar os critérios que fundamentam as auto-observações (Luhmann, 1996). Por exemplo, a filosofia e a sociologia do direito realizam observações de segunda ordem, levando em conta inclusive as observações da dogmática jurídica – aquele discurso de autodescrição do direito, mas que precisa estar orientado pelas normas atualmente vigentes e pela orientação instrumental para decidir segundo tais normas. A filosofia e a ciência política também fazem observação de segunda ordem a partir das autodescrições – como as ideologias – com que o sistema político se autodescreve e usa como semântica de justificativa para suas decisões: as ideologias são, nesse caso, as auto-observações a serem observadas de fora.

Desintegração e inclusão

A formulação de uma perspectiva crítica a partir da teoria dos sistemas esbarra na declaração do próprio Luhmann (2012) sobre a pretensão puramente descritiva de sua teoria, ao modelar a sociedade como um sistema, observar suas autodescrições e manter-se cético em relação a julgamentos normativos (como aqueles sugeridos pela visão habermasiana de uma justiça discursiva não distorcida pelos meios sistêmicos poder e dinheiro). No entanto, as análises luhmannianas operam também pela consideração de certas “exigências” ou “necessidades” funcionais (e, nesse sentido mais restrito, “normativas”) da sociedade moderna. Uma dessas exigências consiste justamente em assegurar a desintegração social, isto é, um grau suficiente de autonomia entre os subsistemas funcionais (economia, política, direito, ciência etc.). Assim, Luhmann (2013, p. 25) inverte os apelos usuais em favor de mais integração social – entendida como solidariedade, ordem, conformidade a valores etc. – ao frisar que o problema da sociedade moderna está em “assegurar suficiente desintegração”. Por sua vez, a integração é concebida como “restrição dos graus de liberdade dos subsistemas devido às fronteiras externas do sistema societal e ao ambiente interno deste sistema que elas definem” (Luhmann, 2013, p. 25). Integração significa, pois, redução da liberdade de escolha do sistema – menor indeterminação interna. Maior integração entre os sistemas sociais pode ser obtida por cooperação e, mais ainda, por conflito. Maior integração significa maior conversibilidade de “valores” ou códigos que, no limite, pode provocar um efeito dominó na reprodução de inclusões/exclusões.

Obviamente, a continuidade da reprodução do sistema social mais abrangente – a sociedade – depende de alguma integração entre seus subsistemas, como os acoplamentos estruturais (referidos acima), que definem um regime de cooperação, e os acoplamentos operativos episódicos, que ligam eventos temporalmente dispersos: a aprovação de uma lei no parlamento (política) pode ser reportada (meios de comunicação de massa) e gerar uma queda na bolsa de valores (economia). Mas, certamente, a

diferenciação funcional proporciona um grau de integração menor que outras formas sociais (como as sociedades de estratos ou castas) – daí a imagem de uma sociedade “sem centro nem ápice”.

Paradoxalmente, a diferenciação funcional torna todos os indivíduos potencialmente incluídos na sociedade (como pessoas) e leva a inclusão ou exclusão a ser regulada primordialmente pelos subsistemas sociais (referida a papéis sociais); mas a exclusão de um sistema tende a provocar um efeito dominó muito maior do que a inclusão. Todos estão potencialmente incluídos na economia (como produtores ou consumidores, empregadores ou empregados), na política (como eleitores ou candidatos), no direito (como jurisdicionados, sujeitos de direito). Entretanto, a posição precária e a dificuldade de acesso e exercício efetivo de algum desses papéis torna o indivíduo vulnerável a ser excluído do sistema – e, sucessivamente, de outros sistemas.

Daí surge a hipótese luhmanniana (Luhmann, 2013) de que a exclusão integra mais fortemente do que a inclusão: a restrição dos graus de liberdade dos sistemas para selecionarem comunicação é maior quando pessoas são excluídas do que quando são incluídas. A sociedade moderna é mais integrada nas camadas baixas do que nas altas. Quem tem acesso à educação pode não entrar no mercado de trabalho. Quem é rico pode não ter sucesso na escola. A conversão de um meio em outro – poder em dinheiro, dinheiro em verdade etc. – não é automática, embora exista. Mais forte, porém, é a conversão negativa: exclusão que gera exclusão. Sem educação, sem emprego, sem saúde. Quem é excluído de um sistema muito provavelmente será excluído dos outros – até a exclusão universal, situação na qual, não representando mais nenhum papel social, o indivíduo deixa de ser considerado como pessoa – exceto na afirmação contrafática dos direitos humanos – e passa a valer apenas como corpo.

Em situações de superintegração, que no limite podem ocasionar corrupção sistêmica (Neves, 2007), a sincronia apenas contingente da inclusão ou exclusão em um ou outro sistema (o cenário descrito pela prevalência da diferenciação funcional) é substituída por um mecanismo

necessário de *feedbacks* positivos – mais inclusão gera mais e mais inclusão e, principalmente, segundo a hipótese luhmanniana, exclusão gera mais e mais exclusão. É por isso que, para Luhmann (2013, p. 17), é preciso trabalhar o conceito de inclusão lado a lado ao de exclusão, pois o que está em jogo é a “oportunidade para a consideração social das pessoas”.

Nessa medida, a desintegração e a inclusão social apresentam-se como requisitos funcionais para a diferenciação entre sistemas funcionais autorreferentes. Note-se que aqui não se trata apenas da construção de espaços e ações excepcionados ao juízo moral, mas da própria indiferença dos códigos lícito/ilícito, saber/não saber, ter/não ter ao código bem/mal. Na falta de uma moral abrangente a cimentar e unir a sociedade, com validade transcendente aos “valores” operativos dos sistemas (em grande medida indiferentes a uma moralidade substancial), o “mal” passa a ser então a sociedade negar o acesso ao lado positivo dos códigos funcionais e a ética (a reflexão sobre a moral) passa a detectar como falha moral a corrupção dos códigos funcionais: dinheiro na política, medicamentos no esporte, parcialidade nas cortes (Luhmann, 1994). Daí emerge, com ares normativos, a importância da diferenciação funcional, do fechamento operacional de cada sistema e de acoplamentos estruturais (isto é, vínculos institucionalizados), em detrimento de uma corrupção sistêmica generalizada, em que códigos funcionais e não funcionais (como critérios estratificatórios, culturais, étnicos) bloqueiam a isonomia no acesso e dependência em relação aos sistemas.

Nessa linha é que podem ser interpretadas as críticas de Luhmann (1990b) ao Estado de bem-estar social, como uma situação de hiperpolitização da sociedade, com pretensões de controle pelo subsistema estatal (centro do sistema político) de todos os demais âmbitos sociais, como a economia, a educação, a saúde ou a ciência. Por meio de políticas públicas, orientadas a promover politicamente a inclusão social abrangente, os códigos e programas do sistema político carregam o potencial de desdiferenciar os critérios internos de inclusão em cada um dos demais sistemas sociais parciais. Assim, a própria inclusão promovida com as ferramentas institucionais e

políticas do *Welfare State* caminha contraditoriamente: se, de um lado, assegura as bases para a diferenciação funcional (promovendo inclusão), de outro, também a constrange, sobrecarregando a burocracia estatal e reproduzindo as distorções e desigualdades no acesso a ela.

Se esse é um argumento crítico à forma de interação entre sistema político e os demais sistemas funcionais (no caso, à forma das políticas públicas), não se trata, é certo, de uma apologia da autorregulação. Assim como criticou o planejamento central (Luhmann, 1966), Luhmann (1973) avalia que a realidade sempre vai além da confiança dos conceitos econômicos no equilíbrio de quaisquer distorções por meio do sistema de preços. Em princípio, a complexidade da sociedade moderna tende a ser desestruturada – e, portanto, submetida a uma simplificação potencialmente liberticida – se a diferenciação funcional for substituída por uma organização burocrática centralizada (como pretendeu a antiga União Soviética) ou por apenas um dos âmbitos parciais dessa sociedade, como o mercado – uma esfera de reflexão interna do sistema econômico (Luhmann, 2017, cap. 3). Na síntese de Campilongo (2011, p. 180), de um lado, quis-se “formatar politicamente o direito e a economia, com a sobreposição de lógicas”; de outro, incide-se “em equívoco análogo: atribuir ao mercado o papel determinante nas operações dos sistemas político e jurídico”.

A “racionalidade neoliberal” como expansão do subsistema econômico

Em seu esforço para caracterizar o neoliberalismo, Foucault (2010) dá um passo decisivo ao concebê-lo não como um conjunto de políticas econômicas, mas como uma racionalidade de governo (ou condução) das condutas. Essa razão normativa, ancorada no modelo da empresa e da concorrência, visa à economização de todas as esferas da vida social e da própria constituição da subjetividade (Foucault, 2010), indicando uma nova prevalência do *homo oeconomicus* sobre o *homo juridicus* e o *homo politicus*. Segundo Brown (2015), o triunfo do *homo oeconomicus* – ou

seja, da figura humana que se orienta pelo cálculo racional e pelas regras de mercado para obter melhores posições em uma constante competição (Foucault, 2010) – se dá não apenas sobre o sujeito de direitos e de interesses representados pelo já citado *homo juridicus*, mas também, sobre o *homo politicus*, a figura voltada à “realização da soberania popular, assim como de sua própria soberania” (Brown, 2015, p. 86). Nesses termos, “toda conduta é conduta econômica, todas as esferas de existência são moldadas e medidas por métricas e termos econômicos, mesmo quando essas esferas não são diretamente monetizadas” (Brown, 2015, p. 10).

Pensando especificamente as novas relações entre estado e mercado, Foucault indica com clareza o que está em jogo na governamentalidade neoliberal, trata-se

da aplicação da grelha econômica a um campo que [...] fora definido em oposição à economia ou, em todo o caso em complemento da economia, como sendo aquilo que em si, pelas suas próprias estruturas e pelos seus próprios processos, não tem a ver com a economia (Foucault, 2010, p. 307).

Trata-se, portanto, de um processo que vai além da mercantilização propriamente dita, na medida em que a racionalidade neoliberal “dissemina o modelo do mercado para todos os domínios e atividades”, engendrando “um processo de reconstrução do conhecimento, da forma, do conteúdo e da conduta adequada a todas essas esferas” (Brown, 2015, p. 31). Nessa medida, processos de neoliberalização transformam radicalmente “não a mera organização, mas os propósitos e características de cada esfera, bem como as relações entre elas”, assim como abrem caminho para a transposição de “princípios políticos democráticos de justiça no idioma econômico” (Brown, 2015, p. 35).

É precisamente nessa chave de interpretação que Foucault apresenta a racionalidade neoliberal em dois de seus aspectos constitutivos, isto é, tanto como uma grade de inteligibilidade (ou princípio de análise) pela qual esferas sociais e modos de ação não econômicos podem ser investigados a partir de categorias econômicas, quanto como um programa para a avaliação

econômica das políticas governamentais, configurando uma espécie de “tribunal econômico permanente” (Lemke, 2012, p. 16).

Desse ponto de vista, na medida em que a racionalidade neoliberal supõe essa guinada epistemológica voltada à totalização econômica dos mais diferentes objetos e esferas sociais, é que se argumenta que a mobilização da conceitualidade luhmanniana (voltada a compreender a própria diferenciação daquelas esferas) tem potencial para iluminar tanto o caráter eminentemente econômico dessa racionalidade quanto a erosão do funcionamento dos sistemas sociais, incluindo-se o direito e a política.

Em termos luhmannianos, a racionalidade neoliberal não definiria condições sociais minimamente adequadas para o desenvolvimento de acoplamentos estruturais em seu sentido próprio, que, como visto, supõem padrões de interação intersistêmica com manutenção de autonomia operacional; antes, e fundamentalmente, ela engendra condições sociais para a captura de procedimentos autorreferenciais e capacidades reflexivas de distintos sistemas sociais, minando, por dentro, seu modo de funcionamento.

Dessa perspectiva, se mecanismos jurídicos e políticos são centrais à imposição da norma da concorrência e do modelo da empresa, isso não autorizaria sem mais a afirmação do caráter político da racionalidade neoliberal. Antes, direito e política constituiriam formas esvaziadas de sentido, nomes crescentemente desvinculados dos objetos a que se reportam, objetos pré-constituídos pela guinada epistemológica que totaliza e satura o econômico na sociedade. É justamente porque insiste na descrição do funcionamento interno das esferas e nos conteúdos semânticos mínimos que nelas se sedimentam, e a partir dos quais elas se organizam, que a teoria dos sistemas poderia nos fazer avançar na compreensão dos paradoxos pelos quais, na esteira do neoliberalismo, a expansão da política se dá pelo comprometimento da democracia, e a expansão do direito pelo comprometimento da juridicidade (racionalidade jurídica). É o que pretendemos desenvolver na próxima seção.

Autorreferência e tendências de colonização sistêmica

Importante compreender como a distinção entre sistemas funcionais vem a ser construída na teoria dos sistemas. Há diferenças de código, função e meio de comunicação simbolicamente generalizado que distinguem as operações econômicas da comunicação política ou jurídica. A economia (Luhmann, 2017) trata de operacionalizar a garantia da disponibilidade futura de recursos, dada uma ligação estável com sua distribuição atual. Essa função é cumprida por meio do dinheiro, de modo que a moeda operacionaliza a diferença-diretriz do sistema: ter/ não ter. A organização típica da economia é a empresa (Baecker, 2006) e seu centro são os bancos. A reflexividade econômica opera sobretudo pelos mercados financeiros, no qual preços são formados em observância às transações da economia real (produção, comércio e consumo).

Já a política (Luhmann, 2009) serve para a tomada de decisões coletivamente vinculantes, operacionalizando o *medium* do poder para distinguir entre poder e não poder – ou melhor, dentro do Estado (sua organização central), entre governo e oposição. Uma periferia de partidos políticos, movimentos sociais e grupos de interesse circundam o Estado e legitimam que ele seja a única organização a tomar decisões imponíveis a todos. A reflexividade política é construída pela representação: em eleições, decide-se sobre quem vai tomar aquelas decisões estatais.

Finalmente, o direito (Luhmann, 2014, 2004) funciona enquanto generalização congruente das expectativas normativas: expectativas são reforçadas contra desilusão, ao serem garantidas por sanções, formalizadas em regras e reafirmadas em procedimentos de solução de conflitos. O direito válido é o meio de comunicação em curso, e, por meio de normas constitucionais e processuais e de princípios substantivos, o direito constrói sua reflexividade, direcionando a aplicação das normas válidas.

Reformuladas nos termos dessa diferenciação, nossas questões são: em que medida, ao observar as observações de outro sistema, a economia, ao desconstruí-las e reconstruí-las em termos estritamente econômicos, acaba

furtivamente moldando a própria autoimagem da política e do direito? Ou seja, em que medida as operações dos sistemas são guiadas não por sua própria reflexividade, mas por critérios econômicos? De que forma a teoria econômica acaba por afirmar-se como instância de controle científico (plataforma privilegiada da observação de segunda ordem) também para os sistemas político e jurídico? O que se propôs como hipótese é que as tendências de “economização” podem ser percebidas, nos níveis da reflexão e da reflexividade, como “formas da autorreferência”, e no nível das hetero-observações, como observações de segunda ordem.

Para caracterizar os desdobramentos possíveis da hipótese teórica sugerida, são mencionadas situações que indicam a tomada de controle, pelo sistema econômico, desses níveis de autorreferência dos sistemas político e jurídico. É evidente que essas indicações não esgotam o potencial de investigações a partir da hipótese sugerida, abrindo caminho para que esta seja testada e tensionada por outras considerações empíricas.

Racionalidade neoliberal e reflexividade

O primeiro passo é compreender como a racionalidade neoliberal afeta o plano da reflexividade. Retomamos, assim, a definição segundo a qual a reflexividade seria o mecanismo processual de aplicação das operações de um sistema sobre si mesmas – por exemplo, a regulação jurídica da própria criação/ aplicação do direito. Não se trata, como observa Neves (2007) de mera normatização da normatização – mas sim de normatização jurídica (não religiosa, moral ou discricionariamente política) dos critérios de uso dos programas decisórios jurídicos (normas).

Prosseguindo na esfera do direito, assinale-se que o espraiamento da racionalidade neoliberal coloniza o sistema jurídico, em parte, por atingir os mecanismos de regulação/ normatização das próprias normas e programas de aplicação dessas normas jurídicas. Ou seja, esses mecanismos de regulação não seguem mais critérios jurídicos, e sim critérios provenientes da economia, como eficiência, gestão, produtividade e maximização de lucros.

Em um nível basal, a autorreferência do sistema jurídico pode ser manipulada pela ingerência de critérios econômicos. Reconhece-se, por exemplo, no direito internacional, que direitos civis, tratados de livre-comércio, acordos de propriedade intelectual e garantias de proteção a investimentos contra expropriação indireta constituem normas autoaplicáveis, com mecanismos claros de responsabilização e diretamente acionáveis perante cortes internacionais ou arbitrais. Enquanto isso, normas que não incorporam direitos privados – como tratados de direitos sociais – carecem de mecanismos de *enforcement* e aproximam-se à categoria de *soft law* (Amato, 2016). Outro exemplo é a intervenção externa na remodelagem da ordem jurídica de países invadidos ou perdedores em conflitos geopolíticos e militares: aqui as potências invasoras direcionam a construção de uma ordem jurídica que seja *market-friendly*, ou seja, adira às “melhores práticas” de “governança”, garantindo o “império do direito” sobretudo na proteção a patrimônios, investimentos e contratos (Brown, 2015, p. 142-150; Granter, 2017, p. 104-106).

Entretanto, mais além da autorreferência basal, interessa o caso da normatização da normatização jurídica com base em critérios não jurídicos, mas econômicos: aqui a economicização atinge a reflexividade do sistema jurídico. Uma ilustração advém da argumentação consequencialista – quando a aplicação de uma norma jurídica não é autorreferida a outra norma, mas a uma consideração de eficiência econômica e cálculos de custo-benefício quanto a consequências (Luhmann, 1983, cap. 4). Nesse caso, a orientação do direito, predominantemente, ao passado (assegurar expectativas já garantidas como direito) é transformada em um juízo utilitário sobre as repercussões econômicas de uma decisão. Além de internalizar critérios técnico-econômicos na tomada de decisão judicial, esse tipo de orientação acaba por determinar até mesmo a definição do que e quando serão julgados casos específicos – interferindo no atributo crucial dos tribunais como centro do sistema jurídico, que é a proibição da denegação de justiça. Essa proibição é relativizada na medida em que as pautas de julgamento são adiantadas ou procrastinadas conforme as consequências

econômicas previsíveis da decisão a ser tomada. A permanente violência jurídica cometida pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro, ao abster-se de decisões sobre os planos de estabilização econômica implementados no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990, é, por exemplo, justificada pelos impactos desestruturantes que os ressarcimentos devidos aos credores teriam sobre o sistema bancário brasileiro (Villard Duran, 2010). A higidez sistêmica das instituições financeiras se sobrepõe, nesse exemplo ilustrativo, aos direitos individuais.

Racionalidade neoliberal e reflexão

O mecanismo da reflexão como forma de autorreferência, por sua vez, pode ser compreendido como a elaboração conceitual – interna ao sistema e a partir de seus próprios elementos – da sua identidade em contraposição ao ambiente (Luhmann, 1995). Nesse sentido, também a partir de uma leitura sistêmica de Foucault (2010), Minhoto e Gonçalves (2015, p. 28) indicam o neoliberalismo como o “negativo da ênfase luhmanniana no primado da diferenciação funcional e na autonomia dos diferentes sistemas parciais da sociedade”; um dos focos dessa perspectiva negativa parece estar, exatamente, na forma como o neoliberalismo limita os mecanismos de reconstrução interna da diferenciação, em especial o mecanismo da reflexão.

O espraiamento da racionalidade neoliberal, com a generalização da linguagem, dos critérios, mecanismos e programas do sistema econômico para as demais esferas da vida limita a possibilidade que os sistemas teriam de conceber, internamente, sua própria identidade, isto é, limita sua capacidade de construção e desenvolvimento de teorias reflexivas. Tal limitação pode ser percebida na atual prevalência de autodescrições pretensamente internas a um sistema (no caso do direto, a dogmática jurídica), mas que, em realidade, apoiam-se em elementos extrínsecos a ele; ou seja, são realizadas a partir de uma linguagem, de códigos e de programas próprios da economia.

Luhmann (2004) enfatiza essas teorias sobre os sistemas elaboradas internamente aos próprios sistemas. Nas palavras do autor, no caso das

teorias do direito, estas comporiam “a forma pela qual o direito se apresenta como resultado de sua autointerpretação” e seriam “produtos do sistema jurídico se auto-observando” (Luhmann, 2004, p. 54). As teorias jurídicas aparecem como material privilegiado para a compreensão da prevalência de descrições internas que se utilizam de elementos externos. Aqui se poderia entender a “teoria *mesma como uma* forma de acoplamento estrutural do sistema científico com as teorias reflexivas dos [outros] sistemas funcionais”; assim, poderíamos “perceber o mecanismo do acoplamento estrutural como uma forma, isto é, canalização de irritações pela exclusão/inclusão de possibilidades, nessa interface” (Luhmann, 2004, p. 459, grifos no original). Na medida em que teorias do direito proponham a prevalência de critérios econômicos enquanto determinantes para a construção de doutrinas jurídicas, o acoplamento estrutural deixa de existir como garantia da diferenciação funcional e se degenera em uma simples correia de transmissão da racionalidade econômica para a interpretação do direito.

Um caso célebre de colonização econômica de teoria reflexiva no direito aparece na corrente teórica do *law and economics*. Essa teoria jurídica parte de critérios, elementos e pressupostos da microeconomia, como a eficiência e a maximização de riqueza, indicando-os como os parâmetros mais precisos para orientar a tomada de decisões pelos tribunais em diversos campos do direito (Scheuerman, 1999).

Tal forma de análise econômica do direito, calcada nos preceitos do neoliberalismo da Escola de Chicago, baseia-se na teoria utilitarista das escolhas racionais e busca fornecer critérios econômicos e modelizações matemáticas para decisões jurídicas, notadamente as judiciais: tudo pode ser reduzido a custos e todos os custos, “inclusive os não pecuniários”, podem ser matematizados (Posner, 2010, p. xiv). Do ponto de vista da diferenciação/desdiferenciação funcional, uma decisão judicial que adote como critério de solução do caso concreto o princípio (econômico) da “maximização de riqueza” (Posner, 2010, p. xiii-xiv) é tão inadequada quanto se decidisse com base em qualquer outro critério não jurídico:

religioso (vontade divina), político (reforço do poder estatal) ou científico (cumprimento das condições de possibilidade para o conhecimento legal).

No sentido da análise econômica do direito, em suas versões mais normativas, baseadas na absolutização do ideal da eficiência, a economização do direito toma a forma de um impacto desdiferenciante com penetração principalmente no plano de autorreflexão do sistema jurídico (teoria do direito e dogmática jurídica), mas com pretensões de chegar à esfera jurisdicional. Esse impacto é mais sensível no plano dos direitos fundamentais, de modo especial, e no direito público, de modo geral, já que na esfera privada é corrente a prática de pecuniarização dos danos de diversas naturezas e a sanção de indenização pecuniária (também presente no âmbito penal). O entendimento autodeclarado da vertente da análise econômica do direito desconsidera limitações entre política, direito, economia, educação, ciência. No limite, chega a propor a moralização da sociedade, com o apagamento das diferenças sistêmicas, já que a sociedade resumir-se-ia à economia (“sociedade comercial”, diz Posner, 2010, p. xvi-xvii) e a “maximização de riqueza” seria um princípio moral. Quanto aos direitos humanos e fundamentais, o cenário agrava-se, por constituírem-se como garantia básica às dimensões mais essenciais da própria diferenciação social (Luhmann, 2010). Como se sabe, essas dimensões não estão totalmente disponíveis para um cálculo de otimização, nem sua proteção pode estar totalmente submetida a critérios de eficiência econômica: por exemplo, seria a norma da igualdade compatível com o “princípio de maximização da riqueza”, na versão da *law and economics*, segundo a qual este “determina que os direitos devem ser inicialmente conferidos àqueles que provavelmente os valorizarão mais, de modo a minimizar os custos de transação” (Posner, 2010, p. 186)? Poder-se-ia deduzir os direitos fundamentais conforme fossem ou não economicamente funcionais? Poderíamos simplesmente calcular o preço que algumas pessoas pagariam para “não se relacionar com integrantes de grupos raciais, religiosos ou étnicos diferentes do delas”, exercendo esse “gosto pela discriminação” (Posner, 2010, p. 415-416)?

Nessa linha de alienação econômica da reflexão jurídica, há quem proponha um cálculo utilitarista tecnocrático de sanções e recompensas como método para se definir desde sistemas de governo (Vermeule, 2007) até incentivos comportamentais voltados para a regulação econômica/ambiental (Thaler; Sunstein, 2008). Unger (2017, p. 62-63) chama essas correntes de “benthamismo encolhido”, por conceberem o direito como mera caixa de ferramentas para direcionar tecnicamente os comportamentos dos cidadãos a partir de prazeres e sofrimentos – sem uma concepção maior – que Bentham teve – de reforma política radical das instituições e estruturas sociais. Há, ainda, quem (Koskenniemi, 2011) criticamente registre a transição – especialmente no direito constitucional e no direito internacional – de teorias baseadas em uma cosmovisão (*mindset*) liberal kantiana, deontológica, para teorias que justificam suas análises por apelo a um “gerencialismo” (*managerialism*), isto é, por critérios empresariais de estratégia, planejamento, metas e controles.

Racionalidade neoliberal e observação de segunda ordem

Há ainda outro nível no qual parece frutífera a análise sistêmica dos efeitos da generalização da forma empresa na sociedade contemporânea: o das observações externas e de segunda ordem. Como indicado, os subsistemas sociais têm mecanismos que permitem que eles realizem, a partir de seus elementos, a leitura de seu ambiente, dentro do qual se encontram os outros subsistemas. As observações de segunda ordem levam em conta os critérios internos do sistema observado, mas também colocam no campo de visão os pontos cegos que as elaborações internas aos sistemas não podem captar (Luhmann, 2004, 1996).

Nesse contexto, as proposições de Foucault (2010) sobre a generalização da forma empresa e da grelha econômica no capitalismo neoliberal podem ser compreendidas, em termos sistêmicos, não apenas como algo que afeta o funcionamento interno e a autorreferência de cada um dos sistemas, mas também como tendência pela qual a observação externa de segunda

ordem realizada pela economia apareça com única leitura possível – ou, ao menos, como leitura preponderante – para todos os sistemas sociais.

É nesse sentido que Foucault (2010, p. 303-304) observa o “modo como os neoliberais americanos tentam utilizar a economia de mercado e as análises características da economia de mercado para explicarem as relações não mercantis”. Indo mais a fundo, o autor apresenta a generalização da forma econômica como uma espécie de princípio de inteligibilidade, pelo qual toda e qualquer esfera social pode ser explicada. Nas palavras do autor, isso “significa que a análise em termos de economia de mercado, em termos de oferta e procura, vai servir de esquema que se pode aplicar a domínios não econômicos” (Foucault, 2010, p. 307).

É nesses termos que os economistas se tornam especialistas em tudo e as análises econômicas e econométricas aparecem como a forma preponderante de compreensão para todos os sistemas parciais da sociedade – o direito, a política, a educação, a arte etc. Retomando os termos luhmannianos, a observação externa realizada pela economia se sobrepõe às demais, dificultando a elaboração e o alcance de outras observações de segunda ordem.

Exemplar aqui é a alienação da semântica jurídica pela economia advinda das teorizações focadas em registros como os de “governança” e de “regulação” (Amato, 2014a, 2014b), que pretendem substituir as sanções oficiais por sanções reputacionais, localizar o arbitramento do conflito em ambientes autorregulados por corporações e especialistas e implantar regras técnicas de autorregulação (expectativas mais cognitivizadas, orientadas pela tecnologia, pela economia e pela ciência) que substituam a normatividade moralmente carregada das decisões jurídicas estatais. É uma observação econômica, no fundo, que substitui os procedimentos, programas e sanções pelos quais o direito observa e distingue o lícito e o ilícito. Nessa linha, Kennedy (2016) nota a presença crescente de concepções teóricas que remetem a fundamentação epistêmica do direito – o nível da observação de segunda ordem, em termos sistêmicos – ao conhecimento especializado (*expertise*) de uma comunidade de juristas, técnicos, políticos e homens de negócios.

No direito estatal, por outro lado, órgãos de controle do Judiciário e do Ministério Público implantam critérios, métricas e monitoramento de eficiência e celeridade nos julgamentos dos tribunais, fazendo as promoções de carreira e a distribuição de processos dependerem da observação econômica das operações jurídicas – institucionaliza-se, portanto, uma observação de segunda ordem, e critérios de eficiência são internalizados, de modo a repercutir na forma e ritmo dos processos judiciais.

Considerações finais

Este artigo procurou caracterizar a forma pela qual a racionalidade neoliberal tende a limitar o funcionamento e a autonomia dos subsistemas parciais da sociedade. Sugere-se que, no plano interno aos sistemas, a racionalidade neoliberal ataca os mecanismos sistêmicos da reflexão e da reflexividade; no plano externo, da hetero-observação, torna possível que a observação de segundo grau realizada sob o prisma do subsistema econômico se sobreponha às demais.

A racionalidade neoliberal tende a fazer com que subsistemas como o direito e a política elaborem tanto seus programas e autodescrições quanto sua própria distinção “sistema/ ambiente” a partir de elementos econômicos – eficiência, organização empresarial, maximização de lucros, modelos concorrenciais. Do mesmo modo, a observação externa que se torna preponderante na sociedade é a observação realizada pelo subsistema econômico e, portanto, segundo esses mesmos critérios.

Ou seja, ao colonizar mecanismos de observação interna e externa por uma mesma razão, o neoliberalismo engendra um acentuado processo de ocultação de pontos cegos no funcionamento dos subsistemas sociais, em especial, dos pontos cegos da própria racionalidade econômica, que passa a ser vista como incontestável, como a única alternativa possível à sociedade contemporânea.

Essas proposições parecem convergir com as leituras do neoliberalismo que não apenas enfocam o espraiamento da forma-empresa e da racionalidade

econômica para todas as esferas da vida social (Foucault, 2010), mas também apontam o quanto essa razão se impõe como uma espécie de consenso (Brown, 2015). A racionalidade neoliberal tende a adquirir essa aparência de incontestável exatamente porque vêm sendo minadas as possibilidades de observação de seus pontos cegos.

Do ponto de vista da teoria dos sistemas, o diagnóstico luhmanniano da diferenciação funcional vê-se confrontado por tendências internas à sociedade funcionalmente diferenciada, que paradoxalmente mantém distintos mecanismos de reflexão e reflexividade e distintas teorias (responsáveis pela observação de segunda ordem de um sistema por outro, i.e. pela ciência), mas os colonizam, tornando-os miméticos a um determinado sistema parcial da sociedade: a economia, em sua configuração neoliberal.

Assim, o neoliberalismo reformata e desdiferencia âmbitos autorreferenciais como a política e o direito: não simplesmente quebrando sua autopoiese, mas incorporando o primado econômico como regra interna de sua operacionalização. Ao elidir a própria complexidade advinda da desintegração entre os sistemas funcionais (base de sua liberdade operacional), a racionalidade neoliberal suscita efeitos excludentes que se tornam opacos aos sistemas sociais operantes sob os critérios e formas dessa configuração econômica.

Laurindo Dias Minhoto é Doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito e Professor livre-docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

✉ ldm@usp.br

Lucas Fucci Amato é Livre-Docente em Filosofia e Teoria Geral do Direito e Professor colaborador na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

✉ lucas.amato@usp.br

Pedro de Almeida Pires Camargos é Mestre em Sociologia pela USP e pesquisador do grupo Teoria dos Sistemas e Crítica Social (FFLCH-USP).

✉ pedro.camargos@usp.br

Referências

1. AMATO, Lucas F. Economia e política dos direitos culturais na ordem internacional. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, v. 61, n. 1, p. 165-192, 2016. <http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v61i1.39558>
2. AMATO, Lucas F. Governança e regulação: legitimidade e novas formas de programação do direito. *Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico*, v. 3, n. 4, p. 139-158, 2014a.
3. AMATO, Lucas F. *Constitucionalização corporativa: direitos humanos fundamentais, economia e empresa*. Curitiba: Juruá, 2014b.
4. AMATO, Lucas F.; BARROS, Marco Antonio L. L. de (orgs.). *Teoria crítica dos sistemas? Crítica, teoria social e direito*. Porto Alegre: Fi, 2018.
5. BAECKER, Dirk. The form of the firm. *Organization*, v. 13, p. 109-142, 2006. <https://doi.org/10.1177/1350508406059644>
6. BROWN, Wendy. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. Nova York: Zone Books, 2015.
7. CAMPILONGO, Celso. *Política, sistema jurídico e decisão judicial*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
8. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016a.
9. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. *O Olho da História*, v. 22, p. 1-15, 2016b.
10. FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Lisboa: Edições 70, 2010.
11. GRANTER, Edward. Strictly business: critical theory and the society of rackets. *Competition & Change*, v. 21, n. 2, p. 94-113, 2017. <https://doi.org/10.1177/1024529417690716>
12. KENNEDY, David. *A world of struggle: how power, law, and expertise shape global political economy*. Princeton: Princeton University Press, 2016.
13. KOSKENNIEMI, Martti. *The politics of international law*. Oxford: Hart, 2011.
14. LEMKE, Thomas. *Foucault, governmentality and critique*. Boulder: Paradigm, 2012.
15. LUHMANN, Niklas. *La economía de la sociedad*. Cidade do México: Herder, 2017.
16. LUHMANN, Niklas. *A sociological theory of law*. 2. ed. Londres: Routledge, 2014.
17. LUHMANN, Niklas. *Theory of society II*. Stanford: Stanford University Press, 2013.
18. LUHMANN, Niklas. *Theory of society I*. Stanford: Stanford University Press, 2012.

19. LUHMANN, Niklas. *Los derechos fundamentales como institución: aportación a la sociología política*. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 2010.
20. LUHMANN, Niklas. *La política como sistema*. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 2009.
21. LUHMANN, Niklas. *Law as a social system*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
22. LUHMANN, Niklas. *Introducción a la teoría de sistemas*. Cidade do México: Anthropos, 1996.
23. LUHMANN, Niklas. *Social Systems*. Stanford: Stanford University Press, 1995.
24. LUHMANN, Niklas. Politicians, honesty and the higher amorality of politics. *Theory, Culture & Society*, v. 11, p. 25-36, 1994. <https://doi.org/10.1177/026327694011002002>
25. LUHMANN, Niklas. *Essays on self-reference*. Nova York: New York University Press, 1990a.
26. LUHMANN, Niklas. *Political theory in the Welfare State*. Berlim: De Gruyter, 1990b.
27. LUHMANN, Niklas. *Sistema jurídico y dogmática jurídica*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983.
28. LUHMANN, Niklas. Politische Verfassungen im kontext des Gesellschaftssystems (1. Teil). *Der Staat*, v. 12, n. 1, p. 1-22, 1973.
29. LUHMANN, Niklas. Politische planung. *Jahrbuch für Sozialwissenschaft*, v. 17, n. 3, p. 271-296, 1966.
30. MINHOTO, Laurindo D. Nota crítica sobre a teoria dos sistemas, o neoliberalismo e o direito à cidade. *Direito e Praxis*, v. 5, n. 9, p. 462-474, 2014. <http://dx.doi.org/10.12957/dep.2014.13741>
31. MINHOTO, Laurindo D. Notes on Luhmann, Adorno, and the critique of neoliberalism. *Thesis Eleven*, v. 143, p. 56-69, 2017. <https://doi.org/10.1177/0725513617741138>
32. MINHOTO, Laurindo D.; GONÇALVES, Guilherme L. Nova ideologia alemã: a teoria social envenenada de Niklas Luhmann. *Tempo Social*, v. 27, n. 2, p. 21-43, 2015. <https://doi.org/10.1590/0103-2070201522>
33. NEVES, Marcelo. *A constitucionalização simbólica*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
34. POSNER, Richard. *A economia da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
35. SCHEUERMAN, William. Free Market anti-formalism: the case of Richard Posner. *Ratio Juris*, v. 12, p. 80-95, 1999. <http://dx.doi.org/10.1111/1467-9337.00109>
36. SILVA, Lucas T. da. *Biopolítica e o enunciado da autonomização das esferas sociais*. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
37. THALER, Richard; SUNSTEIN, Cass. *Nudge: improving decisions about health, wealth, and happiness*. New Haven: Yale University Press, 2008.

38. UNGER, Roberto M. *O movimento de estudos críticos do Direito: outro tempo, tarefa maior*. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2017.
39. VERMEULE, Adrian. *Mechanisms of democracy: institutional design writ small*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
40. VILLARD DURAN, Camila. *Direito e moeda: o controle dos planos de estabilização monetária pelo STF*. São Paulo: Saraiva, 2010.

Recebido: 8 mar. 2021

Aceito: 3 set. 2021

Dois casos na disputa paradigmática do trabalho de socioeducador

Rosalvo Negreiros de Oliveira Júnior* 

Marcílio Dantas Brandão** 

Resumo

Inquietados com a experiência de Antônio Carlos Gomes da Costa que, no auge da ditadura militar, implementou uma inovadora ideia de atendimento educacional de adolescentes em privação de liberdade, resgatamos seu relato dessa experiência em Minas Gerais e o cotejamos ao processo de constituição recente da categoria de trabalho de socioeducadores no Ceará, para realizar uma análise comparada das dinâmicas afetivas das duas experiências. À luz da teoria afetiva de Spinoza, associada à sociologia configuracional de Norbert Elias, postulamos que na experiência mais recente abundam medo e vergonha, enquanto no caso pregresso predominam reconhecimento e aprovação em relação ao trabalho hoje denominado de socioeducador. Por fim, identificamos os polos paradigmáticos da configuração desta categoria de trabalho nas distintas épocas e constatamos que a polaridade se reproduz nas duas experiências com alternância de posição e forma nas disputas entre um paradigma autoritário e outro institucional democrático.

Palavras-chave: sistema socioeducativo, socioeducadores, teoria dos afetos, sociologia configuracional.

* Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

** Universidade Federal do Vale de São Francisco, Juazeiro, BA, Brasil.

Two cases in the paradigmatic dispute of socio-educator work

Abstract

Concerned with the experience of Antônio Carlos Gomes da Costa who, at the height of the military dictatorship in Brazil, implemented an innovative idea of educational assistance to court-involved youth, we recall his account of this experience in Minas Gerais and compare it to the process of recent constitution of the work category of social educators in Ceará/Brazil. Thus, our idea is to make a comparative analysis of the affective dynamics of the two experiences. In light of Spinoza's theory of affects, associated with Norbert Elias' figurational sociology, we postulate that in the most recent experience fear and shame abound, while in the previous case recognition and approval prevail in relation to the occupation currently called social educator. Finally, we identified the paradigmatic poles in the configuration of this category of work at different times and found that the polarity is reproduced in the two experiences with an alternation of position and form in the disputes between an authoritarian paradigm and another democratic institutional one.

Keywords: socio-educational system, social educators, theory of the affects, figurational sociology.

Introdução

Ao longo de pesquisa de mestrado em sociologia empreendida entre 2019 e 2021, identificamos que socioeducadores formam uma categoria profissional que ainda disputa a configuração de sua autoimagem. Investigando a situação específica do estado do Ceará, observamos que, desde 2017, há um esforço de consolidação do paradigma institucional democrático consoante aos marcos legais do conjunto dos direitos humanos, Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) que fundamentam legalmente a “doutrina da proteção integral”. Por outro lado, percebemos a continuidade de influência do paradigma autoritário relatado por Schwarcz (2019), no qual – além do conteúdo

patrimonialista, racista e violento – há resquícios da “doutrina da situação irregular” (Oliveira Júnior, 2021).

Interpretamos essa disputa como uma ameaça para o esforço realizado pela Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS) do Ceará. Tendo adotado um “Novo Modelo de Gestão” desde 2017, a SEAS conquistou avanços estruturais e organizacionais, mas encontra dificuldades para efetivar a transição anunciada em seu recente planejamento (Brasil, 2016). O principal empecilho é a relação com os socioeducadores que trabalham nas unidades do Sistema. Os encontros entre os sujeitos e a instituição gestora invariavelmente acarretam afecções tristes que geram afetos de distanciamento, falta de confiança, medo e repulsa. Além de prejudicar a coesão na estrutura e o desenvolvimento dos projetos pedagógicos e protocolos de segurança, este fenômeno abre espaço para que o paradigma autoritário potencialize sua inserção na configuração da categoria de trabalho. Neste texto, sintetizamos a análise deste dilema contemporâneo ao mesmo tempo que o cotejamos a uma experiência inovadora de um passado correlato que teve lugar no estado de Minas Gerais.

Enquadramento teórico-metodológico

A pesquisa que empreendemos no sistema socioeducativo do Ceará teve um arcabouço teórico sustentado na sociologia configuracional desenvolvida por Norbert Elias e na filosofia dos afetos de Spinoza. A definição de Spinoza que consideramos central para o emprego de sua teoria de maneira complementar a uma análise sociológica configuracional aponta que “[...] se vários indivíduos contribuem para uma única ação, de maneira tal que sejam todos, em conjunto, a causa de um único efeito, considero-os todos, sob este aspecto, como uma única coisa singular” (Spinoza, 2017[1677], p. 81). Daí, recorreremos a Norbert Elias para estabelecer uma delimitação sociológica do que vem a ser esta “coisa singular”.

Elias desenvolveu sua teoria configuracional no início do século XX conduzindo suas análises a partir das imagens e autoimagens difundidas culturalmente nas sociedades que estudou. As arquiteturas sociais e seus respectivos processos socio-históricos foram objetos que tentou compreender para produzir entendimentos sobre a constituição e transformações das relações sociais. O autor estabeleceu, por esta via, a noção de “redes de interdependência”, que emergem como objetos indivisíveis da análise sociológica (Elias, 1994). O conceito de rede foi mobilizado por Elias para ilustrar o sistema relacional em que se desenvolvem os agrupamentos humanos. Um complexo e maleável emaranhado de fios cuja disposição corresponde à maneira que cada um depende dos outros. Essa interdependência indica o modo como emoções tais como medo, vergonha, esperança e orgulho afetam o processo configuracional correspondente a cada agrupamento, sua coesão, seu código comportamental específico, seus níveis de hierarquização – podendo identificar organizações de grupos entre dominantes/estabelecidos e dominados/*outsiders* ou qualquer outro formato possível (Elias, 2000) e sua distribuição de capital, seja econômico ou social. A correlação analítica de diferentes períodos desse processo permitiu-lhe explicar passado e presente do mesmo, bem como deu condições de tecer apontamentos fundamentados sobre seu futuro (Elias, 1994).

Assim, consideramos, a partir de uma perspectiva eliasiana, que uma rede de interdependência formada por indivíduos cuja ação converge em um determinado sentido, seja profissional, político, territorial, ideológico etc., pode ser uma coisa singular como a que refere Spinoza. A teoria afetiva de Spinoza (2017), corroborada cientificamente por Damásio (2004), enriqueceu as possibilidades interpretativas para condicionantes afetivos das ações efetivadas nas redes de interdependência estudadas. Recorremos ao neurocientista Antônio Damásio em meio a uma seleção multidisciplinar de estudiosos das emoções (Brandão, 2019, p. 63), pois suas postulações – baseadas em recursos de outro campo científico e bastante atuais – ratificam a existência do processo afetivo proposto por Spinoza. Damásio (2000) diferencia sentimentos e emoções humanas, as emoções

são exteriorizadas por reações fisiológicas e comportamentos, enquanto os sentimentos ficam restritos à mente do sujeito. Tanto as emoções quanto os sentimentos, na obra de Damásio (2000; 2004), assim como os afetos nas proposições de Spinoza, decorrem de imagens produzidas no pensamento a partir de encontros presentes, memórias do passado ou projeções do futuro. Por isso, como afirma Damásio (2004), precisamos entendê-los separadamente para depois uni-los novamente em forma de afetos.

Segundo Spinoza (2017), todos os seres vivos compartilham o que ele chama de “potência”, que é a característica de perseverar na própria existência. Quando os encontros favorecem a potência, produzem-se “afetos alegres”, como amor, satisfação e orgulho. Por outro lado, quando os encontros prejudicam essa capacidade de existir surgem “afetos tristes”, como ódio, frustração e vergonha. O resultado de cada encontro alimenta os desejos que sentimos. Dessa forma, afetos alegres geram o desejo de que os encontros que os proporcionaram se repitam e que a existência dos objetos relacionados a esses seja favorecida; enquanto afetos tristes fortalecem o desejo de que seus respectivos encontros não tornem a acontecer e os objetos correlacionados deixem de existir. Por este caminho, Spinoza (2017) delimita os três afetos que apresenta como primários: alegria, tristeza e desejo.

Nessa perspectiva, a ação individual está vinculada ao desejo que, contudo, sofre pressões condicionantes dos demais encontros. Logo, mesmo que um determinado desejo esteja estabelecido, a ação que o realiza é condicionada pelos demais encontros e afetos que sua efetivação sugere. Essa decisão é tomada a partir do arcabouço afetivo composto pelo acúmulo de imagens derivadas de encontros pregressos e de um cálculo imagético com diferentes graus de racionalidade, pois realiza-se em uma dimensão afetiva que, segundo Damásio (2000), fica no limiar que separa em nós a emoção – entendida como a reação fisiológica do corpo a encontros com o mundo externo – do sentimento, que é a conscientização deste processo emotivo.

Dessa maneira, a referida pesquisa de mestrado resultou em uma concepção configuracional do trabalho de socioeducadores no sistema socioeducativo em Fortaleza, que permitiu analisar os encontros proporcionados cotidianamente pelo trabalho na referida função, a dinâmica afetiva decorrente dessas interações e seus efeitos sobre a constituição das redes de interdependência dos socioeducadores. Isso nos proporcionou as bases para analisar a implementação da própria política de socioeducação do estado do Ceará a partir de aspectos pouco discutidos na literatura precedente, mas bastante importantes na prática cotidiana do trabalho de socioeducadores (Oliveira Júnior, 2021).

Em discussões subjacentes à referida pesquisa de mestrado, surgiu uma provocação do orientador no sentido de expor os relatos de Costa (1999) à mesma metodologia utilizada para categorizar os dados obtidos em Fortaleza. Tal metodologia se baseou na codificação aberta, inspirada na proposta de Strauss e Corbin (2008), a qual consiste em produzir uma tipologia dos elementos em análise que apontam a dinâmica afetiva que configura a rede de interdependência estudada. Essa sociogênese (Elias, 1994) converte os enunciados em imagens e autoimagens, evidenciando as afecções em curso e os paradigmas socio-históricos que incidem sobre o desenvolvimento da estrutura na qual são difundidos.

A partir da compreensão desse processo configuracional, buscamos neste artigo realizar uma análise comparada entre duas perspectivas separadas por mais de quatro décadas e muitas particularidades socioestruturais. De um lado, resgatamos a produção de Antônio Carlos Gomes da Costa (1999) sobre sua concepção de educador formulada a partir de 1977 no trabalho com crianças e adolescentes do sexo feminino atendidas em uma unidade da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (Febem) de Minas Gerais. De outro, nossa concepção de socioeducador formulada em 2021, a partir da análise que empreendemos junto ao sistema socioeducativo em Fortaleza, no estado do Ceará. Esta abordagem se restringiu a medidas de internação de adolescentes do sexo masculino que cometeram atos infracionais.

Entendemos que as semelhanças e divergências entre essas duas perspectivas podem refletir como o processo configuracional da categoria de trabalho encarregada de atender adolescentes que precisam ser reconduzidas à vida em sociedade adquiriu os atributos que identificamos como peculiares ao socioeducador. Nossa expectativa é de que este estudo aponte alguns obstáculos afetivos para uma configuração potente do trabalho desses sujeitos que são essenciais para a efetividade da política nacional de socioeducação e, a partir desses apontamentos, possamos desenvolver maneiras de enfrentar os atuais desafios de implementação do sistema.

Delimitação do problema

Lidar com crianças e adolescentes envolvidos em conflitos sociais é um problema abordado em políticas nacionais desde o Código de Mello Matos, de 1927 (Raniere, 2014); passando pela Política Nacional do Bem-Estar do Menor, de 1964, e pelo Código de Menores, de 1979, até chegar ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) atualmente vigente (Veronese; Lima, 2009; Peixoto, 2011). Esse processo teve uma importante mudança com a promulgação da Constituição Federal (1988) e a adoção do ECA (1990), que estabeleceram discussões as quais culminaram com a instituição do Sinase por lei federal (Brasil, 2012), determinando os princípios e diretrizes norteadoras dos projetos e programas que a União e os municípios devem desenvolver para o atendimento de crianças e adolescentes sentenciados pelo cometimento de atos infracionais. Priorizando medidas socioeducativas em meio aberto, tais como prestação de serviço à comunidade (PSC) e liberdade assistida (LA), o Sinase, em acordo com o que é previsto no ECA (1990), nas Regras de Beijing, na Convenção dos Direitos da Criança e nas Regras de Havana (Nações Unidas Brasil, 2015), admite medidas restritivas de liberdade como a semiliberdade e internação em estabelecimento educacional apenas para situações excepcionais e com brevidade.

No estudo de Oliveira Júnior (2021), o foco investigativo é voltado para a medida de internação em unidades socioeducativas na cidade de Fortaleza, no Ceará. Dentre as dez unidades em funcionamento nesta capital, seis são destinadas a essa medida, que atende adolescentes e jovens de 12 a 21 anos que cometeram atos infracionais como roubo, homicídio, tráfico de drogas, porte de armas, latrocínio, furto, estupro, entre outros. Em que pese o fato de a experiência relatada por Costa (1999) ter se implementado muito antes da instituição do Sinase, o trabalho narrado por esse autor converge com a recente pesquisa por se dirigir também à reflexão acerca do que se faz em unidades de privação de liberdade para crianças e adolescentes.

No desenvolvimento deste artigo, apresentaremos a experiência socioeducativa mais recente e refletiremos sobre a narrativa de Costa (1999). Por fim, discutiremos convergências e diferenças entre ambas, estabelecendo a argumentação que nos leva a concluir que – apesar dos recentes avanços democratizantes das normas e leis relativas ao tema – o trabalho anterior alcançou reconhecimento e aprovação enquanto no trabalho mais recente abundam medo e vergonha.

Socioeducadores no Ceará em 2021

Em Fortaleza, observa-se o quantitativo médio de 74 socioeducadores lotados em cada unidade socioeducativa (Ceará, 2018, p. 59). Há, ainda, outros profissionais para áreas específicas como saúde, assistência social, psicologia, lazer e educação dos adolescentes, cujo quantitativo precisa considerar as diversas situações cotidianas e diferentes eventos desenvolvidos durante o cumprimento das medidas. O Sinase determina que a atuação dos socioeducadores deve abranger a segurança dos socioeducandos e demais funcionários da unidade e as necessidades pedagógicas dos adolescentes. Analisando a classificação das atribuições desses trabalhadores pudemos distribuí-las em quatro categorias operacionais: segurança; acolhimento,

acompanhamento e cuidado; educação; planejamento e gestão de atividades (Brasil, 2006).

Entre 2010 e 2017, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) acumulava entre as suas responsabilidades a administração da política socioeducativa estadual. A complexidade do sistema apresentava demandas estruturais e organizacionais que estavam além da capacidade de gestão do órgão. Essa incapacidade administrativa resultou em inúmeras violações dos direitos humanos do público atendido e, como consequência, constantes conflitos internos, fugas, motins e rebeliões (Brasil, 2016, p. 17-19). Nesse período, organizações como o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Fórum Permanente de ONGs de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes (Fórum DCA) realizaram inspeções em algumas unidades socioeducativas de internação e constataram violações que fundamentaram a denúncia do Estado do Ceará à Corte Interamericana de Direitos Humanos, cuja sentença resultou na Medida Cautelar Nº 6015 (OEA, 2015), elaborada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) com demandas objetivas que orientaram os esforços do Governo do Estado para reformular a política socioeducativa no Ceará (Brasil, 2016).

A criação da SEAS, como entidade exclusiva para gestão da socioeducação, foi uma ação estratégica com o objetivo de efetivar, sobretudo, uma mudança cultural no ambiente socioeducativo do estado. O intuito era combater os resquícios histórico-culturais de doutrinas carcerárias, punitivas e repressivas e dar lugar a projetos pedagógicos em convergência com os direitos humanos e com foco numa recondução dos adolescentes ao convívio em sociedade fundamentalmente orientada pelos princípios e diretrizes do Sinase (Brasil, 2016).

A gestora planejava implementar essa nova cultura a partir da reestruturação do trabalho, oferecendo condições organizacionais para que os esforços convergissem nesse sentido, e da realização de cursos e oficinas de maneira continuada, para a qualificação dos envolvidos com todo o processo de atendimento socioeducativo (Brasil, 2016). Contudo, a perspectiva que

nossos interlocutores nos ofereceram demonstrou que o curso inicial ficou aquém das expectativas dos recém-admitidos socioeducadores os quais consideraram que os professores e palestrantes dessa etapa de qualificação – então representantes da SEAS –, apesar de todo o conteúdo teórico apresentado, não dominavam inteiramente o processo socioeducativo e isso não lhes conferia a confiança necessária para um início tranquilo nas atividades cotidianas. Também consideraram que a descrição do trabalho e do público com que trabalhariam não correspondeu à realidade encontrada desde seu primeiro dia de trabalho nas unidades.

Em contraposição, os novos socioeducadores conheceram, ainda durante o curso de qualificação, alguns socioeducadores que já trabalhavam nas unidades desde a gestão da STDS, também aprovados na seleção. E, posteriormente, já em campo, conheceram os agentes que ainda trabalhavam em regime de aviso prévio, ou seja, com o desligamento iminente da função. Em um primeiro momento, os socioeducadores antigos apresentaram aos novatos mais conhecimento do que a SEAS no que tange ao funcionamento real das unidades, ao relacionamento com os socioeducandos e aos conflitos característicos do trabalho.

O conteúdo teórico apresentado pela SEAS, seguido da incongruência das descrições da realidade cotidiana das unidades, ofereceu aos socioeducadores novatos afetos de dúvida sobre a capacidade da entidade gestora. Somada a isso, a demissão de socioeducadores antigos deu início à produção da imagem de que, enquanto elemento genérico, qualquer socioeducador ou a própria categoria poderia ser descartada a qualquer momento. Por outro lado, os antigos que permaneceram trabalhando apresentaram, além de descrições mais convergentes com a realidade objetiva das unidades, soluções imediatas para os problemas que surgiam no cotidiano.

Contudo, com o decorrer das atividades, os novatos perceberam que mudanças estruturais e organizacionais estavam acontecendo. Os resquícios dos períodos caóticos da gestão STDS estavam sendo mitigados tanto com a reestruturação quanto com a reorganização da medida. Algumas práticas

comuns dessa fase anterior, incentivadas pelos antigos, divergiam do rumo que a transição estava tomando. Assim, nem a SEAS nem os antigos detinham uma confiança coesa de todos os novatos.

O processo que observamos com essa quebra de expectativas e busca por reorientação das ações dos socioeducadores novatos condiz com a proposição de Spinoza (2017) sobre o estado de flutuação de ânimo, que incide sobre o sujeito – ou sobre a rede de interdependência, na perspectiva que empregamos aqui – produzindo afecções contraditórias em relação às imagens previstas para os encontros. Da gestão, por um lado, esperavam confiança, mas foram afetados por dúvida, queriam ser valorizados, mas sentiram sua categoria fragilizada em um duro processo de transição geracional; por outro, esperavam dos socioeducadores antigos experiências positivas, soluções qualificadas para as dificuldades do trabalho, mas encontraram também desencanto e falta de preparo. Assim, o cotidiano de trabalho dos socioeducadores se tornou um esforço de triagem de procedimentos e condutas, em que absorviam da SEAS, da herança dos antigos e dos encontros com os socioeducandos e demais redes do trabalho o arcabouço de práticas e posturas que mais atribuem potência a suas ações.

Essa dinâmica influenciou, e ainda influencia, as diferentes formas de atuação que se desenvolveram nas unidades. Enquanto alguns socioeducadores percebem avanços na nova maneira de atuar baseada no modelo de gestão proposto pela SEAS, alguns ainda se sentem mais seguros com a metodologia herdada dos antigos. Nesse sentido, nossos interlocutores possibilitaram uma tipificação desses sujeitos em relação às condutas de trabalho. Classificamos, então, os atributos ligados a uma postura mais aconselhadora, gentil, favorecedora de atividades externas aos dormitórios como relativas a socioeducadores de tipo “orientador”; enquanto posturas mais ríspidas, mantenedoras de um distanciamento em relação aos adolescentes e propensas à ênfase da ordem, mesmo que em sacrifício de projetos pedagógicos, relacionamos como sendo do tipo “árbitro”.

Em sobreposição a esses tipos, também identificamos o tipo “displacente”. De natureza diferente dos dois primeiros, esse tipo não se

refere especificamente às práticas assimiladas para lidar com as demandas do cotidiano, mas com a maneira que elas são implementadas, pois, de acordo com nossos interlocutores, há socioeducadores que atuam de forma desinteressada, demonstram indiferença em relação às necessidades pedagógicas e de segurança que o trabalho requer. Em nossa perspectiva, essa postura reduz a potência da categoria, cuja gênese pode ser encontrada na deterioração da autoimagem pela afecção de inutilidade da função de socioeducador – desencadeada pela percepção de ineficácia produzida pela relevante observação de adolescentes reincidentes – e/ou nos afetos tristes como desconfiança, medo, frustração e ódio, derivados dos encontros com a SEAS. Em contraponto a esse tipo, identificamos ainda o socioeducador “engajado” que, de maneira idealizada, seria aquele sujeito que reúne atributos em convergência com a estratégia da medida como visão sistêmica, procura estudar e dominar os princípios e diretrizes que regem a socioeducação e, ainda, se esforça na análise técnica dos procedimentos empregados. É importante salientar que, apesar das convergências e conflitos existentes entre sujeitos propensos a diferentes polos desta estrutura, não cristalizamos socioeducadores em categorias específicas.

A partir de um encontro redutor da potência proporcionado pela SEAS – no qual se anunciou que um prometido concurso público para a função de socioeducador não seria mais realizado e a renovação do quadro de socioeducadores seria feita por meio de seleção simplificada composta por entrevista e análise curricular – iniciou-se um movimento de articulação entre sujeitos da rede dos socioeducadores e de redes externas, em defesa das demandas da categoria frente à percepção de que seu emprego estava em risco com o modelo de seleção anunciado pela Superintendência. Os sujeitos dessa rede de defesa que mais se destacaram no processo que culminou no cancelamento da seleção simplificada proposta pela SEAS e na renovação dos contratos temporários dos socioeducadores, foram dois Deputados Estaduais que participaram de reuniões com a Superintendência para discutir o assunto e aproveitaram os atos realizados pelos socioeducadores para discursar sobre suas concepções em relação ao tema da socioeducação

e propagar sua atuação. Nessas manifestações públicas da rede de defesa foi possível identificar enunciados em consonância com a Doutrina da Situação Irregular e seu paradigma autoritário e, conseqüentemente, divergentes da Doutrina da Proteção Integral e do que convencionamos chamar de paradigma institucional democrático. Considerando a característica de que um afeto só pode ser destruído por outro contrário e mais forte (Spinoza, 2017), compreendemos esse evento como um exemplo de como a dinâmica afetiva debilitada por encontros tristes abre espaço para investidas de grupos insurgentes que elevam a potência da rede ao se contrapor àquilo que a reduz.

A compreensão dessa disputa paradigmática que acompanha o processo de constituição das autoimagens inerentes à categoria de trabalho dos socioeducadores em Fortaleza nos dá a oportunidade de interpretar o processo que talvez represente não só a gênese dessa categoria, mas do próprio embate entre os paradigmas que regem a Doutrina da Situação Irregular e a Doutrina da Proteção Integral no âmbito da socioeducação. Para isso, realizamos agora um salto cronológico até 1977 e deslocamo-nos para a cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Foi nesse tempo e espaço que Antônio Carlos Gomes da Costa iniciou um processo reflexivo e prático que, anos mais tarde, veio a influenciar a formulação da política nacional de socioeducação como a conhecemos hoje (Raniere, 2014). Costa (1999) pensou e pôs em prática um modelo de atendimento a adolescentes em privação de liberdade que o levou à concepção ideal de uma figura central para o objetivo socioeducativo: o educador. É na construção dessa imagem que vamos nos concentrar a partir de agora.

Educador, segundo Costa (1999)

Costa (1999) relata que foi convidado, em 1977, para dirigir a Escola Barão de Camargos, posto que ocupou com importante cooperação de sua esposa Maria José Gomes da Costa com quem compartilhou moradia dentro das dependências da própria escola, onde chegavam a trabalhar 16 horas por dia, atendendo também demandas extraordinárias no período noturno.

Por isso consideramos que, quando Costa utiliza a primeira pessoa do plural para narrar experiências administrativas, reflexões teóricas e momentos de afetividade na escola, é, sem desmerecer as demais pessoas que colaboraram diretamente no trabalho, à Maria José que se refere prioritariamente.

Esse estabelecimento funcionava como uma unidade da Febem-MG, destinada à privação de liberdade de adolescentes do sexo feminino que cometeram infrações, mas também admitia as que eram acusadas de conduta antissocial leve ou grave, portadoras de problemas mentais ou em situação de abandono. Ou, como resume o próprio autor: “tratava-se de um desses depósitos de crianças e jovens que, na esteira da execução da política de bem-estar do menor, foram criados por todo o País, sob o rótulo pomposo de ‘programas socioterapêuticos’” (Costa, 1999, p. 11).

As dificuldades que encontrou para lidar com as 180 adolescentes em atendimento e com a gestão de 20 funcionários foram ampliadas pela falta de orientação para esse trabalho. Percebeu que sua formação pedagógica alicerçada em Paulo Freire não o havia preparado para aquela situação e, como acadêmico, dedicou esforços em pesquisar experiências que lhe oferecessem alternativas e/ou respostas. Chegou, então, ao livro intitulado “Poema pedagógico”, de autoria do educador soviético Anton Makarenko (1888-1939), que – a partir de uma experiência profissional similar à de Costa – representou a resposta que este procurava. Tal resposta é resumida na seguinte passagem: “Senti que não havia nenhuma ciência, nenhuma teoria que pudesse, de forma imediata, nos ajudar naquela hora. Eu deveria deduzir tudo do conjunto de acontecimentos reais que transcorriam ante meus olhos” (Makarenko *apud* Costa, 1999, p. 13).

Costa compreendeu, então, que o conhecimento adquirido em sua formação como pedagogo poderia representar uma eficiente lanterna para “iluminar a leitura da realidade, mas não poderia substituí-la” (Costa, 1999, p. 13). Esse foi o início de um extraordinário esforço de autoanálise que o levou a perceber que tanto ele quanto seus companheiros e companheiras de trabalho estavam ali como educadores, mas também como aprendizes. Isso o levou à concepção de capacitação de educadores com base na

relação interpessoal educador-educando enquanto conteúdo do trabalho socioeducativo. Imperava na experiência a dimensão de duplo sentido entre esses sujeitos enquanto educadores e aprendizes, ou seja, educar e aprender eram tratadas como atividades intrínsecas a ambos os polos da relação socioeducativa coordenada por Costa.

Antônio Carlos, partindo dos pressupostos freireanos que ressaltam a necessidade do pensamento crítico e da ação transformadora como postura desalienada indissociável do trabalho de educador, formulou as bases que considerou fundamentais para a prática daquele trabalho, ou o “quefazer”, do educador de “crianças e jovens em situação de risco pessoal e social” (Costa, 1999, p. 62). Assim, idealizou que esse trabalhador deva se caracterizar tanto como dirigente quanto como organizador e criador de acontecimentos. Por dirigente, ele concebe aquele que se esforça para dominar o processo socioeducativo, que analisa o sentido geral das suas ações deduzindo de seu movimento as leis específicas que o regem, construindo, portanto, “uma inteligência mais elevada do processo educativo” (p. 62).

Para Costa (1999, p. 63), “é pelos acontecimentos que se mostre capaz de produzir que o educador imprime o caráter, define a identidade, a especificidade do processo por ele orientado”. É nesse momento de criação de acontecimentos que a legitimidade e a credibilidade da autoridade do educador em relação aos educandos são constituídas. Só então o diálogo entre educador e educando pode oferecer uma influência positiva para sua relação e, conseqüentemente, para o processo educativo.

À medida que os acontecimentos criados ficavam mais complexos, a demanda cognitiva necessária para dominar a situação também aumentava. Essa característica da proposta efetivada pelo autor exigiu uma progressiva capacitação de sua equipe de educadores. Parte relevante dessa capacitação foi a construção de um realismo pedagógico que tem por objetivo a superação de algumas visões equivocadas que se sedimentaram na pedagogia durante “a luta contra o marcial autoritarismo das políticas públicas sobre o ‘menor’ no Brasil” (Costa, 1999, p. 69).

O esforço, então, era prevenir uma prática educativa permeada por mitos como o da não conflitividade – a pretensão de que a relação educador-educando seja totalmente harmoniosa não corresponde à realidade. Segundo Costa, os conflitos cotidianos são parte necessária do processo educativo. Outro mito negado é o da horizontalidade, pois não há equiparação na posição hierárquica de educador-educando em processos educativos. Nessa dimensão, segundo o autor, o educador está em um patamar superior, entretanto, todo o sentido humano, social e pedagógico do processo está no educando. “A lúcida compreensão desse aspecto e da sua correta tradução em termos práticos resultam [que] o poder do educador deixa de ser poder-dominação para tornar-se, cada vez mais, poder-serviço” (Costa, 1999, p. 71). O mito da naturalidade também é refutado, posto que, para o autor, o processo educativo não pode ficar a cargo de intenções generosas seguindo o fluxo natural dos acontecimentos; ele precisa ser “previsto, planejado, prefigurado na mente e na expectativa do educador e do educando” (p. 72) – não é nada natural e espontâneo. Enquanto criador de acontecimentos, o educador deve admitir “o papel da iniciativa, da criatividade, da capacidade de inventar caminhos, de descobrir saídas, de forjar os instrumentos de seu trabalho” (p. 72-73). Por fim, o mito da suavidade também é atacado na concepção de Costa sobre o trabalho educativo, pois os momentos árdusos, pesados, dolorosos e difíceis para o educador são parte da essência desse tipo de trabalho (p. 74).

Costa (1999, p. 74) cita uma avaliação realizada com as educandas da escola Barão de Camargos incluindo questão sobre quem eram os educadores que “mais contribuía para o seu crescimento, a sua educação, a melhoria da sua vida presente e do seu futuro”. Nesta passagem, identifica dois grupos de características que qualifica como tipos distintos de educadores: aos sujeitos do primeiro grupo denominou “flexíveis”, reconhecendo-os como liberais, bonzinhos e populares. Antônio Carlos considerava que educadores desse tipo tendiam a optar por facilidades preguiçosas que, em suma, representavam uma omissão no processo educativo. Por outro lado, há o tipo “tenaz”, que foi o eleito pelas educandas como mais eficaz

– trata-se do educador que se relaciona de maneira firme, exigente, franca, dedicada e solidária, sobretudo, em momentos difíceis. Em relação a esse tipo, o autor chama a atenção, ainda, para o fato de que os três indivíduos nele enquadrados já haviam sido escolhidos em uma reunião entre os funcionários como os melhores educadores do quadro da escola.

Concebemos, portanto, a partir das elaborações de Costa (1999), quatro tipos de educadores: o “diligente” – que é diretivo, organizador e criador de acontecimentos; o “espontâneo” – que atua de maneira instintiva, com certa ingenuidade e, por isso, está propenso a ser influenciado pelos mitos de não conflitividade, horizontalidade, naturalismo e suavidade, que o autor apresenta e rejeita; o tipo “flexível” – liberal, bonzinho e popular; e o “tenaz” – firme, exigente, franco, dedicado e solidário.

Essa identificação nos permitiu, juntamente com a contextualização oferecida por Costa (1999), justapor tal tipificação e o relato da experiência mineira ao que sabemos sobre a constituição da categoria de trabalho dos socioeducadores na atualidade. Assim, pudemos estabelecer algumas inferências sobre como a dinâmica afetiva da configuração da rede de interdependência da Febem-MG influenciou os esforços de Antônio Carlos Gomes da Costa e, conseqüentemente, incidiu no processo que culminou na constituição do Sinase contribuindo para moldar o que compreendemos atualmente por socioeducação.

Discussão

Com o processo de segmentação do atendimento à infância e adolescência estabelecido pelo ECA (1990), identificamos uma primeira diferença essencial entre a experiência relatada por Costa (1999) e a que nós investigamos no Ceará. Enquanto na Escola Barão de Camargos o público atendido agrupava adolescentes e jovens em situação de abandono, problemas mentais, conflitos sociais leves e outras que haviam cometido crimes de diferentes tipos, as unidades socioeducativas de internação

que estudamos atendem estritamente adolescentes que cometeram atos infracionais.

Esta diferença, em um primeiro momento, parece representar uma simplificação do trabalho – e de fato o é –, mas em contraponto ela se associa ao aumento da complexidade da situação social do público-alvo do sistema socioeducativo. Em Fortaleza, a principal novidade nesse campo é o crescimento da influência de organizações criminosas no contexto social da infância e juventude (CCPHA, 2016). A estruturação empresarial do tráfico de drogas e armas no país sistematizou o recrutamento de crianças e adolescentes como mão de obra, elevando o patamar de violência e envolvendo indivíduos cada vez mais novos nesse negócio ilícito (Pereira Júnior; Beretta, 2020; Rodrigues; Ribeiro; Fraga, 2017).

Isso – associado à ausência de objetividade da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes – promoveu o encarceramento em massa de uma parcela muito específica da população infanto-juvenil do país: “Com base em análises subjetivas para distinção entre traficantes e usuários, policiais começaram a efetuar prisões a torto e a direito – mais a torto do que a direito” (CCPHA, 2016, p. 442). Dessa maneira, este encarceramento não afeta igualmente a população nacional, fazendo-se sentir marcadamente entre pretos, pobres e periféricos (Brasil; Santiago; Brandão, 2020). Assim, quando nos referimos a socioeducandos no Brasil, portanto, falamos cada vez mais de um amálgama social composto majoritariamente por meninos e meninas pobres, negros, moradores de periferia e sem acesso a políticas públicas de qualidade.

Nossa perspectiva também identifica nesse fenômeno a influência do paradigma neoliberal que, desde a década de 1990, vem se estabelecendo na configuração nacional e disseminando a exacerbação dos individualismos e a rejeição das sociabilidades não econômicas que lhes são características (Antunes, 2009). Esse modo de vida permitiu não só a implementação dos modelos de gestão das organizações criminosas, o aproveitamento do

contexto de precarização estrutural do mundo do trabalho, que eliminou qualquer estabilidade ou segurança econômica nos empregos, mas também incutiu no arcabouço afetivo da população o ímpeto do consumismo como afirmação da própria existência (Lordon, 2015).

Essa disposição neoliberal, associada ao paradigma autoritário que está imbricado nas raízes socio-históricas do Brasil (Schwarcz, 2019), estabeleceu uma ética de desumanização da classe trabalhadora das periferias. Nesse contexto, faz sentido que crianças e adolescentes pretas, pobres e periféricas encontrem mais potência em uma associação criminosa que se faz presente e oferece alguma segurança e poder econômico imediatos, do que no mercado de trabalho ou por meio de políticas sociais cujo acesso não lhes é garantido. Considerando, ainda, que estes últimos tendem a não oferecer qualquer poder relevante de consumo, o medo da violência no mercado ilícito impacta menos que a incerteza da possibilidade de uma vida potente nos limites da legalidade neoliberal.

Essa visão de mundo também influencia a configuração do trabalho dos socioeducadores. Identificamos que a instabilidade dos vínculos empregatícios do contexto neoliberal está na gênese da maior motivação daqueles que se esforçaram para trabalhar como socioeducadores. Diferentemente do seu público-alvo, os sujeitos que se candidataram à seleção da SEAS em geral tiveram um pouco mais de acesso à escolarização e com isso podem nutrir a esperança de que ser selecionado para trabalhar como socioeducador represente uma entrada para o setor do emprego público, cuja estabilidade profissional é o maior atrativo para a função.

Quanto à atuação, também é notória a ênfase atual muito maior nos quesitos de segurança do que na experiência da Escola Barão de Camargos. As experiências de privação de liberdade nas unidades socioeducativas ilustram o aumento do medo na configuração do trabalho, pelo aumento da ênfase nas características de segurança entre os socioeducadores. Quanto a isso, Andrade (2017) observa a prevalência de uma cultura de cadeia que atrela a esses trabalhadores imagens correlatas às de carcereiros.

Mesmo com os esforços em capacitar as equipes para o trabalho educativo, a dinâmica afetiva da medida de internação em Fortaleza não alcança a sobreposição do caráter educativo ao de segurança no cotidiano dos socioeducadores. Por isso, precisamos considerar os efeitos desse acúmulo de funções e da carga afetiva decorrente dessa multiplicidade ao cotejar a experiência recente com o modelo de educador proposto por Costa (1999).

Essa configuração pode explicar, por exemplo, parte das diferenças nas tipificações concebidas neste estudo. Enquanto em Fortaleza, e em outras experiências contemporâneas ao nosso estudo (Oliveira Júnior, 2021; Herculano; Gonçalves, 2011; Silva, 2017), existe forte influência de um certo militarismo sobre a formação e prática dos socioeducadores, que acarreta, inclusive, divergências dentro do próprio quadro de funcionários, nos relatos de Costa que analisamos não houve menções nesse sentido. O compartilhamento da visão pedagógica do autor parece ter sofrido na Escola Barão de Camargos menos resistência entre os componentes da sua equipe do que a doutrina da proteção integral sofre atualmente dentro das unidades de internação no Ceará. Entendemos, portanto, que houve pouca incidência de flutuação de ânimo na dimensão interna da escola mineira – o que, segundo nossa elaboração à luz de Spinoza (2017) e Elias (1994), ofereceu um ambiente coeso e propício à continuação do trabalho desenvolvido por Costa, diferentemente do que já identificamos nas unidades socioeducativas contemporâneas.

Esta, contudo, não é a única resistência que o trabalho educativo com adolescentes e jovens em privação de liberdade encontra. As duas experiências em tela tiveram que lidar de muitas formas com resistências externas. Em Ouro Preto, os acontecimentos criados pelo processo educacional dirigido por Costa foram duramente criticados por personagens públicos representantes de campos conservadores. Estes reclamavam da flexibilidade com que as educandas eram tratadas, queixavam-se de suas saídas autorizadas, condenavam veementemente qualquer distúrbio que

causassem pelas ruas e direcionavam essa cobrança ao próprio diretor da Escola que teve sua reputação posta em dúvida.

Em relação a isso, Costa (1999) indica dois encontros específicos que foram essenciais para que o projeto não fosse interrompido pela pressão da opinião pública. De um lado, recebeu o apoio irrestrito do Dr. Luís Gonzaga Ferreira, então Presidente da Febem-MG, e do governador do Estado de Minas Gerais, Aureliano Chaves, que lhe garantiram a estabilidade necessária para continuar o trabalho. O afeto de confiança e segurança oferecido por tal encontro garantiu sentido ao esforço empregado por Costa, oferecendo a potência necessária para a continuidade do trabalho e manutenção da coesão da rede de interdependência da Escola Barão de Camargos. De outro lado, buscou dialogar com a sociedade ouro-pretana por meio da emissão de comunicados impressos para as principais lideranças da cidade. Naqueles escritos, Costa contextualizava os acontecimentos, explicava seu projeto e, além de argumentar sobre o papel que seus esforços visavam cumprir no sentido de reposicionar as adolescentes na sociedade, não hesitou em apontar como as atitudes preconceituosas e pseudocaridosas dos críticos da postura educativa que tentava implementar representavam uma vergonha para a importante história da cidade de Ouro Preto.

Contra suas próprias expectativas, sua tática dialógica surtiu efeito e muitas pessoas passaram a aprovar e apoiar seu projeto; as críticas ficaram restritas a grupos mais radicais que não tinham uma influência suficientemente ampla sobre a opinião pública. Esses encontros potentes forneceram a Costa a vivência de acontecimentos necessários para conquistar legitimidade suficiente para se tornar uma autoridade nacional de destaque nas discussões sobre políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes:

[...] ele participou ativamente desses debates, foi um dos redatores do Estatuto [...] enquanto outros defensores da Doutrina da Proteção Integral pensavam a reforma de maneira teórica, Antônio Carlos o fazia encharcado pelo sistema. Era um dos poucos, senão o único que podia, ao mesmo tempo, ser atravessado pelos territórios de Presidente da Febem, diretor de unidade e Pedagogo (Raniere, 2014, p. 66).

Essa configuração potente proporcionou a Costa, inclusive, projeção midiática em “reportagem de Luiz Fernando Emediato publicada no jornal O Estado de São Paulo em março de 1983” (Costa, 1999, p. 115), mesmo ano em que foi nomeado pelo Governador de Minas Gerais Tancredo Neves como presidente da Febem-MG. Daí por diante, o nome Antônio Carlos Gomes da Costa se tornou elemento comum em diversos esforços relacionados a infância e juventude, como Diretor Executivo do Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (CBIA), Oficial de Projetos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), consultor em várias fundações, institutos e membro eleito no Comitê dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra (Costa, 1999).

O apoio institucional e a possibilidade de comunicação com a sociedade também são essenciais para os socioeducadores em Fortaleza e foram abordados em nossa pesquisa. Observamos que os encontros desses sujeitos com as instituições governamentais a que estão submetidos, seja a SEAS ou outros representantes do poder executivo, não oferecem uma potência afetiva suficientemente estável para que se forme uma tendência geral de engajamento no trabalho. Tais encontros têm sido raros e, como já relatamos, ampliam afetos tristes. Quando afetos de desconfiança, frustração e ódio permeiam a relação, os laços da rede se fragilizam e sua estrutura perde coesão.

Quanto à reprovação externa, compreendemos que ela se dá de maneira diferente da que Costa sofreu. Contudo, a raiz do descontentamento é comum e se localiza no que Schwarcz (2019) denomina de paradigma nacional autoritário. Ao desacreditar a condição de sujeito em desenvolvimento do adolescente, sobretudo quando preto e pobre, o pensamento estritamente punitivista e excludente reduz o sentido do trabalho do socioeducador, podendo imprimir-lhe a imagem de carcereiro, cuja função é apenas repressiva e de contenção. Verificamos, inclusive, ao revisar notícias em sites dos maiores jornais do estado, a tendência da mídia regional de reforçar essa imagem (Oliveira Júnior, 2021). Por outro lado, este paradigma também representa uma possível associação do socioeducador à imagem do sujeito que “passa a mão na cabeça de bandido”. Dificilmente, sob

esse paradigma, imprime-se a imagem de trabalhador qualificado para a recondução ao convívio social de adolescentes que cometeram atos infracionais. A interlocução que mantivemos com os sujeitos da nossa pesquisa evidenciou que a impossibilidade de sentir orgulho do próprio trabalho reduz a potência dessa categoria profissional.

Além da possibilidade que Costa encontrou ao dialogar com a comunidade para reverter preconceitos e conquistar reconhecimento, sua proximidade com o mundo universitário também lhe proporcionou diversos encontros potentes para a dinâmica afetiva adequada ao prosseguimento das atividades e expansão das proposições nascidas na Escola Barão de Camargos. Atualmente, a alternativa comunicacional empregada por Costa nos parece menos viável, ao considerar a incrível complexidade alcançada pelos meios de comunicação e a grande competitividade pela atenção pública. Ademais, evidenciamos que – apesar de existir alguma proximidade dos socioeducadores de Fortaleza com círculos acadêmicos e universitários, sobretudo na área de humanidades – seus encontros ainda são pouco expressivos para propiciar potência à rede de socioeducadores. Falta a possibilidade, ou o interesse, de criar mais acontecimentos – aderindo à proposição de Costa (1999) – que propiciem encontros entre essas redes capazes de repercutir na dinâmica afetiva da configuração.

Considerações finais

Especialmente a partir do que discutimos na seção precedente, podemos afirmar que o incremento de mercados ilícitos, o avanço do neoliberalismo, a complexificação das comunicações, a dinâmica afetiva da categoria com a instituição gestora enquanto representante do poder executivo estadual e da doutrina de proteção integral de crianças e adolescentes ampliam espaços e formas de sobrevida e operacionalização interna de resquícios da doutrina de situação irregular na atualidade do sistema socioeducativo. Tais elementos são ilustrados, inclusive, nos diferentes tipos de socioeducadores concebidos nas duas experiências analisadas. Esta hipótese nos parece factível à investigação

em outros âmbitos da federação nacional e se reforça com os encontros de afecção triste entre uma categoria profissional e uma institucionalidade pública, que não conseguem produzir confiança mútua capaz e potente para manter os nós da rede necessária entre órgão gestor e trabalhadores.

Em contraponto, o que Costa (1999) empreendeu enquanto educador de meninas em privação de liberdade em uma configuração nacional adversa e antidemocrática só foi possível devido à configuração regional e local favorável, marcada, inclusive, pelo apoio político-institucional. No âmbito local, a estrutura de trabalho em que o próprio autor se somava à sua esposa e outros entusiastas proporcionou uma dinâmica afetiva potente. O suporte, reconhecimento e aprovação que ele encontrou na presidência da Febem e no governo de Minas Gerais, numa parcela da comunidade ouro-pretana e na comunidade acadêmica abriram portas para as diretrizes inovadoras do pedagogo mineiro e sua projeção em veículos da mídia nacional. Tais fatores foram determinantes para que seus esforços tivessem destaque na reformulação da política nacional de socioeducação. No entanto, os socioeducadores cearenses enxergam na SEAS e no Governo do Estado do Ceará principalmente desconfiança e ódio; em relação à comunidade sentem medo e vergonha; não mantêm uma relação suficientemente relevante com o mundo científico-universitário; e na mídia, encontram, sobretudo, o reforço da imagem de carcereiros que a categoria carrega (Oliveira Júnior, 2021).

Os dois casos relatados neste texto competem para afirmarmos que, apesar dos recentes avanços institucionais-normativos, ainda abundam afetos tristes na atualidade do trabalho de socioeducadores do sistema socioeducativo, dando lugar ao patrimonialismo racista e violento que revela resquícios do Código de Menores e da “doutrina da situação irregular” que precederam a instituição de um Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo no Brasil. Enquanto não se reverter a polarização afetiva e favorecer a potência dos encontros entre as redes de interdependência dos socioeducadores, consideramos que a multiplicidade paradigmática continuará presente nessa categoria profissional.

Não há modelo ou caminho pré-fabricado para uma configuração potente. Contudo, a presente reflexão à luz de Spinoza (2017) e Elias (1994) oferece uma compreensão útil para a elaboração de ações que proporcionem a prevalência de encontros alegres e a mitigação das flutuações de ânimo, protegendo as relações da rede de interdependência contra a insurgência de paradigmas opostos às diretrizes que regem o esforço socioeducativo orientado pelo paradigma institucional democrático, pois

[c]omo já aprendemos com Spinoza (2017) e Elias (1994), é nesses momentos que as imagens e autoimagens podem ser reordenadas; e como Schwarcz (2019) complementa, no Brasil o autoritarismo está sempre esperando um momento de fragilidade da ordenação institucional-democrática para ressurgir (Oliveira Júnior, 2021, p. 113).

Há ainda uma inquietante questão que não cabe neste recorte e diz respeito a como Costa conseguiu, durante uma ditadura militar caracterizada pela repressão e desrespeito aos direitos humanos, implantar concepções democráticas e humanistas notoriamente divergentes do paradigma estabelecido no regime de governo. Além da indiferença do governo militar a experiências como a da Escola Barão de Camargos, a hipótese que pretendemos avaliar na sequência desta reflexão se pauta no esforço empregado por Costa na conciliação do trabalho pedagógico com o modo de vida empresarial (Raniere, 2014), que se insurgia imbricado aos primeiros passos do que viria a se tornar o paradigma neoliberal no Brasil, para investigar se a projeção desse personagem obteve potência nos encontros por convergir com ideias como empreendedorismo, produção de riquezas e protagonismo no “dever ser” do sujeito.

Rosalvo Negreiros de Oliveira Junior é Sociólogo, Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará e Pesquisador do Núcleo de Pesquisas Sociais do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - NUPES/PPGPP da UECE.

✉ rosalvonegreiros@gmail.com

Marcílio Dantas Brandão é Doutor em Sociologia (Universidade Federal de Pernambuco e École des Hautes Études en Sciences Sociales) e professor adjunto no Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

✉ marcilio.brandao@univasf.edu.br

Referências

1. ANDRADE, Aedra Sarah de. *“Aqui as flores nascem no concreto”*: negociações nas atuações laborais de agentes socioeducativos. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde). Brasília: UnB, 2017.
2. ANTUNES, Ricardo. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. *Revista Theomai*, n. 19, p. 47-57, 2009.
3. BRANDÃO, Marcílio Dantas. Medo, adoração e encantamento na política de juventude brasileira. *O Público e o Privado*, v. 17, n. 34, p. 51-85 2019. <<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2643/2114>> .
4. BRASIL, Glaucíria Mota; SANTIAGO, Érica Maria; BRANDÃO, Marcílio Dantas. A banalidade da violência policial contra jovens pobres, pretos e periféricos na cidade de Fortaleza. *Dilemas*, v. 13, n. 1, p. 169-193, 2020. <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/17733>> .
5. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/10/1988*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>.
6. BRASIL. Presidência da República. *Lei 6697 de 10 de outubro de 1979*. Código de Menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697imprensa.htm.
7. BRASIL. Presidência da República. Congresso Nacional. *Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.
8. BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE*. Brasília: CONANDA, 2006. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.

9. BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Governo do Estado do Ceará. *Sistema Socioeducativo: perspectivas e possibilidades para um novo modelo de gestão*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2016. Disponível em: <https://www.seas.ce.gov.br/planejamento/>.
10. CEARÁ, Governo do Estado. *Plano estadual decenal de atendimento socioeducativo do estado do Ceará*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2018.
11. CCPHA - Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. *Cada vida importa: relatório final 2016*. Fortaleza: CCPHA, 2016.
12. COSTA, Antônio Carlos G. da. *Aventura pedagógica: caminhos e descaminhos de uma ação educativa*. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1999.
13. DAMÁSIO, Antônio. *O mistério da consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
14. DAMÁSIO, Antônio. *Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
15. ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
16. ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
17. HERCULANO, José Antônio H.; GONÇALVES, Marcelo C.. Educador social: segurança e socioeducador, a conciliação. *Serv. Soc. Rev.*, v. 14, n.1, p. 74-101, 2011.
18. LORDON, Frédéric. *A sociedade dos afetos: por um estruturalismo das paixões*. Campinas: Papyrus, 2015.
19. NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Adolescência, juventude e redução da maioria penal*. Brasília: ONU-BR, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/node/52707>. Acesso em: 19 jun. 2022.
20. OEA - Organização dos Estados Americanos. Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH. *Medida Cautelar N° MC 60- 15 - um mil adolescentes internados no Ceará*. 2015. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/2015/MC60-15-PT.pdf>.
21. OLIVEIRA JÚNIOR, Rosalvo N. de. *Audidores fiscais: nas fronteiras físicas e afetivas*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Fortaleza: UECE, 2018. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=87808>.
22. OLIVEIRA JÚNIOR, Rosalvo N. de. *Socioeducadores da política pública de atendimento socioeducativo do Ceará: a constituição de uma categoria de trabalho sob uma disputa paradigmática*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Fortaleza: UECE, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11291351.

23. PEIXOTO, Roberto B. *A gestão de execução de medidas socioeducativas no estado do Paraná: uma política pública em construção*. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento). Curitiba: FAE Centro Universitário, 2011. Disponível em: <https://img.fae.edu/galeria/getImage/108/18715837684546246.pdf>.
24. PEREIRA JÚNIOR, Luciano Aparecido; BERETTA, Regina Célia de S. O trabalho infantil e o tráfico de drogas: uma relação de violação de direitos. In: OLIVEIRA, Thaislayne N. de (org.). *Processos de subjetivação no serviço social 4*. Ponta Grossa: Atena, 2020. p. 42-53
25. RANIERE, Édio. *A invenção das medidas socioeducativas*. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
26. RODRIGUES, Luzania B.; RIBEIRO, Monique da S.; FRAGA, Paulo César P. O envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas em Juazeiro - norte da Bahia: uma análise do fluxo dos processos judiciais da vara da infância e da juventude. *Teoria e Cultura*, v. 12, n. 1, p. 241-252, 2017.
27. SCHWARCZ, Lilia M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
28. SILVA, Daiane T. da. *Formação e prática: a percepção do socioeducador - um estudo no centro socioeducativo na cidade de Vilhena/RO*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado de Mato Grosso, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6103006.
29. SPINOZA, Baruch de. *Ética*. [1677]. Rio de Janeiro: Autêntica, 2017.
30. STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
31. VERONESE, Josiane Rose P; LIMA, Fernanda da S. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE): breves considerações. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, v. 1, n. 1, p. 29-46. 2009.

Recebido em: 11 ago. 2021

Aceito em: 28 set. 2022.

Justiça, gênero e famílias em *O direito da liberdade*, de Axel Honneth: elementos para uma contribuição ao projeto honnethiano

Stanley Souza Marques* 

Resumo

Se é verdade que o pensamento político ocidental, em geral, tem conservado no anonimato o espaço doméstico e suas implicações público-políticas, mesmo depois das críticas feministas, também é verdade que este não parece ser o caso de Axel Honneth, pelo menos não em *O direito da liberdade*. Honneth se vale, neste livro, de um método todo próprio – a reconstrução normativa –, que lhe permite destilar critérios de justiça social diretamente das reivindicações normativas que se desenvolveram no interior de um conjunto multifacetado de esferas de ação, aí incluído o domínio das famílias. Neste artigo, procuro mostrar que um projeto normativo desse tipo não só promove a reflexão sobre as conexões entre justiça e famílias, como também suscita análises mais robustas e mais abrangentes sobre cenários nacionais específicos. Procuro ainda apresentar, por isso mesmo, alguns elementos para uma reconstrução normativa da esfera das famílias no Brasil, não sem chamar a atenção para o que parece um tanto negligenciado pelo próprio Honneth: as implicações muito desiguais da divisão sexual do trabalho para mulheres, homens e crianças. Procuro argumentar, por fim, que o programa honnethiano muito ganharia se também dialogasse com os estudos sobre divisão sexual do trabalho.

Palavras-chave: Teoria da Justiça, famílias, *O direito da liberdade*, Axel Honneth

* Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Justice, gender and families in Axel Honneth's Freedom's Right: elements for a contribution to the Honnethian project

Abstract

If it is true that Western political thought, in general, keeps the domestic space and its public-political implications in anonymity, despite feminist criticism, it is also true that this does not seem to be the case for Axel Honneth, at least not in *Freedom's Right*. Honneth employs, in this book, a specific method – normative reconstruction –, which allows him to distil criteria of social justice directly from the normative claims that have evolved within a multifaceted set of spheres of action, including the family sphere. In this article, I seek to show that a normative project of this type not only promotes reflection on the connections between justice and families, but also requires more robust and comprehensive analysis of specific national scenarios. I also seek to present, for this very reason, some elements for a normative reconstruction of the sphere of families in Brazil, not without drawing attention to what seems to be more or less neglected by Honneth: the very uneven implications of the sexual division of labor for women, men and children. I also argue that the Honnethian program would benefit from a dialog with studies on the sexual division of labor.

Keywords: Theory of Justice, Families, *Freedom's Right*, Axel Honneth.

A família era um tumulto no coração, pensei consternado.
(Piñon, 2016, p. 45).

Considerações iniciais¹

O pensamento democrático parece mesmo habituado a subtrair a vida doméstica do campo de visão, como se a intimidade e as famílias se opusessem ao olhar investigativo, como se constituíssem “um objeto a ser não propriamente investigado, mas protegido” (Silva, 2013, p. 201) ou como se “o altruísmo e a harmonia de interesses”, típicos das relações amorosas, as relegassem, todas elas, à irrelevância (Okin, 2004, p. 188).² Assume-se ou postula-se, em geral, quase por toda parte, a ideia, certamente mais pressuposta do que problematizada, de que o público e o doméstico são mesmo domínios suficientemente separados e suficientemente distintos, o que tem justificado, segundo críticas feministas, o desinteresse generalizado pelo universo íntimo e familiar (Rosaldo, 1980; Okin, 2004; 2008; Connolly, 2010; Pateman, 2013). Um emaranhado de processos, aspectos ou fenômenos distintivos de campos como o da intimidade e o das famílias, assim como a cadeia de implicações recíprocas entre o público e o doméstico, passam, ainda hoje – fora dos círculos feministas – mais ou menos despercebidos.

Se é verdade que a reflexão democrática – ressalvadas, certamente, algumas poucas exceções – tem deixado como que suspensas as questões íntimas e familiares, também é verdade que Axel Honneth aparece mais recentemente entre essas exceções. Em *O direito da liberdade*³ (publicado em 2011) – seu livro mais importante desde *Luta por reconhecimento* –, Honneth (2014, p. 9) se vale do modelo da *Filosofia do Direito*, de Hegel,

¹ O presente artigo retoma e desdobra pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG, sob orientação do Professor Doutor Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, a quem agradeço profundamente. A ele dedico este texto.

² Todas as citações de textos em língua estrangeira são traduções minhas.

³ *Das Recht der Freiheit - Grundriß einer demokratischen Sittlichkeit*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 2011.

para “reconstruir os princípios da justiça social diretamente na forma de uma análise da sociedade”. A ideia, ali, é “derivar critérios relevantes de justiça social diretamente das reivindicações normativas que se desenvolveram dentro das esferas de ação que são constitutivas das sociedades modernas” (Honneth, 2015, p. 206), o que demanda um conjunto muito robusto de argumentos e provas empíricas de diferentes áreas do conhecimento. Procurando articular teoria da justiça e análise social, Honneth não só faz da infraestrutura normativa de instituições sociais nucleares o seu ponto de ancoragem, como também inclui a intimidade e as famílias entre essas instituições, pois, do contrário, adverte ele, permaneceria como que imprecisa ou muito incompleta a questão das exigências da justiça social.

Com um projeto normativo alternativo desse tipo, que se impõe “a tarefa de desvelar as esferas de ação das sociedades do presente *em toda sua extensão*”, Honneth (2014, p. 171, grifo nosso) mais promove do que interdita a reflexão sobre as conexões entre justiça e famílias, que se mostram, ali, no livro de 2011, como que incontornáveis. Os dilemas típicos das relações íntimas e familiares, assim como as muitas e variadas interações que intercorrem entre o público e o doméstico, invadem o debate sobre justiça. Mais ainda: ele observa essas relações todas de um ângulo específico, o da gramática do reconhecimento, e leva adiante a possibilidade de uma crítica interna a esses campos normativos. E, se assim o é, Honneth, como procuro mostrar, parece contornar em alguma medida lacunas sensíveis e muito persistentes do pensamento político que ainda insiste em conservar no anonimato o que se passa na trama doméstica, como se se tratasse de um campo marginal, secundário ou mesmo irrelevante para o debate sobre justiça e democracia, mas não só.

Ele assume mesmo dimensões da intimidade e das famílias como questões de justiça de primeira ordem, propondo, além disso, uma abordagem toda própria, cujo aparato teórico-metodológico pode ser sempre de novo retomado para se examinar mais de perto esses campos e as relações que neles têm lugar. Afinal, se Honneth emprega, ali, o método de “reconstrução normativa” que lhe permite “destilar reivindicações

normativas de cada uma das várias esferas de ação” (Honneth, 2015, p. 206), também ele admite que, apesar de todos os argumentos e provas empíricas mobilizadas, “ainda há muito que fazer”, seja porque parece “necessário diferenciar todas as trajetórias evolutivas [...] de acordo com os caminhos adotados por cada nação”, seja porque o diagnóstico do presente também demanda “aprofundamento” (Honneth, 2014, p. 10). Partindo dessa “sensação do inevitavelmente inacabado” de que fala Honneth (p. 10) – própria mesmo, aliás, de um projeto como o de *uma teoria da justiça como análise da sociedade* –, procuro apresentar *alguns* elementos para *uma* reconstrução normativa da trajetória socio-histórica da esfera das famílias no Brasil.

Assumindo o lugar das famílias em *O direito da liberdade* como objeto central de minha reflexão, divido o presente artigo em duas seções. Na primeira delas, procuro reconstruir algumas das críticas feministas à dicotomia liberal público/doméstico, binarismo que tem mesmo sustentado o desinteresse generalizado pela trama íntima e familiar. Na segunda e última seção, procuro mostrar que Honneth parece compartilhar, pelo menos em *O direito da liberdade*, muitas daquelas críticas: se falta ao pensamento político ocidental, em geral, dar o passo adicional de que tanto falam teóricas e ativistas feministas, o de prestar “atenção à política do que” ainda é visto “como paradigmaticamente não político” (Okin, 2008, p. 313), Honneth parece dar esse passo adicional no seu trabalho de fôlego mais recente. Feitas então essas considerações, todas elas elementares para os propósitos de minha investigação, procuro chamar a atenção, em especial, para as discussões sobre divisão sexual do trabalho que, a meu ver, parecem escapar às considerações de Honneth. Procuro argumentar, por fim, e também já a título de conclusão, que um possível desdobramento do empreendimento honnethiano muito ganharia se também dialogasse com os estudos sobre divisão sexual do trabalho.

Críticas feministas à dicotomia liberal público/doméstico

O liberalismo e o feminismo guardam relações íntimas e tensas porque, em primeiro lugar, compartilham certa “concepção dos indivíduos como seres livres e iguais, emancipados dos títulos hierárquicos e atribuídos da sociedade tradicional” (Pateman, 2013, p. 55) – sem a qual não seriam mesmo concebíveis, nem um nem outro –, embora muito divirjam sobre a liberdade e a igualdade. A tradição de tensões e paradoxos entre uma e outra corrente se estende pelas críticas feministas à dicotomia entre o público e o doméstico,⁴ central para a teoria e a prática liberais. No debate que se arrasta pelos últimos duzentos anos sobre onde, por que ou mesmo se devemos traçar uma linha divisória entre as esferas da vida social,⁵ teóricas feministas têm criticado não só a teoria liberal, mas “quase toda a teoria política”, porque, em geral, a definição e a discussão sobre o mundo público ou sobre a sociedade civil ignoram, privatizam, idealizam ou naturalizam o mundo doméstico, como se falássemos de um domínio quase que suspenso no tempo e no espaço. Como se – e o que por ora mais me interessa – “a própria definição de família – natureza das ligações

⁴ Se o Estado é paradigmaticamente público e a família paradigmaticamente privada, o mesmo não podemos dizer da sociedade civil, arena mais nebulosa: pública ou privada? Esta é uma das ambiguidades da oposição liberal público/privado denunciadas por teóricas feministas (Pateman, 2013; Okin, 2008; Biroli, 2012; Kritsch, 2012). Considerando que a dicotomia público/privado envolve pelo menos dois usos correntemente pouco explicitados – um primeiro que opõe Estado e sociedade e situa a sociedade civil na esfera privada, e um segundo que distingue vida não-doméstica e vida doméstica e situa a sociedade civil na esfera pública –, acompanho, aqui, Okin (2008, p. 307), cuja crítica se dirige à distinção público/doméstico, precisamente porque “é a permanência dessa dicotomia que torna possível aos teóricos ignorarem a natureza política da família, a relevância da justiça na vida pessoal e, conseqüentemente, uma parte central das desigualdades de gênero”.

⁵ Criticar a dicotomia público/doméstico não significa rejeitar, necessariamente, a “utilidade” do conceito e do valor da privacidade para homens, mulheres e crianças. Não significa rechaçar, necessariamente, a “razoabilidade” de distinções de algum tipo e de algum nível entre as esferas. Também não significa assumir uma “identificação simples ou total do pessoal e do político” (Okin, 2004, p. 187), da qual se esquivam mesmo críticas feministas como as de Okin (2008; 2004) e Pateman (2013). Uma postura crítica desse tipo, em poucas palavras, não sugere “que a mediação entre a esfera privada e a esfera pública não [...] seja] mais necessária: ela se faz de outra maneira” (Lamoureux, 2009, p. 212).

e sexo dos parceiros –” não estivesse, ela mesma, sempre novamente em questão (Devreux, 2009, p. 99).

A oposição liberal público/doméstico, acusam teóricas feministas, mais do que sugerir “uma distinção entre dois tipos de atividades sociais”, mais do que evocar um arranjo social específico, cujas esferas são regidas por princípios distintos, opostos, separados ou independentes (Pateman, 2013, p. 55-56), encobre ou mesmo favorece relações de poder e de desigualdade, dentro e fora de casa (Rosaldo, 1980; Okin, 2004; 2008; Connolly, 2010). E isso porque o discurso das esferas separadas se apoia sobre outro discurso, o “da diferença ‘natural’ entre os sexos, que distribui os papéis sociais segundo a filiação sexual” (Lamoureux, 2009, p. 211), como se passíveis, homens e mulheres, “de serem confundidos com a dupla categorização biologizante machos-fêmeas” (Kergoat, 2009, p. 71). Esses discursos, juntos, alertam pensadoras feministas, concorrem mesmo para a alocação muito desigual de recursos e oportunidades.

Se, por um lado, o pensamento político ocidental passa ao largo das relações íntimas e familiares, se subtrai essas relações do debate público e da agenda política, sobretudo porque assume ou postula a dicotomia público/doméstico, por outro lado, a reprodução de papéis sexuais nas famílias e as suas implicações extradomésticas mais refutam do que afirmam essa dicotomia, tão insistente quanto dissimuladora e, por isso mesmo, “central para quase dois séculos de escrita e luta feministas” (Pateman, 2013, p. 55). Central, porque esse binarismo, geralmente esboçado em termos abstratos e a-históricos, obscurece processos socio-históricos que inauguram fronteiras muito bem definidas entre o chão da fábrica e o chão da casa, realocando territorialmente a produção econômica e diferenciando estruturalmente a economia familiar doméstica da economia orientada pelo lucro do capitalismo (Costa, 2004; Davis, 2016; Gama, 2014).

Com o encobrimento desses processos socio-históricos, acusam teóricas e ativistas feministas, perdemos mesmo de vista a cadeia de

implicações recíprocas entre a esfera doméstica e as esferas não domésticas. Como que nos escapa que a família passa a evocar ou reproduzir, nesse meio-tempo, lembra-nos Biroli (2012, p. 220), as descontinuidades entre as esferas da vida social, mas, também, as continuidades entre elas: a família passa a organizar “a intimidade, na esfera privada, em torno de valores para os quais é central a domesticidade feminina”, em contraposição às relações travadas fora de casa, na esfera pública, ali onde teria lugar “a interação entre indivíduos igualmente livres”. Mas a família também passa a diferenciar “os papéis de homens e mulheres em cada uma dessas esferas” e tornar “complementares a participação dos homens na esfera pública” e a das mulheres na esfera doméstica. Perdemos, assim, no mais das vezes, a própria “história das conexões entre a separação da produção em relação ao agregado familiar e o surgimento da família como paradigmaticamente privada” (Pateman, 2013, p. 61), como se a produção mercantil e a reprodução da vida não fossem, elas mesmas, dimensões inter-relacionadas, como se público e doméstico não se alimentassem reciprocamente, não se ressignificassem mutuamente ou não estivessem sob influências cruzadas as mais diversas. E como se essa interdependência, nas suas formas mais correntes, não produzisse e reproduzisse hierarquias e desigualdades de todo tipo, afinal, as “relações entre as esferas pública e privada”, mesmo aquelas “estabelecidas em ações cotidianas banais”, escreve Costa (2002, p. 308), “formatam desigualdades sociais”.

A dicotomia liberal público/doméstico, pelas lentes feministas, opera, assim, como dispositivo de dissimulação da forma específica de divisão sexual do trabalho que emerge com o desenvolvimento do capitalismo. Ela encobre não só essa forma específica de divisão sexual do trabalho, como também as concepções convencionais do feminino e do masculino que ela carrega e os constrangimentos ou limitações que impõe à liberdade das mulheres, não só na esfera familiar, esta mesma permeada por relações de poder e por iniquidades específicas. Como se fossem marginais ou mesmo naturais processos socio-históricos que empurram as mulheres ou para ocupações segregadas, em geral

desprestigiadas e mal pagas, ou para o espaço doméstico, onde assumiriam o seu lugar “natural”, o de esposa-mãe-dona de casa devotada (Costa, 2002; Costa, 2004; Rago, 2014; Cattoni de Oliveira; Marques, 2020).

O binarismo liberal público/doméstico mascara, ainda, advertem teóricas feministas, o caráter inescapavelmente político de uma diferenciação entre dois tipos de esferas, uma sujeita e a outra alheia ao escrutínio democrático, como se aspectos fundamentais da vida íntima e familiar não fossem, também eles, constitucional e democraticamente condicionados. Como se a “alocação de responsabilidades” intrafamiliares, por exemplo, não fosse “institucionalizada” ou não tivesse relação com “decisões políticas” (Biroli, 2018, p. 66). Ou como se o afeto não fosse objeto de uma série de regulamentações jurídicas; “[q]uem pode se casar com quem, quem é legalmente o filho de quem, com que fundamento os casamentos podem ser dissolvidos e se ambos os cônjuges ou apenas um deve consentir em sua dissolução são” apenas alguns poucos exemplos de questões doméstico-familiares definidas pela legislação (Okin, 2004, p. 189). E mais: como se tudo isso não se mostrasse, é verdade, de uma perspectiva histórica, especialmente vantajoso “para quem pode exercer poder e agredir, amparado na conjugalidade e em laços vistos como naturais e amorosos” (Biroli, 2018, p. 113); o que ajuda mesmo a explicar por que o pensamento e a prática feministas têm procurado subverter a dicotomia liberal público/doméstico,⁶ reafirmando as relações que intercorrem entre um e outro, muitas vezes a partir de uma perspectiva interna ao campo das famílias, ainda amplamente marginalizado pelo pensamento político ocidental.

⁶ A reivindicação feminista de que “o pessoal é político” reúne, a propósito, muitas das críticas dirigidas à dicotomia liberal público/doméstico. Com uma reivindicação desse tipo, de caráter polissêmico (Lamoureux, 2009, p. 211) e “central” para a maior parte do feminismo contemporâneo (Okin, 2004, p.186), feministas afirmam, por um lado, que “o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político,” e, por outro, que não se discutem os domínios doméstico e não doméstico “em termos de suas estruturas e práticas, suposições e expectativas, divisão do trabalho e distribuição de poder, [...] sem uma referência constante ao outro” (Okin, 2008, p. 314). Varikas (2013, p.181), na mesma direção, atribui a força da máxima “o pessoal é político” à “sua capacidade de evidenciar a dominação oculta em relações consideradas como parte da natureza humana”, à “suspeição que levantou sobre domínios e instituições consideradas ao abrigo do político” e a “seu espírito de utopia.”

O desinteresse generalizado pela vida doméstica tem levado gerações de teóricas feministas a projetar na família uma dimensão central da política do feminismo e da teoria feminista (Okin, 2008, p. 313). Tem levado mesmo o pensamento feminista a tomar como seu alvo preferencial “a redefinição moderna da família como ‘base de apoio *natural* para a formação de laços de convenção’, uma definição”, alertam muitas feministas, “que neutraliza o potencial subversivo da percepção *artificial, voluntária, convencional* da sociedade moderna” (Varikas, 2013, p. 173, grifo da autora). Por diferentes ângulos de análise e em uma variedade de campos disciplinares, essas teóricas têm explorado os impactos da dinâmica familiar na socialização e constituição dos sujeitos, na formulação e perseguição de seus projetos de autorrealização. Têm explicitado os desdobramentos das relações familiares sobre a integridade, a dignidade e a autonomia de mulheres, homens e crianças. Têm posto em discussão as definições mesmas de política, de democracia e de justiça, não sem recorrer às experiências históricas das mulheres e não sem dialogar com os movimentos feministas. Essas teóricas têm diagnosticado, em momentos e contextos os mais diversos, que a maioria das “oportunidades para o prestígio e influência pública, a capacidade para forjar relações, determinar inimizades, falar em público, usar ou renunciar ao uso da força” aparecem mesmo “como um privilégio e direito masculinos” (Rosaldo, 1980, p. 394) e que parte disso se deve a um tipo específico de organização da esfera doméstico-familiar, o que faz dela uma “questão de justiça” e um “problema político” (Biroli, 2017, p. 191).

Dizer que a família se tornou alvo preferencial da ofensiva feminista não significa dizer, contudo, que teóricas e ativistas feministas ou, pelo menos, que a maioria delas abra mão da família. A crítica se dirige, antes, contra uma versão específica da família, aquela estruturada pelo gênero e desproporcionalmente desvantajosa para as mulheres. Critica-se aquele modelo familiar tantas vezes registrado ou mesmo satirizado pela literatura de autoria feminina brasileira (Lispector, 2009; Piñon, 2016; Almeida, 2019): “[m]uitas [feministas] defendem que a ‘família’ seja definida de modo a incluir qualquer grupo intimamente conectado e comprometido,

endossando especificamente o casamento homossexual”. A maioria delas, “certamente, se recusa a aceitar que a escolha deva ser entre aceitar o duplo fardo das mulheres e abolir a família.” Elas recusam-se, pois, “a desistir da instituição da família e a aceitar a divisão do trabalho entre os sexos como natural e imutável” (Okin, 2004, p. 185). Critica-se, enfim, por diferentes lentes, uma concepção específica de família: aquela que assume esse complexo institucional como domínio paradigmático “do feminino, do ‘comezinho’, da servidão às necessidades de sobrevivência do organismo”, lugar do “exercício da tirania [...], com mulheres e filhos”, em oposição ao espaço público, tomado como a arena por excelência das “relações livres para o exercício da persuasão” (Sawaia, 2018, p. 57).

A representação idílica da família como uma esfera puramente de afetos, como se a afetividade suprimisse o conflito – como parece sugerir boa parte da produção teórica –, dá lugar, assim, em abordagens feministas, a uma outra representação, particularmente mais complexa, porque contingente, artificial, tensa e contraditória, na qual liberdade, solidariedade, violência, hierarquias, iniquidades, desigualdades materiais e simbólicas se cruzam e se superpõem ou na qual a cooperação e o conflito ocupam lugar especialmente destacado. Conjuntos monolíticos dão lugar, então, a espaços intermediários. Interessam àquelas teóricas os laços de família que protegem, mas também constroem os sujeitos, sobretudo os do sexo feminino, como registrados mesmo por textos ficcionais de autoria feminina brasileira, no mais das vezes, provocativamente, é verdade, como os de Júlia Lopes de Almeida (2019), Clarice Lispector (2009)⁷

⁷ Muitos dos contos de *Laços de família*, de Clarice Lispector, parecem antes registros críticos da domesticidade feminina, o que faz dessa obra, publicada originalmente em 1960, “um marco no tratamento ficcional do tema da família” (Xavier, 2006), e cuja influência alcança escritoras como Lygia Fagundes Telles e Nérida Piñon. Fiquemos, por ora, em apenas um dos contos dessa coletânea: *Uma galinha*. A domesticidade feminina aparece, ali, mas não só ali, como princípio de muitas das tensões familiares. Acompanhamos, no conto, a fuga vacilante de uma ave, logo interdita pelo dono da casa; uma metáfora do cotidiano da família nuclear burguesa. “Estúpida, tímida e livre. Não vitoriosa como seria um galo em fuga”. Devolvida à cozinha, de onde inadvertidamente fugira, “[d]e pura afobação a galinha pôs um ovo. Surpreendida, exausta”. Como que “nascida [...] para a maternidade, parecia uma velha mãe habituada. [...] Esquentando seu filho, esta não era nem suave, nem arisca, nem alegre, nem triste, não era nada, era uma galinha”. A família, maravilhada com o acontecimento, atribui-lhe novo status, “a galinha torna-se a rainha da casa. Todos, menos ela, o sabiam” (Lispector, 2009, p. 31-32).

e Nélide Piñon (2016); ali onde encontramos um emaranhado de aspectos ou fenômenos familiares nada fictícios.⁸

Teóricas feministas têm questionado, por tudo isso, e já há muito tempo, se a desatenção às injustiças intrafamiliares, apoiada sobre a dualidade público/doméstico, não coloca em xeque as pretensões liberais mais fundamentais, a saber, a autonomia e a igual oportunidade. Elas têm indagado se a própria noção liberal de autonomia, que conjuga individualidade da liberdade com isolamento pessoal, mesmo em suas versões mais sofisticadas, como em John Rawls, não parece antes desgastada se levada a sério a posição das mulheres nas relações de poder generificadas. Ou se levadas a sério as conexões entre o público e o doméstico, que têm se mostrado, nas suas formas mais correntes, muito “profundas”, muito “difusas” e muito desiguais para homens e mulheres (Okin, 2004, p. 186); senão, vejamos.

As experiências cotidianas de mulheres e homens concretos, por um lado, evocam a “separação sexuada e topográfica entre privado e público” (Varikas, 2013, p. 173), mas, por outro, contradizem essa mesma desconexão: “[a] separação do público e do privado faz parte das nossas vidas reais, ao mesmo tempo que é uma mistificação ideológica da realidade liberal-patriarcal” (Pateman, 2013, p. 71). A distribuição de renda, emprego, bens e serviços impacta a liberdade dos sujeitos e o universo de escolhas disponíveis no ambiente doméstico, assim como a organização da esfera doméstico-familiar condiciona o acesso de homens e de mulheres a cargos e rendimentos e o arranjo mesmo de instituições e de políticas públicas. Dois exemplos são elucidativos dessas conexões: “a presunção de que o principal provedor em qualquer família é um pai com responsabilidades domésticas limitadas ainda é feita por políticas públicas”, e mais: “na maioria das vezes, as práticas de emprego continuam a presumir que os funcionários não têm responsabilidades de cuidado significativas que

⁸ Compartilho com Axel Honneth a ideia de que tomar romances e obras de arte como “testemunhos fenomenológicos de certas estruturas da vida cotidiana” confere aos nossos escritos “uma certa base empírica, que não [...] [se pode] obter da pesquisa empírica em sociologia, porque essa pesquisa é muitas vezes quantitativa demais e não é sensível o suficiente às nuances da vida cotidiana” (Marcelo, 2013, p. 215).

poderiam interromper sua disponibilidade para o trabalho” (Connolly, 2010, p. 421). Se, por um lado, a articulação historicamente forjada entre natureza, feminilidade, maternidade, cuidado e domesticidade (Cattoni de Oliveira; Marques, 2020) embaraça o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e ao espaço da política institucionalizada, por outro, a construção moderna da paternidade como provimento material (Cattoni de Oliveira; Marques, 2017) não só não cria obstáculos como favorece o trânsito dos homens no mercado de trabalho, no espaço da representação política e na intimidade do lar: “o dinheiro ‘do marido’ desdobra-se em formas de valorização e de exercício de poder nas esferas não doméstica e doméstica”, muito diferente do “exercício contido do cuidado com a família e do suporte à vida profissional do homem”, que se desdobra “em restrições a uma atuação exitosa da mulher em outras esferas” (Biroli, 2013, p. 143).

Se o pensamento político ocidental tem se mostrado incapaz de lidar não só com as transformações democráticas, mas também com as injustiças que encontram no universo íntimo-familiar condições favoráveis de reprodução; se, passa-lhe despercebido o caráter político-moral da intimidade e das famílias; se não enxerga ou não quer enxergar a família como um campo conflagrado por disputas de todo tipo, para o qual convergem a reprodução de relações desiguais entre gêneros e entre gerações e a transformação democrática dessas mesmas relações, falta-lhe dar o passo adicional de que tanto falam teóricas e ativistas feministas, o de levar suficientemente a sério as relações íntimas e familiares, assim como os múltiplos fios que as conectam a um emaranhado muito complexo de relações sociais: “o feminismo contemporâneo, portanto, coloca um desafio significativo à suposição que vem há muito tempo sustentando boa parte das teorias políticas”, a saber, “a de que a esfera da família e da vida pessoal é tão separada e distinta do resto da vida social que essas teorias poderiam legitimamente ignorá-la” (Okin, 2008, p. 313). Honneth, em *O direito da liberdade*, sua obra de fôlego mais recente, parece dar esse passo adicional, como procurarei mostrar imediatamente a seguir.

Justiça, gênero e famílias em cena em *O direito da liberdade*, de Axel Honneth

Honneth (2014, p. 9-10), em *O direito da liberdade*, vale-se do modelo da *Filosofia do Direito*, de Hegel, para “reconstruir os princípios da justiça social diretamente na forma de uma análise da sociedade”. Um projeto normativo alternativo desse tipo, escreve ele já no prólogo do livro de 2011 – antecipando a primeira e provavelmente a mais importante de suas quatro premissas –, deve poder conceber as esferas sociais constitutivas de sociedades modernas como “encarnações institucionais de determinados valores, cuja pretensão imanente de realização pode servir como indicação dos princípios de justiça específicos de cada esfera”. Deve poder conceber, também – acrescenta ele, mais uma vez com Hegel – uma fusão entre o conjunto desses valores e um outro valor, a liberdade, de caráter inescapavelmente polissêmico, e que funcionaria mesmo como uma espécie de “metavalor” (McNay, 2015, p. 172). Em sociedades liberal-democráticas modernas, e este é o diagnóstico de Honneth (2014, p.10), “cada esfera [...] corporifica [...] um determinado aspecto de nossa experiência de liberdade individual”.

A “noção moderna de justiça se fragmenta, assim”, continua Honneth (2014, p. 10), “em tantos pontos de vista quantas são as esferas que institucionalizam uma promessa de liberdade”. Se “em cada um desses sistemas de ação, comportar-se ‘de maneira justa’ frente ao outro significa algo distinto, já que para a realização da liberdade prometida são necessárias, em cada caso, condições sociais especiais e contemplações mútuas”, *uma teoria da justiça como análise da sociedade*, tal como ele propõe, deve mesmo explicitar tanto quanto possível o que significa, em cada caso, comportar-se de maneira justa. Se uma rede complexa de práticas e instituições concretas corporifica os princípios mais basilares, sedimentando “determinados contextos de socialização”, no seio dos quais os sujeitos podem exercer tipos específicos de liberdade, sempre e

somente nas interações interpessoais cotidianas, é deles – desses “contextos de socialização” –, afinal, que “uma teoria crítica da justiça deve partir na reconstrução de seus princípios normativos” (Werle, 2016, p. 409).

Com uma teoria da justiça desse tipo – que procura “um suporte mais concreto, ancorado em práticas sociais e instituições, para a realização da liberdade individual” (Werle; Melo, 2007, p. 36) – Honneth (2014, p. 13-14) se desvia daquilo que para ele constitui “[u]ma das grandes limitações de que padece a filosofia política contemporânea”. Ele se refere, aqui, a teorias da justiça no mais das vezes caducas de análises da sociedade ou desprovidas de qualquer exploração empírica. Nesses casos, os princípios normativos “pelos quais se deve mensurar a legitimidade moral do ordenamento social” não são “desenvolvidos com base na estrutura institucional existente, mas a partir de dispositivos independentes dela, de maneira autônoma”. Honneth, por sua vez, e muito a seu modo, certamente, procura senão se esquivar desse esquema ainda muito corrente no campo das teorias da justiça (Sobottka, 2013; Marcelo, 2013; Zurn, 2015; McNay, 2015; Werle, 2016; Souza, 2017). Ele reorienta a teoria normativa na direção do mundo social, provocando com isso uma guinada social no debate contemporâneo sobre justiça; mas não só.

Honneth procura reconstruir normativamente a trajetória socio-histórica de um conjunto de âmbitos da vida social, com o propósito mesmo de testar, em cada caso, o grau de realização da promessa interna de liberdade (Sobottka, 2013; Werle, 2016; Souza, 2017). Move-se, assim, seguramente, na contramão de teorias puramente normativas. Mas Honneth (2015, p. 206) não só se vale do método de “reconstrução normativa”, que lhe permite “destilar reivindicações normativas de cada uma das várias esferas de ação”, como também combate “o monopólio jurídico sobre as esferas de relacionamento pessoal”. Honneth “alarga os campos sociais submetidos à investigação democrática,” apresentando domínios como o da intimidade e o das famílias como “esfera[s] de efetivação da liberdade social, a ser[em] liberada[s] de uma submissão necessária às figuras da tutela privada” (Silva,

2013, p. 215). Campos sociais como o da intimidade e o das famílias aparecem ali, em *O direito da liberdade*, entre aquelas práticas e instituições, no interior das quais, sob condições favoráveis, os sujeitos podem identificar a si mesmos e os seus objetivos “como a contraparte do outro”, o que faz da liberdade ali, mas não só ali, uma experiência “intersubjetivamente partilhada” (Souza, 2017, p. a1030).

Se a esfera das famílias ainda “é claramente pressuposta” pelo pensamento político ocidental, por exemplo, “quando se pensa no fato de que os teóricos políticos tomam como sujeitos de suas teorias seres humanos maduros, independentes, sem explicar como chegam a ser assim” (Okin, 2008, p. 309); se muitos dos teóricos se limitam “ao estudo daquilo que foi definido, em uma era pré-feminista, como legitimamente político” (Okin, 2008, p. 320); se eles pouco ou nada dizem sobre as famílias, que, em geral, operam “fora do âmbito das teorias políticas” (p. 311); se os teóricos de fora dos círculos feministas tendem a “proteger [...] [essa] esfera significativa da vida humana (e especialmente da vida das mulheres) do exame atento ao qual o político é submetido” (p. 315); se a conceptualização bastante difundida da “família como algo fora do mundo” leva a “pensar que coisas como amor e altruísmo, gênero, a organização do parentesco e a textura da vida familiar não podem ser entendidas adequadamente nos mesmos termos” usados “para analisar a sociedade como um todo” (Rosaldo, 1980, p. 407-408); se “um modo de pensamento [ainda muito corrente] [...] vê em todos os grupos domésticos um campo afetivo e altruístico imutável – em oposição aos laços mais contingentes que compõem ordens sociais mais englobantes” (p. 416); se as “preocupações acerca da justeza das práticas sociais e das instituições políticas não se estendem, de modo geral, ao mundo privado” (Kritsch, 2013, p. 23); se pouco se diz sobre como se estabelecem as relações intrafamiliares e como elas se conectam “com as relações de poder em outras esferas”, mesmo quando a família aparece “como instituição central à socialização dos indivíduos e, como tal, à definição das relações e valores que organizam uma dada sociedade”

(Biroli, 2012, p. 213), Honneth, em *O direito da liberdade*, move-se na direção contrária desse esquema tão combatido pelo pensamento e pela prática feministas. Ele faz da dicotomia liberal público/doméstico, como o fazem teóricas feministas, um de seus alvos preferenciais. Honneth situa no centro do debate sobre justiça questões como amor, intimidade, cuidado e sexualidade, porque sujeitas, todas elas, “à autodeterminação democrática” (Silva, 2013, p. 215).

A vida íntima e familiar, em *O direito da liberdade*, é mais discutida do que pressuposta, é mais politizada e historicizada do que naturalizada, e sua justiça interna, decididamente, importa. Honneth procura esquadrihar as concepções que os próprios sujeitos elaboram e reelaboram, não sem tensões e contradições, sobre intimidade e família, cujos contornos institucionais se mostram artificiais, contingentes e situados. Ele dirige sua atenção para as relações historicamente forjadas por homens, mulheres e crianças. Reconstrói a trajetória socio-histórica de uma esfera social fabricada por esses homens, por essas mulheres e por essas crianças, no interior da qual se definem, são definidos, organizam suas vidas e suas reivindicações políticas e exercem um tipo específico de liberdade nas interações interpessoais cotidianas. A definição, a disposição e a distribuição dos papéis das mulheres, dos homens e das crianças no seio do complexo institucional das famílias aparecem, antes, como produto de relações sociais em sociedades históricas concretas. Mais ainda: o próprio processo de definição, disposição e distribuição dos papéis intrafamiliares aparece ali, em *O direito da liberdade*, como que condicionado por fenômenos e processos que operam muito longe dali, nas esferas não domésticas. Honneth, assim, em poucas palavras, nem suspende nem se antecipa à realidade intrafamiliar e às suas múltiplas conexões com outros tantos campos sociais.

Se o liberalismo político, “cujos princípios ainda hoje balizam a autocompreensão normativa de nossas sociedades” e, ressalvadas algumas

poucas exceções, como John Rawls,⁹ “deixou sempre à margem toda a esfera familiar e de criação dos filhos”, “se a considerou como historicamente dada” e, mais, “se não refletiu mais profundamente sobre as condições a partir das quais ela poderia contribuir para a reprodução político-moral das sociedades”, Honneth (2014, p. 229-230), diferentemente, muito se interessa pela “constituição interna das famílias”, pelas “condições de socialização sob as quais as crianças podem se converter em futuros cidadãos”. Reconhece o “valor democrático que tem uma criação plena de atenção e amor”. Assume o “significado político-moral da esfera familiar”, indissociável, ele mesmo, a propósito, da oportunidade nela inscrita de qualificação de seus membros para o individualismo cooperativo. Em uma teoria da justiça como a de Honneth, que procura reconstruir as condições sociais de existência da liberdade em toda a sua extensão, não há lugar para premissas liberais que tomam “a esfera familiar [...] como uma magnitude simplesmente dada na estrutura de sociedades modernas”, como se passível de ser pensada fora do tempo e do espaço, mas não só.

Se é verdade que o tipo de teoria da justiça que emerge de *O direito da liberdade*, como já sugeri, “não toma a forma de um conjunto definitivo de princípios morais, mas de um processo contínuo e perpetuamente inacabado de autoescrutínio social e ético conduzido em nome de um potencial normativo parcialmente instanciado” (McNay, 2015, p. 171), também é verdade que é o próprio empreendimento honnethiano que demanda novos achados sociológicos, novas pesquisas concretas, novas investigações empíricas que possam, assim, e pouco a pouco, compor

⁹ Em *Uma teoria da justiça*, Rawls (2008, p. 8) inclui a “família monogâmica” na estrutura básica da sociedade, ainda que de forma particularmente ambígua. Ele se dirige à família em diferentes ocasiões, mas sem jamais discutir sua justiça interna. Rawls segue de perto, por exemplo, as correlações entre o problema da estabilidade, a aquisição do senso de justiça pelos membros de uma sociedade bem-ordenada e as dinâmicas específicas da família (p. 571-583), cuja justiça é mais uma vez pressuposta: a família operária, segundo Rawls, como uma “escola primária da justiça” (Biroli, 2012, p. 226) ou uma “escola de ensinamentos morais” (2013, p. 144), aspecto, a propósito, também realçado por Honneth, muito a seu modo, certamente, quando reconstrói a trajetória socio-histórica da esfera das famílias em *O direito da liberdade*.

um quadro teórico e normativo mais atualizado, mais abrangente e mais robusto, sobretudo quando em jogo diferentes cenários nacionais; o que me leva a sugerir, então, imediatamente a seguir, com Honneth, mas não só com Honneth, *uma* reconstrução normativa da trajetória socio-histórica da esfera das famílias no Brasil.

Elementos para *um* desdobramento do programa honnethiano

Honneth (2014, p. 11) procura reconstruir normativamente, como já sugeri, processos socio-históricos de realização conflituosa e não linear de uma série de princípios de justiça, o que lhe possibilita iluminar muitas das oportunidades já inscritas ou já disponíveis nas esferas sociais modernas mais fundamentais, assim como os desenvolvimentos errados ou patologias que cercam essas mesmas esferas. A ideia, pois, em *O direito da liberdade*, é mesmo tentar reconstruir, “de forma idealizadora, aqueles conflitos e desacordos sociais até então travados pela correta interpretação e realização das normas tacitamente aceitas por todos os participantes como subjacentes às diversas esferas de atuação”. E “isso é feito na esperança de que, em cada uma das trajetórias que podemos reconstruir a partir dos desenvolvimentos que essas lutas produzem [...], possamos traçar uma linha de progresso moral”, que tanto “nos diz qual das reivindicações normativas implícitas já foram realizadas”, como “também o que devemos fazer agora para realizá-las de forma mais completa e adequada”. Com um expediente metodológico desse tipo, Honneth (2015, p. 206) acredita poder identificar, também ali, em que ponto essa “linha de progresso moral” é abandonada, é dizer, onde a aplicação mais compreensiva e mais apropriada das normas típicas dos complexos de ação é corrompida, degradada ou gravemente ameaçada.

Um empreendimento de fôlego desse tipo mobiliza, é verdade, um conjunto muito robusto de argumentos e provas empíricas de diferentes áreas do conhecimento, como mostra, sobretudo, a terceira e mais longa seção de *O direito da liberdade*, a “realidade da liberdade”; o que não impede

Honneth de admitir, já no prólogo do livro de 2011, que “ainda há muito que fazer”, seja porque parece “necessário diferenciar todas as trajetórias evolutivas [...] de acordo com os caminhos adotados por cada nação”, seja porque o diagnóstico do presente também demanda “aprofundamento”. Essa “sensação do inevitavelmente inacabado” de que fala Honneth (2014, p. 10), se considerada a esfera das famílias, que mais particularmente me interessa, reflete antes o fato de que família, parentesco e assimetria sexual “parecem existir em toda parte, mas não sem um desafio constante ou uma variação quase infinita em seu conteúdo e forma” (Rosaldo, 1980, p. 395), o que demanda, certamente, lentes mais apuradas para a análise de cenários específicos.

Partindo dessa “sensação do inevitavelmente inacabado” admitida por Honneth (2014, p. 10) – própria mesmo, aliás, de um projeto como o de *uma teoria da justiça como análise da sociedade* – sugiro, e por ora só posso mesmo sugerir,¹⁰ uma reconstrução normativa da trajetória socio-histórica da esfera das famílias no *Brasil*. Se essa esfera assume muitas formas históricas – elas mesmas especialmente variáveis em termos de estrutura, exercício de liberdade e autoridade, funções características, manifestações do parentesco ou autonomia institucional – não podemos observá-la senão a partir de uma perspectiva interna: não se examina a trajetória de desenvolvimento geral da esfera das famílias senão de um ângulo específico, o de sua lógica moral, que se institucionaliza e se diferencia daquelas típicas de outros âmbitos da vida social, e não sem fazer do Brasil o palco principal dessa reconstrução.

Uma empreitada desse tipo muito contribuiria para o desdobramento do projeto honnethiano. Poderia, inclusive, incrementar a própria constelação disciplinar de que Honneth se vale, concorrendo mesmo para um diagnóstico de tempo mais denso, suficientemente capaz de apontar aqui e agora para possibilidades reais de emancipação. Para alcançar os aspectos mais fundamentais da organização das famílias brasileiras, capturar a especialização

¹⁰ Levar adiante *uma* reconstrução normativa da trajetória socio-histórica da esfera das famílias no Brasil muito extrapolaria os propósitos e os limites impostos à investigação que desenvolvo neste artigo. O presente texto pode ser lido, contudo, como uma espécie de matriz de direção para *uma* reconstrução normativa do desenvolvimento geral da esfera das famílias no Brasil.

e a democratização das relações familiares e ainda acessar as desigualdades ou anomias que encontram nas famílias condições favoráveis de reprodução, poder-se-ia apelar, mais destacadamente, para os estudos sobre divisão sexual do trabalho, que parecem um tanto negligenciados pelo próprio Honneth (McNay, 2015; Zurn, 2015), como se a divisão do trabalho entre os sexos não fosse, ela mesma, uma variável-chave para a compreensão mais apurada das hierarquias e das disputas típicas (não só) da trama familiar.

São muitas as pesquisas que já há algumas décadas têm apontado o papel que joga a divisão sexual do trabalho não só no acirramento de “conflitos conjugais que conduzem a separações” (Araújo *et al.*, 2018, p. 13), mas, sobretudo, na manutenção de desigualdades de todo tipo, ora domésticas, ora não domésticas, aí incluído o “desequilíbrio entre os sexos na distribuição das horas gastas nas atividades domésticas”, qualquer que seja o tipo de arranjo familiar para o qual se olhe, se mais ou menos democrático (Araújo *et al.*, 2018, p. 17). As pesquisas sobre divisão sexual do trabalho, mais do que meramente descrever, têm articulado uma “descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar” espaços e atividades (Kergoat, 2009, p. 72). E, por isso mesmo, podem ajudar a iluminar muitas das tensões entre os princípios de reconhecimento e os processos sociais que compõem a própria realidade social.

Se uma teoria da justiça sociologicamente ancorada, como a de Honneth, procura explicitar a rede de complexos institucionais em que sujeitos concretos podem realmente experimentar a liberdade em uma interação intersubjetiva normativamente orientada e, mais, se uma teoria da justiça desse tipo procura sobretudo proteger os “contextos de reconhecimento recíprocos ameaçados, assegurando assim a realização da liberdade [...] em toda sua extensão” (Werle, 2016, p. 410), são muitas as contribuições potenciais de uma excursão interdisciplinar como a que ora sugiro. Os estudos sobre divisão sexual do trabalho, desenvolvidos nos mais diversos campos disciplinares, podem irrigar o empreendimento honnethiano e o campo mesmo das teorias da justiça, interpelando-os sobre pontos sensíveis do pensamento sobre as famílias e os vínculos entre amor e justiça. Sob muitos aspectos, são eles que melhor

dão conta da dinâmica e complexidade gerais dessa instituição relacional, que aparece, hoje, como um campo convulso, multifacetado, mas também muito mais democrático do que no passado, fruto, certamente, de lutas por reconhecimento mais ou menos bem-sucedidas, travadas dentro e fora de casa. Eles registram a intensidade e o rumo das mudanças por que passam a esfera das famílias no Brasil. Pensemos, por ora, em algumas das questões correntemente presentes nas “[c]onfrontações interdisciplinares em torno da divisão sexual do trabalho” (Hirata; Kergoat, 2003, p. 116): “[q]ual a extensão das transformações [intrafamiliares] e quais os aspectos mais refratários a mudanças? Como os padrões conhecidos vêm sendo alterados?” Ou: “[q]ue fatores estruturais e subjetivos interferem e conformam essas relações e qual o peso dos contextos sociais nesse processo?” Ou ainda: “[c]omo a igualdade de gênero é percebida hoje por homens e mulheres? Qual o impacto desses valores de igualdade, consagrados e disseminados socialmente, sobre as práticas domésticas cotidianas envolvidas na reprodução social?” (Araújo; Scalón, 2005, p. 10).

Esses estudos têm mesmo afiado os instrumentos para melhor captar as alternativas ou as oportunidades, mas também os limites ou os constrangimentos que pesam diferenciadamente sobre homens, mulheres e crianças no ambiente doméstico-familiar e fora dele, o que lhes têm permitido descortinar as cadeias de violência latente que tantas vezes emanam do círculo doméstico. Essas pesquisas têm desvelado as formas pelas quais o gênero penetra a vida e a experiência familiar cotidiana, sem relegar a um segundo plano a conjunção ou a interdependência das relações de poder de sexo, classe e raça (Hirata, 2014). Têm vindo à tona, assim, não apenas os vínculos de solidariedade específicos dessa esfera de liberdade ou os vínculos emocionais de atenção e de cuidado, mas também uma estrutura de relações entre desiguais. No quadro geral de uma reconstrução normativa desse tipo, como a que ora sugiro, a direção do desenvolvimento socio-histórico da esfera das famílias no Brasil pode ganhar contornos mais bem definidos, embora sempre provisórios. Podem emergir, assim, os seus potenciais normativos e as fontes de inefetividade da liberdade intrafamiliar. Pode ficar mais e mais evidente *se, como e*

em que medida as relações familiares se diferenciam ou especializam-se, generalizam-se ou democratizam-se e se, como e em que medida esse tipo de relação primária se mutualiza.

Se aposto na *teoria da justiça como análise da sociedade* é porque um projeto desse tipo mais favorece do que interdita a reflexão sobre as conexões entre justiça e famílias, que se mostram mesmo, ali, no livro de 2011, como que inarredáveis. Mover-se no marco da teoria honnethiana da justiça não compromete, seguramente, diagnósticos alternativos; pelo contrário. Sem antecipar o que não pode ser antecipado, é possível afirmar, desde já, com Honneth, ainda que muito provisoriamente, que a esfera das famílias, assim como outras tantas esferas, corporifica e efetiva um aspecto ou faceta do valor geral de liberdade. Aciona-se, então, ali, um princípio de reconhecimento interno, a partir do qual os indivíduos se orientam, engajam-se politicamente, experienciam uma forma de liberdade social só agora mais ou menos disponível e é possível avaliar criticamente as práticas intrafamiliares. Mas suspeito, contra Honneth, tendo em conta o cenário nacional – e somente *uma* reconstrução normativa poderá confirmar ou não essa suspeita, por ora, ainda muito provisória –, que o ingresso em massa das mulheres no mercado de trabalho e as mudanças nas práticas de educação da prole não foram capazes de subverter certas “formas ideológicas de reconhecimento” das mulheres.

Para Honneth (2014, p. 217-218), dois eventos muito recentes teriam como que desmanchado os “obstáculos ideológicos” que embaraçavam, no passado, o exercício da liberdade intrafamiliar. O primeiro deles, o ingresso vertiginoso das mulheres no mercado de trabalho, que teria demolido “o fundamento de legitimação da velha ideologia, segundo a qual as mães satisfazem sua ‘verdadeira’ natureza nas sacrificantes tarefas domésticas e de cuidado dos filhos”, e o segundo, as reviravoltas nas práticas de educação, que agora e só agora incluiriam os/as filhos/as na interação familiar como parceiros/as em igualdade de direitos. Esses fenômenos, combinados, apontariam, segundo Honneth, para a realização institucional e conflituosa da promessa típica da família moderna, a de que mães, pais e filhos/as, mutuamente tomados como titulares de iguais direitos e obrigações e em

atenção às suas individualidades ou idiosincrasias, sejam reciprocamente cuidados, protegidos e obtenham empatia segundo as suas necessidades específicas, tão variáveis quanto as etapas ou fases pelas quais transitam ao longo da vida.

Muito embora os integrantes da família, em suas diferentes configurações, pareçam estar, hoje, em condições desproporcionalmente mais favoráveis do que no passado de poder esperar uns dos outros “a empatia, a dedicação e o cuidado que exige a necessidade específica da fase na qual se encontram” (Honneth, 2014, p. 218), sugiro, e por ora só posso mesmo sugerir, um enquadramento distinto do crescimento e da diversificação do trabalho remunerado feminino e das mudanças nas práticas educativas. Se, por um lado, a entrada em massa das mulheres no mundo laboral parece ter impactado o modelo ideológico de mulher dona de casa em período integral, muito prestigiado no século passado, sobretudo entre as famílias de camadas médias e altas, por outro, parece pouco ter afetado outro modelo ideológico, o da maternidade devotada ou absorvente. O modelo da “rainha do lar” (Rago, 2014) parece sair de cena. Parece mesmo cada vez mais despropositado para a maioria das mulheres; o que não significa dizer que o “mito do amor materno” (Badinter, 1985) tenha também ficado para trás. O crescimento e a diversificação do trabalho remunerado feminino e, conseqüentemente, a expansão da participação feminina na composição da renda familiar parecem mediados, à primeira vista, mediados pela posição específica da mulher na dinâmica familiar e, mais especialmente, pelo papel de cuidadora (não só) da prole, sobretudo quando os/as filho/as são pequenos/as, como tem mostrado um conjunto muito diverso e robusto de pesquisas (Costa, 2002; Costa, 2004; Araújo, Scalón, 2005; Carloto; Mariano, 2010; Gama, 2014; Itaboraí, 2017; Araújo, 2018; Cattoni de Oliveira; Marques, 2018; Gama *et al.*, 2018; Cattoni de Oliveira; Marques, 2020).

Se os apelos emocionais à “boa” mãe induzem as mulheres a “persistirem em uma autoimagem” que alimenta, “com perfeição”, os esquemas “da divisão especificamente sexual do trabalho” (Honneth, 2012, p. 77), travando, como suspeito, os ganhos mais recentes de liberdade intrafamiliar (Honneth, 2012, p. 77), esses enunciados de valor devem mesmo ser tomados pelo que

verdadeiramente são, é dizer, formas ideológicas de reconhecimento, tanto do passado como do presente, por mais modificadas que pareçam à primeira vista, na contramão do diagnóstico honnethiano, pelo menos se consideradas nossas peculiaridades nacionais. Desconfio que esses modelos operam enquanto ficções reguladoras da maternidade, reproduzindo um esquema já há muito conhecido, ainda que sob novos contornos. E se é verdade que, no seio de discursos mais ou menos hegemônicos – de caráter conservador, mas também progressista –, o cuidado da prole, o cuidado materno e a natureza parecem ainda se confundir, também é verdade que esses mesmos discursos se apoiam senão no *status* recém-atribuído à criança, como num circuito que se retroalimenta, como tem mostrado a literatura especializada (Badinter, 1985; Costa, 2002; Costa, 2004; Rago, 2014; Cattoni de Oliveira; Marques, 2018, 2020, Alves, 2018; Araújo, 2018; Gama *et al.*, 2018).

Quanto mais a família se dirige para os/as filhos/as, que demandam cada vez mais cuidado e atenção *especiais*, mais se espera e mais se exige das mães, independentemente de seu engajamento no mercado de trabalho e de suas necessidades específicas (Araújo; Scalon, 2005; Hirata; Kergoat, 2007; Gama, 2014; Gama *et al.*, 2018; Itaboraí, 2017; Araújo, 2018; Cavenaghi; Alves, 2018; Cattoni de Oliveira; Marques, 2018, 2020), na direção contrária das tendências democratizantes de longa duração da vida familiar, que, a seu passo, também dificilmente podem ser subestimadas. Tendo em conta aqui apenas uma das muitas dimensões com as quais se terá de enfrentar uma reconstrução normativa da esfera das famílias, pode-se dizer que expressões como “dupla jornada” ou “tripla jornada” captariam, agora, o que muitas mulheres, desproporcionalmente pobres e negras, experimentam já há alguns séculos, dada a sobrecarga desproporcional de dois tipos de trabalho, o remunerado e o doméstico/de cuidado (Costa, 2002; Hirata; Kergoat, 2003; Gama, 2014; Hirata, 2014; Itaboraí, 2017; Davis, 2016; Cavenaghi; Alves, 2018); senão vejamos.

Mudanças na composição sexual do mercado de trabalho (se alimentam e) concorrem, certamente – como afirma Honneth –, para a implosão do modelo ideológico de mulher dona de casa em período integral, muito prestigiado no século passado, sobretudo entre as famílias de camadas médias

e altas. Mas não concorrem – na contramão do diagnóstico honnethiano, pelo menos se considerado o contexto brasileiro – para a dessexualização do trabalho reprodutivo (Hirata; Kergoat, 2003; Araújo; Scalon, 2005; Gama, 2014; Hirata, 2014; Itaboraí, 2017; Cattoni de Oliveira; Marques, 2018, 2020; Araújo, 2018; Araújo *et al.*, 2018; Gama *et al.*, 2018; Cavenaghi; Alves, 2018). Muito embora a expectativa social de que a mulher se dedique aos labores femininos na “insossa domesticidade de esposa obediente, sem imaginação, sem vontade, feliz em ser sujeita, [e] em bem servir a um só homem” pareça dizer sobre um modelo familiar já ultrapassado, tão bem representado por narrativas de autoria feminina do século XX, caso de *A falência*, de Júlia Lopes de Almeida (2019, p. 295), o trabalho reprodutivo ainda empurra as mulheres para aquela “insossa domesticidade”.

Quanto a esse aspecto em particular, nada de novo na dinâmica familiar: são as esposas/mães, as vizinhas, as parentes do sexo feminino ou as empregadas domésticas aquelas que geralmente assumem esse tipo de trabalho,¹¹ ainda sexualmente codificado e, por isso mesmo, nem sempre percebido pelas próprias mulheres como fonte deflagradora de tensões ou mesmo como forma de injustiça ou privação (Araújo; Scalon, 2005; Araújo *et al.*, 2018; Guedes,

¹¹ “Mesmo que exista delegação”, advertem Hirata e Kergoat (2007, p. 607), “um de seus limites está na própria estrutura do trabalho doméstico e familiar: a gestão do conjunto do trabalho delegado é sempre da competência daquelas que delegam”. É preciso ter em conta, contudo, que, no caso das mulheres, o suporte do emprego doméstico é um dos fatores que mais impactam na média de horas dedicadas aos afazeres domésticos. E que são relativamente poucas as mulheres que recorrem ou podem recorrer às diaristas ou às empregadas domésticas. O *survey Gênero, trabalho e família*, de 2016, mostra que, entre o universo pesquisado que vivia em união, “as mulheres com empregadas domésticas dedicavam 18,7 horas em média [ao trabalho reprodutivo] e as mulheres sem empregada, 31,9 horas” (Araújo *et al.*, 2018, p. 30). Ou seja, para um percentual relativamente pequeno de mulheres, o recurso às diaristas e às empregadas domésticas aparece como estratégia para lidar com a sobrecarga do trabalho reprodutivo. Delegar não significa, como podemos mesmo observar, desobrigar-se desse tipo de trabalho: “a presença da empregada/diarista não elimina o tempo gasto com o trabalho doméstico, apenas reduz esse tempo, tanto para homens como para mulheres; e essa redução é tanto maior quanto mais dias possam delegar as tarefas para as empregadas” (Sartor *et al.*, 2018, p. 203). E se é verdade que esse tipo de delegação do trabalho doméstico pode atenuar muitas das tensões entre trabalho e família para um grupo relativamente pequeno de mulheres, também é verdade que essa mesma delegação “reforça a responsabilização feminina” e, com ela, as desigualdades entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres (Sartor *et al.*, 2018, p. 204).

2018).¹² Se é verdade que “há posições mais abertas e menos tradicionais para o envolvimento feminino com a vida profissional”, também é verdade que “essas posições não parecem implicar ou vir acompanhadas de redefinições do papel maternal e da centralidade da maternidade na vida doméstica” (Araújo; Scalón, 2005, p. 67); o que faz das formas contemporâneas de organização das famílias brasileiras formas mais custosas ou restritivas para as mulheres do que para os homens, ainda que muito menos custosas ou restritivas do que aquelas do passado (Biroli, 2018, p. 100).

São elas, de todo modo, que “continuam a se incumbir do essencial” do trabalho doméstico/de cuidado (Hirata; Kergoat, 2007, p. 607),¹³ sobretudo em países como o Brasil, onde são tímidos os direitos, os equipamentos coletivos ou as políticas públicas que poderiam favorecer a redistribuição ou a socialização dos custos do cuidado (Costa, 2002; Carloto; Mariano, 2010; Araújo *et al.*, 2018; Cavenaghi; Alves, 2018; Cattoni de Oliveira; Marques, 2018);¹⁴ o que me leva a perguntar, com Biroli (2018, p. 109), “[q]uem cuida das crianças no horário em que não estão na escola? E o que isso implica para

¹² Os resultados do *survey Gênero, trabalho e família*, de 2016, ajudam a iluminar algumas das tensões e contradições de que falamos: “[d]e modo espelhado e articulado, enquanto as mulheres se percebem majoritariamente fazendo mais (ou muito mais) do que a parte [de trabalho doméstico] que seria justa (56,2%), os homens se percebem fazendo menos (ou muito menos) do que a parte que seria justa (40%). É interessante notar, contudo, que o peso relativo dos que se percebem fazendo exatamente a parte que seria justa é bastante próximo entre homens e mulheres, o que sugere que parte dos casais já vivenciam dinâmicas de divisão nas quais ambos estão satisfeitos com o arranjo vivenciado” (Guedes, 2018, p. 125). A satisfação, nesses casos, não significa, necessariamente, contudo, arranjos mais igualitários: se é verdade que em alguns deles essa divisão pode ser, sim, mais equilibrada, o que explicaria a satisfação de parcela dos entrevistados, também é verdade que em outros casos é provável que essa divisão siga o esquema tradicional e a satisfação dos implicados tenha que ver antes com práticas e valores mais tradicionais professados pelos próprios respondentes, que não enxergariam na feminização do trabalho reprodutivo uma forma de injustiça ou privação.

¹³ Com base nos dados da PNAD, do IBGE, para o Brasil Metropolitano, no ano de 2006, Gama (2014, p. 177) mostra que, em famílias com filhos entre 0 e 6 anos, aproximadamente 59% dos pais, 97,5% das mães com cônjuge e 92,5% das mães sem cônjuge realizavam trabalho doméstico.

¹⁴ Os valores evocados pelas próprias mulheres, se mais ou menos igualitários ou mais ou menos tradicionais, não impactam no volume de trabalho reprodutivo realizado, segundo o *survey Gênero, trabalho e família*, de 2016, cujos resultados “mostram que as mulheres com uma percepção mais igualitária dos papéis de gênero são tão responsáveis pela realização das tarefas domésticas quanto as mulheres com percepções mais tradicionais” (Araújo *et al.*, 2018, p. 62).

as mulheres, para as próprias crianças e para a renda familiar?”. Em contextos como o nosso, onde prevalecem “políticas de traços familistas e centradas nas mulheres como mães”, mesmo quando se avança muito timidamente nessa área, são muitos os descompassos entre o ingresso feminino em massa no mercado de trabalho, o engajamento masculino no trabalho doméstico – quase que monotônico ao longo da vida – e as iniciativas públicas de apoio a cuidados, muitas vezes, escassas, muito precárias e reprodutoras, elas mesmas, de concepções tradicionais de maternidade e paternidade,¹⁵ como tem indicado farta literatura a respeito (Costa, 2002; Hirata; Kergoat, 2007; Carloto; Mariano, 2010; Itaboraí, 2017; Cattoni de Oliveira; Marques, 2017, 2020; Cavenaghi; Alves, 2018; Alves *et al.*, 2019).

Considerações finais

Longe de tratar o domínio das relações pessoais como “um mero reduto da ética particular ou do arbítrio pessoal” e com isso apequenar a constelação de problemas típicos da reflexão democrática, Honneth, em *O direito da liberdade*, assume a intimidade e as famílias como “esferas da sociedade nas quais é permitido se exigir condições de autodeterminação coletiva que” merecem mesmo “ser chamadas, em um sentido que certamente extrapola seu uso tradicional, de condições democráticas” (Silva, 2013, p. 231). Tanto toma dimensões importantes da vida íntima e familiar como questões de justiça de primeira ordem que tensionam os limites mais convencionais da política. Deixa entrever, desse modo – e na contramão da “maioria dos teóricos políticos contemporâneos que escrevem sobre justiça” (Okin, 2004, p. 186) –, alguns dos vínculos internos entre justiça e famílias, que se mostram mesmo como que incontornáveis no quadro de *uma teoria da justiça como análise da sociedade*.

¹⁵ Os debates travados em torno da licença paternidade ainda no curso da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, assim como os debates parlamentares mais recentes em torno da regulamentação do direito fundamental à licença paternidade são especialmente ilustrativos dos aspectos acima aludidos. Para uma reconstrução desses debates, ver Cattoni de Oliveira; Marques (2018).

Entram em cena, ali, no livro de 2011, muitos dos aspectos, dos sentidos e das experiências típicas da vida moderna, algumas delas, domésticas, outras, não domésticas, mas todas elas agora tomadas como questões política e moralmente relevantes ou como parte do problema da justiça social; vêm à tona as suas especificidades e implicações recíprocas, não sem ecoar o pressuposto teórico feminista de que a relação entre família, violência e sociedade é tão estreita, que seja qual for o elemento do qual se parte – família, violência ou sociedade –, “[e] m algum ponto eles se imbricam” (Vitale, 2018, p. 32). Se a literatura feminista já há algumas décadas se pergunta “como os indivíduos vivenciam e compatibilizam” demandas dos diferentes domínios da vida social “e quais fatores endógenos e exógenos a esses [...] espaços podem, eventual ou frequentemente, interferir nessas dinâmicas” (Araújo *et al.*, 2018, p. 1), no caso de Honneth, questões desse tipo parecem importar só mais recentemente a ponto de merecer tratamento mais ou menos acurado; mas não só.

Honneth, como procurei mostrar até aqui, incorpora dimensões importantes da intimidade e das famílias ao debate sobre justiça, como também apresenta uma abordagem toda própria das relações íntimas e familiares, cujo aparato teórico-metodológico pode ser sempre de novo mobilizado para se examinar mais de perto essas mesmas relações, assim como os múltiplos fios que as conectam a um emaranhado muito complexo de relações sociais. Ele observa essas e outras tantas relações, assim como suas implicações mútuas, de um ângulo específico – o da gramática do reconhecimento – e leva adiante a possibilidade de uma crítica interna a esses campos normativos, movendo-se mesmo na contracorrente do pensamento hegemônico. Isso, certamente, faz desse projeto normativo alternativo, que toma a vida íntima e familiar como parte do problema da justiça social, *uma* contribuição muito particular e não menos provocativa à teoria contemporânea, que parece, antes, e em “grande medida [...] como no passado (ainda que de maneira menos óbvia), [...] sobre homens que têm esposas em casa” (Okin, 2008, p. 311).

Daí a aposta no desdobramento de um programa como o honnethiano, embora não sem certas ressalvas. Quem quer que procure esboçar tanto quanto possível as linhas de progresso moral que a própria trajetória de desenvolvimento geral da esfera das famílias no Brasil exhibe, ou seja, quem quer que procure examinar, na esteira de Honneth, *se e em que medida* se pode falar de desconstrução, desmonte ou implosão de papéis sexuais ou de “estereótipos e atribuições culturais que impedem estruturalmente a adaptação às necessidades dos outros” (Honneth, 2006b, p. 146), muito ganharia se também incorporasse as contribuições dos estudos sobre divisão sexual do trabalho. Uma excursão interdisciplinar como a que procurei apenas sugerir no presente texto poderia melhor rastrear ali onde sucumbem os aprimoramentos institucionais internos a campos como o das famílias ou onde eles parecem pelo menos ameaçados. Poderia melhor esquadrihar *se e em que medida* “estereótipos e atribuições culturais [...] [ainda] impedem estruturalmente a adaptação às necessidades dos outros” (Honneth, 2006, p. 146). Poderia melhor sondar ali onde se fazem presentes os déficits de liberdade ou muito daquilo que limita, mina ou corrói a liberdade intrafamiliar, como reclama, aliás, o próprio *script* honnethiano.

Uma reconstrução normativa da esfera das famílias no Brasil, por fim, como procurei sugerir – por mais que mobilize um conjunto muito sofisticado de análises empíricas, sociológicas e históricas e eventualmente incremente o próprio repertório honnethiano –, não pode afastar, é verdade, aquela sensação admitida por Honneth (2014, p. 9) já no prólogo de *O direito da liberdade*, a “de ter de fornecer mais argumentos e provas empíricas”, já que se trata mesmo de uma impressão como que inafastável no caso de um *uma teoria da justiça como análise da sociedade*. Mas uma reconstrução normativa da trajetória de desenvolvimento geral da esfera das famílias no Brasil pode pelo menos desdobrar o projeto normativo alternativo de Honneth, seja porque, em diálogo com a literatura feminista, pode iluminar processos, aspectos ou fenômenos mais ou menos despercebidos pela reconstrução honnethiana, seja porque pode ajudar a iluminar uma realidade sensivelmente distinta daquela de que fala Honneth em primeiro lugar.

Stanley Souza Marques é Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

✉ marques.stanley@gmail.com

Referências

1. ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A falência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
2. ARAÚJO, Clara et al. Evolução das percepções de gênero, trabalho e família no Brasil: 2003-2016. In: ARAÚJO, Clara et al. (ed.). *Gênero, família e trabalho no Brasil do século XXI: mudanças e permanências*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018. p. 1-81.
3. ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Apresentação. Percepções e atitudes de mulheres e de homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005a. p. 15-77.
4. BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
5. BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
6. BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. *Lua Nova*, n. 102, p. 173-210, 2017.
7. BIROLI, Flávia. *Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. Vinhedo/Niterói: Editora Horizonte/Eduff, 2013.
8. BIROLI, Flávia. Gênero e família em uma sociedade justa. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012, p. 211-242.
9. CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. *Estudos Feministas*, v. 18, n. 2, 2010.
10. CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A.; MARQUES, Stanley S. Contribuições para uma reconstrução crítica da gramática moderna da maternidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 2, p. 1-16, 2020.
11. CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A.; MARQUES, Stanley S. Paternidades e a identidade do sujeito constitucional no Brasil: um estudo a partir do direito fundamental à licença-paternidade. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, v. 63, n. 2, p. 9-38, 2018.

12. CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A.; MARQUES, Stanley S. Direito fundamental à licença-paternidade e masculinidades no Estado Democrático de Direito. *Revista Culturas Jurídicas*, v. 4, n. 9, p. 222-248, 2017.
13. CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. *Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios*. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.
14. CONNOLLY, Julie. Love in the private: Axel Honneth, feminism and the politics of recognition. *Contemporary Political Theory*, v. 9, n. 4, p. 414-433, 2010.
15. COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
16. COSTA, Suely G. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 2, p. 301-323, 2002.
17. DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
18. DEVREUX, Anne-Marie. Família. In: HIRATA, Helena et al. (org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 96-101.
19. GAMA, Andréa de S. *Trabalho, família e gênero*. Impactos do Direito do Trabalho e da Educação Infantil. São Paulo: Cortez Editora, 2014.
20. GAMA, Andréa de S. et al. Tensões entre trabalho e família: recomposições na divisão sexual do trabalho. In: ARAÚJO, Clara et al. *Gênero, família e trabalho no Brasil do século XXI: mudanças e permanências*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018. p. 83-113.
21. GUEDES, Moema. Escolaridade e gênero: percepções mais igualitárias? In: ARAÚJO, Clara et al. *Gênero, família e trabalho no Brasil do século XXI: mudanças e permanências*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018a. p. 115-128.
22. HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.
23. HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Caderno de Pesquisa*, v. 37, n. 132, 2007.
24. HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p. 111-123.
25. HONNETH, Axel. *El derecho de la libertad: esbozo de una eticidad democrática*. Buenos Aires: Katz Editores, 2014.
26. HONNETH, Axel. Recognition as Ideology: The connection between morality and power. In: HONNETH, Axel. *The I in We. Studies in the Theory of Recognition*. Cambridge, UK: Polity Press, 2012. p. 75-97.
27. HONNETH, Axel. Redistribución como reconocimiento: respuesta a Nancy Fraser. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *¿Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico*. Madri: Ediciones Morata e Fundación Paidéa Galiza, 2006. p. 89-148

28. HONNETH, Axel. Rejoinder. *Critical Horizons*, v. 16, n. 2, p. 204-226, 2015.
29. ITABORAÍ, Nathalie R. *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.
30. KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.
31. KRITSCH, Raquel. O gênero do público. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012. p. 17-45.
32. LAMOUREUX, Diane. Público/privado. In: HIRATA, Helena et al. (org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 208-213.
33. LISPECTOR, Clarice. *Laços de família*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
34. MARCELO, Gonçalo. Recognition and Critical Theory today: An interview with Axel Honneth. *Philosophy and Social Criticism*, v. 39, n. 2, p. 209-221, 2013.
35. McNAY, Lois. Social freedom and progress in the family: reflections on care, gender and inequality. *Critical Horizons*, v. 16, n. 2, p. 170-186, 2015.
36. OKIN, Susan M. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.
37. OKIN, Susan M. The Public/Private Dichotomy. In: FARRELLY, Colin (org.) *Contemporary Political Theory*. London: Sage, 2004. p. 184-194.
38. PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (org.). *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. p. 55-79
39. PIÑON, Nélide. *A camisa do marido*. Rio de Janeiro: Record, 2016.
40. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
41. RAWLS, JOHN. *Uma teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
42. ROSALDO, Michelle. The Use and Abuse of Anthropology: Reflections on feminism and cross-cultural understanding. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 5, n. 3, p. 389-417, 1980.
43. SARTOR, Ângela et al. Emprego doméstico: mediações na conciliação entre família e trabalho no Brasil. In: ARAÚJO, Clara et al. *Gênero, família e trabalho no Brasil do século XXI: mudanças e permanências*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018b. p. 199-218.
44. SAWAIA, Bader B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, Ana R.; VITALE, Maria Amalia F. (org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2018. p. 55-67.

45. SILVA, Felipe G. Um ponto cego no pensamento político? Teoria crítica e a democratização da intimidade. *In: MELO, Rúrio (org.). A teoria crítica de Axel Honneth. Reconhecimento, liberdade e justiça.* São Paulo: Saraiva, 2013. p. 201-233.
46. SOBOTTKA, Emil A. Liberdade, reconhecimento e emancipação: raízes da teoria da justiça de Axel Honneth. *Sociologias*, n. 33, p. 142-168, 2013.
47. SOUZA, Luiz Gustavo da C. de. Do reconhecimento recíproco à sociedade efetivamente social. *Civitas*, v. 17, n. 3, p. a98-a114, 2017.
48. VARIKAS, Eleni. “O pessoal é político”: desventuras de uma promessa subversiva. *In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (org.). Teoria política feminista: textos centrais.* Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. p. 173-193.
49. VITALE, Maria Amalia F. Prefácio: vida em família. *In: ACOSTA, Ana R.; VITALE, Maria Amalia F. (org.). Família: redes, laços e políticas públicas.* São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2018. p. 31-33.
50. WERLE, Denílson Luis. Reconhecimento e autonomia na teoria da justiça de Axel Honneth. *Síntese*, v. 43, n. 137, p. 401-420, 2016.
51. WERLE, Denílson Luis; MELO, Rúrio S. Teoria crítica, teorias da justiça e a “reatualização” de Hegel. *In: HONNETH, Axel. Sofrimento de indeterminação: uma reatualização da Filosofia do Direito de Hegel.* São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007. p. 7-44.
52. XAVIER, Elódia. A representação da família no banco dos réus. *Interdisciplinar*, v. 1, n. 1, 2006.
53. ZURN, Christopher. *Axel Honneth: A critical theory of the social.* Cambridge: Polity Press, 2015.

Recebido: 23 fev. 2022.

Aceito: 28 set. 2022.

Os efeitos sociais do processo de implementação das políticas de transferência de renda no México e no Brasil

Breyner Ricardo de Oliveira* 

Mani Tebet Marins** 

Resumo

O artigo analisa os efeitos sociais da implementação de dois programas de transferência de renda na América Latina (Oportunidades/México e Bolsa Família/Brasil) a partir de duas dimensões: (i) arranjos de implementação e (ii) interações entre beneficiários e agentes públicos locais. A primeira engloba aspectos associados à dinâmica organizacional, aos processos burocráticos e aos arranjos institucionais vinculados à trajetória da implementação e orientou a análise do Programa Mexicano. A segunda abrange questões relacionadas ao cotidiano dos processos de implementação relacionadas a julgamentos morais e controles sociais em relação aos grupos de beneficiárias, lente analítica utilizada para o Programa Bolsa-Família. Evidencia-se o reforço das assimetrias que contribuem para o aumento das desigualdades em diferentes dimensões: social, simbólica, moral, de classe, gênero e estigmatização. Criados em 2001 e 2003, respectivamente, os dois programas visam quebrar o ciclo intergeracional da pobreza. No México, foram realizadas 47 entrevistas com implementadores em diversos níveis, incluindo o local, nas cidades de San Luís Potosí e Puebla. No Brasil, os dados advieram de 70 entrevistas com famílias beneficiárias e não beneficiárias e com burocratas de nível de rua em uma área de pobreza na região metropolitana do Rio de Janeiro. As análises revelam que o Estado estabelece múltiplos controles sobre a população beneficiária, agravando as desigualdades sociais. Os dados também mostram que as localidades nos dois

* Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil.

** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brasil.

países são marcadas por um sistema de vigilância das beneficiárias. Ao visibilizar essas práticas e seus efeitos em nível local, o artigo evidencia o papel central que os agentes de rua desempenham na dinâmica de implementação.

Palavras-chave: programas de transferência de renda, implementação de políticas sociais, burocratas de rua, estigmatização, Programa Oportunidades, Programa Bolsa-Família.

The social effects of cash transfer policies' implementation in Mexico and Brazil

Abstract

This article analyzes the social effects of implementing two cash transfer programs in Latin America (Oportunidades/Mexico and Bolsa-Família/Brazil), based on two dimensions: (1) implementation arrangements, and (2) interactions between beneficiaries and street-level bureaucrats. The first dimension, which guides the analysis of the Mexican program, encompasses aspects associated with organizational dynamics, bureaucratic processes, and institutional arrangements related to the implementation process. The second dimension, used as analytical lens to look into the Bolsa-Família Program, involves issues related to daily practices of policy implementation that involve moral judgments about and social control over groups of beneficiaries. Findings point to reinforcement of asymmetries, which contributes to increasing inequalities in different dimensions: social, symbolic, moral, class, gender, and stigmatization. Established in 2001 and 2003, respectively, both programs aim to break the intergenerational cycle of poverty. Forty-seven interviews were held with policy implementers at various levels, including the local level, in the cities of San Luis Potosí and Puebla, Mexico. In Brazil, data was gathered from 70 interviews with beneficiary and non-beneficiary families and street-level bureaucrats in a underprivileged area in the metropolitan region of Rio de Janeiro. The analyses reveal that the State establishes multiple controls over the beneficiary population, exacerbating social inequalities. Data also shows that the locations in both countries are characterized by systematic surveillance of beneficiaries. By making these practices and their effects visible at the local level, this article demonstrates the central role that street-level bureaucrats play in implementation dynamics.

Keywords: cash transfer programs, implementation of social policies, street bureaucrats, stigmatization, Oportunidades Program, Bolsa-Família Program.

Introdução

Este artigo analisa os efeitos sociais da implementação de dois programas de transferência de renda na América Latina (Oportunidades/México e Bolsa Família/Brasil) a partir de duas dimensões: (i) os arranjos de implementação e (ii) as interações entre beneficiários e agentes públicos locais. A primeira engloba aspectos associados à dinâmica organizacional, aos processos burocráticos e aos arranjos institucionais vinculados à trajetória da implementação e orientará a análise do Programa Mexicano. A segunda, por sua vez, abrange questões relacionadas ao cotidiano dos processos de implementação relacionados a julgamentos morais e controles sociais em relação aos grupos de beneficiárias. Essa será a lente analítica utilizada para o Programa Bolsa-Família.

Criado em 2001 pelo governo do México, a partir da experiência acumulada com os programas *Solidaridad* e *Progresas*, *Oportunidades* (PO) foi um programa de transferência de renda mínima com condicionalidades (PTRC) voltado para a redução e o combate à pobreza no país, vigendo até 2014, quando foi substituído pelo *Prospera*. A existência de contrapartidas aumentava o vínculo das famílias (e das mulheres) ao programa, além de criar desincentivos à inércia dos beneficiários. Tais contrapartidas nas áreas de saúde e educação acionam uma complexa logística de provisão de bens e serviços sociais, envolvendo um grande número de agentes públicos que, na ponta, detêm grande poder discricionário – aí incluídos os profissionais da educação, da saúde e da assistência, e que podem exercer papel decisivo na operação do programa em nível local.

No caso brasileiro, o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, foi substituído pelo programa Auxílio Brasil em 2021, na gestão de Jair Bolsonaro (2018-2023). O PBF fez parte do projeto político do Governo Lula, resultado da unificação de outras ações já existentes no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O PBF foi um programa de transferência condicionada de renda direta, abrangendo, aproximadamente, 13,5 milhões de famílias e possuía dois objetivos: produzir o alívio imediato

da pobreza, através da transferência direta de renda a famílias pobres e efetivar direitos sociais básicos relacionados à saúde e à educação, com a finalidade de romper o “ciclo intergeracional de reprodução da pobreza”. Como no caso mexicano, o PBF priorizou a mulher como titular legal, já que 93% dos titulares legais eram do sexo feminino.

Nos dois programas, evidenciaremos, a partir da discussão organizada por Pires (2019), os aspectos invisíveis e a produção de efeitos colaterais no âmbito da ação estatal, em nível local. Os efeitos perversos se apresentam sob forma material e simbólica, derivando categorias de análise identificadas nos dois programas: desequilíbrios de poder, regulação moral, estigma, classificação normativa, controle social e de gênero. Considerando a literatura que analisa essa dinâmica sob a perspectiva dos agentes locais (Lipsky, 1980; Dubois, 2010), esses efeitos serão analisados a partir do reforço ou agravamento das assimetrias que, em alguma medida, contribuem para o aumento das desigualdades, discriminações e estigmas sob distintas dimensões: sociais, simbólicas, morais e de gênero.

Paugam (2003), Duvoux (2009), Dubois (2010;2019) e Goffman (2012) afirmam que os “pobres” – os quais são objeto de controles morais, sociais e políticos específicos derivados das políticas ou dos programas que a eles são destinados – relacionam-se com o processo de enquadramento estatal e com o elemento do estigma. Em muitos casos, quando os pobres não conseguem emprego, seja pela baixa escolaridade, pelo racismo ou pela discriminação de gênero, podem vir a solicitar um auxílio assistencial. Nessa fase de dependência do Estado, a sociedade passa a fazer julgamentos morais em torno da figura do beneficiário, o que pode vir a acarretar (dependendo do contexto) um processo de desqualificação moral.

A literatura sobre implementação de políticas públicas tem avançado nessa direção. Iniciadas com pesquisas voltadas para a análise organizacional-institucional, as pesquisas concentravam-se em investigar como os diversos níveis de governo estavam estruturados e como tais arranjos se relacionavam com os resultados das ações. As evidências revelaram que os sujeitos envolvidos

no processo de implementação importam – as burocracias não são neutras e desinteressadas (Downs, 1966; Lipsky, 1980).

Nessa direção, os estudos sobre a dinâmica dos processos de implementação passaram a levar em conta o cotidiano das políticas, incorporando as rotinas, as interações, o comportamento dos burocratas (especialmente os que estão na linha de frente), os valores, as crenças, a discricionariedade, a tradução e a interpretação – elementos que são agregados às políticas ao longo de sua trajetória. Hill e Hupe (2014); Lotta (2019) e Marins (2020) afirmam que a implementação de uma política mobiliza uma complexa trama que extrapola o que foi prescrito e o que foi desenhado. Tais elementos dão a ela novos contornos e geram outros efeitos, ainda que não sejam aqueles esperados.

Tal perspectiva de análise revela, portanto, a complexidade associada aos processos de implementação. Segundo Pires (2019), as políticas públicas existem para produzir efeitos esperados e resultados desejáveis, mas podem, concomitantemente, produzir um conjunto de efeitos indesejáveis e perversos. Essas dinâmicas fazem com que os agentes públicos que operam no nível local sejam atores-chave. Para Lipsky (1980), os agentes públicos que atuam no território são representantes do Estado no nível local. São implementadores de políticas no território. Tomando a literatura de implementação que analisa essa dinâmica sob a perspectiva dos agentes locais como referência (Lipsky, 1980; Dubois, 2010, 2019; Pires, 2019), os efeitos perversos serão analisados a partir do reforço ou agravamento das assimetrias que, em alguma medida, contribuem para o aumento das desigualdades e/ou discriminações sob distintas dimensões: sociais, simbólicas, morais, de classe e de gênero.

Perspectivas sociológicas sobre os efeitos sociais da implementação de políticas públicas

As diversas definições sobre políticas públicas ressaltam diferentes aspectos sobre seu processo de formulação e implementação: são respostas concretas para um conjunto de demandas que são reconhecidas pelo

Estado e são o resultado da ação pública, como fruto da articulação entre os diversos atores que integram a arena pública.

Compreendemos as políticas públicas como o resultado de disputas em torno de projetos políticos, de interesses, de representações sociais e de valores morais distintos. O entendemos a política como um ente abstrato que se imporia, através de suas normas e prescrições, sobre a conduta dos atores. Ao contrário, assumimos que, mesmo existindo um texto formal, divulgado e compartilhado publicamente, operam-se distintas interpretações dessas normas e variadas formas de controle por meio da atuação de diferentes atores, agindo em nome do Estado. Tais formas dependerão do modo como as instituições locais e os “burocratas de rua”¹ interpretam a política. A partir dessa discussão, pode-se compreender como se estruturam valores e crenças (sobretudo de classe, de gênero e familiares) no interior das políticas de transferência de renda para os mais pobres.

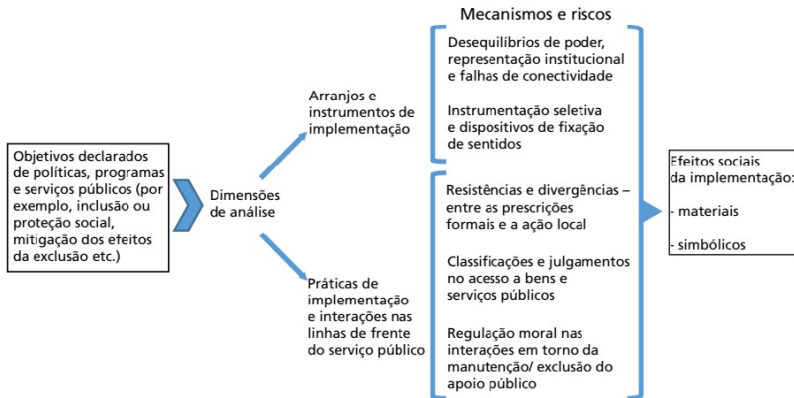
Para Pires (2019), embora as políticas existam para produzir efeitos esperados e resultados desejáveis, elas podem, simultaneamente, produzir externalidades negativas – efeitos indesejáveis, colaterais, não previstos e perversos. Segundo o autor, os efeitos são produzidos, portanto, a partir de dois vetores que operam transversalmente e devem ser analisados de maneira inter cruzada e multidimensional: (i) arranjos e instrumentos de implementação e (ii) práticas de implementação e interações nas linhas de frente do serviço público, conforme reproduzido na Figura 1.

Na primeira dimensão, que orientará a análise do Programa mexicano, arranjos e instrumentos de implementação geram falhas de conectividade, gargalos, problemas administrativos e técnicos, fragilidades de treinamento, falta de recursos, desequilíbrios de poder, dentre outras. Marins (2020) trata dessas questões quando discute a implementação em rede do Programa Bolsa Família, seguindo as rotinas vinculadas ao controle da frequência escolar. Examinando a complexidade de um programa que articula distintos atores, rotinas e territórios em uma rede multinível, ela observa que os

¹ Termo que identifica os implementadores locais, agentes que estão envolvidos cotidianamente na disponibilização das políticas públicas para os cidadãos.

efeitos produzidos pela implementação do programa também se associam àquelas desigualdades, entrelaçando-as.

Figura 1. Mecanismos e riscos de reprodução de desigualdades em processos de implementação



Fonte: reproduzido de Pires (2019).

Ao analisar essas questões, Dubois (2019) alerta para a distinção entre efeitos e truques da implementação. Segundo esse autor, a primeira noção está associada a hiatos derivados da própria operacionalização das políticas. Os efeitos são produzidos, portanto, a partir de falhas, gargalos, problemas administrativos, dificuldades técnicas, de treinamento, falta de recursos, dentre outras possibilidades. Os truques, por sua vez, têm uma lógica distinta: dizem respeito a uma dupla *mise-em-scène*, em que normas, leis e discursos estão vinculados à promoção da equidade, mas o cotidiano da implementação compromete a efetivação dos efeitos desejados, “sabotados” pelos efeitos sociais.

A segunda dimensão, utilizada na análise do programa brasileiro (PBF), trata das práticas de implementação e das interações entre os atores que atuam na linha de frente em relação aos cidadãos em um determinado

território. Ao colocar uma lupa sobre as dinâmicas cotidianas que se materializam nos equipamentos públicos e sobre as relações sociais que se conformam nas rotinas diárias em diversos espaços, os hiatos entre as prescrições oficiais e reais se revelam, evidenciando os efeitos perversos que as práticas e estratégias adotadas pelos atores nesses processos de interação reproduzem: classificações, julgamentos, estigmas e regulações de ordem moral, que podem ser excludentes e preconceituosas.

Utilizamos, neste artigo, a noção de vigilância formulada por Foucault (1979, 2009) para entender como ela se configura, às vezes de forma mascarada, mas permanente, e sem limites no espaço-tempo. Os indivíduos são vigiados a partir de um olhar invisível, de modo que eles mesmos não percebem que estão sendo controlados. Ao mesmo tempo, Marins (2017) adverte sobre a existência de situações em que os indivíduos utilizam conscientemente seu *status* de assistido e, por vezes, reagem a determinadas situações de estigma. Sobre essa questão, Goffman (1988) afirma que o estigma só pode ser tratado do ponto de vista relacional. Isso significa dizer que somente podemos analisá-lo a partir das relações sociais que se estabelecem entre Estado, mercado, instituições locais e redes de sociabilidade. Importa, então, compreender o contexto através do qual esses grupos agem e interagem.

Nessa discussão, nas duas dimensões, cabe destacar o papel desempenhado pelos burocratas de nível da rua – os *street-level bureaucrats*. Segundo Lipsky (1980), esses atores são os que atuam na linha de frente da provisão de bens e serviços públicos junto aos cidadãos – os destinatários dessas políticas. São, portanto, agentes importantes nessa mediação porque interagem com os usuários, traduzem e interpretam as normas inerentes às políticas e porque criam práticas e estratégias de atuação discricionária. Ainda, em maior ou menor grau, são os que decidem como a política funcionará, quem será (ou não) atendido e como os arranjos institucionais serão cotidianamente mobilizados.

Oliveira e Daroit (2020) afirmam que esse processo faz com que outros e novos agentes públicos passem a ocupar e transitar nos territórios, mobilizando

processos, dinâmicas, atores institucionais e sujeitos. Além dos burocratas que atuam no nível local, os beneficiários também têm expectativas, interesses e valores próprios e, ao interagirem com os instrumentos, os processos, as rotinas existentes, os demais agentes públicos e os cidadãos, geram dinâmicas que podem modificar a implementação e promover resultados imprevistos e até incoerentes com os objetivos da política.

Nessa direção, os símbolos de *status*, estigma ou prestígio transmitem informações sociais que frequentemente reproduzem o *status quo*, mas não somente os atores comuns ou íntimos (amigos, família e vizinhança) fazem parte desse processo de reprodução. Também os profissionais-especialistas (assistentes sociais, agentes de saúde e professores, dentre outros) podem vir a contribuir para a sua reificação.

Ao discutir a relação dos pobres com a Assistência Social, Paugam (2003) trata a pobreza não como um estado fixo ou como um dado natural; ao contrário, revela a existência de um processo lento de construção histórica, social e cultural do fenômeno da pobreza. Para o autor, seria melhor falar em populações reconhecidas como em situação econômica e social precária, razão pela qual chama a atenção para a pluralidade das categorias que envolvem a discussão sobre pobreza e afirma que é durante o processo de escolha de certificação daqueles “verdadeiramente pobres” que se produz um *status* específico (inferior e desvalorizado) que passa a marcar profundamente a identidade desse grupo.

A possibilidade de negociar as categorias imputadas pelo Estado também depende da posição social do beneficiário: para aqueles mais vulneráveis, o contrato é uma forma de instituir a confiança em si mesmos. É nessa perspectiva que Dubois (2010) analisa esse tipo de negociação, a partir de um estudo feito em dois guichês de atendimento e administração de recursos – *Caisse d’Allocation Familiale* (CAF), na França. Dubois demonstra que o jogo de negociações entre os profissionais de atendimento e os beneficiários das políticas de transferência de renda permite a construção de identidades e cria papéis sociais que se relacionam a algumas funções do serviço público: gestão, administração de recursos e ética. Para Dubois (2010), esse momento

é estruturalmente assimétrico, na medida em que a esfera administrativa não se apresenta apenas como um lugar de registros burocráticos. Na verdade, os atendentes personificam a instituição e, a partir daí, fazem prescrições, oscilando entre a lógica burocrática e o engajamento pessoal.

Assumimos neste artigo que a atuação dos burocratas de nível de rua (termo cunhado por Lipsky, 1980) evidencia como essas dimensões se configuram e se entrecruzam por meio das fragilidades associadas aos arranjos institucionais, aos múltiplos processos de interação entre os atores vinculados, às tensões e contradições que advêm do cotidiano da implementação na vida dos cidadãos, e aos mecanismos perversos de reprodução da exclusão que são processados em diversos níveis da gestão pública e também nos territórios. Conforme Oliveira & Daroit (2020), as conexões e interações que articulam e mobilizam transversalmente os atores nesses espaços desempenham um papel crucial: reforçam a tese de que a implementação é um processo que vincula o Estado e a ação pública às pessoas e aos cidadãos, colocando-as no centro do processo decisório, no território.

Metodologia

Programa Oportunidades

Foram realizadas 47 entrevistas: três com o corpo estratégico do PO no nível nacional; quatro com o corpo estratégico do PO no nível estadual; duas com o corpo gerencial do PO no nível estadual em San Luís Potosí; duas com agentes públicos da ponta dos centros de saúde; 14 com agentes públicos da escola; dez com agentes públicos da ponta vinculados ao acompanhamento das famílias (os *Responsables de Atención*, RA) e 12 com *vocales*.² As entrevistas com os agentes locais foram realizadas nos estados de Puebla e San Luís Potosí.

² Em geral mulheres, as *Vocales* eram titulares locais que recebiam a bolsa do programa. Apesar de não serem agentes públicos e, portanto, não serem formalmente burocratas no nível local, o papel central que desempenhavam no desenho do programa no nível do território as caracterizava como agentes informais a partir da definição de Lipsky (1980), razão pela qual foram incluídas nessa categoria.

Programa Bolsa Família

A pesquisa empírica foi realizada em uma periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro: Itaboraí. Lá, foi realizada observação participante em diversos espaços: escola, posto de saúde, Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Coordenação do PBF, setor de cadastramento, restaurante popular e a própria vizinhança. Realizamos ainda 70 entrevistas com diferentes atores públicos e funcionários contratados (agentes de saúde, assistente social, professores de escola pública, cadastradores do Bolsa Família e coordenador do Programa), com famílias beneficiárias (mulheres titulares do benefício, seus cônjuges e/ou parceiros e filhos/adolescentes) e também com famílias não beneficiárias (vizinhas das famílias beneficiárias entrevistadas).

Oportunidades e seus efeitos da implementação derivados dos arranjos e processos burocráticos: estratégias de controle e tutela

Conforme anunciado na Introdução, os efeitos produzidos pelo programa mexicano serão analisados a partir da dimensão arranjos e instrumentos de implementação, definida por Pires (2019). As entrevistas com os atores em posições gerenciais e estratégicas indicam que o programa, dada sua elevada centralização, produziu um tipo clássico de insulamento burocrático: ao longo dos anos, parece ter afastado os demais órgãos em nível federal de seu cotidiano, o que se estende para as outras esferas da federação. Da mesma forma, as entrevistas e, sobretudo, as diversas visitas realizadas à sede do programa na cidade do México revelaram que a estrutura administrativa da Secretaria de Desenvolvimento Social – *Sedesol* era enorme e muito complexa.

Em relação aos efeitos associados à operação do programa, os entrevistados deixaram claro que os problemas ligados à infraestrutura e às insuficientes condições de trabalho para os RAs (os *Responsables de Atención*) comprometiam a qualidade dos dados inseridos nos sistemas, gerando

mais retrabalho, além de consumir horas que poderiam ser destinadas ao atendimento das famílias. Chamava a atenção a quantidade de formulários, trâmites e procedimentos que deveriam ser processados e seguidos pelos burocratas de nível de rua e pelos usuários.

Ainda que os achados da pesquisa tenham seu alcance limitado aos estados analisados, a elevada centralização e o excesso de controles têm, também, componentes políticos e podem estar associados aos efeitos da implementação, conforme descrito por Dubois (2019). Ao agir dessa forma, o governo federal assegurava o controle sobre o programa, tanto do ponto de vista operacional (aí, incluídos os cadastros e os trâmites administrativos) quanto em relação à gestão em nível subnacional.

Nessa direção, as entrevistas com as *vocales* e as profissionais da escola convergem com as pesquisas realizadas por Gonzáles de la Rocha (2012). Os dados revelaram que os RAs reproduziam o caráter regulador que o governo federal institucionalizou. Segundo a autora, o programa reforçava a tutela e o controle do Estado sobre os cidadãos, ao invés de estimular o protagonismo e a liberdade das mulheres. Uma pergunta emerge, portanto: até que ponto o programa mexicano estimulava as famílias e as mulheres a diminuir sua dependência frente ao Estado? Como as mulheres poderiam trabalhar, se qualificar e se capacitar se eram obrigadas a participar dessas seções? Nessa direção, os processos e procedimentos administrativos pareciam ter essa conotação: criar vínculos fortes entre os beneficiários e o governo federal, aumentando a dependência entre os cidadãos e o Estado.

As vocales e as demais mulheres do programa: classificação hierárquica, controle e os efeitos sociais derivados dos processos burocráticos

A existência de agentes como as *vocales* não era recente no México. Essa prática era uma herança de outros programas de combate à pobreza que utilizavam a estratégia da corresponsabilização das pessoas atendidas, através de comitês voltados à prestação de serviços comunitários, sem

pagamento adicional ou nenhum outro tipo de remuneração. Segundo Porras (2012), o papel dessas mulheres consistia em assegurar canal direto entre o governo federal e o território, sem passar pelo poder local. Eram lideranças e referências importantes porque mobilizavam o grupo de titulares e figuravam como elo entre a equipe do programa e o território.

Entretanto, tal atuação produzia efeitos sociais associados ao uso cotidiano do poder, no território: havia *vocales* que exerciam seu papel de maneira autoritária e/ou burocrática, assumindo um papel de fiscais do governo, localmente. Casos de corrupção e obtenção de vantagens políticas também foram relatados pelas entrevistadas. Em uma das entrevistas, um RA discorre sobre como o exercício da discricionariedade das *vocales* podia ultrapassar o que foi desenhado para elas. O agente afirmou que havia situações em que essas titulares confundiam seus papéis e intrometiam-se em espaços ou rotinas que não lhes diziam respeito, configurando um clássico exemplo de como a interpretação das regras do jogo por parte dos agentes que estão na ponta é decisiva no processo de implementação de políticas. Cabe notar que o detalhamento institucional de suas atribuições não existia nas regras de operação. Cabia a elas, aos RA e aos profissionais da escola interpretar, decidir e criar seus próprios entendimentos sobre como agir e como essas funções seriam desempenhadas.

Ainda que não se possa afirmar que isso se configurasse como um padrão de comportamento, houve relatos de localidades em que as eleições para essa função eram disputadas; casos de *vocales* que se candidatavam a cargos eletivos localmente em função de sua influência e poder locais. Nas entrevistas, foram relatados exemplos de denúncias de *vocales* que cobravam algum tipo de taxa para tramitarem os processos das famílias localmente; casos em que as *vocales* atuavam como “cabo eleitoral” no período de eleições, dentre outros. Esse tipo de controle social e político, intrinsecamente diluído no cotidiano do programa no nível micro, é uma representação do exercício do poder que, ao longo das décadas, reflete práticas patrimonialistas.

Em relação às *vocales* de educação, a própria dinâmica das atividades realizadas permitia que algumas regras tácitas fossem definidas. As entrevistas realizadas informaram as funções por elas desempenhadas na escola: verificar se as titulares estavam destinando os recursos que recebem para a compra de materiais escolares; motivar as mães a acompanhar a vida escolar de seus filhos; e inspecionar, *in loco*, se as crianças estavam frequentando a escola, se estavam limpas, uniformizadas, com as unhas e cabelos cortados, calçadas e com o material escolar completo. Em uma entrevista, uma das professoras demonstrava preocupação em relação ao poder que as *vocales* tinham para fiscalizar as escolas, os alunos, as mães e o trabalho dos docentes. Segundo a entrevistada, algumas ameaçavam as mães, intimidavam docentes, interrompiam aulas e mandavam recados para as mães por meio dos alunos.

As entrevistas realizadas com as *vocales* (não somente as de educação) indicam que o exercício da discricionariedade é recorrente, como analisado por Lipsky (1980). Como as regras são frouxas e as estratégias de interação são difusas (Goffman, 2012), essas agentes atuavam com grande liberdade, traduzindo e interpretando as normas para as demais titulares, no nível territorial. Os efeitos sociais dessa interação eram diversos: fluxos de comunicação eram desconexos, ampliando os riscos de disfunções na distribuição e disseminação das informações; padrões de tutela e controle; e comportamentos oportunistas e clientelistas que produziam constrangimentos ao conjunto de beneficiárias.

Além desses, essa dinâmica produziu outros efeitos associados à estigmatização das mulheres beneficiárias. Dentre o rol de atribuições historicamente difundido, fruto da tradição dos programas sociais mexicanos, as *vocales* eram responsáveis por organizar grupos de beneficiárias que, em suas comunidades, varriam ruas, limpavam as escolas e os centros de saúde, sem pagamento ou remuneração adicionais. Dentre as atividades desempenhadas pelas *vocales* e pelas demais mulheres titulares, esperava-se que coordenassem e assumissem localmente a prestação de serviços comunitários – as *faenas*. Apesar de não ser uma contrapartida

institucionalmente requerida pelo programa, conforme disposto em suas regras de operação, as *faenas* eram um componente dos programas anteriores e, por isso, estavam fortemente arraigadas ao programa.

Não bastasse essa dimensão estigmatizante, as mulheres também eram geracionalmente sacrificadas. Como as reuniões e o atendimento às condicionalidades de saúde e educação aconteciam durante o dia, assume-se que o programa estava centrado na figura da mãe, mulher que deveria deixar de trabalhar, estudar e/ou abrir mão de seus projetos pessoais e profissionais para que a família continuasse a receber o recurso. Como o programa não oferecia atividades de formação profissional para os responsáveis, conclui-se que não estava orientado para a construção de alternativas emancipatórias que fizessem com que as mulheres pudessem deixar de recebê-lo. Assim, as entrevistas revelaram que a engenharia do *Oportunidades* seguia o caminho contrário à ideia de autonomia, reproduzindo a inferiorização e estigmatização de *las madres de Oportunidades* – expressão que designava as mulheres que eram atendidas pelo programa.

A cobrança das cooperaciones: pressão e indução sobre o uso do recurso para as escolas

Em relação às mulheres atendidas pelo programa, a maioria dos RAs e diretores entrevistados defendia as *cooperaciones*, induzindo e pressionando as mães para que pagassem às escolas. Como tal prática era cristalizada na sociedade mexicana, os RAs e diretores escolares acreditavam que a condicionalidade educacional elevaria as matrículas nas escolas e, mediante o pagamento das anuidades, a receita das escolas seria, conseqüentemente, incrementada, diminuindo os problemas de custeio. Em termos práticos, induzia-se, indiretamente, o financiamento da educação.

Os profissionais da educação entrevistados foram claros: um dos principais desafios enfrentados era manter as escolas funcionando. Segundo esses atores, os repasses da Secretaria de Educação Pública³ (SEP) eram

³ O equivalente ao Ministério da Educação (MEC), no Brasil.

insuficientes; não havia recursos para material de consumo, custeio e manutenção. Esperava-se que os professores contribuíssem com parte de seus salários na compra de insumos. Cabia à comunidade escolar desenvolver estratégias para a geração de receitas para as escolas.

As associações de pais eram responsáveis pela cobrança de *cooperaciones* – anuidades escolares –, ainda que as escolas fossem públicas.⁴ Dois trechos de entrevistas com uma professora e com uma mãe-titular dão a real dimensão da situação. No primeiro, a profissional analisa a dificuldade enfrentada pelas escolas no que se refere à escassez de recursos. No segundo, a mãe reforça as dificuldades da escola e sugere que as famílias têm a obrigação de custear despesas não previstas.

Ao afirmar que a escola era dependente das aportações feitas pelos pais dos alunos, as duas entrevistadas deixam claro que havia um grave problema na educação mexicana, anterior às questões pedagógicas:

Professora escola C: *En el mes de agosto se conforma la asociación de padres de familia. Hay una asamblea y dicen cuánto van a pagar de cuota, por decir, en el jardín 400 pesos por persona por padres de familia, si tiene otro niño se le cobra 200 [pesos mexicanos].*

Pesquisador: *Pero la escuela es pública...*

Professora escola C: *Si es pública, pero hay que cobrar para tener recursos para comprar papel de baño, para comprar trapos para limpiar, para comprar fabuloso, para comprar aceite, agua, comprar material...No te alcanza. En las necesidades educativas de material para exponer en clase no alcanza lo suficiente y el maestro lo tiene que absorber, el maestro lo paga.*

Pesquisador: *¿Pero eso es obligatorio por ley?*

Professora escola C: *No es obligatorio por ley, pero el juez, el comisariado, ellos hablan con la persona, el director de la escuela va y habla con la persona y la trata de convencer de que aporte el recurso. Ahorita el gobierno está poniendo spots para que los padres de familia ya no paguen esas cuotas, pero*

⁴ Segundo a Constituição, a educação é dever do Estado e a rede pública é gratuita.

entonces ¿como le vamos a hacer nosotros los maestros para poder solventar y pagar todos los gastos?

Mãe beneficiária aluno escola B: *nosotros damos una cuota y esa cuota es supuestamente para papelería de la escuela y jabones y eso pero cuando se va a arreglar alguna pared o algo así pues tenemos que dar más cooperación para que se haga eso aparte. Casi siempre se hace por que el gobierno no da lo que se necesita si necesitamos algo tenemos que cooperar. Si no he pagado un recibo de la colegiatura de mi hijo no me lo reciben hasta que pague. Nunca me ha pasado bendito dios, siempre he estado pendiente de esto, pero hay padres que si les ha pasado.*

E se as famílias (beneficiárias ou não) se recusassem a pagar as anuidades? A lei as desobrigava, mas a prática estava cultural e institucionalmente disseminada, nos moldes do que Dubois (2019) afirma ser um típico caso de jogo de cena ou truque da implementação, com base nas normas: a Secretaria de Educação “fazia vista grossa”, o que contribuía para que as famílias fossem induzidas a pagar. Se exigissem que a lei fosse cumprida, corriam riscos de sofrer sanções simbólicas e materiais: poderiam ser classificadas como oportunistas e descomprometidas com a escola; seus filhos poderiam ser discriminados pelos professores e pelos outros colegas e as vagas e matrículas poderiam ser suspensas.

As *vocales* tinham a mesma posição, o que reforçava a tese de que a questão estava, de fato, cristalizada. Por serem *vocales*, pagavam a anuidade de seus filhos e induziam as outras a pagar, sustentando o argumento de que trabalhavam para o governo. As entrevistas realizadas revelaram dois aspectos importantes derivados da questão das anuidades: as diretoras pareciam comprometidas com os novos alunos que poderiam receber e o trabalho pedagógico que seria desenvolvido e, ao mesmo tempo, estavam agindo utilitariamente, interessadas na receita complementar que essas matrículas, via *cooperaciones*, lhes iriam proporcionar. A geração de receita era uma meta central para garantir que a escola seguisse funcionando. Para essas diretoras, era impossível separar essas dimensões. Para uma diretora entrevistada, o fato de as famílias receberem um benefício “carimbado” dava

a elas o direito de exigir que as anuidades fossem pagas, obrigatoriamente. Como as escolas enfrentavam sérios problemas de custeio, a bolsa acabava se tornando um ativo monetário importante.

De todo modo, essas dinâmicas revelam que classificações morais – um dos efeitos perversos da implementação, conforme disposto na Figura 1 – podem ser imputadas às mulheres beneficiárias, podendo vir a produzir uma situação de estigma. E, ao mesmo tempo, tais situações podem gerar práticas discriminatórias e de exclusão contra alunos (crianças e adolescentes) beneficiários, cujos pais não pagaram a anuidade.

O Programa Bolsa-Família: o olhar das mulheres atendidas sobre estigmatização social, humilhação e vergonha

O Programa Bolsa Família será analisado tendo em vista a segunda dimensão proposta por Pires (2019): os processos de interação entre agentes públicos locais e os beneficiários do programa. Para a discussão empreendida nesse artigo, cinco questões nortearam as análises do campo brasileiro, a partir das observações realizadas no setor de cadastro do PBF no território investigado: (i) em que medida o grupo de beneficiárias passa a se perceber e a ser percebida como um grupo social estigmatizado?⁵ (ii) As beneficiárias sofrem constrangimentos e/ou controles particularmente relacionados à sua posição de dependentes do Estado? (iii) Como as candidatas ao benefício interpretam e negociam com os operadores do programa as categorias por eles imputadas? (iv) Será que, a partir da identificação formal “beneficiária”, se desenvolve um controle social pelo qual elas passam a ser moralmente vigiadas e até mesmo punidas, se necessário? (Foucault, 1979, 2009) e (v) Como se desenvolve a constituição

⁵ Salientamos que algumas variáveis foram usadas para indicar o que seria “grupo social estigmatizado”, dentre elas: processos de humilhação moral no setor de cadastramento, preconceitos contra as beneficiárias sobretudo em relação às mulheres jovens negras, desconfiança sobre a legitimidade em receber o benefício pelo seu *status* de casada e questionamento sobre sua condição física de trabalho.

da “carreira moral” das beneficiárias, quando o “controle disciplinar” passa a ser exercido sobre elas na esfera pública?

Desde que soube do programa, até realizar sua inscrição e começar a receber o benefício, Carla⁶ (beneficiária, 29 anos, casada) teve de passar por diversas esferas institucionais e presenciou situações nas quais os atendentes agiam com desconfiança em relação aos beneficiários.

Eu fui primeiro lá no hospital velho. Chegando lá, eles disseram que não tinham vaga. Eu ia desistir. Aí, essa minha amiga me levou na casa de tijolinho.⁷ Mas lá também não tinha vaga. Por fim, depois de seis, sete meses, teve uma turma no colégio fazendo. Aí, eu consegui me cadastrar no colégio e fui receber três meses depois. Eu fiquei sem graça porque eles me perguntaram como eu, recebendo 60 reais, conseguia me sustentar. Eu disse que tinha uma agente de saúde que me ajuda. Quando eu saí, ele falou pra uma mulher: “A história dela é bem estranha, né?”. Fiquei sem graça, né? Porque eles estavam achando que eu estava mentindo. Aí falei com uma amiga minha dessa situação. Fiquei mais um tempo lá, porque estava esperando uma colega e vi que o cara lá pegou o papel de uma menina, rasgou e jogou fora. Aí eu pensei: essa menina não vai receber. Eu acho que eles devem olhar assim pela roupa da pessoa, aí... ele deve ter desconfiado, né?

O julgamento (baseado no modo de falar, de se vestir e se portar) e a desconfiança sobre a autodeclaração de renda dos candidatos ao Bolsa Família é recorrente entre os cadastradores e digitadores do cadastro. Através da observação participante durante quatro meses no setor de cadastramento, notamos que esse tipo de tratamento de fato se reproduz no cotidiano daqueles que buscam apenas conquistar um direito social, qual seja: aquele da assistência social. Ou seja, a aplicação da regra do programa está sempre permeada por julgamentos e classificações morais normativas (Maynard-Moody; Muscheno, 2003), o que pode levar a situações de preconceito e discriminação com o grupo de beneficiárias que são, em sua maioria, mulheres

⁶ Os nomes dos entrevistados foram alterados como forma de garantir seu anonimato.

⁷ Casa de tijolinho é o nome que as beneficiárias usam para se referir a Coordenação local do Programa do Bolsa Família.

negras. Outra beneficiária, de nome Adelir (41 anos, união estável), afirma que no momento de realização do cadastro sofreu um tipo de humilhação:

Naquele dia ali, eu me senti humilhada. Tem muita gente que desiste por isso, né? Falei que tava passando necessidade... e eles já te tratam com desconfiança, acham que você está mentindo., que está querendo passar a perna. Eles perguntam várias vezes: você ganha só isto mesmo?

No setor de cadastramento, vemos claramente emergir dois tipos de dominação: a dominação simbólica (construção de distinção social e de julgamento classificatório) e a dominação burocrática (cumprimento do controle social via regra administrativa) em relação às beneficiárias. Importante resgatar aqui a ideia de dominação weberiana para pensar a relação da assistência com os beneficiários. Em Weber, em uma situação de contrato, o princípio de igualdade não pode ser jamais cumprido. De fato, vemos que a posição de classe social dos atores envolvidos junto com a dominação burocrática produz uma situação de hierarquia que pode vir a cristalizar tratamentos discriminatórios.

Já para a beneficiária Luciana (40 anos, solteira), a questão mais problemática na interação com o Estado se apresenta na questão da dependência financeira. Esse é o fator que mais a constrange como beneficiária, pois se sentia inútil e humilhada por receber dinheiro do governo. Segundo ela, na fila do banco, na hora de receber, diversas titulares escondem o cartão por vergonha, com receio de ser chamada de “esfomeada”. Também afirmando sofrer constrangimentos, porém no âmbito da coordenação do Bolsa Família, Naiara (50 anos, casada) salienta que a humilhação sofrida foi exercida, sobretudo, pelas atendentes do setor de cadastramento.

Elas dizem: “O governo não vai dar mais nada, não!”, “Vocês têm que trabalhar!”, “Não tem mais nada, não!”. Aí eu não procuro mais ver esta questão da falta na escola do menino [recebeu uma notificação de que seu filho faltou à escola, mas ele de fato não faltara], nem vou mais, porque não quero ser maltratada. Elas lá na coordenação ficam falando para qualquer um ouvir: “Vocês ficam na farra e não querem nada, só ganhar dinheiro fácil!”.

Verificamos vários efeitos sociais que envolvem a interação das beneficiárias com os profissionais que trabalham na gestão do programa: preconceitos, julgamentos morais, humilhação e estigma que são relatados tanto por elas quanto pelo próprio corpo técnico vinculado ao programa (sobretudo as assistentes sociais e as agentes de saúde) que corroboram que os atendentes da “porta de entrada” realizam práticas discriminatórias. A agente de saúde Cacilda (40 anos, solteira), por exemplo, classifica algumas beneficiárias como: “parasitas, porque elas colam no governo e não saem mais. Elas não procuram trabalho, ficam querendo tudo fácil. Ficam na aba dos outros”.

O controle social informal induz a um processo classificatório moral, tornando pública a imagem negativa da beneficiária. A ideia de “má reputação” em Goffman (1988) nos ajuda a compreender melhor o desenvolvimento de diversas categorias valorativas sobre a figura da titular legal, tais como “deixam as crianças largadas”, “são aproveitadores”, “vagabundos” ou até mesmo “parasitas”, ao mesmo tempo que se desenvolve uma relação pautada no constrangimento e na humilhação. Em alguns contextos, desenvolve-se apenas uma relação burocratizada, o cadastramento) ou o recadastramento se realiza rapidamente, sem envolvimento da atendente, cumprindo sua função burocrática de preenchimento dos dados. O exemplo relatado por Maria segue nesta direção: “ela foi perguntando e marcando, e aí eu perguntei quando eu ia receber e ela falou: ‘Isso aí é lá com o governo federal. Eu não sei de nada’. Depois que ela acabou, me deu um papel com o telefone e falou: ‘Pode ir, está feito.’”

Nessa mesma situação, outra forma de interação pode ser produzida entre candidatos (ou beneficiários) e atendentes, na qual estes últimos oferecem recursos e encaminhamentos adequados à demanda. Este parece ser o caso de Jucélia (beneficiária, viúva, 38 anos): “quando eu fui, até que a mulher preencheu meus dados direitinho [...] Eles me ajudaram assim... a mulher falou que eu tinha que pesar meu filho, que tava muito magro na época. Aí ela me deu o telefone do posto que pesa lá.”

Os implementadores do PBF no nível local: estigmas em relação às mulheres atendidas

Vejam agora se os comportamentos dos atores institucionais são homogêneos e como percebem as trajetórias dos candidatos ao PBF, desde a fase de cadastramento até o momento de se tornarem beneficiários do programa, quando passam a cumprir as exigências da política. Como eles (aqui, elas) visualizam suas interações com o conjunto das famílias beneficiárias? O que destacam como mais importante no contexto da interação? Existiria um processo de degradação da imagem da beneficiária, chegando a ser desqualificada moral e socialmente? Essas questões nortearam essa parte de nossa análise. De imediato, Élide (assistente social, casada, 27 anos) aponta efeitos não premeditados do programa, destacando a emergência de preconceitos relacionados à figura do beneficiário:

Acho que é como se fosse uma humilhação, e a própria pessoa que vai receber vai incorporando esse pensamento de que é miserável, né? Acho que quando o governo pensou nisso, não pensou em estar humilhando. Foi pra ajudar a suprir as necessidades.

A própria assistente social interpreta o recebimento de um auxílio não como direito social, mas como uma humilhação para os beneficiários. Afirma, também em outros trechos da entrevista, que, muitas vezes, as mães beneficiárias não gostavam quando o programa inicialmente se chamava Fome Zero, pois dessa forma seriam ainda mais identificadas como: “miseráveis”. Já Cacilda, agente de saúde, percebe uma diferença no grau de humilhação relacionado ao valor do benefício; assim, quanto mais baixo o valor, maior seria a possibilidade de os beneficiários sentirem vergonha ou passarem por situações humilhantes. Se, por um lado, os benefícios mais baixos contribuem muito pouco para a redução da pobreza e, também, da desigualdade, por outro, também podem ensejar uma cristalização da desigualdade simbólica. De fato, isso é o que aparece nos trabalhos produzidos por Marins (2017, 2019a, 2019b, 2020).

Cacilda também nota que os beneficiários sentem vergonha, sobretudo quando seus nomes constam na ficha de atendimento do Serviço Social. Cacilda – corroborando a ideia de Duvoux (2009) – parece apontar que o sentimento de vergonha e a incorporação do estigma não aparecem como aleatórios entre os beneficiários. Quanto mais humildes, para usar a expressão de Cacilda – ou quanto mais resilientes nos termos de Dubois (2010) –, maior é a chance de submissão a processos de humilhação e de aceitação da imputação do estigma. Isso pode ter relação com a falta de um repertório educacional mínimo para a consecução da reação e enfrentamento do estigma. O silenciamento, sobretudo entre os mais humildes, representa, muitas vezes, a aceitação de sua condição, como observado nas filas de cadastramento para o recebimento do Bolsa-Família.

Sobre constrangimentos específicos sofridos por essa população, Raquel (professora do município, casada, 30 anos) avalia que as mães beneficiárias investem o dinheiro de uma forma errônea e, ao fazê-lo, atraem, por consequência, julgamentos morais negativos:

Já ouvi falar: “você é um esfomeado...”, “Ao invés de dar dinheiro, por que não faz outra coisa?” Eu, particularmente, não gosto, porque eu gosto de programas que incentivam. Só não gosto de como é utilizado. Por isso acho que poderia ter uma fiscalização maior. Porque pode estar sendo utilizado para o vício.

Raquel salienta ainda que o controle social deveria ser maior sobre a família beneficiária, apontando que a fiscalização mais forte evitaria o risco de a política sustentar “vícios”. De acordo com as percepções dos agentes locais, o aspecto da humilhação geralmente se relaciona à posição de precariedade do sujeito que, ao precisar solicitar o benefício de um programa de renda mínima, passa a ser classificado como miserável (leia-se “esfomeado”), o que produz um sentimento de vergonha e constrangimento constante. Para Paula, (estagária de serviço social, casada, 23 anos) os beneficiários não se sentem humilhados pelo recebimento do benefício em si, mas sim pelo atendimento que recebem principalmente na esfera da coordenação e no setor de cadastramento do PBF.

Na recepção, as pessoas que trabalham lá se sentem as donas. Aí, já atende beneficiário, do tipo: “Ah, não tem marido, não? Com essa aliança aí no dedo, não tem marido!”. Meio que atende com desconfiança. Tem muito preconceito aqui na porta de entrada, de chegar a chamar até de puta, por aí. Eu, por exemplo, já atendi uma pessoa aqui que começou a falar comigo e começou a chorar. Aí eu perguntei: “O que foi?”. E ela disse: “Eu perdi minha mãe não tem nem dois meses. E eu perguntei: “Sua mãe faleceu de quê?”. Aí, ela disse: “Vê aí no atestado de óbito”. Aí eu olhei o atestado e estava “insuficiência alimentar”. Ela morreu porque não comia. Ela disse: “Poxa, a gente chega aqui, é maltratado, e a primeira coisa que tem, a lei do desacato, desacato ao funcionário público dá cadeia”.

Assim como nos achados de Goffman (1988), Dubois (2010) sinaliza que a dependência econômica da assistência acaba por ter um papel fundamental no jogo de interações que os beneficiários irão estabelecer com os funcionários da “porta de entrada”. Ressalta, também, que esse poder, caracterizado pelo autor como assimétrico, produz uma relação que não se configura meramente como formal/burocrática, mas carrega julgamentos normativos que podem, em última instância, conduzir a práticas estigmatizantes.

Mesmo sofrendo claras restrições econômicas em sua vida, Mara (não beneficiária, casada, 44 anos) optou por não solicitar o benefício, exatamente para evitar possíveis humilhações e preconceitos que poderiam ser exercidos pelos representantes do Estado. “Eu prefiro passar necessidade que pedir. Tenho vergonha, né? Já sou pobre e aí vou ficar me humilhando pros outros, pedindo dinheiro?” Dayane (não beneficiária, divorciada, 38 anos) também resistiu à busca pelo benefício, tendo em vista que, para ela, a possibilidade de “ser beneficiária” significaria passar por um processo de humilhação.

Como histórias de humilhação e constrangimento na coordenação do PBF são relatadas pelos beneficiários, algumas desistem de solicitar o auxílio. Esse efeito material pode introduzir “barreiras de acesso ou critérios de seleção não formalmente previstos e que incidam precisamente sobre os segmentos sociais mais precarizados” (Pires, 2017, p. 10). Algumas candidatas, e até mesmo as já beneficiárias, evitam a interação face a

face, porque seria uma forma de preservar sua fachada (Goffman, 2012, p. 13-14), definida como regras comportamentais de respeito próprio, que pressupõem o reconhecimento pelo outro de seu “valor social positivo”. Isso acontece quando a pessoa resiste em participar de determinados encontros sociais, nos quais poderia ser alvo de tratamento ofensivo.

Grande parte da dificuldade em aceitar tal benefício parece vir também do baixo valor transferido pelo PBF; recusa que talvez não ocorresse, caso o valor fosse maior para o conjunto da família. Aqui parece que o sentimento de vergonha está menos relacionado à posição de “fracassado” na vida profissional e mais vinculado ao recebimento de uma renda ínfima. É por isso que, muitas vezes, as potenciais beneficiárias se desviam do *status* de assistida, com medo das imputações negativas (“esfomeadas”, “acomodadas” e “vagabundas”) que poderiam ser feitas caso viessem a solicitar o auxílio. Importante destacar que, em duas pesquisas quantitativas distintas realizadas por Castro *et al.* (2009) e Kerstenetzky (2009), os autores afirmam que as pessoas não beneficiárias que conhecem titulares do Bolsa Família avaliam melhor o PBF do que aquelas que não conhecem. E, por consequência, podemos inferir que essa aproximação tende a diminuir o efeito de estigmatização.

Quando se trata da situação de (re)cadastro, as interações entre candidatas e/ou beneficiárias com os atendentes se desenvolvem basicamente de três formas: (i) interação estigmatizante: nas quais as ofensas e as humilhações objetivam destruir a fachada (Goffman, 2012, p. 13-14) do beneficiário; (ii) interação assistencial: quando os atendentes fornecem recursos de auxílio como, por exemplo, encaminhamentos; e (iii) interação burocrática: atendentes exercem função administrativa de preenchimento do cadastro ou do recadastramento, movidos pelo senso de rapidez e eficácia (Marins, 2014).

Para Goffman (2012), é através do componente cerimonial que se fará uma avaliação da pessoa, a fim de julgar suas qualidades como desejáveis (aqui emergem as noções de “verdadeiro”, “dedicado” e “bom pobre”) ou indesejáveis (através de categorias como: “interesseiro”, “preguiçoso”,

“proveitador” e “parasita”). Sob a ótica da “verdade”, o atendente tende a diminuir as convicções de precariedade do candidato, questionando sua condição e demonstrando uma desconfiança moral sobre suas posturas.

O enquadramento, ou não, no *status* de pobre se dará sob a incorporação (e aceitação, mesmo que temporária) de sua condição de precariedade e também pela aprovação formal (e burocrática) de seu cadastro como sujeito “merecedor” de direito. Vimos, a partir do material empírico, que as pessoas – em alguma medida – calculam o custo de engajamento para entrar, de fato, em uma interação face a face com os agentes públicos. Esse tipo de repertório acionado se apresenta como uma estratégia social contextual da “identidade de pobre” como uma ferramenta importante para obter sucesso em sua demanda, uma vez que os recursos da assistência no Brasil são escassos.

Considerações finais

Analizamos, neste artigo, os efeitos sociais decorrentes do processo de implementação de dois programas de transferência de renda na América Latina: Oportunidades e Bolsa-Família. A partir de duas perspectivas de análise – arranjos institucionais no caso mexicano e interações entre agentes públicos e beneficiárias no caso brasileiro – vimos emergir uma série de efeitos materiais e simbólicos sobre as mulheres beneficiárias desses dois programas.

Analizamos como as mulheres beneficiárias no Brasil e no México sofrem diversos controles (sociais, morais e de gênero) por parte dos agentes públicos, dos processos administrativos/burocráticos e pela vizinhança nos respectivos territórios. O cotidiano de implementação dos dois programas evidencia como a transferência de renda é profundamente marcada por crenças, valores, disputas políticas, pelo clientelismo e práticas estigmatizantes por parte dos agentes públicos em relação às mulheres/mães beneficiárias.

Materializados por meio de controles múltiplos e complexos que se disseminam em diversos ambientes e são exercidos sobre as beneficiárias através de cobranças diretas, tais efeitos se revelam sobretudo pelas exigências

morais escamoteadas no discurso da autoridade pública. Além disso, os atores institucionais estabelecem uma cobrança simbólica extraoficial de enquadramento e julgamento das beneficiárias a partir das noções de “boa mãe”, “mulher correta” e “mãe responsável”. As análises dos processos de implementação do Oportunidades e do PBF permitem afirmar que o Estado estabelece múltiplos controles sobre a população-alvo, que serão (re)negociados no contexto interacional. Ao contrário da clara incorporação das regras da política, os agentes institucionais aderem a valores morais específicos do “bom pobre” e do “merecedor” – aquilo que denominamos efeitos simbólicos da implementação.

Os candidatos ao PBF enfrentam, com receio, a interação face a face com os atendentes do setor de cadastramento, pois são afetados pelas histórias de desconforto e constrangimento que outros já vivenciaram. Há, portanto, através de outras interações, uma repercussão das ofensas praticadas por atendentes do setor de cadastramento. A fama de “grosseiros” de tais atendentes, no bairro, faz com que muitos candidatos potenciais (e que cumprem os critérios de elegibilidade do programa) se desviem do Bolsa Família com a justificativa de que não precisam se “humilhar” para receber um auxílio do Estado. Tal efeito social é material e não simbólico, uma vez que pode fazer com que outros potenciais candidatos ao programa não se habilitem.

No caso mexicano, os efeitos sociais derivados de seus arranjos institucionais (as atribuições das *vocales* e das mães; o volume de processos e rotinas administrativas; a discricionariedade dos agentes locais; a cobrança das *cooperaciones*; a liberalidade do gasto do componente educacional e a tutela administrativa e social imposta pelo programa) indicam que a promoção da inclusão e o combate à pobreza através dessa condicionalidade podem reforçar e/ou agravar a desigualdade, exatamente o que se pretendeu combater.

Os dados revelam que, em ambas as localidades, existe um amplo sistema de vigilância (política, social, moral e de gênero) sobre as mulheres atendidas. A vigilância é política porque há uma fiscalização e sanções

específicas, mesmo se brandas, em relação às condicionalidades. Em segundo lugar, o sistema de vigilância é também social porque se funda em controles de condutas e comportamentos. Ao mesmo tempo é moral, na medida em que os outros utilizam o julgamento como recurso de classificação estigmatizante. A vigilância também se refere ao gênero, uma vez que se exige da mãe titular legal o cumprimento da norma de maternagem, solidariedade e do cuidado com as crianças no que tange à administração do recurso.

Por fim, as evidências analisadas neste artigo revelam que as práticas cotidianas dos implementadores locais produzem distintos cursos de ação para esses programas, desconhecidos ou secundarizados pelos formuladores. Ao descrever sua operação no nível das interações cotidianas, vários efeitos sociais (estigmas, discriminações e classificações morais) se tornam visíveis, reforçando o papel central que desempenham tanto em relação aos arranjos e instrumentos de implementação quanto às práticas de implementação e interações nas linhas de frente do serviço público.

Breyner Ricardo de Oliveira é Doutor em Educação e professor adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto.

✉ breynner.oliveira@gmail.com

Mani Tebet Marins é Doutora em Sociologia e Antropologia e professora adjunta de Sociologia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

✉ manitebetufrrj@gmail.com

Referências

1. CASTRO, Henrique C. O.; WALTER, Maria Inez M. T.; SANTANA, Cora M. B.; STEPHANOU, Michelle C. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. *Opinião Pública*, v. 15, n. 2, p. 333-355, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000200003>
2. DOWNS, Anthony. *Inside bureaucracy*. Boston: Little, Brown, 1966.
3. DUBOIS, Vincent. *The bureaucrat and the poor: encounters in French welfare offices*. Aldershot: Ashgate, 2010.
4. DUBOIS, Vincent. Políticas do guichê, políticas no guichê. In: PIRES, Roberto. (org.). *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdade na implementação de políticas públicas*. 1ed. Brasília: IPEA; CEPAL, 2019. DUVOUX, Nicolas. *L'autonomie des assistés*. Sociologie des politiques d'insertion. Paris: PUF, 2009.
5. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
6. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
7. GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
8. GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
9. GONZÁLES DE LA ROCHA, Mercedes. *Pobreza, transferencias condicionadas y sociedad*. Mexico: CIESAS, 2012.
10. HILL, Michael; HUPE, Peter. *Implementing Public Policy*. 3rd ed. SAGE Publications, 2014.
11. KERSTENETZKY, Celia L. Redistribuição e desenvolvimento? A economia Política do Programa Bolsa Família. *Dados*, v. 52, n. 1, p. 53-83, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582009000100002>
12. LIPSKY, Michael. *Street Level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services*. Nova York: Russell Sage Foundation, 1980.
13. LOTTA, Gabriela. (org.). *Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil*. 1. ed. Brasília: ENAP, 2019
14. MARINS, Mani Tebet. Stigmas and controls on Bolsa Família beneficiary women. In: SACCHET, T. et al. (org.). *Women, gender and conditional cash transfers: interdisciplinary perspectives from studies of Bolsa Família*. 1. ed. Nova York: Routledge, 2020. p. 161-181.
15. MARINS, Mani Tebet. Estigma e repercussões do status de beneficiária. In: PIRES, R. (org.). *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdade na implementação de políticas públicas*. 1ed. Brasília: IPEA; CEPAL, 2019a. p. 13-730.

16. MARINS, Mani Tebet. As consequências não previstas do Programa Bolsa Família. In: LOTTA, Gabriela. (org.). *Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil*. 1. ed. Brasília: ENAP, 2019b. p. 3-324.
17. MARINS, Mani Tebet. *Bolsa Família: questões de gênero e moralidades*. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/ FAPERJ, 2017.
18. MARINS, Mani Tebet. Repertórios morais e estratégias individuais de beneficiários e cadastradores do Bolsa Família. *Sociologia e Antropologia*, v. 4, n. 2, p. 544-562, 2014. <https://doi.org/10.1590/2238-38752014V4210>
19. MAYNARD-MOODY, Steven; MUSHENO, Michael. *Cops, teachers, counselors: narratives of street-level judgment*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003.
20. OLIVEIRA, Breyner R.; DAROIT, Doriana. Public policy networks and the implementation of the Bolsa-Família Program: an analysis based on the monitoring of school attendance. *Education Policy Analysis Archives*, v. 28, p. 120, 2020. <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4499>
21. PAUGAM, Serge. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Cortez, 2003.
22. PIRES, Roberto. (org.). *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdade na implementação de políticas públicas*. 1ed. Brasília: IPEA; CEPAL, 2019.
23. PIRES, Roberto. Implementando desigualdades? Introdução a uma agenda de pesquisa sobre agentes estatais, representações sociais e (re)produção de desigualdades. *Boletim de Análise Político-Institucional*, v. 13, p. 7-14, 2017. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8090>
24. PORRAS, Javier. Participación ciudadana y gobernanza local como forma de gobierno em México. In: ZAREMBERG, Gisela. (coord.). *Participación, representación y gobernanza local en América Latina*. Mexico: Flacso, 2012. p. 392.

Recebido: 17 ago. 2021.

Aceito: 30 set. 2022.

¿Por qué algunos estudiantes realizan movilidad internacional y otros no?

Magdalena Liliana Bustos-Aguirre* 

Resumen

Identificar los factores personales e institucionales que contribuyen a la movilidad estudiantil universitaria es un paso importante para incentivarla. A partir del tratamiento estadístico de una encuesta realizada a estudiantes del Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad de Guadalajara, México, este trabajo abona a los estudios previos sobre las barreras, las motivaciones y los factores que inciden en la movilidad estudiantil, tales como antecedentes personales y académicos, así como elementos de gestión institucional de los programas de movilidad. Entre los elementos examinados a la luz de las herramientas del pensamiento de Bourdieu de habitus y capital, se incluyen el dominio de idiomas, el ingreso familiar, el interés por la movilidad, el conocimiento de las opciones para el intercambio, el nivel educativo de los padres y los viajes internacionales previos, entre otros. Los resultados indican que el conocimiento de las opciones, la recomendación de profesores y tener interés en realizar una estancia internacional son los factores que más inciden en la movilidad internacional para créditos, seguidos del desempeño académico, una percepción baja de las barreras que pueden impedir la movilidad y el ingreso familiar. El trabajo finaliza presentando una simulación del impacto en las probabilidades de que un estudiante realice una estancia internacional durante sus estudios universitarios cuando se implementan tres estrategias en las instituciones de educación superior: una campaña de difusión de las oportunidades de movilidad, trabajo cercano con profesores para promover e incentivar la participación, y la existencia de apoyos económicos para realizar las estancias.

Palabras clave: movilidad estudiantil, programas de intercambio, gestión de la educación, educación superior.

* Universidad de Guadalajara, Guadalajara, Jalisco, México.

Why do some students carry out international mobility and others do not?

Abstract

Identifying the personal and institutional factors contributing to international student mobility is an important step toward encouraging it. Based on the statistical treatment of a survey carried out among students at the University Center for Social Sciences and Humanities of the University of Guadalajara, Mexico, this work contributes to previous studies on barriers, motivations, and factors associated with student mobility, such as personal and academic background, as well as institutional elements like those related to the administration of mobility programs. Among the factors studied in the light of Bourdieu's thinking tools of habitus and capital are language proficiency, family income, interest in mobility, knowledge of options, parental educational level, and previous international travels. Results indicate that knowledge of mobility options, recommendation of professors to undergo mobility and having an interest in studying abroad are the factors that most influence international credit student mobility, followed by academic performance, low perception of the barriers that can impede mobility, and family income. The paper ends by presenting a simulation of the impact on the chances of a student making an international stay during their university studies when three strategies are implemented in higher education institutions: a campaign to disseminate mobility opportunities, close work with professors to promote and encourage participation, and the existence of economic support to carry out the stays.

Keywords: student mobility, exchange programs, educational management, higher education.

Introducción

La movilidad estudiantil, que se asocia con el desarrollo de competencias interculturales y habilidades blandas en los egresados universitarios, es la estrategia más visible, fomentada y reconocida de internacionalización que realizan las instituciones de educación superior (IES) (Comisión Europea, 2019; Knight, 2008). Como área de investigación, la movilidad estudiantil está anclada en la intersección de varias disciplinas, entre ellas educación, sociología, geografía humana, políticas públicas y gestión organizacional (Tran, 2016).

En términos amplios, se define a la movilidad estudiantil como el cruce de fronteras por motivos de estudio. En esta categoría caben dos tipos de estudiantes: los que se trasladan con el objetivo de obtener un grado académico en otro país, a quienes se les identifica como estudiantes de movilidad permanente o en busca de grado; y un segundo grupo, a quienes se denomina estudiantes en movilidad corta o para créditos, y que representa a quienes realizan una estancia en otro país como parte de sus estudios. Se calcula que, en 2018, hubo 5.6 millones de estudiantes en movilidad de grado en el mundo, lo que equivale a 2% de la matrícula mundial en educación superior (Teichler, 2017); mientras que en la Unión Europea, la región más consolidada en movilidad estudiantil para créditos, hubo 938,000 estudiantes participando en el programa Erasmus en 2019 (Comisión Europea, 2020). En contraste, en México la movilidad estudiantil para créditos representa apenas un 0.4% de la matrícula del sector (Bustos-Aguirre *et al.*, 2022).

La Universidad de Guadalajara (UdeG), institución en la que se sitúa el caso que se presenta, es una de las 34 universidades públicas estatales que existen en México. En 2018, la UdeG contaba con una matrícula presencial en educación superior de 123,603 estudiantes distribuida en 15 Centros Universitarios en todo el estado de Jalisco: seis centros universitarios temáticos ubicados en la zona metropolitana de Guadalajara, capital del estado, y nueve regionales, ubicados en localidades del interior. Los Centros Universitarios temáticos concentraron un 61% de la matrícula con 77,133 estudiantes. En este texto se analiza el caso del Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades (CUCSH), uno de los seis Centros Universitarios temáticos, cuya matrícula en 2018 fue de 11,190 estudiantes en pregrado (CGPE-UdeG, 2018).

Para la UdeG, la movilidad estudiantil es un tema relevante: ha estado presente en los Planes de Desarrollo Institucional desde 2001 y sus tasas de movilidad estudiantil internacional superan por mucho la media reportada en el país. En 2018 hubo 1,769 estudiantes de la UdeG en movilidad internacional, que representaron un 1.4% de la matrícula universitaria,

siendo los principales países de destino España, Colombia, Estados Unidos, Chile y Alemania (CGCI-UdeG, 2018; CGPE-UdeG, 2018). Por su parte, el informe 2018 del CUCSH señala que 141 de sus estudiantes realizaron estancias internacionales (CUCSH-UdeG, 2018), lo que representa una tasa de movilidad del 1.3%.

Aun cuando la movilidad en la UdeG supere la media nacional, los porcentajes de estudiantes que hacen movilidad para créditos en otros países son muy superiores al caso mexicano, por lo que este estudio busca responder a la pregunta ¿por qué unos estudiantes realizan movilidad internacional y otros no? Para responder, se analizan las respuestas a una encuesta aplicada a tres grupos de estudiantes: un grupo que hizo movilidad, un grupo que intentó hacer movilidad pero no llegó a realizar la estancia, y un tercer grupo que no está en ninguno de los supuestos anteriores (no han hecho movilidad, ni lo han intentado).

El artículo presenta una exploración del fenómeno social de la movilidad estudiantil a nivel institucional en el contexto de la educación superior latinoamericana. Como estudio exploratorio, no pretende generalizar los resultados encontrados sino avanzar en el conocimiento del fenómeno a partir de un enfoque post-positivista y una metodología cuantitativa. Este trabajo hace tres aportaciones: presenta información sobre el perfil de los estudiantes que hacen movilidad; identifica los factores que diferencian a quienes hacen movilidad de quienes no; y explora la incidencia de la gestión de las IES en la movilidad estudiantil.

Revisión de la literatura

Las explicaciones del fenómeno de la movilidad estudiantil desde la perspectiva de por qué y cómo sucede, aunque escasas en América Latina, son abundantes en la literatura de otros contextos. En general, estas investigaciones tienen alguno de estos tres enfoques: a) los que utilizan el modelo de fuerzas impulsoras/restrictivas (*push/pull factors*), que implica la existencia de dos tipos de factores (reales o percibidos): los que favorecen la posibilidad de

hacer una movilidad y los que la desalientan; b) los estudios que explican la movilidad a partir de características sociodemográficas y académicas que comparten los estudiantes que hacen movilidad; y c) las investigaciones que incluyen el componente de la gestión de la movilidad en las IES como elemento diferenciador entre quienes participan en estancias internacionales.

En el modelo de las fuerzas impulsoras/restrictivas, los beneficios o motivaciones para realizar una movilidad son las fuerzas que la impulsan, por ejemplo, la experiencia cultural, la posibilidad de estudiar en un ambiente académico de prestigio, la migración internacional temporal y el desarrollo de habilidades útiles para el empleo. Mientras que, entre los obstáculos principales, se pueden mencionar los compromisos laborales o familiares y la falta de financiamiento, de dominio de idiomas, de información sobre las opciones y beneficios de la movilidad o de certezas sobre el reconocimiento de lo cursado al regreso de la movilidad y su posible impacto en la trayectoria escolar planeada (Beerens *et al.*, 2015; Ahn, 2014; Souto-Otero *et al.*, 2013; Hackney *et al.*, 2012).

Entre los elementos diferenciadores en las investigaciones que explican la movilidad como producto de factores sociodemográficos están el dominio de idiomas, el nivel de ingresos, el sexo, la escolaridad de los padres, el programa académico que se está cursando, el desempeño escolar y el estado civil (Netz *et al.*, 2021; Brooks; Waters, 2021; Maldonado-Maldonado *et al.*, 2021; Bustos-Aguirre, 2019; Beerens *et al.*, 2015; Behle, 2014; Hackney *et al.*, 2012; Stroud, 2010). En este grupo de investigaciones existen algunas que apuntan al concepto de 'capital de movilidad', acuñado por Murphy-Lejeune (2002) en su estudio antropológico sobre estudiantes europeos de movilidad, y que hace referencia a un subcomponente del capital cultural (Bourdieu, 2011) que permite a los individuos mejorar sus capacidades debido a la riqueza de oportunidades de interacción con lo internacional que, en conjunto, crean una propensión o gusto por viajar y tener nuevas experiencias. Los atributos del "capital de movilidad" ha sido explorado por diversos autores (Bustos-Aguirre, 2019; Hu; Cairns, 2017; Carlson, 2013) e incluye, entre otros elementos, la historia personal y familiar de migración o adaptación a un entorno diferente,

las experiencias académicas previas de movilidad, el dominio de idiomas y, en general, los encuentros cercanos con “lo extranjero”.

Los elementos institucionales que inciden en la movilidad giran en torno a un ambiente propicio en la IES para la participación en estancias internacionales: la recomendación académica de tutores, profesores y autoridades académicas; la disponibilidad de opciones y la asesoría para elegir y planear la estancia; la flexibilidad del programa de estudios para incorporar o permitir la movilidad; y las certezas de reconocimiento de lo cursado en el extranjero que se brindan al estudiante (Brooks; Waters, 2021; Pérez-Encinas *et al.*, 2021; Maldonado-Maldonado *et al.*, 2021; Kim; Lawrence, 2021; Bustos-Aguirre, 2019; Beerkens *et al.*, 2015; Ahn, 2014; Hackney *et al.*, 2012).

Los tres modelos comparten características desde enfoques distintos, por ejemplo, la expectativa de desarrollar habilidades útiles para el empleo (fuerza impulsora), se puede incentivar a partir de una adecuada promoción de la movilidad y sus beneficios en las IES; de manera similar, el nivel de ingresos familiares, que puede ser un obstáculo o elemento desincentivador de la movilidad, también es una característica del perfil sociodemográfico del individuo y, desde el punto de vista de la gestión en las IES, la disponibilidad de apoyos económicos forma parte de las estrategias implementadas para fomentar la movilidad.

Algunos autores señalan que la movilidad estudiantil es un vehículo de (re)producción de ventajas de clase social (Tran, 2016; Holloway *et al.*, 2012), pues muchos de los factores listados pueden entenderse bajo la lente del capital cultural y habitus de clase que propone Bourdieu (2011). Por ejemplo, las fuerzas impulsoras/restrictivas se pueden enmarcar en el concepto de habitus de clase, pues son un conjunto de ideas y expectativas que filtran la disposición y auto-selección del estudiante para la movilidad; el dominio de idiomas, que aparece reiteradamente en la literatura, no solo evidencia un interés y valoración familiar por el aprendizaje de otras lenguas y culturas (habitus de clase), así como la disponibilidad de tiempo para tomar cursos y lograr un nivel suficiente de apropiación (capital cultural

en estado incorporado), sino también la existencia de una certificación que valida este conocimiento (capital cultural en estado institucionalizado).

De manera similar, prácticamente todos los elementos que Murphy-Lejeune (2002) propone como parte del 'capital de movilidad' son formas de capital cultural y habitus de clase del individuo y fungen como horizonte, tanto de capacidades para realizar una movilidad como de las expectativas propias y del grupo al que se pertenece. Finalmente, las diferencias en la gestión de la movilidad estudiantil también pueden ser entendidas como formas institucionalizadas de capital cultural que se derivan de la alta estratificación del sistema de educación superior mexicano y de las diferencias en el perfil estudiantil entre IES, que a su vez tienen un gran influencia en el tipo de servicios educativos, básicos y complementarios que sus estudiantes reciben.

Nota metodológica del estudio

La investigación que se presenta parte del paradigma post-positivista que asume como posible identificar y cuantificar los elementos que influyen en que un estudiante de licenciatura realice una estancia en el extranjero. Se trata de un estudio exploratorio, de corte cuantitativo y correlacional, que tiene como unidad de análisis a los estudiantes adscritos al CUCSH. Se eligió a la población estudiantil de este Centro Universitario por sus tasas de movilidad y porque los estudiantes de ciencias sociales suelen hacer más movilidad que sus pares en otras áreas del conocimiento (Maldonado-Maldonado *et al.*, 2017).

Se determinó como variable dependiente el estatus del estudiante con relación a la movilidad, con tres posibilidades: haber hecho una movilidad, haber intentado hacer una movilidad sin éxito ('inicié trámites pero no los concluí o cancelé') o ninguna de las dos posibilidades. Las variables independientes o predictoras se detallan en la Tabla 1 y se clasifican como sociodemográficas, académicas, de capital de movilidad, de barreras y de factores motivaciones. Considerando que en el CUCSH únicamente se imparten programas educativos relacionados con las ciencias sociales y las humanidades, se descartó el programa de estudios como variable de estudio.

Tabla 1. Descripción de variables

Variable dependiente
Realizar una estancia internacional
Opciones de respuesta:
Realicé una estancia
Inicié trámites pero no realicé la estancia
Ninguna de las anteriores

Variables independientes
Variables sociodemográficas
Sexo
Estado civil
Nivel educativo de la madre y del padre
Estatus de vivienda (¿con quién vives?)
Ingreso familiar (medido en salarios mínimos mensuales)
Variables académicas
Promedio de calificaciones a la fecha
Recibir recomendación de algún profesor o autoridad académica para realizar movilidad
Conocer las opciones de movilidad
Indicador de capital de movilidad
Viajes al extranjero en los últimos 3 años
Experiencias académicas internacionales previas al ingreso a la universidad
Familiares que han estudiado en el extranjero
Dominio de otros idiomas
Interés en realizar movilidad
Indicador de percepción de barreras (es difícil hacer una movilidad por...)
Dominio de idiomas
Recursos financieros
Reconocimiento de créditos al retorno
Información
Compromisos familiares o laborales
Desconocimiento de los beneficios de la movilidad
Posibles retrasos en la continuación de los estudios
Desconocimiento de la calidad de las instituciones extranjeras
Falta de interés
Falta de opciones para la movilidad
Indicador de percepción de factores motivacionales (es importante hacer una movilidad por...)
Dominar o mejorar el nivel de idioma
Vivir en otro país y experimentar otra cultura
Mejorar el perfil académico
Mejorar o incrementar las posibilidades de empleo
Identificar posibles rutas para estudiar o trabajar en otro país

Fuente: elaboración propia.

Se determinaron tres muestras no aleatorias para identificar las diferencias entre los tres grupos:

- a. Para identificar el perfil de quienes no han intentado hacer una estancia internacional, se tomó como referencia el número total de estudiantes de licenciatura en el CUCSH en 2018 (11,190). La muestra no aleatoria se determinó en 317 respuestas para un nivel de confianza del 93% y un margen de error del 5%. La encuesta se aplicó directamente en las instalaciones del CUCSH durante una semana en diferentes horarios hasta obtener el número de respuestas necesarias.
- b. Para el grupo de estudiantes que realizaron movilidad, se tomó como población los 141 estudiantes que hicieron movilidad internacional en el 2018. Se envió a todos una invitación por correo electrónico para participar en el estudio y responder una versión electrónica de la encuesta. Se obtuvo una tasa de respuesta del 45% con 64 cuestionarios válidos.
- c. Para los estudiantes que intentaron realizar una movilidad pero no lo consiguieron, se obtuvieron 35 respuestas válidas a través del levantamiento de datos en el CUCSH. Esto corresponde aproximadamente a un 35% de los estudiantes que realizaron movilidad y a cerca de la mitad de los estudiantes de este mismo grupo que participaron en la encuesta. La muestra de este grupo no puede definirse con relación a una población dado que no se cuenta con una base de datos de estudiantes que iniciaron trámites pero no lograron realizar las estancias. Sin embargo, estas respuestas son un buen insumo por el carácter exploratorio de esta investigación y porque, según la experiencia anecdótica de quienes han tenido a su cargo los programas de movilidad en la UdeG, entre 20% y 30% de los estudiantes que comienzan trámites, no llegan a realizar la estancia.

El trabajo de campo se realizó durante el segundo semestre de 2019. Se obtuvieron 416 respuestas válidas, 245 respuestas de estudiantes que indicaron ser mujeres y 171 de hombres, todos de nivel licenciatura. La participación por grupo y su porcentaje se muestran en la Tabla 2.

Tabla 2. Cuestionarios válidos por sexo y estatus de movilidad

		Frecuencia	Porcentaje
Hombre	Realicé una estancia	32	8
	Inicié trámites pero no realicé la estancia	15	3
	Ninguna de las anteriores	124	30
	Subtotal	171	41
Mujer	Realicé una estancia	32	8
	Inicié trámites pero no realicé la estancia	20	5
	Ninguna de las anteriores	193	46
	Subtotal	245	59
Total		416	100

Fuente: elaboración propia.

Las variables del ‘capital de movilidad’, de percepción de barreras y de percepción de factores motivacionales se integraron para formar tres indicadores:

- El indicador del ‘capital de movilidad’, con un puntaje mínimo de 1 y un máximo de 6, y tres niveles: bajo para puntajes iguales o menores a 2; medio cuando el puntaje es igual a 3; y alto cuando es igual o superior a 4.
- El indicador de percepción de barreras, que suma los puntos de todas las variables de percepción de barreras, con un puntaje mínimo de 10 y máximo de 50. Este indicador también se agrupó en tres niveles: puntajes de entre 10 y 25 indican una percepción

baja; puntajes entre 26 y 35 indican una percepción media; y puntajes superiores a 36 indican percepción alta.

- c. El indicador de factores motivacionales se genera de la misma manera que el indicador de barreras y tiene un puntaje mínimo de 5 y máximo de 25. Los tres niveles se definieron de la siguiente manera: bajo para puntajes entre 5 y 13; medio si el puntaje está entre 14 y 17; y alto si la suma es superior a 18.

Se probó la consistencia de los tres indicadores con el Alfa de Cronbach, que es el estadístico más utilizado en las ciencias sociales y de la salud para estimar la consistencia interna de las puntuaciones de un conjunto de ítems. Lo deseable es que el resultado del estadístico del Alfa de Cronbach sea igual o mayor a .7 para investigaciones confirmatorias y al menos de .6 para investigaciones exploratorias. Los tres indicadores propuestos probaron tener una confiabilidad aceptable para el tipo de investigación realizada: .71 para el indicador de capital de movilidad, .65 para el indicador de percepción de barreras y .66 para el indicador de percepción de los factores que motivan a la movilidad.

En primer lugar, los datos obtenidos fueron analizados con estadística descriptiva para posteriormente aplicar estadísticos de correlación de acuerdo con el tipo de variable e identificar las asociaciones posibles entre las variables explicativas y la variable dependiente. En un segundo momento se analizaron las variables que probaron ser significativas a través de un modelo de regresión logística ordinal que inicia con una variable cualitativa con categorías ordenadas, en este caso haber hecho movilidad, haber intentado hacer movilidad y ninguna de las anteriores, y que permite realizar un análisis de los cambios marginales por variable. El objetivo de la modelación a través de la regresión logística ordinal es explicar el comportamiento de la variable dependiente (haber hecho movilidad) mediante las variables independientes (Stock; Watson, 2019).

Presentación y discusión de los resultados

En esta sección se presentan los resultados agrupados por tipo de variable de acuerdo con las categorías detalladas en la Tabla 1, y cuando la comparación es relevante, por estatus de movilidad dentro de cada variable.

Variables sociodemográficas

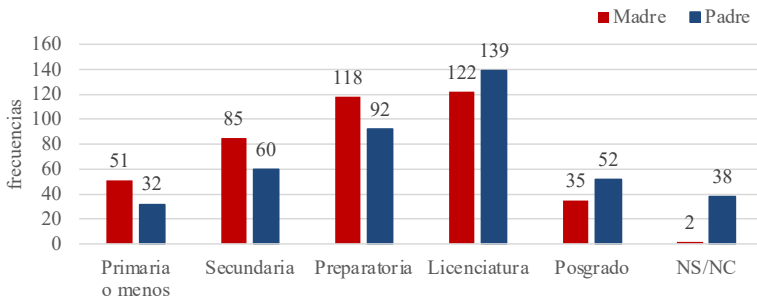
A diferencia de otros estudios, nuestros resultados indican que no hay una relación significativa entre el estado civil y la movilidad; nueve de cada diez estudiantes encuestados refieren ser solteros sin hijos, 7% reporta tener hijos, y el restante 2% vive en pareja pero no tiene hijos. En cuanto a la situación de vivienda, 90% de los estudiantes viven con sus padres o algún otro familiar, 6% vive con su pareja y/o familia propia, mientras que solamente 4% vive solo o con personas que no son sus familiares. La relación entre el estatus de vivienda y haber realizado movilidad (Chi-cuadrado de Pearson = .094) confirma que los estudiantes que viven con sus padres son menos proclives a realizar estancias internacionales (Stroud, 2010).

Un 38% de las madres de los encuestados cuenta con estudios de licenciatura o posgrado, mientras que este porcentaje llega al 46% en los padres varones. En el lado opuesto, mientras que el 33% de las madres han estudiado cuando mucho la secundaria, el porcentaje de padres varones que cuentan con secundaria como grado máximo de estudios es significativamente más bajo (22%) (Gráfico 1). La correlación entre el nivel de estudios de los padres y la movilidad fue positiva y significativa, evidenciando la estrecha relación entre el capital cultural y la movilidad internacional: quienes hacen movilidad, tienen padres con educación superior en mayores proporciones que sus pares (Netz *et al.*, 2021; Brooks; Waters, 2021; Behle, 2014).

En lo que respecta al ingreso, la mitad de los encuestados reportaron que el ingreso mensual de sus hogares, sumando los ingresos individuales, es inferior a los seis salarios mínimos mensuales (SMM), uno de cada tres

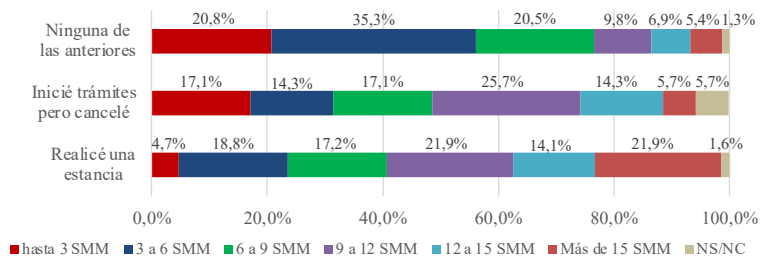
señaló que oscilan entre los seis y los 12 SMM, mientras que apenas un 17% indicó que los ingresos en sus familias superan los 12 SMM.

Gráfico 1. Nivel educativo de los padres



Fuente: elaboración propia.

Para poner en perspectiva la relación entre el nivel de ingresos familiar de los estudiantes y su participación en los programas de movilidad, se graficaron las frecuencias de ingresos reportados por cada grupo de estudiantes según su estatus de movilidad (Gráfico 2). Se puede observar que, mientras 43% de los estudiantes que no han intentado realizar una movilidad refiere ingresos de hasta 6 SMM, este porcentaje es de casi la mitad (23%) entre quienes han realizado estancias internacionales. En el extremo de ingresos altos, se puede observar que un 22% de los estudiantes que han realizado movilidad tienen ingresos familiares superiores a 15 SMM, en comparación con apenas un 5% de quienes no han realizado movilidad y 6% de quienes lo han intentado sin éxito. Los resultados de esta variable coinciden con prácticamente todos los estudios previos revisados y confirman que un ingreso familiar precario puede impedir la movilidad (Netz *et al.*, 2021; Brooks; Waters, 2021; Kim; Lawrence, 2021; Behle, 2014). Las implicaciones de este resultado se discutirán más adelante.

Gráfico 2. Ingresos familiares mensuales, según estatus de movilidad

Fuente: elaboración propia.

Variables académicas

La primera de las variables académicas estudiadas fue el promedio de calificaciones. Los estudiantes encuestados reportan una calificación media de 89/100, con una mínima registrada de 79/100 y una máxima de 100/100; 36% de los estudiantes refieren tener un promedio igual o inferior a 89, mientras que un 11% reporta tener un promedio superior a 94. La relación entre el promedio y la situación de movilidad es significativa (ANOVA = 0.000) y se pueden apreciar dos grupos claramente definidos en la muestra: la calificación promedio de los estudiantes que nunca han intentado realizar movilidad es de 89.22, mientras que las calificaciones de quienes lo han realizado o intentado son en promedio de 92.18 y 91.24, respectivamente. Estos resultados coinciden con lo encontrado en investigaciones previas (Kim y Lawrence, 2021), e indican que quienes hacen movilidad pertenecen a un grupo destacado académicamente.

En cuanto a la motivación para la movilidad que se puede generar desde las IES, 42% de los estudiantes refieren que algún profesor o autoridad académica les ha recomendado realizar una estancia internacional, aunque solamente uno de cada tres afirma conocer las opciones de movilidad que se ofrecen en el CUCSH. Estas dos variables presentan una relación significativa

con el estatus de movilidad (Chi cuadrado de Pearson = .000) y se alinean a resultados de estudios previos (Kim; Lawrence, 2021; Maldonado-Maldonado *et al.*, 2021; Carlson, 2013). Dada su incidencia y relación con las dinámicas de gestión de la movilidad en las IES, estos dos elementos serán discutidos con mayor detalle más adelante.

Variables relacionadas con el “capital de movilidad”

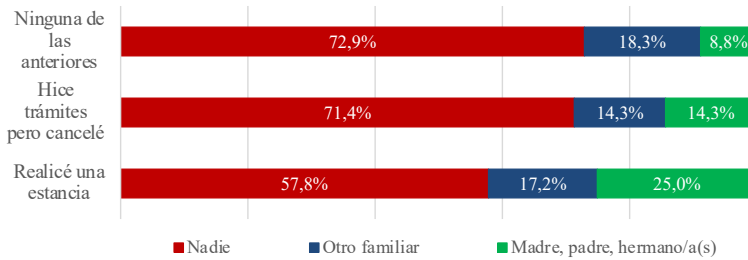
De las variables que componen el capital de movilidad, la primera que se analiza son los viajes al extranjero por motivos no académicos realizados durante los últimos tres años. En promedio, los estudiantes encuestados realizaron un viaje, aunque 60% de ellos refieren no haber realizado ninguno. También existe una relación significativa entre los viajes realizados y el estatus de movilidad (ANOVA = .000) y se pueden apreciar tres subconjuntos: los estudiantes que han realizado una movilidad han viajado casi una vez por año al extranjero en los últimos tres años y son quienes más viajes reportan también en otros estudios (Maldonado-Maldonado *et al.*, 2021; Bustos-Aguirre, 2019); quienes han intentado realizar una movilidad pero no lo han conseguido han realizado entre uno y dos viajes; y quienes no están en ninguna de las dos condiciones anteriores han realizado menos de un viaje. Para contextualizar la importancia de este indicador es necesario tener en mente que, entre Guadalajara, la capital del estado de Jalisco, y la frontera más cercana, hay más de 1,000 km, por lo que organizar y realizar un viaje implica costos, tiempo y conocimientos; en otras palabras, se trata de una actividad que demanda tanto la existencia de un habitus de clase vinculado con el deseo y el interés por viajar, como de capital económico y cultural para materializarlo.

Considerando las estadísticas de movilidad en México, no sorprende que únicamente 6% de los estudiantes reportan haber realizado previamente estancias académicas al extranjero (intercambios, cursos cortos, seminarios, campamentos, etc.). En cuanto a los estudios en otros países que han realizado familiares, 11% respondieron positivamente para algún familiar

inmediato (padre, madre o hermanos) y 18% para familiares menos cercanos (tíos, primos, abuelos, etc.). Casi tres de cada cuatro estudiantes (71%) refirieron que ninguno de sus familiares ha estudiado en el extranjero. Los viajes académicos internacionales previos del estudiante también se correlacionan con la movilidad (Chi cuadrado de Pearson = 0.002) y es un elemento común en muchas otras investigaciones (Maldonado-Maldonado *et al.*, 2021; Behle, 2014; Carlson, 2013; Hackney *et al.*, 2012). En el mismo sentido que los viajes al extranjero, la relación entre la movilidad actual y las movidades académicas previas también parece confirmar la existencia tanto de un habitus relacionado con el interés de estudiar en otro país, como de capital económico y cultural para realizarlo. Asimismo, este resultado parece indicar que, a partir de una primera movilidad académica satisfactoria, el interés por movidades subsecuentes se incrementa (Murphy-Lejeune, 2002).

Cuando se agrupan las respuestas por estatus de movilidad, resulta interesante observar que uno de cada cuatro estudiantes (25%) que han realizado movilidad refiere que alguien en su familia nuclear (padre, madre o hermanos) ha estudiado en otro país, mientras que esta proporción es significativamente menor entre quienes intentaron realizar estancias (14%) y quienes no lo han hecho (9%) (Gráfico 3); no se encontró correlación entre los viajes académicos de familiares y la movilidad del estudiante. El porcentaje de estudiantes con familiares menos cercanos que han estudiado en el extranjero tiene poca variación entre los tres grupos y no se encontró correlación con la movilidad.

En lo que respecta al manejo de idiomas, 42% de los encuestados refiere dominar otro idioma lo suficientemente bien como para realizar actividades académicas. Esta variable también se correlaciona con el estatus de movilidad (Chi cuadrado de Pearson = 0.000), no obstante, dado que la pregunta fue de autopercepción, este alto porcentaje podría indicar la presencia de sesgo de conveniencia social, por lo que debería tomarse con cautela.

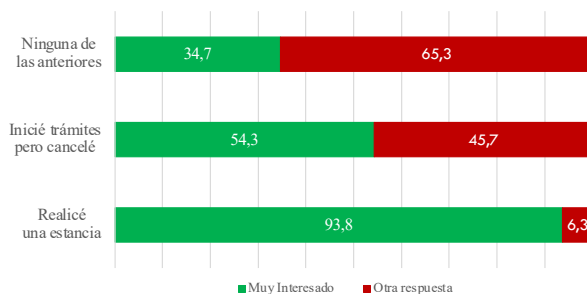
Gráfico 3. Familiares que han estudiado en el extranjero según estatus de movilidad

Fuente: elaboración propia.

El último elemento del capital de movilidad es el interés, pues no basta hablar idiomas o que se haya estudiado en otro país antes de iniciar los estudios universitarios; si no hay interés, cualquiera que sea la causa, es poco probable que se realice una estancia internacional. En este estudio 45% de los encuestados dijo estar muy interesado en realizar un intercambio, sin embargo, al agrupar las respuestas por estatus de movilidad, se observa que prácticamente todos los estudiantes que han realizado una estancia (94%) están muy interesados en hacerlo de nuevo, mientras que solamente 54% de quienes lo intentaron sin éxito y apenas uno de cada tres (35%) entre quienes no lo han intentado (Gráfico 4). La variable “interés” también se correlaciona con la movilidad (Chi cuadrado de Pearson = 0.000), es un elemento común en estudios previos (Brooks; Waters, 2021; Kim; Lawrence, 2021; Bustos-Aguirre, 2019; Beerkens *et al.*, 2015; Hackney *et al.*, 2012; Stroud, 2010) y se ha utilizado como proxy para medir la “disposición” o “intención” de realizar estancias internacionales. Estos resultados también parecen indicar que el interés en la movilidad se vincula con el habitus de clase y el capital social incorporado, pues para quienes hacen movilidad parece no tratarse meramente de una idea interesante, sino de una posibilidad alcanzable, incluso una meta u objetivo basada en

las expectativas del grupo al que pertenecen, que además se refuerza en una suerte de círculo virtuoso tras cada materialización.

Gráfico 4. Interés en realizar movilidad con relación al estatus de movilidad



Fuente: elaboración propia.

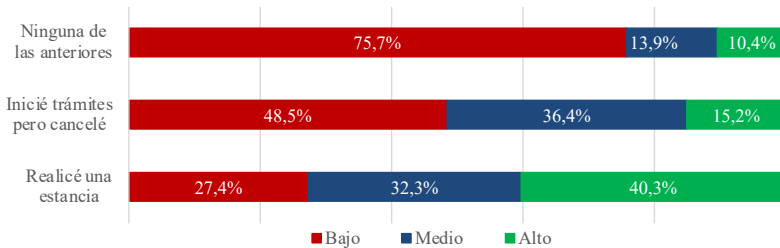
Las variables del ‘capital de movilidad’ se agruparon para integrar un indicador, según se detalló en la nota metodológica. De acuerdo a los resultados obtenidos, uno de cada tres estudiantes del CUCSH tiene un capital de movilidad medio o alto: 15% tiene un capital de movilidad alto y 19% un capital medio, mientras que 66% registran un capital de movilidad bajo.

Los datos agrupados por estatus de movilidad se presentan en el Gráfico 5 y permiten apreciar la relevancia de los elementos que integran el capital de movilidad en la realización de estancias internacionales: casi tres de cada cuatro estudiantes (73%) que han hecho movilidad cuentan con un capital medio o alto, en comparación con la mitad (52%) entre quienes intentaron hacerlo sin éxito y apenas uno de cada cuatro (24%) entre quienes no lo han intentado.

Además de la confirmación del análisis de correlaciones sobre la relación entre capital de movilidad y estatus de movilidad (Tau b de Kendall y Gamma = .000), los hallazgos fortalecen la tesis de Murphy-Lejeune

(2002) sobre la existencia de una serie de características relacionadas con el capital cultural que son específicamente relevantes para la movilidad, y se suman a otros estudios que indican que el habitus y el capital cultural del estudiante son determinantes para su participación en la movilidad (Gerhards; Hans, 2013; Carlson, 2013).

Gráfico 5. Capital de movilidad según estatus de movilidad



Fuente: elaboración propia.

Los factores que se perciben como barreras para la movilidad

El indicador de percepción de barreras está compuesto por elementos o situaciones que los estudiantes perciben como obstáculos para la movilidad. Entre los encuestados el indicador de percepción de barreras promedió 33.62 puntos, con un mínimo de 17 y un máximo de 48. La relación entre el indicador de percepción de barreras y la movilidad es significativa (ANOVA = .000), y se identificaron dos grupos, el de los estudiantes que han realizado una estancia, con un indicador de 30.47/50, y el de los estudiantes que no han intentado realizar una movilidad o que lo intentaron sin éxito, con 34.07/50 y 35.31/50 puntos en promedio respectivamente. De manera general se puede decir que los estudiantes del CUCSH perciben muchas barreras para realizar una estancia internacional: sólo uno de cada

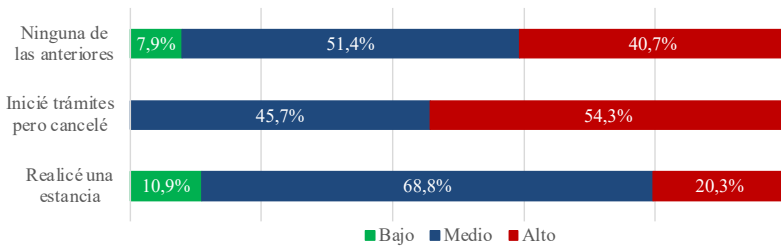
diez encuestados tiene una percepción baja, cinco tienen una percepción media y cuatro una percepción alta. El análisis de esta variable confirma lo señalado en estudios previos (Bustos-Aguirre, 2019): a mayor percepción de barreras para realizar una movilidad, menor será la posibilidad de realizarla y viceversa (Tau b de Kendall y Gamma = .082).

Los resultados agrupados por estatus de movilidad (Gráfico 6) también confirman lo que parece obvio, quienes han realizado una movilidad estudiantil perciben menos barreras para hacerlo, tal vez porque su experiencia les indica que son superables, en comparación con los estudiantes de los otros dos grupos. De manera similar, los resultados indican que un primer intento no exitoso puede tener efectos en futuros acercamientos: más de la mitad de los estudiantes que han intentado realizar una estancia internacional sin éxito perciben muchas barreras para hacerlo. Estos hallazgos consolidan tanto la idea de la existencia de un habitus o disposición positiva a movildades subsecuentes que se refuerza a partir de una primera experiencia exitosa, como de los efectos acumulativos del capital cultural específico para la movilidad. Por otra parte, es interesante observar que quienes nunca han intentado realizar una movilidad, perciben menos barreras que sus compañeros que han desistido y, aunque esto bien pudiera ser resultado del desconocimiento, es un buen punto de partida para el diseño de estrategias institucionales enfocadas en incrementar el interés y participación en la movilidad.

Al analizar los elementos individuales que componen el indicador de barreras para la movilidad, se observa que 90% de los estudiantes están de acuerdo o muy de acuerdo en que una de las razones más importante por las que no realizan estancias internacionales es la falta de recursos financieros; 76% considera que es la falta de información sobre las opciones y pasos a seguir; 66% señala la falta de dominio de otros idiomas; 55% indica que los compromisos familiares o laborales impiden participar en la movilidad; y 49% coincide en el desconocimiento de los beneficios de la movilidad como factor desincentivador (Gráfico 7). Estos resultados coinciden con la literatura consultada e indican la existencia de factores de diversa índole

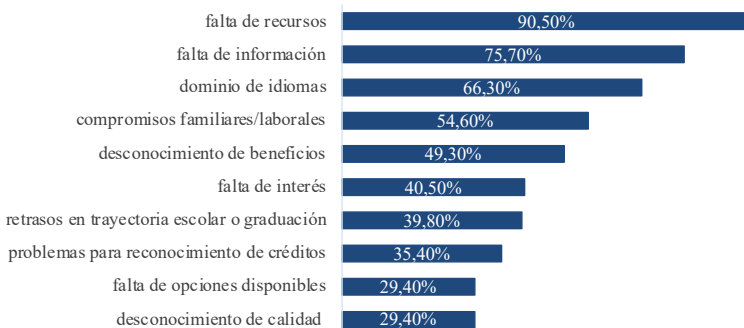
que pueden ser barreras para la movilidad internacional, algunos de ellos están relacionados con el capital económico y social, y otros con una buena gestión en las IES (Kim; Lawrence, 2021; Maldonado-Maldonado *et al.*, 2021; Beerkens *et al.*, 2015; Ahn, 2014).

Gráfico 6. Indicador de percepción de barreras para la movilidad con relación al estatus de movilidad



Fuente: elaboración propia.

Gráfico 7. Barreras para la movilidad

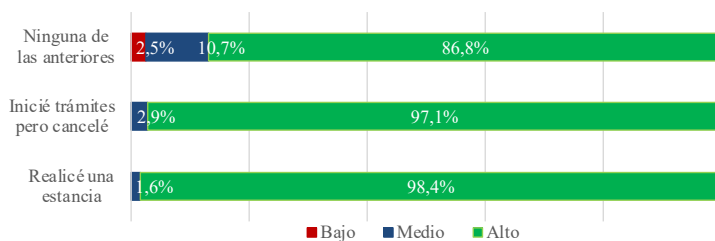


Fuente: elaboración propia.

Los factores que se perciben como motivaciones para la movilidad

El indicador de la percepción de los factores que motivan la movilidad está compuesto por elementos que se consideran razones para realizar una estancia internacional y ha resultado relevante en otras investigaciones (Bustos-Aguirre, 2019; Hackney *et al.*, 2012). En este estudio la media del indicador es de 22 puntos de 25, el menor puntaje registrado es de 9, y el máximo de 25. La relación entre el indicador de percepción de factores motivantes para la movilidad y realizar movilidad es significativa (ANOVA = .000), encontrándose dos grupos, el de quienes no han intentado realizar una movilidad que tienen una media de 21.22/25 y el de quienes han realizado una movilidad o lo han intentado, con 22.79/25 y 22.49/25, respectivamente. Estos grupos se aprecian mejor en el gráfico 8 que los muestra por estatus de movilidad: quienes ya han realizado una movilidad o lo han intentado están muy motivados y consideran que existen muchas razones para realizar una estancia internacional, mientras que quienes no lo han intentado perciben menos razones para hacerlo (Gráfico 8).

Gráfico 8. Indicador de percepción de factores motivacionales con relación al estatus de movilidad



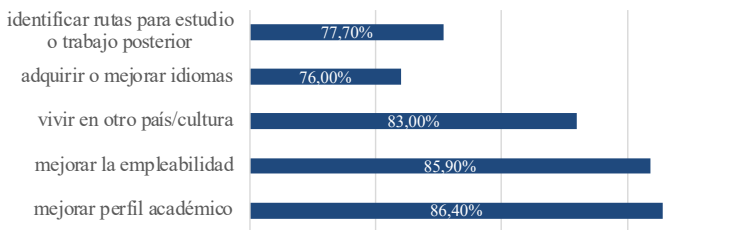
Fuente: elaboración propia.

En el análisis de las variables del indicador de factores motivacionales se puede observar que 86% de los estudiantes mencionaron mejorar el perfil académico y las posibilidades y opciones de empleo como razones importantes para realizar una estancia internacional; 83% mencionó la

experiencia de vivir en otro país y apreciar otra cultura; 78% coincidió en que una motivación para la movilidad era la posibilidad de identificar rutas para estudiar o trabajar en el extranjero posteriormente; y 76% señaló como motivo importante el dominio de otro idioma (Gráfico 9).

A pesar de que la relación entre el indicador de percepción de factores motivacionales y el estatus de movilidad es significativa (Tau b de Kendall y Gamma = .000), y de que nueve de cada diez estudiantes consideran que realizar una movilidad tiene muchos beneficios, los resultados de la regresión logística que se presenta más adelante indican que contar con una percepción positiva de la movilidad no es suficiente para participar.

Gráfico 9. Motivaciones para la movilidad



Fuente: elaboración propia.

¿Cuáles son las variables que más impacto tienen en la movilidad?

Como se mencionó en la nota metodológica, a fin de identificar la forma en la que cada elemento incide en que un estudiante del CUCSH realice estancias internacionales, se analizaron las variables significativas para la movilidad a través de un modelo de regresión logística ordinal. Estas variables se analizaron en los tres grupos de estudio jerarquizados, donde el nivel más alto está representado por los estudiantes que han realizado movilidad, dado que sería la situación óptima; el nivel intermedio por quienes lo han intentado sin conseguirlo; y el nivel más bajo por quienes no están en ninguna de las dos situaciones anteriores, considerándose la condición menos deseable.

La Tabla 3 muestra el modelo con mejor capacidad de pronóstico que resultó de la regresión logística ordinal. Los resultados indican que las variables

significativas, en orden de su probabilidad para incidir en la realización de estancias internacionales, son: recibir la recomendación para realizar una movilidad de parte de profesores y autoridades académicas; conocer las opciones que existen para realizar un intercambio; tener interés en realizar una movilidad; el promedio académico (a mayor promedio, mayor es la probabilidad); tener una percepción baja de barreras para realizar movilidad; y el ingreso familiar (a mayor ingreso familiar, mayor es la probabilidad).

Tabla 3. Modelo de Regresión Logística Ordinal

Variable	Coefficiente	Probabilidad
Vives con	0.045368	0.9279
Nivel educativo de la madre	-0.010250	0.9569
Nivel educativo del padre	0.147824	0.5216
Ingreso familiar	0.275498	0.0697*
Programa educativo	-0.082011	0.1531
Promedio	0.131153	0.0193**
Recomendación académica	1.118937	0.0067***
Conocimiento de opciones	2.543594	0.0000***
Viajes al extranjero	0.129319	0.2711
Experiencias de movilidad previas a la universidad	1.118204	0.1646
Dominio de idiomas	0.178178	0.7117
Interés en la movilidad	2.161881	0.0000***
Indicador de factores motivadores percibidos	0.035054	0.6691
Indicador de barreras percibidas	0.103774	0.0192**
Puntos límite		
LIMIT_2:C(16)	26.08491	0.0000
LIMIT_3:C(17)	27.76825	0.0000
Pseudo R-squared 0.540105		
*** p < .001, ** p < .010, * p < .10		

Fuente: elaboración propia.

Discusión de las implicaciones de los resultados

En la sección de resultados se puede apreciar que muchos de los elementos identificados como relevantes para la movilidad están vinculados con el *habitus* de clase y con el capital de los estudiantes, tanto económico como cultural, por lo que están fuera del ámbito de incidencia directa e inmediata de las IES. Sin embargo, considerando que Bracho (2010) nos invita a incrementar la relevancia social de la investigación académica a través de su vinculación con el diseño de políticas y estrategias, en esta sección se presentan tres propuestas derivadas de este trabajo que cumplen con dos características: a) su diseño e implementación recae en el ámbito de la gestión de la movilidad estudiantil en las IES, lo que las hace factibles en primera instancia; y b) según los resultados obtenidos, pueden contribuir al incremento del número de estudiantes que participan en estancias internacionales.

Las tres estrategias propuestas son: el diseño de una campaña de difusión, dirigida a estudiantes y profesores, sobre los programas de movilidad y sus beneficios; un programa para incentivar la colaboración entre los académicos y las instancias que gestionan la movilidad; y la disponibilidad de apoyos económicos complementarios para estudiantes que desean realizar movilidad. Estas tres estrategias, relacionadas con el capital institucionalizado que las IES pueden poner a disposición de sus estudiantes, tienen potencial para incidir de manera directa en las dos variables con mayor peso en la decisión de realizar una estancia internacional, recomendación académica y conocimiento de las opciones, y de manera indirecta, en tres de las variables restantes: interés, baja percepción de barreras e ingresos familiares.

Para la campaña de difusión es recomendable incorporar un uso intensivo de redes sociales y elementos visuales en diferentes espacios del campus universitario que contribuya a la creación de un *habitus* propicio para la movilidad al generar un ambiente que despierte la inquietud por la movilidad entre los estudiantes y les brinde información básica de las opciones disponibles. Por otra parte, el objetivo del programa para incentivar

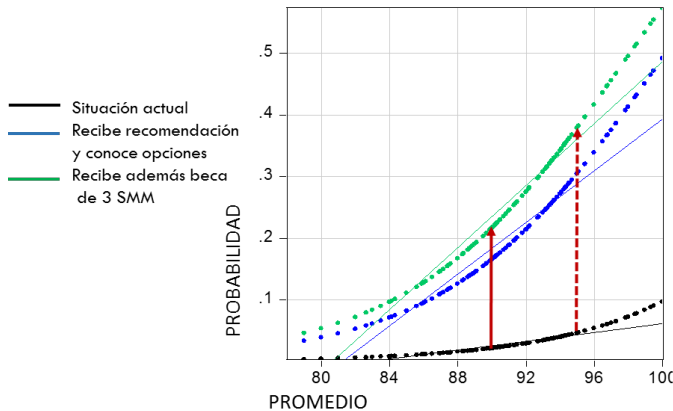
la colaboración de los académicos es que se conviertan en los principales promotores de la movilidad al interior del aula y aliados de la instancia responsable de realizar los procesos. El programa debería contemplar la coordinación y trabajo colegiado con autoridades académico-administrativas y reconocer la participación de los académicos en la información y motivación a los estudiantes. Estas dos estrategias podrían también incidir en dos de las barreras para la movilidad que los estudiantes señalaron como importantes o muy importantes: la falta de información sobre las opciones disponibles, mencionada por 75% de los encuestados, y el desconocimiento sobre los beneficios de una estancia internacional, mencionada por 49%.

La tercera estrategia se fundamenta en las menciones a las restricciones financieras como principal barrera para la movilidad (90%) y en que el ingreso familiar es el sexto factor con mayor incidencia de acuerdo con el modelo de regresión. Considerar la existencia de apoyos económicos específicos para la movilidad de estudiantes que han sido seleccionados para realizar una estancia internacional sería, además, una señal positiva para que otros estudiantes exploren la posibilidad y tengan una idea más apegada a la realidad de sus posibilidades de participación. No obstante, se advierte que esta estrategia no puede implementarse de manera aislada, pues como se ha mencionado en varias ocasiones a lo largo del texto, el capital cultural y el *habitus* de clase son tanto o más relevantes que el capital económico para la movilidad. Es decir, aun cuando pudiera disponerse de becas completas para la movilidad de todos los estudiantes, habrá quienes no participen por otras causas; por ejemplo, por no tener un dominio suficiente de otros idiomas, por considerar que la movilidad está fuera de las posibilidades propias o que es inaccesible, por percibir pocos beneficios, por sentirse poco familiarizados con los ámbitos académico y social en otros contextos geográficos, o incluso por tener un desempeño escolar bajo.

Para conocer el impacto que las acciones sugeridas en los párrafos anteriores podrían tener en las probabilidades de que un estudiante realice movilidad internacional se realizaron cambios en las variables predictoras en el modelo logístico ordinal original. Las posibilidades actuales de los

estudiantes de CUCSH de realizar estancias internacionales y los cambios que podrían darse al modificar las variables de conocimiento de opciones, recomendación de profesores e ingreso se ilustran en la Figura 1. La línea negra representa la situación actual, refleja los resultados de este estudio e indica que un estudiante incrementa sus probabilidades de realizar una movilidad conforme aumenta su promedio; por ejemplo, un estudiante que tiene un promedio de 96 tiene 5% más probabilidades de realizar una estancia internacional que quien tiene un promedio de 85.

Figura 1. Probabilidades según promedio, de que un estudiante realice una movilidad si se lo recomiendan sus profesores, conoce las opciones, y se les otorga una beca de 3 SMM



Fuente: elaboración propia.

La Figura 1 también ilustra el caso de un estudiante que cuenta con una media de calificaciones de 89 y que, en las circunstancias actuales, tiene una probabilidad cercana al 2% de hacer un intercambio, lo que le ubica en el vértice de la flecha roja continua y la línea negra de tendencia. Si este estudiante conoce las opciones y recibe la recomendación de algún profesor para realizar una movilidad, sus posibilidades de realizar una estancia internacional aumentan aproximadamente un 15%, lo que le

ubica en el vértice de la flecha roja continua y la línea azul de tendencia. Si, además, este estudiante recibe un apoyo económico de 3 SMM, la probabilidad de que realice una estancia supera el 20%, y lo ubica en el vértice de la línea verde de tendencia y la flecha roja continua.

El impacto de las estrategias sugeridas será mayor cuanto más alto sea el promedio del estudiante, pudiendo alcanzar en las condiciones ideales un incremento de casi el 50% en el caso de un estudiante con promedio de 100. El vértice de la línea negra de tendencia y la flecha roja punteada en la Figura 1 ilustran las posibilidades actuales (5%) de que un estudiante con promedio de 95 realice movilidad. Considerando que dicho estudiante conozca bien las opciones de movilidad y los beneficios de realizar estancias internacionales, sus probabilidades de realizar una estancia internacional podrían crecer un 25%, como se muestra en el vértice entre la línea de tendencia azul y la flecha roja punteada; si además recibe una beca de 3 SMM, sus posibilidades serían cercanas al 40%, lo que lo ubica en el vértice de la línea de tendencia verde y la flecha roja punteada en la Figura 1.

Conclusiones

Los resultados de este estudio contribuyen a entender mejor el fenómeno de la movilidad corta o para créditos desde el ámbito latinoamericano y dan cuenta de que, también en nuestro contexto geográfico, el estudiante que hace movilidad pertenece a una élite cultural, económica y académica.

Así mismo, los datos obtenidos confirman que algunas de las diferencias importantes entre los estudiantes que hacen movilidad y los que no radican en la existencia de una cierta predisposición (*habitus*) y atributos (capital económico y cultural) relacionados con lo internacional, a los que Murphy-Lejeune denominó 'capital de movilidad'. Esto a su vez pone sobre la mesa nuevas interrogantes sobre las posibilidades y formas en las que se podrían desarrollar, en etapas educativas más tempranas, un *habitus* y capital cultural más propicios para la experiencia académica internacional. De lograrse, los estudiantes estarían mejor equipados para hacer uso de las oportunidades

de crecimiento académico y personal que la educación superior les brinda, entre las que se encuentra la movilidad internacional.

Merece la pena resaltar que el ingreso familiar, aunque queda demostrada su incidencia como factor relevante para la movilidad, no es el principal obstáculo para la movilidad según los resultados aquí presentados; los obstáculos identificados parecen estar más relacionados con la utilidad de los recursos económicos para la acumulación de capital cultural – tanto incorporado como institucionalizado – a lo largo de la existencia de los individuos, que al mero aspecto monetario. Sin embargo, no hay que perder de vista que los resultados también dejan claro que la disponibilidad de apoyos económicos para la movilidad incrementa la participación de los estudiantes y contribuye a contrarrestar la inequidad en la movilidad, aunque no compense los efectos de un ingreso familiar precario en etapas previas.

En este estudio también se identificaron algunas diferencias en relación con las investigaciones consultadas; entre estas, la más intrigante y que merece futuros análisis es el hecho de que el dominio de idiomas no resultó ser un elemento predictor de la movilidad internacional. Un par de hipótesis al respecto son el alto porcentaje de estudiantes que reportó tener un dominio suficiente de otro idioma y que podría ser un dato inexacto, y la segunda es la importancia de la colaboración académica y movilidad que la UdeG sostiene con IES en países hispanoparlantes. La respuesta sólo puede venir de futuras investigaciones al respecto.

Tal vez la conclusión más relevante de este estudio para las IES y sus programas de movilidad es la estrecha relación que existe entre la posibilidad de realizar una estancia internacional y el interés institucional en que esto suceda. Esto significa que, sin soslayar la importancia de los otros elementos identificados, para que las IES incentiven la participación de quienes típicamente no hacen movilidad, contar con programas y estrategias articuladas, bien organizadas y suficientemente financiadas es un requisito indispensable.

Magdalena Liliana Bustos-Aguirre es Doctora en gestión de la educación superior por la Universidad de Guadalajara. Profesora-investigadora del Departamento de Turismo, Recreación y Servicio en el Centro Universitario de Ciencias Económico-Administrativas y Coordinadora de la Maestría en Educación Superior Internacional de doble titulación entre la Universidad de Guadalajara y Boston College.

✉ magda.bustos@gmail.com

Referencias

1. AHN, Song-ee. A good learning opportunity, but is it for me? A study of Swedish students' attitudes towards exchange studies in higher education. *Journal of Research in International Education*, v. 13, n. 2, p. 106–118, 2014. <https://doi.org/10.1177/1475240914540117>
2. BEERKENS, Marja et al. Similar students and different countries? An analysis of the barriers and drivers for Erasmus participation in seven countries. *Journal of Studies in International Education*, v. 20, n. 2, p. 184–204, 2015. <https://doi.org/10.1177/1028315315595703>
3. BEHLE, Heike. European mobility of United Kingdom educated graduates. Who stays, who goes? *Higher Education Quarterly*, v. 68, n. 3, p. 288-304, 2014. <https://doi.org/10.1111/hequ.12051>
4. BOURDIEU, Pierre. *Capital cultural, escuela y espacio social*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2011.
5. BRACHO, Teresa. Políticas basadas en evidencia. La política pública como acción informada y objeto de investigación. En MERINO, Mauricio; CEJUDO, Guillermo (Comps.). *Problemas, decisiones y soluciones*. Enfoques de política pública. Ciudad de México: FCE/CIDE, 2010. p. 291-319.
6. BROOKS, Rachel; WATERS, Johanna. Decision-making: Spatio-temporal contexts of decision-making in education abroad. En OGDEN, Anthony C.; STREITWIESER, Bernhard; VAN MOL, Christof (eds.). *Education abroad*. Bridging scholarship and practice. Oxon: Routledge, 2021, p. 15-27. <https://doi.org/10.4324/9780429431463>
7. BUSTOS-AGUIRRE, Magdalena L. et al. *Movilidad estudiantil en educación superior en México (2016-2017, 2017-2018 y 2018-2019)*. Ciudad de México: ANUIES, 2022.
8. BUSTOS-AGUIRRE, Magdalena L. Intelligent internationalization: using research results to improve credit mobility at Mexican higher education institutions. In: GODWIN, Kara A.; DE WIT, Hans (eds.). *Intelligent internationalization*. The shape of things to come. Leiden: Brill Sense, 2019. p. 114-117.
9. CARLSON, Sören. Becoming a mobile student: a processual perspective on German degree student mobility. *Population, Space and Place*, v. 19, n. 2, p. 168-180, 2013. <https://doi.org/10.1002/psp.1749>

10. CGCI-UdeG. Coordinación General de Cooperación e Internacionalización de la Universidad de Guadalajara. *Informe anual de actividades 2018*. CGCI-UdeG, 2018. Disponible en: <http://ci.cgai.udg.mx/es/acerca-de/informes-de-actividades>. Acceso en: 1 marzo 2019.
11. CGPE-UdeG. Coordinación General de Planeación Educativa de la Universidad de Guadalajara. *Numeralia institucional diciembre 2018*. CGPE-UdeG, 2018. Disponible en: http://www.cgpe.udg.mx/sites/default/files/31_de_diciembre_2018_0.pdf. Acceso en: 16 ene. 2021.
12. COMISIÓN EUROPEA. Dirección General de Educación, Juventud, Deporte y Cultura. *Erasmus+ annual report 2019*. Publications Office, 2020. Disponible en: <https://data.europa.eu/doi/10.2766/651849>. Acceso en: 17 sept. 2022.
13. COMISIÓN EUROPEA. Dirección General de Educación, Juventud, Deporte y Cultura. *Erasmus+ higher education impact study: final report*. Publications Office, 2019. Disponible en: <https://data.europa.eu/doi/10.2766/162060>. Acceso en: 17 sept. 2022.
14. CUCSH-UdeG. Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad de Guadalajara. *Informe de actividades 2018*. CUCSH-UdeG, 2018. Disponible en: <http://www.cucsh.udg.mx/sites/default/files/InformeCucsh2018.pdf>. Acceso en: 1 junio 2019.
15. GERHARDS, Jürgen; HANS, Silke. Transnational human capital, education, and social inequality. Analyses of international student exchange. *Zeitschrift für Soziologie*, v. 42, n. 2, p. 99-117, 2013. <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/zfsoz-2013-0203/html>
16. HACKNEY, Kaylee *et al.* An empirical study of student willingness to study abroad. *Journal of Teaching in International Business*, v. 23, n. 2, p. 123-147, 2012. <http://dx.doi.org/10.1080/08975930.2012.718705>
17. HOLLOWAY, Sarah L. *et al.* Educational mobility and the gendered geography of cultural capital: the case of international student flows between Central Asia and the UK. *Environment and Planning A: Economy and Space*, v. 44, n. 9, p. 2278-2294, 2012. <https://doi.org/10.1068/a44655>
18. HU, Aihua; CAIRNS, David. Hai Gui or Hai Dai? Chinese student migrants and the role of Norwegian mobility capital in career success. *Young*, v. 25, n. 2, p. 174-189, 2017. <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1103308816670821>
19. KIM He S.; LAWRENCE, Janet H. Who studies abroad? Understanding the impact of intent on participation. *Research in Higher Education*, n. 62, p. 1039-1085, 2021. <https://doi.org/10.1007/s11162-021-09629-9>
20. KNIGHT, Jane. *Higher education in turmoil*. The changing world of internationalisation. Rotterdam: Sense Publishers, 2008. <https://doi.org/10.1590/15174522-97865>
21. MALDONADO-MALDONADO, Alma (coord.). *Patlani*. Encuesta mexicana de movilidad internacional estudiantil. 2014/2015 y 2015/2016. México: ANUIES,

2017. Disponible en: <http://publicaciones.anuies.mx/pdfs/libros/Libro235.pdf>. Acceso en 15 dic. 2020.
22. MALDONADO-MALDONADO, Alma; CÁRDENAS DENHAM, Sergio; CORTES VELASCO, Christian I. ¿Qué inhibe la participación en actividades de movilidad? *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, v. 26, n. 88, p. 19-45, 2021. <https://www.scielo.org.mx/pdf/rmie/v26n88/1405-6666-rmie-26-88-19.pdf>
23. MURPHY-LEJEUNE, Elizabeth. *Student mobility and narrative in Europe. The new strangers*. London: Routledge, 2002.
24. NETZ, Nicolai et al. Socio-demographics: A global overview of inequalities in education abroad participation. In: OGDEN, A. C.; STREITWIESER, B.; VAN MOL, C. (ed.). *Education abroad. Bridging scholarship and practice*. Oxon: Routledge, 2021. p. 28-42. <https://doi.org/10.4324/9780429431463>
25. PÉREZ-ENCINAS, Adriana; RODRIGUEZ-POMEDA, Jesus; DE WIT, Hans. Factors influencing student mobility: a comparative European study. *Studies in Higher Education*, v. 46, n. 12, p. 2528-2541, 2021. <https://doi.org/10.1080/03075079.2020.1725873>
26. SOUTO-OTERO, Manuel et al. Barriers to International Student Mobility: Evidence From the Erasmus Program. *Educational Researcher*, v. 42, n. 2, p. 70-77, 2013. <https://doi.org/10.3102/0013189X12466696>
27. STOCK, James H.; WATSON, Mark W. *Introduction to econometrics*. 4. ed. Nueva York: Pearson, 2019.
28. STROUD, April H. Who plans (not) to study abroad? An examination of U.S. student intent. *Journal of Studies in International Education*, v. 14, n. 5, p. 491-507, 2010. <https://doi.org/10.1177/1028315309357942>
29. TEICHLER, Ulrich. Internationalisation trends in higher education and the changing role of international student mobility. *Journal of International Mobility*, v. 1, n. 5, p. 177-216, 2017. <https://www.cairn.info/revue-journal-of-international-mobility-2017-1-page-177.htm>
30. TRAN, Ly T. Mobility as 'becoming': a Bourdieuan analysis of the factors shaping international student mobility. *British Journal of Sociology of Education*, v. 37, n. 8, p. 1268-1289, 2016. <https://doi.org/10.1080/01425692.2015.1044070>

Recibido: 30 ene. 2022.

Aprobado: 24 nov. 2022.

Naturaleza, materia y neoliberalismo: discutiendo la fractura metabólica en la producción del espacio urbano en Chile

Rodrigo Hidalgo Dattwyler* 

Abraham Paulsen Bilbao* 

Carlos Vergara Constela* 

Voltaire Alvarado Peterson** 

Miguel González Rodríguez* 

Resumen

Discutimos la pertinencia, vigencia y necesidad del análisis marxista en el plano de las relaciones de producción entre sociedad y naturaleza. Para estos efectos, indagamos acerca del concepto de metabolismo presente en el libro III de El Capital de Karl Marx, retomado y actualizado por John Bellamy Foster con su “teoría de la ruptura metabólica”. Se expone su definición y se discute sobre ella considerando posturas que emanan principalmente desde la Geografía, la Sociología y la Ecología Política. Se enfatiza la problematización espacio-temporal de la brecha que deviene en fractura, para luego ser la base de análisis de la contemporaneidad chilena, donde brecha y fractura metabólica se relacionan con los procesos de producción de segunda naturaleza y urbanización planetaria.

Palabras Clave: brecha, fractura, metabolismo, naturaleza, Chile.

* Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile.

** Universidad de Concepción.

Nature, matter and neoliberalism: discussing the metabolic rupture in producing the urban space in Chile

Abstract

We discuss the relevance, validity and necessity of the Marxist analysis at the level of relations of production between society and nature. For these purposes, we investigate the concept of metabolism present in book III of Karl Marx's *Capital*, taken up and updated by John Bellamy Foster with his "metabolic breakdown theory". Its definition is presented and discussed considering perspectives stemming mainly from Geography, Sociology and Political Ecology. Emphasis is placed on the spatio-temporal problematization of the gap that becomes a fracture, to later be the basis for analysis of Chilean contemporaneity, in which gap and metabolic fracture are related to second-nature production processes and planetary urbanization.

Keywords: Gap, fracture, metabolism, nature, Chile.

Introducción

*El daño hecho será demasiado grande
El mundo herido sin posibilidad de reparación
Otro derrame de petróleo
Residuos atómicos desplazados
Otro bosque muere
(Nuclear Assault – Critical Mass)¹*

La discusión respecto a la obra y elaboración teórica de Karl Marx y Friedrich Engels, por separado y en conjunto, sigue siendo materia de discusión en las Ciencias Sociales y Humanidades. Por una parte, a partir de la crisis financiera de 2008 y sus efectos en la destrucción de la fuerza de trabajo y el capital real; y, por otra, respecto a la evaluación crítica de los modelos económicos en la generación de consecuencias ambientales

¹ La letra corresponde a la canción "Critical Mass" perteneciente al disco *Handle with care* (1989) de la banda estadounidense Nuclear Assault. La traducción es propia.

y de cambio climático. Si bien en lo primero la crítica es a los medios de producción de riqueza y su distribución, en lo segundo hay una tensión mayor, ya que una *Cuestión Ambiental* nunca formó parte de los intereses de Marx, más allá de reconocer en la tierra y sus formas de propiedad la base de la explotación de las clases obreras y la fuente de poder político más allá de la mera fisiocracia del liberalismo clásico. Por el contrario, el trabajo de Engels respecto a la naturaleza y dinámicas de flujo e intercambio en los sistemas naturales, incluyendo una poco discutida teoría evolutiva, emergen en la reflexión sobre el rol de la técnica en la producción de la riqueza a costa de lo natural, basándose en la diferenciación como eje dialéctico entre el ser humano y el medio (Engels, 1961).

Los tiempos de Marx y Engels, en que la urbanización como proyecto de modernidad se erigió por sobre cualquier otro espacio, sitúan a lo natural en los márgenes de la producción agrícola y pecuaria. De esta forma, el diálogo entre lo humano y lo no humano queda remitido a las relaciones de producción esenciales, sin cuestionar los balances que estarían destruyéndose en paralelo. La obra del geógrafo anarquista Elisée Reclus (1975) es rica en estas oposiciones, al desnudar el desprecio del marxismo por la naturaleza, sus niveles de apropiación y la pertenencia consciente de lo humano a ella.

El estudio de los desequilibrios y fracturas entre lo social y lo natural ha permitido una lectura a partir de las categorías establecidas por ambos intelectuales. En efecto, tanto el posthumanismo como el neomarxismo critican la permanencia de visiones cartesianas y dualistas en la discusión marxiana respecto a las relaciones ser humano – sociedad – medio, y la mantención de la división tradicional entre ser humano/actividad/causa y naturaleza/pasividad/efectos. Lo anterior constituiría un peligro por su carácter esencialista, cuestión que invalidaría enfoques y paradigmas de este tipo (Moore, 2000).

Las temáticas que envuelven al metabolismo están entre las más controversiales y seductoras para el pensamiento crítico actual. Los trabajos de Marx alcanzaron a definir las relaciones metabólicas entre la industria

y la agricultura, entendiendo al concepto como un retorno a la tierra de todo lo consumido (alimento y vestido), cuestión que implica el ciclo y condición natural en la cual pervive la fecundidad del suelo (Marx, 2009b) aludiendo a que los intercambios y flujos materia-trabajo forman parte de una relación entre la sociedad y la naturaleza, de explotación de recursos y también de su agotamiento. Los procesos de esquilmación, definidos como la explotación de un recurso hasta agotarlo, se desdoblan en dos dimensiones: intercambio metabólico e interacción. En palabras de Marx (2009^a, p. 612): “todo progreso, realizado en la agricultura capitalista, no es solamente un progreso en el arte de esquilmar al obrero, sino también en el arte de esquilmar la tierra.” Esa diferenciación entre naturaleza y sociedad es la que establece una brecha o potencial ruptura, sustentada en el agotamiento de los modos de producción basados en los vínculos interdependientes entre la ciudad, el campo y el sustrato material.

En el marco de esta discusión es que el trabajo de John Bellamy Foster (1999), *La teoría de la ruptura metabólica de Marx: bases clásicas para la sociología ambiental*, instala algunas de las actuales discusiones en Ciencias Sociales (Buttel, 2002; Schneider & McMichael, 2010). El principal objetivo de esta teoría era demostrar que *El Capital*, especialmente en su libro tercero, había considerado los problemas ecológicos y ambientales a través de los conceptos de mercancía, renta y metabolismo, mediante los cuales se analizaba y reflexionaba acerca de las relaciones entre trabajo, valor y plusvalor.

El concepto fue enriqueciéndose teórica y empíricamente y dio lugar a nuevas propuestas investigativas, tales como “grietas biosféricas” (Clark & York, 2005) o “ecosistemas oceánicos” (Clausen & Clark, 2005) the authors study the nature-society dialectic as it relates to human interactions with the ocean for the capture of fish. We extend Marx’s concept of the metabolic rift to the marine environment to (a, entre otras miradas analíticas multiescalares. En ambos casos la teoría de la ruptura metabólica permitía comprender la influencia humana en los ciclos naturales y en el cambio climático global. A partir del trabajo de Foster, otros autores provenientes

de corrientes revisionistas y neomarxistas ampliaron el rango de acción de la teoría, consolidándola como aplicación válida en estudios ambientales centrados en las distintas formas como el capitalismo alienaba al ser humano separándolo de la naturaleza, del resto de los seres no humanos y del medio² (Clark *et al.*, 2007; Clark & Foster, 2009; Foster; Clark, 2009; Foster; Clark; York, 2009; Hornborg *et al.*, 2013).

En este marco, el objetivo del artículo es realizar una revisión teórica-empírica sobre el desarrollo del concepto de brecha metabólica. Para esto, se propone examinar y robustecer la discusión iniciada por Foster para luego ser problematizada en ámbitos urbanos a través de la producción de segunda naturaleza y la urbanización planetaria.

En estos puntos se incorporan datos estadísticos sobre urbanización en ciudades chilenas. Se enfatiza la conformación de la macrozona urbana central de Chile, particularmente la intersección metropolitana generada por las relaciones entre el Gran Valparaíso y el Gran Santiago, que expresan dinámicas de implosión y explosión de la urbanización planetaria, modelando el avance de la urbanización en la mayoría de las comunas de Chile. Desde este punto, se toma como ejemplo la generación de desechos sólidos en estos espacios, los que serán entendidos como parte de los intercambios entre naturaleza y sociedad. A modo de cierre se tensionan tres puntos: a) la emergencia de la contradicción capital-vida; b) la relación entre urbanización planetaria y brecha metabólica; y c) la crítica al persistente binarismo para analizar la relación naturaleza-sociedad.

Definiendo la fractura (*rift*) metabólica

John Bellamy Foster y otros científicos sociales de la Universidad de Oregon plantearon que la emancipación humana era uno de los ejes principales en el libro tercero de *El Capital* de Karl Marx, organizado y

² La idea de explotación de los sistemas ecológicos también aparece en los trabajos de Jason Moore, quien, inspirándose en los aportes de Paul Burkett (2003, 2006), señaló que hasta los ríos y bosques trabajaban para generar plusvalías bajo condiciones impuestas por el capitalismo (Moore, 2000, 2001, 2010).

publicado finalmente por Friedrich Engels. En esta sección de *El Capital* se identificó la modificación del ciclo de nutrientes provocado por el desarrollo de la agricultura capitalista industrializada, que producía el agotamiento y pérdida de fertilidad de los suelos, anotando la posibilidad de transferencia de su valor e incluso considerando la variable de localización de estos:

Esta renta se caracteriza, en primer lugar, por la influencia preponderante que la ubicación ejerce en este caso sobre la renta diferencial (muy importante, por ejemplo, en el caso de la viticultura y de los solares en las grandes ciudades); en segundo lugar, por el carácter palpable de la total pasividad del propietario, cuya actividad consiste solamente (sobre todo en el caso de las minas) en explotar los progresos de la evolución social, a la cual en nada contribuye y en la que nada arriesga, como sí lo hace el capitalista industrial, y finalmente por el predominio del precio monopolista en muchos casos, en especial de la más desvergonzada explotación de la miseria. (Marx, 2009b; p.983-984).

A lo anterior se sumaba la ocurrencia de masivos procesos de migración de población desde el campo a la ciudad, los cuales provocaron que los desechos humanos orgánicos no fueran incorporados al campo, sino que iban a parar a las cloacas de las ciudades. Según Foster (2004), Marx explicó los resultados de la división del trabajo capitalista en las relaciones entre el mundo urbano y agrario, advirtiendo la creciente alienación derivada de la industrialización, las transformaciones en el poblamiento y en las modalidades de la producción agrícola en el ámbito rural (Marx, 2009a; 2009b).

Respecto al concepto metabolismo, fundamental en la propuesta marxista, algunos autores han explicado que la utilización se debe a una expresión del espíritu de los tiempos en los que se redactó *El Capital*, época teñida por la disputa y ensamblajes entre los nuevos continentes científicos: el positivismo (ciencias de la naturaleza) y el nacimiento del pensamiento crítico (ciencias del espíritu). Como apuntamos, Marx entendía el metabolismo como un flujo de materiales entre seres humanos y medio, cuestión que sería el punto de partida de la compleja y multidimensional relación entre seres humanos – sociedades y naturaleza.

El metabolismo se trataba de una expresión proveniente de las ciencias naturales utilizada primariamente por Jacob Moleschott, en quien Marx se habría basado (Schmidt, 1977). El problema del trabajo explicaba las diferencias entre dos tipos de metabolismo, uno natural y otro de carácter social, ambos causados por la dinámica del capitalismo expresada en variaciones significativas en la división del trabajo entre la ciudad y el campo, y en la producción de la urbanización del mundo rural.

Los aportes en la reconstrucción realizada por Foster respecto al concepto de Marx apuntan en algunas direcciones, siendo esenciales al menos tres de ellas. Primero, la división social del trabajo creó una grieta irreparable en el metabolismo entre los humanos y la naturaleza. En segundo lugar, la agricultura a gran escala y el comercio a larga distancia intensificaron la brecha. Tercero, el corolario del problema de la disminución de la fertilidad del suelo en el campo fue la acumulación de desechos humanos en las ciudades. Para estos aportes de Foster, la consideración de Marx respecto al metabolismo, en tanto intercambio material entre humanidad y la naturaleza, resulta central.

Sobre esta base, el concepto de brecha o rift metabólico alude a la transformación, mediada por la evolución temporal del capitalismo, de las relaciones materiales entre el ser humano, la sociedad y la naturaleza. Esto involucra múltiples aspectos como el comportamiento cíclico de la economía global, junto a la irrupción con mayor frecuencia de crisis sistémicas, la destrucción de una gran parte de los ecosistemas del mundo y la modificación sustantiva de los mercados laborales (Foster, 2004).

La aceptación de esta hipótesis, a juicio de Foster, permite analizar otras crisis del mismo tipo acontecidas en diversos tiempos y espacios, mediante una teoría que permite extender lógicas de dominio humano al ámbito no humano, mediante la unión de conceptos y teorizaciones en una síntesis ecomarxista (Foster, 2000, 2004; Sabbatella, 2010; White; Gareau, 2017) Según Foster (1999, 2000, 2011), Clark (2001) y York (2007; Clark & York, 2005), el análisis marxiano del problema de la libertad partía de la búsqueda con objetivos emancipatorios de superar la separación burguesa

de la naturaleza y la cultura, frenando la destrucción de los ecosistemas producida por el capitalismo y terminando con la ficticia separación entre lo rural y lo urbano.

Quienes han considerado los aportes de Foster, postulan que Marx (2009a), en *El Capital*, identificó el papel mediador de la producción entre la humanidad y el metabolismo universal de la naturaleza, cuestión que no solo significaba su contención, sino que también su dependencia para generar una “segunda naturaleza material”. Esta última se ha encontrado alienada ya que el valor de cambio hegemoniza su dinámica ante el valor de uso, cuestión que permitía el avance de la fractura en el metabolismo universal (Marx; Engels, 2010).

La validación de la teoría de la fractura metabólica ha significado asumir la tesis de que el método dialéctico en general y el pensamiento marxista, en particular, pueden ser ocupados en investigaciones sobre la naturaleza (Foster, 2013), a pesar de iniciales oposiciones como las de Lukács (1970; 2000). Si bien la postura sobre la inaplicabilidad del método dialéctico a los problemas de la naturaleza persistió solamente en espacios de discusión marxista, se reconocía y daba valor a los aportes de Engels respecto a las problemáticas emergidas a través de la urbanización de la sociedad. Aquello no impidió que, de todos modos, se les denostase indicándolas como una expresión y persistencia del idealismo hegeliano (Burkett & Foster, 2006; Foster & Burkett, 2004, 2008; Foster & Clark, 2016).

La síntesis de estos planteamientos ha orientado una inserción empírica al concepto de brecha metabólica. Tanto el ajuste teórico como la matriz discursiva del concepto metabolismo son, para el pensamiento crítico del espacio urbano, ineludibles en el marco de la velocidad de los cambios e intercambios actuales. La raigambre ambiental de la teoría expuesta permite utilizarla en el análisis espacial a diversas escalas. El origen urbano de este enfoque no impide su ampliación a escalas biosférica y regional, por cuanto permite analizar los efectos del capitalismo indistintamente en ecosistemas humanos y naturales, separados o integrados.

Respecto a la periodificación de la brecha, se han levantado diversas posiciones relativas al origen del proceso. John Bellamy Foster la sitúa en el

siglo XIX en el contexto de la Revolución Industrial. Esta postura coincide con la relevancia que tradicionalmente el marxismo ha asignado a dicha revolución, distinguiéndose por la centralidad que adquiere en el análisis de lo que Foster define como la “Segunda Revolución Agrícola”.

Esto fue inducido por la industrialización en Europa Occidental y Norteamérica, con la consecuente pérdida de fertilidad de los suelos que derivó en la instalación de industrias productoras de fertilizantes artificiales (Foster, 1999, 2004, 2013; Foster; Burkett, 2001; Foster; Magdoff, 1998). En cambio, Jason Moore ligó la fractura con el inicio de un modelo de ecología-mundo de carácter capitalista durante el siglo XVI, en el marco de la expansión colonial europea (Moore, 2000, 2010, 2011).

Los matices en la periodificación tienen relevancia cuando se pretende vincular la brecha metabólica con la acumulación por desposesión o con los ciclos de producción de una segunda naturaleza. Si, como propone Foster (1999), el origen de la brecha fuese el siglo XIX, esto implicaría que el proceso de acumulación primitiva coincidió temporalmente con los orígenes del capital y la brecha se debería al surgimiento del capitalismo industrial y del antagonismo paisajístico y funcional entre ciudad y campo. En este contexto, la producción de una segunda naturaleza podría ser considerada como parte de un proceso de circulación del capital orientado a asegurar la plusvalía de los propietarios de la tierra. Esto mediante la diferenciación entre las ganancias derivadas de la infraestructura que se instala sobre la superficie y la propiedad del suelo concebido como recurso escaso e irremplazable (Christophers, 2011; Fontes, 2017; Harvey, 1977).

En cambio, si el origen del capital y la producción de la brecha fuesen procesos sincrónicos y mutuamente condicionantes como sugiere Jason Moore (2000, 2001, 2010), ello derivaría en tres fenómenos interdependientes orientados al incremento de plusvalías: tecnologización del agro, uso intensivo del suelo y pérdida de fertilidad causada por el agotamiento de nutrientes. Bajo esta línea de argumentación, procesos tales como la urbanización planetaria serían expresiones de nuevas relaciones entre capital y naturaleza. Ellos evolucionaron como mecanismos de producción de plusvalías para los propietarios de los recursos, para contradictoriamente constituirse en

amenazas patentes de extinción definitiva de lo que entendemos como vida planetaria, que cuenta entre sus inflexiones más relevantes la producción de fertilizantes artificiales nitrogenados durante la segunda mitad del siglo XX. Esto conllevó a posteriores incrementos de modalidades de producción que separaron a la productividad silvoagropecuaria de su fundamento material y que de paso presionaron y afectaron al equilibrio de prácticamente todos los ecosistemas del globo (Foster; Clark, 2016; Foster; Magdoff, 2009).

Brecha metabólica, urbanización planetaria y producción de segunda naturaleza

Rosa Luxemburgo (2011), quien planteó que la acumulación de capital se estructura en un fundamento colonial donde pueblos y naturalezas quedan subordinados ante el avance de este, sostiene que la separación ontológica entre trabajo y tierra permite concebir a la naturaleza como mercancía, decantando en que ésta pueda ser reducida solamente a un factor de producción: la tierra. Escobar (2001) y Alimonda (2001) han profundizado esta visión, planteando que la naturaleza se ha encontrado sometida a regímenes de su misma producción. Su mercantilización puede ser analizada desde la extracción de *commodities*, o mediante la producción de agrocultivos (Svampa, 2019), realizando su condición de dependencia ante demandas externas.

La faceta neoliberal del capitalismo se ha constituido como un régimen de acumulación basado en una ideología multiescalar que regula la producción y reproducción del espacio, muchas veces devenido naturaleza (Santana; Alvarado, 2019; Olea, 2019). Al contemplar, ordenar y clasificar, es posible identificar la naturaleza como tal (primera naturaleza). Así, la segunda naturaleza corresponde al entorno material e inmaterial ya transformado por la producción social (Smith, 2020).

Estas interpretaciones están inspiradas en Lefebvre (2015), quien estableció que el avance del modo de producción capitalista se basaba en la creación constante de nuevos espacios de acumulación. Sin caer en una lógica evolucionista, planteaba el advenimiento de la sociedad urbana,

basada en una mayor intensificación de los intercambios comerciales, uso del dinero y consumo dirigido, imponiéndose como nueva fase del capitalismo. En este marco, a través de la dialéctica implosión/explosión, advertía que las ciudades crecerían hacia adentro y hacia afuera, alterando significativamente sus morfologías y funciones conocidas hasta el momento e incrementando su red de influencia.

En la actualidad, la Geografía Urbana ha relevado este planteamiento, señalando que nos encontramos en un proceso avanzado de urbanización planetaria, el cual se basa, a grandes rasgos, en una interconexión total entre asentamientos humanos de diversa escala mediante autopistas, ferrocarriles, aeropuertos, cables de fibra óptica y/o medios de comunicación de masas, donde las huellas de lo relativo al modo de vida urbano aparecen en todas partes (Amin; Thrift, 2002). Sin duda, esto ha significado un desborde total de la tradicional división entre lo urbano y lo rural, cuestión que no sugiere la desaparición del campo, sino que un predominio absoluto de las influencias de todo lo que se produce, usa y consume en la ciudad (Lefebvre, 2015; Brenner, 2013).

En el caso chileno, resulta interesante apreciar la conformación de la Macrozona Urbana Central, espacio donde el proceso de urbanización ha sido realmente intenso, conformando una red de núcleos interconectados, organizados en torno al área metropolitana de Santiago (capital de Chile), la cual se localiza desde el río Petorca (Norte) hasta el río Tinguiririca (Sur), extendiéndose de mar a cordillera. Esta zona ha tenido una acelerada expansión urbana y poblacional en las últimas décadas del siglo XX (Hidalgo *et al.*, 2014).

La forma de crecimiento se ha basado en distintas modalidades de urbanización, distinguiéndose por lo menos las siguientes: densificación vertical en zonas centrales y pericentrales de los núcleos urbanos; megaproyectos de ciudad cerrada en zonas periurbanas; localización de nuevos proyectos de vivienda subsidiada en periferias; subdivisión de parcelas de agrado en zonas que se anexan a la trama urbana; y creación de nuevas redes viales destinadas a intensificar los flujos de personas y mercancías. Esta dinámica ha tenido como consecuencia una alta concentración de población dentro del área metropolitana de Santiago, la conurbación de

núcleos urbanos más pequeños (por ejemplo, entre Quillota, La Cruz, La Calera; San Felipe y Los Andes; y entre Rancagua y Machalí), la localización de centros comerciales, servicios e industrias fuera o en los intersticios de las tramas urbanas y la anexión de zonas de producción agrícola dentro del manto urbano (Hidalgo *et al.*, 2014).

Este proceso ha adquirido un carácter insostenible debido a la colonización de áreas de alta valoración natural en zonas como los campos dunarios de Concón, los acantilados de Zapallar o la costa de Santo Domingo, mediante la construcción de viviendas de primera, segunda y tercera residencia. En este último caso, el proceso de ocupación del suelo ha implicado la disminución de la vegetación litoral en las costas (Arenas *et al.*, 2014), produciendo múltiples vulnerabilidades asociadas a la ampliación de riesgos de terremotos, inundaciones, tsunamis e incendios forestales (Hidalgo *et al.*, 2014).

La tabla 1 nos permite apreciar las tasas de crecimiento de superficie urbana en distintas comunas de todo el territorio chileno durante el periodo 2011-2017. Si bien esta estadística no permite apreciar la totalidad del crecimiento y la expansión urbana durante todo el periodo neoliberal chileno, sí posibilita identificar dos tendencias interesantes:

a. Las comunas que poseen una mayor tasa de crecimiento de la superficie entre 2011 y 2017 se ubican entre el centro, centro-sur y sur del territorio nacional. Éstas poseen una condición de sitio estructurada por lo marino, fluvial y/o lacustre (tales como Puerto Varas, Puchuncaví, Los Ángeles, Isla de Maipo, Santo Domingo o Castro), las cuales han estado sujetas a la construcción de megaproyectos residenciales en áreas periurbanas, aprovechando las amenidades existentes.

b. Producción de vivienda mediante extensión urbana en comunas periféricas de la Macrozona Urbana Central, basada en la construcción de conjuntos residenciales horizontales de grupos medios y medios altos (conurbación Rancagua-Machalí), y construcción de vivienda subsidiada en áreas periurbanas sobre antiguos predios agrícolas (Calera de Tango, por ejemplo).

Tabla 1 = Superficie y tasas de crecimiento superficie urbana en comunas chilenas

COMUNAS	SUPERFICIE 2017	SUPERFICIE 2011	DIFERENCIA 2011-2017	% DIFERENCIA 2011-2017	TASA DE CRECIMIENTO 2011-2017
Pirque	92,28	91,03	1,25	1,37	0,22
Lota	609,95	600,10	9,85	1,64	0,27
Gran Valparaíso	14615,82	14085,59	530,23	3,76	0,61
Copiapó	2328,86	2236,31	92,55	4,13	0,67
Nacimiento	662,51	633,76	28,74	4,53	0,74
Limache	935,32	888,07	47,25	5,32	0,86
Villarrica	587,66	555,32	32,35	5,82	0,94
Olmué	1019,74	962,51	57,23	5,94	0,96
Tomé	744,49	701,60	42,89	6,11	0,99
Los Andes, Calle Larga	1331,66	1251,82	79,84	6,37	1,03
San Antonio, Cartagena, El Tabo (Las Cruces)	3047,17	2861,04	186,13	6,50	1,05
Quintero	525,03	492,10	32,93	6,69	1,08
Tiltil	133,49	124,86	8,63	6,91	1,12
Angol	1055,42	981,54	73,88	7,52	1,21
Antofagasta	3636,73	3371,70	265,02	7,86	1,26
Gran Santiago	78252,17	72336,94	5915,23	8,17	1,31
San Felipe	1070,75	982,18	88,57	9,01	1,44
San Esteban	308,98	281,25	27,73	9,85	1,57
Tierra Amarilla	208,81	189,93	18,88	9,94	1,59
Linares	1305,16	1182,17	122,99	10,40	1,66
Quillota, Calera, Hijuelas, La Cruz	2770,12	2498,94	271,18	10,85	1,73
Temuco, Padre Las Casas, Vilcun	4449,26	4005,82	443,44	11,06	1,76
Calama	2408,06	2160,77	247,29	11,44	1,82
Osorno	2608,72	2341,01	267,71	11,43	1,82
Gran Concepción	14210,46	12710,35	1500,11	11,80	1,87
Iquique, Alto Hospicio	3325,45	2972,25	353,20	11,88	1,88
Ovalle	946,40	845,45	100,94	11,93	1,89
Punta Arenas	2608,46	2326,72	281,74	12,10	1,92
San José De Maipo	156,92	139,90	17,02	12,16	1,93

San Fernando	1147,59	1005,61	141,98	14,11	2,22
Romerol	144,49	126,23	18,26	14,46	2,27
Coyhaique	931,14	805,43	125,71	15,60	2,44
Chillán - Chillán Viejo	3118,44	2686,59	431,85	16,07	2,51
Maule	164,37	141,43	22,94	16,21	2,53
El Monte	767,18	658,52	108,67	16,50	2,57
Colina	787,44	673,65	113,78	16,89	2,63
Melipilla	1002,36	848,13	154,22	18,18	2,82
Valdivia	2552,34	2152,47	399,88	18,57	2,88
Talca, Maule	4064,69	3425,45	639,23	18,66	2,89
Casablanca	480,14	402,37	77,77	19,32	2,98
Santa Juana	205,67	169,59	36,08	21,27	3,26
Arica	2906,53	2397,47	509,06	21,23	3,26
San Carlos	647,15	533,07	114,07	21,39	3,28
La Serena, Coquimbo	6927,93	5702,63	1225,30	21,48	3,29
Constitución	543,42	447,29	96,13	21,49	3,29
Puerto Montt	3193,53	2619,62	573,91	21,90	3,35
Vallenar	799,54	652,89	146,65	22,46	3,43
Rancagua, Machalí, Olivar, Requinoa	5392,17	4370,11	1022,07	23,38	3,56
Castro	650,50	524,39	126,11	24,04	3,65
Lampa	661,72	530,68	131,04	24,69	3,74
Rengo	798,24	629,09	169,15	26,88	4,04
Santo Domingo	808,16	635,25	172,91	27,21	4,09
Buín, Paine	2961,54	2318,12	643,42	27,75	4,16
Curicó	2591,99	1983,48	608,50	30,67	4,56
Rauco	94,01	71,67	22,34	31,16	4,62
Hualqui	318,10	238,14	79,97	33,58	4,94
Isla De Maipo	564,80	416,20	148,60	35,70	5,22
Los Ángeles	2637,28	1767,51	869,76	49,20	6,89
Puchuncaví	180,13	116,00	64,13	55,28	7,61
Puerto Varas	888,14	570,88	317,26	55,57	7,64
Calera De Tango	722,64	346,43	376,21	108,59	13,03

Fuente: Elaboración propia en base a Sistema de Indicadores y Estándares de Desarrollo Urbano (SIEDU, 2017)

La extensión de la superficie urbana en comunas que están experimentando procesos de urbanización basados en la promoción del turismo residencial tales como Puchuncaví, Zapallar o Puerto Varas pone como factor diferenciador a una oferta que propone el “retorno a habitar en la naturaleza” como atractivo simbólico. El costo de la propiedad, en este sentido, se encuentra mediado por el capital simbólico o plusvalor de un paisaje constituido en activo económico. En otras palabras, un paisaje cosificado y, por lo tanto, fetichizado (Hidalgo *et al.*, 2016). Esto devela la contradicción central del proceso de producción de segunda naturaleza: el regreso a la misma significa su destrucción y, con ella, un proceso de fractura del metabolismo social, en tanto se afectan los ciclos naturales del suelo y subsuelo intervenido (Arenas *et al.*, 2014).

La insostenible fractura metabólica: entre zonas de sacrificio y desechos

En este marco, la acumulación por desposesión se erige como la lógica dominante por la cual se concreta la acumulación de capital en la era neoliberal (Harvey, 2005). Chile posee múltiples expresiones de ésta, siendo quizás las más relevantes la acumulación financiera mediante la desposesión de derechos y seguridad social (Mayol; Ahumada, 2015), o a través de la esquilación del medio natural y la expoliación de población (Hidalgo *et al.*, 2016). Sobre este último punto, Svampa (2019) ha profundizado, estableciendo que la reproducción del capital no puede sostenerse sin la explotación de la fuerza de trabajo y la depredación del medio ambiente. Por otro lado, Martínez (2004) ha identificado que la aplicación de dispositivos gubernamentales que regulan emisiones, promueven ahorro energético y apuestan por la responsabilidad social empresarial pone al discurso sobre la sostenibilidad como organizador de una distopía que proyecta un orden articulado en una forma de producción tal que crecimiento económico, armonía ambiental y paz social conviven *equilibradamente*.

Un ejemplo de ello es la Política Nacional de Desarrollo Urbano de Chile (Ministerio de Vivienda y Urbanismo, 2014), la cual se presenta como un esfuerzo amplio y pluralista que logra sintetizar variables económicas, ambientales y culturales. Es interesante, en tanto reconoce que los asentamientos humanos no se reducen a la diferenciación obsoleta entre lo urbano y lo rural, sino considera el espacio regional como sistema. Sin embargo, sus planteamientos están configurados en una serie de contradicciones que plantean como horizonte estratégico apelar al *rostro humano* del capital.

Sin embargo, muestra contradicciones como, por un lado, promover el uso eficiente de los recursos públicos, energía y residuos; la búsqueda de un desarrollo equilibrado entre asentamientos humanos y productivos y el “medio natural” donde se emplazan; y la obligatoriedad de la actualización y ajuste de los Instrumentos de Planificación Territorial, con tal de resguardar densidades, sistemas hidrográficos, preservar biodiversidad y establecer “reglas objetivas” en las construcciones dentro de áreas de riesgo. Y, por otro, plantear la necesidad de que los asentamientos urbanos se muestren competitivos según sus matrices productivas o rubros de servicios; o asumir que el mercado de suelo presenta imperfecciones, pero aduciendo la imposibilidad de modificar el régimen de propiedad privada en Chile; o desestimar la reinstauración de mecanismos como la fijación máxima de precios para el suelo y/o la vivienda.

El vaciamiento de este discurso gubernamental se hace más elocuente al situarlo dentro de lo que se ha denominado públicamente como “Zonas de Sacrificio”. Quizás el caso más emblemático lo podemos encontrar en el complejo Quintero-Ventanas, ubicado dentro de la Macrozona Urbana del centro de Chile, donde se ha evidenciado una multiplicidad de conflictos para el desarrollo de la vida, como la exposición humana al mercurio a través del consumo de pescados que se extraen de la bahía de Quintero (Durán *et al.*, 2019), la relación entre sedimento contaminado de petróleo crudo y bacterias marinas (Bravo *et al.*, 2019), o la contaminación de la bahía debido a la presencia de metales pesados (Parra *et al.*, 2015). Sin embargo, estas problemáticas no son exclusivas de esta zona. El Instituto

Nacional de Derechos Humanos ha elaborado un catastro de problemáticas ambientales a lo largo de Chile, detectando alrededor de 150 casos, los cuales datan de 1984 hasta la actualidad, es decir, todos dentro de la fase neoliberal del capitalismo chileno.³ Distribuidos espacialmente por todo el territorio nacional, la mayor cantidad de conflictos está asociada a afectaciones vinculadas a la contaminación del aire, del agua y la merma en la salud mental de las poblaciones involucradas.

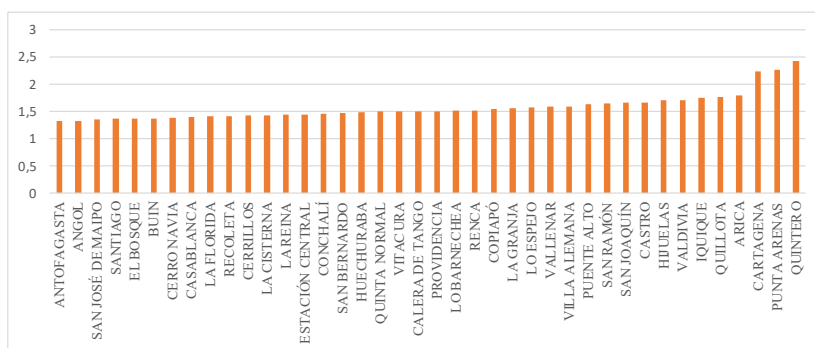
El esquilmo constante del medio natural deja entrever que la naturaleza es vista como un bien sacrificable, donde la apropiación de la tierra y del agua implican un agotamiento no solo de la biodiversidad, sino que de las posibilidades de la reproducción de la vida misma. Esto puede ser interpretado como un agotamiento de la materia y, por lo tanto, una fractura metabólica, puesto que la explotación de un determinado recurso implica una transformación material sustantiva en la relación entre ser humano, sociedad y naturaleza. Olea (2019) ha explicado que el metabolismo se basa en un sistema de ingreso de materia extraída de la naturaleza, transformada, puesta en circulación según las capacidades técnicas de una sociedad determinada, consumida y excretada. En este proceso hay materia que no puede reingresar, convirtiéndose en desecho. En esta lógica, el agotamiento de la materia es lo que produce la fractura metabólica. Por lo tanto, la fractura se basa en la materia que no reingresa a ningún ciclo en que la naturaleza o la tecnología puedan hacerse cargo de su reconversión y reinserción al sistema social, produciendo un cociente que no solo queda inactivo, sino que se convierte en desecho.

La tabla 2 muestra las comunas que superan el estándar de residuos sólidos urbanos per cápita. De un total de 117 comunas, solo 25 se encuentran bajo el estándar, 24 lo superan, pero poseen prevalencia media y el resto se mantiene en un rango alto de producción de desecho que no logra ser reinserto en algún ciclo. A su vez, demuestra que todas las comunas que presentan una alta cantidad de residuos son comunas con procesos de urbanización bastante consolidados. Por lo demás, la tabla 2 resulta muy

³ El catastro completo puede encontrarse en el siguiente sitio electrónico: <https://mapaconFLICTOS.indh.cl/#/>

interesante para dar cuenta de la capacidad de gestión de los aparatos municipales en recolección de residuos, pero apenas logra dar cuenta de un estimado de materia que se convierte en residuo urbano, no logrando tomar en consideración la totalidad de ellos. ¿Cuánto aumentaría el valor estimado si se considerase los efectos e implicancias para el metabolismo social asociados a la incapacidad de gestión sobre los residuos tóxicos? O mejor aún ¿qué otro tipo de estadísticas comparadas se deben construir para aproximarse de manera más concreta a la evidencia y problematización de la fractura? Y más importante ¿qué estrategias político-ambientales se disponen para su tratamiento y subversión, más allá de considerarlos como meros y sintomáticos “pasivos ambientales”? A fin de cuentas, la hipótesis planteada por O'Connor (2001) no para de tener vigencia: el límite material de la acumulación capitalista se aproxima y avanza de manera directamente proporcional a la explotación de la naturaleza.

Figura 1- Comunas que presentan una alta cantidad (kg) de disposición final de residuos sólidos urbanos per cápita (kg/hab/día)⁴



Fuente: Elaboración propia en base a Sistema de Indicadores y Estándares de Desarrollo Urbano (SIEDU, 2017).

⁴ Este indicador muestra la cantidad estimada de residuos sólidos municipales por habitante originados de manera diaria en los núcleos urbanos como resultado de las actividades domésticas, comerciales o similares. En su cálculo, este indicador considera todos aquellos residuos, no peligrosos ni tóxicos, cuya gestión y tratamiento es de responsabilidad municipal, que además son dispuestos en vertederos, rellenos sanitarios y/o basurales (SIEDU, 2017).

Tabla 2: Comunas que presentan una alta cantidad (KG) de disposición final de residuos sólidos urbanos per cápita

COMUNA	CANTIDAD DE RESIDUOS (Kg/hab/día)	BRECHA	COMUNA	CANTIDAD DE RESIDUOS (Kg/hab/día)	BRECHA
Antofagasta	1,33	Alta	Providencia	1,51	Alta
Angol	1,33	Alta	Lo Barnechea	1,52	Alta
San José de Maipo	1,35	Alta	Renca	1,52	Alta
Santiago	1,37	Alta	Copiapó	1,55	Alta
El Bosque	1,37	Alta	La Granja	1,56	Alta
Buín	1,37	Alta	Lo Espejo	1,57	Alta
Cerro Navia	1,39	Alta	Vallenar	1,59	Alta
Casablanca	1,4	Alta	Villa Alemana	1,59	Alta
La Florida	1,41	Alta	Puente Alto	1,63	Alta
Recoleta	1,41	Alta	San Ramón	1,65	Alta
Cerrillos	1,43	Alta	San Joaquín	1,66	Alta
La Cisterna	1,43	Alta	Castro	1,67	Alta
La Reina	1,44	Alta	Hijuelas	1,71	Alta
Estación Central	1,45	Alta	Valdivia	1,71	Alta
Conchalí	1,46	Alta	Iquique	1,75	Alta
San Bernardo	1,48	Alta	Quillota	1,77	Alta
Huechuraba	1,49	Alta	Arica	1,8	Alta
Quinta Normal	1,5	Alta	Cartagena	2,23	Alta
Vitacura	1,5	Alta	Punta Arenas	2,26	Alta
Calera de Tango	1,5	Alta	Quintero	2,43	Alta

Fuente: Elaboración propia en base a Sistema de Indicadores y Estándares de Desarrollo Urbano (SIEDU, 2017).

A modo de cierre

Desde fines del siglo pasado se llegó a la convicción de que la cuestión ecológica radicaba en los intersticios de la cultura humana, afectando a todas las dimensiones de la vida, tal como Marx había señalado un siglo antes, definiendo que las consecuencias del capitalismo en la naturaleza eran irreparables e inevitables. Se hace necesario matizar tal postura determinista, reconociendo la producción de la brecha como una obligatoriedad para modificar nuestro modo de reproducir la vida. Tanto a través de la irrupción de nuevas tecnologías, prácticas culturales y/o racionalidades, como mediante cambios productivos severos en el tiempo que nos permitan pensar contrarrestar el proceso general de urbanización de la sociedad, en tanto la producción de espacio urbano se ha erigido no solo como un mecanismo de sobrevivencia para el capital sino como consolidación del quiebre entre naturaleza y sociedad (Lefebvre, 1974). Por lo demás, la historia humana ha estado plagada de experiencias de reconfiguración de las relaciones ser humano – sociedad – medio, que se expresan en variaciones socioculturales en la producción y en las condiciones de la naturaleza.

Algunas pistas teóricas han sido entregadas por Fraser (2014), quien ha planteado que, tras la dominación del enfoque productivista en Marx, se encuentra la división sexual del trabajo, el avance colonial y la explotación de la naturaleza, como claves interpretativas desde dónde podemos comprender cómo funciona la producción. Desde este punto de vista, entendemos que el proceso de valorización del capital se articula en un modo de crecimiento urbano, el cual se realiza a costa de la devastación del medio natural. Quizás la consecuencia más relevante de esta postura es que la centralidad del trabajo en contradicción con el capital también pone en evidencia la contradicción entre el capital y la reproducción de la vida misma (Pérez Orozco, 2012). Tal como hemos visto sucintamente mediante evidencia empírica para el caso chileno, existen asentamientos humanos que avanzan en distintas velocidades hacia el establecimiento de condiciones que imposibilitarán la reproducción social.

La producción de segunda naturaleza bajo la edificación inmobiliaria, la agroindustria o la minería ha permitido indagar cómo lo urbano se posa donde parece no estarlo, extendiendo su radio de influencia, a la vez que genera un efecto nocivo sobre los nuevos suelos en los que se desarrolla. Los flujos de materias, sus transformaciones y las consecuencias en términos de reproducción de la vida son aspectos que la tesis de la urbanización planetaria no ha considerado al momento de replantear una agenda que supere las viejas dicotomías o los énfasis nominalistas (Brenner, 2013). Las posibilidades de salir de los estudios de la urbanización organizados desde la población, densidad y heterogeneidad requieren mayor profundización en las relaciones metabólicas que viabilizan el modo de vida urbano.

Dado que la teoría del rift metabólico denunció la existencia de un proceso de degradación ambiental de carácter global, consecuencia de un modelo de desarrollo capitalista que modificó las relaciones ser humano – sociedad – medio, desde la Revolución Industrial hasta nuestros días, ella permitió apreciar que la problemática ambiental era una especie de externalidad u output de la implementación del sistema capitalista, por lo que no se podía afirmar que ésta era una de sus partes históricamente constitutivas. Este tipo de análisis de la evolución histórica del sistema capitalista diferencia en estancos las dimensiones naturaleza y sociedad, a las que se hace interactuar dialécticamente con el fin de evaluar cómo ambas se transforman mutuamente (Clark; York, 2005).

En una primera aproximación, la integración entre los dominios biofísico y cultural parece cumplirse. Sin embargo, lo que realmente acontece es que la fusión se da como resultado de la existencia previa de una estructura binaria que funciona sobre la base de dos ejes, en la que uno influye y modifica con mucha fuerza al otro. Es más, profundizando en nuestro razonamiento, la única posibilidad de que la naturaleza influya sobre la cultura es mediante inflexiones positivas y negativas del capital; positivas cuando se aplica para aminorar sus propios efectos y negativas cuando produce estragos en el medioambiente. Volvemos entonces al establecimiento de un polo activo versus otro pasivo, como ya se dio con los roles masculino y femenino, con

el tiempo y el espacio, la naturaleza y la cultura, como si el capitalismo no produjera naturaleza o segunda naturaleza, tal como se ha enfatizado desde la Geografía, a partir de las ideas de Reclus (1975), Marx (2009a) y Mumford (1971), por las cuales el trabajo por sí mismo no explica la existencia de una brecha o grieta, pero sí como vector inicial de generación de cambios sucesivos en el espacio capitalista.

Agradecimientos

Los resultados mostrados en este artículo se enmarcan en la investigación FONDECYT Regular 1191555 “La producción de vivienda subsidiada en ciudades fluviales, marinas y lacustres en Chile: integración y sostenibilidad 2000-2017” y Proyecto de Investigación Conjunta ANID Chile – FAPESP Brasil 2019/13233-0 “Nature and urban metabolism in the restructuring production of space in Brazil and Chile”.

Rodrigo Hidalgo Dattwyler es Doctor en Geografía por la Universidad de Barcelona, España y profesor titular en el Instituto de Geografía de la Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile.

✉ rodrigohidalgo@gmail.com

Abraham Paulsen Bilbao es Doctor en Territorio, Medioambiente y Sociedad por la Universidad Autónoma de Madrid, España, y profesor asistente en el Instituto de Geografía de la Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile.

✉ apaulsen@uc.cl

Carlos Vergara Constela es Doctor en Geografía por la Pontificia Universidad Católica de Chile y profesor honorario en la Escuela de Sociología, Universidad de Valparaíso, Valparaíso, Chile.

✉ cdvc87@gmail.com

Voltaire Alvarado Peterson es Doctor en Geografía por la Pontificia Universidad Católica de Chile y profesor asociado, Departamento de Geografía, Universidad de Concepción, Concepción, Chile.

✉ alvaradopeterson@gmail.com

Miguel González Rodríguez es doctorando en Geografía (Instituto de Geografía), en la Pontificia Universidad Católica de Chile.

✉ mfgonzalez13@uc.cl

Referencias

1. AMIN, Ash; THRIFT, Nigel. *Cities: Reimagining the urban*. Londres: Polity, 2002.
2. ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la ecología política latinoamericana. En: ALIMONDA, Héctor (ed.), *La naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p.21-60.
3. ARENAS, Federico; HIDALGO, Rodrigo; SANTANA, Daniel. Transformaciones y sostenibilidad del desarrollo urbano: el caso de la zona costera de la región de Valparaíso, Chile. En: ALBORNOZ, Mario (ed.). *Horizontes y desafíos estratégicos para la ciencia en Iberoamérica*. Congreso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología, Innovación y Educación. Buenos Aires: OCTS, 2014. p..309-320.
4. BRAVO, Manuel; PARRA, Sonia; QUIROZ, Waldo; NEAMAN, Alexander. Human exposure assessment to mercury through hair analysis in coastal village of the Valparaíso Region (Chile). *Journal of the Chemical Chilean Society*, v. 64, n. 2, p. 4480-4483, 2019. <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-97072019000204480>
5. BRENNER, Neil. Tesis sobre la urbanización planetaria. *Revista Nueva Sociedad*, n. 243, p. 38-66, 2013.
6. BURKETT, Paul. The value problem in ecological economics. *Organization & Environment*, v.16, n.2, p. 137-167, 2003. <https://doi.org/10.1177/1086026603016002001>
7. BURKETT, Paul. *Marxist and ecological economics. Toward a red and green political economy*. Boston: Brill, 2006
8. BURKETT, Paul; FOSTER, John. Metabolism, energy, and entropy in Marx's critique of political economy: Beyond the Podolinsky myth. *Theory and Society*, n. 35, p. 109-156, 2006. <https://doi.org/10.1007/s11186-006-6781-2>
9. BUTTEL, Frederic. Sociological theory and the environment: an overview and introduction. En: DUNLAP, Riley; BUTTEL, Frederick; DICKENS, Peter; GIJSWIJT, August (eds.). *Sociological theory and the environment: classical foundations, contemporary insights*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2002. p.3-34.
10. CHRISTOPHERS, Brett. Revisiting the urbanization of capital. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 101, n. 6, p. 1347-1364, 2011. <https://doi.org/10.1080/00045608.2011.583569>
11. CLARK, Brett. Marx and nature: A red and green perspective. *Historical Materialism*, v. 8, n. 1, p. 479-490, 2001. <http://dx.doi.org/10.1163/156920601794750756>
12. CLARK, Brett; FOSTER, John. Marx's ecology in the 21st century. *World Review of Political Economy*, v. 1, n. 1, p.142-156, 2010a. <https://doi.org/10.1175/2010JCLI3294.1>
13. CLARK, Brett; FOSTER, John. The dialectic of social and ecological metabolism: Marx, Mészáros, and the absolute limits of capital. *Socialism and Democracy*, v. 24, n. 2, p. 124-138, 2010b. <https://doi.org/10.1080/08854300.2010.481447>

14. CLARK, Brett; FOSTER, John. Ecological imperialism and the global metabolic rift: Unequal exchange and the guano/nitrates trade. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 50, n. 3-4, p. 311-334, 2009. <https://doi.org/10.1177/0020715209105144>
15. CLARK, Brett; FOSTER, John; YORK, Richard. The critique of intelligent design: Epicurus, Marx, Darwin, and Freud and the materialist defense of science. *Theory and Society*, n. 36, p. 515-546, 2007. <https://doi.org/10.1007/s11186-007-9046-9>
16. CLARK, Brett; YORK, Richard. Carbon metabolism: Global capitalism, climate change, and the biospheric rift. *Theory and Society*, v. 34, n. 4, p. 391-428, 2005. <https://doi.org/10.1007/s11186-005-1993-4>
17. CLAUSEN, Rebecca; CLARK, Brett. The metabolic rift and marine ecology: An analysis of the ocean crisis within capitalist production. *Organization & Environment*, v. 18, n. 4, p. 422-444, 2005. <https://doi.org/10.1177/1086026605281187>
18. DURÁN, Roberto; BARRA-SANHUEZA, Bárbara; SALVA-SERRA, Francisco; MÉNDEZ, Valentina; JAÉN-LUCHORO, Daniel; MOORE, Edward; SEEGER, Michael. Complete genome sequence of the marine hydrocarbon degrader *Alcaligenes aquatilis* QD168, isolated from crude oil-polluted sediment of Quintero Bay, Central Chile. *Microbiology Resource Announcements*, v. 8, n. 5, p. 1-3, 2019. <https://doi.org/10.1128/MRA.01664-18>
19. ENGELS, Friedrich. *Dialéctica de la naturaleza*. México DF: Editorial Grijalbo, 1961.
20. ESCOBAR, Arturo. Ecología política de la globalidad y la diferencia. En: ALIMONDA, Héctor (ed.), *La naturaleza colonizada*. Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p.61-92.
21. FONTES, Virginia. David Harvey: Dispossession or Expropriation? Does capital have an "outside"? *Revista Direito e Práxis*, v. 8, n. 3, p.2199-2211, 2017. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/30245>
22. FOSTER, John. (2013). Marx and the rift in the universal metabolism of nature. *Monthly Review*, v. 65, n. 7, p. 1-19, 2013. https://doi.org/10.14452/MR-065-07-2013-11_1
23. FOSTER, John. The ecology of Marxian political economy. *Monthly Review*, v. 63, n. 4, p. 1-16, 2011. https://doi.org/10.14452/MR-063-04-2011-08_1
24. FOSTER, John. *La ecología de Marx: materialismo y naturaleza*. Barcelona: El Viejo Topo, 2004.
25. FOSTER, John. *Marx's ecology: Materialism and nature*. Nueva York: *Monthly Review*, 2000.
26. FOSTER, John. Marx's theory of metabolic rift: Classical foundations for environmental sociology. *American Journal of Sociology*, v. 105, n. 2, p. 366-405, 1999. <https://doi.org/10.1086/210315>
27. FOSTER, John; BURKETT, Paul. Classical marxism and the second law of thermodynamics: Marx/Engels, the heat death of the Universe hypothesis, and the origins of ecological economics. *Organization & Environment*, v. 2, n. 1, p. 3-37, 2008. <https://doi.org/10.1177/1086026607313580>

28. FOSTER, John; BURKETT, Paul. Ecological economics and classical Marxism: The “Podolinsky Business” reconsidered. *Organization & Environment*, v. 17, n. 1, p. 32-60, 2004. <https://doi.org/10.1177/1086026603262091>
29. FOSTER, John; BURKETT, Paul. Marx and the dialectic of organic/inorganic relations: A rejoinder to Salleh and Clark. *Organization & Environment*, v. 14, n. 4, p. 451-462, 2001. <https://doi.org/10.1177/1086026601144006>
30. FOSTER, John; CLARK, Brett. Marx’s ecology and the left. *Monthly Review*, v. 68, n. 2, p. 1-25, 2016. <https://doi.org/10.14452/MR-068-02-2016-06>
31. FOSTER, John; CLARK, Brett. The paradox of wealth: Capitalism and ecological destruction. *Monthly Review*, v. 61, n. 6, p. 1-18, 2009. https://doi.org/10.14452/mr-061-06-2009-10_1
32. FOSTER, John; CLARK, Brett. Ecological imperialism: The curse of capitalism. En: PANTICH, Leo; LEYS, Colin (eds.). *The socialist register*. Londres: Merlin Press, 2004, p. 230-246.
33. FOSTER, John; CLARK, Brett; YORK, Richard. The midas effect: A critique of climate change economics. *Development and Change*, v. 40, n. 6, p. 1085-1097, 2009. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.2009.01613.x>
34. FOSTER, John; MAGDOFF, Fred. *The great financial crisis: Three years*. Nueva York: NYU Press, 2009.
35. FOSTER, John; MAGDOFF, Fred. Liebig, Marx, and the depletion of soil fertility: Relevance for today’s agriculture. *Monthly Review*, v. 50, n. 3, p. 32-45, 1998. <https://doi.org/10.14452/MR-050-03-1998-07>
36. FRASER, Nancy. Tras la morada oculta de Marx. Por una concepción ampliada del capitalismo. *New Left Review*, n. 86, p. 57-76, 2014.
37. GUNDERSON, Ryan. The metabolic rifts of livestock agribusiness. *Organization & Environment*, v. 24, n. 4, p. 404-422, 2011. <https://doi.org/10.1177/1086026611424764>
38. HARVEY, David. *Urbanismo y desigualdad social*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1977.
39. HARVEY, David. *El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión*. Clacso: Buenos Aires, 2005.
40. HIDALGO, Rodrigo; ARENAS, Federico; SÁNCHEZ, Rafael; VOLKER, Paula. La macrozona urbana central chilena: formas de crecimiento, vulnerabilidad y sustentabilidad. En: MONTOYA, John et al. (eds.). *Metropolizaciones Colombia-Chile: experiencias de Bogotá, Medellín, Santiago de Chile y Concepción*. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2014. p.11-26.
41. HIDALGO, Rodrigo; SANTANA, Daniel; ALVARADO, Voltaire. Mitos, ideologías y utopías neoliberales en la producción del espacio: hacia una agenda de investigación alternativa. En: HIDALGO, Rodrigo et al. (eds.). *En las costas del neoliberalismo. Naturaleza, urbanización y producción inmobiliaria: experiencias en Chile y Argentina*. Santiago: Serie GeoLibros, 2016. p.26-66.

42. HORNBERG, Alf; CLARK, Brett; HERMELE, Kenneth. *Ecology and power: Struggles over land and material resources in the past, present, and future*. Londres: Routledge, 2013. <https://doi.org/10.4324/9780203122815>
43. LEFEBVRE, Henri. *La revolución urbana*. Santiago: Taller Práxis, 2015.
44. LEFEBVRE, Henri. La producción del espacio. *Papers. Revista de Sociología*, n. 3, p. 219-229, 1974.
45. LUKÁCS, György. *El concepto de ideología*. Madrid: Amorrortu, 2000.
46. LUKÁCS, György. *Historia y conciencia de clase*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1970.
47. LUXEMBURGO, Rosa. *La acumulación de capital*. Madrid: Sedov, 2011.
48. MARTÍNEZ, Joan. Los conflictos ecológicos distributivos y los indicadores de sustentabilidad. *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, n. 1, p. 21-30, 2004.
49. MARX, Karl. *El capital*. Libro I. El proceso de producción del capital. México DF: Siglo XXI Editores, 2009a.
50. MARX, Karl. *El capital*. Libro III. El proceso global de la producción capitalista. México DF: Siglo XXI Editores, 2009b.
51. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Collected Works*. Volume 30. Marx 1861-63. Londres: Lawrence Wishart, 2010.
52. MAYOL, Alberto; AHUMADA, José. *Economía política del fracaso*. La falsa modernización del modelo neoliberal. Santiago: Ediciones El Desconcierto, 2015.
53. MINISTERIO DE VIVIENDA Y URBANISMO. *Política Nacional de Desarrollo Urbano*. Ciudades sustentables y calidad de vida. Santiago: Ministerio de Vivienda - Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo, 2014. <https://cndu.gob.cl/wp-content/uploads/2014/10/L4-Politica-Nacional-Urbana.pdf>
54. MOORE, Jason. Ecology, capital, and the nature of our times: Accumulation and crisis in the capitalist world-ecology. *Journal of World-Systems Research*, v. 17, n. 1, p. 107-146, 2011. <https://doi.org/10.5195/JWSR.2011.432>
55. MOORE, Jason. The end of the road? Agricultural world-ecology, 1450 - 2010. *Journal of Agrarian Change*, v. 10, n. 3, p. 389-413, 2010. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2010.00276.x>
56. MOORE, Jason. Marx's Ecology and the environmental history of world capitalism. *Capitalism, Nature, Socialism*, v. 12, n. 3, p. 134-139, 2001. <https://doi.org/10.1080/104557501101245045>
57. MOORE, Jason. Environmental crises and the metabolic rift in world-historical perspective. *Organization & Environment*, v. 13, n. 2, p. 123-157, 2000. <https://doi.org/10.1177/1086026600132001>
58. MUMFORD, Lewis. *Técnica y civilización*. Madrid: Alianza, 1971.

59. O'CONNOR, John. *Causas naturales: ensayos de marxismo ecológico*. Siglo XXI Editores: México DF, 2001.
60. OLEA, Jorge. Neoliberalismo y producción de naturaleza: territorios, apropiación y resignificación. En: SANTANA, Daniel; ALVARADO, Voltaire; HIDALGO, Rodrigo (eds.). *Las geografías del neoliberalismo en América del Sur*. Ensayos descriptivos, críticos y necesarios. Serie GeoLibros: Santiago, 2019. p.25-62.
61. PARRA, Sonnia; BRAVO, Manuel; QUIROZ, Waldo; QUEROL, Xavier; PAIPA, Carolina. Distribution and pollution assessment of trace elements in marine sediments in the Quintero Bay (Chile). *Marine Pollution Bulletin*, n. 99, p. 256-263, 2015. <http://dx.doi.org/10.1016/j.marpolbul.2015.07.066>
62. PÉREZ OROZCO, Amaia. Crisis multidimensional y sostenibilidad de la vida. *Investigaciones Feministas*, n. 1, p. 29-53, 2012. http://dx.doi.org/10.5209/rev_INFE.2011.v2.38603
63. RECLUS, Elisee. *El hombre y la tierra*. Madrid: Doncel, 1975.
64. SABBATELLA, Ignacio. Crisis ecológica y subsunción real de la naturaleza al capital. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, n. 36, p. 69-80, 2010.
65. SANTANA, Daniel; ALVARADO, Voltaire. La geografía, la crítica social y el neoliberalismo: el nacimiento de una agenda teórica latinoamericana con 'algo de acento chileno'. En: SANTANA, Daniel; ALVARADO, Voltaire; HIDALGO, Rodrigo (eds.). *Las geografías del neoliberalismo en América del Sur*. Ensayos descriptivos, críticos y necesarios. Serie GeoLibros: Santiago, 2019. p. 9-22.
66. SCHMIDT, Alfred. *El concepto de naturaleza en Marx*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1977.
67. SCHNEIDER, Mindi; McMICHAEL, Philip. Deepening, and repairing, the metabolic rift. *The Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 3, p. 461-484, 2010. <https://doi.org/10.1080/03066150.2010.494371>
68. SIEDU - Sistema de Indicadores y Estándares de Desarrollo Urbano. Instituto Nacional de Estadísticas, Ministerio de Vivienda y Urbanismo, Consejo Nacional de Desarrollo Urbano y Programa Naciones Unidas para el Desarrollo, 2017. <http://siedu.ine.cl/compromisos/compromisos.html>
69. SMITH, Neil. *Desarrollo desigual*. Naturaleza, capital y la producción del espacio. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.
70. SVAMPA, Maristella. Modelos de desarrollo, cuestión ambiental y giro eco-territorial. En: ALIMONDA, Héctor (ed.). *La naturaleza colonizada*. Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p.181-218.
71. SVAMPA, Maristella. *Las fronteras del neextractivismo en América Latina*. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Buenos Aires: CALAS, 2019.

72. TAGLIAVINI, Damiano; SABBATELLA, Ignacio. Marxismo ecológico: elementos fundamentales para la crítica de la economía-política-ecológica. *Mientras Tanto*, n. 102, 2012. <http://www.mientrastanto.org/boletin-102/ensayo/marxismo-ecologico-elementos-fundamentales-para-la-critica-de-la-economia-politic>

73. WHITE, Damian; GAREAU, Brian. Ecosocialisms, past, present and future: from the metabolic rift to a reconstructive, dynamic and hybrid ecosocialism. *Capitalism, Nature, Socialism*, v. 28, n. 2, p. 22-40, 2017. <https://doi.org/10.1080/10455752.2017.1296479>

74. YORK, Richard. Demographic trends and energy consumption in European Union Nations, 1960-2025. *Social Science Research*, v. 36, n. 3, p. 855-872, 2007. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2006.06.007>

Recebido: 05 jan. 2022.

Aceito: 28 set. 2022.

Interacciones violentas en la serie de ficción televisiva “Club de Cuervos” de Netflix

Laura Nadhielii Alfaro-Beracoechea* 

Karla Alejandra Contreras Tinoco* 

Resumen

Este trabajo analiza las diferencias de género en la representación de distintos tipos de violencia mostradas por los personajes de un programa de ficción televisiva en un servicio de plataformas de video bajo demanda de suscripción. Se realizó un análisis de contenido de los trece episodios de la primera temporada de la serie televisiva de Netflix «Club de Cuervos». Dos jueces de manera independiente observaron y codificaron en cada episodio las distintas categorías, además generaron mapas de las interacciones violentas de los personajes principales de la temporada, que permitieron analizar con mayor detalle la direccionalidad y tipo de la violencia ejercida y recibida de los personajes. Los hombres desplegaron significativamente más violencia sexista, intimidación, ignorar y descalificar, corrupción y deslealtad que las mujeres, pero las mujeres mostraron conductas agresivas verbales y físicas en la misma medida que los hombres. Existe una sobrerrepresentación de hombres y de personas blancas en la serie, que perpetúa la discriminación basada en estereotipos y favorece la violencia a minorías por medio de subrepresentación o desdibujamiento. Se sugieren análisis interseccionales en series mexicanas y latinoamericanas que permitan visibilizar de forma simultánea otras desigualdades y violencias atravesadas por la clase, el sexo, la nacionalidad y la raza.

Palabras clave: violencia, ficción televisiva, representaciones de género y grupos étnicos, análisis de contenido.

* Universidad de Guadalajara, Guadalajara, Jal, México.

Violent Interactions in the Netflix Fiction TV Series “Club de Cuervos”

Abstract

This work analyzes gender differences in representation of different types of violence used by the characters of a television fiction program on a subscription video-on-demand platform service. A content analysis of the first season’s thirteen episodes of the Netflix television series “Club de Cuervos” was carried out. Two judges independently observed and codified the different categories in each episode, and also generated maps of the violent interactions the main characters of the season were engaged on, what allowed analyzing in more detail the directionality and type of violence used by and inflicted on characters. Men displayed significantly more sexist violence, intimidation, disregard and disparagement, corruption, and disloyalty than women, but women exhibited aggressive verbal and physical behavior to the same extent as men. There is an overrepresentation of men and white people in the series, which perpetuates stereotypes based on discrimination and favors violence against minorities by blurring or ignoring them. Intersectional analyzes in Mexican and Latin American series could recognize other inequalities and violence crossed by class, sex, nationality, and race.

Keywords: violence, television fiction, gender and race representations, content analysis.

Los medios de comunicación masiva (MCM) se constituyen como una influencia en la formación de deseos, opiniones, intereses y aspiraciones de los consumidores (Bonavitta; De Garay, 2011) que pueden internalizarse y legitimarse a través de los universos simbólicos representados en aquéllos (Berger; Luckmann, 2001). Para los autores, “el universo simbólico aporta el orden para la aprehensión subjetiva de la experiencia biográfica. Las experiencias que corresponden a esferas diferentes a la realidad se integran al mismo universo de significado que se extiende sobre ellas” (2001, p. 127).

En los programas de televisión se visibilizan problemas de género tales como el acoso sexual y la violencia de pareja, laboral o sexual (Galán, 2007), así como la publicación de imágenes estereotipadas de las mujeres transmitidas en los MCM, lo que refuerza la violencia de género contra éstas (Bonavitta; De Garay, 2011). Asimismo, existen series que, si bien rompen con estas representaciones tradicionales de las mujeres, repiten patrones de dominación por etnia o raza (Aguado-Peláez; Martínez- García, 2016). En suma, las series de ficción son populares independientemente del medio por el que se proyecten y tienen el potencial de formar, a través de sus historias, las creencias y actitudes morales de la sociedad (Bilandzic; Hastall; Sukalla, 2017). Por ello, en este trabajo analizamos las diferencias de género en la representación de distintos tipos de violencia generada y recibida por los personajes de un programa de ficción televisiva en un servicio de plataformas de video bajo demanda de suscripción (SVOD).

Fue de nuestro interés el análisis de los servicios de SVOD porque, desde su lanzamiento, hace más de una década, estos servicios han incrementado exponencialmente sus suscripciones en todo el mundo, ofreciendo ventajas para los consumidores de contenidos como la eliminación de anuncios publicitarios y la facilidad de acceder a contenidos por distintos dispositivos y en el horario que decida el espectador (Suárez-Cousillas; Martínez-Fernández; Sánchez-Amboage, 2019).

Elegimos la plataforma Netflix porque se ha posicionado como el principal servicio de entretenimiento por internet, con presencia en 190 países y más de 148 millones de personas que usan el servicio (Adhikari *et al.*, 2012; Netflix, 2018). En septiembre de 2018, se registraron 8.3 millones de suscriptores, mientras que la televisión satelital decreció en un 5.1% con respecto al año anterior (Camargo, 2018). De igual forma, Suárez-Cousillas, Martínez-Fernández y Sánchez-Amboage (2019) coinciden con que Netflix es la plataforma más destacada en las evaluaciones y acceso de los usuarios, particularmente entre los jóvenes.

En este estudio, analizamos la serie *Club de Cuervos* (2015-2019), creada por Gaz Alazraki y Michael Lam, que fue la primera producción en idioma español y en escenarios latinoamericanos de la empresa Netflix. La

serie trata acerca de una familia mexicana dueña de un equipo de fútbol que debe enfrentarse a la muerte del fundador Salvador Iglesias, lo que deviene en una serie de conflictos sobre quién de los dos hijos debe asumir el papel de presidente. Los protagonistas son Salvador "Chava" Iglesias, un joven de 29 años que ha pasado sus años de juventud en fiestas y gastando desmedidamente el dinero de la empresa y su hermana Isabel Iglesias, que ha pasado la mayor parte de su vida adulta trabajando para la empresa y capacitándose para tomar las riendas de la misma, pero que es descartada de manera inmediata por el Consejo del Equipo porque es mujer. Isabel se dedica a luchar de manera constante como antagonista de Chava por la presidencia del equipo. De manera paralela, se revelan las historias personales y laborales de algunos miembros del equipo de fútbol (Moisés; Cuauhtémoc y Tony, jugadores mexicanos; Aitor, jugador español; Potro, jugador argentino; Río, jugador brasileño) y de la empresa (Félix, director técnico; Hugo Sánchez, asistente de Chava; Goyo, entrenador) y la historia de Mariluz, la viuda de Salvador Iglesias (padre) en su trayecto para convertirse en parte integral de la familia y la empresa. Además, en la serie se destacan temas relacionados con la violencia, el consumo de sustancias (principalmente cocaína, marihuana y alcohol), la infidelidad y la sexualidad irreflexiva, así como traiciones y mentiras entre los miembros de la familia y entre la directiva del equipo y los jugadores. Nos interesó la representación de la violencia física, psicológica y sexual en términos de quién la ejerce y quién la recibe por género, así como otras manifestaciones no explícitas de violencia, pero que rompen con las normas sociales en perjuicio de otro, como la manipulación, las mentiras, la deslealtad y la corrupción.

Elegimos esta producción televisiva por ser transmitida en un servicio de plataformas de video bajo demanda de suscripción y por ser la primera en representar a un sector de la sociedad mexicana a través de dicho servicio. Además, nos interesó la serie porque plantea las dificultades de un personaje femenino al incorporarse en escenarios típicamente masculinos (el manejo de un equipo de fútbol), particularmente el machismo imperante. La serie fue punta de lanza para otras producciones mexicanas, como *La Casa de las Flores* (2018-2020).

Estado del arte

Los estudios en ciencias sociales sobre los servicios de SVOD se han centrado en el *binge watching* de las series, – o sea, el mirar compulsivamente múltiples episodios o temporadas completas de forma continua (Pilipets, 2019) – comportamiento facilitado por la disponibilidad y rápido crecimiento de las plataformas de transmisión de contenidos (Matrix, 2014; Pittman; Sheehan, 2015) y por la personalización, la autopromovida calidad que dicen tener, la aclamación cultural a la que hacen alusión y el eslogan de relajación que se ha configurado en torno a estas (Jenner, 2017; Pilipets, 2019).

Sin embargo, en los últimos años comenzaron a aparecer análisis de contenido sobre la ficción en estas plataformas (Aguado-Peláez, 2018, 2019; Aguado-Peláez; Martínez-García, 2016; Needhan, 2017). Existen investigaciones del análisis de contenido en medios de comunicación abierta (Igartúa *et al.*, 2011; Vega-Montiel, 2010); comerciales (Velandia-Morales; Rincón, 2014); películas (Álvarez-Hernández; Garay-Domínguez; Frutos-Esteban, 2015; Fonseca, 2017); y canales de YouTube (Estrella-Osorio; Angulo-Moncayo, 2018). Si bien los estudios de análisis de contenido sobre violencia en la televisión no son nuevos (para una síntesis histórica ver Signorielli, Morgan y Shanahan, 2018), en los últimos años, han incrementado los estudios que se han propuesto analizar contenidos de SVOD. Considerando que dichos servicios se encuentran al alza y cada vez sustituyen más a la televisión de paga y abierta, será necesario abordar cómo se representa a la sociedad y lo que se consume a través de los medios de comunicación masiva, particularmente en términos de violencia.

En este trabajo coincidimos con la postura de la teoría del cultivo de Gerbner (1969, 1972), en el sentido de que consideramos que la violencia en la televisión (y en esa línea, en los servicios de SVOD) ayuda a definir, caracterizar y decidir la naturaleza y sentido de las sociedades en un mundo ficticio, que no siempre corresponde con el mundo real y, sin embargo, las personas obtienen lecciones de la ficción y las narrativas e historias transmiten percepciones, valores y normas. Es decir, entendemos

que no siempre se imitarán o repetirán los comportamientos violentos observados en las series de ficción televisiva, pero sí que estas abonarán a la normalización y naturalización de la violencia a través de "indicadores culturales" que intentan mostrar características que reflejan y reproducen la cultura que representan. Sin embargo, consideramos que la definición de violencia limitada a las agresiones físicas no da cuenta de la multiplicidad de expresiones de violencia que pudieran presentarse en las series de ficción (Signorielli *et al.*, 2019); y aunque el índice utilizado por Gerbner pudiera ser útil en el análisis de la violencia en proyectos longitudinales y con numerosas series, porque permite facilitar la contabilización de la violencia, en nuestro caso nos centramos en un número limitado de episodios, lo que nos permitió profundizar en diferentes tipos de violencia.

Desde una perspectiva de contenido moral, Bilandzic *et al.* (2017) refirieron que la violación a las normas en la ficción no solo debiera incluir actos violentos, sino también las agresiones indirectas, psicológicas, sociales, verbales e incluso las violaciones no agresivas como decir mentiras o groserías, ser descortés u hostil, porque tienen un efecto negativo en las audiencias. En sus resultados, mostraron que las transgresiones violentas fueron solo una pequeña fracción de la totalidad de violaciones a las normas, en comparación con otras transgresiones como mentir, engañar o usar lenguaje vulgar; en las comedias, los autores reportaron que existen altos niveles de ataques verbales y comportamiento irrespetuoso, principalmente entre personas con relaciones cercanas, mientras que consecuencias negativas para estos comportamientos son raras.

En este trabajo supusimos que los personajes hombres se mostrarían como más violentos que los personajes mujeres y que las mujeres recibirían más violencias que los hombres. Esto debido a que diversos estudios de género (Conell, 1995; Herzfeld, 1985; Gutmann, 1998; Kimmel, 2000; Laso, 2017; Valdés; Olavarría, 1997) han logrado mostrar que existe una relación entre violencia, poder y masculinidad, la cual tiene un origen cultural y está asociada a la construcción patriarcal del "ser hombre". Por ejemplo, en el trabajo de Herzfeld (1985) se habla de agresividad, deslealtad, fuerza

y dominación como características que distinguen a las masculinidades. En estos estudios particularmente se analiza la violencia de hombres hacia mujeres en el espacio íntimo; en cambio, el trabajo de Conell (1995) explica las tensiones, violencias y jerarquías que se establecen entre distintos tipos de masculinidades (hegemónicas, cómplices, subordinadas y marginadas). Además, el comportamiento violento de los hombres también ha sido documentado en casos de violencia de masculinidades hegemónicas hacia hombres que muestran rasgos femeninos u homosexuales (Herdt, 1993).

Marco teórico

De acuerdo con la Organización Mundial de la Salud (2002) la violencia se define como el uso intencional de la “fuerza física o el poder, ya sea en grado de amenaza o efectivo, contra uno mismo, otra persona o un grupo o comunidad, que cause o tenga muchas probabilidades de causar lesiones, muerte, daños psicológicos, trastornos del desarrollo o privaciones” (p. 3). En este trabajo nos interesó particularmente observar la violencia en términos de género.

La violencia de género según la Comisión Europea (s.f.) se entiende como actos contra una persona debido a su género que afecta a personas o a un género desproporcionadamente, que puede tomar la forma de violencia física, psicológica y sexual. En nuestro estudio hemos considerado la violencia en estos tres tipos: violencia física, violencia verbal y violencia sexual. Por violencia física nos referimos a ataques físicos mayores – caracterizados por presencia de sangre o agresión – o a ataques físicos menores tales como empujones, cachetadas u otra agresión sin la presencia de sangre; también incluimos daños a la propiedad como una forma de violencia patrimonial. En la violencia verbal o psicológica incorporamos comentarios hostiles, por ejemplo, chistes sexistas, sarcasmo, groserías, etc. e ignorar y descalificar; y en la violencia sexual incluimos el hostigamiento y acoso sexual. También hicimos una distinción entre la violencia dirigida hacia un personaje particular en la serie y expresiones de violencia no dirigida

hacia un personaje en particular, como el caso del machismo, sexismo o la hostilidad como actitud comportamental violenta.

Por su parte, los estereotipos funcionan como reglas de género que son creencias culturales hegemónicas que son institucionalizadas en representaciones de los medios de comunicación masiva, en las imágenes de hombres y mujeres, regidas por ciertas normas y políticas, en una variedad de prácticas organizacionales dadas por sentado (Ridgeway, 2009).

El sexismo se refiere a un prejuicio basado en el género, el cual ejerce efectos perjudiciales principalmente en las mujeres. El sexismo tiene dos formas de manifestarse: hostil y benevolente. La primera se caracteriza por considerar que las mujeres son inferiores a los hombres o bien que poseen muchas características negativas, por ejemplo, son sensibles, manipuladoras, etc. La segunda asume que las mujeres son superiores a los hombres, por ejemplo, son más puras, tienen mejor gusto y, por tanto, necesitan protección (Baron; Byrne, 2005).

Por su lado, el machismo es una ideología que valida la dominación masculina y que congrega y promueve comportamientos en los hombres asociados con la irresponsabilidad, la agresividad, tener varias parejas sexuales simultáneas, la no participación en las actividades domésticas, la impulsividad, la fuerza física, la dureza en la manera de vincularse con las mujeres (Fuller, 1995), los cuales reproducen las desigualdades y asimetrías en las relaciones entre hombres y mujeres. Un concepto relacionado con el machismo es el de micromachismo que se refiere a prácticas de poder, dominación y violencia que ejercen los hombres hacia las mujeres en la vida cotidiana con las intenciones de mantener su dominio y supuesta superioridad, recuperar el dominio, resistirse al aumento de poder personal o ser cuidados por las mujeres. Los hombres, a través de estas prácticas, ejercen presión de baja intensidad o sutil hacia las mujeres (Bonino, 1995).

El objetivo de este trabajo fue analizar las diferencias de género en la representación de distintos tipos de violencia generada y recibida por los personajes de un programa de ficción televisiva en un servicio de plataformas de video bajo demanda de suscripción (SVOD).

Método

Realizamos un análisis de contenido de los trece episodios de la primera temporada de la serie televisiva de Netflix “Club de Cuervos”. El análisis de contenido lo entendemos como “un conjunto de técnicas de análisis de comunicaciones tendiente a obtener indicadores (cuantitativos o no) por procedimientos sistemáticos y objetivos de descripción del contenido de los mensajes, permitiendo la inferencia de conocimientos relativos a las condiciones de producción/recepción (variables inferidas) de estos mensajes” (Bardin, 1996, p. 32). Este tipo de análisis se ha usado como un instrumento para estudiar mensajes implícitos y explícitos en productos culturales, como las series de televisión (Aguado-Peláez; Martínez-García, 2016).

Utilizamos el modelo de análisis de contenido propuesto por Minayo (2009); realizamos: (a) un pre-análisis para determinar las unidades de registro, formas de categorización y codificación, derivado de ello definimos operacionalmente los conceptos que orientaron el análisis; (b) la exploración del material, en la que observamos los episodios, localizamos las conductas, características y expresiones de los personajes y codificamos en una matriz de observación y; (c) el tratamiento de los resultados, en donde obtuvimos frecuencias absolutas y relativas, medias y diferencias de medias por género y la interpretación de los resultados obtenidos.

La selección de los personajes para analizar la realizamos a partir de si existía una frase de diálogo, es decir, si los actores interactuaban y mencionaban al menos una frase en la escena de aparición. Dos jueces, de manera independiente, observaron los episodios de la primera temporada, capturaron a los personajes seleccionados conforme al criterio anterior y codificaron por episodio las distintas categorías.

La matriz de observación la elaboramos considerando tres grandes categorías: (a) datos sociodemográficos; (b) comportamientos violentos explícitos de personaje y hacia el personaje y (c) expresiones comportamentales de violencia no interpersonal. Las subcategorías se operacionalizaron como sigue:

Tabla 1 - Categorías y subcategorías de la matriz de observación, con su operacionalización correspondiente

Datos sociodemográficos	Sexo	1= Hombre; 2= Mujer
	Color de piel	1= Moreno mestizo; 2= Blanco; 3= Afrodescendiente; 4= Comunidad autóctona
	Nivel socioeconómico	0= Sin dato; 1= Bajo; 2= Medio; 3= Alto
	Ocupación laboral	1= Servicios; 2= Profesionista; 3= Empresario; 4= Trabajador del hogar; 5= Deportes; 6= Periodismo/comunicación; 7= Gobierno; 8= Director; 9= Sexoservidora; 10= Entrenador/Director técnico
	Orientación sexual	1= Heterosexual; 2= Indefinido; 3= Lesbiana; 4= Bisexual; 5= Homosexual; 6= Transgénero; 7= Transexual; 8= Pansexual
Comportamientos violentos explícitos del personaje y hacia el personaje	Violencia física Ataques físicos mayores Ataques físicos menores Daños a la propiedad Violencia sexual Hostigamiento/acoso sexual Violencia psicológica Comentarios hostiles Intimidación Ignorar / descalificar	0 = No aparece 1= una o dos veces en el episodio 2= tres veces o más en el episodio
Expresiones comportamentales de violencia no interpersonal	Asociadas específicamente con género Machismo explícito Sexismo Micromachismos Implícitas Mentiras Manipulación Deslealtad Hostilidad Corrupción	0= No aparece 1= una o dos veces en el episodio 2= tres veces o más en el episodio

Fuente: Elaboración propia.

Obtuvimos el estadístico alpha de Krippendorff (2004) para el acuerdo interjueces con un valor de $\alpha = .81$, lo cual fue adecuado, siendo mayor al mínimo sugerido por el autor. Posteriormente generamos un índice de violencia para las variables de Violencia Generada, Violencia Recibida y Violencia Expresada. También obtuvimos frecuencias para los demográficos y para los comportamientos violentos ejercidos, recibidos y expresados. Asimismo, analizamos el Test de Bechdel-Wallace por episodio, como un indicador de la representación y participación de las mujeres en la ficción. Cabe señalar que Freitas *et al.*, (2016) establecen que este test parte de tres supuestos que son: a) que en la serie haya al menos dos mujeres; b) que esas mujeres tengan un tema de conversación; c) que el tema no trate sobre un hombre. Aunque el test fue creado para la industria cinematográfica, lo aplicamos en la ficción televisiva y en este trabajo como una muestra de la violencia simbólica a que pueden ser sujetas a través de la invisibilización en la serie.

Adicionalmente, siguiendo a Bardin (1996) en su propuesta de que en el análisis de contenido pueden construirse recursos investigativos que den pie a nuevas interpretaciones, generamos mapas de las interacciones violentas de los personajes principales de la temporada, que permitieron analizar con mayor detalle la direccionalidad y el tipo de la violencia ejercida y recibida de los personajes. Si bien sabemos de la existencia de procedimientos analíticos similares tales como la teoría de grafos, la cual permite construir una estructura de nodos e identificar la relación entre las unidades conceptuales aglutinadoras y aristas direccionales (Echeverría; Vargas; Urzua; Ferreira, 2008), nuestro análisis es distinto, ya que solo buscamos identificar la prevalencia de la violencia en las interacciones entre personajes (mediante el lenguaje verbal y no verbal expresado por cada personaje), así como identificar la direccionalidad de esa violencia. No nos interesó definir el significado del grafo a partir de red cognitiva en la que participa ni considerar las redes vecinas de las que forma parte. Los mapas de interacciones violentas los realizamos por episodio y consistieron en que en cada escena se buscó si hubo interacciones violentas, entre qué personajes y de qué tipo eran. Estas escenas violentas fueron marcadas con colores y las flechas indicaron la direccionalidad de la violencia. En la sección de resultados mostramos tres ejemplos y el resto de los mapas por

episodio pueden consultarse en materiales complementarios. En la revisión de la literatura previa no hay registro de la utilización de esta técnica, pero consideramos que a través de ella pueden observarse gráficamente las interacciones violentas con mucha claridad.

La matriz de observables la elaboramos en el programa Excel de Microsoft y los análisis cuantitativos de diferencias de medias los realizamos con el *software* SPSS v. 21. Para la elaboración de los mapas de interacciones violentas utilizamos un procesador de texto.

Resultados

De los 74 personajes en la serie, 53 fueron hombres, el resto mujeres. Entonces, el número de personajes hombres representó el 71.6% del total. En cuanto al color de piel, 50 personajes (67.6%) tenían color de piel blanco, 23 (31%) fueron morenos, y un personaje (1.4%) afrodescendiente.

Por otro lado, en 43 casos (58.1%) no identificamos una orientación sexual clara; 28 personajes (37.8%) mostraron una orientación heterosexual; un caso (1.4%) se mostró homosexual; un caso, pansexual (1.4%); y un caso transgénero (1.4%). Nos llama la atención que se presentó el caso de acoso de un hombre joven (Aitor Cardoné) a otros hombres (Chava Iglesias y Potro), mostrando una hipersexualización incontrolada del personaje, al que se caracterizó como pansexual, lo que pudiera abonar a una representación negativa de las personas con orientaciones sexuales distintas a la heterosexual.

La tabla 2 presenta las frecuencias absolutas y relativas de las interacciones violentas localizadas en los trece episodios. La modalidad de violencia más frecuente fue la psicológica, a través de comentarios hostiles (43.81%), que podían incluir sarcasmo, insultos y groserías. En segundo lugar, encontramos ignorar o descalificar las opiniones que sugería algún personaje. Esta descalificación estaba principalmente dirigida a Isabel, una de las protagonistas de la serie y hacia Hugo Sánchez, el asistente personal de Chava. Con relación a lo anterior, encontramos que, en esta producción de comedia y drama, si bien hay algunos comportamientos violentos de agresión física, hay más comportamientos de violencia psicológica, primordialmente entre los dos protagonistas de la serie (Isabel y Chava Iglesias).

Tabla 2 - Frecuencia de la presencia de escenas con expresiones violentas en los trece episodios de la primera temporada de la serie

Tipo de interacción violenta	Número de episodio													Frecuencia absoluta	Frecuencia relativa (%)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13		
Comentarios hostiles	5	8	7	12	4	7	5	5	9	11	9	3	7	92	43.81
Ignorar/descalificar	4	5	5	4	3	2	4	5	5	6	4	5	7	59	28.10
Intimidación	2	2	1	2	1	0	1	2	1	7	2	2	3	26	12.38
Ataques físicos menores	2	1	1	4	1	0	0	0	2	2	1	0	2	16	7.62
Hostigamiento sexual	0	0	0	3	1	0	0	0	1	2	2	0	2	11	5.24
Daños a la propiedad	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1.90
Ataques físicos mayores	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0.95
Frecuencia absoluta	14	18	15	26	11	9	10	12	18	28	18	10	21	210	
Frecuencia relativa (%)	6.67	8.57	7.14	12.38	5.24	4.29	4.76	5.71	8.57	13.33	8.57	4.76	10		100%

Fuente: Elaboración propia.

Con la intención de medir las diferencias por sexo en cuanto al tema de la violencia, realizamos tres índices: 1) violencia generada; 2) violencia recibida; 3) violencia sexista. En la violencia generada observamos que hay ligeramente más actos de violencia por parte de los hombres que de las mujeres, sin embargo, estas diferencias no son significativas (Prueba de Levene = 0,29; $T = 0,75$, sig. = 0,46). Con respecto a la violencia recibida, identificamos que las mujeres recibieron ligeramente más violencia que los hombres, aunque nuevamente esta violencia no resultó ser significativa (Prueba de Levene = 0,83, $T = -0,43$, sig. = 0,067). Tan solo aparecen diferencias significativas en el índice de violencia sexista – más hombres ejercen violencia sexista que las mujeres (Prueba de Levene = 0,003, $T = 1,9$, sig. = 0,007). Tal como se puede apreciar en la tabla 3.

Tabla 3 - Diferencia de medias entre hombres y mujeres en los índices de violencia (N=74)

	Hombre (n=53)		Mujer (n=21)		Prueba de Levene	Prueba T para la igualdad de medias	
	Media	D.T.	Media	D.T.	<i>p</i>	<i>t</i>	<i>p</i>
Índice de violencia generada	0,10	0,16	0,07	0,08	0,29	0,75	0,46
Índice de violencia recibida	0,08	0,13	0,09	0,12	0,83	-0,43	0,67
Índice de violencia sexista	0,07	0,14	0,01	0,04	0,003***	1,9	0,007***

*** $p < .01$; ** $p < .05$; * $p < .10$

Fuente: Elaboración propia.

A su vez, buscamos identificar puntualmente qué tipos de violencia se habían ejercido. Al respecto, encontramos que hubo diferencias significativas en lo referente a intimidación, ignorar/descalificar, machismo explícito, sexismo, deslealtad y corrupción. En todos los casos, los hombres fueron los que más expresaron estas violencias, tal como se describe en la tabla 4.

Para la diferencia entre hombres y mujeres identificada en las categorías de intimidación, ignorar o descalificar, encontramos que los personajes hombres utilizaron la intimidación, particularmente amenazas, para lograr sus objetivos y cubrir sus errores, mientras que ignoraron y descalificaron para desdeñar las opiniones de las mujeres (especialmente Isabel) y de personajes de servicio (particularmente Hugo Sánchez), invalidando experiencias y posibles aportes en el manejo y administración del equipo. La respuesta de Hugo Sánchez a esta violencia fue callarse y obedecer. Por el contrario, las mujeres tendían más a escuchar y responder, en ocasiones con comentarios hostiles. También los hombres se mostraron en general como más desleales y corruptos que las mujeres.

Tabla 4 - Diferencias significativas de medias entre hombres y mujeres en la generación de violencia (N=74).

	Hombre (n=53)		Mujer (n=21)		Prueba de Levene	Prueba T para la igualdad de medias	
	Media	D.T.	Media	D.T.	Sig.	t	Sig.
Intimidación	0,18	0,38	0,02	0,07	0,001***	2,81	0,007***
Ignorar/descalificar	0,20	0,36	0,07	0,15	0,003***	2,24	0,028**
Machismo explícito	0,06	0,16	0,01	0,03	0,012**	2,19	0,033**
Micromachismos	0,10	0,23	0,02	0,05	0,002***	2,57	0,012**
Sexismo	0,05	0,13	0,02	0,06	0,014**	1,7	0,09*
Deslealtad	0,14	0,34	0,04	0,10	0,03**	1,96	0,06*
Corrupción	0,09	0,34	0,0	0,0	0,02**	1,96	0,06*

***p<.01; **p<.05; *p<.10

Fuente: Elaboración propia.

En cuanto a las interacciones violentas trazadas en los mapas, un primer hallazgo fue que en los trece capítulos aparecen más hombres que mujeres en escenas violentas. Esto lo atribuimos a que realizar comentarios hostiles, intimidar e ignorar/descalificar se encuentran entre los tres tipos de violencia

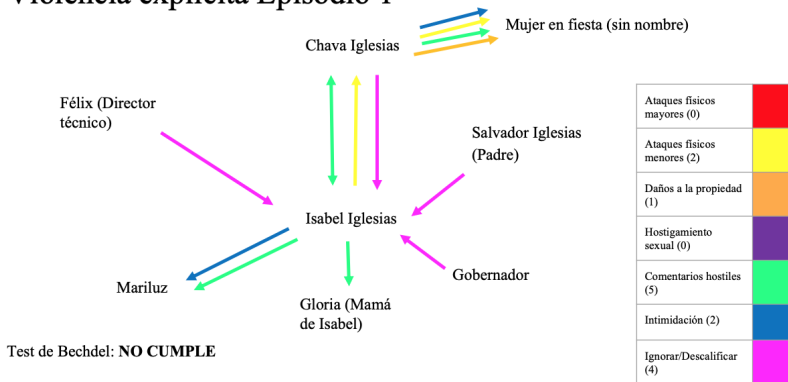
más frecuentes observados en la serie y a que, en estas modalidades, sí hay diferencias significativas entre hombres y mujeres, siendo los hombres los que las expresan más. Las mujeres que están envueltas en situaciones violentas son: Isabel, MariLuz, Emilia, Ximena (esposa de Moisés), Paty Villa, Doña Lety (masajista), Vanessa (madre de Chava) Gloria (mamá de Isabel), la madre de Tony, la hija de Félix, una secretaria, una señora en la calle y una mujer en fiesta de las que no se mencionó nombre.

En un análisis pormenorizado capítulo por capítulo, observamos que en el capítulo uno (ver Imagen 1) hubo cinco personajes violentos, cuatro fueron hombres. La violencia de los cuatro personajes estuvo dirigida hacia Isabel, sobre quien se llevaron a cabo descalificaciones y comentarios hostiles de tipo sexista. Isabel, por su cuenta, dirigió violencia hacia su hermano en la forma de comentarios hostiles y ataques físicos menores (le da una bofetada al final del episodio) y hacía dos mujeres, su madre y Mariluz, en la forma de comentarios hostiles e intimidación.

En el capítulo 2, once de los catorce personajes violentos son hombres, la mayor cantidad de violencia la ejerció un hombre (Chava Iglesias) hacia otro hombre (José Lavalle). En el capítulo tres, aparecen doce personajes con interacciones violentas, dos de estos personajes son mujeres. Chava es el que genera más violencia hacia ocho personajes. En el capítulo cuatro, hay diez personajes que ejercen violencia de algún modo. En este capítulo el personaje más violentado fue Isabel, quien recibió cuatro tipos distintos de violencia, entre ellas acoso sexual, intimidación, comentarios hostiles e ignorar/descalificar, sin embargo, hay dos personajes hombres (Chava y Goyo) que establecieron peleas y violencias bidireccionales ligadas a quien tomaba las decisiones y tenía el liderazgo en el equipo de fútbol. En los capítulos cinco, seis, ocho, nueve y once Chava fue el personaje más violentado. Los episodios dos y cuatro fueron los que mostraron mayor diversidad de comportamientos violentos, particularmente de Chava (episodio 2) y del Sr. Rubio (capítulo 4).

Imagen 1 - Mapa de interacciones violentas del episodio 1 de la serie de ficción televisiva Club de Cuervos

Violencia explícita Episodio 1



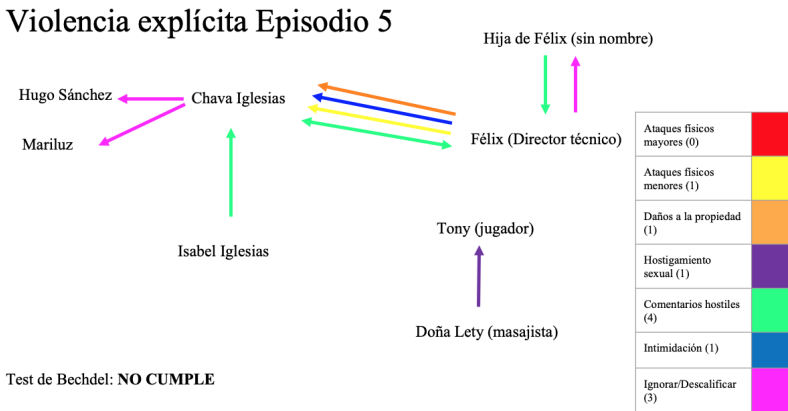
Fuente: Elaboración propia. Las flechas indican direccionalidad de la violencia y el color indica el tipo de violencia; las flechas dobles indican violencia cruzada.

El capítulo cinco (ver imagen 2) se destaca por presentar acoso sexual de una mujer mayor (Doña Lety) a un hombre joven (Tony), quien es futbolista y recibe un masaje con tocamientos inapropiados por parte de la mujer. Fue el único episodio de la serie en el que se presentó esta dinámica. También notamos diferentes tipos de violencia del director técnico del equipo al protagonista de la serie y una dinámica particular con su hija, en la que ésta le dirige comentarios hostiles, a lo que él responde ignorándola, dos formas de violencia psicológica. De igual forma, se observa marcada la dinámica de Chava con otros tres personajes, Mariluz, Hugo Sánchez y su madre, a quienes ignora o descalifica de forma continuada en la mayoría de los episodios.

Ahora bien, otros personajes que recibieron diferentes tipos de violencia fueron Moisés (capítulo 10) y Goyo (capítulo 4). Hugo Sánchez aparece constantemente como receptor de comentarios hostiles y siendo ignorado/descalificado (capítulos 2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 12 y 13). Hugo Sánchez se presenta a lo largo de la serie con una masculinidad subordinada y

feminizada. Incluso, pese a que no se dice nada acerca de su orientación sexual, se le presenta con rasgos asociados con lo femenino, tales como: sensible, detallista, servicial, con buen gusto por la moda, etc. Finalmente, es útil enfatizar que en la serie identificamos tres personajes hombres y una mujer que se muestran violentos como parte de su comportamiento habitual y en diversos capítulos, estos son: Fernando, Aitor, Chava e Isabel.

Imagen 2 - Mapa de interacciones violentas del episodio 5 de la serie de ficción televisiva Club de Cuervos.



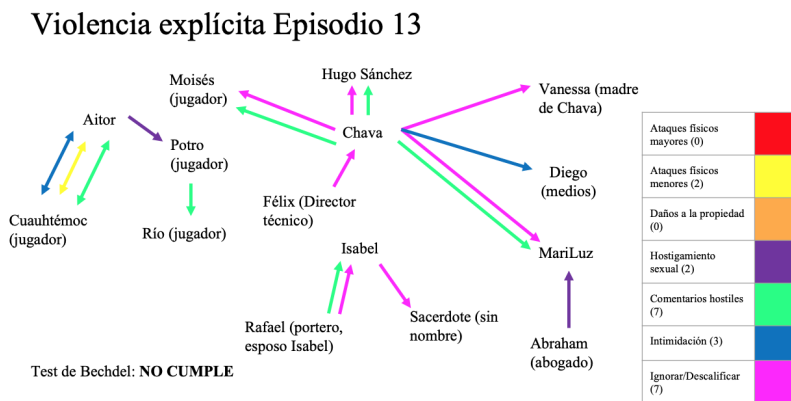
Fuente: Elaboración propia. Las flechas indican direccionalidad de la violencia y el color indica el tipo de violencia; las flechas dobles indican violencia cruzada.

El episodio 10 fue el más violento, con 28 interacciones, siendo que Moisés recibió 11 intercambios violentos incluyendo comentarios hostiles (4), descalificaciones (3), intimidaciones (2) acoso sexual (1) y ataques físicos menores (1). Aitor fue el personaje más violento, desplegando acoso sexual (2), comentarios hostiles (2), ataques físicos menores (1), e ignorar y descalificar (2).

El último episodio de la temporada (ver imagen 3) mostró la tercera mayor diversidad en tipos de violencia, siendo que se presentó acoso sexual,

comentarios hostiles y descalificaciones, violencia física e intimidación. El acoso sexual se desplegó de un hombre mayor a una mujer joven a quien le toca los glúteos sin consentimiento, también de un hombre a otro hombre con comentarios sexuales. La violencia psicológica sigue siendo la más notoria y especialmente es ejercida por el personaje de Chava, quien responde con hostilidad cuando se ve acorralado. Una escena muy relevante en este episodio fue la pelea entre Aitor, un jugador español de piel blanca y Cuauhtémoc, un jugador mexicano, de piel mestiza, quienes intercambian insultos y empujones, teniendo que ser separados. En la pelea destaca la discriminación por orientación sexual hacia Aitor, de quien se había hecho pública su preferencia no heterosexual. Le dejan un mensaje de odio en su casillero y luego Cuahutémoc le llama «españolito» mostrando xenofobia, a lo que Aitor responde que «no le gusta el frijol», denostando su color de piel. Otros episodios también incluyeron comentarios hostiles por el color de piel, como el episodio cuatro, con la pelea entre Potro y Río y el episodio 10 con intercambios violentos de Moisés y Aitor.

Imagen 3 - Mapa de interacciones violentas del episodio 13 de la serie de ficción televisiva Club de Cuervos



Fuente: Elaboración propia. Las flechas indican direccionalidad de la violencia y el color indica el tipo de violencia; las flechas dobles indican violencia cruzada.

Discusión

La sobrerrepresentación masculina perpetúa el estereotipo de que los hombres gustan y están hechos para el deporte, los negocios y ocupan más espacios en la vida pública y tiene efectos en una subrepresentación y objetualización de mujeres. Adicionalmente, es de destacar que solamente dos episodios (15%) pasan la prueba de Bechdel en toda la temporada, confirmando la subrepresentación de las mujeres en la serie (Freitas *et al.*, 2016).

También encontramos una sobrerrepresentación de personajes hombres y blancos. Mientras que la Encuesta Nacional de Discriminación (Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación [CONAPRED], 2017) reportó que alrededor de 30% de la población de México se cataloga como blanca, en nuestro análisis, el 67.6% de los personajes se categorizaron de esta forma. Como refiere Ridgeway (2009, p. 150), aunque los estereotipos en los medios tengan como propósito representar a los grupos, de hecho, representan las experiencias de los grupos dominantes de esos grupos, siendo que los hombres y mujeres que se observan en los medios son "blancos, heterosexuales de clase media." Incluso, hubo una polarización importante en términos de clase, ya que los personajes principales fueron de clase alta y se mostró poco de las condiciones de vida de la mayoría de los demás personajes.

Sin embargo, no se encontraron diferencias estadísticamente significativas en el despliegue de violencia en términos de raza en el análisis cuantitativo, pues la violencia en esta serie se muestra de forma similar tanto desde y para personajes con color de piel blanco como mestizos y el personaje brasileño, categorizado como afrodescendiente, quién se presentó en la serie desplegando particularmente comportamientos desleales, al igual que otros jugadores, también mestizos. Ahora bien, los mapas de interacción con el análisis cualitativo sí reflejaron expresiones y hostilidades en las que se usó como argumento la adscripción a un grupo étnico o una nacionalidad, por lo que también se desplegaron estereotipos de xenofobia y racismo.

Proponemos que otros estudios pudieran abordar las series mexicanas desde una perspectiva interseccional, que permita visibilizar de forma simultánea otras desigualdades y violencias en términos de género, raza, edad, la orientación sexual y la clase social, como han propuesto otros autores (Aguado-Peláez; Martínez-García, 2016).

En este trabajo mostramos que el tipo de violencia que se representó con mayor frecuencia en esta serie fue la violencia psicológica y sexista y en menor medida la violencia física, lo que tiene implicaciones en el despliegue y naturalización de violencias de género menos visibles, pero que perpetúan la denostación de mujeres en los ámbitos públicos.

No se identificaron diferencias en el despliegue de comportamientos entre hombres y mujeres en la mayoría de las categorías, ya que, en la misma medida, se observaron agresiones físicas y comentarios hostiles generados y recibidos por ambos sexos. Lo anterior no quiere decir que la violencia contra las mujeres se vea disminuida en esta serie, sino que nos encontramos en escenarios de violencia cruzada, en donde las mujeres responden y actúan también con violencia física y verbal, especialmente, lo que se vio reflejado en los mapas de interacción violentas.

El hecho de que diferentes formas de agresión (y especialmente violencia verbal) se den entre personajes cercanos (por ejemplo, hermanos, como es el caso de esta serie) en comedias y dramas fue algo encontrado también en el estudio de Bilandzic *et al.* (2017), a diferencia de otros géneros como los dramas de crimen, en los que las agresiones se dan primordialmente entre extraños.

Por otro lado, un resultado que esperábamos en términos de violencia machista fue que los hombres utilizaran más expresiones machistas explícitas e implícitas (micromachismos), además de expresiones sexistas orientadas a los mismos hombres. La utilización de este lenguaje fue consistente en los trece episodios, en ocasiones minimizando las capacidades de la protagonista Isabel para dirigir o administrar el equipo, mencionando que no era lo que quería su padre (el patriarca fallecido) o que no entendería el mundo de hombres del fútbol; en otras ocasiones refiriéndose a mujeres

como locas cuando actuaron agresivamente; y, entre los mismos miembros del equipo, señalando como debilidad el atender a las necesidades de la familia o la esposa o haciendo burla de la sexualidad de algún personaje.

Además, se encontró que hay hombres que muestran hostilidad como una actitud, lo cual es concordante con la construcción hegemónica de la masculinidad, desde la cual se habla de que los hombres debieran ser rudos u hoscos (Conell, 1995; Gutmann, 1998). También fue frecuente el uso de violencias como ignorar o descalificar por parte de los hombres. Este tipo de violencias nos parecen altamente perniciosas ya que naturalizan las agresiones implícitas.

En la violencia sexual una categoría saliente fue el hostigamiento y abuso sexual por parte de una mujer mayor (Doña Lety) hacia un hombre joven (Tony); también es significativo que cuando el joven cuenta esta situación a sus compañeros de equipo, el resto normaliza el acoso y lo significan como una señal de que es "el elegido" y le irá bien en la cancha, esto deja el acto sin consecuencias legales o morales, incluso de alguna forma es promovido, lo que es particularmente grave. De igual manera, otros actos de hostigamiento y acoso sexual de hombres a mujeres quedan sin consecuencias y son minimizados y normalizados, visibilizados como alguna molestia u obstáculo para obtener algún beneficio. Si bien el tema del acoso sexual ha sido tratado en otras series televisivas (Galán, 2007), en nuestro trabajo encontramos que una particularidad es que se presentan a hombres acosados sexualmente ya sea por mujeres o por otros hombres. A su vez, identificamos que la serie Club de Cuervos reproduce estereotipos de género, ya que, aunque se muestre diversidad en las orientaciones sexuales, algunas veces se las presenta como hipersexualizadas y acosadoras.

Una limitación de nuestro estudio es que en los criterios de inclusión consideramos solamente a personajes con diálogo y que tuvieran una interacción. Aun así, pudimos identificar que, en su mayoría, los personajes sin diálogo fueron mujeres hipersexualizadas acompañantes de futbolistas y mujeres asistentes del hogar, realizando tareas domésticas, lo que pudo abonar a las diferencias de personajes hombres y mujeres. Sin embargo, dicho

análisis excede el objetivo de este estudio, por lo que otras investigaciones pudieran analizar más profundamente el rol de los personajes invisibilizados (sin nombre, sin diálogo) en las series de ficción televisiva.

Un aspecto relevante en este trabajo fue la elaboración de mapas de interacciones violentas por episodios, que, consideramos, nos permitió analizar con más detalle el tipo y dirección de las violencias entre los personajes principales de la serie, profundizando en las interacciones que no se mostraron en los análisis de diferencias de medias.

Laura Nadhielii Alfaro-Beracoechea es Doctora en Psicología con Orientación en Calidad de Vida y Salud y profesora investigadora asociada del Departamento de Comunicación y Psicología, en el Centro Universitario de la Ciénega, Universidad de Guadalajara, Guadalajara, México.

✉ nadhielii.alfaro@academicos.udg.mx

Karla Alejandra Contreras Tinoco es Licenciada en Psicología por la Universidad de Guadalajara, México. Maestra en Psicología Social por la Universidad Católica del Norte, Chile. Doctora en Ciencias Sociales con especialidad en Antropología Social por CIESAS Occidente, México. Profesora en la Licenciatura de Psicología en la Universidad de Guadalajara, México.

✉ ctk_28@hotmail.com

Referencias

1. ADHIKARI, Vijay Kumar; GUO, Yang; HAO, Fang; VARVELLO, Matteo; HILT, Volker; STEINER, Moritz; ZHANG, Zhi Li. Unreeling Netflix: Understanding and improving multi-CDN movie delivery. *Proceedings IEEE INFOCOM*, p. 1620–1628. 2012. <https://doi.org/10.1109/INFOCOM.2012.6195531>
2. AGUADO-PELÁEZ, Delicia. Opresión y resistencias desde los márgenes (televisivos). El caso de 3% (Netflix, 2016). *Arte y Políticas de Identidad*, n. 18, p. 109–124. 2018. <https://doi.org/10.6018/reapi.336031>
3. AGUADO-PELÁEZ, Delicia. Violaciones en serie: dominaciones y resistencias tras las agresiones sexuales de ficción en la era del #MeToo. *Feminismo/S*, n. 33, p. 91–116. 2019. <https://doi.org/10.14198/fem.2019.33.04>

4. AGUADO-PELÁEZ, Delicia; MARTÍNEZ-GARCÍA, Patricia. White is the New Black: entretejiendo ejes de discriminación en 'Orange is the New Black.' *Index. Comunicación: Revista Científica en el Ámbito de la Comunicación Aplicada*, v. 6, n. 2, p. 215–236. 2016.
5. ALAZRAKI, Gary; LAM, Michael. (Productores ejecutivos). *Club de Cuervos* [Serie de televisión]. Alazraki Entertainment, Netflix. 2015-2019.
6. ÁLVAREZ-HERNÁNDEZ, Carmen; GARAY-DOMÍNGUEZ, Beatriz G. de; FRUTOS-ESTEBAN, Francisco Javier. Representación de género. Las películas españolas contemporáneas de adolescentes (2009-2014). *Revista Latina de Comunicación Social*, n. 70, p. 934–960, 2015. <https://doi.org/10.4185/RLCS-2015-1079>
7. BARDIN, Laurence. *Análisis de contenido*. Madrid: Ediciones Akal, 1996.
8. BARON, Robert ; BYRNE, Donn. *Psicología Social*. Madrid: Pearson Prentice Hall, 2005.
9. BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *La construcción social de la realidad*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001.
10. BILANDZIC, Helena; HASTALL, Matthias; SUKALLA, Freya. The morality of television genres: norm violations and their narrative context in four popular genres of serial fiction. *Journal of Media Ethics*, v. 32, n. 2, p. 99-117. 2017. <http://dx.doi.org/10.1080/23736992.2017.1294488>
11. BONAVITTA, Paola; GARAY HERNÁNDEZ, Jimena. De estereotipos, violencia y sexismo: la construcción de las mujeres en los medios mexicanos y argentinos. *Anagramas - Rumbos y Sentidos de La Comunicación*, v. 9, n. 18, p. 15–30. 2011. <https://doi.org/10.22395/anqr.v9n18a1>
12. BONINO, Luis. Micromachismos: La violencia invisible en la pareja. En: CORSI, Jorge. (ed.). *La violencia masculina en la pareja*. Madrid: Paidós, 1995. p. 1-19.
13. CAMARGO, Radamés. Dinámica de Suscripciones de Servicios de Televisión y Audio Restringidos. CIU. *The Competitive Intelligence Unit*. 3 dic. 2018. Disponible en: <<https://www.theciu.com/publicaciones-2/2018/12/17/dinmica-de-suscripciones-de-servicios-de-televisin-y-audio-restringidos>>. Acceso en: 13 jun. 2020.
14. COMISIÓN EUROPEA. *What is gender-based violence?* Disponible en: <https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-based-violence/what-gender-based-violence_es>. Acceso en: 13 jun. 2020.
15. CONSEJO NACIONAL PARA PREVENIR LA DISCRIMINACIÓN (CONAPRED). *Encuesta Nacional sobre Discriminación 2017*. Aguascalientes, MX: Conapred/Inegi, 2017. Disponible en: <https://www.conapred.org.mx/userfiles/files/PticionENADIS2017_08.pdf>. Acceso en: 13 jun. 2020.
16. CONELL, Raewyn. *The Social Organization of Masculinity*. Berkeley: University of California Press, 1995.
17. ECHEVERRÍA, Max; VARGAS, Roberto; URZUA, Paula; FERRERIRA, Roberto. DispoGrafo: una nueva herramienta computacional para el análisis de relaciones

semánticas en el léxico disponible. *Revista de Lingüística Teórica y Aplicada*, v. 46, n. 1, p. 81-91. 2008.

18. ESTRELLA-OSORIO, Arturo; ANGULO-MONCAYO, Natalia. La narrativa transmedia: diversificación del relato y las estrategias de representación de la cotidianidad. Análisis de caso de Enchufetv. *Razón y Palabra*, v. 22, n. 2, p. 24-44. 2018. Disponible en: <<https://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/1189>>. Acceso en: 13 jun. 2020.

19. FREITAS, Jose Nahuel; ROSENZVIT, Milena; MULLER, Stephanie. Automatización del Test de Bechdel-Wallace. *Ética y Cine Journal*, v. 6, n. 3, p. 35-40, 2016.

20. FONSECA, Jose Andres. Representaciones narrativas de la mujer en el cine de ficción costarricense (2008-2012). *Cuadernos Inter.c.a.mbio Sobre Centroamérica y El Caribe*, v. 14, n. 2, p. 77-95, 2017. <https://doi.org/10.15517/c.a.v14i2.30947>

21. FULLER, Norma. (1995). Acerca de la polaridad Marianismo Machismo. En: ARANGO, Luz Gabriela; LEÓN, Magdalena; VIVEROS, Mara. (eds). *Lo femenino y lo masculino: estudios sociales sobre las identidades de género en América Latina*. Bogotá: Third World Editions/Ediciones UniAndes/Programa de Estudios de Género, Mujer y Desarrollo de la Universidad Nacional de Bogotá. 1995. p. 1-65.

22. GALÁN, Elena. Construcción de género y ficción televisiva en España. *Comunicar: Revista Científica Iberoamericana de Comunicación y Educación*, n. 28, p. 229-236, 2007. <https://doi.org/10.3916/C28-2007-24>

23. GERBNER, George. Toward "Cultural Indicators": The analysis of mass mediated public message systems. *AVCR*, n. 17, p. 137-148, 1969. <https://doi.org/10.1007/BF02769102>

24. GERBNER, George. Violence and television drama: trends and symbolic functions. En: COMSTOCK, George; RUBINSTEIN, Eli (Eds.). *Television and social behavior*. US Government Printing Office. 1972. p. 28-65.

25. GUTMANN, Matthew. *Ser hombre de verdad en la ciudad de México: Ni macho ni mandilón*. México: El Colegio de México y Editorial Paidós, 1998.

26. HERDT, Gilbert (comp). *Introduction to the Paperback Edition*. Ritualized homosexuality in Melanesia. Berkeley: University of California Press. 1993.

27. HERZFELD, Michael. *The Poetics of Manhood: Contest and identity in a Cretan mountain village*. Princeton: Princeton University Press. 1985.

28. IGARTÚA, Juan José; ORTEGA, Felix; BARRIOS, Isabel; CAMARERO, Maria Emma; MARCOS RAMOS, María; PIÑEIRO, Naval; ALVIDREZ, Salvador. La imagen de la inmigración en la ficción televisiva de Prime Time, un estudio de análisis de contenido. Actas del I CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE MIGRACIONES EN ANDALUCÍA, p. 219-228. 2011. Disponible en: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4031614>>. Acceso en: 13 jun. 2020.

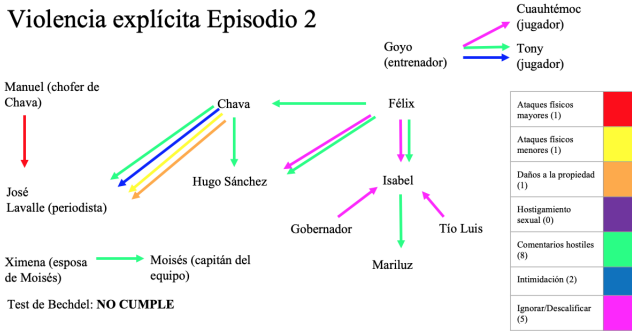
29. JENNER, Mareike. Binge-watching: Video-on-demand, quality TV and mainstreaming fandom. *International Journal of Cultural Studies*, v. 20, n. 3, p. 304-320, 2017. <https://doi.org/10.1177/1367877915606485>

30. KIMMEL, Michael. *The gendered society*. New York: Oxford, 2000.

31. LASO, Esteban. Poder, agencia y comunión: obstáculos en la transformación de la masculinidad. En: CASTANEDA, Liliana; ALVIZO, Cristina. (coord.). *Géneros, permanencias y transformaciones. Feminidades y masculinidades en el occidente de México*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara. 2017. p. 187-246.
32. MATRIX, Sidneyeve. The Netflix Effect: Teens, binge watching, and on-demand digital media trends. *Jeunesse: Young People, Texts, Cultures*, v. 6, n. 1, p. 119-138, 2014. <https://doi.org/10.1353/jeu.2014.0002>
33. MINAYO, Maria Cecilia de S. *La artesanía de la investigación cualitativa*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2009.
34. NEEDHAM, Jessica Kathryn. Visual misogyny: an analysis of female sexual objectification in Game of Thrones. *Femspec*, v. 17, n. 2, p. 3-19, 2017.
35. NETFLIX. *Acerca de Netflix*. 2018 <https://media.netflix.com/es/about-netflix>
36. ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). *Informe mundial sobre la violencia y la salud*. 2002. Disponible en: < https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/abstract_es.pdf>. Acceso en: 13 jun. 2020.
37. PILIPETS, Elena. From Netflix Streaming to Netflix and Chill: The (dis) connected body of serial binge-viewer. *Social Media + Society*, v. 5, n. 4, p. 1-13. 2019. <https://doi.org/10.1177/2056305119883426>
38. PITTMAN, Matthew; SHEEHAN, Kim. Sprinting a media marathon: Uses and gratifications of binge-watching television through Netflix. *First Monday*, v. 20, n. 10, p. 1-8, 2015. <https://doi.org/10.5210/fm.v20i10.6138>
39. SIGNORIELLI, Nancy; MORGAN, Michael; SHANAHAN, James. The Violence Profile: five decades of cultural indicators research. *Mass Communication and Society*, v. 22, n. 1, p. 1-28, 2019. <https://doi.org/10.1080/15205436.2018.1475011>
40. SUÁREZ-COUSILLAS, Tara; MARTÍNEZ-FERNÁNDEZ, Valentin Alejandra; SÁNCHEZ-AMBOAGE, Eva. Audiencia de plataformas SVOD. El caso de Netflix, Blockbuster, Hulu y HBO. 2019 14TH IBERIAN CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS AND TECHNOLOGIES, CISTI, p. 1-6. 2019. <https://doi.org/10.23919/CISTI.2019.8760790>
41. RIDGEWAY, Cecilia. Framed before we know it: How gender shapes social relations. *Gender and Society*, v. 23, n. 2, p. 145-160, 2009. <https://doi.org/10.1177/0891243208330313>
42. VALDÉS, Teresa; OLAVARRÍA, José. *Masculinidades: poder y crisis*. Buenos Aires: ISIS-FLACSO/Ediciones de las mujeres, 1997.
43. VEGA-MONTIEL, Aimée. La responsabilidad de la televisión mexicana en la erradicación de la violencia de género contra las mujeres y las niñas: apuntes de una investigación diagnóstica. *Nueva Época*, n. 13, p. 43-68, 2010. <https://doi.org/10.32870/cys.v0i13.1570>
44. VELANDIA-MORALES, Andrea; RINCÓN, Juan Carlos. Estereotipos y roles de género utilizados en la publicidad transmitida a través de la televisión. *Universitas Psychologica*, v. 13, n. 2, p. 517-527, 2014. <https://doi.org/10.11144/javeriana.UPS13-2.ergu>

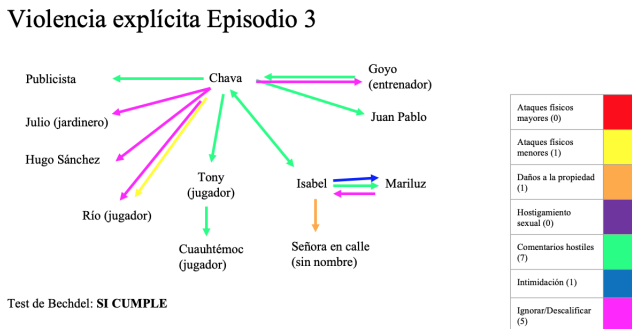
Apéndices

Imagen 4 - Mapa de interacciones violentas del episodio 2 de la serie de ficción televisiva Club de Cuervos.



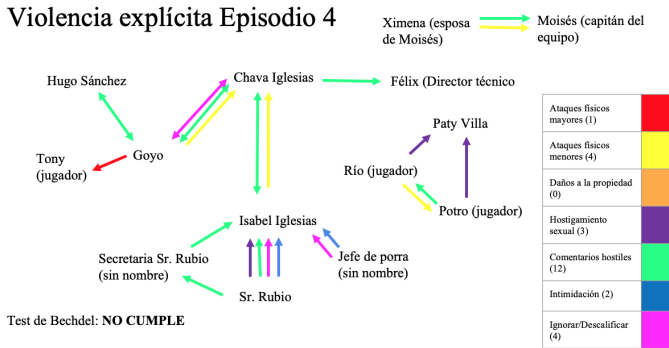
Fuente: Elaboración propia. Las flechas indican direccionalidad de la violencia y el color indica el tipo de violencia; las flechas dobles indican violencia cruzada.

Imagen 5: Mapa de interacciones violentas del episodio 3 de la serie de ficción televisiva Club de Cuervos



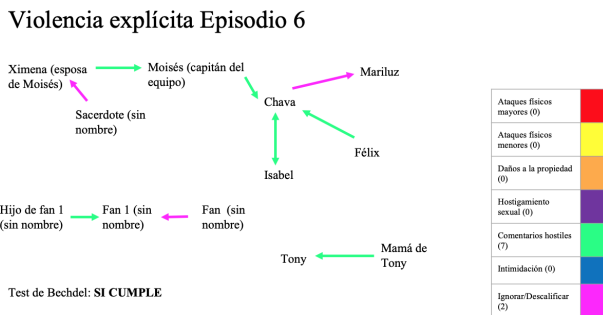
Fuente: Elaboración propia.

Imagen 6 - Mapa de interacciones violentas del episodio 4 de la serie de ficción televisiva Club de Cuervos



Fuente: Elaboración propia.

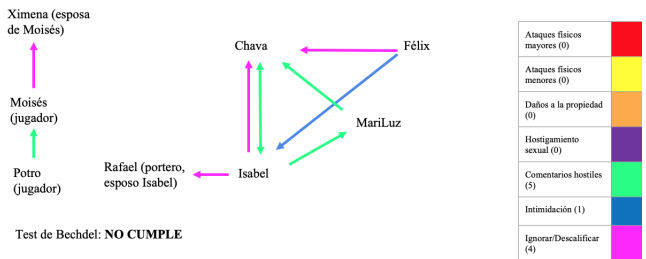
Imagen 7: Mapa de interacciones violentas del episodio 6 de la serie de ficción televisiva Club de Cuervos.



Fuente: Elaboración propia.

Imagen 8 - Mapa de interacciones violentas del episodio 7 de la serie de ficción televisiva Club de Cuervos

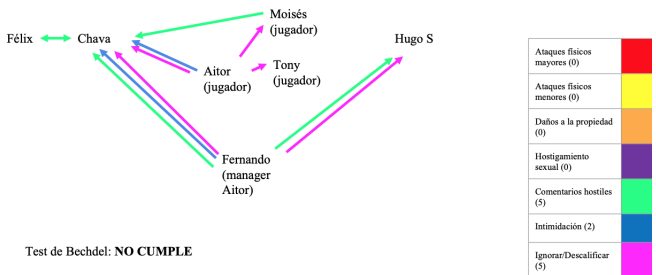
Violencia explícita Episodio 7



Fuente: Elaboración propia.

Imagen 9 - Mapa de interacciones violentas del episodio 8 de la serie de ficción televisiva Club de Cuervos

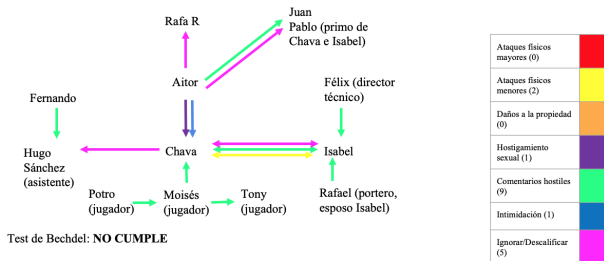
Violencia explícita Episodio 8



Fuente: Elaboración propia.

Imagen 10 - Mapa de interacciones violentas del episodio 9 de la serie de ficción televisiva Club de Cuervos

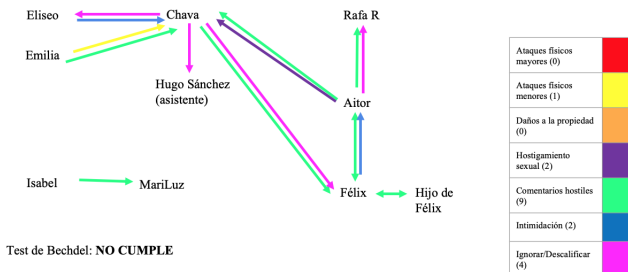
Violencia explícita Episodio 9



Fuente: Elaboración propia.

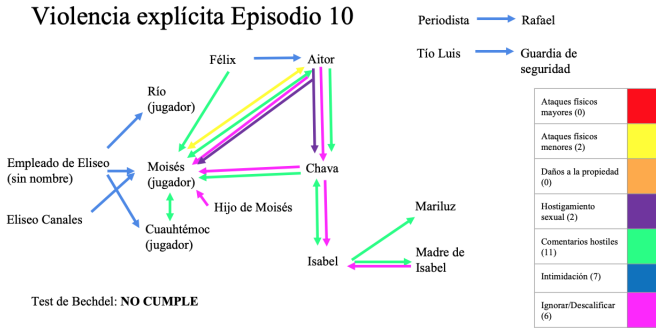
Imagen 11 - Mapa de interacciones violentas del episodio 10 de la serie de ficción televisiva Club de Cuervos

Violencia explícita Episodio 11



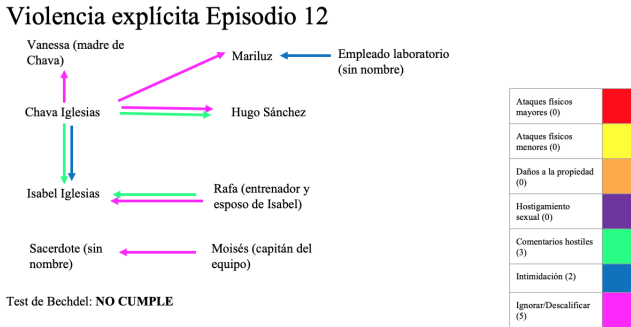
Fuente: Elaboración propia.

Imagen 12 - Mapa de interacciones violentas del episodio 11 de la serie de ficción televisiva Club de Cuervos



Fuente: Elaboración propia.

Imagen 13 - Mapa de interacciones violentas del episodio 12 de la serie de ficción televisiva Club de Cuervos



Fuente: Elaboración propia.

Recibido: 12 jul. 2021.
Aprobado: 23 nov. 2022.



<http://doi.org/10.1590/15174522-120793>

O novo espírito do assalariamento e os dispositivos de remuneração do trabalho

BERNARD, Sophie. *Le nouvel esprit du salariat*. Paris: Presses Universitaires de France, 2020.

Tiago Magaldi* 

Resumo

Nesta resenha, reconstruo o argumento da autora e teço algumas considerações críticas, com foco especial nas diferenças conceituais entre a obra resenhada e a proposta de Luc Boltanski e Ève Chiapello.¹

Palavras-chave: espírito do capitalismo, relações salariais, dispositivos de remuneração, trabalho formal, sociologia do trabalho francesa.

The new spirit of salaried work and the mechanisms of work remuneration

Abstract

In this review I reconstruct the author's argument and make some critical considerations, comparing and contrasting the conceptual differences between the work reviewed and Luc Boltanski and Ève Chiapello's proposals.

Keywords: the spirit of capitalism, salary relations, remuneration dispositifs, formal work, French sociology of work.

* Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O livro de Sophie Bernard condensa a trajetória de pesquisas da autora sob a hipótese do advento de um “novo espírito” do trabalho assalariado, em direta e explícita filiação à tese de Boltanski e Chiapello (2020) – citados já na segunda página do livro (Bernard, 2020, p. 8). Enquanto aqueles assinalaram a existência de um novo espírito do capitalismo por meio da análise da literatura de gestão empresarial, Bernard aposta na análise da evolução dos sistemas de remuneração salarial com o mesmo objetivo. Pontuando criticamente o foco recente da sociologia do trabalho francesa sobre fenômenos situados nas margens da sociedade salarial daquele país (desemprego, precariedade, trabalho autônomo), a autora diz preferir focar naquilo que estaria ocorrendo no coração da relação salarial, isto é, dentre a massa de assalariados formais, esmagadora maioria dos trabalhadores franceses.² É na flexibilização dos dispositivos de remuneração em geral que a autora nota os indícios de um “novo espírito”, definido como “uma nova forma de mobilização de mão de obra que favorece o surgimento de um trabalhador autônomo e responsável” (p. 9). Enquanto tal, ele seria um difusor de valores individualistas e meritocráticos para o conjunto da sociedade.

A autora se vale de vasto material empírico, coletado e analisado no correr de 20 anos de pesquisa sobre atividades laborais de diferentes setores econômicos, sendo o setor de supermercados um dos seus maiores focos (Bernard, 2020, p. 23). A abordagem é fortemente qualitativa, o que se depreende dos dados mobilizados: mais de uma centena de entrevistas realizadas, observações participantes e não participantes em diferentes anos, documentos internos das empresas. Bernard também situa historicamente sua análise, embora de maneira um tanto sumária – o movimento toma apenas algumas páginas da introdução do livro. Nelas, a autora nos apresenta brevemente três formas da organização capitalista do trabalho na França – por empreitada, fordista-taylorista e a organização por projetos – que teriam

² Segundo a autora, cerca de 90% dos trabalhadores franceses são assalariados formais e, dentre esses, a franca maioria seria composta de contratados por tempo indeterminado (“CDI” – *contrat à durée indéterminée*, em francês) (Bernard, 2020, p. 8).

mais ou menos se sucedido historicamente, e às quais corresponderiam respectivamente três tipos de autonomia dos trabalhadores – autonomia *por fora* da empresa, autonomia *apesar* da empresa e autonomia *para* a empresa. É sobre o pano de fundo da “organização por projetos” que a autora interpreta seus achados empíricos.

Seus dados permitiram a construção de três tipos de padrão de assalariamento, ilustrados respectivamente por três grupos de trabalhadores em ocupações e empresas distintas.

O primeiro tipo apresentado é o do trabalhador “associado”. Reconstruído pela autora a partir de suas investigações em uma empresa do setor de super e hipermercados, trata-se de um trabalhador envolvido objetiva e subjetivamente na chamada “participação nos lucros”. Bernard nos apresenta caixas, gerentes, trabalhadores de manutenção, repositores e responsáveis de diferentes setores de mercadoria, que se dizem “acionistas” da empresa fictícia “Maximag”, e que agem conforme esta crença. São trabalhadores que, por exemplo, vigiam os clientes procurando prevenir furtos, mesmo não sendo sua função o fazer: para eles, o furto de produtos da loja significa o furto do seu próprio dinheiro. O complexo sistema de remuneração da Maximag é exposto em detalhe (envolvendo diferentes maneiras de investir parte do salário na própria empresa, visando a retirada de dividendos – ver Bernard, 2020, p. 53), seu conjunto caminhando no sentido de tornar os empregados diretamente interessados nos lucros. Embora isso possa significar certo custo para a empresa (os prêmios dos trabalhadores podiam chegar a até seis salários suplementares), o sistema garantiria não apenas a “paz” no chão de loja, mas o efetivo engajamento dos trabalhadores: como “sócios” do empreendimento, eles se sentem responsáveis pela produção de sua remuneração no dia a dia de trabalho.

No entanto, a condição salarial precária instaurada por uma remuneração fortemente variável não tarda a reaparecer: a partir dos anos 2000, o crescimento do comércio varejista diminui de ritmo, e os salários dos trabalhadores, agora despidos dos fortes acréscimos variáveis, mostram-se insuficientes, próximos do salário-mínimo francês (Bernard,

2020, p. 67). Bernard nos mostra o impacto disso: os trabalhadores mais antigos, decepcionados, tornam-se nostálgicos; os mais jovens rejeitam a participação na “família Maximag”, lendo os mecanismos de remuneração variável exclusivamente na chave da necessidade (p. 78), uma vez que seu salário base não lhes parece suficiente. Mas o resultado dessa “tomada de consciência” da verdadeira dinâmica de sua remuneração, se produz indignação, não chega a produzir mobilização; antes, a autora sublinha o “fatalismo” dos trabalhadores e a crença persistente nos dispositivos de remuneração variável (p. 76-7), crença esta que se consolida quando os trabalhadores se percebem como privilegiados face a outros assalariados.

É diferente o impacto da crise para os trabalhadores da mesma empresa que se situam hierarquicamente acima do chão de loja, como no caso dos *cadres* da Maximag.³ Bernard nos mostra como a crise do setor significou, graças à aplicação seletiva dos riscos dos mecanismos de remuneração variável, um crescimento da desigualdade salarial interna à empresa.

No segundo capítulo do livro a autora traz o trabalhador “merecedor”. Bernard constrói esse tipo por meio de uma pesquisa sobre bancários. A principal característica de sua remuneração é o recebimento de premiações por metas atingidas. Mecanismo por excelência da individualização dos salários, a remuneração variável por metas é percebida majoritariamente dentre os bancários (e dentre a população francesa em geral) como legítima, na medida em que ela permitiria não apenas estabelecer desigualdades de remuneração consideradas justas, posto que supostamente baseadas em diferentes merecimentos, como também funcionam como um mecanismo de reconhecimento simbólico do trabalho bem feito e de incentivo a este (Bernard, 2020, p. 93-97). No entanto, embora esse grupo de trabalhadores

³ Há uma peculiaridade especificamente francesa em termos de hierarquia de *status* profissional. Naquele país há a figura do *cadre* (“gerente” ou “executivo”, em inexacta tradução livre), que representa o conjunto de trabalhadores fortemente distintos dos trabalhadores do chão de loja quanto ao *status*, geralmente com funções de gerência ou direção. Em todo caso, uma categoria frequentemente diplomada, com perspectiva de ter uma “carreira” e um padrão de consumo mais elevado. Para uma reconstrução histórica dessa categoria, ver Boltanski (1984).

esteja de acordo, em abstrato, com os princípios da remuneração por metas, eles também percebem contradições em sua aplicação prática. A autora destaca duas: a utilização das premiações pela gerência como ferramenta de pacificação dos conflitos no ambiente de trabalho (e não de produção de justiça meritocrática) e a arbitrariedade de sua aplicação tendo em conta a trajetória social e profissional dos chefes responsáveis por aplicá-la (aqueles que já passaram por determinado cargo tendem a remunerá-lo mais, por exemplo – ver p. 138). De modo que, para muitos dos entrevistados, na prática, as premiações não produzem situações justas; estes denunciam que as distribuições são muitas vezes arbitrárias e pouco transparentes (p. 90), sobretudo aquelas que dependem das avaliações subjetivas de seus superiores, isto é, aquelas que não decorrem necessariamente das metas alcançadas (p. 115).

Bernard conclui que os mecanismos disponíveis à gerência para regular o acesso às premiações por meio de avaliações de cada trabalhador terminam por renunciar aos objetivos seja de produzir justiça, seja de incentivar os trabalhadores ao engajamento, em nome da produção da “paz social” no ambiente de trabalho. O propósito original dos benefícios de fortalecer o engajamento no trabalho por meio de uma distribuição meritocrática dos benefícios (que a autora assinala como tendo origem nos departamentos de Recursos Humanos, e não nas chefias de setor) é deixado de lado quando confrontado com as necessidades práticas de pacificação dos subordinados por parte de seus chefes diretos. O que resta desse processo no final das contas é o fato da flexibilização das remunerações, que vai ao encontro do interesse das empresas em produzir uma autonomia *para* a organização, deixando aos gerentes a missão delicada de pulverizar os incentivos, apesar de tudo.

Por fim, trata a autora das diferenças de tratamento entre homens e mulheres nesse grupo. Os dados apresentados comprovam a distância significativa entre as remunerações de homens e mulheres no seio da empresa, mas isso não parece afetar a interpretação das últimas no sentido de um reconhecimento da situação como injusta. O caso mais eloquente é o de uma chefe que afirma que a perda salarial por conta de eventual maternidade

seria justa, uma vez ser decorrente de uma escolha da funcionária (Bernard, 2020, p. 157-8). Para a autora, essa posição significaria uma interiorização, por parte das trabalhadoras, de normas profissionais elaboradas por e para os homens: a ideologia meritocrática reforçaria as diferenças remuneratórias entre homens e mulheres.

O terceiro grupo analisado é composto de vendedores comissionados “quase-autônomos” (Bernard, 2020, p. 163). São trabalhadores cujo vínculo, enquanto empregados de uma empresa fornecedora de produtos, é levado ao limite da autonomia: organizam eles mesmos sua jornada de trabalho, sendo os responsáveis pelo contato com os antigos clientes e a prospecção e negociação com novos. Sua remuneração é completamente “flexível”: composta apenas de comissões, a prática de constituí-la pouco a pouco, a cada venda realizada, de tão rotineira e característica cristalizou-se em uma expressão: o “fazer salário”.⁴ Para a autora, trata-se de um caso típico de autonomia *para* a empresa, mesmo que os vendedores a defendam enfaticamente como elemento definidor de sua identidade profissional, contrapondo a sua própria concepção de autonomia: uma que seja *fora* da empresa (p. 176-9).

O dia de trabalho desses vendedores envolve percorrer extensas regiões entrando em contato com os clientes, oferecendo produtos e tomando pedidos de encomenda, bem como prospectando novos clientes em potencial nas regiões para as quais foram designados. A relação vendedor-cliente é um dos pontos nodais de tensão entre os vendedores e empresa. Isso porque, sendo a fonte da demanda, e sendo os vendedores praticamente o único canal com os quais os clientes têm contato com os fornecedores, há uma tendência dos primeiros a se sentirem “proprietários” dos clientes (Bernard, 2020, p. 167). A forte concorrência interna leva os vendedores a produzir estratégias para “despistar” a gerência e os colegas, como embutir pequenos erros nos relatórios de vendas, de modo a dificultar o contato com o cliente. Mas a principal maneira de levar a cabo a “apropriação” dos

⁴ Para uma investigação acerca do mesmo tema, mas no contexto brasileiro, ver Magaldi (2022).

clientes ocorre mediante um forte trabalho emocional, visando produzir uma ligação *pessoal* com o cliente (p. 170).

Dependendo diretamente das comissões sobre as vendas realizadas, a remuneração dos vendedores está umbilicalmente ligada ao desempenho econômico de seus clientes (Bernard, 2020, p. 190) e à sazonalidade das vendas em geral, o que tende a produzir forte incerteza quanto ao futuro. Os vendedores desenvolvem então maneiras de lidar com os percalços que surgem: organizam-se de modo a que recebam comissões mensalmente, ainda que a venda pela qual se vai receber em determinado mês tenha sido feita em mês anterior, estão sempre prevendo e antecipando despesas, alocando suas férias em semanas de vendas baixas (p. 194-7) etc.; em suma, estão constantemente procurando transformar a incerteza em risco organizável.

A última dimensão do trabalho dos vendedores analisada por Bernard é a do impacto diferencial, quanto ao gênero, da forma de remuneração e das condições de trabalho dos vendedores. As vendedoras mulheres não fazem uso de sua autonomia como o fazem os homens. De sua parte, elas organizam seu tempo profissional como algo *complementar* aos seus outros afazeres domésticos, com destaque para o tempo dedicado aos filhos. Mas não é desde sempre que as mulheres se dedicam à vida doméstica: Bernard nos traz casos de jovens vendedoras solteiras que possuem a perspectiva de fazer carreira no comércio, como seus homólogos masculinos; no entanto, a chegada do primeiro filho impõe um corte na caminhada profissional (Bernard, 2020, p. 216), e é geralmente a partir da primeira gravidez que as vendedoras passam a trabalhar nas “brechas” da maternidade, reorganizando seu tempo de trabalho de modo a se dedicar prioritariamente aos afazeres domésticos. Em sua maioria, as vendedoras saúdam a oportunidade de trabalhar em um emprego no qual é possível a “conciliação” entre afazeres domésticos e profissionais, não parecendo as incomodar o fato de ganharem menos que seus cônjuges. Para Bernard, a melhor interpretação desse fato é geracional: tendo suas mães, em regra, sido mulheres do lar, as vendedoras hoje veem a sua própria situação como um avanço, no sentido de que lhes permite o reconhecimento enquanto mulheres do lar e enquanto profissionais, mesmo que este último reconhecimento seja em magnitude

inferior ao dos homens. Sua remuneração, assim, toma um caráter quase simbólico, que lhes parece satisfatório (p. 224).

Esses os três grupos de trabalhadores apresentados por Bernard. O ponto de partida da análise foram os dispositivos remuneratórios (participação nos lucros, gratificação por metas e o salário por comissão) que, a despeito das especificidades das diferentes ocupações descritas, caminhariam no mesmo sentido: o de produzir um trabalhador que assuma os riscos inerentes à atividade empresarial propriamente dita como sua responsabilidade, que não só utilize a autonomia que possui no ambiente de trabalho a favor da empresa como também internalize o controle de sua atividade, que vigie a si mesmo e aos colegas; em suma, que passe de uma situação de exploração passiva à autoexploração (Bernard, 2020, p. 229). É nesse sentido que a autora afirma estarmos diante de um “novo espírito do assalariamento”: cada vez mais, os trabalhadores formais assumiriam como sua responsabilidade os riscos da atividade econômica, aceitando em larga medida a ideologia meritocrática que o sustenta, e que eufemiza a relação de subordinação entre a empresa e o trabalhador, tornando o vínculo de trabalho cada vez mais mercantil e individualizado. Este é um ponto crucial: mesmo em momentos de crise, os trabalhadores analisados pela autora seguem acreditando como *legítima* a proposta “meritocrática” individualizante, o que indica que essa interpretação mercadológica da relação de trabalho se naturalizou entre os trabalhadores.

Em primeiro lugar, devemos considerar que o livro é uma obra em tudo e por tudo francesa; seu enquadramento empírico são as grandes cidades da França e as referências teóricas mobilizadas são, com raras exceções, esmagadoramente francesas. Portanto, o leitor brasileiro deve ter em conta a distância que nos separa, empírica e teoricamente, do contexto francês. Quando Bernard afirma o surgimento de um “novo espírito do assalariamento” no interior do modo de produção capitalista, devemos entender que ela o faz tendo por referência um território de capitalismo desenvolvido, com um arcabouço institucional e jurídico relativamente estável quanto à regulação e proteção do trabalho – muito embora, como a autora indica, isto esteja se fragmentando nas últimas décadas –, referência

normativa e gerencial para o capitalismo mundial. Sua própria justificativa para o estudo é ilustrativa dessa posição, quando confrontada à realidade brasileira: criticando o foco dos estudos franceses do trabalho nas margens do assalariamento, a autora ressalta a importância de se pesquisar as mudanças no interior do assalariamento *formal*, grupo no qual estão a grande maioria dos trabalhadores franceses. Ora, não é esse absolutamente o caso brasileiro, no qual o trabalho “nas margens do assalariamento” sempre ocupou um contingente enorme da nossa força de trabalho.⁵ Uma investigação que procurasse descrever e explicar o “espírito” que animaria o engajamento dos trabalhadores brasileiros em suas atividades não poderia renunciar a uma análise das “margens” do assalariamento, pelo simples motivo de que, aqui, tais “margens” configuram o “normal” para enorme contingente de brasileiros desde o surgimento da regulação do trabalho no país, sendo inclusive comum o trânsito entre uma e outra modalidade de trabalho, formal e informal, pelos mesmos indivíduos (Cardoso, 2019, p. 376).

Tratemos agora um ponto teórico. Bernard apresenta seu livro como um esforço no sentido de desenvolver a proposta de Boltanski e Chiapello (2020). Tal afirmação, no entanto, nos parece peculiar, na medida em que não há indícios de adesão da autora à sociologia pragmatista, da qual Boltanski é um dos fundadores.⁶ Ilustrando: em Bernard, o “novo espírito” não é a expressão hegemônica de um tipo de *cit  *⁷ dentre outras, mas uma

⁵ A taxa de formaliza  o dos empregos no Brasil, grosso modo, passou por dois picos desde o surgimento da CLT: atingiu cerca de 60% em meados dos anos 1970 – taxa esta que, desde ent  o, “se mostrou um *teto* para as rela  es de trabalho reguladas pelo Estado” (Cardoso, 2013, p. 75) – e chegou a 67,5% em 2012 (Barbosa Filho; Moura, 2015). Atualmente a taxa de informalidade est   em 41,1% da popula  o ocupada, cerca de 37 milh  es de trabalhadores (IBGE, 2021). Para pesquisas recent  ssimas sobre o tema do trabalho informal, ver Rangel (2019) e Ara  jo Filho (2021).

⁶ Para um tratamento brasileiro cristalino sobre a sociologia pragmatista francesa, ver Correa e Dias (2016); para uma aprecia  o francesa panor  mica da mesma corrente, ver Barthe *et al.* (2016).

⁷ Conceito longamente desenvolvido por Boltanski e Th  v  not (2006) e que pode ser definido, grosso modo, como uma ordem normativa que enquadra a maneira como os indiv  duos percebem e avaliam os seres e as situa  es do mundo em que vivem, sendo a refer  ncia dos acordos e desacordos existentes acerca de determinada distribui  o de pessoas e bens; nesse sentido, em cada *cit  * est   embutido um padr  o de justia  .

ideologia forjada para mobilizar a mão de obra de *todo* o trabalho assalariado. O sentido dado ao “novo espírito” é tipicamente marxista, isto é, o de expressão pretensamente universal de interesses particulares (no caso, do empregador capitalista), que possui a função de *mascarar* a exacerbação da exploração sob a forma de “meritocracia”. Ele *ilude* os trabalhadores, convencendo-os da justiça de princípios derivados do interesse empresarial. A escolha é curiosa porque, ao mesmo tempo que diz trilhar o caminho aberto por Boltanski e Chiapello (2020), produz uma análise que é, de fio a pavio, uma denúncia da falsidade do “novo espírito”, em um movimento que o próprio Boltanski criticaria como reducionista.⁸ Na verdade, a posição de Bernard nos parece mais próxima à de Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 330), que sublinham o “aspecto propriamente disciplinar do discurso gerencial” no mesmo movimento em que realizam dura crítica a Boltanski e Chiapello (2020), por supostamente terem ressaltado “apenas a face sedutora e estritamente retórica dos novos modos de poder” (p. 330). No entanto, e curiosamente, Bernard cita os segundos como referência central de seu livro, e ignora os primeiros.

A despeito das ressalvas críticas, a obra de Bernard, além de apresentar farto e interessante material empírico, oferece ângulos de análise fecundos. Investigar as modificações internas à organização do trabalho formal, e não apenas os resultados mais visíveis do trabalho sob o capitalismo (deterioração das condições de vida, redução de rendimentos, problemas de saúde física e mental, desemprego, informalidade etc.), é focar no *processo* de exploração mais que em seu *resultado*; é privilegiar uma explicação *causal* antes que uma *denúncia moral* da piora das condições de vida dos trabalhadores, esta última muito comum – e por boas razões – na sociologia do trabalho brasileira. Trata-se, certamente, de duas perspectivas críticas, mas o intuito de Bernard é ir além de uma denúncia dos resultados, é investigar os meios

⁸ O autor propõe sacrificar o poder autoconferido pelos sociólogos de apontar a realidade do mundo e as ilusões dos atores (neste caso, os trabalhadores) para levar a sério suas interpretações e juízos de valor, realizando antes uma sociologia *da* crítica do que uma sociologia crítica. Para um desenvolvimento deste tema, ver Boltanski (2012, particularmente caps. 3 e 4).

dos quais a gerência empresarial se vale para aumentar o engajamento, a produtividade e o consentimento dos trabalhadores. A autora consegue mostrar como as “margens” desreguladas da relação entre capital e trabalho estão presentes no interior de vínculos de trabalho que poderiam ser considerados “privilegiados” (como o dos bancários e dos vendedores), reforçando o seu argumento de que haveria um mesmo “espírito” atomizador e meritocrático informando a organização da remuneração nos grupos mais diferentes entre si: o capitalismo contemporâneo seria, na sua própria dinâmica essencial, precarizador do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores.

Por isso, a escolha dos dispositivos de remuneração de cada grupo de trabalhador se revela uma entrada promissora, curiosamente pouco pesquisada em sociologia, talvez por soar “gerencial” demais. A premissa de que os diferentes modos de remuneração possuem impacto diferencial na maneira como os trabalhadores agem e interpretam o seu cotidiano de trabalho nos parece fundamentalmente correta, e passível de ser explorada com proveito por futuros trabalhos.

Tiago Magaldi Granato Silva é Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos - PPGS/UFSCar.
✉ tmgranato@gmail.com

Referências

1. ARAÚJO FILHO, Tarcísio Perdigão. *Viver na tora: trabalho ambulante e estratégias de vida nas encruzilhadas da gestão contemporânea do comércio popular*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.
2. BARBOSA FILHO, Fernando de H.; MOURA, Rodrigo Leandro de. Evolução recente da informalidade do emprego no Brasil: uma análise segundo as características da oferta de trabalho e o setor. *Pesquisa e planejamento econômico*, v. 45, n.1, p. 101-123, 2015.
3. BARTHE, Yannick *et al.* Sociologia pragmática: guia do usuário. *Sociologias*, v. 18, nº 41, p. 84-129, 2016. <https://doi.org/10.1590/15174522-018004104>

4. BERNARD, Sophie. *Le nouvel esprit du salariat*. Paris: Presses Universitaires de France, 2020.
5. BOLTANSKI, Luc. How a social group objectified itself: “Cadres” in France 1936-45. *Social Science Information*, v. 23, n. 3, p.469-491, 1984.
6. BOLTANSKI, Luc. *Love and justice as competences: three essays on the sociology of action*. Cambridge: Polity Press, 2012.
7. BOLTANSKI, Luc; CHIAPPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2020.
8. BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *On justification: economies of worth*. New Jersey: Princeton University Press, 2006.
9. CARDOSO, Adalberto. *Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
10. CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.
11. CORREA, Diogo S.; DIAS, Rodrigo de C. Crítica e os momentos críticos: “De la justification” e a guinada pragmática na sociologia francesa. *Mana*, v. 22, n. 1, p. 67-99, 2016.
12. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
13. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 13,2% e taxa de subutilização é de 27,4% no trimestre encerrado em agosto*. Agência de Notícias, 2021. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31990-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-13-2-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-27-4-no-trimestre-encerrado-em-agosto>. Acesso em 23 de novembro de 2021.
14. MAGALDI, Tiago. Remuneração variável e racionalidade neoliberal no chão-de-loja: o “fazer salário” dos vendedores comissionistas. In: TRÓPIA, Patrícia V.; MAGALDI, Tiago (org.). *Sociologia do trabalho no comércio*. 1ª ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022, v. 1, p. 33-50.
15. RANGEL, Felipe Martins. *A empresarização do comércio popular em São Paulo: trabalho, empreendedorismo e formalização excludente*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

Recebido: 14 dez. 2021.

Aprovado: 29 mar. 2022.

<http://doi.org/10.1590/18070337-121968>

O racismo multidimensional de Jessé Souza e a leitura unidimensional do Brasil

SOUZA, Jessé. *Como o racismo criou o Brasil*. São Paulo: LeYa, 2021

Marcos Abraão Ribeiro* 

Resumo

Nesta resenha, o livro *Como o racismo criou o Brasil*, de Jessé Souza, que propõe o conceito de racismo multidimensional e defende a centralidade do racismo racial para explicar a formação do Brasil e de seus principais dilemas, é analisado. Para isso, na primeira parte, são expostos os elementos que compõem as três partes do livro. Na segunda, são apresentadas as contribuições para a explicação teórica sobre o racismo, mas também enfatizadas as limitações do livro que, apesar de propor uma interpretação multidimensional, oferece uma leitura unidimensional sobre o racismo e os dilemas brasileiros.

Palavras-chave: racismo multidimensional; racismo racial; teoria sociológica; Brasil.

* Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

Jessé Souza's multidimensional racism and the one-dimensional reading of Brazil

Abstract

In this review, the book *Como o racismo criou o Brasil* (How racism created Brazil), by Jessé Souza, which proposes the concept of multidimensional racism and defends the centrality of racial racism to explain the formation of Brazil and its main dilemmas, is analyzed. Therefore, in the first part, the elements that compose the three parts of the book are exposed. In the second, the contributions to the theoretical explanation about racism are presented, but also the limitations of the book are emphasized, which, despite proposing a multidimensional interpretation, offers a one-dimensional reading about racism and Brazilian dilemmas.

Keywords: Multidimensional racism; racial racism; sociological theory; Brazil.

Uma das questões centrais do pensamento social brasileiro é a explicação da sociogênese do país. Nesse sentido, o racismo possui um papel de grande importância. Na geração de 1870, cujos autores principais foram Nina Rodrigues e Silvio Romero, o racismo científico era o componente decisivo para compreender o atraso brasileiro e a consequente ausência de povo (Schwarcz, 2008). Com Gilberto Freyre, o tema prossegue em sentido contrário, pois o Brasil seria o país da *democracia social e étnica*, que foi consagrada, posteriormente, como *democracia racial*, elemento decisivo da identidade nacional (Ortiz, 2006). Em 1950, período no qual foi instituída a sociologia das relações raciais (Guimarães, 2004), o tema do racismo foi retomado com grande ênfase por conta do *Projeto Unesco* sobre as relações raciais no Brasil. Para a geração de Florestan Fernandes, o *preconceito racial* seria o principal dilema, interpretado como herança escravista e tradicional. Como herança pré-moderna, o preconceito era um sintoma da incompletude da revolução burguesa e da sociedade de classes e, de certo modo, um impedimento para a constituição plena da ordem competitiva (Guimarães, 2004).

Na década de 1970, com o fundamental trabalho de Carlos Hasenbalg (1979), o racismo volta a ser debatido no meio acadêmico como um conceito para se compreender um dos contornos da sociedade moderna e de classes, o que representou importante inflexão com as pesquisas que analisam o preconceito de raça e cor como persistência do passado escravista e tradicional, uma vez que o racismo seria um elemento da sociedade capitalista. O conceito também foi trabalhado por Antonio Sérgio Guimarães (1999) e Silvio Almeida (2021). Contudo, como observam Guimarães (2004) e Campos (2017), o termo foi pouco desenvolvido no Brasil, sendo a ênfase dada à realização de pesquisa empírica. Como consequência do déficit teórico, a noção de racismo tornou-se muito ampla e imprecisa (Guimarães, 2004, p. 28). Assim, o livro resenhado torna-se um trabalho de significativa relevância para a discussão teórica sobre um fenômeno complexo e com consequências nefastas no país.

Para esta resenha, a obra de Jessé Souza é dividida em duas sociologias, a partir do trabalho de Burawoy (2006, 2009), pois as tipologias propostas pelo sociólogo estadunidense em torno da sociologia crítica e da sociologia pública fornecerão as condições para caracterizar a obra de Souza nos últimos 22 anos, bem como enfatizar os elementos novos presentes no livro resenhado.

A primeira é a sociologia crítica (2000-2012), no âmbito da qual Jessé Souza empreendeu a caracterização e o questionamento da *sociologia da inautenticidade*, ofereceu uma teorização sobre o processo de modernização do Brasil e sua abissal desigualdade e questionou teórica e empiricamente a tese da *nova classe média*. A segunda é a sociologia pública (2015), que é mobilizada para alcançar o grande público no sentido de proporcionar uma profunda *reforma moral* na sociedade brasileira. Essa divisão não representa uma ruptura epistemológica entre as duas sociologias, pois, nos dois momentos, Souza tem como objetivo questionar os postulados centrais das tradicionais interpretações do Brasil, formular teorizações que forneçam as condições de engendrar uma narrativa moderna sobre o país de modo a compreender os dilemas brasileiros de maneira adequada e,

dessa forma, apresentar alternativas de cunho progressista para superá-los. Assim, a divisão tem um caráter fundamentalmente analítico. Dessa forma, os elementos centrais de *Como o racismo criou o Brasil* (2021) serão apresentados para, em seguida, tecer-se alguns comentários com o intuito de demarcar avanços e limites da obra. O livro é dividido em prefácio, partes intituladas, respectivamente, “O que é racismo, afinal?”, “A singularidade da moralidade no Ocidente”, “O racismo multidimensional” e “Conclusão”.

No prefácio, Souza defende que o racismo é o elemento primordial para explicar o Brasil em suas formatações racial e multidimensional. Para tanto, o sociólogo argumenta que, na produção brasileira e internacional, apenas foram realizadas tentativas de demonstrar que o racismo existe, mas sem um efetivo esforço de explicar como ele se estabelece e atua na sociedade. O prefácio também destaca que o livro é um resumo da trajetória de Souza como estudioso e pesquisador, mas que é apresentado de forma acessível ao grande público que tenha interesse em compreender o surgimento do racismo, suas formas e reprodução no tempo.

Na primeira parte do livro, Souza dedica-se a alguns objetivos entrelaçados: i) questionamento do *lugar de fala* para explicar o racismo e a opressão; ii) a crítica ao conceito de *racismo estrutural*; iii) *defesa do caráter central da dimensão moral* para a compreensão da civilização ocidental moderna e a definição do conceito de *racismo multidimensional*.

Souza critica intelectuais negros, como Djamila Ribeiro, que utilizam o *lugar de fala* e a *representatividade* como mecanismos para denunciar a opressão que, na verdade, representam verdadeiro engano e instrumentos para a hegemonia neoliberal. Mesmo sem ainda o desenvolver, existe a defesa de que o *racismo racial*, derivação do *racismo multidimensional*, é o elemento crucial para as mazelas da sociedade brasileira, como a desigualdade abissal, violência estrutural e a luta entre as classes sociais (p. 13). O autor reitera o argumento presente no prefácio, segundo o qual os intelectuais desconhecem o racismo porque apenas apontam sua existência (p. 13). Ao comparar o Brasil com os Estados Unidos, Souza afirma que o progressismo neoliberal é um dos principais propulsores da extrema

direita, pois as pautas identitárias são interpretadas como as responsáveis por todos os problemas, o que fez com que Bolsonaro e Trump fossem alçados ao poder (p. 41).

Depois de apontar as inconsistências na abordagem hegemônica sobre o racismo, Souza defende a tese central do livro, que é desenvolvida nas outras duas partes: o racismo multidimensional, que representa o núcleo comum de onde são produzidas todas as formas de racismo – de *gênero*, de *raça*, de *cultura*, de *classe*. Souza empreende uma crítica ao conceito de racismo estrutural, uma vez que ele representa uma categoria naturalizada. Em outras palavras, não haveria uma explicação efetiva do conceito, pois teria em seu bojo uma estrutura indeterminada e vazia (p. 46). Precisamente, o conceito seria marcado pela circularidade, uma vez que autores como Silvio Almeida e Achille Mbembe não explicam a estrutura simbólica do racismo. Como decorrência, houve sua distorção por demandas em torno do reconhecimento (p. 49). Souza também critica o marxismo e seu economicismo redutor ao analisar as classes sociais da mesma forma que o liberalismo interpõe, ao pontuar o comportamento individual (p. 53). A crítica ao marxismo é central, uma vez que o sociólogo defende que a invisibilidade da dimensão moral e sua reprodução são responsáveis pela perpetuação da dominação por meio do racismo. Nesse sentido, Souza defende que os indivíduos são formados dentro de um contexto intersubjetivo pré-existente permeado por ideias, valores morais e concepções não articuladas de justiça que serão norteadoras das decisões na vida cotidiana (p. 54). Ao contrário das interpretações de caráter culturalista e essencialista, a sociedade brasileira é interpretada como uma das formas concretas que a modernidade ocidental logrou realizar. Assim, a compreensão sobre a formação do Brasil e sobre o papel central do racismo tem de ser levada a cabo por meio da reconstrução institucional e moral da sociedade moderna como um todo (p. 57).

Na segunda parte do livro, há uma reconstrução histórica da moralidade do Ocidente desde o judaísmo antigo, pois a herança da profecia ética fez com que a civilização ocidental desenvolvesse a criação da ideia de indivíduo como instância moral e refletida (p. 67). Além da gênese do judaísmo

antigo, o cristianismo teve papel decisivo para universalizar a herança da religiosidade ética, por meio da junção das heranças do judaísmo e da filosofia grega. Nesse sentido, Santo Agostinho foi um personagem central do cristianismo, pois, utilizando-se da filosofia grega, legou, no século IV, o caminho peculiar para a salvação nos pontos da virtude platônica, isto é, por meio da luta pelo controle do espírito sobre os desejos sem controle do corpo (p. 69). Agostinho também constitui elemento central para a especificidade ocidental e sua concepção de indivíduo, com a noção de interioridade, porque ela seria constitutiva da ideia de subjetividade. Esse ponto é central para a reconstrução proposta por Souza, pois é a partir da noção de interioridade que foi constituída a *hierarquia moral* produtora da cultura ocidental (p. 71), constituída por meio da disjuntiva espírito e corpo, que será o fundamento decisivo de todas as formas de distinção social. Em outras palavras, Souza defende que a hierarquia moral ocidental constitui todas as distinções entre as classes sociais que, na sociedade moderna, lutam pelos seus recursos escassos. Portanto, a religiosidade foi a responsável pela ideia moral de indivíduo, sendo a principal singularidade do desenvolvimento ocidental como um todo (p. 78).

Outra dimensão ético-religiosa fundamental para a hierarquia valorativa ocidental foi a reforma do protestantismo ascético. Sobre sua importância, Souza afirma que “a revolução protestante realiza na prática, no espaço do senso comum e da vida cotidiana, a nova noção de virtude ocidental” (p. 81). Por meio da reforma protestante é possível compreender a passagem da religião para a ciência como instância simbólica mais relevante, pois as ideias de razão calculadora e distanciada e de vontade como autorresponsabilidade tornaram-se dominantes na vida prática dos indivíduos (p. 86). No mundo *desencantado*, sua avaliação continua de acordo com a hierarquia moral que tem por base a disciplina e a repressão do corpo pela moral (p. 87). O homem vai ser, antes de tudo, um agente moral, tendo como elementos fundamentais os princípios da dignidade e da autenticidade (p. 94). A autenticidade, ou expressivismo, que ganhou uma linguagem nos termos seculares no século XVIII pelo romantismo alemão, fica restrita às elites intelectuais no século

supracitado e no século XIX, tornando-se movimento de massa apenas na década de 1960, por meio da chamada revolução contracultural: “começamos a acreditar, como os românticos, que também podemos criar um sentido profundo e novo e nos redefinir de outro modo” (p. 97). O sociólogo defende que os seres humanos são, antes de qualquer outra dimensão, seres morais em processo de autointerpretação e aprendizado, uma vez que são as necessidades e os estímulos morais que comandam o comportamento humano em todas as esferas (p. 99). Nesse sentido, Souza também enfoca o trabalho de Axel Honneth e suas dimensões do reconhecimento – amor, direito e *valorização social* – para demonstrar que as lutas morais são a base dos conflitos políticos contemporâneos (p. 99).

A reconstrução da moralidade ocidental, mencionada anteriormente, foi realizada para a compreensão da história do Ocidente como um enorme processo de aprendizado moral possibilitado por lutas em torno do reconhecimento, e, também, para o entendimento de como o *racismo racial* e as outras formas de racismo multidimensional são maneiras de negar o reconhecimento social a indivíduos e grupos (p. 120).

Após realizar a crítica ao *identitarismo*, ao *racismo estrutural* e reconstruir a dimensão moral do Ocidente, Souza procura unir as teorias de Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Charles Taylor e Axel Honneth, na terceira parte do livro, para a proposição de uma perspectiva crítica e de uma saída emancipatória contra o racismo e suas consequências. A reconstrução do racismo multidimensional é realizada a partir de três elementos: 1) ênfase no racismo global e sua transformação em visão de mundo abrangente por meio da atuação do imperialismo informal americano; 2) explicação de como o racismo de classe, sempre ligado ao racismo racial, reproduz-se no Norte e Sul globais; 3) sustentar que a articulação entre racismo de classe e racismo racial no Brasil permitiu que este comandasse todo o processo de dominação social e política (p. 133-4).

Como apresentado no parágrafo anterior, o autor inicia sua teorização a partir da denominação de racismo global, termo que, a partir do estabelecimento do conceito de civilização, no século XVIII, foi utilizado pelos

européus para definir a autoconsciência de sua própria superioridade. Essa superioridade europeia foi reproduzida no Brasil por meio da recepção, no século XIX, de ideias de Gobineau, que foram incorporadas por quase todos os intelectuais, como Oliveira Vianna e Euclides da Cunha, que defendiam o *branqueamento* como saída para o Brasil. Além de demonstrar a importância do racismo científico, que legava uma inferioridade biológica, Souza apresenta a mudança realizada pela interpretação culturalista de Gilberto Freyre e aponta uma importante limitação em sua leitura, a ausência de crítica aos pressupostos racistas da valorização e da desvalorização do mestiço (p. 146).

Se o racismo científico havia sido descartado como explicação válida pela interpretação culturalista, isso não significou o término do racismo como mecanismo de inferiorização de povos inteiros por meio da reprodução da hierarquia moral do Ocidente. Isso ocorreu porque foi disseminada uma nova forma de racismo, o *racismo cultural*, para o qual Talcott Parsons e a teoria da modernização possuem papel de destaque, como Souza já havia discutido em livro anterior (Souza, 2015). Assim, por meio da teoria da modernização, as ciências sociais globais e a inteligência brasileira, em particular, serão dominadas pelo racismo implícito do culturalismo. Dessa forma, a teoria da modernização seria a iniciadora do moderno mito ocidental da superioridade americana, difundido por meio do *imperialismo informal*, conceito apresentado em detalhe em seu livro anterior (Souza, 2020).

Seguindo o argumento presente em outros trabalhos (Souza 2015, 2017, 2020), Souza afirma que, a partir da oposição ao projeto de Vargas em torno da inclusão popular, foi constituída uma reação elitista e conservadora responsável pela formação do pensamento liberal conservador brasileiro, que se mantém hegemônico na direita e em parte da esquerda, por meio da obra de Sergio Buarque de Holanda (SBH). As ideias de SBH foram utilizadas desde o início pela elite escravocrata para criminalizar o Estado, a política de inclusão popular, bem como o voto e a participação popular (p. 175). Além de SBH, Souza também aponta o papel de Raymundo Faoro como historiador oficial e mais influente do pensamento social brasileiro por conta do argumento em torno da secular tradição luso-brasileira da corrupção (p. 176).

Após expor as principais interpretações do racismo de formação cultural, Souza estabelece a crítica. Para tanto, o autor sustenta que o culturalismo esquece a gramática comum a todas as culturas, além de as interpretações derivadas dele serem baseadas em uma leitura apologética e distorcida de Max Weber sobre a superioridade do protestante ascético. Souza também polemiza com o pós-colonialismo, pois afirma não conhecer nenhum autor contemporâneo que faça crítica ao culturalismo dominante e hegemônico. Assim, o sociólogo afirma ainda que a crítica do movimento é marcada pelo ressentimento (p. 185). Para sustentá-la, Souza defende duas premissas que precisam ser compreendidas conjuntamente: 1) o universalismo dos esquemas de classificação e avaliação do capitalismo, implícitos na eficácia de suas instituições principais; 2) o particularismo de experiências históricas e contingentes de aprendizado coletivo (p. 189). Assim, a divisão global entre Norte e Sul, representada como tipos diferentes de sociedades, equivale à permanência da manutenção prática do racismo cultural (p. 187). Sobre o primeiro ponto, o autor afirma: “o que não varia nacionalmente, por exemplo, é a necessidade de construção de um *habitus* disciplinar para que qualquer indivíduo seja integrado socialmente com sucesso no contexto do racionalismo ocidental da *dominação do mundo* que se expandiu globalmente” (p. 190). Outro aspecto global é o papel do *habitus* estético, que produz uma série de identificações pré-linguísticas e imediatas reconhecidas pelos indivíduos como modo de andar, falar, vestir, que separa, por exemplo, o burguês das classes trabalhadoras e das classes marginalizadas (p. 192). Os tipos de *habitus* representam a existência de um sistema de dominação global que possui contornos nacionais específicos. Assim, há uma articulação própria dos tipos de racismo em cada sociedade (p. 217). Em países como o Brasil e os Estados Unidos, por exemplo, ocorre a preponderância do *racismo racial* no comando da sociedade de classes em luta, sendo, no caso brasileiro, a grande restrição do aprendizado moral e político (p. 219).

Após apresentar o racismo global, Souza narra o processo de branqueamento no Brasil, responsável por unir os racismos racial e de classes, que seria a real singularidade do país: “o essencial é a vinculação da

brancura com o espírito na sua conotação secular, ou seja, como inteligência, moralidade e beleza, e da *negritude* com o corpo animalizado das paixões irrefletidas, não confiáveis e enlouquecidas” (p. 224-25). Souza argumenta que a descrença existente na maior parte da elite, inclusive nos intelectuais, em torno da impossibilidade de os negros participarem de qualquer processo de aprendizado e o gozo sádico na humilhação racista cotidiana, possuem um peso decisivo na passagem do escravismo para a República Velha, uma vez que esse núcleo se mantém nas *repúblicas novas* (p. 226).

Apesar de afirmar a continuidade do *racismo racial*, Souza também aponta a existência de um contraponto antirracista, que foi o projeto inclusivo e popular de Getúlio Vargas a partir de 1930 (p. 231). Contudo, o racismo explícito foi interdito pelo falso moralismo de combate à corrupção, por meio do trabalho de SBH. Sem projeto para o país como um todo, a elite e a classe média branca utilizaram-no como arma para a manutenção de seus privilégios (p. 243). Assim, seria uma forma de tornar o racismo de classe e raça, pautado na criminalização do Estado, da política e do voto popular, em sinônimo de progresso, por meio de um ar democrático e progressista (p. 237).

Seguindo sua ênfase no papel das ideias como legitimadoras de ações políticas, Souza sustenta que, a partir das teses de SBH, o racismo brasileiro transmutou-se em falso moralismo anticorrupção, que se tornou elemento, inclusive, do PT. Existe também o apontamento dos momentos da história brasileira em que houve tentativas de aprendizado moral e político, que representariam a universalização da dignidade do produtor útil, mas que terminaram sendo interrompidas, como o movimento das *Diretas Já*, a *Teologia da Libertação* e a campanha pelo impedimento do então presidente Fernando Collor, mesmo não havendo uma efetiva crítica à dominação elitista no Brasil. Como consequência, houve o impedimento da constituição de um projeto alternativo para a sociedade brasileira (p. 253). Como exemplo disso, o governo Dilma acolheu, como bandeira de seu governo, o falso moralismo elitista (p. 255).

De acordo com Souza, a elite precisa construir uma mentira convincente para transformar o pior tipo de exploração econômica em um *imperativo moral*. Nesse sentido, a razão para a ida às ruas era, efetivamente, abortar o processo de inclusão popular de negros e mestiços por meio do encobrimento do racismo explícito pelo falso moralismo. O racismo metamorfoseado em falso moralismo, portanto, foi o responsável pela crise política que levou ao golpe contra a presidente Dilma Rousseff e à eleição de Jair Messias Bolsonaro. Assim, o falso moralismo encobriu o *racismo racial* da classe média branca (p. 260).

Na última seção da terceira parte, Souza argumenta que a eleição de Bolsonaro deixou bastante claro a força social e política do racismo (p. 262). Para tanto, o autor chama a atenção para o papel central da *Lava Jato* para criminalização do PT e da classe política (p. 263). Apesar de criticar o PT, por conta de seu envolvimento com a desapropriação neoliberal, Souza reforça o argumento presente em trabalhos anteriores (Souza, 2016, 2017), de que o processo de inclusão levado a cabo pelo partido terminou mexendo com a principal chaga social brasileira, o racismo contra a *ralé de novos escravos* (p. 266). Nesse sentido, o sucesso da popularidade de Bolsonaro está na *guerra entre os pobres*, uma vez que as classes média e alta já estavam com ele (p. 271). As bandeiras de campanha de Bolsonaro contra a corrupção e a criminalidade, por sua vez, uniram as duas pontas do racismo brasileiro: “o racismo contra os pobres, possibilitado pelo falso moralismo, e o racismo do *pobre remediado* contra o negro no último degrau da sociedade” (p. 278). Bolsonaro seria o representante do *lixo branco*, sendo o seu principal capital político a revivescência do racismo popular como forma de dividir os pobres que haviam se unido durante o lulismo (p. 279).

Dessa forma, Souza conclui seu livro sustentando que ele teve como objetivo compreender o *racismo multidimensional* e como, em sociedades como a brasileira, o *racismo racial* possui papel central no comando do processo de dominação social e política (p. 282). O sociólogo reforça a importância do trabalho de reconstrução da moralidade, pois é fundamental entender como o racismo destrói a capacidade de autoestima, autoconfiança e autorrespeito (p. 284). Souza também reforça o papel do racismo para

a interdição do aprendizado social, que impede a sociedade brasileira de chegar a *formas universais de reconhecimento*. O autor também reitera o papel do aprendizado social para o avanço da sociedade, como ocorreu com a Alemanha (Souza, 2017). Souza termina o livro conclamando a necessidade de luta contra o racismo racial e multidimensional como única possibilidade de haver vida digna no Brasil (p. 289).

O livro resenhado tem méritos quando são abordadas as dimensões crítica e pública da sociologia de Jessé Souza. O primeiro ponto relevante é a teoria de alcance global, sobretudo levando-se em consideração a geopolítica do conhecimento, que coloca os autores brasileiros como produtores de pensamento circunscrito às fronteiras do Brasil (Lynch, 2013). O livro, por sua vez, apresenta uma teoria sociológica sobre o racismo formulada a partir da periferia, o que significa mais uma relevante contribuição do sociólogo para a ruptura com as teses do *atraso* (Bastos, 2013) e da *singularidade brasileira* (Tavolaro, 2014), pois o país, apesar de suas especificidades, é caracterizado como componente autêntico da modernidade. O segundo refere-se ao pouco desenvolvimento teórico sobre o racismo entre os estudiosos do tema no Brasil, uma vez que, como apresentado no início desta resenha, a ênfase recaiu sobre a pesquisa empírica. A crítica ao *identitarismo* e à naturalização do conceito de *racismo estrutural*, que se tornou senso comum acadêmico e político para demarcar o caráter racista da sociedade brasileira, também é elemento de grande importância no livro resenhado, sobretudo se for considerado que ele é voltado para o grande público, como também são os livros de Djamila Ribeiro e Silvio Almeida.

Logo, o trabalho representa importante inflexão na sociologia de Jessé Souza. Durante o primeiro período de sua produção não existia uma teorização sobre o racismo, pois havia a defesa de que o *preconceito racial* era uma capa que escondia a desigualdade de classe (Souza, 2005). Assim, o objetivo de Souza foi o de apresentar uma teorização não econômica sobre a abissal desigualdade brasileira, que seria derivada do processo de modernização do país. Nesse sentido, o efetivo preconceito não era de cor, mas sim o que girava em torno de um *tipo de personalidade* considerada

disruptiva e improdutiva para toda a sociedade (Souza, 2005, p. 59). Desse modo, a cor da pele seria um elemento secundário quando comparada ao *habitus* precário, elemento central para explicar o abandono, a inadaptação e a naturalização da desigualdade no Brasil.¹ A partir de seu primeiro trabalho voltado para o grande público (Souza, 2015), Souza apresenta uma abordagem sistemática sobre o racismo,² voltada para a cultura que, com o livro resenhado, amplia-se para a dimensão racial, que se torna decisiva para explicar a vida social e política no Brasil.

Existem, contudo, problemas no livro que precisam ser destacados. Souza coloca-se como o único autor a realizar a crítica teórica ao culturalismo. Contudo, há, por exemplo, a teorização de Domingues (2011), que estabelece consistentes e contundentes críticas ao culturalismo, como o etnocentrismo da teoria da modernização, que reproduziu o sucesso reificado da América do Norte, como também argumenta Souza. Além disso, Souza tece uma crítica rápida que descarta o pós-colonialismo completamente. Contudo, pós-colonialismo e decolonialidade podem contribuir com o livro resenhado. Nesse sentido, a teorização de Aníbal Quijano (2005) contém elementos que fariam a proposta do livro ser muito mais consistente e abrangente, pois daria maiores condições para uma abordagem concreta sobre o papel do racismo, por exemplo, para a consolidação do capitalismo como modo de produção global. O par modernidade/colonialidade e os conceitos *colonialidade do poder* e *colonialidade do saber* forneceriam possibilidades para uma efetiva multidimensionalidade de sua teoria que, concretamente, apenas enfatiza a dimensão simbólica como reprodutora do racismo moderno.

¹ De acordo com Souza (2006, p. 91-92): “o que me parece importante aqui em termos analíticos é perceber a existência de um código social que sobredetermina o preconceito racial, demonstrando seu caráter secundário vis-à-vis a hierarquia valorativa principal que tem a ver com um conceito sociocultural de pertencimento de classe que constitui *habitus* respectivamente valorizados e desvalorizados socialmente”.

² Em seus trabalhos da sociologia crítica, Souza aborda o racismo de classe ao criticar pesquisa sobre a “nova classe média”: “na realidade, a imaginação desses setores populares como carentes de moralidade, capacidade associativa, e incapacidade de desenvolver relações de confiança mútua – o que Lamounier e Souza chamam, tão imprecisamente, de capital social – parece ser um caso típico de racismo de classe, em que a relação dos privilegiados com a ‘virtude’ já está pré-decida e pode ser ‘comprovada’ por questionários estereotipados”(Souza, 2010, p. 326).

Quijano (2005, p. 120) sustenta que o capitalismo global se constitui como sistema colonial/moderno e eurocentrado, argumento que permitiria a Souza apresentar uma narrativa bifurcada, nas dimensões material e simbólica, sobre o surgimento dos conceitos de raça e racismo, bem como sua utilização como instrumento de controle do trabalho e da produção de conhecimento em torno da narrativa eurocêntrica sobre a modernidade. Quijano também possui relevante argumento sobre a hierarquia valorativa eurocêntrica entre *razão/sujeito* e *corpo* que, certamente, adensaria a teorização sobre a modernidade e o *racismo multidimensional*. No limite, a leitura de Quijano poderia problematizar a própria noção de modernidade subjacente à teorização de Souza, por meio da ênfase em sua dimensão colonial expressa pela colonialidade do poder, que teve papel central na formulação da narrativa eurocêntrica da modernidade.

Nesse sentido, a ênfase exclusiva na dimensão simbólica e o déficit de interlocução teórica fazem com que o livro, apesar dos componentes inovadores que possui, não consiga executar a proposta analítica que promete. Apesar de propor um quadro multidimensional acerca do racismo, Souza oferece uma perspectiva unidimensional para analisar a sociedade brasileira e os seus dilemas, pois não há integração entre as três dimensões do racismo, ideológica, prática e estrutural (Campos, 2017). A unidimensionalidade também está presente na interpretação da conjuntura política do país, pois o racismo multidimensional seria o responsável por explicar os golpes de Estado e a ascensão de Jair Bolsonaro e da extrema direita. Também inexistente uma análise institucional que seria fundamental para compreender o papel do racismo no atual governo, bem como para delimitar de forma precisa a sua influência. Como sociedade moderna e complexa, não é possível explicar a ascensão da extrema direita à Presidência da República sem uma análise da dimensão institucional. A teorização do livro é a demonstração, na verdade, da *sociologia da unidimensionalidade*,³ que não possui condições de oferecer, sozinha, uma explicação multidimensional

³ Agradeço ao sociólogo Roberto Dutra, professor do PPGSP-UENF, pela proposição do termo para caracterizar a fase atual da sociologia de Jessé Souza. Contudo, a utilização nesta resenha é de minha inteira responsabilidade.

sobre o Brasil, uma vez que sua ênfase recai apenas sobre a dimensão simbólica e seus efeitos. Falta, como apontamos em outro lugar (Ribeiro, 2020), uma análise que também aborde a dimensão material em termos econômicos e políticos para que haja, efetivamente, uma interpretação multidimensional dos dilemas brasileiros.

Apesar de ser lastreado por forte dimensão normativa, o livro possui significativa limitação política, pois sua sociologia pública reduz-se, fundamentalmente, à proposição de uma reforma moral da sociedade, presente também na sociologia pública de Michael Burawoy (Turner, 2009). Em decorrência da ausência de alternativas concretas de mudança social e política, como ações de cunho institucional, inexistente a possibilidade de materialização das condições necessárias para reconhecimento social, aprendizado e avanço, defendidos por Souza como decisivos para a transformação da sociedade brasileira. Assim, sem uma análise concreta das dimensões econômica e política e sem a proposição de alternativas institucionais efetivas, não será possível enfrentar as mazelas causadas pelo racismo com possibilidades reais de construir outro padrão civilizatório.

Marcos Abraão Fernandes Ribeiro é jornalista, sociólogo, Doutor em Sociologia Política e Professor de Sociologia do Instituto Federal Fluminense.

✉ olamarcos@yahoo.com.br

Referências

1. ALMEIDA, Silvio: *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaira, 2021.
2. BASTOS, Elide Rugai. A Construção do debate sociológico no Brasil. *Ideias*, v.4, p. 287-300, 2013.
3. BURAWOY, Michael. Por uma sociologia pública. *Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais*, n.25, p. 9-50, 2006.
4. BURAWOY, Michael A sociologia pública em tempos de Barack Obama. *Caderno CRH*, v. 22, n. 56, p. 233-244, 2009.
5. CAMPOS, Luiz Augusto. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista crítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 95, p.1-19, 2017. <https://doi.org/10.17666/329507/2017>
6. DOMINGUES, José Maurício. *Teoria crítica e semi (periferia)*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
7. GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: 34, 1999.
8. GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, v. 47, n.1, p.9-43, 2004.
9. HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
10. LYNCH, Christian. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2013. <https://doi.org/10.1590/S001152582013000400001>.
11. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Ed. Brasiliense: 2006.
12. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.117-142.
13. RIBEIRO, Marcos Abraão. O papel dos Estados Unidos na crise brasileira contemporânea: Jessé Souza e conceito de imperialismo informal. *Contemporânea*, v. 10, n. 3, p. 1489-1499, 2020.
14. SCHWARCZ, Lília: *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
15. SOUZA, Jessé. Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. *Lua Nova*, n. 65, p. 43-69, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452005000200003>
16. SOUZA, Jessé. A visibilidade da raça e invisibilidade da classe: contra as evidências do conhecimento imediato. In: SOUZA, Jessé (org.) *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.71-95.

17. SOUZA, Jessé. O elo orgânico entre patrimonialismo e racismo de classe. A nova classe média no discurso liberal/conservador. In: SOUZA, Jessé (org.) *Os batalhadores brasileiros*. Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p.309-328.
18. SOUZA, Jessé: *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.
19. SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. São Paulo, LeYa, 2016.
20. SOUZA, Jessé: *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. São Paulo: LeYa, 2017.
21. SOUZA, Jessé: *A guerra contra o Brasil*. Como os Estados Unidos se uniram a uma organização criminoso para destruir o sonho brasileiro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.
22. SOUZA, Jessé: *Como o racismo criou o Brasil*. São Paulo: LeYa, 2021.
23. TAVOLARO, S. A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, n.3, p.633-73, 2014. <https://doi.org/10.1590/00115258201420>
24. TURNER, Jonatan. Contra a sociologia pública: será ela a melhor forma de tornar a sociologia relevante? *Cadernos CRH*, v. 22, n. 56, p. 255-69, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792009000200004>

Recebido: 1º fev. 2022.

Aceito: 16 jun. 2022.



Política Editorial

Sociologias é uma publicação quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo por missão promover o intercâmbio entre cientistas sociais do Brasil e do exterior.

Sociologias é uma revista de orientação pluralista que busca ampliar os espaços para expressão das diversas correntes existentes nas ciências sociais, colocando em debate temas e abordagens que constituem o campo acadêmico da sociologia. Contempla, também, espaço para outras áreas do conhecimento como antropologia, literatura, informática, economia, entre outras, que apresentem importantes interfaces com a sociologia.

Seu projeto editorial contempla duas partes principais: um dossiê temático, específico para cada número, e uma seção diversificada que abrange artigos científicos e de atualização teórico-metodológica, resenhas, notas de pesquisa, entrevistas.

O título **Sociologias** deve ser usado em bibliografias, notas de rodapé e em referências e legendas bibliográficas.

A revista encontra-se disponível para colaboradores de todos os países, possuindo um conselho editorial diversificado em termos de regiões do Brasil e incluindo consultores internacionais e tem contado com apoio financeiro da PROPESQ-UFRGS, Capes e CNPq.

Sociologias é publicada no Brasil sob responsabilidade do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sociologias aceita trabalhos inéditos (não publicados em outras revistas ou como capítulos de livros) na forma de artigos, resenhas e comunicações de pesquisas em ciências sociais que apresentem relevância acadêmica e social.

A aceitação dos trabalhos para o processo de avaliação por pares está condicionada à adequação rigorosa do manuscrito às Diretrizes para

Submissão. Pelo menos um dos autores do manuscrito submetido deve possuir título de Doutor. Aceitam-se manuscritos em coautoria de até quatro pessoas, sendo pelo menos uma com título de doutor. O primeiro autor deverá ter no mínimo o título de Mestre. No caso de resenhas é permitida a autoria de mestres.

A publicação dos trabalhos está condicionada a, pelo menos, duas avaliações de pares escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou colaboradores de **Sociologias** com experiência relevante na área de conhecimento. O sistema de avaliação é duplo cego. Os trabalhos são avaliados de acordo com os seguintes critérios: *(i) clareza da redação, (ii) qualidade e rigor dos argumentos apresentados, (iii) validade dos dados apresentados, (iv) oportunidade e relevância do artigo para a discussão de problemas na área de pesquisa envolvida, e (v) atualidade e adequação das referências contidas no trabalho.* Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo, por parte da Editoria, são previamente acordadas com os autores.

Diretrizes para submissão

Sociologias aceita trabalhos inéditos na forma de artigos, resenhas e comunicações de pesquisas em ciências sociais que apresentem contribuições inovadoras e relevantes em sua área temática e demonstrem rigor teórico e metodológico em sua construção. As contribuições podem ser submetidas nos idiomas português, espanhol, francês ou inglês.

Artigos submetidos em inglês ou francês, uma vez aprovados no processo de avaliação, deverão ser traduzidos para o português e publicados nos dois idiomas, ficando os autores responsáveis pela tradução, que poderá ser realizada por tradutores de livre escolha dos autores ou escolhidos em lista sugerida pela revista.

Os manuscritos devem destinar-se exclusivamente à **Sociologias**, isto é, não poderão ser submetidos simultaneamente a outro(s) periódico(s). A Revista não assume responsabilidade por análises e considerações emitidas pelos autores.

Para qualificarem-se à avaliação por pares, as contribuições devem atender aos seguintes critérios:

1. Pelo menos um dos autores possuir título de Doutor e, em caso de coautoria, o primeiro autor ter pelo menos o título de mestre e o manuscrito contar, no máximo, com quatro autores. No caso de resenhas é permitida a autoria de mestres;
2. Os autores devem realizar cadastro no sistema SEER – (<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/index/user/register>) e iniciar o processo dos cinco passos para submissão, seguindo as diretrizes para submissão;
3. Os manuscritos para as seções Artigos e Interfaces deverão ter no máximo 8.000 palavras ou 22 páginas, incluindo resumo e referências.

Resenhas deverão ter no máximo 4.500 palavras ou 10 páginas. O manuscrito deve estar apresentado em formato A4, fonte Times New Roman 12, espaço 1,5 e margens superior e esquerda de 3 cm, e inferior e direita de 2 cm;

4. O arquivo submetido do manuscrito deve estar em formato editável contendo título e resumo (de até 250 palavras) no idioma em que está sendo submetido e em inglês, até cinco (5) palavras-chave que permitam a adequada indexação do artigo, e lista de referências conforme normas ABNT;
5. O resumo deve descrever de forma sucinta e clara a que se propõe o trabalho e o que será exposto no texto;
6. O texto deve estar redigido com clareza e correção gramatical e atender aos critérios da escrita científica;
7. O arquivo submetido com o texto não deve trazer qualquer identificação de autoria, para assegurar o anonimato na avaliação;
8. Desenhos, gráficos, mapas, tabelas, quadros e fotografias, devem conter título e fonte, e estar numerados. Imagens devem ter resolução de pelo menos 300 dpi. Todos os elementos gráficos devem ser submetidos em arquivo separado, com indicações claras de onde devem ser inseridos ao longo do texto;
9. Títulos de seção e subtítulos não devem utilizar caixa alta, tendo só a primeira letra capitalizada. Subtítulos de 1º nível devem usar fonte 12 e ser negritados, subtítulos de 2º nível, fonte 12 em itálico negrito; 3º nível, fonte 12 em itálico não negrito;
10. As notas devem restringir-se ao mínimo possível e, se necessárias, devem ser numeradas consecutivamente dentro do texto e colocadas ao pé da página;

11. As citações literais curtas (menos de três linhas) serão integradas ao parágrafo, entre aspas e seguidas pelo sobrenome do autor referido no texto, ano de publicação e página(s) do texto citado, tudo entre parênteses e separado por vírgulas. Citações de mais de três linhas serão destacadas do texto em parágrafo especial, em fonte 11, sem uso de itálico e com recuo de 4 cm a partir da margem esquerda;
12. Referências ao longo do texto devem utilizar o sistema autor-data, sem utilizar caixa alta para o nome de autor. Por exemplo, (Moser, 1985). Todas as obras citadas ao longo do texto devem constar da lista de referências ao final do mesmo. Obras não citadas não devem fazer parte da lista;
13. A lista de referências deve seguir a norma ABNT NBR 6023, conforme exemplos a seguir::

a) Livros

MOSER, Anita. **A nova submissão**: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial. Porto Alegre: EDIPAZ, 1985. (Coleção Debate e Crítica).

LEMOS, Carlos A. O morar em São Paulo no tempo dos italianos. In: DE BONI, Luís A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1990. p. 401-409.

CÂNDIDO, Antônio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1968.

b) Artigo de periódico

NOGUEIRA, Ronidalva. Michel Foucault numa breve visita às prisões de Pernambuco. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 6, n. 2, p. 269-282, jul./dez. 1990.

O REI está nú (2): adianta porém constatar o óbvio? **Isto é**, São Paulo, n. 1189, p. 15, 15 jul. 1992. Editorial.

c) Coletânea

NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

d) Teses acadêmicas

RAMOS, Eloisa Helena Capovila da Luz. **O Partido Republicano rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul – 1882/1895**. 1990. 284 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

e) Verbetes

PISTONE, Sérgio. Bonapartismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1986. p. 118-119.

PAGALLO, G. T. Democrito. In: **DICCIONARIO de filósofos**. Madrid: Rioduero, 1986. p. 321-324.

f) Informação ou texto obtido na internet

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Conheça o IBICT**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/ibict/frame.htm>>. Acesso em: 01 out. 1997.

Envio de manuscritos

Os(as) autores(as) devem realizar cadastro no sistema SEER (<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/index/user/register>) e iniciar o processo dos cinco passos para submissão, seguindo as instruções aos autores.

Guidelines for Authors

Sociologias is a triannual journal published by the Graduate Program of Sociology (PPGS) - Institute of Philosophy and Human Sciences (IFCH), Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). **Sociologias** is intended to promote the dialogue between Brazilian and foreign social scientists.

The journal accepts previously unpublished works, including articles, book reviews and research communications in the field of social sciences, which represent innovative and relevant contributions, and meet the criteria of theoretical and methodological academic rigor. Contributions can be submitted in Portuguese, Spanish, French or English.

Papers submitted in English or French, once approved following the evaluation process, should be translated into Portuguese and published in both languages (the original and Portuguese), the authors being responsible for the translation, which may be done by translators of free choice of the authors or chosen from a list suggested by **Sociologias**.

The proposed manuscripts must be submitted exclusively to **Sociologias**, that is, they should not be simultaneously submitted to other journals. The Journal does not assume responsibility for concepts expressed by the authors. Spontaneous submission of any collaboration automatically implies full cession of copyright to PPGS-UFRGS.

Publication of manuscripts is conditioned to approval by at least two reviewers among members of the Editorial Board and other contributors of **Sociologias**, who hold expertise in the relevant area of knowledge. The whole peer review process is "blind", so that neither authors nor reviewers know each others' identity. Manuscripts are reviewed with basis on the following criteria: *clear and correct writing, quality and accuracy of the arguments, validity of the presented data, timeliness and relevance of the article to the discussion of problems in the area of research, and the adequacy and contemporaneity of the references*. Any suggestions from the Editorial Board for changes in structure or content of the manuscript will only be made in agreement with authors.

To be eligible for peer reviewing, contributions must meet the following criteria:

1. At least one of the authors must have a doctorate and, in case of co-authoring, the first author must have at least Master's title. The manuscript should be authored by, at most, four authors. In the case of book reviews the author(s) should hold at least a Master's title;
2. For submitting manuscripts to Sociologias authors must register at the site of the journal at: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/index/user/register>> and follow the five steps for submission, according to the guidelines for authors.
3. Manuscripts should have a maximum of 8,000 words or 22 pages, including abstract and references. Book reviews should have a maximum of 4,500 words or 10 pages. The manuscript should be presented in A4 format, Times New Roman 12, 1.5 space, with top and left margins of 3 cm, and bottom and right 2 cm.
4. The file with the submitted manuscript should be editable and should bring title and abstract (up to 250 words) in both the language of submission and in English, besides up to 5 keywords that allow appropriate indexing of the article, and list of references compliant with ABNT standards.
5. The abstract should describe succinctly and clearly the purpose of the work and the content of the article.
6. The text should be written with clarity and grammatical correctness and should meet scientific writing criteria.
7. The submission file should not contain any identification of authors, in order to ensure blind evaluation.

8. Drawings, graphs, maps, tables, charts and photographs should contain title and source, and be numbered. Images should have a resolution of at least 300 dpi. All graphics should be incorporated into the manuscript.
9. Section titles and subtitles should not use capital letters and have only the first letter capitalized. 1st level subheads should use font 12, bold; 2nd level subheads, italicized font 12 bold; 3rd level, font 12 in italics without boldface.
10. Notes should be restricted to a minimum and be placed at the foot of the page.
11. Short citations (less than three lines) will be integrated in the paragraph, put in italics, followed by the surname of the cited author, year of publication and page (s) of the quoted text. Citations of more than three lines must be indented four cm from the left margin.
12. References in the text should use the author-date system, without using capital letters for the author name. For example, (Moser, 1985). All works cited in the text should appear in the list of references at the end of it. Works not mentioned should not be part of the list.
13. The list of references must follow the ABNT NBR 6023 standard, as the following examples:

a) BOOKS

MOSER, Anita. **A nova submissão**: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial. Porto Alegre: EDIPAZ, 1985. 123 p. (Coleção Debate e Crítica).

LEMONS, Carlos A. O morar em São Paulo no tempo dos italianos. In: DE BONI, Luis A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1990. 740 p. p. 401-409.

CÂNDIDO, Antônio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1968. 119 p.

b) ARTICLES IN JOURNALS

NOGUEIRA, Ronidalva. Michel Foucault numa breve visita às prisões de Pernambuco. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 6, n. 2, p. 269-282, jul./dez. 1990.

O REI está nú (2): adianta porém constatar o óbvio? **Isto é**, São Paulo, n. 1189, p. 15, 15 jul. 1992. Editorial.

c) TEXTS IN COLLECTIONS

NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250 p.

d) ACADEMIC THESES

RAMOS, Eloisa Helena Capovila da Luz. **O Partido Republicano rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul – 1882/1895**. 1990. 284 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

e) ENTRIES FROM A DICTIONARY

PISTONE, Sérgio. Bonapartismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1986. 1318 p. p. 118-119.

PAGALLO, G. T. Demócrito. In: **DICCIONARIO de filósofos**. Madrid: Rioduero, 1986. 1444 p. p. 321-324.

f) INFORMATION OR TEXT OBTAINED FROM THE INTERNET

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Conheça o IBICT**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/ibict/frame.htm>>. Acesso em: 01 out. 1997.

Números publicados

- | | | | |
|----|---|----|--|
| 1 | Conflitualidades | 29 | Sociedade e Educação:
dilemas contemporâneos |
| 2 | Cidadania e Democracia | 30 | Participação, Cultura Política e Cidades |
| 3 | Sociedade Civil e Estado Social | 31 | Pesquisa Quantitativa na Sociologia |
| 4 | Trabalho | 32 | Desigualdade Política,
Democracia e Governança Global |
| 5 | Metodologias Informativas | 33 | Axel Honneth e a
Teoria do Reconhecimento |
| 6 | Ciência & Tecnologia | 34 | Figurações da Violência |
| 7 | Saúde e Gerações | 35 | Ciências Sociais e a Questão Ambiental |
| 8 | Violências, América Latina | 36 | Sociologia da Dádiva |
| 9 | Teoria Sociológica | 37 | Sociedade, Conhecimentos
e Sustentabilidade |
| 10 | Democracia, Sustentabilidade e Mundo
Rural na América Latina | 38 | Sociologia Política |
| 11 | Sociedade e Território | 39 | Sociologia e Moral |
| 12 | Novas realidades do trabalho –
Brasil e Portugal | 40 | Racismo e Antirracismo |
| 13 | Sociedade e Direito | 41 | Epistemologia das Ciências Sociais |
| 14 | Sociologias na (en) América Latina, ALAS | 42 | A Sociedade Urbana Contemporânea
na América Latina |
| 15 | Complexidade | 43 | As Epistemologias do Sul num mundo fora
do mapa: lutas, saberes e ideias de futuro |
| 16 | Sociedade e Políticas Públicas | 44 | Durkheim Cem Anos |
| 17 | Desafios da Educação Superior | 45 | Trabalhadores, sindicatos
e a transnacionalização da militância |
| 18 | Riqueza e Desigualdades | 46 | Transformações científicas e tecnológicas
e implicações econômico-sociais |
| 19 | Conhecimentos, Redes e Sociedade | 47 | Sociologia dos intelectuais |
| 20 | Violências, medo e prevenção | 48 | Literatura e conhecimento sociológico |
| 21 | Gênero, família e globalização | 49 | Sociologia das migrações: entre a
compreensão do passado e os desafios do
presente |
| 22 | Metodologia e Transdisciplinaridade | | |
| 23 | Democracia, Poderes e Segurança | | |
| 24 | Políticas Públicas e Cidadania | | |
| 25 | Trabalho, emprego e precarização social | | |
| 26 | Estudos sociais em ciência e tecnologia | | |
| 27 | Ciências Sociais e Desenvolvimento | | |
| 28 | Dinâmicas da ação coletiva | | |

Números publicados

- 50 Agendas biomédicas: interfaces do conhecimento em saúde no século XXI
- 51 Mudanças climáticas, ciência e sociedade
- 52 Corpos, emoções e risco
- 53 El protestantismo vivido
- 54 Internacionalização da educação superior
- 55 Sociologia e fronteiras
- 56 Quantificação, Estado e participação social
- 57 Trabalho em plataformas digitais
- 58 O adolescente visto como problema
- 59 Gênero e Raça: trânsitos do Sul em perspectiva
- 60 Covid-19 e Sociedade

Tipologia Zapfhumnst BT, 10/14,5
Papel: Off set 75 g/m² na
Impresso: Gráfica da UFRGS

Neste número, *Sociologias* apresenta o Dossiê *Mulheres na Teoria Social*, que convida a reavaliar os cânones das ciências sociais e a (re)pensar criticamente seu processo de construção e que se tornará em breve, estamos seguros, uma referência imprescindível nas ciências sociais brasileiras.

O presente número traz também artigo em homenagem a Bruno Latour, que nos deixou neste último outubro, escrito e lapidado a várias mãos sob a coordenação de Jalcione Almeida. Mais do que homenagear, o artigo constitui uma espécie de guia de leitura para a obra fundamental de Latour.

A seção **Artigos** traz contribuições de pesquisas empíricas e teóricas diversas. Laurindo Minhoto, Lucas Amato e Pedro Camargos desenvolvem “Do político ao econômico: aportes da teoria dos sistemas a uma crítica do neoliberalismo”, apoiando-se em Luhmann e Foucault. Rosalvo de Oliveira Junior e Marcílio Brandão analisam a constituição do sistema socioeducativo do Ceará cotejando-o com a experiência pioneira de Antônio Carlos Gomes da Costa, em Minas Gerais, durante a ditadura militar. Stanley Marques discute a persistência da separação entre o público e o privado no pensamento democrático, tomando *O direito à liberdade*, de Axel Honneth, como uma exceção. Breyner Ricardo de Oliveira e Mani Tebet Marins analisam os impactos sociais de dois programas de transferência de renda no México e no Brasil. Magdalena Bustos-Aguirre, apoiada em um *survey* envolvendo 416 estudantes da Universidade de Guadalajara, no México, busca identificar os fatores pessoais e institucionais que contribuem à mobilidade acadêmica universitária.

Na seção **Interfaces**, Rodrigo Hidalgo Dattwyler e colegas exploram o conceito de fratura metabólica proposto por John Bellamy Foster, argumentando que ele permite compreender a influência humana nos ciclos naturais e na mudança climática global. Laura Alfaro-Beracoechea e Karla Contreras Tinoco tomam como objeto de estudo uma série de ficção televisiva do México para analisar as diferenças de gênero nas representações de diferentes tipos de violência exibidas, oferecendo ferramentas metodológicas que podem ser replicadas em análises similares.

Na seção **Resenhas**, Tiago Magaldi discute o livro de Sophie Bernard, *Le nouvel esprit du salariat* (Presses Universitaires de France, 2020). Marcos Abraão Ribeiro resenha a obra de Jessé Souza, *Como o racismo criou o Brasil* (LeYa, 2021).

Colaboram nesta edição:

Veronica Toste Daflon (org.)
Mariana Miggiolaro Chaguri (org.)

Cynthia Hamlin
Raquel Weiss
Simone Brito
Luis Donatello
Verónica Giordano
Luna Ribeiro Campos
Verônica Toste Daflon
Miriam Cooke
Jalcione Almeida
Ângela Camana
Lorena Cândido Fleury
Marília Luz David
Camila Dellagnese Prates
Gabriel Bandeira Coelho
Laurindo Dias Minhoto
Lucas Fucci Amato
Pedro de Almeida Pires Camargos
Rosalvo Negreiros de Oliveira Junior
Marcílio Dantas Brandão
Stanley Souza Marques
Breyner Ricardo Oliveira
Mani Tebet Marins
Magdalena Liliana Bustos-Aguirre
Rodrigo Hidalgo Dattwyler
Abraham Paulsen Bilbao
Carlos Vergara Constela
Voltaire Alvarado Peterson
Miguel González Rodríguez
Laura Nadheliel Alfaro-Beracoechea
Karla Alejandra Contreras Tinoco
Tiago Magaldi
Marcos Abraão Ribeiro

